

e-ISSN

1980-864X

Estudos Ibero-Americanos

Programa de Pós-Graduação em História
Escola de Humanidades
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

LANGUAGE



CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL
ANTERIORES NOTÍCIAS PORTAL DE PERIÓDICOS DA PUCRS

USUÁRIO

Login

Senha

 Lembrar usuár

CONTEÚDO DA
REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

TAMANHO DE
FONTE
[Ajuda do sistema](#)
OPEN JOURNAL
SYSTEMS

Capa > Edições anteriores > **v. 42, n. 2 (2016)**

v. 42, n. 2 (2016)

Dossiê: Corporativismo Histórico no Brasil e na Europa

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2>

Sumário

Editorial

[Editorial](#)

Leandro Pereira Gonçalves, Charles Monteiro

[PDF](#)

379-382

Apresentação

[Apresentação: Corporativismo histórico no Brasil e na Europa](#)

Luciano Aronne de Abreu, Paula Borges Santos

[PDF](#)

383-386

Dossiê: Corporativismo histórico no Brasil e na Europa

[O corporativismo na História e nas Ciências Sociais – uma reflexão crítica partindo do caso português](#)

Álvaro Garrido

[PDF](#)

387-408

[O corporativismo da Itália fascista entre palavras e realidade](#)

Alessio Gagliardi

[PDF \(ENGLISH\)](#)

409-429

[Corporativismo Democrático – O debate italiano durante a “Primeira República” \(1948-1992\)](#)

Marco Zaganella

[PDF \(ENGLISH\)](#)

430-453

[Elites políticas e intelectuais e o Ministério do Trabalho – 1931/1945](#)

Francisco Carlos Palomanes Martinho

[PDF](#)

454-470

[O corporativismo dualista: conselhos profissionais e sindicatos no Brasil, 1930-1964](#)

Marco Aurélio Vannucchi

[PDF](#)

471-499

[O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil \(1953-1978\)](#)
[PDF](#)

500-526

Larissa Rosa Corrêa

- [Corporativismo à Brasileira: entre o autoritarismo e a democracia](#) [PDF](#)
527-552
Valéria Marques Lobo
-

Entrevista

- [Corporativismo e Salazarismo em perspectiva: o olhar de Fernando Rosas](#) [PDF](#)
553-559
Luciano Aronne de Abreu, Paula Borges Santos
-

Seção Livre

- [Militares pardos e pretos e sua "utilidade" para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa](#) [PDF](#)
560-581
Ana Paula Pereira Costa

- [A influência anglicana no mundo mapuche \(1895-1960\). Richard Sadleir no início do pós-reduccional liderança mapuche](#) [PDF \(ESPAÑOL\)](#)
582-605
Miguel Ángel Mansilla, Nanette Liberona, Carlos Piñones

- [Um intelectual multifacetado em um caleidoscópio de ideias: raça no pensamento de Fernando Ortiz](#) [PDF](#)
606-632
Fernando Vale Castro

- [A política é a arma do negócio: o papel dos EUA e das Corporations na construção da ditadura chilena](#) [PDF](#)
633-660
Tatiana Poggi

- [Exemplo e ameaça: a consolidação da Ditadura no Brasil nas páginas da revista argentina Confirmado \(1965-1966\)](#) [PDF](#)
661-693
Helder Gordim da Silveira

- [Os partidos de direita no Chile no período pós-Pinochet: a ascensão e queda do 'Lavinismo': 2000-2004](#) [PDF \(ESPAÑOL\)](#)
694-723
Verónica Valdivia Ortiz de Zárate

- [História da proibição do skate em Blumenau/SC \(1999-2007\)](#) [PDF](#)
724-743
Leonardo Brandão

- [A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente](#) [PDF](#)
744-772
Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster
-

Resenha

- [Um debate sobre a "nova direita" brasileira](#) [PDF](#)
773-788
Odilon Caldeira Neto

- [Os muitos tempos de Leonel Brizola](#) [PDF](#)
779-785
Charles Sidarta Machado Domingos
-

Debate

- [Comentários a partir da entrevista de Héglio Trindade](#) [PDF](#)
786-789
Alexandre Pinheiro Ramos

- [Observações finais de Héglio Trindade sobre os comentários de Alexandre Pinheiro Ramos](#) [PDF](#)
790-792
Héglio Trindade

e-ISSN: 1980-864X

ISSN (impresso): 0101-4064

Copyright: © 2016 EDIPUCRS



Este periódico é membro do COPE (*Committee on Publication Ethics*) e adere aos seus princípios. <http://www.publicationethics.org>



Apoio Institucional – Beneficiados pela Chamada **MCTI/CNPq N ° 24/2015.**



Apoio Institucional – fev./dez. 2013 referente ao Edital **MCTI/CNPq /MEC/CAPES Nº. 09/2012.**

Apoio Institucional – fev./dez. 2012 referente ao Edital **MCTI/CNPq /MEC/CAPES Nº. 15/2011.**



PROEX – 2012/2013

AVALIAÇÃO QUALIS CAPES - 2016

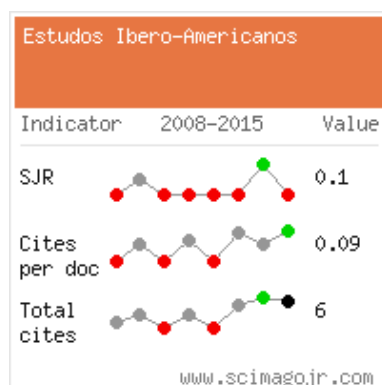
ÁREA CAPES - **História**

CLASSIFICAÇÃO - **A2**

INDEXADORES

- **Web of Science** – Master Journals List (Thomson Reuters)
- **SSCI** - Social Sciences Citation Index (Thomson Reuters)
- **AHCI** - Arts and Humanities Citation Index (Thomson Reuters)
- **Scopus** (Elsevier)
- **SJR** - ScIMAGO Journal & Country Rank (Elsevier)
- **Academic Search Premier** (EBSCO)
- **Fonte Acadêmica** (EBSCO)
- **Fuente Acadêmica Premier** (EBSCO)
- **CLASE** - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
- **DOAJ** - Directory of Open Access Journals
- **LATINDEX** - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
- **REDALYC** - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
- **Portal CAPES**

FATOR DE IMPACTO NO SJR (SCImago Journal & Country Rank)



LICENÇA CREATIVE COMMONS



Exceto onde especificado diferentemente, a matéria publicada neste periódico é licenciada sob forma de uma [licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Estamos em uma sociedade em que o direito à informação representa elementos ágeis e com atuação extremada, causando uma transformação em massa do processo político, principalmente em um momento em que as redes sociais atuam de forma maciça e polarizada. Propostas conservadoras e nacionalistas passaram a ocupar um papel de relevância em um nicho social em que a adjetivação passou a ser mais atuante do que a análise teórica.

A ascensão do pensamento conservador é hoje dominante nas democracias ocidentais, a começar pelas europeias e com representações assustadoras em países com tradição democrática. Com um discurso anti-islâmico, na França, o *Front National*, alcança resultados expressivos. Na Áustria, o Partido da Liberdade da Áustria (*Freiheitliche Partei Österreichs, FPÖ*), busca a representação de ser o primeiro país da Europa Ocidental com um presidente ultradireitista e ameaça a União Europeia com um referendo contra o bloco, assim como fez recentemente o Reino Unido, quando ocorreu a vitória da *Brexit*, que poderá propiciar uma significativa mudança da geopolítica mundial pelas próximas décadas. São valores nacionalistas que também são evidentes nos Estados Unidos, através das propostas de Donald Trump e no Brasil, que presencia atos políticos contra a jovem democracia.

Os temas pautados no século XX figuram, com interesse, tanto na academia, quanto na sociedade em geral. Cremos que, aliada à qualidade almejada na revista *Estudos Ibero-Americanos*, o último volume (v. 42, n. 1)¹ alcançou grande interesse dos leitores, dado estatístico visualizado pela *CrossRef*, que encaminhou os dez DOI(s) mais acessados nos 12 últimos meses (abril de 2015 a março de 2016), entre os exportados pela EDIPUCRS. E para a nossa satisfação, o mais procurado, foi o último número da revista *EIA – Dossiê Pensamentos e Práticas Políticas Conservadoras no Século XX*, com organização do Prof. Dr. René Gertz. Entre os arquivos mais visualizados, a entrevista *Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Hélgio Trindade*, foi uma das mais lidas. A repercussão foi imensa, o que provocou a abertura de uma seção na atual edição que entregamos aos nossos leitores. Em *Debates*, o

¹ <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/issue/view/1015>>.

Prof. Dr. Alexandre Pinheiro Ramos solicitou “direito de resposta”, uma vez que o Prof. Dr. Héglio Trindade, citou parte de suas investigações. E seguindo o preceito democrático, a revista abriu o espaço, não só a uma réplica, mas também a uma tréplica do autor de *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30* (Difel, 1974). A discussão coincide com o momento em que ocorre o lançamento da obra *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas* (Editora da UFRGS, 2016).

Seguindo o anseio de refletir sobre aspectos da política contemporânea e contribuir com os recentes debates, a revista *Estudos Ibero-Americanos*, apresenta o dossiê *Corporativismo histórico no Brasil e na Europa*. Com organização do professor do PPGH/PUCRS, Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu e da Profa. Dra. Paula Borges Santos, Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e que foi professora visitante na PUCRS em 2015, o volume é composto por uma entrevista com o Professor catedrático emérito do departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea, Fernando Rosas, além de sete artigos temáticos. Prezando pela qualidade, todos os textos são submetidos à avaliação cega (*peer review*) feita por, pelo menos, dois pareceristas externos.

Completando a edição, apresentamos oito artigos na *Seção Livre* e duas *Resenhas*, sendo que as obras debatidas, encontram espaço para a ampla discussão em torno da política contemporânea: *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (Organização de Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Cudas – Editora Fundação Perseu Abramo, 2015) e *A Razão Indignada – Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)* (Organização de Américo Freire e Jorge Ferreira – Civilização Brasileira, 2016).

A variedade institucional e a diversificação do idioma (artigos em inglês, espanhol e português), são características da revista EIA, o que contribui com a circulação e discussão. Com estudos financiados por diversos órgãos: CNPq, CAPES, FONDECYT, FACEPE e Fondazione Ugo Spirito e Renzo De Felice, os autores são oriundos de várias regiões do Brasil, além de pesquisas vindas da Itália, Portugal e Chile. Entre os artigos livres, destacamos a presença dos vencedores do Prêmio Jabuti em Ciências Humanas, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, com uma reflexão sobre a História do Tempo Presente.

Agradecemos ao Editor Assistente, Prof. Dr. Vinícius Liebel, pela escolha da capa da atual edição. Rembrandt van Rijn, um dos maiores nomes da história da arte europeia, criou em 1637 a imagem que referencia a parábola dos trabalhadores da vinha. A ideia dos trabalhadores no mesmo plano (e na mesma mesa) que os patrões estão no centro da mensagem iconográfica. É uma imagem que impõe uma ideia de longa duração das corporações, uma vez que os artigos do dossiê apresentam perspectivas diferentes em suas análises.

Uma menção especial é feita ao Programa de Pós-Graduação em História, que propiciou ao Editor (Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves), a participação no *XXIV Curso de Editoração Científica (XXIV CEC) & IX Seminário Satélite para Editores Plenos (IX SSEP)*, evento promovido pela *Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC Brasil*, no período de 22 a 24 de junho de 2016, no Auditório da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No encontro, foi possível debater novas perspectivas na academia e que direciona a ciência. Além do conhecimento, foi possível notar que a EIA trilha bons caminhos há alguns anos, principalmente pelo trabalho realizado pela editora que nos antecedeu, Profa. Maria Cristina dos Santos, que promoveu um amplo processo de indexação em diversas plataformas, como *Web of Science – Master Journals List (Thomson Reuters)*, *SSCI – Social Sciences Citation Index (Thomson Reuters)*, *AHCI – Arts and Humanities Citation Index (Thomson Reuters)*, *Scopus (Elsevier)*, *SJR – SciMAGO Journal & Country Rank (Elsevier)*, *Academic Search Premier (EBSCO)*, *Fonte Acadêmica (EBSCO)*, *Fuente Académica Premier (EBSCO)*, *CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*, *DOAJ – Directory of Open Access Journals*, *LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, *REDALYC – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* e *Portal CAPES*. Aproveitamos para anunciar a nova indexação na importante base de dados, *Historical Abstracts Full Text (EBSCO)*.

O fato de estar indexada na *Web of Science* e *Scopus*, permitiu a participação na Chamada MCTI/CNPq nº 24/2015. Com resultado favorável e financiamento do CNPq, será possível ampliar ainda mais nossas atividades. Dessa forma, agradecemos o apoio da EDIPUCRS, notadamente à Coordenadora da Divisão de Periódicos, Prof. Dra. Eleonor Gastal Lago.

A revista *Estudos Ibero-Americanos*, criada em 1975, passou a ter as suas edições em formato digital (mantendo a impressa até 2015)

em 2006. No âmbito do *Programa de Bolsa / Pesquisa para Alunos da Graduação – BPA*, o secretário editorial, Guilherme Breda de Magalhães (com apoio dos bolsistas, Frederico de Moraes Thofehn e Stefania Dalla Rosa), realiza um processo de digitalização dos números impressos. Com isso, convidamos os leitores a verificarem as edições impressas que hoje estão em versão digital.² Com a ampliação da periodicidade e número de artigos por edição, a quantidade de submissões cresceu de forma considerável. Dessa forma, a Equipe Editorial trabalha com prazos definidos, visando a um trabalho de qualidade. Convidamos os interessados a acessarem as notícias ou nossa página no Facebook³, que possui informações sobre os dossiês. Aproveitamos para lembrar que o fluxo de recebimento de artigos para a Seção Livre é contínuo, assim como as resenhas. O trabalho do avaliador é, talvez, o de maior importância em uma revista científica, agradecemos, portanto, aos pareceristas que atuaram neste número. Uma menção especial à EDIPUCRS, à Escola de Humanidades, à Coordenação do PPGH, ao Departamento de História, aos organizadores do dossiê e, principalmente, à Equipe Editorial, que contribui com a qualidade acadêmica.

Boa Leitura!

Leandro Pereira Gonçalves
Editor

Charles Monteiro
Editor Executivo

² <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/issue/archive>>.

³ <<https://www.facebook.com/EstudosIberoAmericanos/>>.

CORPORATIVISMO HISTÓRICO NO BRASIL E NA EUROPA

 <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2.24254>

Apresentação

Presentation

Presentación

O tema do corporativismo, seja em termos teóricos ou de sua práxis, é fortemente associado pela historiografia aos regimes fascista e parafascistas do período entre guerras, não apenas no clássico caso italiano ou mesmo no modelo português de Oliveira Salazar, mas também, por exemplo, no caso dos regimes menos conhecidos de Dollfus, na Áustria, e do rei Carol II, na Romênia. No Brasil, de igual forma, seus estudiosos associam o corporativismo ao autoritarismo do Estado Novo de Vargas, especialmente destacando suas influências fascistas e o caráter incompleto do corporativismo estatal brasileiro, mero instrumento de dominação de classes.

A esse respeito, observa-se que muitos desses estudos foram realizados entre as décadas de 1970 e 1990, período que coincide, de um lado, com o fim das ditaduras na Europa (Portugal e Espanha) e América Latina (Brasil, Argentina e Uruguai) e a crise do comunismo e, de outro, com a implantação de reformas políticas e econômicas de tipo liberal ou neoliberal nesses mesmos países. Em outras palavras, por hipótese, talvez se possa dizer que esses estudos sobre o corporativismo estavam diretamente ligados às preocupações dos historiadores e demais cientistas sociais, em tempos de transição democrática, de compreender as raízes e o modo de funcionamento do autoritarismo em seus países. Em sentido oposto, portanto, talvez se possa afirmar também que o tema do corporativismo teria deixado de ser relevante para esses mesmos estudiosos em tempos democráticos.

Já a partir de princípios do século XXI, entretanto, observa-se uma retomada do corporativismo como objeto de estudo de historiadores, cientistas políticos, sociólogos e economistas, mas, dessa vez, não apenas no sentido de revisitar o chamado corporativismo histórico e suas

relações autoritárias, mas também de compreender suas novas formas de manifestação nas democracias contemporâneas, seja em termos teóricos ou na ação de grupos de interesse e as novas formas de articulação entre o Estado e a sociedade civil.

O presente dossiê, portanto, está em perfeita sintonia com o seu tempo presente, como bem ilustram os textos a seguir publicados de importantes pesquisadores brasileiros, portugueses, italianos e espanhóis sobre a teoria e a práxis do corporativismo, desde os anos 1930 até hoje. Nesse mesmo sentido, de modo a enfatizar também sua atualidade e proximidade com os mais recentes debates internacionais sobre a temática do corporativismo, deve-se ainda destacar que este dossiê está diretamente vinculado às ações da Rede Internacional de Estudos do Corporativismo – *International Network for Studies on Corporatism and the Organized Interests* (NETCOR), criada em Lisboa em princípios de 2015. Além disso, este dossiê da revista *Estudos Ibero-Americanos* também dialoga com outro já publicado pela revista *Espacio, Tiempo y Forma*¹, da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), de Madri, e com o dossiê a ser publicado ainda nesse ano pela Universidade de Coimbra.

O primeiro texto, de Álvaro Garrido, toma como referência o caso português para propor uma discussão teórica sobre a questão do corporativismo. Segundo ele, há uma recente revitalização teórica do corporativismo pelas Ciências Sociais, mas com abordagens que tendem a dispensar a categoria da historicidade. Em geral, como bem demonstra o autor ao longo do seu estudo, os estudiosos da temática têm se ocupado especialmente da teoria e ação dos grupos de interesse, da questão dos corpos sociais intermediários e das formas de articulação entre o Estado e a “sociedade civil”, vendo o corporativismo como um “fenômeno total” e o desvalorizando enquanto fenômeno histórico.

A seguir, Alessio Gagliardi e Marco Zaganella analisam a teoria e a práxis do corporativismo italiano, respectivamente nas décadas de 1920 e 1930 e após o período do fascismo, durante a Primeira República italiana (1948-93). Gagliardi se propõe não apenas a analisar a estrutura institucional do corporativismo fascista, seu sistema de leis, regulações e procedimentos, mas também suas reais ações e atividades, destacando as “reais” consequências desse modelo italiano, diferentes do seu viés

¹ *Espacio, Tiempo y Forma*. Construindo o Estado Corporativo: as experiências históricas de Portugal e Espanha. Madri: UNED, año 2015, n. 27.

ideológico. Zaganella, por sua vez, propõe o que diz ser uma análise do corporativismo depois do corporativismo, ou seja, indo além das por ele chamadas colunas de Hércules do Fascismo e atendo-se no seu estudo durante a Primeira República italiana.

Os demais textos, de Francisco Palomanes Martinho, Marco Aurélio Vannucchi, Larissa Rosa Correa e Valéria Lobo se dedicam ao estudo de diferentes perspectivas do corporativismo brasileiro. Martinho revisita em seu estudo o período de criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), não apenas no sentido de analisar seu processo de criação e institucionalização do mundo do trabalho no Brasil, mas também de compreender o papel desempenhado por suas elites políticas e intelectuais na definição desse modelo. Vannucchi, por sua vez, toma como referência a representação profissional dos advogados no Brasil para analisar um aspecto próprio do corporativismo nacional, a duplicidade dos organismos de representação profissional dos grupos que ele define como classe média profissional perante o Estado, dividida entre seus conselhos profissionais e sindicatos. Nesse sentido, em sua opinião, o corporativismo brasileiro de classe média se aproximaria mais da modalidade societal que da estatal. Já Larissa Correa propõe uma nova discussão sobre as instituições que compõem o sistema corporativista no Brasil – Justiça do Trabalho, sindicatos e Ministério do Trabalho, mas a partir das experiências acumuladas dos trabalhadores em seus contatos com esses órgãos, com o objetivo de analisar como estes teriam sido capazes de ressignificar sua linguagem corporativista ao longo dos anos 1950 e 1960, durante os chamados períodos do populismo e da ditadura militar. Valéria Lobo, por fim, embora admitindo que a gênese do corporativismo no Brasil e seu desenvolvimento estão diretamente associados ao autoritarismo do Estado Novo, se propõe a analisar as relações contemporâneas entre corporativismo e democracia. Segundo ela, apesar de ser alvo de críticas à direita e à esquerda, nenhum dos seus críticos teria revelado “uma preferência intensa pela superação do modelo”. Sendo assim, questiona-se a autora, não seria mais pertinente postular-se o aprimoramento dos dispositivos corporativos ainda presentes com vistas ao aperfeiçoamento da democracia no Brasil?

Por fim, ao final do dossiê, deve-se ainda mencionar a realização de uma entrevista com o historiador Fernando Rosas, um dos principais estudiosos do Estado Novo e do corporativismo português, abordando desde questões sobre o regime e seu modelo de organização social

e econômica até uma comparação entre os chamados corporativismo histórico e neocorporativismo.

Nesses termos, portanto, espera-se que os textos ora editados possam não apenas contribuir para a revisão e aprofundamento do debate historiográfico sobre o corporativismo histórico e sua ocorrência no Brasil, sua teoria e práxis, mas também para a proposição de novas formas de abordagem (temática e teórica) acerca dessa temática e de um olhar mais contemporâneo sobre suas novas formas de manifestação em tempos democráticos.

Luciano Aronne de Abreu
Paula Borges Santos
Organizadores

Autores/Authors:

LUCIANO ARONNE DE ABREU <luciano.abreu@pucrs.br>

- Professor do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Estudos Históricos Latino Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Rio Grande do Sul, Era Vargas e Autoritarismo. É autor dos livros *Getúlio Vargas: a construção do mito* (Edipucrs, 1997) e *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (Edipucrs, 2007).
- Adjunct Professor at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Ph.D. in Latin-american Studies from the Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Has experience in History, focusing on History of Brazilian Republic, and researching the following subjects: Rio Grande do Sul, Vargas' New State, and Authoritarianism. He is the author of *Getúlio Vargas: a construção do mito* (Edipucrs, 1997) and *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (Edipucrs, 2007).

PAULA BORGES SANTOS <paula.borges.santos@fct.unl.pt>

- Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL), onde coordena o Grupo de Investigação Justiça, Regulação e Sociedade e realiza o pós-doutoramento, com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, publicou: *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença* (Imprensa de Ciências Sociais, 2005), que recebeu o Prêmio Fundação Mário Soares; *A Questão Religiosa no Parlamento (1935-1974)* (Assembleia da República, 2011) e *A Segunda Separação. A Política Religiosa do Estado Novo* (Almedina, 2016).
- Researcher at the Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL), where she coordinates the Research Group Justiça, Regulação e Sociedade. She holds a post-doctoral fellowship with the support of Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). PhD in Contemporary History from the Universidade Nova de Lisboa, she is the author of *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença* (Imprensa de Ciências Sociais, 2005), which won the Prêmio Fundação Mário Soares; *A Questão Religiosa no Parlamento (1935-1974)* (Assembleia da República, 2011) and *A Segunda Separação. A Política Religiosa do Estado Novo* (Almedina, 2016).

O corporativismo na História e nas Ciências Sociais – uma reflexão crítica partindo do caso português

*The corporatism in History and Social Sciences
– a critical reflection from the Portuguese case*

*El corporativismo en la Historia y las Ciencias Sociales
– una reflexión crítica a partir del caso portugués*

Álvaro Garrido*

Resumo: Este artigo, ostensivamente teórico, procura uma reflexão crítica sobre as hermenêuticas do corporativismo enquanto fenômeno social dotado de espessura histórica. O debate mobiliza a vasta bibliografia produzida pelas Ciências Sociais a propósito do fenômeno corporativo. Entre os denominadores comuns dessa literatura salienta-se a desvalorização da historicidade das ideias e instituições corporativistas na sua ligação umbilical aos fascismos. Recuperando essa íntima relação, interpretam-se historicamente os principais significados do movimento corporativista da Europa do entre-guerras. Ancorados no lastro histórico dos corporativismos fascistas, propõe-se alguns desafios de interpretação sobre a experiência portuguesa do Estado Novo, cuja longevidade e alto grau de institucionalização sempre despertaram o interesse de historiadores e de outros cientistas sociais.

Palavras chave: corporativismo; História; Ciências Sociais; Portugal; Estado Novo

Abstract: The present paper, ostentatiously theoretic, seeks a critical reflection about the hermeneutics of corporatism as a social phenomenon possessing historic depth. The debate mobilizes the vast bibliography produced by the Social Sciences about the corporatist phenomenon. Between the common denominators of such bibliography, the devaluation of the corporatist ideas' and institutions' historicity in their umbilical connection with the fascisms is highlighted. Recuperating that intimate relation, the interwar European corporatist movement's central meanings are interpreted historically. Anchored in the fascist corporatisms' historical ballast, some challenges are proposed

* Professor com agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <agarrido@fe.uc.pt>

about the Portuguese experience of the *Estado Novo* – its longevity and high degree of institutionalization has always aroused the interest of historians and other social scientists.

Keywords: corporatism; History; Social Sciences; Portugal; Estado Novo

Resumen: Este artículo, ostensiblemente teórico, busca una reflexión crítica sobre la hermenéutica del corporativismo como un fenómeno social dotado de densidad histórica. El debate moviliza a la vasta bibliografía producida por las Ciencias Sociales sobre el tema del fenómeno corporativo. Entre los denominadores comunes de esta literatura sobresale-se la devaluación de la historicidad de las ideas e instituciones corporativistas en su conexión umbilical con el fascismo. La recuperación de esta relación íntima, interpretan-se históricamente los principales significados del movimiento corporativista en Europa entre las dos guerras. Anclado en el lastre histórico de corporativismo fascista, propone-se algunas dificultades de interpretación de la experiencia portuguesa del Estado Novo, cuya longevidad y alto grado de institucionalización siempre despertado el interés de los historiadores y otros científicos sociales.

Palabras clave: corporativismo; Historia; Ciencias Sociales; Portugal; Estado Novo

Corporativismo e corporativismos

A revitalização teórica do corporativismo é uma dinâmica recente, muito embebida na *epistème* das Ciências Sociais. Releva o modo como essa gramática comum recobre grandes temas da memória das sociedades, propondo abordagens que tendem a dispensar a categoria da *historicidade*.

Neste amplo mapa de conhecimento, avultam a Ciência Política, a Sociologia e a Economia. De formas distintas, mas convergindo numa perspectiva neo-institucionalista e no uso de alguns pressupostos da teoria crítica, essas ciências do social têm promovido um retorno ao estudo do corporativismo enquanto “fenômeno total”. Nas Ciências Políticas, a bibliografia norte-americana sobre o corporativismo é muito abundante, fecunda, mas por vezes repetitiva. Em geral, os politólogos e sociólogos que se ocupam do tema detêm-se na teoria e ação dos grupos de interesse, na questão dos corpos sociais intermédios e nas formas de articulação entre o Estado e a “sociedade civil”¹. O ponto

¹ Para um balanço bibliográfico e sobre as perspectivas analíticas do corporativismo na “literatura internacional”, vide Steven L. Kaplan; Philippe Minard (dir.), *La France, malade du corporatisme? XVIIIe-XXe siècles*, Paris, Éditions Belin, 2004, p. 7-12. Incidindo no caso italiano, esse balanço historiográfico também se encontra nas seguintes obras: Alessio Gagliardi, *Il corporativismo fascista*, Editori Laterza, Roma-Bari, 2010; Gianpasquale Santomassimo, *La terza via fascista. Il mito del corporativismo*, Roma, Carocci, 2006.

mais saliente e comum desta produção teórica reside na desvalorização do corporativismo enquanto fenômeno histórico.

Conceito eminentemente histórico, no final do século XX o corporativismo parecia eternamente sepultado na sua própria historicidade. Referimo-nos ao compromisso íntimo e sistêmico que o ideário corporativista estabeleceu com os *fascismos*² da Europa de entre as guerras. Tal evidência parecia suficiente para prescrever o assunto e condená-lo a um relicário de ideias nefastas.

Em 1974, num artigo célebre pela sua provocação intelectual, Philippe Schmitter acordou um demônio que, ainda assim, demorou a erguer-se. “Still the century of Corporatism?”, um talentoso artigo publicado e republicado por esses anos, não era apenas uma pergunta retórica destinada a romper todo um programa de investigação, mas um modo de inquirir a natureza transversal do corporativismo.

Conhecedor das experiências corporativistas sul-americanas e estudioso do “fóssil corporativista português”, como lhe chamou, o sociólogo norte-americano pretendia promover a ligação entre dois tempos e dois conceitos de um mesmo fenômeno: respectivamente, o “corporativismo histórico autoritário” da primeira metade do século XX e o “neocorporativismo”, ou “corporativismo democrático” da segunda metade do mesmo século, de longe o mais estudado nas Ciências Sociais desde 1970 (CARDOSO; MENDONÇA, 2012, p. 16). Buscando uma releitura do corporativismo enquanto fato social e político, Schmitter empreendeu os primeiros esforços de sistematização conceitual do tema e converteu-o, até hoje, numa matéria central da Ciência Política.

Des-historicizando o tema e as problemáticas que ele encerra, múltiplos autores têm verberado a incômoda ligação do corporativismo aos fascismos, por redutora e superficial. O próprio Philippe Schmitter (1974 e 1979), o norte-americano Howard Wiarda (1977), cujo estudo sobre o sistema português também beneficiou do seu contato direto com as instituições marcelistas, bem como, noutra plano, Peter Hall e David Soskice (2003) e ainda Colin Crouch & Wolfgang Streeck (2006), invocam a aliança histórica entre ambos os fenômenos como “memória negra” do corporativismo. Com maior contundência de argumentos, essa sombria conjugação do corporativismo com os fascismos tem

² Por adesão teórica e reconhecimento das vantagens operativas do conceito, fazemos uso de uma definição de *fascismo* que recobre nesta mesma designação os regimes autoritários e totalitários que foram comuns na Europa de entre as guerras, incluindo o Estado Novo português (1933-1974). Nesta perspectiva, ver Pierre Milza, *Les Fascismes*, Paris, Éditions du Seuil, 2001; Stanley Payne, *A History of Fascism*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1996.

vido declarada o fator mais poluente da indispensável pluralização do conceito.

Num registo neo-institucionalista, a afirmação da pluralidade e plasticidade do corporativismo é apresentada como testemunho da diversidade institucional das “economias capitalistas avançadas” e da própria democracia. A abordagem teórica proposta para o estudo do corporativismo reside assim na análise das suas “vantagens institucionais comparativas”. Por fim, este rebuscado conceito remete para a construção de índices de corporativização de uma dada economia ou sociedade: taxas de sindicalização, níveis de participação na tomada de decisões, frequência de greves, entre outros indicadores (CARDOSO e MENDONÇA, 2012, p. 6-7).

Na pegada de Schmitter, vários autores esforçaram-se por estabelecer taxonomias das diferentes formas políticas de regulação social, classificando-as conforme os referidos “graus de corporativização”.

Esta perspectiva analítica conflui no debate sobre a presença de traços corporativistas na organização institucional das economias no sentido de as arrumar em tipologias assim enunciadas: “economias liberais de mercado”, “economias de mercado coordenadas”. Por fim, tais classificações supõem a aceitação de características corporativas que, embora vagas, a exemplo da “concorrência justa”, da “eficiência do mercado de trabalho”, da prevalência de modelos de *corporate governance* e de elevada densidade associativa dos atores sociais, são considerados valores positivos e parte intrínseca do corporativismo moderno, desde que contribuam para a otimização do mercado e para o crescimento econômico sustentável.

O neocorporativismo

Nesta distinção geral de tempos e conceitos, acresce o neocorporativismo, modelo que surgiu articulado com as democracias sociais do segundo pós-guerra e com a regulação macroeconômica de raiz keynesiana, evidenciando algumas continuidades, mas imensas diferenças, em relação à prática dos corporativismos antidemocráticos.

Esse segundo neocorporativismo, um corporativismo de associação que persiste em diversos países democráticos e que também foi designado por “corporativismo contratual” (WILLIAMSON, 1989) ou “corporativismo liberal” (LEHMBRUCH, 1979), é marcado por políticas e práticas de concertação social nas quais o Estado assume o

papel de árbitro interveniente nas relações entre o capital e o trabalho, no sentido de alcançar uma paz social negociada, assente no Direito.

Ao Estado social de Direito democrático, que se enraizou em diversos países no segundo após-guerra, opunha-se a herança do Estado social de Direito corporativo, que em Portugal se manteve até 1974 e que Marcello Caetano teorizou, desde os anos trinta, como versão de um Estado fascista (TORGAL, 2009, p. 615-673). Quando comparado com o corporativismo dogmático e de Estado que foi constituinte dos fascismos, o neocorporativismo da segunda metade do século limita-se aos domínios econômico e social e não se lhe nota a pretensão de oferecer às sociedades um novo modelo de representação política.

Durante as últimas décadas do século XX, as expressões mais acérrimas de anticorporativismo vieram da ideologia neoliberal, que começou por se expressar na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher. Nesse contexto político, o corporativismo foi invocado e combatido num sentido amplo e considerado atentatório do regular funcionamento do mercado. Indistintamente, foram apodadas de “corporativismo” ou de “neocorporativismo” as práticas concertadas de rendas e preços, a negociação coletiva e a ação dos sindicatos em geral (CAPDEVIELLE, 2001, p. 11-33; COTTA, 2008, p. 4-36).

Hoje, o centro do debate teórico da Ciência Política interessada no fenómeno do corporativismo situa-se no estudo das formas de conciliação entre as práticas de concertação corporativistas e a otimização dos agentes no âmbito do mercado, num quadro neoliberal de Economia Política. Não por acaso, inúmeros artigos publicados recentemente em revistas da especialidade procuram tipificar as relações institucionais e fácticas entre grupos de interesse e agentes econômicos e apurar em que medida essas experiências favorecem o desenvolvimento econômico (CARDOSO e MENDONÇA, 2012, p. 6-17)³. Quando essa correlação se acha positiva, a plasticidade do corporativismo como sistema de concertação das relações sociais é advogada como instituição inerente às democracias capitalistas.

Na sociologia dos grupos de interesse, o corporativismo é identificado com o egoísmo dos grupos de pressão e de organizações enquistadas na defesa dos seus interesses privados (mesmo quando de grupo ou de classe) em vez de um “interesse geral” que, por definição, se crê anticorporativo (OFFERLÉ, 1998, p. 12-19). Nesta perspectiva, é comum argumentar-se

³ Este ponto de situação da bibliografia recentemente publicada sobre o tema do corporativismo assenta numa análise quantitativa dos “outputs” das principais revistas internacionais. Neste balanço, confirma-se a progressiva irrelevância das abordagens históricas do corporativismo.

que os países que conheceram sistemas corporativos estruturados num “estatismo orgânico” – leia-se reacionário e autoritário – herdaram uma irrevogável cultura corporativista (WIARDA, 2012, p. 263-276). A etiqueta corporativista também costuma ser usada como definição crítica de sistemas de relações profissionais pouco abertos e para definir modos de concertação social fortemente institucionalizados, nas quais o abrigo negocial do Estado ocupa um lugar importante (KAPLAN e MINARD, 2004, p. 5-31).

Estas e outras formas de corporativismo remanescente, vagamente sociológico, tendem a invocar os corporativismos históricos no mesmo plano dos societais; uns e outros enquanto técnicas de concertação social ou socioprofissional suscetíveis de aplicação em qualquer sistema político ou econômico.

Em sentido amplo, seguindo a definição de Schmitter, o corporativismo designa um sistema de representação de interesses cujas instituições se organizam num número limitado de categorias funcionalmente distintas e hierarquizadas, compulsórias e não concorrenciais, às quais o Estado concede o monopólio da representação em contrapartida de colaboração no exercício do controlo social e político (SCHMITTER, 1974, p. 85-131).

Esta definição clássica de *corporativismo social* permite uma distinção vincada em relação ao *corporativismo político*. Conceito que o mesmo autor define como “um sistema de representação política, baseado numa visão orgânica-estatista da sociedade, em que as suas unidades “orgânicas” (família, poderes locais, associações e organizações profissionais e instituições de interesses) substituem o modelo eleitoral, centrado no indivíduo e na representação e legitimidade parlamentares, tornando-se o principal ou complementar órgão legislativo ou consultivo do governo” (SCHMITTER, 1974, p. 85-91).

Menos estabelecido e mais dependente da formulação dos próprios doutrinadores, é o conceito de *corporativismo econômico* cujo traço mais comum às anteriores categorias teóricas reside no organicismo e na oposição do *homo corporativus*, movido pelo interesse nacional e por valores comuns, ao *homo economicus* próprio do capitalismo liberal (BASTIEN e CARDOSO, 2007, p. 120-127). Trata-se, porém, de definições ou categorias analíticas que podem não resistir à prova histórica. Nesse plano, a distinção fundamental é binária: corporativismos autoritários e corporativismos democráticos.

No entanto, a bibliografia de Schmitter – muito mais historicizada e menos fantasiosa do que a de outros cientistas políticos que se

interessaram pelos corporativismos – recuperou uma distinção essencial sobre a maneira como os regimes corporativos exerceram o poder do Estado sobre a sociedade: o “corporativismo de Estado” que imperou nos corporativismos fascistas a partir da década de vinte do século passado; e o “corporativismo societal” que, no segundo pós-guerra, começou a ser parte de inúmeras democracias liberais nas quais a institucionalização dos interesses mantinha (e mantém) traços corporativistas, a exemplo de vários países sociais-democratas da Europa do norte.

Nos anos setenta e oitenta, a teorização de Schmitter já rompia com a teoria corporativista tradicional (a dos próprios doutrinadores, por mais ou menos teóricos que hajam sido), dado que trazia a debate as formas políticas de articulação dos interesses com o Estado. Perspectiva que, afortunadamente, acabou por ser acolhida em diversa historiografia (ROSAS, 2012; MADUREIRA, 2002).

O corporativismo histórico e os seus contextos

Embora indispensável, esta gramática geral do corporativismo teórico pode ser redutora para fins de análise histórica. Importa distinguir o corporativismo como doutrina, ou discurso ideológico das direitas autoritárias e antiliberais, do corporativismo institucionalizado, ou seja da ideia corporativa feita sistema, vertida nas suas funcionalidades políticas. A noção de corporativismo é variada e de vários tempos, mas tal não significa que possa tomar uma definição a-histórica.

A ideologia corporativa serviu para edificar um conjunto de instituições assentes na integração forçada dos interesses organizados no Estado. Apesar das formas variáveis que a ideia e os sistemas corporativos assumiram, o corporativismo foi um dos instrumentos políticos mais duráveis das ditaduras (PINTO, 2014).

Enquanto ideologia histórica assente na recusa da luta de classes e na defesa de uma cooperação harmônica dos grupos e interesses capaz de evitar a conflitualidade social, o corporativismo é uma ideia recente. Doutrina marcadamente interclassista, surgiu acoçada pelos socialismos que emergiram nas sociedades industrializadas do século XIX. O corporativismo foi reinventado para promover a inibição política e social do potencial conflito entre “capital” e “trabalho”. Com esse propósito concreto e reacionário, declarou-se uma alternativa de representação política autoritária à democracia liberal e ao comunismo.

A ideologia corporativa nasceu embebida na luta que se travou, na Europa do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, para

que o Estado encontrasse uma resposta sistêmica, anti-individualista, anticontratalista e não revolucionária para a “questão social”.

Creemos que esta definição oferece a vantagem de uma maior historicidade, na medida em que remete para o fenômeno dos corporativismos históricos modernos que diversos autores designam por “corporativismos reais”, numa analogia com a noção de “socialismo real”.

Tal como o liberalismo, que na Europa dos anos trinta do século XX conhecia a sua primeira crise institucional cavada pela “grande depressão”, nessa época as ideias corporativistas conheciam o seu segundo fôlego histórico, após um longo hiato associado à negação que delas fizera o Estado liberal, que proibira as corporações abrindo caminho ao sindicalismo de classe. Posteriormente, os Estados que se disseram corporativos proibiram os sindicatos livres para resgatar as corporações (embora outra sorte de corporações), num exaltado regresso a um passado orgânico, feito de harmonias sociais, à imagem de um corpo.

Apresentado como solução para a crise do Estado liberal e dos seus modos de representação social e política, o corporativismo inspirou a Igreja Católica Romana – instituição que primeiro o propôs como terceira via oposta ao socialismo e ao capitalismo liberal. Alimentou partidos conservadores demoliberais, animou movimentos radicais de direita e insuflou todos os movimentos e partidos fascistas, bem como as elites tecnocráticas das várias direitas que abraçaram a “alternativa do século”, como lhe chamou Mihail Manoilescu (MANOILESCO, 1934, p. 8-32).

O catolicismo social oitocentista foi o primeiro afluyente dessa gama de ideologias de “terceira via” que conheceu expressões políticas variadas. Em especial, na reação ultraconservadora da *Action Française* e, um pouco mais tarde, nos próprios regimes fascistas. Nos fascismos-regime, variaram os modos de articular o Estado e a “sociedade civil”, bem como os modelos de articulação da política com a economia. Mas a todos os fascismos foi comum a doutrina organicista que recusava a concepção universalista e republicana de “bem comum”, assim como os princípios do sufrágio universal e da representação pluripartidária.

Na sua historicidade contemporânea, o corporativismo foi também um dispositivo político de combate à democracia parlamentar e ao sindicalismo revolucionário; um modelo de representação política anti-individualista; uma nova forma de representação dos interesses organizados que alimentou um processo de difusão transnacional das

instituições angulares das ditaduras fascistas (PINTO, 2014, p. 20). A integração do sindicalismo no Estado é a ideia central do corporativismo enquanto doutrina e a tarefa prioritária do corporativismo enquanto regime.

Para uma hermenêutica dos corporativismos históricos

A maioria dos historiadores do corporativismo, hoje outra vez numerosos em França e persistentes em Itália e Espanha, têm distinguido assim os dois principais tempos históricos do corporativismo:

1. O corporativismo de *Ancien Régime*, que persistiu em diversas sociedades enquanto modelo de organização socioprofissional assente nas Corporações, instituições que o liberalismo começou por abolir e proibir em finais do século XVIII, por associadas à persistência de privilégios;
2. O “corporativismo moderno”, doutrina conservadora e reacionária, que se apresentou como solução de “terceira via” para resolver a questão social aberta pelas sociedades industrializadas, rejeitando quer o individualismo liberal quer o coletivismo marxista no sentido de uma paz social compulsiva.

Nos países da Europa do sul que conheceram regimes autoritários de inspiração fascista, a palavra *corporativismo* tornou-se hiper-referencial do ponto de vista sociológico e sub-analisada do ponto de vista histórico. Para este desequilíbrio concorrem a excessiva pluralização teórica do conceito sociopolítico de corporativismo e apropriações ligeiras da memória dos “corporativismos históricos”.

Como estudar o corporativismo? Como submeter a dogmática corporativa à análise histórica, dado que o tema se compõe de conceitos de fundo moral, de ilusões doutrinários e de um denso património de organizações cujo critério instituinte se supõe fundamentalmente político?

Fazer história do corporativismo obriga a esforços redobrados no escrutínio das autenticidades. Trata-se de um tema que carrega a sua própria lenda e por isso muito marcado pelas vicissitudes da memória histórica, que peleja por interpretações interessadas. Por muito que se invoque a plasticidade ideológica do corporativismo e se admita a pluralidade do conceito, enquanto categoria histórica ele carrega a íntima relação que manteve com os regimes fascistas.

Adaptando o silogismo de Manuel de Lucena, colhido no célebre livro de Mihaïl Manoilescu, podemos dizer que *se nem*

todos os corporativismos foram fascistas, todos os fascismos foram corporativistas (MANOILESCO, 1934, p. 17). Significa que a ideia corporativa e as suas instituições foram um instrumento de disciplina social e de dirigismo econômico do “fascismo genérico” que se implantou na Europa e noutras partes do mundo no tempo sombrio de entre as duas guerras mundiais.

Neste como noutros temas de investigação histórica que exigem distinguir o *discurso* da *ação* (ou a realidade das meta-realidades), há que situar a perspectiva de análise. Pretende-se *pensar historicamente* – o que supõe a pretensão de explicar – um tema que, dada a densidade doutrinária dos discursos que comporta e os ardis da propaganda, requer especiais cuidados analíticos.

O estudo do corporativismo autoritário europeu do século XX pede um esforço comparativo, de modo a permitir interpretações caso a caso e Estado a Estado. Um bom caminho de estudo será o de comparar entre si as diversas experiências nacionais corporativistas, considerando os usos políticos da ideia corporativa e dos aparelhos institucionais que nela se apoiaram para cumprir, entre outras, as seguintes finalidades: impedir o sindicalismo livre e potencialmente revolucionário; reorganizar a economia liberal debaixo dos interesses do Estado autoritário e das suas recompostas oligarquias; ordenar a sociedade de modo a prevenir a desordem pública e movimentos sociais hostis; impor sistemas de intermediação de interesses de forma a regular as relações entre o público e o privado no âmbito de instituições fortemente controladas pelo Estado.

Outra via de método – e outra cautela epistemológica – reside na necessidade de temperar a dogmática doutrinária e a ideologia totalizante do corporativismo com um esforço de interpretação das suas finalidades instrumentais e de compreensão das singularidades nacionais dos sistemas políticos que se reclamaram “corporativos”.

A ideologia e o discurso doutrinário corporativista não pedem uma exegese, mas uma hermenêutica histórica. No essencial, importa explicar de que modo o corporativismo se fez um instrumento de disciplina social e de intervenção econômica no âmbito dos regimes que o instituíram.

Pôr em evidência o uso político e institucional do corporativismo implica tomar os sistemas corporativos como sistemas de “terceira via”, fazendo fê na profecia doutrinária, de modo a captar os seus fins instrumentais. Mas também exige privilegiar analiticamente o factor *organização*, principal imperativo doutrinário dos corporativistas para quem a organização corporativa era uma força autônoma que, pela mão

do Estado, acabaria por dirigir os fatores de produção e as próprias relações sociais (PEREIRA, 1937, p. 108).

Teoria, doutrina, leis, e os mais diversos documentos que evocam o quotidiano burocrático dos organismos que funcionaram no âmbito dos sistemas corporativos, compõem uma assombrosa torrente de discurso. Mesmo quando os documentos falham, por mal preservados ou porque, como sucede no caso português, a política de arquivos insensatamente não considerou as instituições corporativistas constituintes do regime deposto em 1974, estamos perante uma memória documental muito densa, que o legislador e o burocrata parecem ter gerado para exprimir a racionalidade e eficácia das próprias instituições.

Quando não se perderam nos labirintos das transições políticas e reformas do Estado, esses enormes fundos documentais de natureza institucional parecem ter sido destinados a persuadir os contemporâneos do sistema corporativo acerca das virtudes da “ideia do século” – assim chamou Manoilescu (1934) ao “corporativismo integral e puro”, quando o declarou o único sistema de ideias capaz de resolver a “questão social” vinda do século XIX.

Por estática e estrutural que pareça, a “ideia corporativa” foi um campo de ensaio social e uma doutrina econômica muito debatida e controversa: proclamada e logo deturpada, *essencial* mas falsa, *necessária* porém contingente. Estudá-la nos contextos sócio-institucionais onde o corporativismo foi instituído com consentimento ou resistência significa dissecar os corporativismos-regime nas suas estruturas mais críticas, entre a ideologia e as práticas sociais, entre o dogma e as suas realidades.

No caso português, a temática do sistema corporativo foi das primeiras a contribuir para uma historiografia do Estado Novo e para o entendimento da sua arquitetura política e institucional. Em pleno marcelismo, o arranque da historiografia portuguesa referente ao corporativismo – uma coincidência que tem mais que se lhe diga e que, em certos casos, não fugiu à tendência neocorporativista que marcou as sociais-democracias do tempo – elegeu a problemática do corporativismo como prioridade. Não apenas porque boa parte das fontes históricas eram (e são) compostas por Leis, documentação relativamente fácil de reunir e consultar – assim optou Manuel de Lucena na sua *mémoire de fin d'études* apresentada ao Institut des Sciences Sociales du Travail de Paris, em 1971, publicada em 1976⁴ – e de Philippe Schmitter, que em

⁴ *Amémoire* de Manuel de Lucena resultou na sua monumental monografia em dois volumes, que ainda hoje se deve considerar o estudo mais completo sobre a experiência corporativa portuguesa associada ao Estado Novo: *O Sistema Corporativo Português*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.

1971 rumou a Portugal a fim de estudar, segundo o próprio sociólogo americano, “um caso de paleontologia política”: o “corporativismo de Estado” português que, embora imposto na década de trinta, sobrevivera ao desfecho da Segunda Guerra Mundial e resistira à morte de Salazar, inclusive com promessas de reforma no âmbito do “Estado social” imaginado por Marcelo Caetano.

A análise histórica dos processos de institucionalização da teoria e doutrina corporativas continua a ser escassa e intermitente, como se tratasse de um tema bolorento ou “menor” para a historiografia do Estado Novo. Uma simples pesquisa bibliográfica evidencia um claro predomínio de estudos sobre o corporativismo enquanto sistema político e ideológico.

Mais raros são os trabalhos dedicados ao corporativismo enquanto sistema econômico e institucional de condução da vida econômica e social portuguesa, ou seja, de estatização nacional da economia e da própria sociedade. Ressalvem-se os escritos de Manuel de Lucena, em parte já citados, que conjugam a perspectiva política, jurídica e institucional e reúnem preciosas intuições interpretativas sobre outras faces do sistema corporativo português (LUCENA, 1989, p. 505-555; 1976, p. 97-206; 2010, p. 153-202).

O corporativismo instituído entre as duas guerras mundiais estabeleceu-se em claro compromisso com a natureza autoritária ou totalitária dos respectivos Estados e foi um dos seus eixos. Em certos casos, a exemplo dos fascismos italiano e português, o corporativismo tomou parte saliente nas instituições do sistema político, configurou a ideologia do Estado e definiu o modelo econômico de institucionalização da nação.

Enquanto doutrina social antidemocrática, antiliberal e antiassociativa, o corporativismo começou por ser um instrumento de eliminação do sindicalismo de classe autônomo e de destruição dos seus laços de ideologia e movimento com os socialismos revolucionários. Embora variando conforme os regimes que o adotaram como ideologia de exercício do poder do Estado sobre a sociedade, o corporativismo foi, também, um instrumento de institucionalização econômica da nação – da “nação orgânica” exaltada pelos corporativistas, que a prometiam resgatar da história, reinventando uma tradição que teria sido rasurada pelos iconoclastas liberais.

Nesta ordem comum de discurso, tenham os sistemas corporativos nacionais assumido a forma político-jurídica do “corporativismo de Estado” ou o perfil de “corporativismo de associação”, a ideologia

corporativista foi uma expressão de nacionalismo instituído. Por iniciativa autoritária dos Estados, os sistemas corporativos assentaram na recusa dos valores liberais do individualismo e da concorrência, bem como na rejeição dos princípios socialistas de ação coletiva e revolução.

Enquanto ideia em movimento no contexto histórico de superação autoritária do Estado liberal, o corporativismo despertou um entusiasmo internacional evidente em inúmeras publicações, conferências e centros de estudos.

Uma “internacional corporativista”?

Quando a ideia de uma “internacional corporativista” se começou a difundir na Europa, a partir de 1929, já eram muitas as críticas à experiência italiana do corporativismo fascista. A mais célebre obra de divulgação do corporativismo moderno, nacionalista e autoritário foi publicada em França, em 1934, pelo romeno Mihail Manoilescu. O livro exprime uma visão crítica da prática corporativista que se conhecia da Itália de Mussolini, cujos desvios ao “corporativismo de associação” ocuparam obsessivamente diversos doutrinadores portugueses.

Embora não fossem propriamente anticorporativistas, os corporativistas de vários países que invocaram a tradição solidarista inspirada em Léon Bourgeois, Charles Gide e Émile Durkheim, bem como os corporativistas de esquerda que se disseram sindicalistas revolucionários recorrendo a Saint-Simon, a exemplo de Georges Sorel, Enrico Corradini e Marcel Déat, abriram fundas polémicas entre as próprias hostes corporativistas. Estas e outras divergências impossibilitaram a construção de uma ordem corporativa internacional, cuja expressão se confinou à inconsistente “economia corporativa” (ALMODÔVAR e CARDOSO, 2005, p. 333-354).

Na sua decantação historicista, muito frequente na retórica corporativa e rebatida por todas as correntes anticorporativistas, o corporativismo exaltava a sua expressão medieval. O exemplo maior estaria nas corporações profissionais de ofícios ou mesteres e noutras “corporações naturais”, como a família, a paróquia, os compromissos religiosos e irmandades, as universidades e as ordens militares. Também no caso português, o próprio Direito Administrativo, uma vez coligido e afeiçoado às ideias corporativistas, nomeadamente por Marcello Caetano entre 1936 e 1940, comprometeu-se com a forma corporativa do Estado, incumbindo-se de exaltar as origens orgânicas do corporativismo e de invocar uma remota tradição nacional de modo a justificar o seu carácter

“natural” e “histórico” (CATROGA, 2014, p. 162-176; AMARO, 2012, p. 101-119).

No âmbito das ideologias de “terceira via” que conheceram diversas expressões políticas e vários modos de articulação do Estado com a economia e a sociedade, a utopia conservadora de retorno às comunidades naturais encontrou na ideia de Corporação a sua instituição total.

Contra-revolucionários, os corporativistas faziam crer que, no trabalho e na sociedade em geral, só a Corporação permitiria conjugar a obrigação moral e profissional com os fins de proteção social. Foi contra esta ordem social idílica, assente no poder e privilégios das corporações do Antigo Regime, que o liberalismo triunfante se manifestou radicalmente anticorporativo, desde logo nas leis francesas de 1791. O reformismo liberal foi desferido precisamente contra as Corporações, proibindo-as, proclamando a liberdade do trabalho e interditando qualquer forma de associação ou reivindicação coletiva.

O *ralliement* do corporativismo com o princípio autoritário e totalitário das várias direitas europeias que subscreveram a ideia de uma “terceira via”, foi politicamente eficaz porque agitou todos os fantasmas que anunciaram a crise ou a derrocada do Estado liberal. Independentemente das suas diferenças ou matizes, todos os corporativistas brandiram os riscos do individualismo e materialismo. Denunciaram a anomia social identificada pelos solidaristas, o parlamentarismo estéril e a insidiosa ideia de nação inventada nas revoluções liberais. E todos pugnaram por um regresso a uma ordem social orgânica que dispensasse a luta de classes.

Agitando esses medos e vazios, ergueram-se, em primeiro lugar, o catolicismo social e a intransigência papal, em contingente aliança. Na década de 1870, em França e na Bélgica já se propunha um retorno à “ordem cristã”, a única suscetível de assegurar a paz social, recuperando o valor moral e profissional do trabalho. Também se defendia uma ordem política de raiz tomista, assente na representação dos corpos intermédios, ideia que muito se animou no final do século. Esse sistema sociopolítico antirrevolucionário e antidemocrático não poderia funcionar sem um “Estado forte”, capaz de tornar obrigatórias as corporações, embora algumas correntes corporativistas cristãs as tenham reclamado “livres”. Outro debate foi travado em torno da opção por sindicatos mistos ou separados, ou seja, mais ou menos corporativos.

No final da Grande Guerra, antes da sua fusão com o Partido Fascista, nacionalistas como Alfredo Rocco e Enrico Corradini

defenderam um “corporativismo integral” e um “sindicalismo nacional”. Para o estatista Rocco, futuro ministro da justiça de Mussolini (1925-1932), o “corporativismo integral” significava a união dos interesses organizados no Estado, bem como a eliminação do Parlamento e do Senado em favor de corpos representativos das profissões e de outros grupos (GAGLIARDI, 2010, p. 14-15).

A reforma institucional fascista-corporativista implicou mesmo a eliminação da representatividade liberal (PINTO, 2014, p. 27-28). Embora a *Carta del Lavoro*, de 1927, não tenha concretizado todas as aspirações do sindicalismo fascista, foi o documento mais influente para as ditaduras que adotaram um corporativismo total, mas sobretudo social e econômico: o Portugal de Salazar, a Áustria de Dolfuss, a Espanha de Franco e a França de Vichy.

Na Itália como em Portugal, embora o corporativismo econômico tenha sido o mais saliente, ele não obedeceu a um programa claramente definido na medida em que decorreu, subordinadamente, do corporativismo social. Mesmo no fascismo italiano, o primeiro ímpeto de corporativização foi de natureza social. Embora o Ministério das Corporações tenha surgido cedo, em 1926, a corporativização do sistema político e social foi lenta e exasperou os mais puristas ou radicais. Apenas em 1936, quase quinze anos depois da tomada do poder, Mussolini decidiu criar a Câmara Fascista e das Corporações, principiando uma representação política de tipo corporativo (GAGLIARDI, 2010, p. 70-81).

Igualmente desapontados com a prática fascista e burocrática dos sistemas corporativos italiano e português ficaram os católicos sociais, embora muitos se tenham tornado bons corporativistas de Estado. A decepção, ou mesmo a dissidência, vieram daqueles que fizeram uma leitura menos integrista das encíclicas papais *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891), e *Quadragesimo anno*, de Pio XI, tomando-as como a base de um corporativismo social-cristão cuja ética em nada se poderia confundir com a forma secular e burocrática que vingou nos principais sistemas corporativos.

Foram exemplo dessa deriva o corporativismo fascista italiano, os regimes português e austríaco, ou mesmo a Espanha de Franco e o Brasil de Vargas. Um amplo espectro de corporativismos estatistas, autoritários e fortemente burocráticos, regimes que tiveram alguns ideólogos comuns, como os italianos Rocco, Bottai (ambos ministros de Mussolini e ambos estatistas) Spirito, e Bortolotto, juntamente com o austríaco Othmar Spann e o próprio Manoilescu, um apóstolo inconsistente do corporativismo de associação.

A ideia de uma “economia dirigida internacional”, assente na Corporação como entidade semiautônoma capaz de substituir a assolada base institucional do sistema capitalista liberal, foi também muito difundida, nomeadamente por De Michelis e pelo próprio Maniolesco.

Nos diversos países que conheceram regimes de tipo fascista, a economia dirigida que se reivindicou corporativa instituiu modelos administrativos de regulação econômica estatal. Esta contradição angular acompanhou o corporativismo econômico em todos os casos ou sistemas em que habitou a própria natureza dos regimes corporativistas e fez parte das suas lógicas de poder sobre a sociedade.

O corporativismo trouxe um novo fôlego à “administração reguladora indirecta”. Atribuiu às suas instituições poderes de regulação econômica, mas fê-lo no âmbito do Estado ou no interposto domínio das organizações corporativas. Essas instituições surgiram com o fascismo, em Itália, a partir de 1923, e em Espanha, com a ditadura de Primo de Rivera, no mesmo ano (MOREIRA, 1997, p. 194-199). Segundo François Perroux, economista católico francês que se destacou pelos seus textos de “crítica democrática e construtiva” aos sistemas corporativistas do tempo, no caso italiano o compromisso histórico da ideia corporativa com o “estatismo fascista” – a expressão é do próprio – teve um sentido concreto: resolver o problema econômico italiano, entretanto agravado devido à política de revalorização da lira, anunciada em Agosto de 1926 (TONIOLO, 1980, p. 99-121). Perroux considerou que, ao fazer uso do corporativismo como recurso institucional e político da unidade da nação, a política econômica fascista acabou por ser uma forma de “capitalismo de Estado” (MORNATI, 2009, p. 728-729). Ao assentar no poder autoritário do Estado e numa organização corporativa não representativa, a prática do corporativismo italiano desmentiu o dogma da “economia nova”; acabou por opor soluções inadequadas à crise estrutural do capitalismo, considerou o economista francês.

A historiografia moderna sobre o fascismo italiano não desmente estas interpretações. Por efeito das dívidas de guerra, da inflação e da persistência de problemas monetários nos primórdios do regime fascista, as políticas de estabilização econômica lançadas em 1925 e a legislação social corporativa imposta no ano seguinte pelo ministro da Justiça Alfredo Rocco precipitam a transição de um “fascismo liberal” para um “corporativismo subordinado e parcial” – ostensivamente um corporativismo de Estado. Processo que resultou no reforço do intervencionismo estatal e numa economia dirigida através do Partido Nacional Fascista (ADLER, 1995, p. 347-357).

A corporativização forçada das organizações de patrões e trabalhadores conduzida ao abrigo da *Carta del Lavoro* (1927) instituiu uma sindicalização assimétrica que perdurou até 1945. Nem nas empresas, nem tão pouco nas organizações profissionais, havia qualquer representação conjunta de trabalhadores e patrões. Na prática, a *Carta* oferecia aos patrões o direito exclusivo de direção da atividade econômica e das empresas, remetendo a burocracia sindical para um domínio marginal e administrativo (BERNARDO, 2003, p. 246-247).

Também em Itália, a crise mundial apressou o dirigismo econômico. O seu maior impulso institucional residiu na criação do Conselho Nacional das Corporações, em 1930, cujo papel significou a coordenação das relações econômicas entre as várias categorias de produtores, a regulação das relações entre patrões e assalariados e a ação assistencial dos sindicatos profissionais (FERNANDES, 1938, p. 211-221). A organização da economia foi a partir de então ainda mais estatista e menos corporativa: assentou na criação de dezenas de cartéis e consórcios públicos de oficiosa obediência ao Partido Nacional Fascista. A lógica de organização desses cartéis foi setorial, em regra por produtos, como sucedeu no caso português que, em boa medida, seguiu a experiência italiana. Os Entes Nacionais do Arroz (1931), cuja campanha de fomento inspirou uma tímida “campanha do arroz” em Portugal, da Celulose e do Papel (1935), e o da Beterraba Sacarina (1937) são exemplos da transversalidade dos setores econômicos abrangidos pela cartelização fascista (MOREIRA, 1997, p. 215).

Desafios de interpretação sobre a experiência portuguesa

Philippe Schmitter advertiu sobre a tentação de ignorarmos o corporativismo português pelo simples fato de ele ter sido “anacrônico e irrelevante”. “Se o fizessemos”, acrescenta o sociólogo americano, “estariamos a ir ao encontro daqueles que já chegaram à conclusão de que o Estado corporativo de Mussolini não passava de uma aldrabice, bem como daqueles que insistem em levar o corporativismo a sério como se fosse um autêntico *tertium genus* entre o capitalismo e o socialismo” (SCHMITTER, 1999, p. 166).

Nem uma coisa nem outra. Em rigor, o corporativismo português – que sempre se anunciou “associativo” ou “autodirigido” – foi uma *fraude*. Primeiro, porque apenas existiu enquanto “corporativismo de Estado”, conforme concluíram diversos autores e, antes deles, alguns

doutrinadores do próprio sistema. Segundo, porque as corporações, órgãos de cúpula de um verdadeiro sistema corporativo, levaram mais de vinte anos a serem criadas e quando o foram (em 1956-57) pouco funcionaram. Por último, porque o caráter corporativo do Estado Novo, solenemente vertido na Constituição portuguesa de 1933, foi apenas uma veleidade, decerto resultante da necessidade de achar um móbil moderadamente revolucionário para o novo regime. Acresce que a Câmara Corporativa, prevista na Constituição, nunca foi a expressão do ideal corporativista de representação orgânica da nação, pois nunca deixou de ser um órgão auxiliar e consultivo do Governo e da Assembleia Nacional (SERAPIGLIA, 2011, p. 21-29).

O próprio nacional-sindicalismo – versão portuguesa do nazi-fascismo –, surgido em Portugal no começo dos anos trinta, embora incluísse movimentos de ideologia corporativista, nacionalista e antiliberal que tinham em comum a recusa da luta de classes, apelou a uma “revolução corporativa” que se exprimiu contra o corporativismo em curso, supostamente tímido. A concretizar-se, a revolução corporativa desejada pelos nacionais-sindicalistas seria devastadora para as instituições herdadas do Estado liberal; não permitiria qualquer compromisso entre o “Estado corporativo” e as anteriores formas de organização política e social, como sucedeu no salazarismo. Também por isso, Salazar e o seu círculo político preferiram usar a expressão “revolução nacional” ou, quando muito, chamar-lhe “revolução nacional corporativa”, programa que na utopia reacionária dos corporativistas significava integrar a nação (a “nação orgânica” ou a constituição natural da sociedade) no Estado.

Embora esse organicismo de raiz tomista reelaborado pelos sociólogos de Oitocentos não fosse impossível de conjugar com o reformismo republicano (assim o fizeram Teófilo Braga e Manuel Emídio Garcia, por exemplo) e socializante (evidente em obras de Oliveira Martins e do próprio Marnoco e Sousa), acabou por vingar a versão católica-social doutrinada pelo Papa Leão XIII.

Os afluentes doutrinários do corporativismo português que o Estado Novo acolheu e instituiu foram, além desse “corporativismo das encíclicas”, o conservadorismo contra-revolucionário e estrangeirado de Barrés e Maurras, o movimento integralista português e, sobretudo, já nos anos vinte, o arquétipo corporativista de Estado do fascismo italiano, isto, é, o corporativismo feito regime.

Fora deste espectro, poucas novidades. Como notou Fernando Rosas, o movimento nacional-sindicalista “fez o discurso corporativista

das velhas direitas, ainda que emprestando-lhe, como em todo o lado, tons obreiristas, antiplutocráticos e milicianos” (ROSAS, 2012, p. 284) que as elites conservadoras receberam com frieza.

Sobrava a direita republicana, que encarou o corporativismo de maneira pragmática, “expediente prático e eficaz para repor a ordem nas finanças públicas, no Governo, nas empresas e nos negócios” (ROSAS, 2012, p. 284). E a direita tecnocrática, que o viu do mesmo modo, mas também como instrumento de regulação da economia que poderia facilitar o ambicionado fomento. Não espanta que o corporativismo católico de ideologia nacional-organicista tenha reunido um oficioso consenso e tenha povoado os textos basilares do regime.

A ameaça de contágio revolucionário vinda da revolução bolchevista de 1917, alguns ensaios de corporativismo político e social, em especial as ditaduras ibéricas de Sidónio Pais (1917-1918) e de Primo de Rivera (1923-1930) e as sucessivas crises do capitalismo, abalos que se repetiram de 1890 a 1929, compuseram o ambiente favorável para sepultar o demoliberalismo e reprimir a ofensiva socialista e comunista.

Volvidos quarenta anos do fim da ditadura de Salazar e Caetano, o conhecimento histórico do Estado Novo persiste em colocar-nos a mesma trilogia de problemas que o animou nas décadas de oitenta e noventa do século XX: 1) As origens ideológicas e sociais do regime e os seus processos de implantação no âmbito da crise do Estado liberal; 2) A natureza política do Estado Novo no contexto histórico dos fascismos da Europa de entre-guerras; 3) A extraordinária longevidade da ditadura portuguesa e a sua resistência às transformações externas e internas; 4) A natureza e os ciclos das políticas de modernização e desenvolvimento econômico. Se tudo cabe neste leque de questões, não é menos verdade que a construção e o funcionamento do sistema corporativo português são temas que atravessam qualquer uma das problemáticas.

As incoerências entre a teoria e a prática, as contradições e desvios dos corporativismos históricos da Europa de entre-guerras, em geral, e do sistema corporativo português instituído pelo Estado Novo, em particular, têm sido identificadas por historiadores, sociólogos e politólogos.

No caso português, tais evidências contraditórias têm-se revelado reconfortantes para o entendimento do corporativismo enquanto sistema, mas pouco estimulantes para o estudo histórico da sua experiência concreta e do efeito decisivo que parece ter tido na longevidade do próprio Estado Novo. Nomeadamente, no que toca à ação regular e

ao impacto estrutural da miríade de organismos corporativos e para-corporativos imposta às forças vivas da “nação” a partir de 1933 ou mesmo antes, ainda sem a moldura jurídica constitucional.

O império da ideologia e a obsessão historiográfica de apurar em que medida o dogma corporativista gerou um sistema político e de representação de interesses realmente corporativo – questão elíptica que a própria doutrina alimentou –, parecem inibir a análise dos usos econômicos da ideia corporativa e o estudo dos seus impactos sociais.

Para tanto, falta estudar a prática das instituições corporativistas – ou das principais, a título de amostra –, cartografar os sectores econômicos onde foram forçadas de modo vertical e horizontal e tipificar os seus impactos. As instituições corporativistas erigidas pelo Estado Novo português legaram-nos um imenso caudal de meta-fontes, nem sempre esclarecedoras do quotidiano das instituições, da sua prática social e política ou das circunstâncias do “corporativismo real”. Do outro lado do “objeto” de estudo ficam as instituições políticas, econômicas e sociais criadas debaixo da doutrina corporativa – ou seja, o *sistema* e a *organização*, realidades que não coincidem de todo.

Referências

- ADLER, Franklin Hugh. *Italian Industrialists from Liberalism to Fascism*. The Political Development of the Industrial Bourgeoisie, 1906-1934. New York: Cambridge University Press, 1995.
- ALMODÓVAR, António; CARDOSO, José Luís. Corporatism and the Economic Role of Government. In: MEDEMA, Steven G.; BOETTKE, Peter (Eds.). *The Role of Government in the History of Economic Thought*. Durham-London: Duke University Press, 2005. p. 333-354.
- AMARO, António Rafael. A primeira reforma político-administrativa do Estado Novo: a experiência fracassada da divisão do Continente em Províncias (1936-1959). In: GARRIDO, A.; COSTA, L. Freire; DUARTE, L. Miguel (Org.). *Economia, Instituições e Império*. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Coimbra: Almedina, 2012.
- BASTIEN, Carlos; CARDOSO, José Luís. From homo economicus to homo corporativus: A neglected critique of neoclassical economics. *The Journal of Socio-Economics*, n. 36, p. 120-127, 2007.
- BERNARDO, João. *Labirintos do Fascismo*. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- CAPDEVIELLE, Jacques. *Modernité du Corporatisme*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.
- CATROGA, Fernando. *A Geografia dos Afectos Pátrios*. Coimbra: Almedina, 2014.
- COTTA, Alain. *Le Corporatisme, stade ultime du capitalisme*. Paris: Fayard, 2008.

- CARDOSO, José Luís Cardoso; MENDONÇA, Pedro. *Corporatism and Beyond: an assessment of recente literature*. Lisboa: ICS, 2012.
- CROUCH, Colin; STREECK, Wolfgang (Eds.). *The Diversity of Democracy. Corporatism, Social Order and Political Conflict*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.
- DE MICHELIS, Giuseppe. *La Corporation dans le Monde*. Économie Dirigée Internationale. Paris: Les Éditions Denoel et Steele, 1935.
- FERNANDES, António Júlio Castro. *O Corporativismo Fascista*. Lisboa: Editorial Império, 1938.
- GAGLIARDI, Alessio. *Il corporativismo fascista*. Editori Laterza: Roma-Bari, 2010.
- GARRIDO, Álvaro. *Cooperação e Solidariedade. Uma História da Economia Social*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.
- _____. *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2010.
- GENTILE, Emilio. *Fascismo. Storia e Interpretazione*. Bari: Laterza, 2015.
- HALL, Peter; SOSKICE, David (Eds.). *Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. New York: Oxford University Press, 2003.
- KAPLAN, Steven; MINARD, Philippe (Dir.). *La France, malade du corporatisme? XVIIIe-XXe siècles*. Paris: Éditions Belin, 2004.
- LEHMBRUCH, Gerhard. Liberal corporatism and party government. In: SCMITTER, Philippe; LEHMBRUCH, Gerhard (Ed.) *Trends Towards Corporatist Intermediation*. London: Sage, 1979. p. 147-183.
- LUCENA, Manuel de. Corporatisme au Portugal, 1933-1974. Essai sur la nature et l'ambiguïté du régime salazariste. In: MUSIEDLAK Didier (Dir.). *Les Expériences Corporatives dans L'Aire Latine*. Berne: Peter Lang, 2010. p. 153-202.
- _____. *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976. 2 v.
- _____. A herança de duas revoluções: continuidade e rupturas no Portugal post-salazarista. In: COELHO, Mário Baptista (Coord.). *Portugal, O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989. p. 505-555.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- MANOILESCO, Mihail. *Le siècle du corporatisme: doctrine du corporatisme intégral et pur*. Paris: Félix Alcan, 1934.
- MILZA, Pierre. *Les Fascismes*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- MORNATI, Fiorenzo. “Le corporatisme italien vu par les économistes français des années trente”. In: DOCKÈS, Pierre et all (Dir.). *Les traditions économiques françaises, 1848-1939*. Paris: CNRS Éditions, 2009. p. 728-729.
- MOREIRA, Vital. *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*. Porto, Livraria Almedina, 1997.
- OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des groupes d'intérêt*, 2. ed. Paris: Montchrestien, 1998.
- PAYNE, Stanley. *A History of Fascism*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1996.

PEREIRA, Pedro Teotónio. *A Batalha do Futuro*. Organização Corporativa. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937. 2. ed.

PERROUX, François. *Capitalisme et communauté de travail*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1938.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, jan.-abr. 2014.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.

ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (Coord.). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.

SANTOMASSIMO, Gianpasquale. *La terza via fascista*. Il mito del corporativismo. Roma: Carocci, 2006.

SCHMITTER, Philippe. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

_____. Still the century of corporatism? *The Review of Politics*, v. 36, p. 85-131, 1974.

SERAPIGLIA, Daniele. *La via portoghese al corporativismo*. Bologna: Carocci, 2011.

TONIOLO, Gianni. *L'Economia dell'italia fascista*. Bari: Editori Laterza, 1980.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. 2 v.

WIARDA, Howard. *Corporatism and development: the Portuguese experience*. Amherst: The University of Massachussets, 1977.

_____. O corporativismo em Portugal e no mundo moderno. In: GASPAR, Carlos; PATRIARCA, Fátima; MATOS, Luís Salgado de (Org.). *Estado, Regimes e Revoluções*. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 263-276.

WILLIAMSON, Peter J. *Corporatism in Perspective*. An Introductory Guide to Corporatist Theory. London: Sage Publications, 1989.

Recebido: 22 de novembro de 2015

Aprovado: 11 de janeiro de 2016

Autor/Author:

ÁLVARO GARRIDO <agarrido@fe.uc.pt>

• Professor com agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde coordena o grupo de História Económica e Social e a Escola de Estudos Avançados, e investigador do CEIS20. O seu trabalho incide na História económica e das instituições e na História marítima contemporânea. Os temas do corporativismo, da economia social e da economia marítima são centrais no seu projecto de investigação. Publicou diversos livros e artigos internacionais sobre história económica de Portugal, as pescas no contexto do Estado Novo português e a natureza do corporativismo salazarista. Prepara dois livros para publicação em 2016: *Cooperação e Solidariedade – Uma História da Economia Social* (Tinta-da-China); *Queremos uma Economia Nova! O corporativismo Salazarista* (Temas & Debates).

◦ Professor at the Faculty of Economics at the Universidade de Coimbra, where he coordinates the group of Economic and Social History and the School of Advanced Studies, being also researcher of the CEIS20. His work focuses on Economic History, History of Institutions and Contemporary Maritime History. The themes corporatism, social economy and maritime economy are central to his research project. He has published several international books and papers about Portuguese economic history, fishing in the context of the Portuguese Estado Novo and the nature of the salazarist corporatism. He also has two books in preparation to be published in 2016: *Cooperação e Solidariedade – Uma História da Economia Social* (Tinta-da-China); *Queremos uma Economia Nova! O corporativismo Salazarista* (Temas & Debates).

The corporatism of Fascist Italy between words and reality

*O corporativismo da Itália fascista entre
palavras e realidade*

*El corporativismo de la Italia fascista entre
las palabras y la realidad*

Alessio Gagliardi*

Translated by Sergio Knipe

Abstract: It is common knowledge that State intervention in Italy in the Twenties and the Thirties developed outside of corporative institutions. The history of Fascist corporatism, however, is not only an unsuccessful story. Despite the failure of the “corporatist revolution” and “Fascist third way”, Fascist corporatism since the mid-Twenties helped the progressive development of a new political system to regulate relationship between State and private interests. The paper examines not only the institutional framework (the systems of formal laws, regulations, and procedures, and informal norms) but also their acts and real activities. It dwells upon internal debates, political and institutional importance acquired by corporative institutions in Fascist regime and behaviours of entrepreneurial organizations and labour unions. In this way, the paper aims to point out the “real” consequences of Fascist corporatism, different from the ideological ones.

Keywords: corporatism; Fascism; Italy

Resumo: É de conhecimento geral que intervenções estatais na Itália nas décadas de 1920 e 1930 se desenvolveram fora de instituições corporativas. A história do corporativismo fascista, no entanto, não é totalmente sem sucessos. Apesar da falha da “revolução corporativista” e da “terceira via fascista”, o corporativismo fascista, desde meados dos anos 1920, ajudou no desenvolvimento progressivo de um novo sistema político para regular a relação entre o Estado e interesses privados. O presente artigo examina não apenas a arcabouço institucional (os sistemas de leis formais,

* Assistant professor of Contemporary History at the University of Bologna. <alessio.gagliardi@unibo.it>

regulamentações, procedimentos e normas informais), mas também suas atividades reais e atos. Esse trabalho aborda debates internos, importância política e institucional adquirida por instituições corporativas em regimes fascistas e comportamentos de organizações empreendedoras e sindicatos trabalhistas. Dessa forma, este artigo visa ressaltar as consequências “reais” do corporativismo fascista, diferente das ideológicas.

Palavras-chave: corporativismo; fascismo; Itália

Resumen: Es de conocimiento común que la intervención del Estado en Italia en los años 1920 y 1930 se desarrolló a partir de las instituciones corporativas. La historia del corporativismo fascista, sin embargo, no es del todo sin éxito. A pesar del fracaso de la “revolución corporativista” y de la “tercera vía fascista”, el corporativismo fascista desde mediados de la década de 1920 ayudó al desarrollo progresivo de un nuevo sistema político para regular la relación entre los intereses públicos y privados. En este artículo se examina no sólo el marco institucional (los sistemas de derecho formales, reglamentos, procedimientos y reglas informales), sino también a sus actividades y acciones reales. Este trabajo se ocupa de debates internos, importancia política e institucional adquiridos por las entidades corporativas en los regímenes y el comportamiento de las organizaciones empresariales y de los sindicatos fascistas. Por lo tanto, este artículo pretende poner de manifiesto las consecuencias “reales” del corporativismo fascista, a diferencia de las consecuencias ideológicas.

Palabras clave: corporativismo; fascismo; Italia

Between myth and reality

With the creation of corporatism, Fascism promised to bring about a profound transformation of the economy and the state: on the one hand, it sought to subject the market and private enterprises to political control; on the other, it aimed to establish a new system of representation, completely different from the liberal one, and a new relationship between rulers and ruled. Not much of this project was actually implemented. Antifascists in the 1930s emphasised the great gulf between theories, programmes and ideological interventions on the one hand, and practical accomplishments, legislative and institutional solutions and political initiatives on the other. This is most notably the case of Carlo Rosselli Gaetano Salvemini and Angelo Tasca (ROSSELLI, 1934; SALVEMINI, 1948; TASCA, 1935), who used definitions such as “great swindle”, “bureaucratization” and “bluff”. A different approach was followed by leading communist intellectuals, such as Antonio Gramsci and Palmiro Togliatti, who argued that corporatism was not a bluff or a failure, but the shell of the transformation of Italian capitalism (GRAMSCI, 1975; TOGLIATTI, 2010). The strong association of this last interpretation and Marxism condemned it to marginalization in the post-war years.

For this reason, for decades the “failure paradigm” has been the main, if not only, way of interpreting Fascist corporatism.

The most important studies of those years, the ones by Alberto Aquarone and Sabino Casseese, examined new topics and sources, but essentially built upon the ideas of Salvemini, Rosselli, and Rossi (AQUARONE, 1965; CASSESE, 1974).

Only in the last decade some historians followed a different approach, which aims to transcend the “failure paradigm” and develop an in-depth analysis both of ideology of corporatism and of its institutional functioning (SANTOMASSIMO, 2006; CASSESE, 2010; GAGLIARDI, 2010a).

However, as shown by Phillip Schmitter with reference to political science (SCHMITTER 1974; 1982), an acknowledgement of the discrepancy between plans and achievements ought not, in itself, entail a reductive assessment of corporatism. Viewing the phenomenon as a failure does not so much provide a conclusive answer to the question of what corporatism amounted to, as raise a problem that is worth investigating and which in turn requires some explanation – particularly given the considerable doctrinal and propagandistic efforts made by leading Fascists and their outspokenness on the matter (CASSESE, 1974, p. 88). Moreover, while no “corporative revolution” ever took place, as the promises made by Fascist leaders largely remained mere talk, this does not mean that the creation of corporative institutions and their work had no significant consequences.

The present article aims to offer a brief overview of the experience of corporatism in Fascist Italy, starting precisely from the question of the relation between words and reality.

Discourses and ideas

Corporatism was the most widely debated issue in Fascist Italy, and a vast range of different views were held on the subject (CHABOD, 1961, p. 87; ZUNINO, 1995, p. 246). Between the mid-1920s and the late 1930s, thousands of volumes, articles, popular booklets and magazines were specifically devoted to the topic; conferences and countless propaganda meetings were organised; specific cultural institutions were established; and even the university courses in Economics and Law were modified in order to officially take the corporatist ideal into account. The impressive number of publications is perfectly reflected by the *Bibliografia sindacale-corporativa* published by Alfredo Gradilone

in 1942: over 1,200 pages long, this bibliography lists approximately 12,000 titles (GRADILONE, 1942). Within this vast intellectual production, very different approaches emerged right from the start. This led to a relatively open debate, which in certain cases reached a polemical pitch quite unusual for the illiberal and conformist climate of the period.

Already in the previous years and decades several cultural and political currents had expressed and variously developed the idea of transcending the liberal-democratic state, by upholding corporatist models. The aspiration to reform the state by introducing representatives of productive categories into parliament and the aspiration towards institutional forms of cooperation and reconciliation between different social interests cut across the political spectrum. As a bulwark against class war as well as state interference, corporatism had been one of the constitutive aspects of the social doctrine of the Church and of the programme of the Catholic movement ever since the two final decades of the 19th century. In the aftermath of World War I, in the wake of the industrial mobilisation brought about by the conflict, the question of inter-class collaboration had exercised considerable allure on the entrepreneurial world, the reformist minority of the Socialist Party, and certain sectors of the trade-union world (LAY, PESANTE, 1981; BERTA, 1996). Most notably, corporatism was a key element in the ideology and political programme of the nationalists – chiefly thanks to Alfredo Rocco, who gave the idea a more statist twist – and of that current of revolutionary syndicalism which through the adoption of an interventionist stance had led to the development of “national syndicalism” with the *Unione Italiana del Lavoro*, headed by Alceste De Ambris and Edmondo Rossoni (UNGARI, 1963; PASETTI, 2008).

These political and ideological precedents provided the cornerstones for the Fascist idea of corporatism. The first cornerstone was productivism, which replaced the struggle over the distribution of wealth among social classes with the aim of increasing, as far as possible, the productive capacity of the country's economy. The figure of reference here was that of the “producer”, which encompassed all those contributing to the production process, from workers to technicians and entrepreneurs. The second cornerstone, closely connected to these productivist assumptions, was the rejection of the liberal system of representation, centred on the electoral process and individual atomism, and hence on the promotion of a new system of representation based on productive categories. What stood at the centre of the corporative

system, therefore, was not the individual citizen but the producer. Individuals were confined to a single role, strictly identified with their professional status as workers (SANTOMASSIMO, 2006, p. 252).

The liveliest and open stage of the debate on corporatism occurred in the first half of the 1930s – the years of the economic crisis and the establishment of corporative institutions. It started setting the pace with the Italo-Ethiopian War and the imperialist turn of Fascism, which found a political and economic counterpart in the adoption of the ideology of autarchy (ZAGARI, 1982). In this period corporatism provided an avenue for economists and jurists to discuss – even in the absence of democratic institutions and freedom of speech – issues such as the crisis of the self-regulating market and the liberal state, and the need to update existing interpretative theories and paradigms (GAGLIARDI, 2013). What further contributed to the development of the theoretical foundations of corporatism were ideas, analyses and suggestions strictly pertaining to the attempt to identify the crucial constitutive elements of Fascism as an ideology and political project.

Taking part in the debate were not just intellectual and ideologists, but also leading politicians, directly engaged in the drafting of the fundamental laws of the corporatist state. A particularly important contribution was provided by Alfredo Rocco, the chief architect of Fascist legislation and the promoter of a form of “authoritarian corporatism” based on the complete primacy of the state over society and individuals (BATTENTE, 2005; SIMONE, 2007); the Minister of Corporations Giuseppe Bottai, who theorised a “totalitarian corporatism” as the foundations of a 'participatory' Fascism resting on popular support (GENTILE, 1982, p. 205-230; SANTOMASSIMO, 2006, p. 56); and union leaders, starting from Edmondo Rossoni, who endorsed the idea of a corporative system centred on trade unions and capable of lending concrete form to the revolutionary and anti-bourgeois ambitions of Fascism (PARLATO, 1989; 2000).

The popularity of corporatism cannot simply be explained on the grounds of the regime's capacity for intellectual mobilisation from above, of the effectiveness of propaganda both in Italy and abroad, of the pre-existence of certain cultural inclinations or traditions, or of the conceptual and semantic ambiguity of the doctrine, which made it open to different interpretations and hence compatible with different cultural and ideological frameworks. What especially accounts for the national and international appeal of the corporatist ideal is the circulation, in Italy and Europe during the war years, of reflections concerning the

problems caused by social rifts, the crisis of individualistic pluralism and the collapse of the myth of a self-regulating market. In the immediate aftermath of the conflict, Western societies – especially those of continental Europe – had already witnessed the emergence of new institutional systems and forms of political decision-making. Following the rise of large private organisations (trade-union confederations, business associations, and large industrial and financial conglomerates), consensus was sought not only from elected parliaments but also, increasingly, through a constant negotiation with organised interest groups. A switch of power occurred from elected representatives and career bureaucrats to the main organised forces within society and the economy, which directly negotiated with one another or exercised some influence through a weakened parliament (MAIER, 1975). Parliament, therefore, was no longer the only venue for mediation. Associations representing the interests of given economic classes acquired the capacity to negotiate with governments and steer their decisions.

The issue of the crisis of the liberal state became strongly intertwined with that of the crisis of the market and of the range of phenomena falling under the label of “organised capitalism”, which was coined and widely employed in Germany at the time. The power acquired by large industrial and financial groups, the restructuring of the market according to cartels, industrial mobilisation during World War I and the challenge launched to capitalism by Soviet planning made the idea of a market based on “perfect competition” seem glaringly inadequate and outdated.

The ideological operation undertaken by Fascism, in other words, consisted in promoting corporatism as the best answer to the historical problems caused by the failure of liberalism and the crisis of Western civilisation. Intellectuals at the time gave much credit to this operation – and this is not just true of Fascist intellectuals or Italian ones. Corporatist ideas were circulating on a European level and also involved intellectuals and political forces that were quite foreign to Fascism. Let us just think here of the great attention and interest with which such ideas were received and followed in many European, as well as non-European, countries (PASETTI, forthcoming).

Indeed, it was chiefly through the idea of corporatism that an attempt was made to promote Fascism, both among the Italians and in the world at large, as a “third way” between capitalism and socialism, as a revolutionary experiment to create a “new state” and a different model of society. The fact that today the corporatist idea may seem like a

mystifying and culturally weak attempt to forcefully simplify a complex reality, in contrast with the formation of a modern mass society, does not change the fact that the corporatist perspective was a convincing one for many people at the time. Corporatism provided an avenue through which the Italian debate could be brought in line with the considerations made in inter-war Europe on the problems, changes and underlying contradictions of modern industrial societies.

No more than a failure?

The outcome was far removed from the promises made, as the actual reality of corporatism had little to do with the river of words concerning the “corporatist revolution”. The bureaucratic framework was set-up very gradually and not without some contradictions: in 1926 the *ministero delle Corporazioni* (Ministry of Corporations) was established and the corporative trade-union system was launched. The *Consiglio nazionale delle corporazioni* (National Council of Corporations), however, while already called for by the syndicalist legislation of 1926, was only established in 1930, as a means of coordinating the work of the corporations, which were actually only set up four years later. Even the creation of a Chamber of Corporations, representing the interests of workers and enterprises, proceeded in much the same fashion: it dragged on for almost the entire duration of the regime. The complete transformation of the electoral system accomplished in 1928 included but a handful of corporatist measures (an end to elections, the introduction of plebiscites and the involvement of trade unions and employer's organisations in the appointment of deputies). Only late in 1939 was the Chamber of Deputies turned into the *Camera dei fasci e delle corporazioni* (Chamber of Fasci and Corporations).

Moreover, the institutions progressively established were weak and enjoyed little autonomy. Both the National Council of Corporations and the corporations themselves were caught within a dense network of public powers that were at the same time interdependent and all subject to Mussolini's authority. From the very start, this dependence upon the head of the government was regarded by many anti-Fascists as the main sign of the closed and bureaucratic nature of the corporative system, which appeared to have no real autonomy and no connection with the various social groups, and hence to be incapable of changing the country's social structure in any essential way. While the degree of dependence on the head of the government no doubt reflects the lack of

autonomy of corporative bodies and their other-directed character, it is just as clear that this dependence constituted an unavoidable feature of the Fascist regime. The dictatorship of the head of the government and of the single party framed each segment of the institutional system and of society within a hierarchical order that had Mussolini as its apex. In other words, to emphasise the dependence of the corporations on the head of the government is to acknowledge the fact that they were part of the Fascist state.

The more general evidence concerning the functioning of corporative institutions would nonetheless appear to confirm the disparaging judgements made by anti-Fascists. The power of corporative bodies to issue legally binding regulations on economic matters was very seldom applied, and only on matters of little relevance. The National Council of Corporations issued merely two regulations, on the sale of milk in Rome and on the juridical nature of the relationship between insurance companies and insurance agents (hardly issues of the utmost importance). The corporations focused on highly specific matters related to their production sectors (MINISTERO DELLE CORPORAZIONI, 1931, p. 11-6 and 17-25).

Most significantly, state intervention in the economic field bypassed the corporative systems and its procedures. For the bailouts and nationalisation of industrial enterprises and banks carried out as a response to the great crisis of the 1930s, the Mussolini government created new technocratic bodies – such as the *Istituto Mobiliare Italiano* (Italian Industrial Finance Institute, IMI) and *Istituto per la Ricostruzione Industriale* (Institute for Industrial Reconstruction, IRI) – that were completely independent of the corporative system. Likewise, to carry out a reform of the financial system, the government reformed the country's central bank, the Bank of Italy. At the same time, the management and control of major private industrial groups remained firmly in the hands of proprietors, shareholders and managers, and free from any interference on the part of corporative bodies. The corporations thus found themselves sidelined by both old and new institutions in the exercising of highly important duties and functions, as was even noted by some of the political and intellectual leaders most vocal in their support of the “corporatist revolution” (CASSESE, 1974, p. 65; AQUARONE, 1965; ROSENSTOCK FRANCK, 1934; 1939).

It is an indisputable fact, therefore, that the actual implementation of the corporative system fell considerably short of the aims set by Fascist propaganda and intellectuals. However, it would be simplistic

to dismiss the corporatist experience as nothing but a failure. And this, first of all, because many leading politicians and intellectuals indeed voiced their disappointment and clamoured for change. A primary role was played, in this respect, by the journal “*Critica fascista*”, edited by Bottai (PACCES, 1937, p. 67). The original myth of corporatism was especially invoked, in the second half of the 1930s, by different sectors of the “Fascist Left”. These regarded corporatism not as a system in the making, as an already partly accomplished system to be taken stock of, fine-tuned and interpreted; rather, they regarded it as a still distant goal, the pursuit of which meant revamping the dormant revolutionary spirit of Fascism and opposing the “conservative” and “bourgeois” aspects of the regime. The radicalising of certain stances and their increasing remoteness from the approach upheld by Mussolini and the other leaders of the regime lie at the origin of the Fascist internal opposition. This took shape in the second half of the decade and was chiefly driven by young members of the Fascist Party, as well as by certain sectors of the trade-union world that sought not to make a break with Fascist but to establish a different kind of Fascism, with more markedly social, Mussolinian and dictatorial features: in other words, a brand of Fascism expressing a totalitarian turn (ZANGRANDI, 1962; PANUNZIO, 1988). The same “disappointed” Fascists drafted some projects to reform the institutional order of corporative structures and the distribution of power. The most noteworthy among these projects are those developed by Ferruccio Lantini – Undersecretary (from January 1935) and then Minister (from June 1936) of Corporations – and Tullio Cianetti, President of the Confederation of Industrial Workers (GAGLIARDI, 2010a, p. 150-156). As late as the second half of the 1930s, the corporatist system was still pervaded by an enduring tension, which bears witness to the fact that the balance attained was neither stable nor enduring.

Most significantly, the thesis of the utter failure of corporatism underestimates some important aspects of the work accomplished by the corporations. On the interpretative level, measuring the correspondence between theory and its implementation is a necessary yet only partial step. What is just as important is analysing the actual work performed by corporative institutions: the composition of these bodies, the issues they addressed, the way in which they conducted debates, the conclusions they reached, and their relations with other institutions. If one examines the functioning of the corporative system close-up and from within, what emerges is a more complex picture, which cannot be reduced to the discrepancy between words and facts.

Labour relations

The attempt made by the Fascist regime to develop the corporative system took two different forms: the governing of labour relations and the regulating and management of the economy. The former strategy was fully implemented. The complete corporative governing of labour relations was achieved in the mid-1920s with the approval of the syndicalist regulations drafted by Alfredo Rocco.

The law of 3 April 1926 established the fundamental principles of the Fascist syndicalist system. The overall pursuit of socio-economic interests was subordinated to the principles and goals of Fascism. The principle was introduced of the legal recognition of employers' and employees' associations, which was only to be granted to those associations that could give "proof of their competence, good moral behaviour, and sound national loyalty." This recognition could only be granted to one association per category and invariably worked to the benefit of Fascist trade unions, which ultimately monopolised representation. The aim of these associations was not just to safeguard the economic interests of their members but also to provide assistance, training and "moral and national education" – meaning, to ensure their adherence to the principles and goals of Fascism.

In addition to suppressing the freedom and pluralism of trade unions, the law banned strikes and lockouts, the main and most effective means of struggle. A whole series of rights hard-won by the workers over the past decades were simply scrapped. The aim was to quash the class struggle and establish an orderly, harmonious society. In practice, the suppression of the freedom of association especially affected trade unions close to the Socialist and Communist parties, those which in the past had boasted the highest number of adherents. Employees' organisations were not affected as much, as there already only existed one per sector. The syndicalist reform, therefore, favoured industrialists and landowners, to the detriment of workers, farmhands and other hired labour.

The 1926 measure represents the coherent transposition of the dictatorial system on the syndicalist level. Moreover, it fully accomplished the corporatist model endorsed by Rocco. Indeed, the latter envisaged the law in question as the cornerstone of the Fascist state. He clearly stated as much in one of his most important political texts, observing that "the reform [...] which has most contributed to shaping the form of the Fascist state and the concrete social content of

its measures” is the law governing collective labour relations (ROCCO, 1938, p. 782).

The apparatus developed by Rocco did not merely issue a highly authoritarian set of regulations concerning labour relations and trade unions, but gave rise to a genuine system for controlling and governing relations between social classes. This rigid yet at the same time extremely “modern” system was founded on the complete “harnessing” of society through a rigid classification of the various social groups and the setting of each individual within a specific social category. Each category was organised into a syndicate. In turn, the syndicates were required to receive recognition from the state, and this entailed their subordination to the government. The elimination of social conflict – which is what marks the modernity of the system – was therefore accomplished not by denying the division of society into classes and the legitimacy of organisations representing their interests, but rather by bringing all syndicates under the influence of the state. In other words, “private” interest groups, represented by legally recognised Fascist syndicates, acquired the status of “public” institutions. The corporative syndicalist system sought precisely to frame – and subordinate – the partial and particularistic interests represented by the syndicates within the totality embodied by the state. Syndicalist organisations thereby became fully and officially part of the increasingly broad range of powers wielded by the new state, with significant – if ambiguous – repercussions: while on the one hand the new system stripped trade unions of their power of representation and limited their operational sphere, on the other hand it lent them complete and unprecedented institutional legitimation. This ambiguity was already noted by Antonio Gramsci, the Marxist theorist and Secretary of the Italian Communist Party who was arrested a few months after the issuing of the new law: in what is probably the most lucid and sharp analysis of corporatism stemming from the anti-Fascist ranks, Gramsci speaks of the state's “incorporation” of subjects external, if not opposed, to it (GAGLIARDI, 2010b). The presence of a complex organisational network was therefore accepted as an unavoidable aspect of modern mass society. Besides, in Fascism the phase of destruction, violence and repression was always inextricably bound with – and superimposed upon – that of the development of new laws, procedures and apparatuses. This is especially true in the case of labour unions.

The new set of regulations also changed the source of legitimation for syndicalist organisations: workers no longer played this role,

if not at a subordinate level, but were replaced by the state, which was responsible for granting all legal recognition and was crucially responsible for regulating social dialectics. This profound transformation revolutionised the relations between the leaders of workers' organisations and their social base. Still, this is not to say that Fascist syndicalism may be reduced to the mere function of controlling and regimenting the workers – however crucial this may have been. The fact of being mass organisations – as witnessed by their hundreds of thousands of members –¹ made Fascist syndicates an extremely complex body: on the one hand, they served as “a means of social control and a conveyor belt through which to accomplish the 'mobilisation from above' of the masses of workers”; on the other, they provided an avenue for voicing workers' needs and demands, particularly via organisers operating at a lower level (DE BERNARDI, 1993, p. 17).

In the light of these considerations, what emerges is a rather different picture of Fascist corporatism: its history is not that of a deep and unavoidable rift between projects and accomplishments, of an unquestionable failure; rather, it is the history of the full and concrete implementation of one possible version of corporatism. At any rate with reference to Rocco's interpretation of corporatism, “one may speak of a congruence between stated goals, legally formalised intentions and outcomes reached” (STOLZI, 2007, p. 25).

The Fascist welfare state

Far less satisfying results were achieved in the field of economic management. On paper, the corporative system ought to have actively regulated production and restricted private enterprise. To pursue this goal, over the course of the 1930s the regime established a complex institutional apparatus, comprising the National Council of Corporations, the Central Corporative Committee, and twenty-two corporations. All these bodies were formed by joint delegations of employers and employees: the first, consisting of over 130 members, was conceived as a sort of parliament for socio-economic interests; the second, far smaller body, was entrusted with promoting debate and mediation between employers and employees, and with ensuring regular management; finally, the corporations each referred to a specific productive sector.

¹ We have no certain data concerning the number of syndicate members. According to official figures, Fascist labour unions had over 2 million members, but this is not a reliable estimate: see CORDOVA, 2005, p. 76-77.

To these one should add the Provincial Councils of the Corporative Economy, also organised on a joint basis, to represent the interests of individual provinces. A notable contribution to the composition of national corporative bodies came from the leaders of labour unions and employers' organisations, including some of the most important Italian financiers and industrialist, such as Gino Olivetti, Arturo Bocciardo, Agostino Rocca, Guido Donegani, Achille Gaggia, Giacinto Motta and Giuseppe Cenzato, Vincenzo Azzolini, Alberto Beneduce, Alberto Pirelli and Arturo Osio.

Contrary to official expectations and pronouncements, these corporative bodies failed to establish a model for economic organisation, to impose a public investment programme and to establish full state control over private enterprise. Nonetheless, the corporate institutions still proved very influential, as they provided an avenue to discuss economic and industrial policies, as well as labour and welfare issues.

Particularly relevant was the debate on labour law and social security conducted within the National Council of Corporations in the early 1930s, which is to say the years in which the regime was most involved in social politics, with the aim of countering the effects of the crisis and at the same time of broadening public consensus and loyalty to Fascism. On many occasions, the National Council of Corporations stood as an institutional platform for negotiation between the representatives of different groups: this process anticipated and de facto replaced parliamentary debate, which had grown increasingly vapid. This was the case with the reform of labour laws (with the approval of new ones, including a law concerning the work “of women and children”, and of a Labour Charter), with the establishment of a modern insurance system for work-related injuries, and with the renovation of employment agencies.

The debate conducted within the new corporative institutions witnessed a convergence between the less conservative sectors of the Fascist Party – in this case, embodied by the Minister of the Corporations Bottai – which were eager to extend state intervention and affirm the “revolutionary” and anti-bourgeois spirit of the dictatorship, and labour unions, which sought to limit the power of entrepreneurs and gain favour among the workers by presenting themselves as the champions of their interests. While in some cases this convergence succeeded in curbing the influence of business organisations and undermining consolidated interests, such as those of private insurances, it never had a profound impact on the balance between social groups which had emerged with

the dictatorship, and which ultimately weighed in favour of the major industrial and financial groups.

For trade unions, the social security policies adopted by the Ministry of Corporations in the early 1930s constituted partial but nonetheless significant compensation for their ousting from the workplace, as well as for the wage cuts introduced. The critical level of unemployment produced by the economic crisis led Fascist trade unions to strive to improve the welfare system rather than economic conditions. This strategy succeeded in instilling confidence in syndicalist leaders at a time of profound crisis for the labour world, by suggesting that they had a degree of leverage in negotiations with industrialists (CILONA, 1988, p. 274). In the early 1930s, welfare issues came to the forefront of the strategic horizon of Fascist syndicalism (LANDI, 1931). It was precisely at this time that a tendency emerged which later became fully entrenched with the launching of corporations, namely: compensating on the political and legislative level for the unavoidable loss in terms of negotiating power. With wages being set from above and trade union leaders barred from the workplace, workers' representatives found a new *raison d'être* in the establishment of a more advanced social security system. Besides, this fully reflects the political nature of Fascist syndicalism, as a political subject as well as a means to represent social interests. Indeed, the renewed interest in welfare issues was partly justified by invoking the idea of a “Fascist revolution” and of a strong state as the ultimate settler of social contrasts.

Economic management

The impact of corporative bodies from the early 1930 onwards becomes even more evident when one considers the role played by corporations with regard to industrial policies and state intervention in the economic field. On the one hand, the authority of corporations was restricted by the major public policies that were carried out as a response to the crisis – and which reached their culmination with the nationalisation of a whole range of industrial companies and banks, and the establishment of a large public holding (the Istituto per la Ricostruzione Industriale). On the other hand, on several occasions Fascist corporations succeeded in carving out a role for themselves within the complex machine of economic policy.

Corporations played a central role in the autarchic policy designed to limit the dependence of the Italian economy on the international one

and to subordinate production to the dictates of political power. Each corporation was entrusted with drafting an autarchic plan for its specific sector of competence; the various plans were then to be coordinated by the Central Corporative Committee, newly established as the Supreme Commission for Autarchy (ZANI, 1988; GAGLIARDI, 2006).

Corporations played an equally relevant role in regulating production levels and competition policies. In the early 1930s, as a response to the economic crisis, the government adopted a new and distinctive industrial policy, with the aim of promoting concentration, limiting market fluctuations and dealing with the drop in demand. Simply put, those enterprises already on the market, including the least efficient ones, were safeguarded against the entrance of any new businesses (CIOCCA, 2007, p. 204-218). Business cartels, consortia and agreements were promoted, entrance barriers were introduced (with a special authorisation required in order to open a new industry), and a protectionist tariff system was adopted, which also entailed the imposition of a system of import quotas. Many of these measures – particularly the introduction of consortia and protectionism – were common to most countries with an advanced capitalist economy. What distinguished the Italian situation was the peculiar interplay between economic and political power and the important role played, through the corporations, by employers' representatives and labour unions. Corporative principles underlay the implementation of the laws on consortia, industrial plants and import licenses, even in those cases in which any intervention on the part of corporations was ruled out. Each of these measures required that the state administration and public bodies be supported or replaced by trade associations. These corporative bodies were entrusted with examining – and approving or rejecting – all requests submitted for the opening of new industrial plants, with managing the establishment of consortia, and evaluating all requests to import raw materials. In other words, the corporative system played a primary role in orienting individual production sectors as well as enterprises (SANTARELLI, 1941; GUALERNI, 1976; STRINATI, 2001).

Finally, corporations played a part in the procedure for the development of some important economic measures. This was most notably the case with the 1936 banking law, through which the government completely reformed the credit and financial system and redefined the role of the central bank. Although this reform was planned by the IRI management team, the credit corporation also played a significant role: it offered the various parties the possibility to officially

voice their claims and suggestions, thereby enabling the government to gauge the different aspects of the reform in relation to the forces at play. It was precisely on the basis of the debate held within the corporation and the settlement reached through it that the law was defined (SANTORO, 1981; CASSESE, 1988).

All these examples show that the role played by corporations with respect to the economic policies of Fascism, while not living up to the initial proclamations and promises, was neither marginal nor merely celebratory. Not only that, but in the implementation of these policies corporations provided an original avenue for communication and negotiation between the political will of the government and the demands and interests of the various social actors.

Through their formally equitable mediation between different classes and categories, corporations also came to voice remonstrations and demands that would otherwise have been suppressed as illegitimate. Corporative debate gave rise to a non-democratic mode of mediation and negotiation between individual interest groups and the state. Fascism, therefore, did not fully succeed in suppressing the conflicts inherited from the mass society of the years leading up to the march on Rome, but rather internalised them. This apparent contradiction represents the specifically Italian version of the new social and corporatist dimension of political power with which all industrialised countries (be they democratic, authoritarian or totalitarian) were experimenting at the time, each in its own way (MAIER, 1975).

Trade unionists and entrepreneurs came to adopt new procedures to make their arguments heard against their counterparts or competitors, but also to make new demands on the government. Generally speaking, this was not an entirely new phenomenon. The principle that economic or welfare measures could be developed and discussed through the direct engagement of organisations representing entrepreneurs, workers and – in several cases – the middle-classes (professionals, civil servants and small business owners) had already progressively taken root during World War I and in its aftermath. The corporatist experiment, however, is marked by two peculiar and highly innovative aspects: on the one hand, the institutional character of this involvement, the fact that it took place in official venues and in a legally defined way; on the other, the participation of trade organisations in the actual decision-making process, which is to say in the formulation of laws and policies.

Those who benefited the most from this process were entrepreneurs' organisations which, unlike labour unions, succeeded in preserving

their negotiating power and organisational autonomy. Corporations offered them privileged access to the mechanism governing state power, enabling them to engage in the process of political decision-making and administration (GAGLIARDI, 2012). However, the establishment of the corporative system also brought about significant changes for labour unions – despite the fact that they were less independent of Mussolini's will and represented a social sector that had received a considerable blow from the rise of Fascism. The new corporative bodies exemplify “the first comprehensive attempt ever made by a trade union in Italy – albeit within a totalitarian regime – to take part in and to some extent steer the main economic policies of the government” (CILONA, 1992, p. 355).

Naturally enough, labour unions did not abandon their efforts to negotiate working conditions. However, in the second half of the 1930s, economic policy became the linchpin of the trade unionist strategy within corporations. The idea that the latter should constitute the driving force behind all policies of economic planning shaped the action of Fascist labour organisations. By engaging in corporative debate and economic politics, trade union leaders sought to introduce laws that would ensure a fair balance between production, consumption and general wage levels.⁷⁹ Workers' unions, in other words, progressively encroached upon a sphere that was not their own, acting as “guardians of the revolution” in the economic field. In practice, they almost invariably met with failure and never succeeded to seriously challenge the internal balance of the system or limit the excessive power of the entrepreneurial front. This transformation of the role and function of labour unions was nonetheless destined to have an enduring influence even beyond the fall of the dictatorship.

Conclusions

A more multifaceted picture of Fascist corporatism emerges from a closer analysis, focusing less on the dynamics of the system and more on the actual functioning of its apparatuses, their daily operations, individual debates and the relations between the various subjects involved. From this point of view, the corporatist system – formed by the National Council of Corporations, the twenty-two corporations, and the Provincial Councils of the Corporatist Economy – played a significant role. As is often noted, the corporatist institutions ultimately failed to become a consistent and viable instrument for public intervention in the economy,

much less the foundation of a new political and economic model – the much-discussed "third way" between capitalism and communism. However, they offered an alternative to more traditional bodies in terms of mediation: they represented an institutional network in which the triangular system of mediation between the industrial interests of the state, business organizations, and the trade unions – which was of course highly asymmetric and worked to the disadvantage of the workers – sought to maintain control over the work-force and the development and orientation of economic policies. Business organizations were thus part of a much broader mechanism. An original system of mediation emerged between the political authorities and social groups, which in many cases directly influenced the functioning of state institutions and economic, social and labour policies.

In other words, if instead of making the application of Fascist ideology our interpretative key we focus on the actual accomplishments of Fascist corporatism, its history comes across as possibly incomplete and fragile, but still far from irrelevant or amounting to utter failure. This may be described as “real corporatism”, in the same sense in which – without wishing to draw any unlikely comparisons – the expression “real socialism” was coined to define the political-economic systems of eastern Europe, so remote from their ideal premises. It is worth studying this phenomenon in itself and the particular shape it took, because of the way it contributed to stabilising the dictatorship and of the changes it introduced in the state and society. While profoundly different from the “ideal corporatism” outlined by the theorists of the “third way” and the discourses of many Fascist leaders, this “real corporatism” is no less relevant.

References

- AQUARONE, Alberto. *L'organizzazione dello Stato totalitario*. Turin: Einaudi, 1965.
- BATTENTE, Saverio. *Alfredo Rocco. Dal nazionalismo al fascismo 1907-1935*. Milan: Franco Angeli, 2005.
- BERTA, Giuseppe. *Il governo degli interessi. Industriali, rappresentanza e politica nell'Italia del Nordovest 1906-1924*. Venice: Marsilio, 1996.
- CASSESE, Sabino. Corporazioni e intervento pubblico nell'economia. In: *La formazione dello Stato amministrativo*. Milan: Giuffrè, 1974. p. 65-106.
- _____. *Come è nata la legge bancaria del 1936*. Rome: Banca nazionale del lavoro, 1988.
- _____. *Lo stato fascista*. Bologna: Il Mulino, 2010.
- CHABOD, Federico. *L'Italia contemporanea (1918-1948)*. Turin: Einaudi, 1961.

CILONA, Ornella. La confederazione fascista dei lavoratori dell'industria negli anni Trenta. *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*, v. 22, p. 266-306, 1988.

_____. Alcuni temi di dibattito nel sindacato fascista dell'industria negli Anni Trenta. La regolamentazione del lavoro, la contrattazione nell'economia corporativa e la riforma organizzativa (1930-1938). *Incontri meridionali*, v. 12, n. 1-2, p. 339-72, 1992.

CIOCCA, Pierluigi. *Ricchi per sempre? Una storia economica d'Italia (1796-2005)*. Turin: Bollati Boringhieri, 2007.

CORDOVA, Ferdinando. *Verso lo Stato totalitario. Sindacati, società e fascismo*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2005.

DE BERNARDI, Alberto. *Operai e nazione*. Sindacati, operai e Stato nell'Italia fascista. Milan: Franco Angeli, 1993.

FRANCK, Louis Rosenstock. *L'économie corporative fasciste en doctrine et en fait. Ses origines historiques et son évolution*. Paris: Gamber, 1934.

FRANCK, Louis Rosenstock. *Les étapes de l'économie fasciste italienne*. Du corporatisme à l'économie de guerre. Paris: Edition du Centre polytechnicien d'études économiques, 1939.

GAGLIARDI, Alessio. *L'impossibile autarchia*. La politica economica del fascismo e il Ministero scambi e valute. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2006.

_____. *Il corporativismo fascista*. Rome-Bari: Laterza, 2010a.

_____. O problema do corporativismo no debate europeu e nos 'Cadernos'. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUEZ, Luiz Sergio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro-Brasilia: Fundação Astrojildo Pereira-Contraponto, 2010b. p. 233-62.

_____. The Entrepreneurial Bourgeoisie and Fascism. In: ALBANESE, Giulia; PERGHER, Roberta (Orgs.). *In the Society of Fascists*. Acclamation, Acquiescence, and Agency in Mussolini's Italy. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 109-129.

_____. De la crise de l'État à l'État corporatif. Le corporatisme dans la réflexion des économistes et des juristes italiens. *Les Etudes Sociales*, n. 157-158, p. 187-209, 2013.

GENTILE, Emilio. *Bottai e il fascismo*. In: *Il mito dello Stato nuovo*. Dall'antigiolittismo al fascismo. Rome-Bari: Laterza, 1982.

GRADILONE, Alfredo. *Bibliografia sindacale-corporativa (1923-1940)*. Rome: Istituto nazionale di cultura fascista, 1942.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edited by Valentino Gerratana. Turin: Einaudi, 1975.

GUALERNI, Gualberto. *Industria e fascismo*. Per una interpretazione dello sviluppo economico italiano tra le due guerre. Milan: Vita e Pensiero, 1976.

LANDI, Giuseppe. Il Sindacato nell'assistenza e previdenza sociale. *Politica sociale*, v. 3, n. 1, p. 104-105, 1931.

LAY, Adriana; PESANTE, Maria Luisa. *Produttori senza democrazia*. Lotte operaie, ideologie corporative e sviluppo economico da Giolitti al fascismo. Bologna: Il Mulino, 1981.

MAIER, Charles S. *Recasting bourgeois Europe: stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1975.

MINISTERO DELLE CORPORAZIONI. *Atti dell'Assemblea generale del Consiglio nazionale delle Corporazioni*. Sessione seconda. Rome: Istituto poligrafico dello Stato, 1931.

PACCES Federico Maria. Sbloccamento delle Corporazioni e riorganizzazione corporativa dei ministeri. *Critica fascista*, v. 15, n. 1, 1937.

PANUNZIO, Vito. *Il "secondo fascismo", 1936-1943*. La reazione della nuova generazione alla crisi del movimento e del regime. Milan: Mursia, 1988.

PARLATO, Giuseppe. *Il sindacalismo fascista*. Rome: Bonacci, 1989. Vol. II: Dalla "grande crisi" i alla caduta del regime (1930-1943).

_____. *La sinistra fascista*. Storia di un progetto mancato. Bologna: Il Mulino, 2000.

PASETTI, Matteo. *L'Europa corporativa. Una storia transnazionale tra le due guerre mondiali*. Bologna: Bononia University Press, (forthcoming).

PASETTI, Matteo. *Tra classe e nazione*. Rappresentazioni e organizzazione del movimento nazional-sindacalista (1918-1922). Rome: Carocci, 2008.

ROCCO, Alfredo. *Scritti e discorsi politici*. Milan: Giuffrè, 1938. Vol. III: La formazione dello stato fascista (1925-1934).

ROSSELLI, Carlo. Corporazione e rivoluzione. *Quaderni di giustizia e libertà*, n. 10, p. 3-12, 1934.

SALVEMINI, Gaetano. *Sotto la scure del fascismo*. Lo stato corporativo di Mussolini. Turin: De Silva, 1948.

SANTARELLI, Antonino. Dati e considerazioni intorno alla disciplina corporativa delle nuove iniziative industriali. *Rivista internazionale di scienze sociali*, v. 12 (ano 49), n. 1, p. 48-64, 1941.

SANTOMASSIMO, Gianpasquale. La terza via fascista. *Il mito del corporativismo*. Rome: Carocci, 2006.

SANTORO, Vittorio. Separazione di gestioni tra credito a breve e lungo termine. Profili storici della formazione del "principio". In: PORZIO, Mario (Org.). *La legge bancaria. Note e documenti sulla sua "storia segreta"*. Bologna: Il Mulino, 1981. p. 31-81.

SCHMITTER, Philippe C. Still the Century of Corporatism?. *The Review of Politics*, v. 36, n. 1, p. 85-131, 1974.

_____. Reflections on where the theory of corporatism has gone and where the praxis of neo-corporatism may be going. In: LEHMBRUCH, Gerhard; SCHMITTER, Philippe C. (Orgs.). *Patterns of Corporatist Policy-Making*. London: Sage, 1982. p. 259-90.

SIMONE, Giulia. L'organizzazione delle masse al servizio dello Stato. Alfredo Rocco e l'origine del corporativismo. *Clio*, v. 43, n. 3, p. 439-64, 2007.

STOLZI, Irene. *L'ordine corporativo*. Poteri organizzati e organizzazione del potere nella riflessione giuridica dell'Italia fascista. Milan: Giuffrè, 2007.

STRINATI Valerio. La legislazione corporativa sugli impianti industriali: interpretazioni e discussioni. *Le carte e la storia*, v. 7, n. 1, p. 196-208, 2001.

TASCA, Angelo [alias Luigi Serra]. A proposito di un convegno romano. *Politica socialista*, n. 4, p. 400-404, 1935.

TOGLIATTI, Palmiro. *Corso sugli avversari*. Le lezioni sul fascismo. Edited by Francesco Maria Biscione. Turin: Einaudi, 2010.

UNGARI, Paolo. *Alfredo Rocco e l'ideologia giuridica del fascismo*. Brescia: Morcelliana, 1963.

ZAGARI, Eugenio. Introduzione. In: MANCINI, Ombretta; PERILLO, Francesco Domenico; ZAGARI, Eugenio (Orgs.). *Teoria economica e pensiero corporativo*. Naples: Edizioni Scientifiche Italiane. 1982. Vol. I: Il corporativismo e la scienza economica. p. 24-30.

ZANGRANDI, Ruggero. *Il lungo viaggio attraverso il fascismo*. Contributo alla storia di una generazione. Milan: Feltrinelli, 1962.

ZANI, Luciano. *Fascismo, autarchia, commercio estero*. Felice Guarneri un tecnocrate al servizio dello “Stato nuovo”. Bologna: Il Mulino, 1988.

ZUNINO, Pier Giorgio. *L'ideologia del fascismo*. Miti, credenze e valori nella stabilizzazione del regime. Bologna: Il Mulino, 1995.

Received: November 05, 2015

Accepted: January 25, 2016

Authors/Autores:

ALESSIO GAGLIARDI <alessio.gagliardi@unibo.it>

- Assistant professor of Contemporary History at the University of Bologna. His research focuses on Fascism, anti-Fascist movements, the political thought of Antonio Gramsci and social movements in contemporary Italy. Among other publications, he is the author of *L'impossibile autarchia. La politica economica del fascismo e il Ministero scambi e valute* (Rubbettino, 2006); *Il corporativismo fascista* (Laterza, 2010). He is member of the editorial board of “Le Carte e la Storia” and “Il Mestiere di storico”.
- Professor assistente de História Contemporânea na Universidade de Bolonha. Sua pesquisa se centra no fascismo, nos movimentos anti-fascistas, no pensamento político de Antonio Gramsci e nos movimentos sociais na Itália contemporânea. Entre outras publicações, é autor de *L'impossibile autarchia. La politica economica del fascismo e il Ministero scambi e valute* (Rubbettino, 2006); *Il corporativismo fascista* (Laterza, 2010). Membro do conselho editorial do “Le Carte e la Storia” e “Il mestiere di storico”.

Democratic Corporatism – The Italian debate during the “First Republic” (1948-1992)*

Corporativismo Democrático – O debate italiano durante a “Primeira República” (1948-1992)

Corporativismo democrata – El debate italiano durante la “Primera República” (1948-1992)

Marco Zaganella**

Abstract: The paper intends to explore the Italian debate on corporatism after the fall of fascism, in the years of the so-called “First Republic” (1948-1992). Over this long time period, which spanned more than four decades, the debate on corporatism continued to interest the nostalgic political right represented by the Italian Social Movement (MSI), but rekindled also the minds of Catholics. In both cases, the aim was to harmonize the corporatist theory with democratic principles. During Sixties the debate on the launch of a planning policy in Italy was seized by some members of the MSI as an opportunity to revive the corporatism and find a concrete solution to “govern” the Italian economy. The crisis of the institutions that emerged in the early 1970s and the consequent need for reform of the State finally give new vigour to corporate theories. The crisis of the institutions was perceived as a crisis of the political parties, which was ultimately the crisis of representative parliamentary democracy resulting from the French Revolution. In the 1980s the theme once again became of particular interest to the Catholic world and more specifically to the Milan Group, which revolved around the figure of Gianfranco Miglio. Until the beginning of the 1990s, the Milan Group produced a number of volumes on the reform of the Italian Constitution and on the issue of representation of organized interests.

Keywords: corporatism; Italy; political representation

*The research is a part of the project launched in 2006 by Fondazione Ugo Spirito e Renzo De Felice and aimed to gather and study the archives of the Italian right political parties.

**Professor of Economic History at the Università dell’Aquila. <direttore@fondazione Spirito.it>

Resumo: O artigo se propõe a estudar o debate sobre o corporativismo italiano após a queda do fascismo nos anos da chamada “Primeira República” (1948-1992). Durante este longo período de tempo que durou mais de quatro décadas, o debate sobre o corporativismo continuou a interessar a direita política nostálgica representada pelo Movimento Social Italiano (MSI), mas também reacendeu a mente dos católicos. Em ambos os casos, o objetivo era harmonizar a teoria corporativista com os princípios democráticos. Durante os anos sessenta, o debate sobre o lançamento de um planejamento de políticas na Itália foi tomada por alguns membros do MSI como uma oportunidade para reavivar o corporativismo e encontrar uma solução concreta para “governar” da economia italiana. A crise das instituições que surgiu na década de 1970 e a consequente necessidade de uma reforma do Estado revigorou as teorias corporativistas. Essa crise das instituições foram percebidas como uma crise dos partidos políticos, que, em última instância, acabou por ser a crise da democracia representativa parlamentarista resultante da Revolução Francesa. Na década de 1980, a questão voltou a ser de interesse da Igreja Católica e, mais especificamente, do Grupo de Milão, em torno da figura de Gianfranco Miglio. Até o começo da década de 1990, o Grupo de Milão produziu uma série de volumes sobre a reforma da Constituição italiana e sobre a questão da representação de interesses organizados.

Palavras-chave: corporativismo; Itália; representação política

Resumen: El artículo propone estudiar el debate sobre el corporativismo italiano después de la caída del fascismo, en los años de la llamada “Primera República” (1948-1992). Durante este período de tiempo largo, que se extendió por más de cuatro décadas, el debate sobre el corporativismo continuó interesar a la derecha política nostálgica representada por el Movimiento Social Italiano (MSI), pero también volvió a encender las mentes de los católicos. En ambos casos, el objetivo era armonizar la teoría corporativista con los principios democráticos. Durante los años sesenta el debate sobre el lanzamiento una política de planificación en Italia fue tomado por algunos miembros del MSI como una oportunidad para revivir el corporativismo y encontrar una solución concreta a “governar” la economía italiana. La crisis de las instituciones que surgieron en la década de 1970 y la consiguiente necesidad de una reforma del Estado dio nuevo vigor a las teorías corporativas. La crisis de las instituciones se percibió como una crisis de los partidos políticos, que era en última instancia, la crisis de la democracia representativa parlamentaria resultante de la la Revolución Francesa. En la década de 1980 el tema volvió a ser de especial interés para el mundo católico y más específicamente al Grupo de Milán, que gira en torno a la figura de Gianfranco Miglio. Hasta principios de la década de 1990, el Grupo de Milán produjo una serie de volúmenes sobre la reforma de la Constitución italiana y sobre la cuestión de la representación de los intereses organizados.

Palabras clave: corporativismo; Italia; representación política

In recent years in Italy there has been a renewed interest in the economy of the 1930s and corporatism (SALVATI, 2006; SANTOMASSIMO, 2006; DOMENICANTONIO, 2008; CASSESE, 2010; GAGLIARDI, 2010; AMORE BIANCO, 2012; BARUCCI, MISIANI e MOSCA, 2015). Analysis carried out by scholars, while showing highly innovative aspects in terms of historiography, is,

however, focused on the theoretical development and the factual evolution of the corporatist system during the fascist years. This paper intends to go beyond the analysis of the fascist years and focus instead on the debate on corporatism developed after its use during fascism, namely throughout the years of the so-called “First Republic”.

Over this long time period, which spanned more than four decades (1948-1992), the debate on corporatism continued to interest the nostalgic political right but rekindled also the minds of Catholics. It then merged into the broader debate on the role of intermediary bodies in society and on the request for a reform of the state based on the principles of subsidiarity.

The paper is intended to examine precisely the debate on the “modern” aspect of corporatism after fascism. Unlike the years of the regime, it is clear that the aim of harmonising the corporatist theory with democratic principles is born both from the Italian Social Movement (MSI), the party that has picked up the historical legacy of fascism, and from the Catholic context (see the collection of writings by Alberto Canaletti Gaudenti and Saverio De Simone, *Verso il corporativismo democratico*, published in 1951).

A few years later, the debate on the launch of a planning policy in Italy was seized by some members of the Italian Social Movement (MSI) as an opportunity to revive the corporatism and find a concrete solution to ‘govern’ the Italian economy, following the helpless efforts of the centre-left governments. (See the volume by Raffaele Delfino entitled *Programmazione corporativa* published in 1967, the same year in which the MSI republished *La Carta del Lavoro* (The Charter of Labour), forty years after its first edition).

The crisis of the institutions that emerged in the early 1970s and the consequent need for reform of the State finally give new vigour to corporatist theories. The crisis of the institutions is perceived as a crisis of the “Republic of political parties”, as described by Pietro Scoppola, which is ultimately the crisis of representative parliamentary democracy resulting from the French Revolution¹.

In the face of this crisis, the debate returned in the 1970s and has raged ever since then, focussing on a different model of democracy, based on the representation of organised interests. The debate was

¹ The crisis of institutions gave strength to the antiparliamentary culture. See LUPO, 2004; CAPUOZZI, 2009. On the history of the Italian “first Republic” see: GINSBORG, 1989; LANARO, 1992; MAMMARELLA, 1993; LEPRE, 1994; SANTARELLI, 1996; SCOPPOLA, 1997; BARBAGALLO, 1994-1997; COLARIZI, 2007.

driven forward by the magazine *Nuovi Studi Politici* founded in 1971 by Salvatore Valitutti, a member of the Italian Liberal Party, and, within the Italian Social Movement (MSI), by the Institute of Corporative Studies, established in 1972.

In the 1980s the theme once again became of particular interest to the Catholic world and more specifically to the Milan Group, which revolved around the figure of Gianfranco Miglio. The Milan Group then created a collection printed by the publishing house Giuffrè, entitled *Arcana Imperi*. Until the beginning of the 1990s, they produced a number of volumes on the reform of the Italian Constitution and on the issue of representation of organised interests.

Democratic corporatism

In Italy the debate on corporatism slackened after the fall of fascism, but it did not end. This is because catholic and nationalistic corporatist schools of thoughts existed prior to the fascism and survived after the end of the Regime.

Even the Left Unionists had found a way to express their sympathy for the corporative system. Bruno Buozzi, a former trade unionist and socialist member from 1920 to 1926, during the Civil War (1943-45) ruled in favour of maintaining corporatist order established by fascism, so long as it was inspired by democratic principles including elected offices, rather than in the appointment from powers above.

More generally, as Mariuccia Salvati underlined, a corporatist culture steered the Italian economy in the first decades of the Republic, surviving in the bureaucratic apparatus that led the public intervention in economy².

On the contrary, the debate on corporatism continued to involve only a minority of intellectuals and politicians, because this doctrine was perceived as an expression of fascism.

For this reason overt support for the corporatist doctrine failed to gain momentum at the Constituent Assembly, even though the Christian Democrats Attilio Piccioni and Aldo Moro presented a proposal in support of it (CAMERA DEI DEPUTATI, 1976, p. 2977)³. Anyway,

² She wrote that “a solid and widespread corporatist culture enabled the enti [public or government agencies] to survive the fall of Fascism” (SALVATI, 2006, p. 223).

³ In 1947 during the debate on the constitutional projects ongoing within the Constituent Assembly, an agenda signed by the honourable Christian Democrats Attilio Piccioni and Aldo Moro was presented. It called for the establishment of a second chamber representing the various categories of interests. The agenda, however, was not approved.

in the Catholic milieu, some intellectuals and politicians claimed a “birthright” in creating the corporatist doctrine, which was rooted in the encyclical *Rerum Novarum* declared in 1891 by Pope Leo XII, and which was later drawn on by Giuseppe Toniolo and Romolo Murri (PARLATO, 2015). In their works, Corporatists belonging to the Catholic wing tried to regain possession of the concept, trying to emphasise the harmony with democratic institutions. In 1951 Alberto Canaletti Gaudenti and Saverio De Simone produced a collection of writings entitled *Verso il corporativismo democratico* (Towards a Democratic Corporativism).

Alberto Canaletti Gaudenti, member of the Christian Democrats, was among the first members of the Christian Social Movement, selected in 1939 by Gerardo Bruni, to help put together a programme of economic and social reforms based on cooperatives and worker participation in the management of companies. On the eve of the secret meeting in March 1943, that approved the programme of reform, Canaletti Gaudenti broke away to take De Gasperi up on his invitation to collaborate in the birth of the Christian Democrats. After the fall of Fascism on 25 July 1943 he also took part in the recovery of the democratic trade unions and was appointed, together with the communist Mario Alicata and the socialist Olindo Vernocchi, to edit the periodical entitled *Il Lavoro Italiano*.

Immediately after the liberation of the capital Canaletti Gaudenti continued to direct his party in Rome and took part in its internal struggle working actively on the left of the Christian Democrats. Through the monthly publication entitled *Politica d’oggi* and the weekly publication entitled *Tendenza*, he conducted an intense battle against De Gasperi’s moderate line. Gaudenti favoured a specific choice of party for the republic and the local authorities and called for a major commitment for the implementation of economic and social reforms through more independence from the Allies and the Vatican and closer collaboration with the parties on the Left. To this political school of thought, whose leader was Domenico Ravaioli and Costantino Mortati, Quinto Tosatti and Danilo De Cocci were its most notable representatives, Canaletti gave his specific contribution by working into his programme the guidelines that had already characterised the Christian Social Movement. In 1948 he was elected senator.

Verso il Corporativismo democratico was edited by Canaletti Gaudenti in cooperation with Saverio De Simone, who taught Public Law at the University of Bari and at the Catholic International University ‘Pro Deo’.

The book is an interesting synthesis between the positions of Catholic leaders and people close to the former regime, with contributions from Federico Alessandrini, Antonio Boggiano Pico, Angelo Brucculeri, Francesco Carnelutti, Raffaele Ciasca, Luigi Fontanelli, Giulio Gamberale, Luigi Gedda, Camillo Giordani, Igino Giordani, Achille Grandi, Ugo Indrio, Giuseppe Mozzi, Alfredo Naccarato, Raffaele Passaretti Pasquale Pennisi, Italo Mario Sacco, Don Luigi Sturzo, Santi Savarino, Quinto Tosatti and Vito Panunzio⁴.

The volume also featured an extract of the Malines Social Code, a synthesis of Catholic social thought developed between 1924 and 1926 and published in 1927 by the International Union of Social Studies. The volume in question referred to Chapter III of the Malines Code, entitled “The professional society”, which alluded to the corporatist organisation of different professions.

In the forward to the volume the writers’ aim is made explicitly clear, which is to think about the organisation and operation of the modern state, taking into account the nature of the groups within the state, at a time when Italy had recently ventured down the path of republican democracy. The modern state, in their view, cannot fail to take into account, in its organisation and in its operation, intermediate bodies, which live and work between the individual and the State, which therefore lie between the individual and the community. But at the same time, the modern State must also take into account the distribution of wealth, the situation with regard to public consumption and the welfare of the consumer. For these reasons the authors relaunched the corporatist doctrine, and since it was a corporatism based on freedom and respect for fellow man, they named it the ‘democratic corporatism’.

⁴ Luigi Fontanelli, Vito Panunzio, Raffaele Passaretti, Ugo Indrio, Pasquale Pennisi and Italo Maria Sacco had already collaborated with fascism. Fontanelli was director of *Il Lavoro fascista* from 1936 to 1943, which was part of the trade union movement (Mo.Si.), a trade unionist-revolutionary tendency consisting of the greatest exponents of the fascist unions welcomed by Giuseppe Di Vittorio in the Italian General Confederation of Labour (CGIL). Fontanelli was later the secret founder of the Italian Labour Union (UIL) in 1949 [NEGLIE, 2006]. Vito Panunzio had been a representative of the young trade unionists fascists and author of *Il secondo fascismo (1936-1943). La reazione della nuova generazione alla crisi del movimento e del regime* (MURSIA, 1988). Raffaele Passaretti was fascist union leader and author of several publications on social security. Ugo Indrio had instead been director of *Roma Fascista* from 1938 to 1943 and was an expert in trade union issues. Pasquale Pennisi, a Catholic-fascist journalist, wrote for *Secolo fascista*. Italo Mario Sacco was an author for the Institute of fascist culture, and wrote a two volume book on the history of trade unionism, before becoming a member of the Christian Democrats in the Italian Republic as well as representative of the Italian Parliament at the Assembly for the European Coal and Steel Community in 1952-53. Thanks go to Prof. Giuseppe Parlato for the above information.

Saverio De Simone in the preface, which is entitled “Our corporatism”, to distinguish it from the concept developed in the previous period during fascism, outlined the characteristics of democratic corporatism. It consisted of:

1. organic representation of the producers, from the most elementary associations of the civil society to the highest level which is represented by the Society and becomes the State;
2. legal regulation of production relationships – and of those relating to consumption – within the life of the State; and, therefore, through and by virtue of direct and sustained contact with associate groups, producers and, where appropriate, with particular categories of consumers;
3. self-regulation of the economy and everything relating to it, in all its aspects, even the highest authorities which make up the state; in this sense, even and especially in economic terms;
4. development of the state, from a form of insufficient political democracy to a form of actual, substantial and necessary social democracy (CANALETTI GAUDENTI, DE SIMONE, 1951, p. 17-18).

With the publication of *Verso il Corporativismo democratico*, the Central Committee of Corporative Studies was also established in Rome and was composed of members of the Christian Democrats including Guido Bisori, Antonio Boggiano Pico, Alberto Canaletti Gaudenti, Raffaele Ciasca, Camillo Giardina, Italo Mario Sacco and Quinto Tosatti.

In that period, the corporatist debate involved not only Catholics, but an audience which, from the Christian Democrat centre, stretched across and affected various segments of the Italian political right, belonging to liberals and to the Italian Social Movement (MSI). Sustaining it was the *Rivista Internazionale di Scienze Sociali* until it was directed by Francesco Maria Vito (1945-1968), the magazines *Pagine Libere* by Vito Panunzio, *Vita del Lavoro* by Luigi Fontanelli, *Nuovi Studi Politici* by Salvatore Valitutti, *La Corporazione* by Corrado Petrone, *L'Italiano* by Pino Romualdi, *Cantiere* by Primo di Siena, *Carattere* by Gaetano Rasi, *L'Orologio* by Lucci Charissi, *Presenza* by Pino Rauti, the periodicals directed by Ernesto Massi such as *Economia Sociale*, *Nazione Sociale* and *Continuità* as well as the *Rivista di Studi Corporativi*, published by the Institute of Corporatist Studies affiliated to the Italian Social Movement (MSI), and directed from 1971 to 1974 by Diano Brocchi and then from 1974 until the end of the publication, in 1992, by Gaetano Rasi.

Crisis of the institutions and corporatist planning

According to the members of the political right, the Republic gave the opportunity to relaunch the corporatism after the “failure” of the fascist experiment. Giuseppe Bottai and Camillo Pellizzi, two of the most prominent representatives of the past Regime, highlighted such a point of view. Bottai was the “father” of the *Carta del Lavoro* and one of the leading spirit of the debate on corporatism during Thirties. He defined the fascist experience a “failure” caused by the contrast between “the authoritarian orientation of the National Fascist Party and the most basic requirements of freedom of a corporatist order” (BOTTAI, 1949, p. 46).

Camillo Pellizzi gave a similar opinion. Pellizzi was founder of the London *fascio* and representative of the *Fasci* in Britain and Ireland from 1925 to 1938. From 1940 until the fall of the Regime in 1943 he was the President of the National Institute of Fascist Culture. After World War II Pellizzi dedicated to fascism his book *Una rivoluzione mancata* (A missed revolution). He stated that at a theoretical level fascism aimed to realize the collective interest through the corporative system, but in practice the achievement of this goal was obtained not by dialectical cooperation between the organized interests of the country, but by the decisions and the will of a single person: Benito Mussolini (PELLIZZI, 1949, p. 59-64). The analysis of Bottai and Pellizzi prove that the political right explained the practical failure of fascist corporatism by the authoritarian system. Then, the Republic offered the right conditions for a new attempt. The Italian Social Movement (MSI) revived the corporative doctrine from the first party conference, held in Naples from 27 to 29 June in 1948⁵.

The debate was inspired by three reports relating to “social and economic policy”, “domestic and constitutional policy” and “foreign policy”. The social and economic policy report was the most significant and its main objective was to fulfil the “evolutionary process that was interrupted by the war”, consisting of the synthesis of the corporatism of the fascist regime and the nationalisation of enterprises promoted by fascism in the Italian Social Republic. The document called for the legal recognition of the categories, the mandatory nature of collective controls, the introduction of the Labour legal system and the defence

⁵ On the history of the Italian political right after World War II see: ROBERTI, 1988; SETTA, 1995; BALDONI, 1999; PARLATO, 2006; AMBROSI, 2015.

of trade unionist unity. Finally, in contrast to free competition, the document had called for the implementation of a “national economic planning”. This aspect is significant. The Msi corporatist doctrine was connected to theoretical developments that during the 1930s had supported the assertion of the planned economy. Unlike the Catholic concept of corporatism, which emerged well before the “new economy” of the 1930s, corporatism and economic planning for the right-leaning Italian Social Movement (MSI) are two sides of the same coin.

This is also one of the reasons that explains the strong revival of the corporatist conception by the Italian Social Movement (MSI) in the years when Italy had initiated economic planning: it was seen as the moment of corporatism. The key moment was the year 1967. It is the year when the first five-year programme for the development of the Italian economy (1967-1971) took place, which was preceded by a heated parliamentary debate attended by the MSI members. It was also the fortieth anniversary of the declaration of the Charter of Labour, to which the MSI dedicated the publication *La Carta del lavoro. 21 Aprile 1927-21 Aprile 1967*.

Arturo Michelini, National Secretary of the Italian Social Movement (MSI), wrote in the introduction highlighting that: “today's call to the *Charter of Labour* would be little more than a fitting tribute to a historical fact, if we were not convinced that it contains within itself indications of admirable vitality and concrete validity, capable of resolving the problems caused by the severe crisis in modern society”. He went on to say that “to a democracy dominated by political parties we oppose the representation of the actual willingness of the living forces of the nation, that is, producers (entrepreneurs and providers of work) and of moral categories”. Finally, he referred to the debate on economic planning, in which the revival of corporatist theory was inserted by the MSI, and explained that:

in the face of development plans and programmes with a political rather than party base, which are a result of a legislative coaction, the result of legislative compulsion, we oppose the productive unity which can be formed freely as part of the supreme interests of the nation, for the will of the corporations that are self-governing, thereby achieving the highest model of modern democracy (MSI, 1967, p. 7-8).

Subject to fundamental criticism by the Italian Social Movement (MSI) was the democracy model created from the Constitution of 1948.

Augusto De Marsanich identified a deep conceptual contradiction between the 39 articles of the Constitution and 18 transitional rules. The articles were inspired by a series of general principles of the natural law doctrine. These articles were “noted and accepted” even if they were not particularly innovative. The only exception was the establishment of the administrative regions, because they were considered a minefield against the unity of the state. In the eyes of De Marsanich and the MSI, the transitional rules were instead intended to deny all the rights and powers of the citizens, for the benefit of a party system. This system was inspired by a concept opposed to corporatism: if the individual was participating in the political life of the State, as part of an economic category, in a partitocratic system the individual could participate in the political life of the state only insofar as they belong to a political party, as stated in Article 49 formulated by the socialist Lelio Basso (“All citizens have the right to freely associate in the party to compete with the democratic method to determine the national politics”). De Marsanich concluded that the Italian state system would not have survived the political parties crisis.

Meanwhile the debate on the implementation of the first five-year programme for the development of the Italian economy (1967-1971) raged on. The MSI introduced an alternative based on ‘corporatist planning’.

During the parliamentary debate, the rapporteur for the MSI, Raffaele Delfino, introduced the proposal not only into the debate on economic planning, but in the more general discussion relating to the ‘crisis of the State’. This discussion was already beginning to manifest itself in the mid-1960s, due to the impossibility of finding a synthesis between the positions of the Christian Democrats and the Socialist Party, part of the centre-left governments launched in 1963. The crisis of the State was due to the inadequacy of the institutional structure conceived in the aftermath of the Second World War, for a country which was agricultural, in the face of raging social and economic changes produced by the years of the “economic miracle”, which had turned Italy into an industrial power.

The problem of economic planning, according to members from the MSI, was first solved by revising the moulding of political will from which the programme was to be born, investing in particular into the role of parties and the representation of citizens (DELFINO, 1967, p.22-23). The MSI was not connected to the experience of fascism as a dictatorship – with the fascist dictatorship being considered a

unique exception in the history of Italy – but rather as the corporatist state, which had to represent the Italian solution to the problems of society and state that had emerged beforehand and that had led to fascism.

It is interesting to note how the Italian Social Movement's corporatist concept is different to the historical experience of fascism and should not be confused with it. In this regard, the book *La Carta del Lavoro*, published in 1967, makes for an interesting read, in which De Marsanich explains that the corporatist model was not confused with the closed economy, nor with autocracy, which represented a necessary parenthesis at that time in the history of Italy. It was a parenthesis which was, however, overcome in the 1960s. Italy was now a major industrialised country which needed to find its place in international trade to export its products, and corporatism had to comply with this new position (MSI, 1967, p. 77).

The problems that the Italian Social Movement (MSI) intended to solve through the revival of the corporatist system were primarily related to the representation of the general will, which, as claimed in liberal ideology, was not that expressed by ordinary citizens but rather producers, that is to say workers. Corporatism was to encourage the emergence of a real “work state”, overcoming the state of citizens. The economic programme, drafted by an assembly in which the professional categories were all represented, was to signify the synthesis of special interests in the greater national interest.

The definition of a work state allows one to also understand the reason why in the MSI the issue of corporatist planning is linked to another major issue, namely that of the participation of workers with regard to business management. The “co-management”, or “socialization”, represented a form of “corporatism” established within the individual company. The theme of socialisation formed part of the conclusion to the position expressed by Raffaele Delfino in *Programmazione corporativa* and was the subject of repeated legislative proposals from the MSI. Meanwhile, with the arrival of the 1970s, a crisis of the institutions began to emerge. On the one hand it became clear that it was a crisis of political parties, which were increasingly less able to make decisions of government and increasingly engaged in the preservation of power.

On the other hand, faced with such political impotence, the vindictive power of professional organisations and civil society grew. Worst of all, as Ugo Spirito recalled, were the trade unions, which,

from the hot autumn of 1969 onwards, tended to strip the Parliament of its functions (SPIRITO, 1971, p. 6). The result was a fragmented society, whose weaknesses threatened its very existence. Faced with this reality, the right felt the need to propose a vision to bring together representatives of interests and the protection of the public interest by strengthening the institutions.

It was the new general secretary of the MSI, Giorgio Almirante, who took over in 1969 following the death of Arturo Michelini, who would help carry out this project. In 1972 the Institute of Corporative Studies (ISC) was established in Rome, chaired by Ernesto Massi and directed by Gaetano Rasi. The ISC ceased its activities in 1992, when, coinciding with the end of the First Republic and the decline of the parties and therefore of the political culture that had characterised the debate in Italy in the twentieth century, the right-leaning Italian Social Movement (MSI) went a way forward to endorse the liberal ideology.

Between 1972 and 1992 the ISC represented the point of reference for the MSI economic policy strategy, focussing its reflection on corporatism and the participation of workers in company management, drawing on the pages of *Rivista di Studi Corporativi*, (which then changed its name to *Partecipare*) to form its proposals. In the opening address for the Institute of Corporative Studies, Ernesto Massi expressed the need to focus on the renewal of political representation in relation to the crisis of parliamentary democracy. To explain the crisis of the Italian parliamentary system, Massi quoted a Catholic political scientist Gianfranco Miglio and the lecture he delivered at the opening of the academic year 1964-65, as dean of the Faculty of Political Sciences at the Catholic University of the Sacred Heart in Milan. Following Miglio's considerations, Massi offered as an approach the transformation of the Italian parliamentary democracy into an organic democracy, whose structure the Institute of Corporative Studies would have to help outline (ISTITUTO DI STUDI CORPORATIVI, 1973, p. 21-24). But the Institute of Corporative Studies's task was also to investigate the possibility of promoting the establishment of the participatory business management system. From 1955, each time a new legislature was opened, the MSI used to introduce a law to that effect.

The Institute of Corporative Studies had a central role in the latest proposals of the MSI on "co-management", constituting a working group in 1977, which led to the creation of the laws introduced in 1979

and 1991⁶. These laws explicitly recalled the experience of the *Chart of Labour*, but were also the result of discussions on some models examined by the EEC and the solutions adopted in the Federal Republic of Germany to soften the contrast between capital and labour⁷. Some elements of the Italian Social Movement's proposal were different from those of the aforementioned European experiences. The first one was the overcoming of equal representation between representatives of shareholders and employees in the management committee, in the name of a principle of proportionality calculated according to the contribution of each of them to the business. A second element of distinction was instead represented by the exclusion of trade union representatives from the management committee, believing it impossible to answer at the same time to the duties of the committee and the trade union. Finally, the proposal also called for the Italian Social Movement workers' participation in matters relating to the company expenditure, in particularly its profits (but not losses). This then echoed the theory of owners corporation put forward by Ugo Spirito in 1932 at the conference of trade union and corporatist studies held in Ferrara. Unsurprisingly, the same Spirito was speaking at the Institute of Corporative

⁶ ARCHIVE OF FONDAZIONE UGO SPIRITO E RENZO DE FELICE (AFUS), ISC, dossier entitled *Testo Base*. The last proposal for a new law on the establishment of a participatory business management system body submitted on 30 January, 1991 was signed by members including Servello, Rauti, Valensise, Abbatangelo, Alpini, Baghino, Berselli, Caradonna, Gaetano Colucci, Del Donno, Fini, Franchi, Lo Porto, Macaluso, Maceratini, Manna, Martinat, Massano, Matteoli, Mennitti, Mitolo, Nania, Parigi, Parlato, Pazzaglia, Pellegatta, Poli Bortone, Rallo, Rubinacci, Sospiri, Staiti di Cuddia delle Chiuse, Tassi, Tatarella, Trantino and Tremaglia.

⁷ AFUS, ISC, dossier entitled *Testo Base*. In reference to EEC, the first reference was that of the project of the fifth directive submitted by the European Commission to the council of ministers in 1972, which, representing companies with more than 500 employees, called for a third of the members of the supervisory committee to be appointed by the workers themselves or their representatives. The second reference was instead represented by the draft statute of the European Joint Stock Company, the version presented to the European Commission's council of ministers in 1975. The text stipulated that the supervisory committee be composed of three joint groups: one made up of the shareholder representatives, one comprising employee representatives and one comprising persons jointly co-opted by the first two groups. As for the Federal Republic of Germany, the text recalled the four laws governing the participation of workers: 1) the law of 1951 on co-decision, which called for a fair distribution of representatives of shareholders and employees in the supervisory board of companies in the coal and steel industries; 2) the financial statements of the previous law, which established the principle of worker representation also on the supervisory committees of the dominant companies which make up a "Konzern" (group of companies); 3) the law of 1952 on the structure of companies, which stated that even in companies not related to the two previous laws, but with more than 500 employees, 1/3 of the members of the supervisory committee should be appointed by employees or their representatives; 4) the law of 4 March 1976, which relates to a limited company, partnership limited by shares, companies with limited liability, mining associations with legal status and production and consumption cooperatives, with more than 2000 employees, in which the law called for an equal number of members on the supervisory committee.

Studies's inaugural conference emphasising "the current nature of corporatism".

With reference to the right wing, another place of debate that ensued in the early 1970s on corporatism was represented by the magazine *Nuovi Studi Politici*, founded in 1971 by the liberal Salvatore Valitutti. Since the first issue it was clear how this was the main subject, with contributions from Ugo Spirito (*Parlamento e Demagogia*, n. 1/1971, *Parlamento e sindacati*, n. 2/1972, *L'equivoco della Costituzione* n. 1/1972); Salvatore Valitutti (*Principio parlamentare e principio corporativo*, n. 2/1971, *Nota conclusiva sul principio parlamentare e sul principio corporativo*, n. 5-6/1971); Antimo Negri (*Corporativismo e parlamentarismo*, n. 4/1971); Claudio Orlando, (*La società contro lo Stato*, n. 2/1971) and Gian Franco Ciaurro (*La democrazia parlamentare nella fase dell'assemblearismo* n. 2/1971; *La democrazia parlamentare nella fase consociativa*, n. 4/1976; *La democrazia parlamentare nella fase neo-corporativa*, n. 1/1986).

It is significant to note that, apart from the writings from Ciaurro in 1976 and 1986, all the contributions emerged in 1971-72, which was a sign of a lively right-wing interest in issues of neo-corporatism at the beginning of the decade, one which over time would gradually diminish. The issue that gave rise to these writings was the relationship between political representation, understood as an activity directed toward the general aims of the associated community, and the representation of interests, focused on the pursuit of the greatest possible satisfaction of aims relating to professional groupings which make up civil society.

One common trait shared by the contributions was the focus on the stress of the parliamentary model produced by the French Revolution. The parliamentary model was based on the equality among citizens as opposed to the many differences that linked social states and the social and professional qualifications. This model that emerged from the French Revolution was rejected by Ugo Spirito, who remembered how the voter is a worker and therefore does not choose its representatives on the basis of an abstract ideology, but by reference to their particular area of work (SPIRITO, 1971, p. 6).

The weakness inherent in the French parliamentary model should not have led to its cancellation, but rather be used to complete the model with the support of an Assembly representing the interests of society. This was the idea put forward by Liberal Gianfranco Ciaurro, who in 1989 would become Secretary General of the Chamber of Deputies in 1993 and Minister for Coordination of Community Policies and Regional

Affairs in the first government led by Giuliano Amato. Featuring also in *Nuovi Studi Politici*, he wrote in 1986 that it was necessary to reconcile “what is best in the parliamentary principle with what is best in the corporatist principle”, in order to allow the transmission of impulses from civil society to political institutions ‘without these being forced to make or have their choices influenced by such impulses’.

He suggested instead that such impulses be mediated according to specific general interest objectives. In order to accomplish this, Ciaurro proposed to distinguish the mode of representation of both Houses; one dedicated to the undifferentiated and common representation of voters, the other to institutionalise the participation of intermediary groups in shaping the state (CIAURRO, 1986, p. 25-26). This was a proposal which, in the 1980s, was increasingly popular with the Catholics who gathered in the so-called Milan Group.

Arcana Imperi and the revival of Catholic neo-corporatism

The crisis of the centre-left structure finally collapsed in 1976, highlighting the inability of institutions to meet the needs of a society in profound transformation. The debate on the reform of the State gave new impetus to the corporatist tendency demonstrated by Catholicism. The main protagonist in the debate was the Milan Group, a study commission coordinated by Gianfranco Miglio, a political scientist, head of the Faculty of Political Sciences at the Catholic University of the Sacred Heart from 1959 to 1988.

Miglio portrayed himself as heir to a “corporatist” tradition which was established at the Catholic University of the Sacred Heart in particular thanks to the contribution of Francesco Maria Vito, who had taught at the university since 1935 and who had been Dean from 1959 to 1965. But in general, he was connected to the line of Catholic thought espoused by such figures as Giorgio La Pira which attributed the crisis of the modern state to the constitutions stemming from the French Revolution (LA PIRA, 1945).

The work of the Milan Group began between 1980 and 1983, when it devised a series of proposals to reform the Italian Constitution. These proposals, and more generally the political-cultural project proposed by the Milan group, were disseminated through the *Arcana Imperi*’s political science series directed by Gianfranco Millie and edited by Giuffrè. The Milan Group was particularly effective in its ability to catch the attention of politicians and inform them of the need for a reform of

the Italian political-institutional system, and encouraging the founding of a bicameral committee in 1983, chaired by the honourable Aldo Bozzi, which was, in all honesty, the first of a series of sterile attempts.

The book which explains the group's objectives is the second volume in the Arcana Imperi series. It is signed directly by Gianfranco Miglio and is entitled *Una Repubblica migliore per gli Italiani. Verso una nuova Costituzione (A better Republic for Italians. Towards a new Constitution)*. In Miglio's volume, referring to Edmund Burke and his speech *Discorso agli elettori di Bristol* on 3 November, 1774, he highlighted the "original contradiction which characterised all the 'representative regimes', that of the close relationship between voters and those elected that obliges the latter to carry out government actions aimed at promoting the 'fractional' interests of those who elected them. It is a behaviour that, however, leads to the resistance of all the other components of the society, resulting in the impasse in government decisions. According to Miglio, it was therefore necessary to distinguish between those who have the task of choosing and deciding, that is to say the members of the executive assembly, and those who carry the interests of different groups of citizens, namely the members of the representative. Miglio expressed the need for a "true separation of powers", which passed through several criteria of legitimacy, not standardised by the exclusive use of the elective-representative procedure (MIGLIO, 1983, p. 20-22)⁸. This was a functional procedure to legitimise the power of political parties and urged those who took on the responsibility of government to expand the system of public economy in order to consolidate and satisfy their constituencies.

In an elective-representative system the *raison d'être* was made up of an incessant electoral competition (national, regional, provincial and municipal elections) with the aim of winning to preserve the power, not to decide it. Miglio advocated instead a "reform of the 'power to decide', through a distinction between those who were entitled to govern and those who represent the interests of the society, explaining that 'the result of such a distinction is the return of the Parliament's role as original controller of the government (and not the creator and destroyer

⁸ Miglio added: "Burke had already made it clear that the 'representativeness' of the political class is different from 'collective representation', and Sieyès remarked that the electoral process cannot be the only creative source of authority. I am personally convinced that the adoption of various forms of legitimacy will be a main feature of the institutional system in which, on the basis that political systems are constantly changing, will transform the current democratic-consociational regime (or rather: the late-democratic regime). Whoever proposes to make the Italian Constitution of 1946-1948 less obsolete will have to move in such a direction".

of ministerial procedures); and the establishment of a ‘representative’ system of economic and professional categories” (MIGLIO, 1983, p. 36). Miglio and the Milan Group tried thus to overcome the opposition born from the French Revolution between parliamentary representative democracy, which is characterised as a democracy formed from atomistic-individualism, and “organic” representation, made up of the corporatist representation of interests.

Verso una nuova costituzione, which was the first volume in the Arcana Imperi, contains the Milan group’s proposals for reforming the Italian institutional system. Under Miglio’s leadership, four subgroups were created and were coordinated by Giovanni Bognetti (University of Milan), Serio Galeotti (University of Milan), Giorgio Petroni (University of Udine) and Franco Pizzetti (University of Turin). The working group devised a series of proposals to reform a constitution, which due to its parliamentary system, seemed outdated, as it was conceived to manage a nation which was still largely agricultural and not one which was increasingly industrialised. For this reason, the reform proposals relaunched the theme of corporatism, advocating the establishment of a “Council for the Productive Economy”, while a whole section of the book, the fifth by Franco Pizzetti, was devoted to “the relationship between political democracy and corporatist democracy. The Italian experience and the issue of the productive economy and the institutionalisation of the forces behind it” (MILAN GROUP, 1983, p. 49-51).

According to the Milan Group’s vision, the perfect bicameralism enshrined in the Constitution of 1948 had to be overcome by transforming the Senate into a chamber representing regions, on the model of the German *Bundesrat*, and then by having a productive Economic Council. The National Council for Economy and Labour (CNEL), which the Constitution intended to only be an auxiliary body for consultation with Parliament and the Government, appeared inadequate to Miglio and the Milan group.

According to the vision of the working group coordinated by Franco Pizzetti, the National Council for Economy and Labour was to be replaced by a third chamber, which would be added to the Chamber of Deputies and the chamber of regions. In accordance with the existence of a mixed economy, the Milan Group believed it necessary to establish an assembly where the economic and social forces, both public and private, operating in the market would be represented (with the exception of companies dealing with public services, because they were not acting

under market conditions). Members of this Council were to be elected by members of the respective categories and last for five years.

The Council would have to work with the Government to regulate the areas of production and exchange of goods and services and would have to provide for the allocation among the various sectors of economic resources allocated by the government through the finance laws. With regard to the interests represented in the Council, the Government would have to assume the role of a *super partes* body acting as referee, to safeguard the general interests of the country. With regard to the management of enterprises, the corporatist principles were considered softer than the positions expressed by the right. In fact, the Milan Group's project dedicated one page to the idea of employee participation in company management, proposing a reform of the Workers' Statute of Rights.

The Milan Group continued to explore the theme of the representation of organised interests even in subsequent Arcana Imperi publications. In 1984 Lorenzo Ornaghi published *Stato e corporazione. Storia di una dottrina nella crisi del sistema politico contemporaneo* (Giuffrè, Milan 1984) and the *Concetto di "interesse"*. In *Stato e corporazione*, Ornaghi placed the issue of corporatism "in the crisis of the contemporary political system", and explained that:

[...] It is significant, in fact, that the 'major' and 'old' themes of political thought return to form the core of modern political theory; these include the issue of foundations and forms of exercise (and control) of power, the issue of efficiency relating to the rules of the institutional game and even the issue of the 'nature' of the conduct of political aggregation. It is significant above all that these issues converge on an ancient theme, albeit one long since forgotten: the difficult and ambiguous issue between 'State' and 'Corporation'. It is then unsurprising that within the theory of politics the 'history' of the corporatist doctrine has begun to be retraced [...] (ORNAGHI, 1984, I, p. X).

It is interesting to note how, later in his speech, Ornaghi revealed a connection between the debate on corporatism that resumed in the 1980s, under the heading of "neo-corporatism", and the debate that began in Fascist Italy during the 1920s and 1930s. Both debates were dictated by the crisis of the modern state and the inadequacy of the tools available to understand the intricate relationship between politics (such as parties) and the state, and between politics and economics. The

interest in corporatism, Ornaghi added, was dictated by the need to want to “compose” and “regulate” the conflicting interests which in 1970s and 1980s’ society appeared increasingly divided.

In the foreword to the book, Ornaghi concluded by referring to the construction of a new corporatist theory that could resolve the crisis of legitimacy relating to the State:

In this sense, it is not at all erroneous to consider the assumption that it is the construction of a scientifically based corporatist model that can allow the policy theory to resolve the conflict that – in close connection with the changes taking place in the existing power systems (and confirmation of the rule that such transformations are always supported by – but not often preceded by – substantial changes in policy formulation) – each day faces efforts to set the wheels of the legitimacy of the state in motion and attempt to reduce the State to a collection of limited “functions” (ORNAGHI, 1984, 1, p. X).

The neo-corporatism was ultimately portrayed by Ornaghi as the form of regulation of relations between the state and interest groups more suitable as a result of “deideologisation” already in place within the State.

Arcana Imperi in 1988 published a book that contained the proceedings from a conference held to mark the 70th birthday of Gianfranco Miglio, entitled *Multiformità ed unità della politica*. At the final round table Miglio invited speakers to bring to light the process of reflection on the political representation that was developing in the age of reform and ideologies of the Enlightenment. It was a “lost” model, in which the central government, the financial management and the cooperation between social classes and State were being reformed (ORNAGHI, VITALE, 1988, p. 405-406). This line of institutional thinking was supplanted at the European level by the parliamentary order which had emerged from the French Revolution (COLOMBO, 1993). However, the institutional tradition continued to typify the German thought and in the mid-nineteenth century works by Gottlob Friedrich August von Liebe, Heinrich Ahrens, August Winter, Gustav Adolph Constantin Frantz and Von Mohl. The latter in particular, quoted by Leibholz in one of the volumes published in the Arcana Imperi series, foresaw the elimination of popular representation and the restructuring of the foundations of the state on a corporatist level, entrusting the representation of the general interests to a higher level of government (LEIBHOLZ, 1989, p. 269-270). This line of German thought went well with the Catholic corporatist tendency and therefore counted as a reference for the Milan Group.

As part of the Arcana Imperi series, in 1993, Stelio Mangiameli translated the book by Joseph H. Kaiser entitled *Die Repräsentation organisierter Interessen*, first published in Berlin in 1956. Kaiser stressed the indispensable presence of the organised interests within the public sphere of a mass industrial society. He drew attention to the need to regulate the relationship between the State and these interests, which, as Mangiameli emphasised in the introduction of his book, operate “in the intermediate space between the individual and state power” (KAISER, 1993, p. 6). It is a space that they themselves had won as a result of the transformation of Parliament as representative of civil society faced with the sovereign to a body representing the general will. This “shift – as Mangiameli describes- has left a void of representation of society, which the interest groups, organised into intermediary forces, have permanently filled” (KAISER, 1993, p. 12). In contrast to what was espoused by the Milan Group, Mangiameli did not make reference to the institutionalisation of the representation of organised interests. His concern was to recognise its importance in the context of society, understood as a privileged mediation between special interest and public interest. In this sense, Mangiameli’s presentation represented a fundamental shift from corporatism to the principle of subsidiarity of the civil society organisation and would be further developed in subsequent years (MANGIAMELI, 2002).

Conclusion: the crisis of the modern state continues and so does the debate on corporatism

The debate on corporatism represents a persistent topic in the Italian intellectual and political milieu since the end of XIX century. In some periods it gained force, in other lost its position, but it never disappeared. Today’s economic crisis and the need to boost development policies gives new vigour to the theories that advocate a greater role for the intermediate bodies and organised interests. All this comes just at a time when the Italian government takes the decision to abolish the National Council for Economy and Labour, highlighting the permanent separation between policy decisions and the demands of society.

Today the debate is now monopolised by Catholic intellectuals. With the end of the Italian Social Movement, the political right has indeed embarked on the removal of any reference to fascism that led it to renounce to corporatist doctrines, in the name of a more traditionally liberal leaning.

In the Catholic context, a need for a new illustration of the relationship between the State, society and the individual, which recognises the central role of intermediary bodies has become evident. References to the principle of subsidiarity and the role of the third sector made by representatives of associationism such as Giorgio Vittadini, Leonardo Becchetti, Giovanni Dotti, Andrea Olivero, will continue to rage on as long as the crisis of the parliamentary representative system which originated from the French Revolution continues to persist (BECCHETTI, 2010).

References

- AHRENS, Heinrich. *Die organische Staatslehre auf philosophisch-anthropologischer Grundlage*. Wien: C. Gerold & Sohn, 1850.
- AMBROSI, Luigi (Ed.). Msi, neofascismo e destra nella storia dell'Italia repubblicana. Per una nuova stagione di studi. In: special number of the quarterly *Nova Historica*, Roma, 2015.
- AMORE BIANCO, Fabrizio. *Il cantiere di Bottai*. La scuola corporativa pisana e la formazione della classe dirigente fascista. Siena: Cantagalli, 2012.
- BALDONI, Adalberto. *La destra in Italia, 1945-1969*. Roma: Pantheon: 1999.
- BARBAGALLO, Francesco. *Storia dell'Italia repubblicana*. Torino: Einaudi, 1994-1997.
- BARUCCI, Piero; MISIANI, Simone; MOSCA, Manuela (Ed.). *La cultura economica tra le due guerre*. Milano: Franco Angeli, 2015.
- BECCHETTI, Leonardo (Ed.). Parole per un nuovo welfare. In: special number of the quarterly *Paradoxa*, Roma, 2010.
- BRESCHI, Danilo; LONGO, Gisella. *La ricerca delle élites tra politica e sociologia, 1896-1979*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2003.
- BOTTAI, Giuseppe. *Vent'anni e un giorno*. Milano: Garzanti, 1949.
- CAMERA DEI DEPUTATI. *La Costituzione della Repubblica nei lavori preparatori della Assemblea Costituente*. 4 voll. Roma: Camera dei Deputati, 3, 1976.
- CANALETTI GAUDENTI, Alberto; DE SIMONE, Saverio (Org.). *Verso il corporativismo democratico*. Bari: Cacucci, 1951.
- CAPUOZZI, Eugenio. *Partitocrazia*. Il "regime" italiano e i suoi critici. Napoli: Guida, 2009.
- CASSESE, Sabino. *Lo Stato fascista*. Bologna: Il Mulino, 2010.
- CIAURRO, Gianfranco. La democrazia parlamentare nella fase dell'assemblearismo. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 2, p. 37-48, 1971.
- _____. La democrazia parlamentare nella fase consociativa. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 4, p. 47-58, 1976.
- _____. La democrazia parlamentare nella fase neo-corporativa. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 1, 15-28, 1986.

- COLARIZI, Simona. *Storia politica della Repubblica: partiti, movimenti e istituzioni, 1943-2006*. Roma-Bari: Laterza, 2007.
- COLOMBO, Paolo. *Governo e costituzione: la trasformazione del regime politico nelle teorie dell'età rivoluzionaria francese*. Milano: Giuffrè, 1993.
- DELFINO, Raffaele. *Programmazione corporativa*. Roma: Volpe, 1967.
- DOMENICANTONIO, Fausto. *Intervento pubblico e politica economica fascista*. Milano: Franco Angeli, 2008.
- FISICHELLA, Domenico. *La rappresentanza politica*. Milano: Giuffrè, 1983.
- FRANTZ, Gustav Adolph Costantin. *Der Föderalismus als das leitende Prinzip für soziale, staatliche und internationale Organisation; unter besonderer Bezugnahme auf Deutschland kritischen Nachgewiesen und konstruktiv dargestellt*. Mainz: Franz Kirchheim, 1879.
- GAGLIARDI, Alessio. *Il corporativismo fascista*. Laterza, Roma-Bari 2010
- GENTILE, Giovanni. *Genesi e struttura della società*. Firenze: Sansoni, 1946.
- GINSBORG, Paul. *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi. Società e politica 1943-1988*. Torino: Einaudi, 1989;
- GRUPPO DI MILANO. *Verso una nuova Costituzione*. Milano: Giuffrè, 1983.
- ISTITUTO DI STUDI CORPORATIVI. *Atti dell'inaugurazione dell'Istituto di studi corporativi e dell'anno accademico 1972-73*, Roma 30 ottobre 1972. Roma: Isc, 1973.
- _____. *Una politica economica per l'Italia*. Atti del I Convegno nazionale, Roma, 27-28 maggio 1973. Roma: Isc, 1974.
- IVONE, Diomede (org.). *Costituzione e costituente. La XIX Settimana sociale dei cattolici d'Italia (Firenze, 22-28 ottobre 1945)*. Roma: Studium, 2007.
- KAISER, H. Joseph. *La rappresentanza degli interessi organizzati*. Milano: Giuffrè, 1993.
- LANARO, Silvio. *Storia dell'Italia repubblicana*. Venezia: Marsilio, 1992.
- LA PIRA, Giorgio. Il nostro esame di coscienza di fronte alla Costituente (1945). In: IVONE, Diomede (Org.). *Costituzione e costituente. La XIX Settimana sociale dei cattolici d'Italia (Firenze, 22-28 ottobre 1945)*. Roma: Studium, 2007.
- LEIBHOLZ, Gerhard. *La rappresentazione nella democrazia*, a cura di Simona Forti. Milano: Giuffrè, 1989.
- LEPRE, Aurelio. *Storia della Prima Repubblica. L'Italia dal 1942 al 1994*. Bologna: Il Mulino, 1994.
- LIEBE, Friedrich Gottlob August von. *Der Grundadel und die neuen Verfassungen*. Braunschweig: Verlag: Meyer, 1844.
- LUPO, Salvatore. *Partito e antipartito. Una storia politica della prima Repubblica (1946-1978)*. Roma: Donzelli, 2004.
- MAMMARELLA, Giuseppe. *La prima Repubblica dalla Fondazione al declino*. Bologna: Il Mulino 1993.
- MANGIAMELLI, Stelio. Appunti sullo Stato sociale sussidiario. In: *Teoria del Diritto e dello Stato*, Roma, n. 2, p. 235-249, 2002.

MIGLIO, Gianfranco. Le trasformazioni dell'attuale regime politico. *Jus. Rivista di scienze giuridiche*, Milano, XVI, p. 30-49, 1965.

_____. *Una Repubblica migliore per gli italiani* (Verso una nuova Costituzione). Milano: Giuffrè, 1983.

MOVIMENTO SOCIALE ITALIANO. *La Carte del lavoro*. 21 aprile 1927-21 aprile 1967. Roma: Romana editrice, 1967.

NEGLIE, Pietro. *Fratelli in camicia nera: comunisti e fascisti dal corporativismo alla Cgil: 1928-1948*. Bologna: Il Mulino 1996.

NEGRI, Antimo. Corporativismo e parlamentarismo. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 4, p. 9-45, 1971.

ORLANDO, Claudio. La società contro lo Stato. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 2, p. 49-56, 1971.

ORNAGHI, Lorenzo. *Stato e corporazione*. Storia di una dottrina nella crisi del sistema politico contemporaneo. Milano: Giuffrè, 1984.

_____. *Il concetto di "interesse"*. Milano: Giuffrè, 1984.

ORNAGHI, Lorenzo; VITALE, Alessandro. *Multiformità ed unità della politica*. Atti del Convegno organizzato in occasione del 70^o compleanno di Gianfranco Miglio (24-26 ottobre 1988). Milano: Giuffrè, 1992.

PARLATO, Giuseppe. *Fascisti senza Mussolini*. Le origini del neofascismo in Italia, 1943-1948, Bologna: Il Mulino, 2006.

_____. *Giuseppe Toniolo e la dinamica dei corpi intermedi*. Pisa: Centro Toniolo, 2015.

PELLIZZI, Camillo. *Una rivoluzione mancata*. Milano: Longanesi, 1949.

RASI, Gaetano. *La società corporativa*. Partecipazione e programmazione. Roma: Isc, 1973.

_____. *Partecipazione e sintesi corporativa: guida per il cambiamento*. Roma: Isc, 1990.

_____. (Org.). *La nuova rivoluzione culturale: dibattito sul futuro del corporativismo*. Atti del Seminario tenuto dall'Istituto di Studi Corporativi a S. Martino al Cimino (Viterbo) dal 6 al 9 aprile 1989. Roma: Isc, 1990.

ROBERTI, Giovanni. *L'opposizione di destra in Italia, 1946-1979*. Napoli: Gallina, 1988.

SALVATI, Mariuccia. The Long History of Corporatism in Italy: A Question of Culture or Economics? *Contemporary European History*, v. 2, p. 223-253, 2006.

SANTARELLI, Enzo. *Storia critica della prima Repubblica*. L'Italia dal 1945 al 1994. Milano: Feltrinelli, 1996.

SANTOMASSIMO, Gianpasquale. *La terza via*. Il mito del corporativismo, Roma: Carocci, 2006.

SCOPPOLA, Pietro. *La Repubblica dei partiti*. Evoluzione e crisi di un sistema politico: 1945-1996. Bologna: Il Mulino, 1997.

SETTA, Sandro. *La destra nell'Italia del dopoguerra*. Roma-Bari: Laterza, 1995.

SPIRITO, Ugo. Parlamento e Demagogia. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 1, 25-33, 1971.

_____. Parlamento e sindacati. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 2, p. 1-17, 1971.

_____. L'equivoco della Costituzione. In: *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 1, p. 3-17, 1972.

SUZZI VALLI, Roberta. Il fascio italiano a Londra. L'attività politica di Camillo Pellizzi. In: *Storia Contemporanea*, v. 6, p. 957-1001, 1995.

VALITUTTI, Salvatore. Principio parlamentare e principio corporativo, *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 2, p. 19-36, 1971.

_____. Nota conclusiva sul principio parlamentare e sul principio corporativo, *Nuovi Studi Politici*, Roma, n. 5-6, p. 82-92, 1971.

VON MOHL, Robert. Das Repräsentativsystem, seine Mängel und Heilmittel in Staatsrech. *Deutsche Vierteljahrschrift*, Stuttgart, v. 3, p. 145-235, 1852.

WINTER, August. *Die Volksvertretung in Deutschlands Zukunft*, Göttingen: Dieterich, 1852.

Received: November 22, 2015

Accepted: January 12, 2016

Author/Autor:

MARCO ZAGANELLA <direttore@fondazione Spirito.it>

- Professor of Economic History at the Università dell'Aquila. He is also director of Fondazione Ugo Spirito e Renzo De Felice, the only Italian cultural institute with a librarian and archival heritage representing the different stages of the Italian right wing culture. In 2014 he won the international award Santa Margherita Ligure "Gozzo D'Argento" as young economist, for the book *Programmazione senza sviluppo. Giuseppe Di Nardi e la politica economica della prima Repubblica* (Soveria Mannelli: Rubbettino, 2013). He published also *Dal fascismo alla Dc. Tassinari, Medici e la bonifica nell'Italia tra gli anni Trenta e Cinquanta* (Siena: Cantagalli, 2010).
- Professor de História Econômica na Università dell'Aquila e diretor da Fondazione Ugo Spirito e Renzo De Felice, o único instituto cultural italiano com um patrimônio bibliotecário e arquivístico que representa os diferentes estágios da cultura de direita do país. Em 2014 venceu o prêmio internacional Santa Margherita Ligure "Gozzo D'Argento", como jovem economista, em reconhecimento ao livro *Programmazione senza sviluppo. Giuseppe Di Nardi e la politica economica della prima Repubblica* (Rubbettino, 2013). Autor de *Dal fascismo alla Dc. Tassinari, Medici e la bonifica nell'Italia tra gli anni Trenta e Cinquanta* (Cantagalli, 2010).

Elites políticas e intelectuais e o Ministério do Trabalho – 1931/1945*

*Political and intellectual elites and the
Ministry of Labour – 1931/1945*

*Elites políticas e intelectuales y el
Ministerio del Trabajo – 1931/1945*

Francisco Carlos Palomanes Martinho**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Brasil (1931), bem como o papel desempenhado pelas elites políticas e intelectuais que nele participaram, auxiliando no projeto de institucionalização do mundo do trabalho ocorrida durante o primeiro governo Vargas (1930-1945).

Palavras-chave: corporativismo; intelectuais; Ministério do Trabalho

Abstract: This paper aims to examine the process of establishment of the Ministry of Labour, Industry and Commerce in Brazil (1931), as well as the role played by the political and intellectual elites that conduced it, helping on the project of institutionalization of the “world of labour” during Vargas’ first government (1930-1945).

Keywords: corporatism; intellectuals; Ministry of Labour

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo la análisis del proceso de creación del Ministerio del Trabajo, Industria y Comercio en Brasil (1931), bien como el papel desempeñado a través de las elites políticas e intelectuales que en él participaban, auxiliando en el proyecto de institucionalización del mundo del trabajo durante el primer gobierno Vargas (1930-1945).

Palabras claves: corporativismo; intelectuales; Ministerio del Trabajo

*Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Professor Livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo e pesquisador do CNPq. <fcpmartinho@usp.br>

Introdução

Chamado pelo presidente Getúlio Vargas de “O Ministério da Revolução”, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado logo após a Revolução de 1930, teve papel fundamental nas novas diretrizes adotadas pelo Estado no sentido da institucionalização e regulamentação do mundo do trabalho. Como ministros, assessores ou apenas consultores, dele participaram alguns dos mais destacados representantes das elites formadoras de opinião e dotadas de poder decisório no país. O papel desses agentes era, sobretudo, o de apresentar um projeto para o Brasil que se diferenciasse do passado liberal e federalista que tanto caracterizaram a Primeira República brasileira. Na ideia de ruptura para com o passado, um outro olhar sobre o Estado e a Nação eram também apresentados. O trabalho, considerado um valor fundamental para a obtenção da cidadania entre as chamadas “classes subalternas”, inexistente até a Primeira República, era um dentre tantos os vetores que conduziriam o Brasil para um “novo” tempo histórico (GOMES, 1991; GOMES, 2000; GOMES, 2002b, p. 384-437).

Podemos afirmar que as elites aqui discutidas configuram aquilo que Norberto Bobbio classificou de *expertos*, por um lado, e *ideólogos*, por outro. Em outras palavras, enquanto alguns atuavam como agentes do Estado, outros destacavam-se de forma autônoma, independentes que eram de qualquer vínculo institucional com os novos aparelhos burocráticos criados no pós-1930 (BOBBIO, 1997, p. 67-90). Ou, para utilizarmos os conceitos consagrados por Jean-François Sirinelli, estamos a falar de *criadores* e *mediadores*, ou seja, tanto aqueles empenhados em articular a produção do conhecimento, quanto os “atores” engajados no jogo político (SIRINELLI, 1986). No caso brasileiro, na ausência de um partido à moda nacional-socialista ou fascista, a origem destas elites era, por certo, mais diversa e plural (PINTO, 2002, p. 161-186). Das velhas oligarquias oriundas da Primeira República até as elites sindicais, passando por setores das classes médias, as elites governamentais do primeiro governo Vargas, ajudaram a inaugurar uma fase da História republicana brasileira ancorada em uma dinâmica política que tinha o Estado como o agente impulsionador das transformações vividas à época (FONSECA, 2012, p. 159-178).

O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira procura-se fazer uma breve apreciação do debate historiográfico acerca do que representou o período compreendido entre a Revolução de 1930 e o golpe do Estado Novo. Na segunda parte é analisado o papel

desempenhado pelos primeiros ministros do Trabalho na consolidação do chamado “ministério da Revolução”. Por fim, a terceira parte é dedicada às novas elites que ocuparam cargos de assessores do Ministério e o papel destes na institucionalização das relações laborais no Brasil.

Da Revolução de 1930 ao Estado Novo: bonapartismo, modernização pelo alto ou pacto entre as elites?

A ditadura corporativa instaurada no Brasil a partir de 1937 – o Estado Novo – é fruto de um processo que combina uma redefinição dos parâmetros institucionais vigentes no país até então e a resolução, passo a passo, de crises políticas vividas pelo governo que se apossou da República em outubro de 1930. Quanto ao primeiro caso, podemos citar o processo constituinte de 1933-34, cujo resultado desagradou profundamente a Vargas e ao *staff* de seu governo (GOMES, 1994, p. 159-162). O modelo institucional desejado viria, então, com o golpe do Estado Novo. No que concerne à superação de crises, o exemplo mais evidente foi o enfrentamento da esquerda organizada na Aliança Nacional Libertadora, seu fechamento e a consequente outorga da Lei de Segurança Nacional em 1935 que, no dizer de Luís Werneck Vianna foi a antecipação do Estado Novo para os trabalhadores organizados (VIANNA, 1978, p. 199)¹. Observação curiosa esta que reduz a política da classe trabalhadora à sua dimensão organizacional e/ou corporativa. A repressão contra a direita fascista, a Ação Integralista Brasileira e seu consequente fechamento ocorreu apenas em 1938, já sob o regime do Estado Novo (TRINDADE, 1986, p. 297-335). Criava-se, assim, uma nova ordem ao mesmo tempo centralizadora e modernizadora ao mesmo tempo em que excluía, ou pretendia excluir, segmentos situados ideologicamente em campos considerados extremos para o novo regime.

A Revolução de 1930, responsável pela alteração política nos rumos de uma República, instaurada pouco mais de quarenta anos antes, trouxe, como primeira novidade, a incorporação de segmentos sociais até então completa ou parcialmente alijados da participação no poder público. Ao mesmo tempo, entretanto, não deixou de manter entre seus quadros dirigentes representantes da velha ordem. Dentre os “novos”, podemos citar as camadas médias e intelectualizadas dos principais centros urbanos, os grupos militares de baixa patente e a classe trabalhadora urbana, incorporada através da legislação social

¹ Sobre o tema, em outra perspectiva analítica, ver também: (VIANNA, 1992)

que se elaborou a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Dentre os “velhos”, além da antiga oligarquia agrária, hegemônica na República desde a Constituição Liberal de 1891, que se dividiu com os acontecimentos de 1930, devemos também citar as elites industriais e a alta hierarquia militar, responsável pela queda da Monarquia em 1889 (FAUSTO, 1989; 1988, p. 06-37). Podemos ainda citar uma representativa geração de advogados que, oriundos das elites agrárias decadentes, procuraram na formação profissional um caminho para a preservação de algum *status* político e dirigente (PINHEIRO, 1985, p. 7-37).

A “ampliação” do quadro político e social inaugurado em 1930 provocou diversos debates a respeito da natureza do regime que se estabeleceu entre a Revolução e o golpe do Estado Novo em 1937. Se para uns tratava-se de uma espécie de *bonapartismo*, na medida em que assim como em Luiz Bonaparte, ao chefe de governo era dada uma autonomia de gerência e direcionamento político em relação às classes sociais (RODRIGUES, 1986, p. 532-533), para outros tratava-se de uma “revolução pelo alto” (VIANNA, 2001, p. 111-153), à moda *prussiana* e responsável por uma modernização de tipo autoritária no país. Para além dessas análises acerca da natureza do Estado, uma terceira corrente surgida em trabalhos mais recentes aponta para a constituição de um pacto entre grupos diferenciados, com maior ou menor grau de influência no direcionamento político e institucional do país (GOMES, 1999, p. 53-72).

A possibilidade de real implementação do pacto se deu em decorrência da também real ampliação da importância e poder decisório dos grupos sociais emergentes, bem como das elites que representavam esses grupos. No caso do sindicalismo brasileiro, as mudanças ocorridas nos anos 30 saltam aos olhos. Em primeiro lugar, a legislação que criou os sindicatos oficiais criou também um imposto compulsório, que era a cobrança de um dia de serviço de cada trabalhador, fosse ele sindicalizado ou não. Este dinheiro ia para a estrutura burocrática e administrativa arquitetada pelo Estado: do Ministério do Trabalho aos sindicatos propriamente ditos, passando por federações e confederações (RODRIGUES, 1986, p.511-513). Embora reconhecendo as dificuldades em calcular em números exatos os novos dirigentes sindicais, Leôncio Martins Rodrigues lembra que, ao final do Estado Novo, havia 873 sindicatos de trabalhadores registrados no Ministério do Trabalho. Se imaginarmos que em cada um desses sindicatos havia cerca de dez dirigentes liberados do trabalho, então a camada de burocratas compreenderia cerca de

nove mil membros. Entretanto, ao aparato sindical propriamente dito, devem ser contabilizados uma série de profissionais a ele direta ou indiretamente vinculados: advogados trabalhistas, médicos, enfermeiros, dentistas, contadores, funcionários de escritório, motoristas, pessoal de limpeza, etc, todos eles financiados com os recursos do imposto sindical. Não se trata de um contingente desprezível, embora seja difícil contabilizar a totalidade destes profissionais (RODRIGUES, 1986, p. 528-529). E atentemos para o fato de que não foram calculados aqui os profissionais que foram trabalhar nas federações, confederações ou no próprio Ministério do Trabalho.

Os Ministros – entre “velhas” e “novas” elites

Além do crescimento vertiginoso de funções decorrentes do aumento da estrutura burocrática do Ministério, vale destacar aqui a importância de quadros políticos que atuaram na máquina estatal dando suporte teórico na condução das políticas sociais e corporativas. Dentre os Ministros que ocuparam a pasta do Trabalho durante o primeiro governo Vargas, podemos dizer que prevaleceram aqueles oriundos das “velhas” elites que, por força das circunstâncias, modernizaram-se e foram responsáveis pela implantação do projeto reformista de Estado.

O primeiro, Lindolpho Collor, pertence ao grupo de políticos gaúchos que acompanhou Getúlio Vargas desde o início de sua carreira. Segundo Alfredo Bosi, trata-se de uma geração de políticos profundamente influenciada pelo positivismo social que, tendo se tornado hegemônica no Rio Grande durante a Primeira República, adotou, a partir de 1930, a mesma política de “Estado providência” em âmbito nacional. Uma política ancorada no controle social, na centralização administrativa e na busca de harmonia entre as classes (BOSI, 1992, p. 273-307). Primeiro ministro do “Ministério da Revolução”, Collor afirmava que no pouco tempo em que ocupou o cargo, um ano e três meses, ajudou a dotar o Brasil de algumas leis “fundamentais” inexistentes até então: aposentadoria e pensão aos servidores públicos, sindicalização das classes, entendendo os sindicatos como colaboradores do Estado, jornada de oito horas de trabalho, proteção das mulheres e crianças, convenções coletivas e comissões mistas de conciliação, entre outras (COLLOR, s/d, p. 30). Dentre as leis citadas pelo ex-ministro, vale citar duas de importância crucial para as relações de trabalho no Brasil ancoradas na ótica do corporativismo: a sindicalização obrigatória entendida como canal de colaboração com o Estado, e não mais de conflito como predominou na

Primeira República (FAUSTO, 1976; BATALHA, 2003, p. 161-189), e as comissões mistas entre Estado, trabalhadores e patrões, novidade que veio a desagradar profundamente os últimos, acostumados que estavam a agirem sem a tutela estatal (GOMES, 1979, p. 199-252). Embora breve sua passagem pelo Ministério, a legislação inaugurada por Collor permaneceu, assim como a maior parte das leis elaboradas pelos ministros que vieram a seguir. Legislação, aliás, que se manteve em larga medida até a Constituição de 1988. Não cabe, por força do tema do presente artigo e do espaço de que dispomos discutir o quanto desta legislação se mantém ainda hoje, em pleno século XXI. Mas apenas o exemplo do monopólio de representação territorial dos sindicatos, que permanece ainda hoje, como também a inclusão das centrais sindicais que passaram recentemente a receber o *butim* do imposto sindical, é demonstrativa de que a legislação do trabalho inaugurada no início da década de 1930 se mantém com força e relativa estabilidade. No caso das centrais sindicais, ao invés de se manterem autônomas, como era de sua tradição, procuraram – e encontraram – o abrigo no Estado em tempos de neocorporativismo (MARCANTE, 2014, p. 267-287).

A saída de Collor levou Vargas a escolher, como novo chefe da pasta do Trabalho, o também gaúcho Joaquim Pedro Salgado Filho. Formado em direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pai militar, foi adepto da Revolução de 1930, ocupando cargos junto à Polícia do Distrito Federal até ser nomeado Ministro em abril de 1932. Foi sob sua gestão que foram criados a Carteira Profissional e os Institutos de Aposentadorias e Pensões, responsáveis pela inauguração de uma nova política previdenciária no país (MOREIRA, s/d). A unificação da previdência social no Brasil veio a ocorrer apenas quando do regime civil-militar, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, na feliz expressão de Ângela de Castro Gomes, o “Ministério da Revolução de 1964” (GOMES, 2002a, p. 121-148). A entrada de Salgado Filho no Ministério, aliada à derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, marca uma fase de efetivo esforço no sentido da “real aplicação das leis sociais”, razão pela qual se viu obrigado a enfrentar permanentes objeções por parte do patronato (GOMES, 1979, p. 224-225). A despeito da promulgação de diversas leis e da inequívoca fidelidade a Vargas, Salgado Filho retirou-se de Ministério ao ser eleito deputado classista para a legislatura que teria início em 1935.

Foi substituído pelo pernambucano Agamenon Magalhães. Filho de um tradicional político de seu Estado, aliado do Marechal Hermes da Fonseca, formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife.

Apoiou o movimento revolucionário de 1930 e foi eleito deputado constituinte por Pernambuco e depois indicado pelo interventor deste Estado ao cargo de Ministro do Trabalho (PANTOJA, s/d). Defensor da unicidade sindical mostrou-se profundamente insatisfeito com os resultados da constituinte que havia aprovado, ainda que com restrições, o princípio da pluralidade (GOMES, 1994, p. 159). Mas seu papel mais importante na gestão do Ministério foi no sentido da manutenção da ordem pública. A Lei de Segurança Nacional e o Tribunal de Segurança Nacional, criados neste o período alteraram significativamente o sentido das relações entre Estado e trabalhadores no Brasil. Não é fato que enquanto que a questão social na Primeira República foi um “caso de polícia”, após 1930 ela teria se transformado em política de Estado. Esta visão reducionista ignora o papel dos agentes sociais que, durante o início da experiência republicana empenharam-se pela construção de um “mundo do trabalho” com efetivos canais de negociação com os poderes públicos (GOMES, 1994, p. 161; MARTINHO, 2002, p. 199-240). Ao mesmo tempo, não negamos o aparecimento de importantes alterações nas relações Estado-trabalhadores. Em tese, ao primeiro caberia confecção do benefício através da legislação social. Aos trabalhadores cabia, a obediência (GOMES, 2007, p. 79-207).

O golpe do Estado Novo em 1937 levou Agamenon Magalhães ao cargo de interventor no Estado de Pernambuco (PANDOLFI, 1984). O indicado para sucedê-lo foi Valdemar Falcão, filho de família tradicional do Estado do Ceará e formado pela Faculdade de Direito daquele Estado. Teve larga experiência como político e também como professor, tanto da Faculdade como do Colégio Militar do Ceará. Após a Revolução de 1930, ocupou importantes cargos, dentre os quais a vice-presidência do Conselho Nacional do Trabalho. Eleito deputado constituinte, defendeu a Justiça do Trabalho, criada com a Revolução de 1930 e que contava com forte oposição dos segmentos mais conservadores das elites agrárias e industriais.² Eleito senador em 1935, destacou-se no combate ao comunismo, chegando mesmo a ser apontado como defensor da fascistização do país. Indicado Ministro do Trabalho após o golpe do Estado Novo, Valdemar Falcão regulamentou o salário mínimo e a Justiça do Trabalho, tendo sido designado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1941, quando deixou o Ministério (FALCÃO, s/d). A atuação de Valdemar Falcão no Ministério do Trabalho representa bem a combinação do reformismo modernizante aliado à centralização

² Sobre a Justiça do Trabalho e suas múltiplas facetas, ver: (GOMES; SILVA, 2013)

administrativa que se inaugurou no Brasil em 1930 e que foi aprofundada quando do golpe do Estado Novo em 1937.

A saída de Falcão do Ministério do Trabalho coincidiu com o período em que o Brasil, por razões de cunho pragmático e em decorrência de pressões internas, assinalava uma aproximação com o bloco aliado na Segunda Guerra Mundial. A Constituição de 1934 instituiu eleições diretas para presidente da República, mas estabeleceu que o primeiro presidente fosse eleito pelos próprios constituintes. Vargas, desse modo, foi eleito presidente e novas eleições estavam previstas para quatro anos depois. O golpe do Estado Novo adiou *sine die* o processo. Entretanto, sabia-se que o retorno à democracia era uma questão de tempo, e a opção do Brasil mais que evidenciava este caminho. Assim, a escolha de Alexandre Marcondes Filho como novo Ministro do Trabalho, obedeceu à necessidade de implementar uma política de mobilização que garantisse a permanência de Vargas em um sistema democrático. A este esforço de mobilização, Ângela de Castro Gomes chamou de “invenção do trabalhismo” (GOMES, 1994, p. 195-219). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado pelo tradicional Partido Republicano Paulista e opositor de Vargas no início de seu governo. Aproximou-se do regime quando da imposição do Estado Novo, participando primeiro como vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, órgão responsável por aprovar empreendimentos e decretos da administração estadual, e depois, a partir de dezembro de 1941, como Ministro do Trabalho. Vale destacar também que entre 1942 e 1945, Marcondes Filho acumulou os cargos de Ministro do Trabalho e da Justiça (MAYER, s/d). A partir de sua gestão, podemos identificar um remanejamento da política trabalhista do Estado brasileiro. Novas diretrizes foram traçadas e novas estratégias políticas utilizadas. No período anterior, após a Revolução de 1930, foram elaboradas diversas leis trabalhistas, fazendo com que o Brasil viesse a dar um enorme salto no que diz respeito à legislação social.

Durante seu ministério houve uma intensificação da relação do Estado com os trabalhadores em geral, sendo ele o mediador desta relação. Marcondes Filho enfatizou a importância da organização sindical, e elaborou uma forte política de propaganda com objetivo de promover e divulgar a legislação trabalhista que estava sendo estruturada e aprofundada, além de buscar estreitar os laços entre trabalhadores e Estado. Estas são as bases da chamada ideologia do trabalhismo que se constituiu deste então. Marcondes Filho foi um dos principais encarregados de pôr em prática estas estratégias: solidificar as diretrizes

do Estado Novo e também exaltar a figura de Getúlio Vargas. Dentre as estratégias utilizadas por ele e pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para a realização destes objetivos destacaremos duas. Em primeiro lugar, a transmissão radiofônica de programas estatais voltados aos trabalhadores, priorizando o esclarecimento e a difusão das recém-criadas leis sociais, principalmente o programa “Hora do Brasil”, no qual Marcondes Filho palestrava semanalmente. E em segundo lugar, a promoção de festas e comemorações nas celebrações de datas nacionais importantes: entre outras, o aniversário de Getúlio Vargas (19 de abril), o Dia do Trabalho (1º de maio), o aniversário da Revolução de 1930 (3 de outubro) e o aniversário do Estado Novo (10 de novembro) (MARTINHO; BESKOW, 2002). Foi também através do Ministério do Trabalho que neste período se organizou o Partido Trabalhista Brasileiro, espelhando que o retorno à democracia era inevitável. De feição reformista, pretendia dar continuidade à política social inaugurada com a Revolução de 1930, no âmbito do parlamento e através do jogo eleitoral (GOMES, 1994, p. 249-281; DELGADO, 1989; D’ARAÚJO, 1996).

O Ministério e seus assessores – reformismo, modernização e Estado de Bem Estar

Diversos foram os assessores que trabalharam no sentido de dar uma conotação moderna e reformista ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Na impossibilidade de referirmo-nos a todos, destacaremos alguns que consideramos especialmente importantes: Oliveira Viana, Evaristo de Moraes e José de Segadas Viana.

Francisco José de Oliveira Vianna (ABREU, 2013, p. 91-121; VENÂNCIO, 2015) não foi exatamente um assessor do Ministério do Trabalho, posto que não ocupava cargo naquela instituição. Filho da pai fazendeiro e coronel da Guarda Nacional, fez seus estudos no Colégio Pedro II e bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Responsável por vasta obra bibliográfica, destacou-se como um dos mais importantes expoentes do pensamento nacionalista autoritário no Brasil, ao lado de Francisco Campos e Antônio José de Azevedo Amaral (FAUSTO, 2001, LAMOUNIER, 1985, p. 343-374). Foi, entretanto, importante formulador de ideias seguidas não só pelo Ministério do Trabalho, como também pelo regime como um todo. Apoiou o Estado Novo em primeira mão, não hesitando em defender um modelo centralizador em torno da figura do Presidente da República:

Do que precisamos é de um Presidente único. Isto é, do Presidente que não divida com ninguém sua autoridade; do Presidente soberano, exercendo, em suma, seu poder em nome da Nação, só a ela subordinado e só a ela dependente (VIANA, 1927).

Ao mesmo tempo, procurou sempre demarcar a defesa de um modelo autoritário dos regimes chamados “totalitários” alemão e italiano:

Não há em nosso povo, na sua psicologia coletiva, condições para a constituição de uma mística viva e orgânica, uma mística que se apodere da alma nacional e a mova em um sentido nitidamente determinado, para um objetivo preciso – como o nacionalismo imperialista dos italianos de Mussolini ou o nacionalismo racista dos alemães de Hitler. Uma pequena coorte ou falange de homens de elite poderá, aqui, tomar-se de uma mística e agir no sentido dela; não um partido, mesmo que ele represente uma minoria da Nação e seja o único partido militante (VIANA, 1927).

O breve trecho de Oliveira Viana mostra ao mesmo tempo sua vocação elitista e seu profundo desprezo pela democracia liberal. Segundo importante estudioso de sua obra, as concepções corporativas que deram norte a seu pensamento são fruto da conjugação de três importantes fatores: a vocação corporativa brasileira, herança do passado colonial e do Império, que demarca da tradição liberal europeia; a ojeriza pessoal quanto à inoperância do sistema parlamentar e a necessidade de o Estado impor-se frente à incapacidade da população brasileira de organizar-se autonomamente. Para Oliveira Viana, a solução corporativa foi a única capaz de construir uma verdadeira democracia. Uma democracia orgânica, e não aquela fragmentária típica do passado liberal vigente na Primeira República (VIEIRA, 1981, p. 103-133). Fiel a seus princípios corporativos, quando da queda do Estado Novo e do retorno à democracia liberal-parlamentar, Oliveira Viana preservou sua profunda oposição ao sistema liberal por considerá-lo incapaz de atender às demandas do mundo moderno. Mais que isso, manteve-se firme na convicção da necessidade, como um imperativo categórico kantiano, da intervenção estatal (ABREU, 2013, p. 121).

Se Oliveira Viana não foi exatamente um funcionário do Ministério do Trabalho, mas sim um jurista que serviu como uma referência teórica para aquela instituição, o mesmo não se pode dizer de Evaristo de Moraes (MENDONÇA, 2007). Mestiço e filho de classe média, estudou como bolsista do Colégio São Bento. Quando o pai abandonou

a família, teve que interromper seus estudos para trabalhar. Bacharelou-se em direito já com 45 anos. Foi, durante a Primeira República, um importante tribuno dos movimentos populares. Militante socialista foi preso duas vezes durante a presidência de Artur Bernardes. Amigo de Lindolpho Collor foi convidado a exercer a função de consultor jurídico do Ministério. Defensor da nacionalização do trabalho ajudou a elaborar o Decreto-Lei nº 19.482, que instituiu a obrigatoriedade das empresas em manterem em seus quadros 2/3 de brasileiros natos. Com a colaboração do também jurista Joaquim Pimenta, elaborou o Decreto-Lei nº 19.770, que regulamentou a sindicalização de empregados e patrões, além de ter contribuído também na imposição da unicidade sindical, reformando o modelo estabelecido de pluralidade vigente na Primeira República. Entusiasta da criação do Ministério do Trabalho e da legislação trabalhista, sobre ela escreveu:

Collor resistiu às incursões atrevidas de certas empresas que pretenderam influir na actividade legislativa do Ministério moldando-a pelos interesses capitalísticos. Continuou firme a resistência com o novo ministro. E ninguém ignora que começada sob a antiga administração, permanece, diariamente, na imprensa, a campanha dos despeitados, visando, antes de tudo, as leis de sindicalização e aposentadorias e pensões. (...). Anteriormente poucas leis mostraram a preocupação dos governantes com os problemas sociais e trabalhistas. A mais recente era a dos infortúnios do trabalho, decretada em 1919, cheia de graves imperfeições. O descaso oficial chegou ao ponto de nunca ter sido executada uma lei, 'de 1891', relativa ao trabalho das crianças nas fábricas (MORAES, s/d, p. 67-68).

É interessante notar que a legislação corporativa que se inaugurava no Brasil teve um antigo e destacado expoente do embrionário pensamento socialista brasileiro como um dos seus mais importantes arquitetos. A presença, inédita, de um Estado disposto a regular o mundo do trabalho não deixou de entusiasmar uma parcela considerável das elites intelectuais de esquerda surgidas ao longo da primeira experiência republicana brasileira. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, é necessário dizer que, ao lado dessas elites que poderiam ser chamadas de progressistas, também aderiram ao regime instaurado a partir de 1930 segmentos simpáticos ao fascismo e a outras formas de manifestação ideológica. A unificá-los, apenas a convicção da necessidade de se elaborar e aplicar um conjunto, novo e amplo, de leis sociais no país (GOMES, 1994, p. 148).

A legislação trabalhista inaugurada em 1930 com Lindolpho Collor e Evaristo de Moraes teve seu coroamento em 1943 na gestão de Alexandre Marcondes Filho, através da Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT, como ficou conhecida, não é exatamente uma legislação nova, mas a junção de todas as leis referentes ao trabalho inauguradas a partir da Revolução de 1930 (FRENCH, 2001). Dentre os quadros apontados pelo Ministro para elaborar a CLT sobressai o nome de José de Segadas Viana. Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi promotor público antes de ingressar na política como membro da Aliança Liberal que levou Getúlio Vargas a candidatar-se à Presidência da República. Afastou-se posteriormente do governo, vindo a trabalhar como jornalista. Em 1940, passou à condição de procurador da Justiça do Trabalho. Dois anos depois, a convite de Marcondes Filho, assumiu o cargo de assistente técnico do Ministério do Trabalho. Na condição de funcionário do Ministério, foi um dos principais articuladores da criação do Partido Trabalhista Brasileiro. Para a organização deste partido, que viria a se constituir como principal base de sustentação da herança getulista junto aos trabalhadores urbanos em tempos de democracia, foi fundamental a estrutura montada pelo Ministério para a constituição dos sindicatos oficiais. O que pretendiam os organizadores do PTB era a formação de um partido reformista à semelhança do Partido Trabalhista Britânico³. No início, inclusive, chegou-se mesmo a ser aventada a possibilidade de um partido que unificasse todas as elites políticas vinculadas a Vargas. Segmentos de feição mais conservadora trataram, entretanto, de inviabilizar tal proposta. Assim é que, dos setores que no Estado Novo apoiaram Vargas, nasceram dois partidos: o já citado PTB, vinculado ao Ministério do Trabalho e à burocracia sindical, e o PSD (Partido Social Democrático), vinculado às elites agrárias localizadas nas interventorias dos Estados e à alta hierarquia das Forças Armadas (HIPÓLITO, 1984). O papel de Segadas Viana foi fundamental como articulador da aproximação dos sindicatos oficiais ao PTB na medida em que ocupava as Comissões de Enquadramento Sindical e de Técnica de Orientação Sindical, através das quais impôs um rígido processo de filiação *ex officio* àquele partido (KORNIS, s/d). Para o processo histórico de formação de um Brasil moderno é justo e necessário afirmar que foram estes novos atores, princi-

³ Enquanto Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo apontam a criação do PTB como um projeto de Estado decorrente da necessidade de dar continuidade à política social-trabalhista, Lucília de Almeida Neves vê a criação deste partido como uma tentativa de anteparo frente ao crescimento do Partido Comunista do Brasil, recém posto na legalidade. Ver obras citadas.

palmente localizados junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os responsáveis pela condução de uma política reformista cuja construção do Partido Trabalhista Brasileiro é apenas o exemplo mais evidente.

Conclusão

As mudanças políticas inauguradas no Brasil a partir da Revolução de 1930 impulsionaram o país no sentido da modernidade. Coube às elites dirigentes que se apoderaram do poder político à época implementar uma eficaz industrialização, combinada à adoção de um corpo legislativo até então inédito. Como inédita, também, foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No bojo das transformações vividas, vale destacar a incorporação à cidadania pública de amplos segmentos que até então tinham pouca ou nenhuma ingerência nas questões da esfera pública. Estas mudanças podem ser verificadas mesmo no âmbito da alta hierarquia ministerial. A presença majoritária de bacharéis evidenciou um país que, lentamente, saía do campo para a cidade. As Faculdades de Direito, assim como as Forças Armadas, foram lugar privilegiado de ocupação por parte de representantes de elites agrárias que começavam a entrar em decadência. Na escala intermediária, pudemos notar também, a presença de advogados oriundos algumas vezes de camadas populares ou de classes médias empobrecidas. Por fim, deve-se salientar que, se pensarmos a estrutura ministerial como um todo, incluindo neste caso os sindicatos oficiais, o que chamamos de “elites” se amplia consideravelmente. O sindicalismo deixou de ser, com a outorga da legislação social, uma atividade perigosa e até subversiva, para transformar-se em algo que oferecia prestígio e reconhecimento. Além de tantas profissões criadas pelo Estado no pós 30, uma outra, paralela e informal, se impunha: a profissão de sindicalista.

Se atentarmos para o fato de que o Governo Vargas teve seu início a partir de um golpe de Estado, poderemos então perceber o papel de descontinuidade com relação ao período anterior. As políticas social, de industrialização e de intervenção estatal também evidenciam esta descontinuidade. Entretanto, se o caráter de ruptura não deve ser questionado, também não se pode desconsiderar os aspectos característicos da continuidade. Parte majoritária das elites que fizeram parte de seu governo tinham, no mínimo, alguma participação política na Primeira República, mesmo que no papel de oposição. Assim, à guisa

de comparação, a experiência corporativa brasileira guarda diferenças importantes se compararmos ao caso português, onde a grande maioria da elite ministerial de Salazar tinha pouca ou nenhuma participação política anterior (PINTO, 2002, p. 164-165). Ao mesmo tempo, na medida em que o Estado Novo brasileiro se encerrou em 1945, vale lembrar que o caráter de continuidade se manteve, uma vez que parcelas consideráveis daquelas elites que compunham o regime deposto se mantiveram no poder sob o regime democrático-constitucional que se iniciava. O próprio Presidente Vargas, embora formalmente afastado da política, elegeu-se Senador pelo Rio Grande e em 1950 retornou eleito à presidência da República (GOMES, 1994, p. 249-281; SOUZA, 1983). Quanto às elites localizadas no Ministério do Trabalho, e que desempenharam papel determinante na implementação e elaboração de novas diretrizes às políticas social e trabalhista no Brasil, elas se mantiveram ativas nos anos de 1945 a 1964, quando outras rupturas e continuidades voltaram à cena na história política brasileira.

Referências

- ABREU, Luciano A. Sindicalismo e corporativismo no Brasil: o olhar autoritário de Oliveira Vianna. In: ABREU, Luciano Arrone; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 91-121.
- BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 273-307.
- CHAVES, Luís Guilherme Bacelar. VIANA, Oliveira. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.
- COUTINHO, Amélia; FALCÃO, Valdemar. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo, 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial, (1920/1945): uma revisão. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 20, p. 06-37, 1988.

_____. *Trabalho urbano e conflito industrial - 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1976.

FONSECA, Pedro César Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento no Brasil da década de 1930. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro César Dutra (Orgs.). *A Era Vargas*. Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 159-178.

FRENCH, John D. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e a construção do mito Vargas. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *O corporativismo em português*. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 79-207.

_____. O Ministério da Revolução de 1964: previdência e assistência sociais no governo Geisel. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002a. 121-148.

_____. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002b. p. 384-437.

_____. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 53-72.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *República, trabalho e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

_____. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 199-252.

HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KORNIS, Mônica. VIANA, Segadas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. Tomo III. Vol. 2. p. 343-374.

MARCANTE, Carolina. As centrais sindicais e o neocorporativismo à brasileira. *Revista Estudos Políticos*. Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF); Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 267-287, dez. 2014.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio. In: LESSA, Carlos (Org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record/FAPERJ, 2002. p. 199-240.

- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; BESKOW, Gabriela Carames. *Trabalhismo em Geração: O Ministério do Trabalho no Período Marcondes Filho (1941-1945)*. Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. *As linguagens da lusofonia*. Universidade Cândido Mendes/IUPERJ, 2002. Disponível em: <www.iuperj.br>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- MAYER, Jorge Miguel; MARCONDES FILHO. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- MOREIRA, Regina da Luz; SALGADO FILHO, Joaquim Pedro. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Massangana, 1984.
- PANTOJA, Sílvia. MAGALHÃES, Agamenon. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. CD-Room.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza e intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. Tomo III. Vol. 2. p. 7-37.
- PINTO, Antônio Costa. Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo. *Penélope*, Lisboa, n. 26, p. 161-186, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária – 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 3: Sociedade e Política (1930-1964). p. 532-533.
- SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier. L'histoire des intellectuels. *Vingtième siècle*, Revue d'histoire, Paris, v. 9, p. 97-108, jan.-mars 1986.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- TRINDADE, Hêlgio. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 3: Sociedade e Política (1930-1964). p. 297-335.
- VENÂNCIO, Giselle. *Oliveira Vianna entre o Espelho e a Máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*: Oliveira Viana & Companhia. São Paulo: Cortez, 1981. p. 103-133.

Fontes:

COLLOR, Lindolpho. *Lindolpho Collor e a questão social: coletânea de artigos escritos no período de 1919-1941*. [s/ed; s/d.].

VIANA, Francisco José de Oliveira. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terras de Sol, 1927.

Recebido: 23 de novembro de 2015

Aprovado: 21 de janeiro de 2016

Autor/Author:

FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO <fcpmartinho@usp.br>

- Professor Livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Desenvolve pesquisas sobre a História Política Contemporânea de Portugal no século XX, nomeadamente sobre a direita, a ditadura do Estado Novo e de seu processo de transição para a democracia. É autor, entre outros de *A Bem da Nação: o Sindicalismo Português entre a Tradição e a Modernidade (1933-1945)* (Civilização Brasileira, 2002) e organizador de *A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina* (Imprensa de Ciências Sociais, 2016), *O passado que não passa: a memória das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina* (Civilização Brasileira, 2013) e *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no Salazarismo e no Vargasismo* (Imprensa de Ciências Sociais, 2008 e Civilização Brasileira, 2007).
- Associate Professor in the Department of History at the Universidade de São Paulo and research fellow of CNPq (National Council for Scientific and Technological Development, Brazil). He develops his research on the Contemporary Political History of Portugal during the 20th century, addressing the rightwing politics, the *Estado Novo* dictatorship, and the process of transition to democracy. He is the author, among other Works, of *A Bem da Nação: o Sindicalismo Português entre a Tradição e a Modernidade (1933-1945)* (Civilização Brasileira, 2002) and organizer of *A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina* (Imprensa de Ciências Sociais, 2016), *O passado que não passa: a memória das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina* (Civilização Brasileira, 2013) and *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no Salazarismo e no Vargasismo* (Imprensa de Ciências Sociais, 2008 e Civilização Brasileira, 2007).

O corporativismo dualista: conselhos profissionais e sindicatos no Brasil, 1930-1964*

*The Dualist Corporatism: professional associations
and unions in Brazil, 1930-1964*

*El corporativismo dualista: consejos profesionales
y sindicatos en Brasil, 1930-1964*

Marco Aurélio Vannucchi**

Resumo: Este artigo propõe-se a explorar um aspecto do corporativismo destinado à classe média no Brasil, qual seja, a duplicidade dos seus organismos de representação. Ao contrário do que ocorreu com o empresariado industrial e os trabalhadores urbanos, o exercício da representação da classe média perante o Estado foi compartilhado pelos conselhos profissionais e os sindicatos. No caso dos advogados, objeto principal da reflexão, a relação entre o conselho profissional e os sindicatos foi marcadamente conflituosa. A concorrência de representação imposta pelos sindicatos levou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a assumir uma pauta sindical. Note-se que a existência de dois organismos corporativos potencialmente dotava a representação de maior legitimidade, considerando o processo de diferenciação político-ideológica vivenciado pela classe média. O Executivo, mesmo provocado, eximiu-se de estabelecer o monopólio de representação para a classe média e, particularmente, para os advogados. A análise da atuação da OAB e dos sindicatos de advogados sugere que o corporativismo de classe média tenha se aproximado mais da modalidade societal que da estatal.

Palavras-chave: corporativismo; classe média; advogados; sindicatos; conselhos profissionais

Abstract: The purpose of this article is to explore one dimension of corporatism related to middle class in Brazil from the perspective of the dual nature of representation entities. Differently from the situation of the industrial business sector and urban workers, middle class representation in the State was shared by professional associations and unions. In

*A pesquisa teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço a Jimmy Medeiros pelo auxílio na revisão das tabelas.

**Professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).
<marco.vannucchi@fgv.br>

the case of the lawyers, that are the main topic of my study, the relationship between the professional bar and unions was especially conflicted. The competition of representation imposed by unions lead the Brazilian Bar Association (OAB, acronym in Portuguese for *Ordem dos Advogados do Brasil*) to take a union like agenda. If we consider the middle class political and ideological differentiation process, the existence of two corporate entities made representation more legitimate. The Executive branch, though challenged, avoided the establishment of a representation monopoly for the middle class and especially for lawyers. The study of activities carried out by the Brazilian Bar Association and lawyer's unions suggests middle class corporatism is closer to a society than a state modality.

Keywords: corporatism; middle class; lawyers; unions; professional associations

Resumen: El propósito de este artículo es explorar un aspecto del corporativismo que se destina a la clase media en Brasil, a saber, la duplicidad de sus organismos de representación. Al contrario de lo que sucedió con el empresariado industrial y con los trabajadores urbanos, el ejercicio de la representación de la clase media ante el Estado fue compartida por los consejos profesionales y los sindicatos. En el caso de los abogados, la relación entre el consejo profesional y los sindicatos, objeto principal de esta reflexión, fue marcadamente conflictiva. La competencia de representación impuesta por los sindicatos llevó a la Orden de los Abogados de Brasil (OAB) a asumir una agenda sindical. Nótese que la existencia de dos organismos corporativos potencialmente dotaba la representación de una mayor legitimidad, teniendo en cuenta el proceso de diferenciación político-ideológica experimentado por la clase media. El Ejecutivo, incluso cuando provocado, se eximió de establecer el monopolio de la representación para la clase media y, en particular, para los abogados. El análisis de la actuación de la OAB y de los sindicatos de abogados sugiere que el corporativismo de clase media se haya acercado más a la modalidad societal que a la estatal.

Palabras clave: corporativismo; clase media; abogados; sindicatos; consejos profesionales

A literatura especializada há muito tempo tem assinalado o monopólio de representação como um dos alicerces do corporativismo. No clássico artigo *Still the century of corporatism?*, Philippe Schmitter propõe uma definição para corporativismo no qual tal aspecto está presente:

Corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constitutivas são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, que são reconhecidas ou autorizadas (ou mesmo criadas) pelo Estado e usufruindo um deliberado monopólio de representação no interior de suas respectivas categorias em troca da observância de determinados controles quanto à seleção dos líderes e à articulação de demandas e apoios [tradução do autor] (SCHMITTER, 1974, p. 93-94).

O próprio Schmitter enfatiza que tal definição se remete a um tipo-ideal, inexistente historicamente, ainda que advogue que as experiências corporativas brasileira e portuguesa, que estudou com mais profundidade, aproximem-se bastante de tal conceituação (SCHMITTER, 1974, p. 94).

No Brasil, tanto o corporativismo voltado para o capital quanto aquele voltado para o trabalho conheceram o monopólio de representação. Entre os trabalhadores urbanos, a legislação sindical editada a partir da década de 1930 instituiu a unicidade sindical. O mesmo deu-se entre os industriais, cuja organização corporativa compunha-se de três níveis: sindicatos, federações e confederação.

No entanto, como procurarei demonstrar ao longo deste artigo, o corporativismo erigido para a classe média foi marcado pela ausência do monopólio de representação. Na realidade, a duplicidade de representação constituiu o corporativismo de classe média desde sua origem. Ao menos no caso dos advogados, a relação entre os dois organismos incumbidos de representar a categoria profissional perante o Estado permeou-se de tensões e conflitos.

No presente artigo, faço empréstimo da definição de classe média proposta por Décio Saes em estudo sobre a atuação política da classe média brasileira entre as décadas de 1930 e 1960. Ele define classe média como o conjunto dos trabalhadores predominantemente não-manuais das sociedades capitalistas, “e não o conjunto da camada dos trabalhadores improdutivos”. O autor esclarece tal ressalva: “É que a hierarquia do trabalho, cujos efeitos conservadores se fazem sentir sobre os trabalhadores improdutivos não-manuais, não impede que os trabalhadores improdutivos se unam à classe operária fabril na crítica integral (...) ao capitalismo” (SAES, 1996, p. 452).

Saes distingue dois grandes grupos no interior da classe média: a *camada superior da classe média* (constituída por altos funcionários públicos, gerentes de bancos e profissionais liberais, dentre outros segmentos) e a *camada inferior da classe média* (formada pelo baixo funcionalismo público, empregados de comércio e bancários, por exemplo). A clivagem entre as duas camadas alicerça-se tanto no comportamento político quanto nas *situações de trabalho*, compreendidas como arranjos específicos de elementos como relações de trabalho, forma de remuneração, nível de remuneração e nível de formação necessário (SAES, 1996, p. 452-454).

Este artigo trata do segmento da classe média brasileira, os profissionais liberais, que foi organizado em termos corporativos a partir de 1930¹.

A criação da OAB e de outros conselhos profissionais

Durante o Primeiro Governo Vargas, as principais profissões de classe média foram regulamentadas. É verdade que algumas delas já o eram, mas, como demonstra Edmundo Campos Coelho, o que prevalecia no Império e na Primeira República era uma ampla liberdade profissional *de facto* (COELHO, 1999). A novidade da regulamentação profissional do pós-30 foi tanto sua efetividade, quanto sua modalidade, fundada nos conselhos profissionais.

A primeira profissão regulamentada nos novos termos foi a advocacia. A elite dos advogados brasileiros procurava criar sua entidade corporativa, moldada nos exemplos da Ordem dos Advogados de Paris e de Lisboa, desde o início do Segundo Reinado. Esse era um dos objetivos primordiais do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), associação de filiação voluntária fundada em 1843 (PENA, 1998; COELHO, 1999; FAGUNDES, 1995; VENÂNCIO FILHO, 1982).

No entanto, tal intento apenas foi alcançado em 1930, semanas depois de vitoriosa a revolução que pôs fim à República Velha. No decreto em que criou a OAB, datado de 18 de novembro de 1930, o governo provisório delegou ao IAB a organização da entidade corporativa. O regulamento da Ordem dos Advogados, elaborado pelo Instituto dos Advogados, foi consolidado pelo Decreto nº 22.478, de 1933. Os seus dois primeiros artigos definiam a Ordem como “*órgão de seleção, defesa e disciplina da classe dos advogados em toda a República*” e “*serviço público federal*”.

Ademais, o regulamento previa que o órgão diretivo da OAB, o Conselho Federal, seria composto por representantes de todas as seções das unidades federativas. Por sua vez, os conselhos estaduais seriam formados por meio de eleições diretas em que votariam todos os filiados da seção. Porém, a maioria dos conselheiros da seção do Distrito

¹ Há uma importante literatura sociológica e historiográfica que consagra o rendimento analítico da categoria de classe média. Da produção estrangeira limito-me a citar o clássico *White collar*, de Wright Mills (New York: Oxford University Press, 1956), e o recente *The making of the middle class*, organizado por Ricardo López e Barbara Weinstein (Durham: Duke University Press, 2012). Da produção nacional, citaria os igualmente recentes livros de Marcio Pochmann, *Nova classe média?* (São Paulo: Boitempo, 2012), Jessé de Souza, *Os batalhadores brasileiros* (Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010), e Bolívar Lamounier e Amaury de Sousa, *A classe média brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 2010).

Federal seria indicada pelo IAB, sendo o restante eleito diretamente pelos advogados da capital federal. O mesmo dispositivo se aplicava às subseções da OAB de capitais de Estado em que houvesse um Instituto dos Advogados filiado ao IAB. Procurava-se, desse modo, evitar que o órgão corporativo desidratasse a tradicional associação de filiação voluntária, além de garantir a influência do Instituto na OAB. Outro instrumento de reforço do IAB pela Ordem dos Advogados foi o artigo que reservava um oitavo da renda líquida de cada seção estadual da OAB ao IAB ou ao Instituto dos Advogados filiado ao IAB no caso dos Estados em que existisse. Finalmente, o regulamento estabelecia o pagamento obrigatório de uma anuidade que deveria ser realizado pelo inscrito diretamente à sua subseção.

A elite profissional que assumiu a OAB cuidou de criar impedimentos ao exercício da advocacia, com o objetivo de diminuir a oferta de serviços. Para tanto, adotou três medidas, incorporadas pelo regulamento de 1933: (1) interditou o exercício da advocacia para uma parte dos bacharéis: juízes, membros do Ministério Público e funcionários públicos, especialmente da polícia e da Fazenda; (2) reservou a grande maioria dos atos judiciais aos inscritos na OAB, sobretudo aos advogados; (3) restringiu a atuação dos rúbulas, que foram incorporados à Ordem em condição subalterna.

Pouco depois da criação da OAB, o governo regulamentou, pelo Decreto nº 23.569 de 1933, o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, que passaram a ser reservadas aos portadores de diploma superior nessas áreas². Além de obrigados a apresentarem seus diplomas, os profissionais deveriam se inscrever no conselho regional para exercer suas atividades. Como no caso dos advogados, a regulamentação da engenharia deveu-se, em boa medida, à iniciativa da elite profissional. Segundo Marinho, o decreto de 1933 originou-se de anteprojeto elaborado no ano anterior pelo Sindicato Nacional de Engenheiros, com contribuições dos Clubes de Engenharia do Rio de Janeiro e de Pernambuco, do Instituto de Engenharia de São Paulo, da Sociedade Mineira de Engenheiros, da Associação de Engenheiros Civis da Bahia, do Instituto Central de Arquitetos e do Instituto Mineiro de Arquitetura (MARINHO, 1986, p. 21).

² O decreto, todavia, abria uma exceção a tal restrição, permitindo o exercício profissional aos indivíduos que, embora não-diplomados, já ocupavam cargos técnicos no Estado ou na iniciativa privada, assim como aqueles já licenciados pelo Estado. Tratava-se de uma solução de compromisso, destinada a permitir que os práticos na ativa continuassem a trabalhar, mas selando a sua extinção em uma geração, uma vez que novos práticos não seriam admitidos.

O decreto de 1933 também estabelecia minuciosamente as atividades privativas aos engenheiros, arquitetos e agrimensores. Nos estados e no Distrito Federal seriam organizados Conselhos Regionais, que se subordinariam ao Conselho Federal. A lei outorgava aos conselhos a função estrita de credenciar e fiscalizar o exercício das profissões. O Conselho Federal seria composto por dez profissionais, dos quais nove escolhidos por escolas de engenharia e arquitetura e associações e sindicatos profissionais das áreas legalmente reconhecidos. No entanto, o único integrante escolhido pelo governo federal assumiria, obrigatoriamente, a presidência do Conselho Federal. A influência do governo no Conselho torna-se ainda mais evidente ao observarmos que o decreto concedia poder de veto ao presidente do Conselho Federal sobre qualquer decisão tomada pelo órgão. Embora o decreto mencionasse, também, doações e subvenções estatais, a principal fonte de rendas dos conselhos possivelmente era a própria categoria profissional, por meio do pagamento (obrigatório) das inscrições profissionais e de multas. A arrecadação dos conselhos reforçou-se com o Decreto-Lei nº 3.995 de 1941, que estabeleceu o pagamento compulsório de anuidade pelos inscritos a ser feito diretamente ao conselho regional a que o profissional pertencesse.

Apenas em 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.955, é que foram criados os Conselhos de Medicina, incumbidos de zelar pela ética profissional no exercício da medicina. Assim, não se tratou propriamente de estabelecer a regulamentação profissional, mas de organizar os órgãos que, zelando pela ética da médica, acabariam, em parte, cumprindo tal papel. Embora o decreto não mencionasse o credenciamento para o exercício da medicina, ele previa a fiscalização da prática, explicitamente atribuída aos conselhos. A lei previa que a renda dos conselhos seria constituída da quinta parte do imposto sindical pago pelos médicos e repassada pelo governo. Em cada estado e território seria organizado um conselho regional, composto por voto direto dos médicos inscritos. O Conselho Federal de Medicina seria dirigido por médicos escolhidos pelos conselhos regionais. O decreto encarregava a própria categoria profissional de organizar os conselhos, ao determinar que as primeiras eleições deveriam ser promovidas pelos sindicatos médicos. Além disso, reconhecia como oficial o código de ética elaborado pelo 4º Congresso Sindicalista Médico Brasileiro.

Ao fim do Estado Novo, além da advocacia, engenharia, arquitetura, agrimensura e medicina, as profissões de farmacêutico, agrônomo e químico haviam sido regulamentadas. A peça fundamental da organização corporativa das profissões de nível superior eram os

conselhos nacionais e regionais. Ademais, o ingresso na profissão deveria atender a certas exigências, como o pagamento de contribuição anual, o registro no respectivo conselho e, sobretudo, a posse de um diploma de curso superior (COELHO, 1999, p. 28-29).

A regulamentação das profissões no pós-1930 vincula-se a uma situação de crescente concorrência profissional acarretada pela expansão do ensino superior no país e agravada pela competição imposta aos diplomados pelos práticos. As Tabelas 1 e 2 demonstram a contínua e

Tabela 1. Quantidade de faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e Engenharia no Brasil, 1889-1954

| Ano | Direito | Medicina, Farmácia e Odontologia | Engenharia |
|------|---------|----------------------------------|------------|
| 1889 | 2 | 2* | 2 |
| 1907 | 10 | 9 | 6 |
| 1912 | 15 | 21 | 13 |
| 1927 | 13 | 30 | 14 |
| 1935 | 36 | 90 | 28 |
| 1940 | 22 | 58 | 22 |
| 1945 | 21 | 46 | 25 |
| 1950 | 25 | 56 | 34 |
| 1954 | 40 | 71 | 46 |

* O número refere-se apenas às faculdades de Medicina.

FONTE: *Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil – 1871/1954*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Edmundo Campos Coelho. *As profissões imperiais. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 267-268.

Tabela 2. Quantidade de alunos matriculados nas faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e Engenharia no Brasil, 1907-1954

| Ano | Direito | Medicina, Farmácia e Odontologia* | Engenharia |
|------|---------|-----------------------------------|------------|
| 1907 | 2481 | 2889 | 425 |
| 1912 | 2728 | 4820 | 1276 |
| 1927 | 2525 | 7195 | 1935 |
| 1935 | 9861 | 12469 | 2005 |
| 1940 | 5793 | 7032 | 2172 |
| 1945 | 6520 | 9430 | 4567 |
| 1950 | 11454 | 13487 | 7103 |
| 1954 | 17539 | 15934 | 7828 |

* Embora na terceira coluna estejam agregados os matriculados em cursos de medicina, farmácia e odontologia, os alunos de medicina constituíam a maioria do contingente. Assim, em 1907, os alunos de medicina representavam 75% dos matriculados em cursos de medicina, farmácia e odontologia no Distrito Federal (onde estudavam mais da metade dos alunos dos três cursos de todo o país). Em 1932, os alunos de medicina eram 66% dentre os matriculados nos cursos de medicina, farmácia e odontologia no Brasil. Esse percentual repetiu-se em 1933 e 1934. Para alguns anos, a fonte apresenta os dados agregados e não separados por curso. Por isso, optei por apresentá-los juntos na tabela. *Anuário estatístico do Brasil 1908-1912*, v. 1-3. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1916, 1927; *Anuário estatístico do Brasil 1937*, v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1937.

FONTE: *Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil – 1871/1954*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

importante expansão das instituições que formavam advogados, médicos e engenheiros desde a Primeira República, assim como o crescimento do número de alunos desses cursos no país.

A elevação substancial de diplomas de nível superior, demonstrada pelos dados das Tabelas 1 e 2, forma o pano de fundo incontornável para a compreensão do investimento na regulamentação das profissões realizado por suas respectivas elites. Por meio dos conselhos profissionais, elas afastaram ou, ao menos, limitaram a concorrência que os práticos faziam aos portadores de diploma. Como o exame dos processos de regulamentação das várias categorias de profissionais liberais evidencia, um de seus elementos estruturantes foi a delimitação do mercado de serviços profissionais e sua reserva aos indivíduos credenciados pela corporação. É estratégico, pois, para a compreensão da regulamentação profissional no pós-1930 o conceito de inspiração weberiana usado pela sociologia das profissões chamado *closure* ou *fechamento*. Assim, por ação direta do Estado ou por sua delegação, as elites profissionais estabeleceram áreas exclusivas de prestação de serviços nas quais apenas os credenciados, no caso, os portadores de diplomas superiores, podiam atuar (DINIZ, 2001, p. 30-31). O fechamento foi a via pela qual as profissões de classe média efetivamente foram reguladas a partir do Primeiro Governo Vargas.

Os conselhos profissionais se incumbiram não apenas de controlar o acesso e a permanência no mercado profissional, mas se tornaram, igualmente, representantes dos interesses de suas categorias frente ao Estado. Assim, a organização corporativa desejada pelas elites profissionais fundiu-se ao projeto corporativista implementado pelo Estado a partir de 1930. Uma das consequências dessa fusão foi que os conselhos profissionais passaram a participar da escolha dos representantes corporativos nos órgãos legislativos. Em 1933, por exemplo, a OAB tomou parte da eleição dos deputados classistas que deveriam representar os profissionais liberais na Assembleia Nacional Constituinte. Um dos escolhidos foi o presidente da Ordem, Levi Carneiro, representando os advogados (PECHMAN).

A fundação dos sindicatos dos advogados

No entanto, com a autorização para o funcionamento de sindicatos de profissionais liberais, o Estado impossibilitou que os conselhos exercessem com exclusividade a representação dos interesses de suas categorias profissionais. A lei de sindicalização de 1931 (Decreto nº 19.770)

não mencionava as profissões de classe média. Porém, a lei que a substituiu (Decreto nº 24.694), em 1934, incluiu entre os indivíduos que poderiam se sindicalizar “*os que exerçam profissão liberal*” e previu a criação da Confederação Nacional das Profissões Liberais. O Decreto-Lei nº 1.402 de 1939, que substituiu a lei de sindicalização de 1934, também abrangeu as profissões de nível superior e previu, igualmente, a criação da Confederação Nacional das Profissões Liberais. O Decreto-Lei nº 2.381 de 1940, que complementou o decreto de 1939, listou os 16 grupos profissionais que compunham as profissões liberais. Dentre eles, estavam os advogados, economistas, engenheiros e médicos. A Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943) também tratou da sindicalização dos profissionais liberais.

A atitude da OAB em relação aos sindicatos de advogados evoluiu de uma posição de distanciamento e incômodo para uma oposição ativa que pretendeu abolir os órgãos sindicais da categoria profissional.

O Sindicato Brasileiro de Advogados é o primeiro sindicato da categoria de que se tem notícia. Fundado em 1934, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho no mesmo ano³. Apenas algumas semanas após o reconhecimento do sindicato pelo governo, o Conselho Federal da OAB debateu a sua existência. Na sessão de 30 de outubro, alguns conselheiros federais, como Rego Lins, que compunha, simultaneamente, a direção do sindicato, opinaram que “*a legislação reguladora da organização sindical não colide com o citado Regulamento [da OAB]*”⁴. Pouco depois, na sessão de 20 de novembro, o Conselho Federal voltou ao tema para debater a colaboração solicitada pelo sindicato. A ata da sessão não esclarece os termos da colaboração pretendida pelo Sindicato Brasileiro de Advogados com a OAB. De qualquer modo, o Conselho Federal decidiu, por unanimidade, negar-se a colaborar com o sindicato⁵.

Malgrado a resistência do Conselho Federal, o Sindicato Brasileiro de Advogados teve seu caráter de representante da categoria profissional reconhecido pelo governo. Em função disso, em 1935, elegeu um

³ *Jornal do Brasil*, 3/10/1934, p. 12.

⁴ CF-OAB, Ata da sessão de 30/10/1934.

⁵ Na ocasião, o presidente da Ordem, Levi Carneiro, fez uma declaração de voto “*mostrando que a Constituição de 16 de julho não impôs a sindicalização de quaisquer profissões e que a dos advogados tem já desde 1930, um tipo específico de organização, mais avançada, aliás, que a dos próprios sindicatos, sem a mesma finalidade deles, mas que irrecusavelmente poderia assumir, sem prejuízo das que lhe são próprias, mediante modificação de sua lei orgânica a Ordem dos Advogados*”. O presidente da OAB, contudo, reconheceu a legalidade do sindicato dos advogados, “*embora em sua opinião pessoal achasse preferível que a lei houvesse excluído a formação de sindicato de advogados*” CF-OAB, Ata da sessão de 20/11/1934.

deputado-eleitor para tomar parte da eleição de representantes profissionais à Câmara Municipal do Distrito Federal⁶. Além de exercer a representação política dos advogados, o sindicato participou da elaboração de um projeto previdenciário para a categoria profissional. Assim, em agosto de 1936, o ministro do Trabalho recebeu uma comissão do sindicato para debater a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Advogados.⁷ No ano seguinte, o sindicato enviou à OAB sugestões ao projeto de lei que criava o Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Advogados⁸.

Pelas atas do Conselho Federal da OAB dos anos de 1940 e 1941, sabe-se da existência, no período, de um sindicato de advogados em Santos, fundado em data que ignoro. Em agosto de 1940, o Conselho Federal examinou a decisão da OAB paulista de impugnar o reconhecimento desse sindicato. Embora a ata apresente a decisão da OAB-SP nesses termos, é improvável que a seção paulista da Ordem tivesse poderes legais para tanto. Possivelmente, tratava-se de uma tentativa de anular o reconhecimento do Sindicato de Advogados de Santos pelo governo. De todo modo, o relator da matéria no Conselho Federal, Francisco Martins de Almeida concluiu pela coexistência entre a Ordem e o sindicato. Houve intervenções favoráveis e contrárias à posição do relator e a decisão foi adiada⁹. Apenas em fevereiro de 1941, o Conselho Federal reexaminou a questão, para aprovar, contra o voto apenas do representante piauiense, o parecer de Martins de Almeida, “*o qual conclui que, em face do Decreto 2.533, a advocacia é profissão sindicalizável, podendo os sindicatos coexistir harmonicamente com a Ordem dos Advogados*”¹⁰.

Em meados de 1941, o Sindicato Brasileiro de Advogados passou-se a chamar Sindicato de Advogados do Rio de Janeiro, para se adaptar à lei de sindicalização de 1939. Uma matéria do *Diário de Notícias*, de 10 de agosto de 1941, esclarecia que o sindicato exercia sua “*função representativa*” exclusivamente no Distrito Federal¹¹.

A vitória, ainda que provisória, da chapa do sindicato carioca nas eleições do Conselho Seccional do Distrito Federal em fins de 1940, provocou uma inflexão na atitude do Conselho Federal da OAB para

⁶ *Jornal do Brasil*, 23/6/1935, p. 9 e 29/6/1935, p. 7.

⁷ *Jornal do Brasil*, 9/8/1936, p. 6.

⁸ CF-OAB, Ata da sessão de 25/8/1937.

⁹ CF-OAB, Ata da sessão de 20/8/1940.

¹⁰ CF-OAB, Ata da sessão de 18/2/1941.

¹¹ *Diário de Notícias*, 10/8/1941, p. 10, 2ª seção.

com os sindicatos de advogados¹². As eleições foram anuladas pelo Conselho Federal, mas o episódio demonstrou uma notável capacidade política do grupo que comandava o sindicato, ao impor uma derrota eleitoral ao grupo de advogados, agregados na Chapa Azul, que dominava o Conselho da OAB do Distrito Federal desde a sua fundação e tinha presença decisiva tanto no Conselho Federal da Ordem quanto na direção do IAB (LESSA; LINHARES, 1991, p. 16-25, 38-39; MATTOS, 2013, p. 138-141).

Em junho de 1941, o *Correio da Manhã* noticiou, sem, entretanto, oferecer maiores detalhes ou apresentar as fontes da informação, que se encontravam em formação sindicatos de advogados em São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro e Pernambuco¹³. Ao que consta, desses, apenas o sindicato paulista foi criado no período abrangido pelo presente artigo (ALMEIDA, 2005, p. 50). Não encontrei qualquer indício de que sindicatos de advogados nos outros estados mencionados pelo jornal tenham sido fundados no pré-1964. De todo modo, a notícia da tentativa de formação de sindicatos nesses estados de grande concentração de advogados tendia a reforçar a oposição aos sindicatos por parte da elite profissional que controlava a OAB e o IAB.

Assim que a vitória da chapa do Sindicato de Advogados do Rio de Janeiro nas eleições do Conselho do Distrito Federal da OAB foi anulada pelo Conselho Federal, o IAB colocou em marcha um plano para extinguir o sindicato. Sob a presidência de Edmundo Miranda Jordão, o Instituto encarregou o jurista Hermes Lima de elaborar um parecer acerca da legalidade do funcionamento do sindicato. Nele, Hermes Lima propôs a extinção do sindicato e a incorporação de seu patrimônio pelo IAB.¹⁴ Um artigo anônimo publicado no *Correio da Manhã* no início de agosto de 1941 atacou a iniciativa do IAB, considerando-a ilegal e inspirada “*num sentimento de ódio nascido de lutas e rivalidades de associações*”¹⁵.

Em 1942, o Conselho Federal aderiu ao combate aos sindicatos de advogados liderado pelo IAB. Em maio daquele ano, o presidente do Instituto, Edmundo Miranda Jordão, compareceu a uma sessão do Conselho Federal. O pretexto foi o pronunciamento conjunto entre

¹² *A Noite*, 21/12/1940, p. 10; *Diário de Notícias*, 17/5/1941, p. 4, 1ª seção; CF-OAB, Atas das sessões de 20/5/1941, 23/5/1941, 27/5/1941, 28/5/1941, 30/5/1941, 2/6/1941, 3/6/1941, 4/6/1941, 10/6/1941, 17/6/1941 e 19/7/1941.

¹³ *Correio da Manhã*, 8/6/1941, p. 3.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 10/7/1941, p. 4, 1ª seção.

¹⁵ *Correio da Manhã*, 2/8/1941, p. 4.

o IAB e o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul contra a organização do Sindicato dos Advogados desse estado¹⁶. O Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul fora reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1º de agosto de 1941¹⁷. Na sessão do Conselho Federal, Miranda Jordão afirmou que “*não podem existir harmonicamente o Sindicato e a Ordem, e que esta, por sua finalidade, já constitui um órgão de defesa dos interesses da classe*”¹⁸.

Na mesma sessão, o Conselho Federal deliberou encarregar o seu presidente de entender-se com o ministro do Trabalho sobre o assunto. Ainda que a ata não seja explícita, ela sugere que o Conselho Federal encampara a proposta do IAB de abolir os sindicatos de advogados¹⁹. Na semana seguinte, o presidente da OAB, Fernando de Mello Viana, relatou ao Conselho Federal

que teve um entendimento com o sr. Ministro do Trabalho, sobre o caso do Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul e, depois de expor o caso (...) sua excelência lhe comunicara que somente decidiria definitivamente, a respeito, depois que o Conselho Federal externasse a sua deliberação no processo que ora se encontra em estudo com o respectivo relator²⁰.

Assim, o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, impelia a Ordem dos Advogados a assumir publicamente sua posição contrária aos sindicatos de advogados. Quase dois meses depois, o Conselho Federal decidiu o seguinte:

I. Que se oficie ao Ministro do Trabalho pedindo-lhe a supressão, no quadro da Confederação Nacional das Profissões Liberais, decreto-lei nº 1.402, de 1939, do grupo Advogados, cassado, em consequência os reconhecimentos já concedidos, sem prejuízo da sindicalização livre prevista na Constituição. II. Que, em qualquer hipótese se obtenha do mesmo Ministro, mande suspender a cobrança obrigatória do imposto sindical de advogados²¹.

O Conselho Federal adotava, assim, uma tática bifronte. Em primeiro lugar, procurava anular o reconhecimento governamental dos sindicatos

¹⁶ CF-OAB, Ata da sessão de 19/5/1942.

¹⁷ *Estatuto Social do Sindicato dos Advogados no Estado do Rio Grande do Sul* (1997). Disponível em: <<http://www.siscomp.com.br/sindadvrs/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹⁸ CF-OAB, Ata da sessão de 19/5/1942.

¹⁹ CF-OAB, Ata da sessão de 19/5/1942.

²⁰ CF-OAB, Ata da sessão de 26/5/1942.

²¹ CF-OAB, Ata da sessão de 14/7/1942.

de advogados existentes (que eram, neste momento, ao menos, dois: o do Rio de Janeiro e o do Rio Grande do Sul). Em segundo lugar, na hipótese de que os sindicatos continuassem reconhecidos pelo governo, procurava asfixiá-los financeiramente, retirando o que provavelmente era a sua principal fonte de receita, o imposto sindical.

Em junho de 1943, o *Correio da Manhã* publicou uma carta do presidente do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, Aurélio Silva, motivada por publicação anterior de artigo que defendia a ilegalidade da sindicalização dos advogados. Ao propugnar a coexistência entre a Ordem e o sindicato, Aurélio Silva argumentou:

Entre o Sindicato de Advogados e a Ordem não há colisão de atribuições. O objetivo dos fundadores do Sindicato foi preencher uma lacuna, visto como, embora algumas atribuições dadas à Ordem estejam consignadas entre as conferidas ao Sindicato, todas as confiadas a este, órgão de feição precipuamente econômica, não foram delegadas àquela, destinada, antes, pela lei que a criou (...) à ‘seleção e disciplina’ da classe²².

Fracassada a tentativa de retirar o reconhecimento oficial dos sindicatos de advogados, a OAB prosseguiu investindo contra a contribuição obrigatória. Em abril de 1944, o presidente da OAB comunicou ao Conselho Federal ter solicitado ao ministro do Trabalho a anulação da deliberação da Comissão de Imposto Sindical, que, a pedido do Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul, confirmou a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical pelos advogados²³. Em agosto de 1944, o Conselho Federal deliberou reiterar “*a recomendação já feita aos Conselhos Seccionais no sentido de que não devam pagar o imposto sindical*”²⁴. Em novembro daquele ano, o Conselho Federal tomou conhecimento de um ofício encaminhado pela Delegacia Regional do Trabalho à seção gaúcha da OAB determinando a suspensão dos advogados que se recusassem a pagar o imposto sindical. Considerando que a questão estava pendente, em virtude da solicitação feita pelo presidente da Ordem ao ministro do Trabalho, o Conselho Federal instruiu a seção gaúcha a ignorar a determinação da Delegacia Regional do Trabalho²⁵.

²² *Correio da Manhã*, 2/6/1943, p. 2.

²³ CF-OAB, Ata da sessão de 25/4/1944.

²⁴ CF-OAB, Ata da sessão de 1º/8/1944.

²⁵ CF-OAB, Ata da sessão de 14/11/1944.

No início da década de 1950, em razão da criação de um sindicato num dos estados de maior concentração de advogados no país, São Paulo, a cruzada da OAB contra os sindicatos de advogados ganhou novo ímpeto. Na sessão de 26 de maio de 1953, o Conselho Federal examinou um projeto de lei elaborado pelo deputado federal Antônio Silva Cunha Bueno (PSD-SP) que atribuía funções sindicais à Ordem dos Advogados. Washington de Almeida, representante paulista no Conselho Federal, ao apresentar o projeto, explicou que ele era patrocinado pela seção paulista da Ordem:

(...) O estudo [que originou o projeto de lei] (...) proveio da surpresa que [a seção paulista] teve com o reconhecimento, pelo Poder Público, do Sindicato dos Advogados de São Paulo, composto, apenas, de trinta e cinco advogados; e, que, após este reconhecimento, baixou determinações sobre o recolhimento do imposto sindical de toda classe que ascende a, mais ou menos, quatro mil advogados²⁶.

Washington Almeida exortou o Conselho Federal a apoiar o projeto de lei. Letácio Jansen, que fora dirigente do Sindicato do Rio de Janeiro na década de 1940, manifestou-se contrariamente à proposta²⁷. Apenas em outubro de 1954 é que o Conselho Federal voltou a debater o projeto de lei do deputado paulista, deliberando apoiá-lo²⁸. Consagra-se, assim, um novo artifício empregado pela OAB no combate aos sindicatos, que seria combinado com a tentativa de abolir o imposto sindical para os advogados. Ao que parece, o projeto de lei de Cunha Bueno não foi aprovado, pois o tema da incorporação da função sindical pela OAB (ou mais precisamente, a sua necessidade) foi debatido na 1ª Conferência Nacional da OAB, realizada em 1958. Os anais da conferência revelam o compartilhamento entre seus participantes da opinião de que os sindicatos de advogados não deveriam existir. Em pronunciamento feito durante o encontro, o presidente da Ordem, Nehemias Gueiros, esclareceu que o projeto de novo regulamento da entidade previa tanto a extinção do imposto sindical quanto a atribuição de função sindical à OAB:

²⁶ CF-OAB, Ata da sessão de 26/5/1953.

²⁷ CF-OAB, Ata de sessão do Conselho Federal, 26/5/1953.

²⁸ CF-OAB, Ata de sessão do Conselho Federal, 26/10/1954.

Os sindicatos só proliferam, só florescem à custa da obrigatoriedade do Imposto Sindical (...) incluímos no anteprojeto um dispositivo que, ao meu ver, resolve o problema sem atingir a Constituição e essa vocação universal sindicalista (...) Tal dispositivo declara que o advogado que paga anuidade à Ordem dos Advogados está isento do pagamento do Imposto Sindical.

(...) Com esse fato, [a OAB] também se torna sindicato – órgão de atividade sindical – sem as explorações demagógicas e eleitoreiras da atividade sindical no Brasil²⁹.

Aprovado em 1963, o novo estatuto da OAB (Lei nº 4.215/1963), de fato, desobrigou os seus filiados do pagamento do imposto sindical. O seu artigo 143 estabelecia: “*O pagamento de contribuição anual à Ordem exclui os inscritos nos seus quadros de incidência obrigatória do imposto sindical*”.

Ademais, o estatuto de 1963 procurou garantir à entidade a primazia da representação da categoria profissional ao dispor no parágrafo único do seu 1º artigo que “Cabe à Ordem representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais da classe dos advogados e os individuais, relacionados com o exercício da profissão”.

A incorporação da função sindical pela OAB

Em razão da crise que atingiu a advocacia a partir da década de 1950, a legitimidade da OAB como representante da categoria profissional passou a depender, de modo significativo, de sua capacidade de atuar em termos sindicais. A Ordem era acusada de não zelar pelas condições de vida material dos seus filiados. Em 1954, Letácio Jansen, na condição de conselheiro federal da OAB, fez um ataque a partir de dentro. Em sessão do Conselho Federal afirmou que os advogados não contavam sequer com garantias profissionais elementares, como aposentadoria e tabela de honorários. Em seguida, defendeu que a Ordem se incumbisse desses temas, além de pensões para dependentes de advogados. E acrescentou que o Conselho Federal deveria tornar “úteis as Caixas de Advogado, que hoje são apenas monumentos arquitetônicos”³⁰.

Em 1958, foi criada uma associação de advogados dedicada à pauta sindical, a União Nacional dos Advogados (UNA). Os fundadores eram advogados cariocas que pretendiam que a

²⁹ *Anais da 1ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*, op. cit., p. 487-488.

³⁰ CF-OAB, Ata de sessão do Conselho Federal, 25/5/1954.

entidade tivesse presença nacional. Um dos dirigentes da UNA, Tanus Jorge Bastani, ao conceder uma entrevista ao *Correio da Manhã*, explicou que a nova entidade pretendia atuar numa esfera em que avaliava que a OAB se omitia, a defesa dos interesses econômicos da categoria profissional:

O que nos levou a tomar uma atitude enérgica e decidida, a favor da nossa classe, foi o abandono completo em que se encontram os advogados militantes no Brasil, os quais, embora sob a égide dos Conselhos Regionais da Ordem dos Advogados, jamais obtiveram qualquer amparo, quer em suas vidas profissionais, quer como particulares³¹.

Ao detalhar as ações planejadas pela UNA, Bastani mencionou não apenas a proteção social do advogado, mas, igualmente, a defesa e a ampliação do mercado de trabalho. Tal ênfase parece refletir a situação de oferta excessiva de bacharéis em Direito:

Ao encetarmos a fundação da União Nacional dos Advogados, com a sigla UNA, foi com o fito de cooperar com os poderes constituídos e exigir desses mesmos poderes imunidades profissionais ao advogado militante, aposentadoria, benefício de casa própria, hospitais e amparo médico-dentário e, ainda, férias coletivas, tribunais de alçada, nomeações de advogados militantes de comprovada idoneidade para cargos e funções públicas onde devem prevalecer os bacharéis em Direito e não militares ou protegidos políticos, maior respeito e acatamento por parte dos Poderes Públicos ao profissional no exercício do mandato, ampla publicidade para os concursos e provimentos de assistentes ou consultores jurídicos, juízes e promotores públicos, seleção, na classe, com expulsão dos maus, uso obrigatório da inscrição profissional em todo o País sem a exigência de inscrição em seções regionais³².

Antes de examinar a assunção da pauta sindical pela OAB, premida pelas críticas mencionadas acima que a acusavam de não proteger os interesses econômicos dos advogados, é preciso dimensionar a crise que atingia a profissão neste momento. O primeiro aspecto da crise da advocacia era a oferta excessiva de profissionais. Em 1950, 1.321 estudantes de Direito concluíram o seu curso. Em 1957, foram 3.065³³.

³¹ *Correio da Manhã*, 30/7/1958, 1º caderno, p. 3.

³² *Correio da Manhã*, 30/7/1958, 1º caderno, p. 3.

³³ *Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil – 1933/1958*. Rio de Janeiro: IBGE, c.1958, p. 9.

Em 1950, existiam 15.566 advogados no país; em 1960, eles eram 30.066 (FALCÃO, 1984, p. 180). A OAB combateu a inflação de diplomas procurando conter a expansão do ensino jurídico (no que dependia do Estado e não foi bem-sucedida) e aumentando as exigências para o ingresso e o exercício profissional, como o exame e o estágio (MATTOS, 2013, p. 101-107).

O segundo aspecto da crise da advocacia era a mudança do perfil da profissão. Numa pesquisa realizada em 1970, Olavo Brasil de Lima Júnior, Lucia Klein e Antônio Martins apontaram as transformações que a modernização capitalista brasileira impunha à advocacia, como a inadequação da formação do advogado frente a novas exigências do mercado de trabalho, modificações na atividade profissional (expansão do assalariamento e da advocacia consultiva) e desenvolvimento de novos ramos do Direito (LIMA JR., KLEIN e MARTINS, 1970).

A ausência de dados quantitativos acerca do perfil profissional dos advogados na década de 1950 impossibilita concluir que o advogado assalariado tenha se tornado mais numeroso que o advogado de tipo profissional liberal. Contudo, é possível afirmar que o assalariamento se expandiu na categoria profissional no período, como aponta a pesquisa mencionada acima. Também corrobora essa tese o depoimento de Benedito Calheiros Bonfim, integrante do Conselho da OAB da Guanabara desde fins da década de 1960 e presidente do IAB na década de 1990. Em entrevista concedida a Renato Lessa e Leila Linhares, no âmbito de um projeto sobre a história da OAB fluminense patrocinado pela própria entidade, Bonfim afirma:

Ainda era uma época em que o advogado, isso mais ou menos até 50, era tão pequeno o número de advogados assalariados, que embora eu não o fosse, a não ser nesse pequeno período em que estive no Sindicato dos Bancários, soava de maneira pejorativa o advogado dizer que era empregado. Porque o que dominava era o profissional liberal típico e o número, com a industrialização, o crescimento econômico do país, começava a se formar um outro segmento embora ainda muito limitado, que era desses empregados assalariados, que eram mal vistos, porque assim com se fosse uma espécie de terceira categoria, em relação aos quais havia uma certa subestimação, senão menosprezo. Aqueles advogados não podiam imaginar que alguém recebesse um salário e pudesse, ao mesmo tempo, ser um profissional liberal. Para eles era uma descaracterização da profissão (LESSA e LINHARES, 1991, p. 26).

Mesmo entre os advogados que mantinham o padrão liberal de atividade, a concorrência profissional parecia acarretar em diminuição de seus rendimentos. Assim, o tema da proletarização da advocacia tornou-se constante, a partir da década de 1950, nas reuniões do Conselho Federal e nas Conferências Nacionais da OAB. O assalariamento e a diminuição dos proventos de parte da categoria profissional eram percebidos pela elite corporativa como um risco ao prestígio social dos advogados. Os autores da pesquisa *O advogado e o Estado no Brasil* registraram essa percepção entre os participantes da IV Conferência Nacional da OAB, ocorrida em 1970 (LIMA JR.; KLEIN; MARTINS, 1970, p. 54-56).

Há, porém, outras evidências nesse sentido, em declarações de dirigentes corporativos feitas ao longo da década de 1950 e no início da década seguinte. Em seu discurso de posse na presidência da OAB, em meados de 1954, Seabra Fagundes declarou:

(...) muitos profissionais há nos Estados e aqui mesmo, a maioria de certo, que dela mal retiram o indispensável. Somente uma minoria vive, hoje, ao abrigo das inquietações a que o curso da vida pode, de momento, lançar qualquer um de nós, pela impossibilidade de produzir. Somente uma minoria se guarda tranquila em relação ao futuro econômico da família sobrevivente³⁴.

Outro exemplo foi dado por Povina Cavalcanti, em agosto de 1962, ao assumir a presidência da Ordem:

Deixei para o fim o dever de proclamar que a classe dos advogados do Brasil sofre, no seu espírito e na sua carne, a maior crise da sua história: a crise da sua proletarização, a qual necessitamos combater com todas as energias de que somos capazes. O advogado, nas capitais, como no interior, salvo exceções, luta desesperadamente. Precisamos levar-lhe o nosso apoio e a nossa solidariedade. Proletário, sim, com o brilho do colarinho engomado se apagando no plenário dos tribunais ou nas audiências do juiz singular, o advogado é a maior vítima dessa inflação galopante, que nos ameaça a todos. Convoco os meus eminentes colegas do Conselho Federal para a mais séria, a mais dramática das nossas cogitações: a aplicação de uma terapêutica heroica, que restitua aos advogados a sua qualificação social. O Egrégio Conselho – é certo – não se tem descurado do assunto, honra lhe seja. Mas necessitamos fazer um pouco mais, algo de mais imediato, que redima a classe de sua proletarização³⁵.

³⁴ CF-OAB, Ata de sessão do Conselho Federal, 11/8/1954.

³⁵ CF-OAB, Ata de sessão do Conselho Federal, 11/8/1962.

Naquele mesmo ano, o conselheiro federal da OAB Letácio Jansen lamentava que um advogado assalariado pudesse receber menos do que um motorista da Câmara dos Deputados (GUEIROS, 1964, p. 208).

Ao assumir a pauta sindical, o Conselho Federal operou uma inflexão na trajetória da OAB. Até aquele momento, a atribuição que a lei concedia à Ordem de defender a advocacia era traduzida por ações que visavam proteger a categoria profissional contra arbitrariedades estatais, destacadamente da polícia e da magistratura (MATTOS, 2013, p. 215-216). A partir da década de 1950, a defesa da profissão passou a significar, também, piso salarial e previdência social. Desde 1955, e de modo intermitente, o Conselho Federal debateu um piso salarial a ser fixado por lei para os advogados do país³⁶.

Ademais, ao longo de uma década, o Conselho Federal comandou a elaboração de um projeto de seguridade social para os advogados. Depois de importantes divergências no interior da elite profissional acerca do modelo previdenciário a ser adotado, a 2ª Conferência Nacional da OAB, realizada em 1960, aprovou um projeto de previdência social para os advogados com os seguintes pontos: a) criação de uma carteira autônoma para os advogados, a ser fiscalizada pela OAB, no interior de um instituto previdenciário oficial, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE); b) cobertura previdenciária para todos os filiados à OAB e seus dependentes; c) os benefícios previstos eram aposentadoria e pensão; d) rateio dos custos dos benefícios entre advogados, clientes e Estado³⁷. A OAB mobilizou apoios no Congresso Nacional para transformar essa proposta em projeto de lei e aprová-lo. A Lei nº 4.103-A/1962 reproduzia, quase integralmente, a proposta aprovada pela 2ª Conferência Nacional dos Advogados (GUEIROS, 1964, p. 141-226).

A sindicalização dos advogados e dos profissionais liberais

Até 1960, a taxa de sindicalização entre os advogados brasileiros foi muito baixa, girando em torno de 2%, como se pode observar na Tabela 3. No entanto, ao longo da década de 1960, a filiação sindical dos advogados cresceu significativamente, quase alcançando o patamar de 15%, o que, possivelmente, se explique pelo progressivo assalariamento da profissão.

³⁶ CF-OAB, Atas de sessão do Conselho Federal, 22/11/1955, 27/8/1957, 15/5/1962 e 15/12/1964.

³⁷ *Anais da 2ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 183-193.

Tabela 3. Sindicalização de advogados no Brasil, 1950 a 1970

| Ano | População de advogados | Advogados sindicalizados | % de advogados sindicalizados |
|------|------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| 1950 | 15.566 | 357* | 2,29 |
| 1960 | 30.066 | 705 | 2,34 |
| 1970 | 37.719 | 5.498 | 14,57 |

* Esse número refere-se ao ano de 1954. Portanto, o cálculo do percentual de advogados sindicalizados para 1950 é imperfeito, pois compara a população de advogados de 1950 e o número de advogados sindicalizados em 1954.

FONTES: *Anuário Estatístico do Brasil 1956*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, v. 17. *Anuário estatístico do Brasil 1962*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962, v. 23. *Anuário Estatístico do Brasil 1972*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972, v. 33. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. Criação, primeiros percursos e desafios (1930-1945). Brasília: OAB, 2003, v. 4, p. 48. VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Notícia histórica da OAB, 1930-1980*. São Paulo: Conselho Federal da OAB, 1982, p. 45 e 62. FALCÃO, Joaquim. *Os advogados*: ensino jurídico e mercado de trabalho. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984, p. 180.

Ainda assim, a taxa de sindicalização alcançada pela advocacia em 1970 era mais baixa que a experimentada por outras profissões tradicionais de classe média, como a engenharia e a medicina, em meados da década de 1950, como demonstra a Tabela 4:

Tabela 4. Sindicalização de algumas categorias de profissionais liberais no Brasil, 1954

| Categoria | População | Sindicalizados | % de sindicalizados |
|---------------|-----------|----------------|---------------------|
| Engenheiros | 11.566 | 3.048 | 26,35 |
| Dentistas | 15.532 | 2.933 | 18,88 |
| Médicos | 23.195 | 4.293 | 18,50 |
| Veterinários | 1.075 | 119 | 11,06 |
| Farmacêuticos | 12.202 | 294 | 2,24 |

FONTE: *Anuário Estatístico do Brasil, 1956*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, v. 17.

Infelizmente, não temos dados acerca da taxa de sindicalização em 1970 das profissões relacionadas na Tabela 4. Isso permitiria saber se, no limiar da década de 1970, a advocacia tinha alcançado o nível de sindicalização das outras profissões de classe média.

A alta taxa de sindicalização dos engenheiros (26,35%, em 1954) fortalece a hipótese de vinculação entre assalariamento e adesão aos sindicatos pelos profissionais liberais. Marli Diniz observa a forte presença dos engenheiros no funcionalismo público desde a década de 1930 (DINIZ, 2001, p. 52).

Ainda em relação aos engenheiros, a proximidade entre o sindicato e o conselho profissional (como se apontou, o segundo originou-se de uma iniciativa liderada pelo primeiro) também pode ter contribuído para a maior sindicalização da categoria profissional.

Schmitter explica o baixo índice de sindicalização da classe média pela existência de entidades de associação voluntária e pela filiação obrigatória aos conselhos profissionais, que articulavam os interesses da categoria profissional:

Embora provenham as habilidades técnicas e profissionais que suportam toda a estrutura das associações representativas, os setores médios não têm demonstrado qualquer capacidade marcante de auto-organização. Sua participação no sistema sindical tem sido mínima. O número de sindicatos locais permanece mais ou menos estável (eram 120 em 1962). Apenas quatro federações foram formadas. Em 1953, a Confederação Nacional das Profissões Liberais foi criada, mas ela nunca se tornou um porta-voz ativo dos setores médios. O fracasso do sindicalismo talvez esteja menos relacionado à baixa propensão ao associativismo da parte desses grupos do que à existência de associações privadas e das ordens ou conselhos profissionais. Há toda uma rede de conselhos regionais e nacionais para advogados, médicos, contadores, engenheiros e arquitetos, assistentes sociais e bibliotecários. A filiação a tais conselhos é obrigatória para os profissionais e eles desempenham regularmente o papel de articuladores de interesses, assim como servem para regulamentar e moralizar suas profissões. Líderes dos sindicatos e das associações profissionais privadas alegam que a filiação compulsória aos conselhos torna os indivíduos relutantes em participar de outras entidades. Não obstante, esses mesmos líderes dispendem uma boa parte de seu esforço político para obter assentos nesses conselhos. (tradução do autor) (SCHMITTER, 1971, p. 203-4).

Grosso modo, concordo com a tese de Schmitter, mas proponho matizá-la, pois, como demonstram os dados das Tabelas 3 e 4, a adesão da classe média aos sindicatos variou significativamente de uma categoria para outra. Além disso, há indícios de uma tendência geral de expansão da sindicalização da classe média desde a década de 1930, pelo crescimento do número de sindicatos, conforme se pode observar na Tabela 5³⁸:

³⁸ É necessário advertir sobre a relativa precariedade dos dados relativos à sindicalização presentes nas Tabelas 3, 4 e 5. Eles são, em grande maioria, originários dos inquéritos sindicais desenvolvidos pelo IBGE anualmente, desde 1953. Adalberto Cardoso, ao reconhecer a relevância dos dados coletados pelo IBGE admite suas limitações. Ele registra que “José Albertino Rodrigues, (...) foi o primeiro autor a lançar mão destes dados, e formular desde logo um alerta quanto à qualidade questionável das informações mantidas pelos sindicatos, sobretudo no que respeita ao número de associados”. Adalberto Cardoso acrescenta que, com o passar do tempo, o levantamento ganhou maior aderência dos dirigentes sindicais: em 1953, 69% dos sindicatos respondeu ao questionário do IBGE; em 1968, foram 86,5% (CARDOSO, 2006). No que tange especificamente à cobertura em relação à sindicalização dos profissionais liberais, ela também se amplia. Entre 1953 e 1968, o inquérito sindical contou com uma participação que variou de 39,21% (em 1954) a 81,57% (em 1968). Nesse mesmo período, com exceção do ano de 1954, a abrangência da pesquisa foi sempre

Tabela 5. Sindicatos, federações e confederação de profissionais liberais no Brasil, 1934-1964³⁹

| Anos | Confederações de profissões liberais | Federações de profissões liberais | Sindicatos de profissões liberais | Profissionais liberais sindicalizados |
|------|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 1934 | 0 | 0 | 25 | 0 |
| 1938 | 0 | 0 | 118 | 10.252 |
| 1939 | 0 | 1 | 129 | 0 |
| 1941 | 0 | 0 | 37 | 0 |
| 1942 | 0 | 0 | 53 | 0 |
| 1943 | 0 | 0 | 61 | 0 |
| 1944 | 0 | 0 | 65 | 0 |
| 1945 | 0 | 0 | 67 | 0 |
| 1946 | 0 | 0 | 69 | 0 |
| 1947 | 0 | 0 | 71 | 0 |
| 1948 | 0 | 2 | 79 | 0 |
| 1949 | 0 | 3 | 81 | 0 |
| 1950 | 0 | 3 | 87 | 0 |
| 1951 | 0 | 3 | 90 | 0 |
| 1952 | 0 | 3 | 94 | 21.409 |
| 1953 | 0 | 3 | 98 | 22.550 |
| 1954 | 1 | 3 | 102 | 22.969 |
| 1955 | 1 | 3 | 106 | 24.153 |
| 1956 | 1 | 4 | 108 | 26.174 |
| 1957 | 1 | 4 | 108 | 34.658 |
| 1958 | 1 | 4 | 112 | 32.020 |
| 1959 | 1 | 4 | 114 | 34.114 |
| 1960 | 1 | 4 | 116 | 40.491 |
| 1961 | 1 | 4 | 118 | 36.650 |
| 1962 | 1 | 4 | 116 | 38.077 |
| 1963 | 1 | 4 | 120 | 49.195 |
| 1964 | 1 | 4 | 120 | 50.586 |

FONTES: *Anuário estatístico do Brasil 1936*. Rio de Janeiro: IBGE, 1936, v. 2. *Anuário estatístico do Brasil 1939/40*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, v. 5. *Anuário estatístico do Brasil 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946, v. 6. *Anuário estatístico do Brasil 1946*. Rio de Janeiro: IBGE, 1947, v. 7. *Anuário estatístico do Brasil 1947*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948, v. 8. *Anuário Estatístico do Brasil 1948*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949, v. 9. *Anuário estatístico do Brasil 1949*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, v. 10. *Anuário estatístico do Brasil 1951*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, v. 12. *Anuário estatístico do Brasil 1953*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953, v. 14. *Anuário Estatístico do Brasil 1954*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, v. 15. *Anuário estatístico do Brasil 1955*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, v. 16. *Anuário Estatístico do Brasil 1956*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, v. 17. *Anuário estatístico do Brasil 1957*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 18. *Anuário estatístico do Brasil 1958*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, v. 19. *Anuário estatístico do Brasil 1959*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, v. 20. *Anuário estatístico do Brasil 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, v. 21. *Anuário estatístico do Brasil 1961*. Rio de Janeiro: IBGE 1961, v. 22. *Anuário estatístico do Brasil 1962*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962, v. 23. *Anuário estatístico do Brasil 1963*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, v. 24. *Anuário Estatístico do Brasil 1964*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964, v. 25. *Anuário Estatístico do Brasil 1965*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, v. 26.

superior a 50% dos sindicatos de profissionais liberais. Os dados sobre o número de sindicatos parecem mais confiáveis que sobre o número de filiados, já que os sindicatos eram registrados pelo Ministério do Trabalho.

³⁹ Encontrei divergências (não muito grandes) nas publicações do IBGE quanto ao número de sindicatos e, especialmente, ao número de sindicalizados. Quando isso aconteceu, anotei na tabela o menor número.

Excetuando o declínio abrupto ocorrido entre 1939 e 1941 (que talvez se deva à lei de sindicalização de 1939) e a queda ligeira entre 1961 e 1962, houve um crescimento no número de sindicatos de profissionais liberais entre 1934 e 1964. Também se elevou, no período, o número de federações de profissões de classe média, ainda que não tenham sido mais do que quatro. O número de profissionais sindicalizados, igualmente, ampliou-se, saltando de cerca de 10 mil em 1938 para mais de 50 mil em 1964. Nesse caso, entretanto, pela falta de dados estatísticos sobre a população dos profissionais liberais no período, não é possível afirmar que o crescimento tenha implicado em aumento da taxa de sindicalização dos profissionais de classe média.

Conclusão

A duplicidade de representação configurou-se em recurso a garantir ao Executivo uma margem de manobra na sua relação com os advogados. Embora a OAB tenha surgido da necessidade de a Revolução de 1930 consolidar sua base social, a entidade paulatinamente autonomizou-se do Estado. O monopólio da representação da categoria profissional fortaleceria o poder da Ordem, mas, simultaneamente, implicaria em risco para o Executivo, como ficou demonstrado no final do Estado Novo e no Governo João Goulart, quando a OAB assumiu posições antigovernistas. O governo, desde a década de 1930, eximiu-se de endossar as démarches da OAB para abolir os sindicatos de advogados. É razoável supor que não pretendesse alienar o apoio dos setores profissionais organizados nos sindicatos. Mesmo porque a estrutura corporativista favorecia a colaboração dos sindicatos com o governo.

O Governo Goulart apostou na interlocução com os advogados por intermédio dos sindicatos da categoria. Em pelo menos duas ocasiões, o governo recorreu aos sindicatos para implementar medidas voltadas à categoria, suscitando reações contundentes da OAB. Assim, quando os advogados estavam enquadrados na Lei Orgânica da Previdência Social de 1960, a delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) assinou um termo de acordo com o Sindicato dos Advogados da Guanabara para regular a contribuição previdenciária obrigatória dos advogados cariocas. Nehemias Gueiros, em parecer preparado sobre o assunto para o Conselho Federal, pediu uma resposta vigorosa ao que lhe parecia a usurpação de uma atribuição da Ordem dos Advogados:

E que a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu órgão supremo – com a ampla e inequívoca representação sindical da classe, outorgada por lei (...) faça valer, até através do Poder Judiciário, se necessário for, a sua autoridade e a sua competência exclusiva de falar, em âmbito nacional, por todos os profissionais obrigatoriamente inscritos nos seus quadros (advogados, provisionados, solicitadores e estagiários), para que se fixe, no Ministério do Trabalho, o salário-base que constituirá o parâmetro das tabelas de contribuições (...) sem as quais não se pode iniciar o pagamento das contribuições (...) (GUEIROS, 1964, p. 223)

A contenda da OAB com o governo em torno da pretensão de monopolizar a representação dos advogados atualizou-se após o Congresso Nacional aprovar uma lei previdenciária para a categoria profissional, em 1963. O governo, ao nomear uma comissão encarregada de regulamentar a lei, garantiu a participação nela, não apenas a um representante da Ordem, mas também a um representante do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, provocando novos protestos por parte da OAB (GUEIROS, 1964, p. 209-214).

A existência de dois organismos corporativos beneficiava a ampliação da representatividade do corporativismo para advogados. Desde a Primeira República, a classe média brasileira sofreu um processo de diversificação político-ideológica. Os advogados, grupo profissional de importância política fundamental no interior da classe média, estiveram incluídos nesse processo (PINHEIRO, 1997; SAES, 1996; LIMA JR.; KLEIN; MARTINS, 1970). No entanto, durante os anos abordados pelo presente artigo, a OAB permaneceu controlada por advogados de perfil conservador. Com efeito, o grande contingente de dirigentes da Ordem com vínculos partidários orgânicos no pós-1945 era filiado ao Partido Social Democrático (PSD) ou à União Democrática Nacional (UDN). Os setores profissionais vinculados ao nacional-reformismo, ao socialismo ou ao comunismo encontraram-se excluídos da direção da entidade no pré-1964 (MATTOS, 2013, p. 170-175).

Os setores esquerdistas da categoria profissional abrigaram-se nos sindicatos de advogados e nos partidos políticos. Assim, em 1945, antes da derrubada do Estado Novo, um grupo de advogados protestou, por meio do jornal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), contra as posições antigovernistas tomadas pelo Conselho Federal da OAB⁴⁰. Em 1945, sob o patrocínio do PCB, foi fundado o Comitê Democrático dos

⁴⁰ *Tribuna Popular*, 3/10/1945, p. 1-2.

Advogados de São Paulo. A *Tribuna Popular* explicou os objetivos da entidade: “*visa debater e reivindicar os problemas, procurando tomar parte ativa no processo de democratização de nossa Pátria*”⁴¹. Em seguida, o jornal detalhava o programa do Comitê: “*I – Propugnar pela União Nacional e pela realização de eleições livres e honestas, de uma Assembleia Constituinte (...) II – Criação do Sindicato dos Advogados (...) III – Extensão dos benefícios das leis de previdência social aos advogados*”⁴². No seu primeiro item, o programa contempla a linha de ação política geral do partido, mas, nos dois seguintes, revela a expectativa de que a proposição de uma pauta sindical atraísse advogados à nova entidade.

A literatura sobre o corporativismo já notou que o monopólio da representação conferida pelo Estado tende a desmotivar a “*mobilização de apoio para a adesão de novos membros*” (DINIZ; BOSCHI, 1979, p. 43), originando uma defasagem entre a representação legal e a legitimidade com que a entidade corporativa conta no interior da categoria representada. No entanto, historicamente, tanto o empresariado industrial quanto o operariado urbano, enquadrados no corporativismo sob o regime da unicidade de representação, experimentaram a necessidade de conferir representatividade a suas entidades corporativas.

Vanda Costa demonstra que o grupo fundador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) conquistou o monopólio da representação da indústria paulista antes de obter a legitimidade do exercício de tal função. A própria exclusividade da representação desempenhada pela FIESP foi colocada em xeque por outra fração da indústria paulista na década de 1930. A manutenção do monopólio da representação pela FIESP e a aquisição de legitimidade no interior de sua categoria foram alcançadas pela atuação da federação no sentido de propiciar a formação de cartéis em ramos da indústria e de organizar a resistência do empresariado à instituição dos contratos coletivos de trabalho (COSTA, 1999, p. 117-143).

De sua parte, Angela de Castro Gomes assinala que, no início da década de 1940, o governo passou a se preocupar com a falta de representatividade dos sindicatos operários. Embora a unicidade sindical tenha favorecido o controle do proletariado pelo governo, ela não resolveu a questão da legitimidade dos sindicatos. Por isso, como parte da tentativa de garantir bases sociais para a distensão política que

⁴¹ *Tribuna Popular*, 15/9/1945, p. 5.

⁴² *Tribuna Popular*, 15/9/1945, p. 5.

planejava fazer, o regime Vargas pôs em marcha uma campanha de sindicalização operária (GOMES, 1988, p. 276-277).

A vigência da representação dual tornava ainda mais necessária a conquista de legitimidade pelos organismos corporativos de classe média. Especialmente na década de 1950, a OAB envidou esforços para superar a crise de legitimidade que a atingiu, provocada pela concorrência dos sindicatos e pelas mudanças sofridas pela categoria profissional.

A análise do binômio representação/legitimidade nos conduz ao debate em torno da natureza do corporativismo brasileiro e, por extensão, do grau de controle exercido pelo governo sobre as entidades corporativas. Vanda Costa questiona parcialmente a tipologia sugerida por Schmitter, que divide as experiências corporativas em estatais (vigentes em países de capitalismo periférico, como o Brasil) e societais (ocorridas em países de capitalismo avançado). A autora propõe que o monopólio da representação para os trabalhadores seguiu o modelo do corporativismo estatal, ao passo que, para os industriais seguiu o caminho do corporativismo societal:

Sendo o monopólio de representação a condição *sine qua non* de qualquer tipo de corporativismo, ele está necessariamente ligado à questão da ação coletiva. O monopólio da representação, como condição necessária de arranjos corporativos, indica que o corporativismo requer que já tenham sido ou que sejam solucionados os problemas de organização dos interesses. Deste ponto de vista, o 'corporativismo de Estado' é aquele no qual o Estado impõe sua própria solução aos problemas de ação coletiva. No caso brasileiro, o conceito parece apropriado para fala da organização dos trabalhadores.

O corporativismo societal correspondia aos casos em que esses problemas são solucionados pelos próprios atores em interação com o Estado. No caso brasileiro, este conceito serve para descrever a interação entre as elites industriais paulistas e o Estado, sob um regime autoritário em um contexto de capitalismo atrasado (COSTA, 1999, p. 47).

A resolução da questão da representação entre a classe média, ou, ao menos, entre os advogados, também ocorreu nos moldes do corporativismo societal, uma vez que ela se desenvolveu no âmbito da própria categoria profissional. O Estado, nesse caso, quando interferiu, o fez provocado por alguma das frações profissionais que disputavam a representação da categoria.

Referências

- ALMEIDA, Frederico Ribeiro Normanha de. *A advocacia e o acesso à Justiça no Estado de São Paulo (1980-2005)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ARAÚJO, Angela M. C.; TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo e Neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-30, 2º sem. 1991.
- BARRETO, Alvaro A. de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 119-133, jun. 2004.
- BOSCHI, Renato Raul. Corporativismo. In: AVRITZER, L.; ANASTÁCIA, Fátima (Orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BOSCHI, Renato Raul; LIMA, Maria Regina Soares. O Executivo e a construção do Estado no Brasil. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/IUPERJ/FAPERJ, 2002.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Sindicalismo, trabalho e empresa. In: *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- CAWSON, A. *Corporatism and political theory*. London: Basil Blackwell, 1986.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COLLIER, David; COLLIER, Ruth Berins. Who does what, to whom, and how: toward a comparative analysis of Latin American corporatism. In: MALLOY, J. M. (Ed.). *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do Leviatã*. A construção do corporativismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.
- _____. Origens do corporativismo brasileiro. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991.
- _____. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 25-48, 1979.
- _____. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. In: DINIZ, Eli et al. *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986.
- DINIZ, Marli. *Os donos do Saber*. Profissões e monopólios profissionais. Rio: Revan, 2001.
- FAGUNDES, Laura. *Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 anos de história, 1843-1993*. Rio de Janeiro: IAB/Destaque, 1995.
- FALCÃO, Joaquim. *Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Revista dos Tribunais/IUPERJ, 1988.

GUEIROS, Nehemias. *A advocacia e o seu estatuto*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964.

LESSA, Renato; LINHARES, Leila. *Consenso e identidade: os advogados e a sua ordem*. Rio de Janeiro: OAB, 1991.

LIMA JR., Olavo Brasil de; KLEIN, Lúcia Maria Gomes; MARTINS, Antônio Soares. *O advogado e o Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Dados, 1970.

MALLOY, James M. Authoritarianism and corporatism in America Latina. In: MALLOY, J. M. (Ed.). *Authoritarianism and corporatism in America Latina*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.

MARINHO, Marcelo Jacques M. da Cunha. *Profissionalismo e credenciamento: a política das profissões*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964*. São Paulo: Alameda, 2013.

PECHMAN, Robert; CARNEIRO, Levi. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juristas e escravidão no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo 3, v. 2.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Tomo 3, v. 3.

SCHMITTER, Philippe C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1971.

_____. Still the century of corporatism? *The Review of politics*, Notre Dame, v. 36, n. 1, p. 85-131, jan. 1974.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Notícia histórica da OAB, 1930-1980*. São Paulo: Conselho Federal da OAB, 1982.

Fontes

A Noite, 21/12/1940.

Anais da 1ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1987.

Anais da 2ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

Arquivo do Conselho Federal da OAB. *Atas de sessão do Conselho Federal*, 1934-1964. *Correio da Manhã*, 8/6/1941, 2/8/1941, 2/6/1943, 30/7/1958.

Diário de Notícias, 17/5/1941, 10/7/1941, 10/8/1941.

Estatuto Social do Sindicato dos Advogados no Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

Jornal do Brasil, 3/10/1934, 23/6/1935, 29/6/1935, 9/8/1936.

Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil – 1871/1954. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil – 1933/1958. Rio de Janeiro: IBGE, c.1958.

Tribuna Popular, 15/9/1945, 3/10/1945.

Recebido: 15 de novembro de 2015

Aprovado: 06 de janeiro de 2016

Autor/Author:

MARCO AURÉLIO VANNUCCHI <marco.vannucchi@fgv.br>

- Professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), com período-sanduiche na Universidade Paris IV (Sorbonne). Pós-doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor de *Os cruzados da ordem jurídica. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964* (Alameda, 2013).
- Professor at the School of Social Sciences at the Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). PhD in History from the Universidade de São Paulo (USP), with part of the course at the Université Paris-Sorbonne (Paris IV). Post-doctoral fellowship in Sociology at the Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Author of *Os cruzados da ordem jurídica. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964* (Alameda, 2013).

O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil (1953-1978)*

*The Workers' Corporatist industrial relations system:
labor law and rights at the Labor Courts between the
Brazilian Democratic and Dictatorial Regimes (1953-1978)*

*El corporativismo de los trabajadores: leyes y
derechos en la Justicia del Trabajo entre los regímenes
democrático y dictatorial militar en el Brasil (1953-1978)*

Larissa Rosa Corrêa**

Resumo: Grande parte da historiografia dedicada a compreender a montagem do sistema corporativista brasileiro referente às relações trabalhistas adotou como enfoque a exposição do pensamento intelectual de seus idealizadores, enfatizando mais o caráter original autoritário e controlador do corporativismo e minimizando a sua práxis. Nesse sentido, muitos estudos acabaram por silenciar o papel dos trabalhadores na conformação do corporativismo brasileiro, sobretudo durante o intervalo democrático dos anos 1945 a 1964. O presente artigo busca contribuir para o debate historiográfico ao enfatizar a importância das experiências dos trabalhadores acumuladas no contato com os órgãos institucionais trabalhistas que compõem o sistema corporativista no Brasil, em especial a Justiça do Trabalho e os sindicatos, chamando a atenção para os usos do aparato jurídico trabalhista pelos próprios trabalhadores, por meio de suas entidades de classe e advogados trabalhistas. Este estudo encontra-se dividido em duas partes. A primeira sugere a construção de uma nova cultura política trabalhista, baseada

*Os resultados da pesquisa apresentados neste artigo contaram com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas, concluído em 2013.

**Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). <larissa_correa@puc-rio.br>

fortemente na luta pela demanda e conquista de direitos, gestada no período “populista” e tendo atingido o seu auge na primeira metade dos anos 1960. Na segunda parte são exploradas as mudanças ocorridas no judiciário trabalhista após o golpe civil-militar de 1964, mostrando como a opção dos militares por manter o sistema corporativista e depurar a Justiça do Trabalho teve impacto profundo nas ações dos trabalhadores e do movimento sindical.

Palavras-chave: corporativismo; trabalhadores; sindicalismo; Justiça do Trabalho

Abstract: Much of the historiography dedicated to the Brazilian system of corporatist industrial relations has focused on the intellectual thinking of its creators, emphasizing the corporatism’s original authoritarian and controlling character and minimizing its praxis. In this sense, many studies end up in silencing the role of the workers and trade unions in the process of shaping the corporatist system, especially during the democratic period of 1945-1964. This article aims to contribute to the debates on corporatist systems by emphasizing the importance of the workers’ experience based on the narrow relation to the labor institutes (Labor Courts, trade unions, and the Ministry of Labor). By doing so, this paper aims to show how the workers were successful in given new meaning to the corporatist project. Besides, it calls attention to the making of a new political labor culture strongly based on the working-class struggle for labor rights. This study will analyze the uses of the corporatism by the working-class in two different political regimes: in the “populist” period (1950s and early 1960s) and the military dictatorial period, from 1964 on.

Keywords: corporatist; working-class; trade unionism; Labor Courts

Resumen: Gran parte de la historiografía dedicada a comprender el montaje del sistema corporativista brasileiro adoptó como enfoque la exposición del pensamiento intelectual de sus idealizadores, enfatizando más el carácter original, autoritario y controlador del corporativismo y minimizando su praxis. Muchos estudios silenciaron el papel de los trabajadores en la conformación del corporativismo brasileiro, especialmente durante el interregno democrático de los años 1945 a 1964. En ese sentido, el presente artículo busca contribuir al debate historiográfico haciendo hincapié la importancia de las experiencias de los trabajadores acumuladas en el contacto con los órganos institucionales que componen ese sistema corporativista brasileiro, llamando la atención sobre los usos del aparato jurídico-laboral por parte de los propios trabajadores, representados por sus organizaciones de clase y abogados laboristas. Este estudio se divide en dos partes. La primera, aunque no presente un análisis denso sobre las acciones de los trabajadores en la Justicia del Trabajo, sugiere la construcción de una nueva cultura política laboral, fuertemente basada en la lucha por la demanda y conquista de derechos gestada en el período “populista” y con auge en la primera mitad de los años 1960. En la segunda parte son explorados los cambios ocurridos en la justicia laboral después del golpe cívico-militar de 1964, mostrando cómo la opción de los militares por mantener el sistema corporativista y depurar la Justicia del Trabajo tuvo un impacto profundo en las acciones de los trabajadores y del movimiento sindical.

Palabras clave: corporativismo; trabajadores; sindicalismo; Justicia del Trabajo

Pode-se dizer que grande parte da historiografia brasileira tem se dedicado a compreender os processos históricos do Brasil republicano a partir de um conjunto de matrizes analíticas desenvolvidas pelas ciências

sociais e já fartamente exploradas e debatidas no meio acadêmico. Estas, de tão utilizadas tornaram-se praticamente adjetivos com vida própria, autoexplicativos do que seriam características e particularidades das relações entre Estado e sociedade no Brasil. Sem dúvida, o corporativismo, ladeado pelo clientelismo e o populismo, é comumente visto como uma das nossas principais características nacionais, a nossa “jabuticaba” brasileira. Como observou Michael Hall, “como na maioria dos países, a historiografia brasileira tende a achar que a sua experiência é única” (HALL, 2002, p. 17). Não é proposta deste artigo desenvolver uma revisão historiográfica referente às análises sobre o corporativismo brasileiro a partir da história comparada. Todavia, é patente que a maior parte dos estudos dedicados ao tema adotou como enfoque a exposição do pensamento intelectual dos artífices do corporativismo, com ênfase na elaboração do projeto e menos voltados para a sua aplicação (VIANA, 1978; BOITO, 1991; COSTA, 1991).

Mais preocupados em apontar para as incompletudes do sistema corporativista, a partir do que podemos chamar de “paradigma da ausência”¹, muitos pesquisadores enfatizaram a manipulação do corporativismo brasileiro pelo Estado, sendo este interpretado unicamente como um instrumento de cooptação e aliciamento dos trabalhadores, do que necessariamente um sistema tripartite de representação das classes (VIANA, 1978). Para o sociólogo Adalberto Cardoso, Vargas teria criado um projeto utópico para os trabalhadores, mais “ancorado em máximas morais” do que na ação efetiva em prol dos interesses do operariado. De toda forma, o autor reconhece que

a legislação social e trabalhista transformou a relação entre o Estado e o povo brasileiro, afirmando que “a ‘cidadania regulada’ gerou nos trabalhadores a expectativa de proteção social, alimentando uma promessa de integração cidadã que, se bem que não se efetivou, cumpriu a tarefa de incorporar, finalmente mas não de uma vez para sempre, os trabalhadores como artífices do processo de construção estatal no Brasil (CARDOSO, 2010, p. 208).

Por outro lado, as deficiências do corporativismo sindical foram bastante enfatizadas pelos estudiosos, ora porque a legislação trabalhista é interpretada como uma cópia *tout court* da *Carta del*

¹ Sobre a definição do “paradigma da ausência” na historiografia do trabalho brasileira, ver: CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

lavoro (ROMITA, 2001)², ora por ser o sistema considerado incompatível ao associativismo autônomo e pluralista (GACEK, 1994) ou ainda por ser interpretado apenas como um aparato para “inglês ver” (FRENCH, 2001). Ademais, o caráter autoritário da sua criação e implantação durante a ditadura varguista acabou levando muitos pesquisadores a acreditar que nada mais havia a ser explorado no funcionamento do corporativismo brasileiro para além dos aspectos de controle, cooptação, concessão e outorga. Todavia, o sistema de regulamentação trabalhista idealizado por Oliveira Vianna ultrapassou setenta décadas, atravessando diferentes conjunturas históricas entre ditaduras e regimes democráticos. Manteve-se conservado em sua estrutura, embora não tenham sido poucas as alterações realizadas na legislação trabalhista, inclusive durante o período da Ditadura Militar e principalmente na década de 1980.

A socióloga Angela Araújo, por sua vez, em seu estudo sobre a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil questionou a produção historiográfica sobre a década de 1930 que enfatizava a resistência do movimento sindical à implantação do sindicalismo corporativista. A autora relativizou a ideia de ampla rejeição ao sistema, considerando que se “houve resistência à política trabalhista e sindical do Governo Vargas, houve também aceitação de parcelas significativas do operariado urbano e mesmo adesão de segmentos importantes do movimento sindical preexistente”. A incorporação da classe trabalhadora na política do Estado no pós-1930, que reconhecia direitos e benefícios previamente demandados pelo movimento dos trabalhadores, mas fundamentado no exercício do controle e da centralização do Estado nas relações trabalhistas, deu origem ao chamado “corporativismo inclusivo” (ARAÚJO, 2002, p. 30). E é essa característica do sistema de regulamentação trabalhista brasileiro que se pretende explorar neste artigo, com ênfase no papel da Justiça do Trabalho e sua relação com os trabalhadores organizados.

De modo geral, o artigo mostra, em um primeiro momento, como os trabalhadores³, organizados em seus sindicatos e por meio de seus representantes legais, aprenderam ao longo do período democrático “populista” (1945-1964) a utilizar os instrumentos legais e o aparato

² Para um aprofundamento da análise sobre a influência do fascismo na formulação do sistema corporativista brasileiro de regulamentação do trabalho, ver: GENTILE, Fábio. O fascismo como modelo: incorporação da “Carta del Lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. *Mediações*, Londrina, v. 19, n. 01, p. 84-101, jan.-jun. 2014.

³ A categoria “trabalhadores” aqui utilizada abarca também os seus órgãos representativos de classe, ou seja, sindicatos e seus departamentos jurídicos.

jurídico trabalhista para reivindicar e lutar por seus interesses, tendo adquirido protagonismo nas ações que moldaram a atuação da Justiça do Trabalho ao longo dos anos que precederam o golpe de Estado de 1964. Embora esta primeira parte não desenvolva uma descrição densa, no sentido cunhado pelo antropólogo Clifford Geertz, das relações entre os trabalhadores e a justiça trabalhista, os argumentos ora apresentados foram construídos com base em ampla pesquisa qualitativa e quantitativa, que tiveram como fonte principal os processos trabalhistas impetrados no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região de São Paulo, além dos jornais dos sindicatos e da grande imprensa, depoimentos e relatórios da polícia política (Deops) de São Paulo. Tal estudo teve como enfoque a atuação dos sindicatos de trabalhadores têxteis e metalúrgicos na cidade de São Paulo durante os anos de 1953 a 1964 e enfatizou o papel das entidades sindicais dos trabalhadores e dos advogados trabalhistas militantes do Partido Comunista Brasileiro⁴. Na segunda parte serão apresentados determinados aspectos da atuação da Justiça do Trabalho em relação aos interesses dos trabalhadores e seus sindicatos após as mudanças na política trabalhista e econômica arquitetada pelos governos militares⁵. Para apontar as mudanças ocorridas na Justiça do Trabalho e no sistema corporativista brasileiro durante o regime militar, o artigo aborda os usos dos recursos corporativistas pelos governos militares, considerando a eclosão do “novo sindicalismo” um novo marco histórico que gerou rupturas impossíveis de serem aprofundadas neste trabalho. Dessa forma, a segunda parte do artigo, embora não utilize fontes produzidas diretamente pelos trabalhadores ou ainda documentos processuais, busca chamar a atenção para o aprofundamento dos mecanismos de repressão e controle presentes no sistema corporativista idealizado no regime varguista. Paralelamente, procuro argumentar que estas medidas não obstaculizaram o acesso dos trabalhadores aos órgãos trabalhistas, ao contrário, ganharam novos contornos e sentidos em relação ao período anterior.

⁴ Trata-se da minha dissertação de mestrado intitulada “Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964”. IFCH-Unicamp, Campinas, 2007, e posteriormente transformada no livro *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)*. LTr/ Fapesp, 2011.

⁵ Trata-se de alguns resultados da pesquisa desenvolvida para tese de doutorado, estudo voltado à análise do movimento sindical brasileiro e sua relação com o sindicalismo norte-americano no período autoritário, abordando os debates sobre a adoção e aplicabilidade do modelo contratualista norte-americano em comparação com o corporativismo brasileiro. Tese de doutorado intitulada *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil e Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar (1961-1978)*. Tese de Doutorado. IFCH-Unicamp, Campinas: 2013. A versão em livro encontra-se no prelo, com o mesmo título, a ser publicada pela editora da Unicamp.

Desse modo, a proposta ora apresentada é proporcionar uma visão mais abrangente e de longa duração sobre as relações entre a Justiça do Trabalho e os trabalhadores instrumentalizadas pelo sistema corporativista das relações trabalhistas, abarcando dois períodos distintos da história do Brasil republicano do pós-1930: da ascensão do movimento sindical “populista” ao dismantelamento do movimento sindical e à política repressiva aos trabalhadores durante o regime militar. A articulação desses dois estudos representa um esforço em grande medida inédito de observação de determinados aspectos que ressaltam os processos de continuidade e mudança no modo como foram travadas a regulamentação do trabalho no país durante estas duas conjunturas políticas. É preciso deixar claro que o presente artigo não pretende, obviamente, exaltar as supostas características positivas do corporativismo brasileiro. Buscando ir além da análise crítica sobre a construção do aparato corporativista de trabalho, este estudo procura apontar para os diversos sentidos do “corporativismo inclusivo” a partir de sua prática, considerando as experiências das classes trabalhadoras e suas entidades representativas, que atuaram a partir de um conjunto concreto de condições e possibilidades político-econômica e sociais colocadas por diferentes conjunturas. Esse movimento teria dado origem ao processo de formação de uma cultura política de direitos, gestada durante o período democrático e identificada fundamentalmente por meio da instrumentalização do código trabalhista, do aprendizado de uma linguagem de direitos reapropriada pela classe trabalhadora, da prática sindical, bem como no acesso às instituições jurídicas pelos trabalhadores; sendo os sindicatos profissionais, ainda que sob a tutela do Ministério do Trabalho, um dos principais vetores de construção dessa cultura política.

Ademais, trata-se de um esforço em compreender os significados da Justiça do Trabalho pela perspectiva dos interesses e estratégias políticas elaboradas pelos trabalhadores, indo além dos meros processos burocráticos impostos pelo arranjo corporativista, durante o período “populista” até o golpe civil-militar de 1964. Ao interpretar a Justiça do Trabalho como uma arena de conflitos, entendendo que a legislação trabalhista constitui um importante instrumento de luta a ser disputado pelos setores de interesse (patrões e empregados). Ainda que por meio de relações assimétricas, procura-se mostrar um sistema corporativista que se desprende do seu modelo ideal e que pode ser compreendido não por aquilo que foi projetado, mas pelo o que foi feito dele.

Os trabalhadores e a Justiça do Trabalho no auge do “populismo”

Regulamentada por Vargas em 1941, a Justiça do Trabalho, mesmo sendo alvo de diversas críticas, pode ser interpretada como uma ferramenta importante nas mãos da classe trabalhadora⁶. Apesar das dezenas de problemas apontados no sistema judiciário trabalhista, que, desde sua implantação foi alvo de insatisfação por parte dos trabalhadores e patrões, os primeiros continuaram recorrendo à Justiça do Trabalho de modo crescente. Entre as reclamações mais presentes entre os empregados ao longo das décadas de 1950 a 1970 estavam: a questão da morosidade do trâmite judicial, as inúmeras possibilidades de recursos patronais que visam o protelamento das sentenças e o processo burocrático interposto entre a execução da sentença e o pagamento das indenizações, ou seja, as dificuldades que se criaram para que o trabalhador/a de fato adquirisse o ganho reparado. Considerando tais obstáculos, pode-se indagar por que os trabalhadores continuaram a recorrer à Justiça do Trabalho a ponto de o Brasil receber o título de maior recordista de ações trabalhistas no mundo, com mais de dois milhões de queixas individuais por ano⁷. A alta procura dos trabalhadores ao judiciário trabalhista pode ser explicada, em parte, pelo fato de que os tribunais representaram, principalmente no período de autoritarismo do regime militar, um dos poucos canais – se não o único – de recurso dos trabalhadores para buscar reparações em relação aos direitos sistematicamente sonegados pelos patrões. No entanto, durante o período “populista”, os trabalhadores organizados viram no judiciário trabalhista um veículo importante e estratégico na luta por direitos. Não por acaso, no período de maior liberdade democrática, quando os trabalhadores tinham condições de desenvolver uma organização sindical autônoma, ou seja, sem a interferência demasiada do Estado, os mesmos optaram não por rejeitar o papel da Justiça do Trabalho, mas por ocupá-la de forma a lutar para que ela pudesse representar de modo satisfatório os seus interesses. “Ocupar a Justiça do Trabalho”, na visão do movimento sindical conduzido pelos comunistas e nacionalistas da

⁶ Há uma efervescente produção bibliográfica na área de História Social do Trabalho, que vem pesquisando o papel da Justiça do Trabalho em relação aos interesses dos trabalhadores, tendo como fonte principal os processos trabalhistas, ver exemplos em: SPERANZA (2014); SOUZA (2012); SOUZA (2007).

⁷ “Brasil é campeão mundial de reclamações trabalhistas”, de 8 de julho de 2011. Disponível em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2768743/brasil-e-campeao-mundial-de-reclamacoes-trabalhistas>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

década de 1950 e início dos anos 1960, significava instaurar o maior número de reclamações possíveis, atuar ativamente no judiciário por meio de advogados e juizes classistas comprometidos ideologicamente com a causa coletiva dos trabalhadores, pressionar os juizes por meio de reuniões, greves e comícios e, por fim, investir fortemente no Departamento Jurídico dos sindicatos (CORRÊA, 2011). Foi o que mostrou a leitura sistemática dos jornais “*O trabalhador têxtil*” e “*O metalúrgico*”, das décadas de 1950 até 1964, a documentação dos sindicatos dos têxteis e metalúrgicos e os depoimentos com antigas lideranças sindicais e advogados trabalhistas. Abaixo, um exemplo do movimento de judicialização das relações trabalhistas organizado pelos sindicatos em 1960:

No estabelecimento em que você trabalha o pagamento é feito com atraso? Há falta de higiene nas dependências sanitárias? Há falta de iluminação? Há perigo nas chaves elétricas não protegidas? A sua alimentação é esquentada em latas velhas e enferrujadas com água suja? Sim? Então reclame... Mas reclame ajuizadamente, vindo ao sindicato, fazendo a queixa prudente e cautelosa, como faz um consciente metalúrgico⁸.

Ao judicializar as relações de trabalho na década de 1930, percebe-se a criação gradual de uma nova cultura política trabalhista⁹, ainda que inicialmente forjada sob forte repressão de Vargas em relação às ações dos trabalhadores e organizações de esquerda¹⁰. Esse movimento irá se consolidar ao longo da curta, porém, intensa, experiência democrática instaurada no pós-guerra. Ainda no início dos anos 1950, percebe-se uma tendência dos especialistas na área do Direito do Trabalho em valorizar e diferenciar a justiça trabalhista dos demais ramos da ciência jurídica, conferindo ao direito trabalhista um caráter fundamentalmente público. Segundo o jurista Oscar Saraiva, um dos idealizadores da Consolidação das Leis Trabalhistas, o intenso movimento dos tribunais trabalhistas e seu sucesso imediato, “cujos órgãos, datando de um decênio, já se

⁸ *O Metalúrgico*, p. 3, julho de 1960 in CORRÊA (2011, p. 67).

⁹ Ver exemplo em: SOUZA, Samuel F. “*Coagidos ou Subornados*”: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. Tese de doutorado. IFCH-Unicamp. Campinas: 2007.

¹⁰ Como exemplo das ações repressoras executadas por Vargas no período que antecedeu e durante o Estado Novo para frear as ações organizadas dos trabalhadores nos sindicatos reconhecidos pelo Estado no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, ver: CONIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil. A ascensão do populismo, 1925-1945*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005; FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul-RS: Garamond/Educs, 2004.

radicaram nos costumes e na consciência popular, que neles se encontra a última expressão da garantia dos direitos assegurados pela legislação trabalhista” (SARAIVA, 1953, in: LEITE, 1954, p. VIII).

O movimento de judicialização das relações trabalhistas, fomentado pelos trabalhadores com o objetivo de publicizar os conflitos fabris, que até meados da década de 1930 eram tratados em sua grande maioria como parte das relações privadas entre operários e patrões e que tinham a polícia como principal intermediadora¹¹, foi fortemente impulsionado pela ascensão da organização do movimento sindical, iniciada nos primeiros anos da década de 1950 com a eclosão da chamada *Greve dos 300 mil* na cidade de São Paulo. Em meio à crise política instaurada no governo Vargas, ocasionada, em parte, pelas ações efetuadas pelo ministro João Goulart em prol dos trabalhadores (sendo a proposta do aumento do salário mínimo em 100% a mais polêmica), uma série de greves eclodiu em várias cidades do país¹². Esta conjuntura política permitiu que a classe trabalhadora, organizada pelos sindicatos sob a liderança de militantes comunistas, lutasse pela garantia e reivindicação das melhorias no trabalho, construindo uma linguagem comum baseada na demanda por direitos estabelecidos na CLT.

O saldo geral da *Greve dos 300 mil* foi considerado positivo para os trabalhadores. Conforme demonstrado em estudo anterior (CORRÊA, 2011), os frutos desse movimento foram colhidos pouco tempo depois, quando grande número de trabalhadores aderiu aos sindicatos. O aumento dos operários sindicalizados veio acompanhado também pelo surgimento de uma nova geração de sindicalistas comprometidos com os interesses da classe e, em geral, ligados ao PCB e ao PTB¹³. O destaque do trabalho das comissões de fábrica e o sucesso da greve dos 300 mil provocaram conflitos entre as antigas diretorias dos sindicatos e as lideranças do movimento. Tais embates geraram mudanças nas entidades, afastando, ou, pelo menos neutralizando, muitos diretores “pelegos” (PEREIRA NETO, 2011).

Tais mudanças ocasionadas no movimento sindical refletiram também nas relações entre trabalhadores e a Justiça do Trabalho, sobretudo, quando os sindicatos passaram a receber maior número

¹¹ O trâmite processual obrigava o patrão a se deslocar de sua propriedade para um terreno que também era desconhecido dos industriais, isso não significava pouca coisa diante de relações tão desiguais em que o controle e a repressão policial dentro e fora das fábricas eram práticas constantes.

¹² Para um estudo aprofundado sobre a Greve dos 300 mil em São Paulo, ver: COSTA, 1995 e PEREIRA NETO, 2011.

¹³ Entre eles, Luís Tenório de Lima, Antônio Chamorro, Dante Pelacani e Eugenio Chemp.

de associados, gerando um aumento da procura pelos Departamentos Jurídicos destas entidades. Com base na leitura sistemática dos periódicos produzidos pelos sindicatos dos têxteis e metalúrgicos de São Paulo¹⁴, ao longo dos anos de 1953 a 1964, percebe-se que esses departamentos representavam o caminho para a entrada do trabalhador no mundo legal e, muitas vezes, sua inserção na militância do movimento sindical. As consultas oferecidas pelos advogados sindicais constituíam um espaço onde os sindicalizados exerciam o papel de cidadãos-trabalhadores. Longe de representarem setores estritamente burocráticos, os departamentos jurídicos contribuíam para o estreitamento das relações dos operários com o órgão de classe, na medida em que eram obtidas sentenças judiciais frequentemente favoráveis aos interesses dos trabalhadores (CORRÊA, 2011).

No contexto do pré-1964, é preciso destacar o papel desempenhado por alguns advogados especializados na defesa dos trabalhadores, a partir de suas experiências no mundo do trabalho, na luta sindical, no relacionamento com os trabalhadores, sindicatos e colegas de profissão, e também juízes.¹⁵ Durante esses anos de regime democrático, circulavam na Justiça do Trabalho sindicalistas, advogados e até mesmo juízes simpáticos ao comunismo. Esses conviviam com outros profissionais do Direito de diferentes perfis político e ideológicos. A investigação das relações desses advogados com o movimento operário permitiu observar que estes atores constituíam elo importante entre os trabalhadores e as leis. Esses advogados militantes ou simpatizantes do PCB tinham as suas atividades constantemente vigiadas pela polícia política, sobretudo após o golpe, quando advogados e juízes trabalhistas não foram poupados da repressão que assolou o movimento sindical.¹⁶ Um fato curioso é que muitos juízes, considerados política e ideologicamente conservadores, manifestavam admiração e respeito por esses advogados militantes¹⁷.

A maior parte dos advogados que trabalhavam nos sindicatos atendia também em seus próprios escritórios, como era o caso do Escritório de Advocacia Rio Branco Paranhos, estabelecido no centro da capital.

¹⁴ Os sindicatos dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos de São Paulo estavam entre as mais fortes entidades da região. O primeiro por sua elevada representação, abrangendo grande parte da mão de obra feminina e de menores de idade, e o segundo por ser considerado uma categoria fortemente organizada, com maior poder de barganha.

¹⁵ Sobre a atuação dos advogados trabalhistas e militantes dos sindicatos de trabalhadores, ver: CORRÊA, 2007.

¹⁶ Entre os advogados trabalhistas militantes do PCB investigados e vigiados constantemente pelo Deops de São Paulo estavam: Rio Branco Paranhos, Agenor Barreto Parente, Ênio Sandoval Peixoto e José Carlos Arouca. Ver prontuários n. 98359, 35908 e o inquérito policial n. 856/65. Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo Deops, série prontuários.

¹⁷ Depoimentos coletados com advogados e juízes trabalhistas, ver: CORRÊA, 2013.

Nesse local, atuava um grupo de advogados especializados em causas trabalhistas, liderados pelo advogado Paranhos. Este era conhecido por utilizar um vocabulário acessível aos operários. Os trabalhadores que queriam reivindicar algum direito na Justiça recebiam orientações processuais durante o plantão oferecido pelos advogados. O Escritório Paranhos era um dos mais procurados e respeitados pelos trabalhadores, em grande parte pelo fato de os advogados falarem diretamente com os trabalhadores durante encontros coletivos realizados no centro da cidade de São Paulo. As consultas coletivas aos trabalhadores funcionavam como aulas de direitos trabalhista, chegando a reunir mais de uma centena de trabalhadores¹⁸. Essas características no modo de atuar dos advogados militantes, conforme mostrado em estudo anterior (2007, 2011), somada ao grande número de artigos publicados nos jornais sindicais e outros materiais de divulgação contendo informações sobre ações trabalhistas, provocavam uma identificação entre os trabalhadores e seus representantes legais, aproximando os primeiros dos seus sindicatos e contribuindo para a formação de uma identidade de classe baseada em uma cultura de direitos.

Para se ter uma ideia, no sindicato dos metalúrgicos, apenas no primeiro semestre do ano de 1954, foram realizadas cerca de 9 mil consultas no Departamento Jurídico¹⁹. No mesmo ano, observou-se o baixo índice de processos instaurados nas cortes trabalhistas, referentes à mesma categoria, julgados improcedentes. Índice que se manteve baixo até o ano de 1964. Tal constatação mostra o alto acolhimento das demandas trabalhistas formuladas pelos metalúrgicos, considerada a categoria mais organizada e com maior poder de negociação frente o poder industrial.

Os jornais publicados pelos sindicatos dos têxteis e metalúrgicos costumavam utilizar os resultados positivos conquistados pelas categorias para reforçar a importância de o trabalhador ser sindicalizado e enfatizar o papel da organização e da união da classe trabalhadora. Nesses jornais sindicais também é possível encontrar os relatos dos conflitos trabalhistas e o modo como haviam sido julgados pelas cortes trabalhistas. Esses relatos, além de retratar as lutas dos trabalhadores pela conquista e pela concretização de seus direitos, mostram a construção de uma jurisprudência e o amadurecimento do papel e das funções desempenhadas pela justiça trabalhista.

¹⁸ Depoimento de Vânia Paranhos concedido à autora no dia 24 de abril de 2006, reproduzido em CORRÊA, 2011.

¹⁹ *O Metalúrgico*, n. 135, p. 10, set. 1954. A relação dos processos julgados procedentes e improcedentes nas categorias metalúrgica e têxteis encontra-se em CORRÊA, 2011, p. 62.

Uma característica observada nesses periódicos é a preocupação em transcrever na íntegra os artigos da CLT divididos por diversas temáticas, tais como: férias, licença maternidade, transferência do trabalhador para outro local, entre outros. Os jornais dos sindicatos atuavam como um importante divulgador das leis, dos direitos, denunciando a falta de fiscalização e as deficiências do sistema CLT. A campanha publicada no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos ilustra essa questão: “O trabalhador que tem conhecimento de seus direitos, dificilmente é enganado. Adquirir em nosso sindicato o ‘Pequeno manual de legislação trabalhista’ por CR\$ 50,00. Impresso em pequeno volume, que pode ser levado no bolso (*O Metalúrgico*, janeiro de 1960).

A publicação das sentenças judiciais informava os trabalhadores e os advogados sobre o que estavam pensando os juízes a respeito de um determinado conflito trabalhista. Caso a sentença beneficiasse o trabalhador, os advogados sindicais entendiam que o caso poderia ser utilizado como exemplo para o ganho de causas semelhantes.

Os anos de 1950 a 1964, marcados pelas campanhas nacionalistas e pelas demandas das chamadas reformas de base, representam um período de significativo crescimento da força do movimento sindical²⁰. Nesse período, embora devamos considerar o aumento da mão de obra na capital paulista, observou-se um crescimento constante das demandas nas cortes trabalhistas, mesmo após o golpe civil-militar. De acordo com levantamento realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o número de processos autuados em todas as instâncias trabalhistas do país aumentou substancialmente entre os anos de 1961 e 1965, conforme apontam os dados:

Processos recebidos nas varas de trabalho de todo o país²¹

| | |
|-----------|-----------|
| 1941-1945 | 163.128 |
| 1946-1950 | 346.609 |
| 1951-1955 | 538.238 |
| 1956-1960 | 713.107 |
| 1961-1965 | 1.316.566 |
| 1966-1970 | 2.356.958 |
| 1971-1975 | 2.042.441 |
| 1976-1980 | 3.037.948 |

²⁰ Sobre a intensificação da luta no movimento sindical no período “populista”, ver: FORTES et al., 1999.

²¹ “Relatório demonstrativo, seção I, Justiça do Trabalho”, produzido pelo Setor de Estatísticas do TST, disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/9b64bead-84e6-4e7d-971a-d405b0c6ae74>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Chama a atenção o aumento do número de processos impetrados no pós-1964, tema a ser abordado mais adiante. A partir de 1966, há um aumento de 61% em relação ao ano anterior. Ainda no ano de 1966, observa-se um expressivo desequilíbrio entre o número de processos instaurados e os julgados. Nas décadas de 1950, até a primeira metade dos anos 1960 esses números se mantiveram próximos, sendo que a quantidade de processos julgados chegou a ultrapassar a de instaurados, como ocorreu nos anos de 1958 e 1964²². Segundo o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, nos períodos em que a exploração patronal se intensificava, a Justiça do Trabalho passou a representar um “recurso defensivo mínimo frente a uma maior liberdade da empresa (no caso a Companhia Tecelagem Paulista) na exploração de sua força de trabalho” (LOPES, 1988, p. 368). Nesse sentido, o trabalho apresentado por Leite Lopes, publicado no final da década de 1980, chamou a atenção dos pesquisadores para as diversas formas daquilo que ele denominou de “microfísica da resistência” coletiva e individual. Lopes mostrou que acionar a Justiça do Trabalho, ou até mesmo testemunhar a favor de um colega durante o processo, significava um ato de resistência e, sobretudo, de ousadia.

No âmbito das negociações coletivas travadas nas décadas de 1950 e primeira metade dos anos 1960, principalmente em relação aos dissídios coletivos em que envolveram greves, eclodidas antes ou durante o trâmite de negociação judicial, observa-se que a utilização dos instrumentos legais pelos sindicatos de trabalhadores não significou o abandono de outras estratégias de luta travadas no chão de fábrica e nas ruas (PEREIRA NETO, 2011). Trabalhadores e sindicatos haviam aprendido que não era possível lutar por uma única via. Pressionar os empregadores e os juízes trabalhistas encarregados do julgamento dos autos, eram estratégias legítimas utilizadas pelos sindicalistas e advogados representantes das categorias de trabalhadores. Desta forma, observa-se o crescente aumento de greves, eclodidas no final da década de 1950 e na primeira metade dos anos 1960, paralelo a elevação do número de processos trabalhistas impetrados por trabalhadores²³.

A atenção ao trâmite judicial também era importante para a organização das greves, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.070 (em vigor até o golpe civil-militar de 1964). Uma das maiores dificuldades e

²² Dados apresentados pelo Setor de Estatísticas do Tribunal Superior do Trabalho, disponível em: <tst@tst.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2015.

²³ Sendo as greves dos 400 mil, de 1957, a do abono de Natal, em 1962, e a dos 700 mil, em 1963, consideradas as mais importantes do período, (FORTES et al., 1999).

preocupações dos sindicatos e seus advogados era tornar a greve legal, respeitando os limites impostos pelo Estado. De acordo com esse decreto-lei, a greve para ser aceita pelo órgão judicial só poderia ser deflagrada depois que o processo de negociação coletiva fosse encaminhado à Justiça do Trabalho. Nas negociações coletivas intermediadas pelos tribunais, a questão do tempo era uma preocupação tanto dos operários quanto dos patrões. De um lado, os trabalhadores pressionavam a Justiça do Trabalho e os empregadores com o movimento grevista; de outro, os patrões procuravam recorrer a todas as estratégias e brechas legais possíveis para ganhar tempo e protelar o julgamento, esperando com isso acalmar os ânimos da classe operária.

Nos tribunais, as cláusulas que tratavam do índice do reajuste salarial e das condições de trabalho eram negociadas ponto a ponto. Assim como no caso dos conflitos individuais encaminhados aos tribunais, a experiência adquirida nas greves e nos julgamentos era considerada nas negociações seguintes. A cada nova cláusula conquistada no contrato coletivo, os trabalhadores conseguiam ampliar a sua pauta de reivindicações, sendo muito difícil voltar atrás numa cláusula já conquistada anteriormente. Tais procedimentos e “pequenas” vitórias conquistadas pelos trabalhadores no âmbito do judiciário trabalhista são interrompidos com a tomada do poder pelos militares em 1964.

O corporativismo dos patrões e do regime militar

A instauração do regime militar em 1964 teve um impacto particularmente atroz para os trabalhadores. Estes foram um dos alvos principais da repressão das Forças Armadas ainda durante a execução do golpe. A eleição indireta do general Castelo Branco para a presidência da República ocorreu em meio a perseguição política de milhares de trabalhadores e sindicalistas de todo o país. Acusados de envolvimento com o PCB e de promover a “desordem” e a “subversão” atentando contra os interesses nacionais, muitos trabalhadores militantes fugiram, outras centenas foram presos e torturados e alguns encontram-se até hoje desaparecidos²⁴.

Ainda em 1964, o governo de Castelo Branco (1964-1967) rapidamente lançou as bases de sua nova política trabalhista, deixando clara as suas intenções de romper com a tão alardeada demagogia do

²⁴ Relatório final do GT “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014. Disponível em: <<http://trabalhadoresgtcnv.org.br>>.

trabalhismo. Para isso, era preciso realizar uma “operação limpeza” no movimento sindical, expulsando as lideranças nacional-reformistas e os comunistas das diretorias dos sindicatos. Dessa forma, acreditava-se ser possível livrar as entidades dos trabalhadores das velhas práticas populistas, que, conforme alegavam os militares, haviam sido responsáveis por instalar a corrupção e a subversão no meio sindical²⁵. Não somente trabalhadores e sindicalistas foram alvo de perseguições, os chamados “operadores do direito”, advogados e juizes trabalhistas, também se encontravam na mira da polícia política. Foi o caso do próprio grupo de advogados do Escritório de Rio Branco Paranhos, objeto de investigação em um Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado em 1964, acusado de servir como espaço para uma célula do PCB. Alguns advogados decidiram fugir a fim de evitar a prisão, outros, como José Carlos Arouca, representante legal do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos de São Paulo, optou por permanecer e prestar depoimento²⁶. No mesmo período, a decretação do Ato Institucional nº 1, no dia 9 de abril de 1964, cassou os direitos políticos daqueles considerados “inimigos da Revolução”, atingindo dezenas de lideranças políticas, sindicais, intelectuais e militares (ALVES, 1985).

O novo programa de estabilidade econômica – Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – arquitetado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, tinha como um dos seus princípios básicos a compressão dos salários dos trabalhadores. O plano trouxe uma série de mudanças que impactou diretamente nas relações trabalhistas. Entre as alterações estavam a nova lei de greve nº 4.330, de 01 de junho de 1964, que tratou de dificultar ao máximo o processo de legalização das paralisações, possibilitando ainda mais a Justiça do Trabalho a intervir nos conflitos coletivos de patrões e empregados. As greves de solidariedade e as consideradas de “natureza política, social ou religiosa” também passaram a ser julgadas ilegais. As paralisações realizadas para requerer o pagamento de salários atrasados e melhorias no trabalho eram permitidas, mas o trâmite burocrático a ser cumprido pelos sindicatos dificultava o seu reconhecimento nas cortes trabalhistas (COSTA, 1997, p. 136). Tais medidas faziam com que os movimentos de greve diminuíssem drasticamente.

Além disso, o arrocho salarial, regulamentado pela Lei 4.725, de 13 de julho de 1965, restringiu o poder normativo da Justiça do Trabalho,

²⁵ Sobre a repressão aos trabalhadores no regime militar, ver: Santana, 2008; Negro, 1999.

²⁶ APESP, arquivo Deops, série prontuários, inquérito policial nº 856/65.

ou seja, o poder dessa justiça especial e autônoma de criar normas e condições de trabalho no âmbito das negociações dos dissídios coletivos. Os reajustes salariais passaram a ser definidos de acordo com os índices de aumento do custo de vida definidos pelo governo federal e deveriam ser aplicados indistintamente a todas as categorias de trabalhadores. Na prática, o governo apostava no arrocho salarial como a melhor estratégia de combate à inflação.

O resultado, sentido logo nas primeiras negociações coletivas do segundo semestre de 1964, foi a recusa dos empresários em discutir os reajustes salariais. Nas audiências da Justiça do Trabalho, as empresas respondiam que estavam impedidas de atender as reivindicações, uma vez que a legislação não mais o permitia. A determinação dos reajustes se transformou em um “mero cálculo técnico, promovido não na mesa de negociações, mas por órgãos estatais impessoais e resistentes às pressões” (ALVES, 1985, p. 83). Com a “lei do arrocho”, os trabalhadores perdiam o poder de barganha nas negociações coletivas (CORRÊA, 2013). A ditadura instaurou um longo período de repressão dentro e fora das fábricas, de perda salarial e alta rotatividade de mão de obra, situação provocada por uma política econômica que favorecia a concentração de renda e muitos interesses estrangeiros, sobretudo os dos Estados Unidos (VIZENTINI, 1998).

As intervenções nos sindicatos mais importantes do país levaram a uma grande desmobilização do movimento sindical. Embora ainda não haja certeza sobre o número exato de intervenções realizadas, estima-se que cerca de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações sofreram intervenções²⁷. São Paulo foi o estado mais atingido: 270 associações de trabalhadores tiveram suas diretorias depostas. Todas as organizações horizontais, não reconhecidas legalmente pelo Estado conforme regia a CLT, foram extintas por decreto; entre elas, o CGT (ALVES, 1985).

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), um dos mais importantes ministérios do período populista, foi igualmente alvo de reestruturação e desmantelamento, sofrendo também com os expurgos de funcionários acusados de corrupção, subversão ou improbidade administrativa. Conforme apurou Heliene Nagasava, “os órgãos de segurança apontavam que o ‘plano geral de subversão, com objetivo de comunizar o Brasil’ tinha como objetivo principal de sua irradiação o Ministério do Trabalho e os órgãos vinculados”. Somente no ano

²⁷ Heliene Nagasava chama a atenção para os diferentes números apontados pelos estudos realizados por Argelina Figueiredo, Maria Helena Moreira Alves e Kenneth Erickson (NAGASAVA, 2015, p. 95).

de 1964, a pasta, inicialmente conduzida pelo ministro e jurista Arnaldo Sussekind (1964-1965), sofreu 266 expurgos, sendo que nos três anos posteriores apenas um funcionário foi afastado (NAGASAVA, 2015, p. 142).

Com a instauração da ditadura, o governo de Castelo Branco optou por manter e depurar a antiga estrutura da Justiça do Trabalho, ao invés de extingui-la, afastando aqueles profissionais que não se enquadravam na ideologia autoritária do regime recém-instaurado.

Conforme pesquisa realizada sobre a atuação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, por meio da análise sistemática dos dissídios coletivos entre os anos de 1964 e 1968, observou-se que mesmo subjugado às complexas regras da política salarial, a Corte trabalhista buscava certa autonomia, ainda que com limites, nas decisões dos reajustes salariais. Embora a composição do tribunal fosse bastante heterogênea, percebe-se que os juízes tinham de lidar, ainda que de forma retórica, com os princípios de isonomia entre as partes e o estabelecimento da “harmonia social” (CORRÊA, 2013). No entanto, a política antitrabalhista da ditadura bloqueava qualquer possibilidade de amenizar as perdas salariais dos trabalhadores.

Um dos maiores desafios do governo castelista era convencer a população brasileira do suposto caos político e econômico deixado pela má administração de João Goulart (1961-1964). No entanto, os próprios militares estavam cientes de que não seria fácil romper com a herança do “varguismo”. Para compensar as medidas de contenção dos salários, foi anunciado um plano inicial para construção, num período de cinco anos, de 100 mil residências para trabalhadores, com auxílio da Agência Interamericana do Desenvolvimento. Na sequência, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) para suprir o *déficit* de habitações populares. Além dessas medidas, o governo autorizou o decreto que permitia a correção monetária das indenizações homologadas na Justiça do Trabalho, sancionou a lei do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/66) e, por fim, extinguiu a estabilidade após 10 anos no emprego e implantou o sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Divulgado como uma medida de proteção ao trabalhador demitido sem justa causa, os empregados eram pressionados a optar pelo Fundo, uma espécie de poupança alimentada pelos empregadores, em troca do benefício da estabilidade.

Um ano após o golpe, durante os festejos do 1º de Maio de 1965, em seu discurso realizado na cidade industrial de Ipatinga, Minas Gerais,

Castelo Branco recorreu à CLT de Vargas para dizer que a “Revolução” se empenhava em ver “amparado e desenvolvido o sindicalismo, tal como sempre o entendeu a legislação brasileira, que jamais admitiu ser ele um núcleo de propaganda política, partidária, filosófica ou religiosa”. O presidente declarou esperar que os sindicatos permanecessem “isentos daqueles fatores de perturbação, que os haviam colocado não a serviço dos legítimos interesses dos associados, mas como instrumentos de meras ambições pessoais” (BRANCO, 1965). Castelo Branco não seria o único ditador a invocar a CLT de Vargas para convencer os trabalhadores dos sacrifícios que deveriam ser feitos em prol do desenvolvimento nacional, conforme veremos mais adiante. No vácuo da contradição entre o discurso e a prática da política trabalhista de Castelo Branco, a repressão cumpria o seu papel.

Embora as mudanças conduzidas pelo regime militar no âmbito da política trabalhista, o sistema corporativista de regulamentação do trabalho manteve-se intocado. A cúpula do governo, formada por militares e civis, resistiam as pressões dos grupos empresariais e dos sindicalistas norte-americanos ávidos por estabelecer as “negociações livres”, ou seja, sem a interferência do Estado (CORRÊA, 2013). Para esses grupos, o corporativismo constituía um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento econômico do país. De fato, os governos militares insistiam na manutenção da tradição da judicialização dos conflitos trabalhistas utilizando-se dos dispositivos de controle e intervenção previstos no aparato corporativista. O monitoramento das atividades sindicais via Ministério do Trabalho e pelo aparato repressivo empresarial-militar, assim como a intervenção do Poder Executivo nas negociações coletivas conduzidas na Justiça do Trabalho, constituíram os pilares da política trabalhista da ditadura militar. Ao mesmo tempo em que representou profundas mudanças na cultura política dos trabalhadores.

Impossibilitados de demandar reajustes salariais de forma a repor as perdas reais frente ao acelerado aumento do custo de vida e não se sentindo representados pelas novas lideranças sindicais, que haviam ocupado as diretorias por meio de eleições manipuladas e com o aval do Ministério do Trabalho, os trabalhadores tiveram os seus principais instrumentos de luta subtraídos. No entanto, conforme já apontado neste estudo, a Justiça do Trabalho permanecia aberta aos trabalhadores, principalmente no tocante a arbitragem das reclamações individuais. Houve um aumento significativo de processos instaurados nas instâncias da Justiça do Trabalho de todo o país entre os de 1964

a 1966, passando de 295.882 mil processos para 541.396 mil²⁸. Com os sindicatos desmobilizados e sob forte vigilância policial, o aumento dos litígios deveu-se, em grande parte, ao fato de a Justiça do Trabalho ter se transformado em um dos poucos espaços de luta por direitos e de atuação dos sindicatos.

Em relação aos direitos individuais tradicionalmente reconhecidos pela CLT, tais como férias, décimo terceiro e aviso prévio a ditadura decidiu mantê-los. Os julgamentos dessas questões eram em sua maioria julgados procedentes, à exceção das demandas por estabilidade por tempo de serviço. Todavia, as mudanças na política trabalhista, realizadas ao longo dos anos 1960 e 1970, transformaram o perfil dos trabalhadores que procuravam os tribunais trabalhistas. Embora sem a existência de um estudo serial quantitativo, é possível afirmar que grande parte dos processos trabalhistas individuais era encaminhada por desempregados. Com a perda do direito a estabilidade e as péssimas condições de trabalho, incluindo a repressão aos trabalhadores e a alta rotatividade de mão de obra, os trabalhadores deixaram de recorrer aos tribunais para discutir alterações nos contratos de trabalho, como o pagamento de horas extras, suspensões e férias²⁹.

A pesquisa realizada pelo centro acadêmico dos alunos da área de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, publicada em abril de 1967, com o título “*Vá procurar os seus direitos*”, reforça tais observações. Por meio da matéria é possível ter uma ideia dos motivos que levavam os trabalhadores a procurar a Justiça do Trabalho tanto no âmbito das questões individuais quanto coletivas. A pesquisa apurou que uma queixa individual apresentada à corte trabalhista costumava levar em média de 30 a 40 dias para ser julgada, após a realização da primeira audiência. Posteriormente, o empregador poderia apelar da decisão, protelando a ação por mais 30 ou 120 dias³⁰.

Durante os meses de janeiro a março de 1967 os tribunais trabalhistas de São Paulo receberam 15.642 processos. De acordo com a pesquisa publicada pelo jornal estudantil, os principais reclamantes eram de fábricas como a Matarazzo, a Sanbra e a Nitroquímica, e das empresas de ônibus. Em geral, 95% das reclamações eram ganhas pelos

²⁸ “Série histórica da movimentação processual, 1941 a 2014”. Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/justica-do-trabalho>> Acesso em: 20 abr. 2014.

²⁹ Entrevista com Pedro Paulo Teixeira Manus, ministro do TST, concedida à autora, realizada no dia 11 de junho de 2010.

³⁰ *Amanhã*, de 6 a 13 de abril de 1967, p. 1 e 3. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

trabalhadores. Esses dados revelam duas características importantes sobre a atuação da justiça trabalhista no período autoritário: primeiro, o descumprimento sistemático por parte dos empregadores das suas responsabilidades trabalhistas; segundo, a tendência da Justiça do Trabalho em garantir os direitos individuais pré-determinados na legislação o trabalhista. A pesquisa apurou ainda que somente em janeiro de 1967, do número de processos julgados, 40% terminaram em acordos que iriam ser pagos em longas parcelas mensais. Porém, a crise econômica fez com que o número de conciliações baixasse para 20% entre os meses de fevereiro e março, pois o empregador passou a preferir a continuação do processo alegando não ter o dinheiro disponível para o cumprimento dos acordos.

Embora a matéria considerasse que “a justiça trabalhista estava a serviço do patrão”, ela reconhecia que a mesma havia se tornado um escoadouro para as queixas dos trabalhadores contra os abusos cometidos no ambiente do trabalho, uma espécie de válvula de escape da revolta dos operários. Portanto, o artigo considerava essencial que ela se tornasse uma “justiça rápida e sumária, que obrigasse ao pagamento imediato dos chamados direitos líquidos, porque adquiridos”. No entanto, como parte do mecanismo do regime autoritário, a justiça trabalhista, que frequentemente privilegiava os interesses das classes dominantes, padecia de seus vícios, pois “preferem-na assim, morosa e atrapalhada em seu andamento pela complicada rede de audiências, testemunhas e golpinhos de advogados e apelações que permitem adiar indefinidamente o pagamento dos direitos”, assim concluiu o periódico.

No governo de Ernesto Geisel (1974-1979), período marcado pela nova política de distensão do regime militar, o corporativismo sindical seria novamente invocado como motivo de orgulho para o povo brasileiro e símbolo nacional. Geisel, em um discurso realizado para os trabalhadores de Minas Gerais em 1976, fez elogios à legislação trabalhista brasileira e à Justiça do Trabalho, instituição que ele considerou ser “a melhor do mundo” e uma “grande contribuição do presidente Vargas”. Assim declarou o presidente:

Eu não aceito esta balela que querem nos impingir: a luta de classes. Somos uma classe única. Aqui não há patrão inimigo de empregado ou empregado inimigo de patrão. Isso é um jargão que vem do Exterior, no Brasil não há isso. E para resolver as divergências temos a Justiça do Trabalho, que é a melhor do mundo. (...) Mas

tenham confiança. Não em mim, mas no governo, no Legislativo, no Judiciário. Vamos respeitar os direitos dos trabalhadores. E se alguém acha ruim o Brasil, que abra a janela³¹.

É interessante observar como os militares utilizaram a memória justamente daquele que representava a suposta política populista demagógica contra a qual os militares haviam se insurgido em 1964. No entanto, o próprio presidente reconheceu que a justiça trabalhista precisava ser aperfeiçoada, inclusive em relação aos juízes. A invocação da CLT como símbolo do orgulho nacional sugere que os militares não puderam subtrair por completo o código de leis que havia sido fortemente incorporado na cultura política dos trabalhadores, principalmente no tocante aos direitos que davam garantias individuais e que os protegia minimamente da exploração patronal.

A visão dos sindicalistas sobre a Justiça do Trabalho

Em 1964, após a expulsão das lideranças comunistas, processo repressivo que deu lugar a uma nova geração de sindicalistas anticomunistas – comprometidos com a “cooperação” entre as entidades de trabalhadores, Estado e empregadores – uma pesquisa conduzida pelo Instituto Cultural do Trabalho (ICT) de São Paulo revelou a opinião desses dirigentes sobre a Justiça do Trabalho. A investigação, realizada por meio de um questionário, também procurava saber se eles desejavam mudanças na estrutura corporativista das relações trabalhistas. Entre as questões respondidas pelos participantes da pesquisa destacam-se: “1 – O que pensa sobre a Justiça do Trabalho?; 2 – Resolve os casos da melhor maneira possível? ; 3 – É uma Justiça cara ou econômica?; 4 – Resolve os casos rapidamente? ; 5 – Deve ser mantida tal como está?; 6- Deve ser extinta gradativamente?; 7 – Deve ser modificada?”. Sobre o direito de greve, os participantes foram questionados se o instituto estava sendo bem exercido ou deturpado no Brasil, e se a greve de solidariedade deveria ser permitida ou não (MARCONDES, 1964)³².

³¹ Trecho do pronunciamento do presidente da República general Ernesto Geisel aos operários durante visita a Belo Horizonte, em fevereiro de 1976 (dia não identificado). O discurso foi compilado em formato de folheto e distribuído aos sindicatos de trabalhadores pela Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho em São Paulo, a título de “homenagem aos trabalhadores do país e ao governo revolucionário”. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos, Fundo Sindicato dos Trabalhadores Plásticos, caixa 15.

³² APESP, Deops, série dossiês, documento número 50-J-0-1200.

De acordo com o resultado da pesquisa, 53,8% dos sindicalistas tinham críticas à Justiça do Trabalho; já 34,6% fizeram diferentes elogios à instituição, e o restante não quis responder. Entre os problemas levantados, alguns alegavam que a Justiça do Trabalho não decidia os casos rapidamente; outros achavam que as cortes trabalhistas deveriam ser modificadas. Entretanto, embora o número de dirigentes que criticaram a justiça trabalhista tenha sido expressivamente maior do que aqueles que não tinham nada de negativo a dizer sobre ela, 69% dos dirigentes entrevistados não concordavam com a extinção gradativa do órgão trabalhista.

Quase uma década depois, outra pesquisa realizada nos anos de 1972 e 1973, por Amaury Guimarães de Souza, o interesse em saber o que os dirigentes sindicais pensavam sobre o sistema corporativista voltou a ser objeto de investigação. Durante esse período, Souza coletou entrevistas com sindicalistas pertencentes às confederações, federações e sindicatos locais de diferentes regiões do país. Interessado em saber a opinião deles sobre o poder exercido pelo governo nos sindicatos, a maioria afirmou que o controle deveria ser mantido ou ainda mais acentuado. Entretanto, ao confrontar as respostas das lideranças sindicais de cúpula com as entidades locais foi observada a divergência de opiniões. Segundo o autor da pesquisa, o apoio de um grande número de dirigentes à intervenção estatal nos assuntos trabalhistas devia-se ao fato de o modelo corporativista encontrar-se arraigado na rotina do movimento sindical brasileiro (SOUZA, 1979, p. 18). As diversas possibilidades de ocupar uma posição na estrutura sindical e em outras instâncias do governo, como a Justiça do Trabalho (juizes classistas), por exemplo, contribuíam não apenas para estreitar, como também reforçavam a relação entre o Estado e as lideranças sindicais, concluiu Souza (1979, p. 105). Para o autor da pesquisa, a maioria das respostas representava um alto grau de institucionalização da estrutura corporativista brasileira. Salvo os problemas metodológicos da pesquisa realizada por Souza (causados em grande parte pelo momento repressivo que os entrevistados estavam vivenciando), os resultados da pesquisa podem ser considerados interessantes sobre as questões que permeavam as relações entre os sindicalistas e o Estado, embora não reflita o que os trabalhadores pensavam sobre o aparato corporativista.

Considerações finais

No período democrático “populista”, durante a primeira metade da década de 1960, verificamos que a CLT, embora não fosse em grande

parte respeitada pelos patrões, abriu novas possibilidades de luta e conquista dos direitos e melhores condições de vida ao trabalhador. A regulamentação das relações de trabalho representava para o empregado uma oportunidade concreta e acessível de frear os abusos patronais. A interiorização das leis e da lógica do direito pelos trabalhadores, bem como a influência da Justiça do Trabalho no cotidiano das relações de trabalho, contribuíram não só para a construção de uma consciência de classe, mas, também, para a formação de uma “cultura de direitos”, ultrapassando os limites do espaço da fábrica e das relações empregado-empregador e moldando as experiências do movimento operário. Em diversas ocasiões, os trabalhadores se apropriaram do sistema de leis e o adequaram às suas próprias experiências no mundo do trabalho. Nesse sentido, este artigo procurou interpretar as relações entre trabalhadores e o Estado para além do jogo maquiavélico estabelecido entre “dominantes” e “dominados”. Essas observações permitem-nos pensar na legislação trabalhista não como uma “dívida do Estado”, mas como algo mais complexo, que permite observar as diversas facetas adquiridas pelo desenvolvimento do “corporativismo inclusivo”.

Durante os anos de maior recrudescimento do regime autoritário (1969-1978), os trabalhadores tiveram poucas condições de lutar contra a estrutura oficial sindical, uma vez que a repressão policial-empresarial, em sintonia com a legislação trabalhista em vigor, minava qualquer tipo de ação. Essa situação começou a mudar a partir de 1978, com a eclosão de uma nova onda de mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais que enfraqueceu o regime militar. Naquele momento, a repressão ao movimento sindical, a cooptação de lideranças e a arbitragem obrigatória das reivindicações trabalhistas (realizada por meio da forte limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho) foram mecanismos fundamentais para a manutenção do modelo corporativista. Nesse sentido, a opção do regime autoritário pela Justiça do Trabalho e pelo aparato corporativista torna-se compreensível por entender que este também funcionava como um instrumento efetivo de controle e desmobilização do movimento sindical brasileiro, não sendo vantajoso para o regime eliminar o reconhecido “legado varguista”.

Da mesma forma, pode-se afirmar que a depuração da Justiça do Trabalho serviu muito bem aos interesses do regime militar e de grande parte dos empresários. Por outro lado, as dificuldades enfrentadas por todos os presidentes militares para conquistar a simpatia dos trabalhadores nos levam a pensar que estes não estavam dispostos a

extinguir um aparato que já havia se transformado num importante instrumento de “consciência legal” e parte essencial de uma cultura política de direitos em formação desde a década de 1930.

A explosão de demandas encaminhadas a Justiça do Trabalho após o golpe civil-militar indicou que os tribunais trabalhistas passaram a representar uma das poucas possibilidades de os trabalhadores reivindicarem direitos e negociarem com os industriais nos tempos de repressão. Tal conjuntura contribuiu ainda mais para a sobrecarga de dissídios trabalhistas nas cortes trabalhistas, tornando o seu funcionamento ainda mais lento e moroso. Ao pensarmos nas diferentes formas de uso da Justiça do Trabalho durante os dois regimes políticos, observa-se que se antes a existência do órgão trabalhista era defendida pelos dirigentes trabalhistas e comunistas, embora não passivo de críticas, sua permanência como único instrumento de canalização de conflitos passou a ser fortemente defendida pelo regime autoritário, inclusive pelas lideranças sindicais “pelegas”. Estas nutriam altos interesses em ascender profissionalmente no movimento sindical por meio da ocupação de cargos nas instâncias trabalhistas. Por fim, é relevante pontuar que as críticas dos trabalhadores em relação ao sistema corporativista, que ganharam força no final da década de 1970 com a eclosão do “novo sindicalismo”, estavam relacionadas mais especificamente ao controle do Estado ditatorial aos instrumentos e instituições trabalhistas do que em relação ao aparato corporativista per se.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARAÚJO, Angela. Estado e trabalhadores. In: ARAÚJO, Angela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-58.
- BOITO JR., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 43-91.
- BRANCO, Humberto de Alencar Castello. *A Revolução e os trabalhadores*. [S.l.: s.n.], 1965.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.
- CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2010.

CORREA, Larissa Rosa. A ‘rebelião dos índices’: política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968). In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 263-300.

_____. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)*. São Paulo: LTr/FAPESP, 2011.

_____. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil e Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – IFCH/Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

_____. Trabalhadores e os doutores da lei: direitos e Justiça do Trabalho na cidade de São Paulo 1953 a 1964. *Histórica Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, São Paulo, n. 26, p. 1-12, 2007.

CONIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil. A ascensão do populismo, 1925-1945*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Origens do corporativismo brasileiro. In: BOSCHI, Renato. *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. 113-146.

COSTA, Edmilson Silva. *A política salarial no Brasil, 1964-1985. 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

FRENCH, John D. *Afogados em Leis*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GACEK, Stanley. *Sistemas de relações de trabalho*. Exame dos modelos Brasil-Estados Unidos. São Paulo: LTr, 1994.

GENTILE, Fábio. O fascismo como modelo: incorporação da “Carta del Lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. *Mediações*, Londrina, v. 19, n. 01, p. 84-101, jan-jun. 2014.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, jul.-dez. 2004.

HALL, Michael. Corporativismo e Fascismo. As origens das leis trabalhistas. In: ARAÚJO, Ângela M. (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13-28.

LEITE, Yara Muller. *Empregador e Empregado na Justiça do Trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954.

LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, Universidade de Brasília, MTC/CNPq, 1988.

MARCONDES, José V. Freitas. *Radiografia da liderança sindical paulista*. São Paulo: ICT, 1964.

NAGASAVA, Heliene Chaves. “O sindicato que a ditadura queria”: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação (Mestrado) – Cpdoc-Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi. Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iram J. (Org.). *O Novo Sindicalismo*. Vinte anos depois. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999. p. 9-31.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ROMITA, Arion Sayão. *O fascismo no direito do trabalho brasileiro: influência da Carta Del Lavoro sobre a legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 279-309, out. 2008.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: HEINZ, Flavio M.; HARRES, MARQUES, Marluza. (Orgs.). *A História e seus Territórios*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 161-186.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: Ferreira, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 207-271.

SOUZA, Amaury Guimarães. *The nature of corporatist representation: leaders and members of organized labor in Brazil*. 1979. Tese (Doutorado) – Cambridge, Departamento de Ciências Políticas, Massachusetts Institute of Technology, 1979.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Salvador: Ed. UFBA, 2012.

SOUZA, Samuel Fernando de. *Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e leis do trabalho nos anos 1930*. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos. As leis trabalhistas e os conflitos entre mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

Fontes:

APESP, Deops, série dossiês, documento nº 50-J-0-1200.

AMANHÃ, de 6 a 13 de abril de 1967, p.1 e 3. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

Brasil é campeão mundial de reclamações trabalhistas, de 8 de julho de 2011. Disponível em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2768743/brasil-e-campeao-mundial-de-reclamacoes-trabalhistas>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

Relatório demonstrativo, seção 1, Justiça do Trabalho, produzido pelo Setor de Estatísticas do TST. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/9b64bead-84e6-4e7d-971a-d405b0c6ae74>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Relatório final do GT “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014. Disponível em: <<http://trabalhadoresgtcnv.org.br>>.

SÉRIE histórica da movimentação processual, 1941 a 2014”. Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/justica-do-trabalho>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

Recebido: 20 de novembro de 2015

Aprovado: 05 de janeiro de 2016

Autor/Author:

LARISSA ROSA CORRÊA <larissa_correa@puc-rio.br>

• Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professora assistente do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em 2013 realizou pós-doutorado no Instituto Internacional de História Social de Amsterdam. É autora do livro *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho* (LTr/Fapesp, 2011).

◦ PhD in Social History from the Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), and professor of History at Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brazil. In 2013 she held a postdoctoral fellowship at the International Institute of Social History in Amsterdam. Author of: *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho* (LTr/Fapesp, 2011).

Corporativismo à Brasileira: entre o autoritarismo e a democracia*

*Brazilian Corporatism:
between authoritarianism and democracy*

*Corporativismo Brasileiro:
entre autoritarismo y democracia*

Valéria Marques Lobo***

Resumo: O artigo analisa a relação entre corporativismo e democracia, de uma perspectiva histórica. No plano mais geral, a literatura a respeito desse tema destaca que, embora o corporativismo tenha suas origens associadas a contextos autoritários, formas corporativas de intermediação de interesses adaptaram-se a conjunturas democráticas. No caso brasileiro, embora tenha sua gênese vinculada ao propósito de controle estatal sobre o conflito social, durante o primeiro governo Vargas, seu desenvolvimento coincide com o arrefecimento do autoritarismo nos últimos anos do Estado Novo. Desde então, atravessou diferentes sistemas políticos, conviveu com distintas constituições, e tem parte importante de seus dispositivos presentes ainda hoje. Por outro lado, a despeito de ser alvo frequente de críticas, emanadas da direita à esquerda do espectro político brasileiro, nenhum de seus críticos revelou uma preferência intensa pela superação do modelo. Diante disto, indaga-se a respeito da pertinência das proposições orientadas para sua supressão ou se, de outra forma, não seria mais viável postular o aprimoramento dos dispositivos corporativos ainda presentes, visando o aperfeiçoamento da democracia no país.

Palavras-chave: corporativismo; autoritarismo; democracia

Abstract: This article analyzes the relation between corporatism and democracy, in a historic perspective. In general, the literature about this subject points out that despite being the corporatism's origins associated with authoritarian contexts, the corporate

*A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
<valerialobo.ufjf@gmail.com>

forms to intermediate interests have adapted to democratic situations. In the Brazilian case, although the corporatism genesis was linked to a state control over the social conflicts in the Vargas government, its development matches the last years of the 'Estado Novo'. Since then, corporatism has crossed different political systems in Brazil, and still has important mechanisms working today. On the other side, despite being a frequent target of critics from the left and the right, none of the critics showed a strong preference to overcome this model. This point leads questions about the relevance of the propositions to remove it, or to postulate improvements in this policy, looking forward to also improve the democratic state.

Keywords: corporatism; democracy; authoritarianism

Resumen: El artículo analiza la relación entre el corporativismo y la democracia, desde una perspectiva histórica. En el nivel más general, la literatura sobre este tema señala que, mientras el corporativismo tiene sus orígenes asociadas a contextos autoritarios, otras formas corporativas de intermediación se adaptaran a escenarios democráticos. En Brasil, aunque su génesis estuviera ligada a los efectos del control estatal sobre los conflictos sociales en el primer Gobierno de Vargas, su desarrollo coincide con el enfriamiento de lo autoritarismo en los últimos años del Estado Novo. Desde entonces sobrevivió a través de diferentes sistemas políticos, y mantuvo una parte importante de sus dispositivos presentes en la actualidad. Por otro lado, a pesar de ser un objetivo frecuente de crítica de la derecha y de la izquierda, nadie mostro una fuerte preferencia por superar ese modelo. Teniendo en cuenta esto, si se le pregunta acerca de la relevancia de las proposiciones que piden su eliminación, o de otra manera, si ya no sería viable buscar la mejora de los dispositivos corporativos que siguen presentes, así a mejorar el propio sistema democrático.

Palabras clave: corporativismo; democracia; autoritarismo

Introdução

A forma como se implanta a ordem sindical corporativa no Brasil não é, por certo, o único, nem o principal obstáculo no caminho da construção da democracia brasileira. Há uma vasta literatura que discute a questão, ainda que não diretamente, e que tende a localizar tal dificuldade em polos opostos.

Na história do pensamento político brasileiro, situam-se, de um lado, os que apontaram a prevalência do poder privado como um fator a obstar a emergência de formas tipicamente democráticas de representação, dado o predomínio do localismo e das formas oligárquicas de dominação. De outro, os que atribuíram à formação de uma estrutura estatal de natureza patrimonialista, que precede a emergência de grupos sociais e os integra à lógica estatal através da cooptação antes que se desenvolvessem organismos autônomos de articulação e representação de interesses, a principal dificuldade para a consolidação da demo-

cracia¹. De comum a estas vertentes, a indicação do predomínio de formas clientelistas aparecia como um fator inibidor do desenvolvimento da democracia no país.

Com outra perspectiva, nos anos 50, através das formulações do ISEB, desenvolveu-se uma certa confiança de que os processos de urbanização e industrialização criariam os requisitos necessários à consolidação da democracia². Sob o regime militar, estes termos se inverteram. Retomando formulações típicas do pensamento autoritário dos anos 30, a Doutrina de Segurança Nacional indicava como necessária a presença de um interregno autoritário que, modernizando o país, o preparasse para o advento da democracia³.

Desde então, o debate acerca das possibilidades e limites da democracia no país ampliou-se e diversificou-se, destacando elementos variados, seja a origem escravista de nossa formação social, seja as características da ordem institucional brasileira, seja o caráter “pelo alto” da formação capitalista no país⁴.

Quanto ao corporativismo, desde seu surgimento consiste em objeto de críticas, emanadas tanto dos meios acadêmicos, como dos meios políticos e de entidades da sociedade civil. Embora a literatura há muito reconheça a possibilidade de adaptação de organismos de matriz corporativista a ambientes notadamente democráticos⁵, predominam os estudos voltados para o desenvolvimento do corporativismo em regimes autoritários. Para além das fronteiras da academia, as críticas advêm da direita à esquerda do espectro político brasileiro e em geral apontam os obstáculos que o corporativismo representa para a realização plena da democracia no país. Os últimos anos da ditadura civil-militar instalada em 1964 coincidem com o momento em que a crítica ao arcabouço corporativo foi mais contundente e a supressão do modelo parecia mais consensual. A despeito de setores do movimento sindical defenderem sua permanência, o chamado *Novo Sindicalismo*, movimento que alcançou maior visibilidade no período e deu origem à CUT (Central Única dos Trabalhadores), ganhou as ruas e conquistou elevados índices de adesão

¹ Na primeira perspectiva, destaca-se o trabalho de Duarte (1939) e na segunda a obra de Faoro (1958), cuja perspectiva central foi retomada em Schwartzman (1982).

² Sobre o ISEB, cf. TOLEDO, 1982.

³ Sobre o pensamento autoritário dos anos 30, cf. SANTOS, 1978. Uma síntese da Doutrina de Segurança Nacional, encontra-se em ALVES, 1984.

⁴ Na literatura dedicada ao tema da democracia em conexão com a transição recente no país, destacam-se, por exemplo, dois trabalhos coletivos organizados em meio ao processo de transição: CAMARGO; DINIZ, 1989 e REIS; O'DONNELL, 1988.

⁵ Conferir a tipologia proposta por Philippe C. Schmitter (1974).

defendendo a autonomia dos sindicatos. A conjuntura era propícia e a bandeira da liberdade sindical encaixava-se perfeitamente na luta pela redemocratização. Neste ponto, cabe um breve recuo no tempo para situar a questão.

Há quase 40 anos, em 1977, o DIEESE denunciou a manipulação do índice oficial de inflação de 1973⁶, artifício responsável por acentuar a contenção dos salários no período, num ambiente em que os sindicatos eram dirigidos por *lideranças governistas*. A divulgação teve ampla repercussão e jogou água no moinho do recrudescimento da organização dos trabalhadores, sobretudo dos principais centros industriais do Brasil. Nascia o *Novo Sindicalismo*, que ao lado de outros movimentos sociais e entidades da sociedade civil agitou a bandeira da redemocratização do país, processo que no decorrer dos anos 1980 envolveu um conjunto de demandas que oferecem os contornos de uma democracia política e social.

A Constituição de 1988 é o desaguadouro dessa imensa onda de protestos que marcou o período. Para o *Novo Sindicalismo*, a conquista da democracia supunha, ademais de todas as questões que compartilhava com os outros movimentos sociais, a superação da ordem corporativa, associada ao ambiente sindical autorizado pelos militares e aos *pelegos* do pré-64. Aos olhos das lideranças do Novo Sindicalismo, formados sob o regime militar e, por conseguinte, com baixo nível de informação a respeito do que havia sido a vida associativa dos trabalhadores entre 1945 e 1964, cuja memória a ditadura havia buscado subtrair, pois bem, para aquelas lideranças tudo aquilo que se associava ao trabalhismo, tornado populismo no plano de um certo discurso voltado para a sua desconstrução (REIS FILHO, 2001), deveria ser suplantado. Por outras palavras, empunhavam a bandeira da liberdade de organização, a qual passaria não apenas pelo fim da prerrogativa estatal de intervir nos sindicatos, mas pela ruptura com todo o ordenamento legado do Estado Novo, que teria sido responsável por amortizar o conflito de classes no pré-64 e transformado as lideranças trabalhistas em *pelegos*. Na mira estavam, sobretudo, o Imposto e a Unicidade Sindical, bem como o poder normativo da Justiça do Trabalho, dispositivos situados

⁶ As informações contidas na denúncia foram reconhecidas como verdadeiras pelo Banco Mundial. Uma ação do movimento sindical e da oposição ao regime militar abriu uma extensa discussão em torno do assunto, desdobrando-se em uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), instalada na Câmara Federal. A denúncia teve grande repercussão na imprensa brasileira. (Disponível em: <<http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/linha-do-tempo/anos-70>>. Acesso em: 30 nov. 2015).

na base da estrutura corporativa e responsáveis pelo atrelamento dos sindicatos ao Estado. Era preciso e urgente inaugurar um novo modelo de organização, romper com toda aquela estrutura, inclusive física, para promover um novo estilo de relação com o patronato, subtraindo-se qualquer possibilidade de ingerência governamental. Na prática, esse discurso consubstanciou-se nas chamadas *oposições sindicais*, as quais, uma vez conquistado o reconhecimento das bases e a vitória eleitoral, assumiram a direção do sindicato oficial (LOBO, 1995).

Desde então, a luta contra o Imposto e a Unicidade esmoreceu. Embora jamais tenha perdido seu lugar na agenda sindical, comparecendo inclusive em quase todas as resoluções dos congressos nacionais da CUT, a demanda perdeu o vigor no decorrer dos anos 80. A título de exemplo, em 85, quando o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, propôs uma reforma da estrutura sindical com base na ratificação da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que recomendava a liberdade sindical, a CUT manifestou seu apoio unicamente através de algumas notas circuladas na imprensa, em contraste com a postura altamente militante da CGT, que era contrária à proposta de Pazzianotto. O resultado foi a permanência dos eixos estruturantes do sindicalismo oficial. Este mesmo procedimento pouco ofensivo da CUT em relação à transformação da estrutura sindical pode ser observado por ocasião da elaboração da Constituição de 1988. Neste período, várias conquistas foram alcançadas, por pressão da CUT, que promoveu manifestações dentro e fora do Parlamento Nacional. Todavia, no dia da votação da Unicidade Sindical não havia mais que vinte sindicalistas nas galerias do Congresso para pressionar por sua supressão. Além disto, a aprovação da manutenção da unicidade não foi acompanhada de protestos significativos por parte da CUT (LOBO, 1995)⁷.

Desta forma, a contradição entre o discurso da Central e sua prática cotidiana salta aos olhos e permite formular a hipótese de que na ordem das preferências cutistas a ruptura com a estrutura sindical jamais ocupou lugar de destaque. Com efeito, apesar das centrais sindicais atuarem paralelamente à estrutura oficial, e até recentemente não disporem da prerrogativa de participar das negociações coletivas,

⁷ Após a Constituição de 1988, a preservação da contribuição sindical compulsória acabou contribuindo para a pulverização dos sindicatos. A unicidade foi mantida, mas com a alteração da definição de categoria profissional tornou-se possível a criação de sindicatos menores. É provável que a criação de determinados sindicatos tenha sido motivada pela existência da contribuição (tal como acontece com o Fundo Partidário). De modo que é possível formular a hipótese de que a manutenção de tal contribuição favoreceu a pulverização, em detrimento da centralização dos sindicatos, contribuindo para o enfraquecimento da ação coletiva de determinadas categorias.

exercem grande influência e organizam o discurso e mesmo a prática dos sindicatos oficiais. Tal relação, aparentemente esquizofrênica, resultou em inúmeras conquistas para a classe trabalhadora, assegurando inclusive o poder de veto às proposições orientadas pela perspectiva de desregular as relações de trabalho que tiveram lugar sobretudo na década de 1990⁸.

Diante disso, cumpre indagar em que medida a efetivação da democracia passa pela ruptura com o corporativismo? Em outras palavras, em que medida a democracia é compatível com o corporativismo nas condições brasileiras? A estreita relação entre corporativismo e autoritarismo é mais óbvia, embora haja muito ainda a se investigar. Mas perscrutar acerca da viabilidade da democracia brasileira a despeito da permanência dos traços corporativos que marcam a história das relações sociais no país, tal como se pretende aqui, me parece oportuno. Antes de prosseguir, cumpre destacar que a presente abordagem limita-se a discutir um único aspecto do corporativismo, referente à estrutura sindical, embora outros aspectos sejam mencionados, mas apenas de forma suplementar. Além disso, cumpre salientar que, embora reconheça que muitas vezes seja mais apropriado utilizar a chave proposta por Eduardo Noronha e referir-se ao sistema brasileiro de relações sociais não como corporativista, mas como legislado, em contraposição ao modelo negociado (NORONHA, 2000), considero que há organismos e regulamentos na burocracia estatal e na estrutura sindical de matriz tipicamente corporativista, ainda que se possa concordar com a assertiva, segundo a qual, o corporativismo jamais se completou no Brasil. Antes de abordar o caso brasileiro, cabe uma breve incursão na trajetória que conduziu à convergência entre democracia e corporativismo em parte do ocidente europeu no segundo pós-guerra.

Corporativismo e democracia no ocidente europeu

No decorrer do século XX, desenvolveram-se dois modelos de estruturação das relações políticas e sociais, que a despeito das críticas e das crises ocasionais seguem fornecendo instituições para boa parte das sociedades ocidentais até os dias atuais. Trata-se da Democracia Representativa e do Corporativismo. Embora os mecanismos de cada um desses modelos já estivessem presentes desde o início daquele

⁸ Em relação ao veto à desregulamentação refiro-me especificamente à CUT, uma vez que a outra central de peso nos anos 90, a Força Sindical, defendia abertamente a flexibilização da legislação trabalhista. (LOBO, 2010)

século, e no caso do corporativismo bem antes disso, suas engrenagens só puderam se completar a partir da crise dos anos 30 e, ainda assim, em poucos casos proporcionaram pleno e exclusivo funcionamento a um ou outro modelo. Quanto ao corporativismo, em seus primórdios, serviu quase sempre para legitimar a ordem autoritária, ainda que em alguns casos tenha funcionado apenas parcialmente. No entanto, no segundo pós-guerra, revelou-se compatível com a chamada *Democracia Liberal*, tornando-se funcional no sentido de contribuir para reduzir os efeitos econômicos que uma possível polarização engendrada pelo fortalecimento das organizações dos trabalhadores poderia produzir. Nesta seção, percorre-se a trajetória que conduziu ao encontro dos dois modelos.

A adoção generalizada do sufrágio universal nas sociedades de capitalismo mais antigo é observada somente a partir do entre-guerras, como resultado das pressões exercidas pelo movimento operário. A conquista do sufrágio, acompanhada pela entrada na competição política dos partidos ideológicos *anticapitalistas*, surgidos em fins do século XIX, acabou por produzir efeitos em boa medida inesperados do ponto de vista das correntes liberais. Diante da necessidade de angariar um número progressivamente maior de apoios, dada a competição eleitoral, os partidos políticos se distanciaram dos ideais em torno dos quais foram criados e desradicalizaram-se, ficando cada vez mais remota a possibilidade de ruptura, por via de uma ação destes partidos, com as estruturas mantenedoras do desenvolvimento capitalista. Nesta medida, a democracia representativa de massas acabou por se revelar funcional para a evolução do capitalismo (OFFE, 1984). Tal processo revelou-se central nas discussões teóricas intra e extrapartidárias no início do século XX.

Em 1914, Robert Michels (1982) intuiu que a dilatação dos espaços democráticos acabaria por resultar, necessariamente, na oligarquização destes espaços. Em seu estudo acerca dos partidos políticos, sobre o partido socialdemocrata alemão em particular, Michels observou que havia uma tendência inerente a estes organismos, próprios das democracias modernas, de se transformarem de *partidos de opinião* em *partidos organizadores*.

A observação de Michels, embora direcionada particularmente aos partidos políticos, estendia-se aos aspectos gerais da sociedade. Nesta acepção, a evolução da democracia tenderia a tornar os organismos de intermediação e de representação de interesses – entre os quais encontram-se o sindicato e o partido político – progressivamente

numerosos, contribuindo para sua oligarquização. Em meio a esse processo ocorreria o distanciamento entre lideranças e bases, as quais perderiam progressivamente a capacidade de influenciar a agenda do partido, e sua participação assumiria progressivamente o caráter do que Max Weber chamou de *aprovação plebiscitária das massas*. Por outro lado, o processo indicado por Michels envolve uma tendência em curva declinante da circulação das lideranças, provocada pelo crescimento dos partidos. Ao se transformarem em grandes aparelhos, esses provocam, simultaneamente, o apego dos líderes à máquina partidária e o afrouxamento da correspondência entre os *verdadeiros* interesses dos grupos que originariamente compunham suas bases e as propostas que são encaminhadas e defendidas pelo partido no plano institucional.

Por outro lado, a redução do *radicalismo*, o qual tende a caracterizar a atuação sobretudo dos partidos ideológicos antes de seu ingresso na competição política, favoreceu a aceitação pela burguesia da ampliação dos espaços democráticos. Desta forma, uma espécie de *contrato* marcaria boa parte das sociedades da Europa Ocidental em meados do século XX e estabeleceria os direitos sociais, as políticas redistributivas, que constituem a terceira etapa da evolução da cidadania tal como descrita por T. H. Marshall. (1967) A ideia de contrato aqui funda-se na constatação de que a introdução dos direitos sociais não se relaciona apenas ao bem estar de seus beneficiários imediatos. Sabe-se que a adoção de políticas keynesianas envolveu uma preocupação com o baixo consumo e, portanto, com o próprio desenvolvimento capitalista. Aos olhos do Capital, a fixação de direitos sociais apareceria como um meio de ampliar o consenso em torno do capitalismo entre as camadas assalariadas.

Portanto, a compatibilidade entre capitalismo e democracia na parcela ocidental do continente europeu passou pela integração dos partidos de esquerda à arena eleitoral. A partir do momento em que admitiram compartilhar das regras básicas para o funcionamento adequado da instituição parlamentar, os partidos operários de massa acentuaram seu processo de desradicalização e burocratização, afastando-se progressivamente dos ideais em torno dos quais foram criados, minimizando, assim, os eventuais prejuízos que sua ação poderia produzir para a continuidade do desenvolvimento capitalista.

O processo indicado por Michels a respeito dos partidos políticos corresponde ao que Offe e Wiesenthal denominaram de *apego do artefato da forma em si mesma* e ao ciclo organizacional das entidades sindicais (OFFE; WIESENTHAL, 1984). Por suposto, o crescimento

dos sindicatos tenderia a ser acompanhado pela redução, entre seus dirigentes, da necessidade de provocar em seus membros *disposição para agir*, perdendo, assim, o caráter dialógico que, no limite, é o que asseguraria a democracia interna das organizações.

A ampliação dos sindicatos, decorrente da necessidade de angariar um volume de apoios que lhes possibilitasse exercer poder de barganha sobre o empresariado e o Estado, promove uma certa *acomodação* das lideranças sindicais. Nos países de capitalismo avançado, este processo de acomodação ocorre após um longo período marcado pelo embate entre capital e trabalho, que resultou na conquista de diversas vitórias para a classe trabalhadora. Estas conquistas, associadas à constatação de que a superação do capitalismo dificilmente se consumaria, produziram, entre os assalariados, um certo consenso quanto às virtudes do capitalismo. Nesta medida, ocorre a desradicalização da luta operária e os procedimentos reivindicativos, tanto dos sindicatos como dos partidos políticos, adquirem contornos que os tornam compatíveis com o desenvolvimento capitalista. As demandas das camadas assalariadas passam a ser elaboradas levando-se em conta fatores que extrapolam o âmbito dos interesses dos trabalhadores, tais como as taxas de crescimento do capitalismo, dos lucros etc. (PZERWORSKI, 1989).

Por seu turno, os empresários aceitam ceder às demandas advindas do movimento operário, já que o arrefecimento da luta operária anticapitalista favoreceria a continuidade do desenvolvimento capitalista. A social-democracia apresentar-se-ia, assim, como o resultado de um jogo de soma positiva, onde ambos os atores envolvidos angariaram benefícios.

Deve-se acrescentar à equação acima seu elemento corporativo potencial. A conquista do *Welfare State* implicou, em alguns países europeus, na adoção de arranjos corporativos para a regulação de preços e salários e para a viabilização das políticas de pleno emprego. Tal se verificou, conforme Panitch (1981), naqueles países de movimento sindical notadamente centralizado. Este arranjo, contudo, não eliminava a ação dos partidos, que serviam para a negociação de políticas compensatórias, referentes à previdência e assistência social, na esfera parlamentar. Além disto, embora servindo às políticas de estabilização e à aquisição de previsibilidade, exigências do capitalismo monopolista, o corporativismo se constitui a partir de negociações travadas por entidades autônomas. Tal modelo serve à obtenção das *bases materiais do consentimento*, que conferiu legitimidade ao *Welfare*

State (PZERWORSKI, 1989). Assim, a construção da social-democracia em algumas situações europeias ocorreu de forma quase simultânea ao estabelecimento de estruturas neocorporativas, situadas em meio ao processo de transição do *capitalismo competitivo* para o *capitalismo organizado*⁹.

Não obstante os inegáveis progressos que proporcionou em termos de bem estar e de sido determinante na solução da crise pós-Guerra, e ainda que não se tenha gestado uma alternativa capaz de produzir elevados índices de adesão, o *Estado Social* já não se reveste do caráter consensual que marcou seus primórdios. As críticas possuem matrizes diversas. Os liberais o acusam de agravar os conflitos da sociedade de mercado, impedindo que as *forças da paz social e do progresso funcionem de maneira adequada e útil*. A pesada carga de impostos sobre o capital representaria um desestímulo ao investimento produtivo e os benefícios sociais proporcionados aos trabalhadores proporcionariam um desestímulo ao trabalho. A solução seria uma desregulamentação progressiva (OFFE, 1991, p. 116).

Para setores da esquerda, o Estado social teria se tornado ineficiente e mesmo repressor, gerando uma concepção falsa na classe trabalhadora sobre a realidade política e social. Desta forma, ele seria antes um meio para *estabilizar a sociedade capitalista do que um passo para transformá-la* (OFFE, 1991, p. 123). Tal crítica assenta-se na noção de que o Estado de bem-estar pouco teria contribuído para modificar estrutura de distribuição de renda; além de ter-se tornado *pesado*, pois antes de atuar na solução dos problemas em suas origens, ele produziria apenas *políticas compensatórias*, que são sempre mais caras e menos efetivas.

Foge ao escopo deste artigo especular sobre o futuro daqueles arranjos, cuja análise funciona aqui apenas como parâmetro para refletir sobre o caso brasileiro. Nesse sentido, considerar a trajetória das democracias mais antigas implica levar em conta também os *limites* daquele modelo. De todo modo, cumpre ressaltar que, a despeito das críticas, em diversas realidades nacionais o *Estado Social* se constituiu paralelamente ao desenvolvimento de dispositivos corporativistas, conformando-se um arranjo que consiste, talvez, na melhor expressão da compatibilidade entre democracia e corporativismo.

⁹ Sobre este processo, além das obras citadas de OFFE, 1984; PANITCH, 1981; e PZERWOSKI, 1989; cf. REIS, 1988.

Corporativismo no Brasil: das origens à democracia de 1946

O tempo histórico que assiste à emergência da ordem capitalista é crucial para o entendimento do formato que esta assume no decorrer de seu desenvolvimento. Em sua análise sobre o processo de “modernização conservadora”, Moore destacava o atraso relativo da Alemanha diante de outras Nações para explicar o caráter autoritário da transformação ali verificada. (MOORE JR, 1975) Comprimida pela necessidade de acelerar o processo de industrialização num ambiente impactado por uma forte presença operária e socialista, a burguesia alemã não reproduziu o esquema de alianças que procedeu à eliminação do *Ancien Regime* na França. Antes, optou por uma aliança subordinada com a burocracia estatal e os grandes proprietários para proceder a uma aceleração da acumulação industrial e a uma transformação molecular da ordem institucional, de modo a adequá-la às exigências da livre contratação, indispensável à operação da economia capitalista.

Tal imagem aproxima-se do caso brasileiro, ao qual deve-se adicionar a origem colonial e escravista de nossa formação social. Estes dois elementos explicam a particularidade do processo de formação do capitalismo no país que, além de retardatário, é também dependente. O caráter colonial de nossa formação histórica favoreceu uma excessiva concentração das atividades econômicas em alguns pólos dinâmicos vinculados à produção exportadora. Com isto, o espaço econômico brasileiro não se articulava plenamente através de relações mercantis e contratuais. Na maior parte do território brasileiro prevaleciam formas variadas de dependência pessoal que, associadas ao último elemento indicado acima, dificultavam a constituição de formas modernas de articulação de interesses e o desenvolvimento de processos de circulação de informações que pudessem sedimentar uma “opinião pública” e a efetiva competição pluralista. Por seu turno, em suas fases iniciais a estrutura industrial brasileira vinculou-se diretamente aos dinamismos da economia exportadora, da qual dependia tanto na geração de capitais quanto na constituição do mercado. (MELLO, 1984) Por fim, dado o *atraso* do processo de industrialização, em tais pólos dinâmicos verificou-se a fixação de grandes empresas industriais, instaladas com tecnologias disponíveis no mercado mundial, engendrando a formação de um contingente de trabalhadores industriais precocemente concentrados¹⁰.

¹⁰ O predomínio da grande indústria na estrutura social brasileira foi destacado inicialmente por SILVA, 1976.

Ademais, a ordem institucional estabelecida no Brasil desde 1889 assegurava as condições para a expansão industrial, em que pese a pequena influência que os industriais podiam ter sobre o Estado, em função da vigência do domínio oligárquico¹¹. Por sua vez, a economia escravista não engendrava um campesinato dinâmico, equivalente ao elemento camponês da sociedade feudal, decisivo nas revoluções democráticas na Europa (VELHO, 1976). Assim, era baixo o nível de tensão entre oligarquias agrárias e industriais, enquanto o movimento operário revelava níveis acentuados de combatividade, ainda que circunscritos a poucas regiões do país.

A crise do “modelo agro-exportador” e a desarticulação do pacto de dominação oligárquico criaram novas exigências, favorecendo, particularmente após 1933, a intensificação dos processos de urbanização e industrialização¹². Desta forma, ampliava o contingente dos trabalhadores industriais e abria possibilidades para a generalização das atitudes *típicas* do movimento sindical do período anterior, conforme atesta a intensificação das lutas operárias até 1935 (VIANNA, 1999). Do mesmo modo, novos atores ganhavam relevância na cena política, exigindo da recém reforçada burocracia de Estado a constituição de mecanismos de incorporação política, incompatíveis com o formato oligárquico que assumia a ordem liberal brasileira (MARTINS, 1983).

É consensual na historiografia que o corporativismo foi a forma encontrada para responder a essas pressões. A decantada *crise de hegemonia* que ocorreu no período acentuava o peso da burocracia de Estado, que, através do modelo corporativo e da ampliação do aparato burocrático do Estado, simultaneamente atendia aos reclamos de participação das frações oligárquicas submetidas à condição de subalternidade na Primeira República, às pressões dos industriais para participarem mais intensamente da formulação da política econômica governamental e à incorporação política do movimento operário, mas com o alijamento das formas de organização e das lideranças dominantes no período anterior.

¹¹ Sobre a compatibilidade da ordem institucional presente na República Velha e a expansão capitalista, ver, por ex., VIANNA, 1999. A propósito do comportamento político do empresariado industrial no regime oligárquico, ver DINIZ, 1978; GOMES, 2014.

¹² O debate sobre a intenção industrializante da política econômica de Vargas até 1937 foi suscitado pelos trabalhos de Pelaez (1971); Villela e Suzigan. (1973) Estes autores enfatizavam que a natureza ortodoxa da política monetária e cambial no período atingia negativamente a indústria. A indicação dos efeitos industrializantes da política econômica de Vargas tem sua matriz na clássica análise de Furtado (1975) segundo a qual a política de defesa do café combinada à proibição de novos plantios – com liberação, pois, de capital para novas atividades – permitiu a sustentação do nível de renda interna e o estímulo à produção industrial.

O processo de industrialização que se segue, seja enquanto “industrialização restringida”, seja na industrialização pesada dos anos 50, não opõe os setores agrários aos industriais (MELLO, 1984; OLIVEIRA, 1981). Para os primeiros, assegurava-se preservação das formas de dominação já existentes no campo brasileiro, como uma espécie de compensação à reorientação das ações do Estado no sentido da industrialização, clara a partir de 1937. Quanto ao movimento operário, submetido à estrutura corporativa, deixava de existir como ator autônomo. O caráter retardatário da formação do capitalismo no Brasil, ao lado de exigir uma forte presença do Estado e a transferência de recursos gerados no polo exportador - via confisco cambial -, implicaria também na contenção dos salários dos trabalhadores industriais. Para garanti-la tornava-se necessária a interdição da ação operária autônoma. Tal papel caberia à estrutura sindical corporativa, tal como foi montada no Brasil.

Subjacente à legislação que deu origem à estrutura corporativa, havia a intenção de suprimir os conflitos entre as classes e substituí-los por uma estrutura que possibilitasse a cooperação entre os diversos setores sociais no sentido de facilitar a implementação da política de industrialização nacional em bases legítimas, isto é, sobre o *consenso aparente* das camadas sociais envolvidas nesse processo. Assim, no momento inicial da trajetória de constituição da estrutura sindical corporativa brasileira, o propósito de impor um caráter heterônomo aos sindicatos é nítido, exprimindo a natureza autoritária do modelo que estava em vias de construção.

A montagem da estrutura sindical corporativa não resultou, contudo, de um projeto pré-concebido, mas, antes, da fixação de sucessivos regulamentos, alguns dos quais emblemáticos, a exemplo da Lei de Sindicalização, de 1931, que prescrevia que os sindicatos “(...) *deveriam servir de pára-choques entre as tendências conflitivas nas relações do capital com o trabalho (...) definindo o sindicato como um órgão de colaboração com o poder público*” (VIANNA, 1999, p. 146).

A partir deste decreto, proibiu-se toda propaganda *ideológica* dentro dos sindicatos, que tiveram seu conteúdo reivindicativo suprimido. As entidades sindicais foram revestidas da função de negociar com a representação empresarial – sob mediação do Ministério do Trabalho – os assuntos de interesse de ambos os setores, através das Comissões Mistas de Conciliação e Arbitragem (GOMES, 2014). Entretanto, a eficácia desta medida ficou comprometida pela natureza facultativa da participação empresarial nas convenções coletivas de trabalho. Nestes

termos, o colaboracionismo pretendido pelo Estado ficou inviabilizado e os sindicatos reconhecidos pelo Estado foram progressivamente esvaziados (VIANNA, 1999).

Neste período, os anarquistas e comunistas eram hegemônicos no movimento sindical e a introdução do controle estatal sobre os sindicatos, somada à criação de novas entidades, visava exatamente romper com esta hegemonia e substituir o sindicalismo *classista* pelo sindicato *colaboracionista* (VIANNA, 1999). Esta intenção aparece nitidamente no discurso do então ministro do trabalho, Lindolfo Collor: “já é hora de substituir o velho e negativo conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtivo e orgânico de colaboração de classes”.

Todavia, a resistência de antigas lideranças em aderir à nova estrutura aprofundava as dificuldades de institucionalização do modelo e o índice de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho permaneceu baixo durante boa parte da década de 30 (VIANNA, 1999). Na ausência de *bases materiais* capazes de proporcionar o consentimento da totalidade dos setores envolvidos no processo de industrialização, a implementação do corporativismo implicou na adoção de procedimentos coercitivos sobre a parcela organizada que resistiu à imposição do Estado de transformar os sindicatos em órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho. Tal ocorreu inclusive nas regiões periféricas, onde havia baixo índice de organização autônoma. Os dados coligidos por Vianna (VIANNA, 1999, p. 144) indicam que o volume de adesões ao sindicato oficial variou na razão direta dos procedimentos coercitivos adotados.

Assim, em meados dos anos 1930, enquanto por vias legais e benefícios materiais o governo buscava atrair os trabalhadores para a sua órbita, noutra frente a ação repressora agia sobre os casos mais resistentes. O período situado entre 1935 e 1937, sob a vigência da Carta Constitucional de 1934, que previa o pluralismo e a autonomia sindical, foi, paradoxalmente, marcado pela perseguição às lideranças dos organismos que até então haviam conseguido manter o seu funcionamento à margem do sistema oficial. Boa parte dos sindicatos autônomos foram fechados e suas lideranças presas. Como os sindicatos oficiais não ofereciam atrativos, já que encontravam-se despidos de ação reivindicativa, boa parte dos trabalhadores na década de 30 permaneceu desvinculada das entidades sindicais oficiais.

Com a Constituição de 1937, verifica-se um aprofundamento do atrelamento dos sindicatos ao Estado, garantindo um amplo e continuado controle do Estado sobre os organismos sindicais. No entanto, não foi suficiente para garantir o controle desejado sobre o amplo contingente de

assalariados não sindicalizados, que constituía uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros. Assim, de acordo com a avaliação governamental, o controle por via de mecanismos repressivos deveria ser substituído por procedimentos que assegurassem a legitimidade das ações estatais, buscando a adesão da sociedade. Deste modo, o corporativismo apresentar-se-ia como uma alternativa ao liberalismo político, mas buscaria legitimar-se por via de procedimentos esvaziados, pelo menos de modo aparente, de conteúdo autoritário.

É assim que, no curso da política de introdução do modelo sindical corporativo, o imposto sindical revela-se um fator de fundamental importância para o sucesso do programa. Antes dele, várias medidas foram adotadas, mas nenhuma delas foi capaz de produzir a adesão dos trabalhadores, mitigando o caráter legitimador que se pretendia imprimir no novo formato organizacional. Ao possibilitar aos sindicatos a prestação de serviços materiais que beneficiavam diretamente os indivíduos associados, o imposto sindical ganhou uma relevância sem precedentes e foi responsável pelo aumento progressivo do volume de indivíduos filiados aos sindicatos oficiais, facilitando, por suposto, o controle do Estado sobre as camadas assalariadas (GOMES, 2005a).

Em 1939, o Estado havia ampliado as funções dos sindicatos, atribuindo-lhes, para além do papel singular de *ente colaboracionista*, uma extensa pauta de tarefas assistenciais, com o objetivo primordial de despertar o interesse dos trabalhadores pelos sindicatos oficiais e transformá-los em entidades representativas. Todavia, o cumprimento da lei sindical de 1939 revelou-se inicialmente inviável, diante da ausência de uma infraestrutura adequada à prestação dos serviços, impossível de erigir-se apenas por meio dos limitados recursos gerados pelos próprios sindicatos. Os sindicatos continuariam funcionando precariamente e pouco teriam a oferecer às suas bases.

No ano seguinte, entretanto, através do Decreto-Lei 2337, de 08 de julho de 1940, o Estado regulamentou o imposto sindical, tornando possível aos sindicatos o cumprimento da legislação de 1939. A partir daí, os sindicatos puderam ampliar suas sedes e oferecer atendimento médico, odontológico e jurídico a seus associados. Além disto, vários sindicatos construíram, com os recursos advindos do imposto sindical, sedes campestres que proporcionariam aos filiados e suas famílias formas variadas de lazer, facilitando a adesão de um número cada vez maior de sindicalizados.

No entanto, este novo modelo sindical só pode ser amplamente conhecido pelos trabalhadores a partir de 1943, quando o Ministério

do trabalho, sob o comando de Alexandre Marcondes, implementou campanhas de propaganda e sindicalização, através das quais divulgava entre os assalariados os benefícios que a filiação aos sindicatos lhes proporcionaria (GOMES, 2005a). Neste mesmo ano, com a criação da Comissão Terceira de Orientação Sindical (Decreto-Lei 5199), institucionalizou-se a ação estatal de mobilização sindical. A partir daí, o corpo de associados de cada sindicato oficial foi progressivamente ampliado.

Para Angela Gomes, é apenas neste período que o corporativismo ganha relevância e torna-se predominante como modelo de intermediação de interesses. Desde então, supostamente, o controle estatal sobre os trabalhadores, por via dos sindicatos oficiais, iria se tornar mais abrangente, possibilitando ao Estado abandonar os mecanismos coercitivos amplamente utilizados durante o Estado Novo e estabelecer um *controle legítimo* sobre o contingente de trabalhadores associados aos sindicatos oficiais.

Essa chave analítica permite associar o corporativismo à brasileira não ao autoritarismo, mas à democracia. À medida em que os sindicatos revelam-se capazes de atrair adeptos, a estrutura corporativa passa a adquirir alguma consistência, tornando possível a transição sem rupturas do pós-45. Nestes termos, o corporativismo apresenta-se não como parte do sistema autoritário estadonovista, mas como uma política de mobilização acompanhada de um discurso ideológico que pretendia envolver todos os setores da sociedade no projeto de industrialização nacional (GOMES, 2005a). Desde então, apesar da resistência apresentada por alguns segmentos de assalariados à ideia de um sindicalismo de Estado, os dados revelam um aumento progressivo do número de sindicatos oficiais, assim como do volume de filiações (VIANNA, 1999).

De 1945 a 1964, o Brasil conheceu um formato híbrido, no qual um pluralismo mitigado no plano político – note-se a interdição do PCB –, convivia com a ordem sindical corporativa. Embora obstruísse a afirmação de uma identidade operária autônoma e a realização plena da democracia representativa, com partidos políticos cumprindo o papel de canalizar para o ambiente institucional as demandas advindas dos diversos segmentos sociais, a presença da estrutura sindical corporativa não impediu a mobilização dos trabalhadores, que no decorrer da Democracia de 46 foi crescente. Nem sempre a mobilização e o protesto consistiram em uma iniciativa do sindicato, mas, por diversas vezes, o sindicato acabou encampando lutas por direitos surgidas a partir da

ação espontânea de membros das bases sindicais. Também não foi incomum, no período, a radicalização, por iniciativa das bases sindicais, de manifestações convocadas pelos sindicatos.

Com efeito, as greves foram frequentes no período e, se até o final dos anos 50 constituíram-se, fundamentalmente, como movimentos empreendidos por categorias profissionais específicas, na passagem aos anos 60 as greves gerais, de conteúdo notadamente político, tornaram-se significativas (SANDOVAL, 1994). Por outro lado, o judiciário trabalhista, tributário em suas origens da estratégia de promover a conciliação em detrimento do conflito entre as classes, transformou-se amiúde em arena de disputas, nem sempre passíveis de solução em primeira instância. Tampouco é possível afirmar que de forma generalizada os acordos prevaleceram sobre os demais resultados obtidos nos tribunais, ainda que isso possa se verificar em determinados casos (LOBO, 2013). Por fim, cumpre lembrar que neste período um sistema partidário constituído por partidos recém criados possuía traços bem delineados, apresentava índices crescentes de identificação e lealdade e estava em vias de consolidar-se às vésperas do golpe de 64 (LAVAREDA, 1991). Não há qualquer estudo que demonstre de forma consistente a impossibilidade de desenvolvimento de um padrão de ação suplementar entre partido e sindicato, tal como se verificou no *neocorporativismo* europeu. Ao contrário, o PTB, que surge como um partido dos Institutos de Previdência e do Ministério do Trabalho, estreitamente associado à figura de Vargas, adquire crescente conteúdo trabalhista e se torna progressivamente um legítimo representante dos interesses dos assalariados (DELGADO, 2011).

Não é o caso, considerando os limites dessa abordagem, de estender ainda mais considerações acerca do período compreendido entre 1945 e 1964, de todo modo já há algum tempo visitado por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, cujos estudos têm, em certos casos, contribuído para relativizar as análises processadas a partir da noção de populismo e de passividade e subordinação das camadas assalariadas brasileiras, descortinando um mundo de ações, associações, organizações e mobilizações que extrapolam os limites do corporativismo em seu viés autoritário.

Tais considerações autorizam uma opção por refletir não apenas acerca dos limites que o corporativismo representa para a democracia, em seus aspectos políticos e sociais, apontando para a necessidade de superá-lo. Ao contrário, ainda que não se possa perder de vista sua origem autoritária e determinados vícios e falhas do corporativismo brasileiro,

pelo exposto me parece pertinente refletir acerca das possibilidades de aperfeiçoamento do modelo para que ele possa efetivamente se orientar no sentido de promover a conciliação, o compromisso e um pacto assentado sobre bases materiais reais.

Balanco e perspectivas

Oliveira Viana chamara a atenção para a importância de se compreender as peculiaridades brasileiras a fim de melhor avaliar as possibilidades de importação de um modelo vindo de fora ou, se constatada essa impossibilidade, criar um modelo genuíno e totalmente adequado às necessidades e possibilidades da sociedade brasileira¹³. Neste sentido, buscou analisar a sociedade brasileira a partir de um registro que o levou ressaltar seus traços menos nobres, a fim de pensar um modelo que, considerando aquelas características, melhor se adaptasse à realidade do país.

Não é o caso aqui de discutir ou opinar acerca da aceção de Oliveira Viana sobre a sociedade brasileira. O que cumpre marcar é que, a despeito de ter sido preterido em suas proposições talvez mais pertinentes em torno do modelo a ser construído, ao cabo, o processo de implantação do corporativismo no Brasil, compreendido em suas múltiplas dimensões, resultou em um formato peculiar, com elevada capacidade de sobrevivência e adaptação, convivendo com diferentes regimes políticos experimentados desde a década de 1930. Passou pelo Estado Novo, pela Democracia de 46, pelo regime burocrático-autoritário, pela Nova República, pelo Neoliberalismo, e chega aos dias atuais sem que seus pilares tenham sido abalados. Em termos constitucionais, verificam-se traços do corporativismo já na Constituição de 1934 e desde então, não obstante as críticas, tem sobrevivido às diversas cartas constitucionais, quer democráticas ou autoritárias. Nesse sentido, a estabilidade da estrutura corporativa se destaca, por contraste com a instabilidade de parte substantiva das instituições que constituem o complexo institucional brasileiro.

Essa característica do corporativismo brasileiro, sua estabilidade, sua capacidade de adaptação, impõe, no mínimo, que ele seja percebido como um dado da realidade política brasileira de difícil superação. Diante disso, talvez seja mais produtor e menos oneroso buscar

¹³ Uma excelente análise acerca das formulações de Oliveira Viana pode ser encontrada em ABREU, 2012.

compreender suas falhas, seus limites, mas também suas potencialidades como mecanismo capaz de favorecer uma maior concertação entre Capital, Trabalho e Estado. Há certamente muitos aspectos que não podem ser negligenciados e que de modo mais ou menos intenso têm sido há muito apontados pela literatura pertinente.

Seja em cenários predominantemente democráticos ou ditatoriais, o formato que se desenvolveu no Brasil permite uma ingerência continuada do Estado nos organismos sindicais, quer reduzida apenas ao cumprimento dos dispositivos legais (recolhimento e repasse da contribuição sindical, por exemplo), quer exacerbada através da adoção de procedimentos explicitamente autoritários, como os adotados durante o regime burocrático-autoritário, inaugurado pelo golpe militar de 1964¹⁴. Da mesma forma que o grau e o formato de intervenção do Estado nos organismos sindicais variam de acordo com o regime político predominante, o acesso dos dirigentes sindicais à burocracia estatal também se altera. Embora o corporativismo à brasileira jamais tenha consistido em um sistema formado por conselhos consultivos e deliberativos, formuladores de políticas, altamente representativos segundo critérios técnicos e ocupacionais, no período compreendido entre 1945 e 1964 o modelo expressava-se de forma mais *inclusiva* se comparado ao pós-64, quando os sindicatos foram transformados em agência basicamente assistencialistas e seus dirigentes, além de proibidos de exercer uma prática mobilizadora e reivindicativa, não tinham qualquer influência na definição das políticas públicas. Neste período, se possível identificar a presença de corporativismo no Brasil, ele foi notadamente *exclusivo* (STEPAN, 1980), ou, como sugere Tavares de Almeida (1983), uma *via de mão-única*.

Assim, em contraste com o neocorporativismo, ou corporativismo *social* de acordo com a tipologia proposta por Schmitter (1974), os sindicatos brasileiros em qualquer contexto sempre exerceram baixa influência na consecução de políticas públicas. Além disto, a estrutura sindical corporativa, aqui, não resultou de um consenso estabelecido entre o Estado e entidades sindicais autônomas. Como ordem imposta de cima para baixo, a introdução do modelo sindical corporativo no Brasil foi marcada por procedimentos autoritários por parte do Estado e se

¹⁴ Até 1988 o Estado dispunha da prerrogativa de interferir diretamente nos assuntos internos aos sindicatos. A Constituição Federal de 1988, entretanto, no inciso I do artigo 8º, proíbe o poder público de intervir nas organizações sindicais. Não obstante, determina a arbitragem judicial obrigatória. Desta forma, observa-se que houve afrouxamento do controle dos governos sobre as entidades sindicais, mas não do Estado. (BOITO, 1991)

pautou mais pelo *controle* sobre os trabalhadores do que pela tentativa de promover efetivamente uma conciliação baseada em diálogos e negociações substantivas, como referido acima. Essa característica mitiga as chances de efetivação de um pacto entre os principais atores sociais, capaz de proporcionar estabilidade às políticas governamentais, as quais, por isso mesmo, dificilmente se transformam em políticas de Estado.

Ademais, a natureza segmentária da estrutura corporativa brasileira, embora tenha sido identificada com o regime burocrático-autoritário, perpassa toda a história das relações entre Estado e sociedade no Brasil desde os anos 1930. Na prática, isso se traduz no acesso diferenciado de trabalhadores e empresários às instâncias decisórias do aparelho de Estado. Além disso, o corporativismo não impediu que o empresariado mantivesse o funcionamento paralelo de entidades autônomas aos organismos oficiais, ao passo que as entidades sindicais autônomas existentes à época da implantação do corporativismo foram todas fechadas ou incorporadas à estrutura oficial, apesar da resistência de dirigentes sindicais (GOMES, 2014; VIANNA, 1999).

Assim, mesmo que, a partir de 1932, várias leis sociais e trabalhistas tenham sido promulgadas, e, embora sejam a expressão clara de antigas reivindicações do movimento sindical, foram concebidas para serem recebidas como *dádiva* e não como resultado de uma negociação entre os atores envolvidos. Por outro lado, em certos casos, ainda que a fixação da lei seja precedida de debate e conhecida a posição dos atores, prevalece uma perspectiva unilateral, em detrimento de um acordo informado pela necessidade de se considerar os interesses de todos os atores envolvidos, evidenciando que certas leis faziam parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação.

Nesse ponto, o processo que culminou na lei do salário mínimo é elucidativa. As demandas operárias em torno da questão exigiam a implementação do salário mínimo profissional. As proposições empresariais indicavam o critério “biológico”, isto é, o salário mínimo vinculado à garantia de uma renda que assegurasse a simples reprodução da força de trabalho, desconsiderando critérios relativos a cada profissão¹⁵. Embora definida pela Constituição de 1934 a noção do salário mínimo profissional, na regulamentação efetiva do salário

¹⁵ Uma descrição minuciosa do debate sobre o salário mínimo, envolvendo entidades empresariais, de trabalhadores e a burocracia de Estado, encontra-se em GOMES, 2014, p. 303 et seq. e VIANNA, 1999, p. 235 et seq.

mínimo prevaleceu a perspectiva do mínimo biológico. Assim, num quadro em que a grande maioria das indústrias – em função da acelerada industrialização - remunerava seus operários com níveis mais elevados que o mínimo, garantia-se a ampliação do mercado potencial para a indústria com a generalização do princípio da remuneração monetária do trabalho. Sem produzir ônus para a indústria, o salário mínimo, por outro lado, definia um modelo de remuneração que dissociava o salário da produtividade. A distância entre um e outro teria sido um dos principais elementos da aceleração do processo de industrialização ulterior (SINGER, 1977).

De modo que a ausência de bases consensuais na montagem da estrutura corporativa, seu caráter segmentário, o recurso a mecanismos coercitivos impostos aos sindicalistas que resistiram ao atrelamento dos sindicatos ao Estado são manifestações claras da forma autoritária que marcou a introdução da ordem sindical corporativa no Brasil dos anos 30 e oferecem os contornos de um modelo distinto daquele que se desenvolveu paralelamente ao *welfare state* europeu.

Contudo, reitero que reconhecer tais limites não implica, de forma alguma, nos termos da presente abordagem, em corroborar uma percepção exclusivamente negativa acerca do modelo e tampouco do movimento de trabalhadores que se fez dentro e fora dos espaços institucionais. Inúmeros estudos de caso têm demonstrado não apenas que a despeito de seu caráter heterônomo os sindicatos oficiais desde de suas origens constituem um lugar privilegiado para a formulação de demandas e de mobilização, mas também muitas vezes as ações mobilizadoras partem de fora dos sindicatos, os quais acabam sendo pressionados a *aderir* e a assumir a liderança do movimento¹⁶. Tampouco trata-se de propor a refundação de um certo liberalismo que marcou a evolução do país até 30 ou postular a ruptura total com os padrões corporativos vigentes na estrutura sindical. Trata-se, outrossim, de chamar a atenção para a necessidade de se refletir acerca da realidade nacional e do sistema institucional brasileiro considerando aquilo que se faz presente e que, tendo se tornado parte de nossa cultura política, deve ser encarado como algo a ser aperfeiçoado, aprimorado, levando-se em conta, inclusive, algumas proposições pertinentes, encontradas na literatura analisada, referentes à necessidade não de romper com a ordem corporativa, mas de aprofundá-la¹⁷.

¹⁶ Ver por exemplo FORTES et al., 1999; SANTANA e RAMALHO, 2001.

¹⁷ A exemplo de REIS, 1988.

Conclusão

Em certas democracias europeias, o desenvolvimento de mecanismos corporativos de intermediação de interesses, após 1945, não eliminou as organizações autônomas dos trabalhadores e associou-se à busca de estabilidade para a vida econômica, a partir de um consenso básico quanto aos ganhos mútuos que empresários e trabalhadores poderiam obter com a expansão capitalista. A obtenção deste consenso se deu num quadro em que o conflito entre esses atores – através de sindicatos e partidos – alcançou um certo limite de tensão que os levou a soluções de compromisso, expressas no *Welfare State*. Tal não ocorreu no Brasil por razões diversas, entre as quais a persistência de um modelo de intermediação de interesses que, ao contrário do que vinha se verificando em países europeus, e também daquilo que de certa forma informara a defesa do modelo por um Oliveira Viana, revelou baixa capacidade catalisadora, subtraindo do horizonte da *Democracia de 46* a obtenção de um consenso que favorecesse o estabelecimento de um pacto em torno da continuidade do desenvolvimento capitalista com viés redistributivo.

Se durante o Estado Novo os atores foram chamados a jogar um jogo de soma positiva, com benefícios mútuos, o que teria inclusive contribuído para a construção de uma memória positiva acerca de Vargas (GOMES, 2005b), a despeito do autoritarismo que marcou boa parte de sua primeira passagem pela presidência, o que se desenvolve a partir daí é um afastamento progressivo das perspectivas de um pacto, em que pese a presença de um acordo tácito entre empresários e trabalhadores que está na base da chamada “coalizão inflacionária” (LOBO, 2010). De 45 a 64 tal afastamento não impediu a obtenção de conquistas trabalhistas, mas essas resultaram sobretudo da mobilização dos setores populares, e particularmente dos trabalhadores, que se refletiu tanto no plano mais imediato das relações sociais que se processaram fora dos arranjos corporativos, como no plano das instituições típicas da democracia representativa, sem desconsiderar, ainda, as disputas realizadas no âmbito do judiciário trabalhista, instituição essencialmente corporativa. A resposta empresarial ao fortalecimento da organização dos trabalhadores, de sua parte, esteve longe de uma perspectiva de convergência. Ao contrário, na passagem aos anos 60, o que se assiste é uma crescente polarização, num cenário em que o empresariado nacional se associa progressivamente ao capital estrangeiro.

Portanto, se nas democracias do ocidente europeu o corporativismo foi a saída encontrada para restabelecer o *equilíbrio de forças* em uma conjuntura de fortalecimento do poder de pressão dos trabalhadores, no Brasil o aumento do poder de pressão dos trabalhadores terminou por conduzir a uma ruptura institucional. Lá, diante da constatação de que a própria economia estava em risco em face da polarização, fixou-se um certo consenso em torno da necessidade de se restabelecer a capacidade de interlocução entre os agentes e a saída encontrada foi a criação de organismos paralelos às instituições representativas, num jogo de soma positiva em que todos saíram ganhando. No Brasil, as conquistas recém mencionadas não resultaram no aprimoramento dos processos de negociação entre os atores dentro de arenas institucionalizadas. Ao contrário, aprofundou-se o afastamento, o que se agravava a cada nova vitória eleitoral do PTB. A saída para restabelecer o “equilíbrio de forças”, do ponto de vista do empresariado, foi uma ruptura institucional que ocasionou a exclusão dos setores populares de todas as instâncias decisórias, corporativas ou representativas, afetando em cheio os interesses dos trabalhadores.

Em que pesem as permanências apontadas com propriedade por Martinho (2008), a ruptura com o processo de incremento salarial e bem estar dos trabalhadores urbanos é uma realidade que não pode ser contraditada e que, nos termos de Gomes, reforça a memória negativa acerca do Regime Militar, por contraste com a memória positiva a respeito de Vargas, acima referida (GOMES, 2005b). É fato que no pós-64 a estrutura sindical corporativa manteve-se intacta, mas agora ainda mais distante uma roupagem *solidarista*, o que, simbolicamente, expressa-se na eliminação do instituto da estabilidade no emprego e na criação do FGTS, que libera o apetite empresarial no interior de um formato que sobre o movimento operário apresentava-se como puro controle. Mas é importante salientar que, a despeito da exclusão política dos coletivos de trabalhadores, a preservação da estrutura corporativa nesse período contribuiu para a rápida rearticulação do movimento operário a partir de meados dos anos 70, e, sobretudo, assegurou aos trabalhadores a possibilidade de *buscar seus direitos* no âmbito da Justiça do Trabalho, mesmo em um ambiente nacional marcado pelo autoritarismo.

Em síntese, me parece que o dado mais relevante no debate sobre o corporativismo não é que a estrutura sindical corporativa impediu o desenvolvimento da ação autônoma dos trabalhadores, ao passo que para os empresários o Estado jamais chegou a interditá-la (BOSCHI, 1979; DINIZ, 1978), configurando um modelo de intermediação de interesses

maneta, bifronte e segmentado. Conquistas foram obtidas a despeito deste formato. O mais significativo é que, tal como foi montado, não foi capaz de induzir à cooperação e de conter em certos momentos a crescente polarização e o distanciamento da perspectiva de um pacto. Do ponto de vista desta abordagem, pois, mais do que apontar saídas voltadas para a redução do Estado e a introdução de medidas orientadas para o mercado, sugere-se refletir sobre o corporativismo dentro de uma perspectiva voltada para a criação de mecanismos que permitam ao modelo induzir os contendores à cooperação e inibir a prevalência de comportamentos capazes de mitigar os resultados de políticas e de acordos informados por uma perspectiva de ganhos mútuos. Por outras palavras, é preciso criar dispositivos que capacitem as organizações a estabelecer acordos, mas que também as tornem capazes de assegurar que seus membros não irão evadir-se desses acordos.

A ausência desses mecanismos gera um quadro de incerteza entre os atores, os quais tendem a se comportar segundo uma lógica direcionada à maximização de ganhos, num jogo de soma zero que tende a resultar em benefícios efêmeros aos vencedores de cada lance. Benefícios assim conquistados dificilmente se sustentam no médio prazo, na medida em que o vencido continuará se comportando de modo a tentar reverter o jogo ou, na ausência de mecanismos que o obriguem a acolher o resultado, tenderá a evadir-se, em prejuízo da própria saúde econômica do país, a qual – a menos que se vislumbre uma ruptura com o capitalismo ou com a democracia, o que não parece avizinhar-se – depende do consentimento dos atores envolvidos em torno da fixação de bases materiais que lhe deem sustentação.

Referências

- ABREU, Luciano Aronne. Autoritarismo e corporativismo no Brasil. *Anais do XI Encontro Regional da ANPUH-RS*. Rio Grande: FURG, 2012.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOITO Jr, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. da UNICAMP/SP-HUCITEC, 1991.
- BOSCHI, R.R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1989.
- DELGADO, Lucília N. *O PTB: do Getulismo ao Trabalhismo*. São Paulo: LTr, 2011.
- DINIZ, E. *Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FORTES, A. et al. (Org.). *Na luta por direitos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1975.
- GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.
- _____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, 105-119, mar-maio 2005b.
- _____. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.
- LOBO, Valéria M. *Democracia e corporativismo no Brasil*, 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 1995.
- _____. *Fronteiras da cidadania*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- _____. Por que tecelões e metalúrgicos vão aos tribunais? – posição da indústria e reclamações ao judiciário trabalhista entre as décadas de 1940 e 1960. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 10, 183-198, jul.-dez. 2013.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional. *IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association* (BRASA). New Orleans/Louisiana: Tulane University, mar. 2008.
- MARTINS, L. A revolução de 1930 e seu significado político. In: *Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Ed. da UNB, 1983.
- MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. da UNB, 1982.
- MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.
- NORONHA, Eduardo. O sistema legislado de relações de trabalho no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.
- OFFE, Claus. A Democracia partidária competitiva e o Welfare State Keynesiano. In: OFFE, C. (Org.). *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Trabalho & sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica da razão dualista*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981.
- PANITCH, Leo. Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado. *Revista de Cultura e Política*, Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, n. 5-6, abr.-jun. e jul.-set. 1981.
- PELAEZ, C. M. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, p. 50-82, jul.-set. 1971.

PZERWORSKI, A. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo: ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.

REIS, Fabio Wanderley. Consolidação democrática e construção do Estado. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Org.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J.R. *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Wanderlei Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism? *The Review of Politics*, v. 36, n. 1, p. 85-131, jan. 1974.

SCWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, P. *A crise do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STEPAN, A. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1976.

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VILLELA, A. E SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1973.

Enviado em: 23 de novembro de 2015

Aceito em: 14 de janeiro de 2016

Autor/Author:

VALÉRIA MARQUES LOBO <valerialobo.ufjf@gmail.com>

• Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Autora de *Fronteiras da Cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil* (Argumentvm, 2010). Suas pesquisas relacionam-se à democracia, relações sociais, direito do trabalho, sindicalismo.

◦ Professor at the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Department of History. She is the author of *Fronteiras da Cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil* (Argumentvm, 2010). Her research focuses on social relations, democracy, labor law, unionism.

Corporativismo e Salazarismo em perspectiva: o olhar de Fernando Rosas

*Corporatism and Salazarism in perspective:
the view of Fernando Rosas*

*Corporativismo y Salazarismo en perspectiva:
la mirada de Fernando Rosas*

Luciano Aronne de Abreu*
Paula Borges Santos**

Atualmente, registra-se a retomada de estudos sobre os corporativismos históricos do período de Entre Guerras. Por um lado, assiste-se à produção de novos estudos sobre dimensões econômicas, sociais e políticas daqueles projetos. Discute-se ainda a persistência e a atualização de algumas das suas formas de organização econômica e social, nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, promove-se a revisão de literatura, designadamente através de interpretações que recusam a identificação entre fenômenos como o fascismo ou o nacionalismo e um instrumento político e administrativo estatal, destinado a disciplinar os interesses econômicos e sociais, como foi o corporativismo. O momento justifica, portanto, uma breve conversa com Fernando Rosas (Lisboa, 18-04-1946), eminente acadêmico português a quem a historiografia portuguesa deve o maior impulso alguma vez dado ao estudo do Estado Novo.

*Professor do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). <luciano.abreu@pucrs.br>

**Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL). <paula.borges.santos@fcsh.unl.pt>

Professor catedrático emérito do departamento de História da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma instituição, do qual foi fundador e Presidente da Direção entre 1994 e fevereiro de 2013. Entre 2013 e 2016, foi também coordenador do Grupo de Investigação História Política Comparada. Publicou variadíssimas obras como autor, dirigiu, coordenou e é coautor de muitas outras na área da sua especialidade (história portuguesa e europeia do século XX)¹. Foi ainda deputado da Assembleia da República em 2000 e 2001 e de 2005 a 2010.

Ao longo de sua vasta obra, Fernando Rosas rompeu com preconceitos sobre o tratamento da contemporaneidade e, em anos de recente consolidação da democracia portuguesa, tratou amplamente a ditadura de Salazar e Caetano, nas suas várias vertentes, e formou várias gerações de investigadores, que continuaram a cultivar a investigação científica sobre aquele regime. O estudo das questões econômicas foi uma das suas áreas de trabalho. Nessa medida, privilegiando uma leitura marxista da realidade histórica, construiu uma interpretação própria da experiência histórica do corporativismo português, das suas funcionalidades políticas, que entendeu estarem centradas na recomposição das classes dominantes e na reconstrução do Estado, que fez escola. Registrar a sua posição e conhecer o seu posicionamento sobre a mais recente dinâmica dos estudos sobre corporativismo, são os objetivos principais desta entrevista que a seguir publicamos.

¹ Entre elas: *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo: as eleições de 16 de Dezembro de 1934* (O Jornal, 1985); *O Estado Novo nos Anos 30. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)* (Estampa, 1986); *O salazarismo e a Aliança Luso-Britânica: estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 a 40* (Fragmentos, 1988); *Salazar e o Salazarismo* (coord.) (Publ. D. Quixote, 1989); *Portugal Entre a Paz e a Guerra (1939/45)* (Estampa, 1990); *Portugal e o Estado Novo (1930/60)* (coord.) (Presença, 1993); *Dicionário de História do Estado Novo* (coord.) (Círculo de Leitores, 1996); *Salazarismo e o Fomento Económico* (Editorial Notícias, 2000); *Portugal século XX: 1890-1976: pensamento e acção política* (Editorial Notícias, 2004); *Lisboa Revolucionária (1908-1975)* (Tinta da China, 2010); *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo* (coord.) (Almedina, 2012); *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar* (Tinta da China, 2012, 1ª edição e 2013, 2ª edição); *Estado Novo e Universidade. A Perseguição aos Professores* (coord.) (Tinta da China, 2013).

- Pode-se definir o Estado Novo português, de fato, como um regime de tipo corporativista? Em que medida?
- Aplicando a conhecida distinção de Renzo de Felice (fascismo enquanto movimento ou enquanto regime) ao estudo dos corporativismos e tendo presente a distância que existiu em todas as suas experiências históricas entre o nível ideológico-retórico da narrativa doutrinária do fenômeno e a realidade da sua aplicação político-administrativa, econômica e social, penso que o Estado Novo português se pode considerar, indiscutivelmente, como um regime corporativo. Doutrinariamente assim o apresentou Salazar nos seus discursos fundadores do novo regime; institucionalmente o consagrou a Constituição de 1933, e na sua continuada aplicação prática entre 1933 e 1947 ao controle repressivo do fator trabalho, à regulação geral da economia e ao enquadramento ideológico do mundo laboral, bem se pode falar de um corporativismo de Estado, de predominância econômica e de clara apetência totalizante.

- Pode-se dizer que o modelo corporativista se constituiu num projeto definido claramente pelo Salazarismo, ou este teria sido a resultante das múltiplas influências e acordos do regime com seus diferentes apoiadores?
- O Estado Novo salazarista proclamava-se claramente como corporativo. Mas produto que foi, como todos os regimes fascistas seus contemporâneos, de uma coligação das várias direitas da direita portuguesa, o corporativismo salazarista teve que fazer algumas cedências, sobretudo no funcionamento do sistema político, ao peso que as concessões liberal-conservadoras ainda detinham na gênese do novo regime e no momento do acesso de Salazar à chefia do governo. Nesse sentido, as direitas salazaristas e nacional-corporativas tiveram de aceitar uma Assembleia Nacional e um Presidente da República formalmente eleitos pelo sufrágio direto dos cidadãos (ainda que, no primeiro caso, a partir de uma lista nacional única proposta pelo partido igualmente único). O rápido esvaziamento dos poderes efetivos dos dois órgãos pela prática governativa (uma ditadura de chefe do Governo), por um lado, e o efetivo poder ganho pela organização corporativa e para-corporativa no controle do mundo laboral e na regulação da economia sob tutela do Estado, por outro, permitem falar do corporativismo salazarista como um fator central no “saber durar” salazarista.

- A que se pode atribuir a longa duração do regime de Salazar e Caetano? Quais teriam sido suas principais mudanças e recorrências entre 1933 e 1974, especialmente em relação à questão do corporativismo?
- Para responder a essa questão escrevi recentemente um livro² onde procuro analisar o que considero serem os principais fatores da longa durabilidade do regime, daquilo que chamo “a arte de saber durar” do salazarismo³. Um deles, precisamente o mais estavelmente constante e durável, é a organização corporativa. O corporativismo salazarista foi instrumento político e administrativo para o Estado Novo ir realizando, com altos e baixos, entre períodos de tensão agudos e outros de maior consenso, um triplo objetivo estratégico: conter, desarticular e reprimir as tentativas reivindicativas do trabalho assalariado, garantido policialmente o seu baixo custo nominal e real; regular, em nome de um “interesse nacional” de que o regime era o único e unilateral intérprete, as contradições de interesses entre os setores dominantes da oligarquia econômica e social (industrialistas versus agraristas, produção nacional versus comércio colonial, de um lado, e comércio internacional do outro), e ainda a relativa sobrevivência de importantes setores pequenos e médios da produção e serviços, vegetando à sombra de baixíssimos salários e da multímoda proteção do Estado. A ação dos organismos setoriais de regulação econômica (ditos “para-corporativos” e realmente estatais), da cartelização corporativa, do condicionamento industrial, da pauta umbrosa, da vigilância policial e as generosas taxas de lucro e acumulação que proporcionaram foram construindo esse consenso sempre tenso, mas duradouro, das classes dominantes e de parte dos setores empresariais intermédios em torno do regime que só os efeitos conjugados da guerra colonial e da crise petrolífera do início dos anos 70 viriam a abalar seriamente.
- Sob o pondo de vista dos interesses portugueses – políticos, econômicos e culturais – qual sua avaliação das relações entre os Estados Novos português e brasileiro?
- É certo que o Estado Novo salazarista poderá ter sentido simpatia pela viragem que o golpe de novembro de 1937, instituindo o Estado Novo brasileiro e a ditadura de Getúlio Vargas, trouxera para o Brasil,

² ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012 (1ª edição) e 2013 (2ª edição).

³ Na obra consideram-se 5 fatores principais: a gestão da violência, o controle das Forças Armadas, a cumplicidade da Igreja Católica, a organização corporativa e a apetência totalitária do regime.

até pela retórica nacional corporativista que o acompanhou. Seguro é também que, no início da II Guerra Mundial, Salazar alimentara o desenho estratégico de uma “zona de paz e ordem” latina, cristã, autoritária, que funcionasse como área transatlântica de neutralidade face aos beligerantes, agrupando a Argentina, o Brasil de Vargas, o Portugal de Salazar, a Espanha franquista e a Itália de Mussolini, uma espécie de grande reserva de segurança e durabilidade desses regimes durante e após o conflito, a que haveriam de ficar imunes. É claro que o alinhamento do Brasil de Vargas na aliança pancontinental com os EUA contra o nazi-fascismo, em 1942, constituiu uma dura desilusão para o ditador português. Que se tornou em claro esfriamento de relações, em 1943, face aos rumores de que Vargas, no encontro com Roosevelt, em Natal, em Janeiro desse ano, teria mostrado abertura ao pedido norte-americano de participação de tropas brasileiras num eventual (e unilateral) desembarque dos aliados nos Açores. De resto, além de uma visita de António Ferro ao Brasil em 1941 (de que terá resultado um vago programa de intercâmbio cultural e artístico sem consequências de nota), não parece poder falar-se, neste período, de um real estreitamento de relações, nem por via de alguma identificação ideológica.

- Após o 25 de Abril, que tipo de heranças ou recorrências do Salazarismo e do seu modelo corporativo podem ser ainda hoje observadas em Portugal?
- Alguns autores portugueses, com destaque para os trabalhos de Manuel Lucena, quiseram ver na continuidade de vários organismos de coordenação econômica setorial ou intersetorial para o período posterior ao 25 de Abril e durante alguns anos, a evidência de elementos essenciais de continuidade no domínio econômico do corporativismo. Não vejo isso assim. A revolução portuguesa de 1974/75, ou seja, a vasta movimentação popular revolucionária que ela despertou liquidou política, ideológica e institucionalmente a organização corporativa, alterou a natureza do Estado que a suportava e os interesses de classe que lhe subjaziam. Não se limitou a dissolver os Grêmios, Sindicatos Nacionais, as Casas do Povo, as Casas de Pescadores e as Corporações (substituindo-as por novas lógicas de representação social). Igualmente ocupou empresas abandonadas, tentou a autogestão pelos trabalhadores, fez a Reforma agrária, impôs nacionalizações, organizou o controle operário. Ou seja, alterou profundamente as relações até aí existentes entre o capital e o trabalho. O corporativismo era um instrumento de dominação social e política da ditadura estadonovista que desapareceu

com ela. É certo que permaneceram (sobretudo até à adesão à CEE) algumas instituições de regulação econômica formalmente herdadas dos antigos organismos de coordenação econômica. Mas não só esses eram os organismos menos corporativos do corporativismo, como a lógica interventiva que lhes passou a presidir pouco ou nada tinha a ver com as estratégias regulatórias que o anterior regime lhes imprimira.

Bem sei que se tenta hoje, sobretudo no domínio de alguma ciência política ou sociologia política, fazer renascer das cinzas dos velhos regimes fascistas ou afins uma espécie de neocorporativismo sem mácula. Mas, salvo o devido respeito, essa é uma operação mais do domínio da ideologia do que da comparação historiográfica.

- Em sua opinião, pode-se dizer que há, nos últimos anos, uma retomada e renovação dos estudos sobre o corporativismo? Em que medida eles inovam ou reafirmam os estudos mais clássicos sobre a temática?
- Em Portugal essa renovação historiográfica existe e eu separo-a claramente da tal dimensão neocorporativa que reputo de escassa densidade e interesse para o estudo histórico do fenômeno. Mas é um movimento ainda limitado. O seu grande contributo (vide os estudos pioneiros de Álvaro Garrido) é passar do conhecimento geral da doutrina e da legislação para a investigação em concreto: a) dos mecanismos e das lógicas de funcionamento dos organismos corporativos nos principais setores econômico-sociais que enquadravam e regulavam aos diversos níveis (produção, transformação, comercialização); b) das elites que os dirigiam, das suas contradições e relações com o poder político; c) das estruturas de dominação e controle social. É esse salto inovador para a prática econômica, social e política do corporativismo enquanto regime em concreto que é preciso dar, superando um certo enquistamento metafísico no seu estudo enquanto discurso meramente teórico.
- Quais seriam os principais pontos de convergência e divergência entre o corporativismo histórico e o que hoje tem sido chamado de neocorporativismo?
- Como considero o corporativismo um fenômeno histórico e uma categoria conceitual só historicamente entendível no contexto que historicamente o produziu – aquele em que emergem os regimes fascistas ou do tipo fascista – não me identifico com as abordagens que deshistoricizam o estudo do corporativismo e que, de alguma forma, o

reinventam como uma técnica de regulação social, (Álvaro Garrido), reduzindo-o a uma “taxonomia das políticas de regulação social”, aparentemente despida de ideologia e de antecedentes. Por isso mesmo me parece tão discutível a recuperação do corporativismo como um “neo-corporativismo”, de “associação”, “contratual”, feito equivalente da contratação social corrente das sociedades capitalistas de regime democrático-parlamentar. Historicamente, politicamente, há entre eles diferenças essenciais. O corporativismo, enquanto regime, foi uma tentativa de “solucionar”, ou seja, de eliminar pela força a conflitualidade social, de sujeitar o trabalho ao capital. Tinha um invólucro doutrinário, uma concessão organicista e totalizante da sociedade em que a luta de classes surgia como um comportamento anômalo e desviante relativamente à “ordem natural das coisas”, ordem que o Estado haveria de receber, extirpando essas patologias subversoras.

É nesse preciso sentido que se pode dizer que não há corporativismos democráticos. O que há nas democracias é contratualização, ou seja, negociação entre sujeitos distintos e conflitantes, no quadro de um confronto que se aceita como inevitável e normal e encontra, com mais ou menos dificuldade, os seus pontos de equilíbrio. Neste caso, ao contrário do corporativismo, não se trata de uma harmonia essencialista entre o capital e o trabalho imposta pela ordem imanente de um qualquer ente orgânico.

Autores/Authors:

LUCIANO ARONNE DE ABREU <luciano.abreu@pucrs.br>

- Professor do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Estudos Históricos Latino Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Rio Grande do Sul, Era Vargas e Autoritarismo. É autor dos livros *Getúlio Vargas: a construção do mito* (EdiPUCRS, 1997) e *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (EdiPUCRS, 2007).
- Adjunct Professor at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Ph.D. in Latin-american Studies from the Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Has experience in History, focusing on History of Brazilian Republic, and researching the following subjects: Rio Grande do Sul, Vargas' New State, and Authoritarianism. He is the author of *Getúlio Vargas: a construção do mito* (EdiPUCRS, 1997) and *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (EdiPUCRS, 2007).

PAULA BORGES SANTOS <paula.borges.santos@fch.unl.pt>

- Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL), onde coordena o Grupo de Investigação Justiça, Regulação e Sociedade e realiza o pós-doutoramento, com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, publicou: *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença* (Imprensa de Ciências Sociais, 2005), que recebeu o Prémio Fundação Mário Soares; *A Questão Religiosa no Parlamento (1935-1974)* (Assembleia da República, 2011) e *A Segunda Separação. A Política Religiosa do Estado Novo* (Almedina, 2016).
- Researcher at the Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL), where she coordinates the Research Group Justiça, Regulação e Sociedade. She holds a post-doctoral fellowship with the support of Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). PhD in Contemporary History from the Universidade Nova de Lisboa, she is the author of *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença* (Imprensa de Ciências Sociais, 2005), which won the Prémio Fundação Mário Soares; *A Questão Religiosa no Parlamento (1935-1974)* (Assembleia da República, 2011) and *A Segunda Separação. A Política Religiosa do Estado Novo* (Almedina, 2016).

Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa*

Browns and blacks in the military and their “usefulness” for the good government of the Serro Frio region: research notes

Negros y pardos militares y su “utilidad” para el bueno gobierno de la región de Serro Frio: notas de investigación

Ana Paula Pereira Costa**

Resumo: Neste texto analisa-se a experiência da mobilização de tropas de pardos e de pretos em variados serviços de manutenção da ordem pública em um território que teve sua origem ligada às atividades de exploração do ouro e de pedras preciosas e que, portanto, foi marcado por um contexto de tensões e constantes mudanças econômicas, políticas, sociais e territoriais, a saber: a comarca de Serro Frio, entre os anos de 1730 a 1763. Objetiva-se assinalar a importância e a utilidade que a mobilização das tropas de pardos e pretos tinha na visão das autoridades locais para ordenar este território mineiro, sobretudo no que concerne aos excessos e inconveniências causadas por fugas de escravos, roubos, garimpo ilegal, sendo a atuação dessas tropas colocadas como imprescindíveis ao bom funcionamento da governabilidade da região.

Palavras-chave: tropas de pardos e de pretos; serviço militar; Serro Frio

*Este trabalho apresenta alguns resultados do projeto *Negros escravos, forros e livres na estrutura militar lusitana: um estudo sobre a atuação de ‘Milícias particulares’ de escravos e das tropas Milicianas e de Ordenanças de negros. Serro Frio, século XVIII* apoiado pelo programa institucional de iniciação científica e tecnológica – PIBIC/CNPq. Agradeço a ajuda dos bolsistas do projeto, Janaina Ladeira Venâncio e Joelmir Cabral Moreira, bem como a ajuda dos bolsistas voluntários: Kelly Sellani, Rosilene Santos Aparecida e Eduardo Jonas Caldeira.

**Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <anappcosta@ig.com.br>

Abstract: This paper analyzes the experience of mobilizing the browns' and blacks' troops in varying maintenance of public order services in a territory that had its origin linked to gems and gold exploration activities and that, therefore, was marked by a context of tensions and constant economic, political, social and territorial changes, namely: the region of Serro Frio, between the years 1730-1763. The objective is to point out the importance and usefulness that the mobilization the browns' and blacks' troops had in the point of view of the local authorities to order this territory, especially in regard to the excesses and inconveniences caused by the scape of slaves, theft, illegal mining, being the actions of these troops placed as essentials to the proper functioning of the governance of the region.

Keywords: troops of browns and blacks; military service; Serro Frio

Resumen: Este trabajo analiza la experiencia de la movilización de las tropas de negros y pardos para la manutención del orden público en un territorio que ha tenido su nacimiento enlazado a la actividad de exploración de oro y piedras preciosas y, por lo tanto, se caracterizó por un contexto de tensiones y cambios económicos, políticos, sociales y territoriales, es decir, la región de Serro Frio, entre los años 1730 a 1763. El objetivo es señalar la importancia y utilidad que las tropas pardas y negras han tenido para las autoridades locales colocaren orden en este territorio, especialmente en relación a los excesos y las molestias causados por la fuga de esclavos, el robo y minería ilegal, siendo las acciones de las tropas tomadas como esencial para el buen funcionamiento de la gobernabilidad de la región.

Palabras clave: negros y pardos militares; servicio militar; Serro Frio

As ações e manifestações envolvendo militares nos vastos espaços da América portuguesa durante o período colonial vêm sendo objeto de estudos em uma perspectiva renovada. Uma questão oriunda desse debate, e que se articula com o revisionismo perpetrado desde os anos de 1980 em torno da análise da sociedade colonial brasileira e da escravidão africana nesse território, se refere à presença de homens pretos e pardos no universo bélico do Império lusitano. O presente trabalho objetiva analisar a importância e o caráter de utilidade que a mobilização das tropas de pardos e de pretos tinha na visão das autoridades locais (governadores, intendentes, ouvidores, capitães-mores, contratadores) para ordenar um território que teve sua origem ligada às atividades de exploração do ouro e de pedras preciosas e que, portanto, foi marcado por um contexto de tensões e constantes mudanças econômicas, políticas, sociais e territoriais, a saber: a comarca de Serro Frio entre os anos de 1730 a 1763. Objetivamos assinalar a mobilização dessas forças em atividades ligadas aos excessos e inconveniências causadas por fugas de escravos e quilombolas, roubos, extravios, garimpo ilegal, sendo a atuação dessas tropas colocadas como imprescindíveis ao bom funcionamento da governabilidade da região.

O recorte inicial abarca o momento imediatamente posterior ao anúncio oficial de descoberta de diamantes na localidade, fato que gerou grandes preocupações para a Coroa lusitana no que diz respeito à forma como administrar a extração e a fiscalização das pedras preciosas, bem como gerou grandes mudanças para a ocupação e a organização dessa paragem. O marco final justifica-se por ser a data que marca o fim do governo de Gomes Freire de Andrada na capitania de Minas Gerais. Em 1733 Gomes Freire foi nomeado para governar a capitania do Rio de Janeiro. Dois anos depois, passava a administrar também a região de Minas Gerais, cuidando, assim, do principal eixo econômico da América portuguesa naquele momento, em decorrência da descoberta de metais preciosos. Logo teve desafios importantes a enfrentar, como a implementação do então novo sistema de arrecadação de imposto sobre o ouro, a capitação. Para tanto, Gomes Freire passou a viajar, a partir de 1735, todos os anos para as Minas – o que ocorreu até 1752 – percorrendo diversas regiões mineiras, dentre as quais se incluía Serro Frio. Além do novo método de cobranças de impostos, tornava-se premente também uma maior fiscalização e controle daquela área, visando organizar a produção aurífera, conter o contrabando (RIBEIRO, 2011, p. 83) e, acrescentamos, lidar com os constantes problemas causados pelas fugas de escravos e crimes por eles cometidos no território. Desta maneira, buscamos entender a atuação e mobilização das tropas de pardos e de pretos nesse contexto que fez parte da região dos diamantes, no qual as bases de sua organização e governabilidade foram sendo delineadas de forma processual a fim de lidar com os problemas colocados.

Negros e pardos no universo militar colonial: história e historiografia

Em um artigo publicado em 2003, a historiadora Sílvia Lara chamou a atenção para a existência de dois movimentos historiográficos revisionistas surgidos no Brasil quase simultaneamente – a partir da década de 1980 – que, apesar de tratarem de temas complementares (o estudo da escravidão africana e seus descendentes no Brasil e a análise da sociedade colonial), permaneceram restritos a seus eixos específicos (LARA, 2005, p. 33).

O primeiro conjunto historiográfico questionou, sobretudo, o enfoque estritamente macroeconômico e a ênfase no caráter violento e inexorável da escravidão a fim de romper com estudos que se apoiassem em uma ótica senhorial que era, inevitavelmente, excludente. Novas

pesquisas passaram a valorizar a experiência escrava analisando os valores e as ações dos mesmos como elementos importantes para a compreensão da própria escravidão e de suas transformações. Já o segundo movimento repensou a natureza das conexões metrópole/colônia, refutando a ideia de que suas relações se pautariam em dualidades e contradições de interesses meramente econômicos. Um foco maior sobre a política foi realizado e a partir de um diálogo com uma historiografia notadamente portuguesa, que revitalizou a ótica da sociedade de Antigo Regime, novas abordagens sobre as relações de poder no mundo colonial surgiram. Pesquisas sobre os modos de governar e sobre o funcionamento de diversas instituições, que agregavam e davam consistência às redes hierárquicas que ligavam horizontal e verticalmente a sociedade colonial, foram se desenvolvendo em conexão com estudos realizados para outras partes do Império português (África e Ásia) (LARA, 2005, p. 31-35).

De lá para cá, alguns historiadores brasileiros têm procurado conectar essas historiografias, conforme sugestão de Sílvia Lara, num esforço para complexificar e sofisticar as análises desses dois campos. A própria autora reconheceu que, já naquele momento de alerta, alguns trabalhos se desenvolviam nessa direção procurando responder muitas questões em aberto. Entretanto, observava que era preciso mais:

A aproximação entre os estudiosos da escravidão e do período colonial não é apenas uma questão de passar a estudar o tema numa outra cronologia ou de incluir mais um item na pauta de questões acerca da vida nas conquistas. Se os estudos dos modos de governar só têm a ganhar se passarem a incorporar em suas reflexões as ações e valores daqueles que aparentemente eram excluídos das redes de poder, também as pesquisas sobre escravidão serão beneficiadas se voltarem a olhar mais cuidadosamente para o comportamento dos senhores e das autoridades coloniais (LARA, 2005, p. 37-38).

Ou seja, para se conectar historiografias é preciso indagar sobre o modo como a escravidão e o Antigo Regime estiveram intrinsicamente ligados e conviveram na América portuguesa (LARA, 2005, p. 38). Nesse debate que vem se articulando, três pontos que têm sido cada vez mais referenciados por fazerem parte da preocupação dos historiadores são: a presença estrutural da população negra no mundo colonial brasileiro, inserida mediante a escravidão africana, os mecanismos da dominação escravista e o surgimento de um grande contingente de libertos e livres nesta colônia, oriundos da escravidão, alforria e mestiçagem (LARA, 2004, p. 16-17; cf. também FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001,

FURTADO, 2001 e ALENCASTRO, 2000). Desta forma, a presença estrutural dos escravos, libertos e livres na América portuguesa, ainda que analisada de formas e a partir de formulações conceituais diversas, tem sido apontada como o diferencial mais importante pelos autores que, desde então, lidaram com o tema. No entanto, se o centro dos questionamentos continua a ser a presença massiva desses grupos e o modo como se tornaram um elemento estrutural na colônia, trata-se também, em segundo lugar, de entender como podiam estar integrados à rede hierárquica que ordenava as relações sociais nas conquistas ultramarinas. As teses sobre a rigidez das relações sociais na colônia e as que afirmavam a incompatibilidade entre as estruturas do Antigo Regime e a presença da escravidão e dos pardos e pretos (escravos ou não) já não se sustentam diante dos conhecimentos acumulados nos últimos anos sobre a sociedade e a política coloniais (LARA, 2004, p. 17).

Neste sentido, novas investigações têm procurado analisar como a escravidão e os homens e mulheres oriundas e descendentes dessa dinâmica foram incorporados à teia hierárquica que ordenava a sociedade colonial brasileira e codificava as relações sociais no Antigo Regime (LARA, 2004, p. 18), permeada pelos valores de honra, prestígio, distinção, desigualdade e hierarquização. Dentre os mecanismos de hierarquização e alcance de distinções sociais para a parcela negra da população que existia na América portuguesa durante o período colonial, há muito se vem destacando a importância da esfera militar.

Na América lusitana, havia diferentes formas de incorporar os pardos e os pretos escravizados, forros ou livres no âmbito militar. Tais homens podiam, por exemplo, ser utilizados de uma forma privada, como uma espécie de guarda pessoal constituída informalmente, isto é, sem a conotação militar que se associava às tropas de pardos e de pretos montadas recorrentemente durante todo o período colonial em caso de necessidade, sendo a mais famosa conhecida como *Terço dos Henriques*. Para o caso de Minas Gerais, os inúmeros relatos dos indivíduos que se aventuraram nas trilhas dos sertões mineiros em busca de títulos, sesmarias, patentes e cargos políticos, no intuito de conseguir poder ou prestígio e, assim, tornarem-se potentados locais, denotam bem esta situação. Em tais relatos, deixavam claro que viam nas conquistas a serem realizadas, feitas à custa de suas vidas, fazendas e negros armados, oportunidades para adquirirem riqueza, poder e *status* (cf. COSTA, 2010).

Com efeito, acompanhados de seus negros armados (nesses casos quase sempre escravos), muitos potentados das Minas, sobretudo em

seus anos iniciais de formação, atuaram sistematicamente em combate a levantes e conflitos, internos e externos, em povoamento de novos territórios, a fim de angariar mercês e reconhecimento social. Mais do que a participação dos colonos na conquista do território colonial, afirmações como estas devem explicitar a importância dos escravos para os seus senhores. A relevância destas ligações com os escravos se evidenciava não só porque na sociedade colonial o escravismo articulava as relações sociais, mas porque, em muitos casos, esses cativos forneciam segurança aos potentados ao atuarem como uma pequena milícia para protegê-los nas rixas e conflitos em que se envolviam (KARASCH, 2000, p. 260). Além disso, podiam ser usados nos serviços de El-Rei como braço armado, possibilitando a aquisição de mercês régias.

Além do uso dos negros escravizados como milícia particular, outra maneira pela qual se associava os pardos e os pretos (escravos, livres e libertos) ao âmbito bélico era através de seu atrelamento a estrutura formal da organização militar lusitana, sendo essa forma de arregimentação que buscamos analisar no presente texto. Classicamente, a estrutura militar formal lusitana tem sido apresentada a partir de três tipos de forças, que estabeleciam um padrão válido para toda a colônia luso-americana: os corpos regulares, conhecidos também por tropa paga ou de linha, as milícias ou corpos de auxiliares e as ordenanças ou corpos irregulares (COSTA, 2006, p. 17; ver também COTTA, 2005 e JESUS, 2012, p. 314). Entretanto, conforme assinalou Nauk Maria de Jesus citando Francis Cotta, a análise do âmbito militar colonial a partir desse clássico tripé faz perder de vista as especificidades locais. Dentre os vários argumentos que Cotta elaborou para ratificar tal tese destaca-se, por exemplo, o fato de capitânicas como a do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia se preocuparem em edificar fortalezas e adestrar seus contingentes para um provável confronto que viria do mar. Já as demais capitânicas se preocupavam com a defesa das fronteiras terrestres – que iam do Mato Grosso ao Amapá (COTTA, 2004, p. 218, apud JESUS, 2012, p. 314-315).

Em trabalho anterior ressaltamos que as poucas análises sobre a história militar para o contexto colonial gerou a falta de uma visão de um universo bélico de Antigo Regime socialmente complexo (COSTA, 2006, p. 53). Sobre essa questão em particular, recentemente alguns trabalhos sob os auspícios da chamada Nova História Militar¹ têm

¹ Para esclarecimentos sobre essa definição ver (HESPANHA, 2003), (CASTRO, IZECKSOHN e KRAAY, 2004), (MOREIRA e LOUREIRO, 2012).

procurado matizar tal lacuna, embora ainda haja muito a ser feito. Uma relevante contribuição dessa nova historiografia tem sido a atenção dada para o estudo de outras formas de tropas militares mais específicas que subdividiam as forças de acordo com as hierarquias sociais (indígenas, pretos, pardos e brancos)². Assim, os pardos e os pretos podiam ser agrupados, basicamente, em quatro espécies de milícias: as companhias auxiliares de infantaria, as companhias de ordenanças de pé, os corpos de pedestres e os corpos de homens do mato (COTTA, 2005, p. 201).

Luís Geraldo Silva, ao abordar o período da invasão holandesa no nordeste açucareiro (1630-1654), ressalta que nesse momento foram criadas as milícias de pardos e de pretos na América portuguesa. Reconquistados Pernambuco e as demais capitanias do Norte em 1654, em boa medida graças aos esforços dos colonos brancos e dos pardos, dos pretos e dos índios a eles subalternos, os chamados *terços de homens de cor*; foram ali mantidos e depois, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se disseminaram por praticamente todas as capitanias da colônia brasileira (SILVA, 2012, p. 71). Ainda sobre essa situação e contexto, Hebe Mattos destaca que não são poucas as referências que revelam os ganhos dos soldados das companhias em luta em Pernambuco (inclusive os das tropas de pardos e de pretos) com os escravos capturados do inimigo pelas tropas portuguesas que, via de regra, eram vendidos para a Bahia e seu valor repartido entre os soldados como recompensa (MATTOS, 2006, p. 34).

Analisando a formação das tropas de pretos na sociedade Pernambucana dos séculos XVI e XVIII, Kalina Vanderlei Silva chega mesmo a assinalar que, socialmente, a milícia se tornou, juntamente com as irmandades, o principal meio de ascensão social para negros livres e forros nesta localidade e um meio de distinção para escravos (SILVA, 2002, p. 2-3).

Por fim, temos o estudo de Francis Albert Cotta que analisou as trajetórias de militares negros e pardos patenteados, libertos e livres, que conseguiram alcançar relativa mobilidade social através de sua atuação e inserção no universo militar das Minas setecentista. Para este autor, a posse de uma patente militar dava aos negros, mestiços e pardos lugares de destaque na sociedade mineira do século XVIII, pois propiciava a esses homens considerável poder ao comandarem grandes contingentes de soldados e por lhes fornecer oportunidades de aderir

² Por exemplo (SILVA, 2002; COTTA, 2010; SILVA, 2012; MARTA, 2013; SILVA, 2013; PAULA, 2012).

aos valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa tais como o casamento, a formação de uma família e a posse de escravos (COTTA, 2010, p. 108-112).

Os estudos mencionados destacam a presença e a importância dos pardos e dos pretos no universo bélico, ressaltando a origem dessa mobilização, as situações em que se fizeram primordiais para a Coroa portuguesa e fornecem exemplos de ganhos que eles podiam adquirir ao se atrelarem à esfera militar. Para aprofundarmos essa discussão, no item a seguir, analisaremos a experiência da arregimentação desses homens em variados serviços de manutenção da ordem pública na região da comarca de Serro Frio, entre os anos de 1730 a 1763. Sua dinâmica de formação envolveu um processo acelerado e desordenado, o risco, a migração intensa de pessoas – livres e escravas –, a necessidade de controle do espaço, do contrabando e de vigilância dos caminhos. Contudo, se diferenciava de outros locais da capitania mineira pela presença dos diamantes e por ter um sistema de administração e de extração peculiar que foi se delineando ao longo do setecentos.

Combatendo os quilombos, o contrabando e o extravio: a utilidade das tropas de pardos e de pretos para o “bom governo” da comarca de Serro Frio

A região da comarca de Serro Frio, composta pelos termos de Vila do Príncipe e do Arraial do Tejuco, teve sua origem ligada às atividades de exploração do ouro e de pedras preciosas. Nos primórdios do século XVIII, foi descoberto ouro nas cabeceiras do Rio Jequitinhonha e seus afluentes. Por conseguinte, grandes levadas de pessoas se dirigiram para o local, formando povoados. Dentre esses, temos o surgimento daqueles que depois ficaram conhecidos como Vila do Príncipe (atual cidade do Serro) e Arraial do Tejuco (atual cidade de Diamantina). Em 1729, foi anunciada a descoberta de diamantes nas rochas e no leito dos rios da região do Vale do Jequitinhonha. O comunicado chegou a Portugal em 1729, expedido pelo governador da capitania, D. Lourenço de Almeida. Com o anúncio oficial da descoberta, a Coroa tratou de pôr ordem na casa: organizou a exploração dos diamantes e a cobrança dos respectivos impostos. Entre 1729 a 1734, a exploração foi aberta a todos que tivessem escravos e capital para investir na mineração, mas cobrava-se uma taxa sobre cada escravo empregado nos trabalhos de extração. O aumento da produção trouxe rápida prosperidade à população da localidade, notadamente ao Arraial do Tejuco que crescia

vertiginosamente (FURTADO, 2007, p. 308; ver também FURTADO, 1996 e 2003; SANTOS, 1976).

Divulgadas as riquezas das duas localidades citadas, ambas tornaram-se o centro de convergência de exploradores e comerciantes, atraídos pelo ouro e, sobretudo, pelos diamantes. Para elas deslocaram-se principalmente paulistas, portugueses e negros, ao lado de outros estrangeiros em número menor. Entretanto, o avanço territorial e demográfico da ocupação dessa região de Minas Gerais se fez acompanhar por um aumento correspondente das tensões econômicas, sociais e políticas. Sua ocupação correspondia, com enorme rapidez, à formação de grandes fortunas e de uma desordem perigosa, regulada a balas de chumbo. Nessa dinâmica, era crucial para a Coroa buscar a fiscalização de gentes e de impostos, vigiar e policiar o imbricado complexo de caminhos e trilhas (RESENDE, 2007, p. 29). Assim, na localidade, foram tomadas algumas medidas visando esse fim. Em 1734, foi estabelecida a Demarcação Diamantina, também chamada de *Distrito Diamantino*. Tratava-se inicialmente de um quadrilátero em torno do Arraial do Tejuco, que foi designado sede tanto do Distrito quanto da Intendência dos Diamantes. Incluía outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, e poderia ter seu contorno alterado para englobar outras locais onde fossem realizadas novas descobertas. Administrativamente, a região continuou dependente da Câmara e da Ouvidoria da Vila do Príncipe, sede da comarca de Serro Frio. Com a Demarcação, ficou proibida a exploração de diamantes na área e, conseqüentemente, a chegada de novos exploradores, até que o preço da pedra preciosa, que caiu vertiginosamente devido ao excesso de oferta no mercado mundial, se normalizasse. Só em 1739 a exploração foi reaberta, mas sob um novo sistema, o de contrato, aparentemente mais fácil de ser controlado. A partir de 1745, visando aumentar o controle sobre o território e dificultar o afluxo de pessoas não ligadas diretamente à exploração diamantina, a entrada na Demarcação passou a ser controlada, podendo ocorrer somente em locais determinados: os registros. Esses eram também uma espécie de alfândega, lugares de cobrança de direitos de entradas/impostos sobre escravos, gado, carga de secos e molhados. Em Serro Frio, concentravam-se em Caeté-Mirim, Rabello, Palheiro, Pé-do-Moro, Inhacica e Paraúna (FURTADO, 2007, p. 309-311). Para a vigilância das estradas, a fim de evitar a evasão fiscal, a entrada ilegal de pessoas na comarca e patrulhar os perigos dos caminhos, pois os viajantes eram constantemente atacados, instalaram-se, junto aos registros, as guardas ou destacamentos militares (RESENDE, 2007, p. 29-31).

Além da preocupação de se ordenar a área mineradora, que era formada por povoados, vilas e freguesias, havia ainda, por parte do monarca e das autoridades régias, a preocupação em fiscalizar os sertões que ficavam em seu entorno, pois estes eram caracterizados como locais de revoltas, motins, refúgio de quilombolas, de bandidos, contrabandistas e gentio bravo (MORAES, 2007, p. 77). Dentre todos os perigos mencionados, interessa-nos refletir sobre aqueles relacionados aos problemas de perturbação da ordem e da tranquilidade pública implementados pela parcela negra da população, bem como aqueles relacionados aos frequentes problemas do extravio e contrabando, característicos de uma localidade mineradora. Para a região assinalada, era constante, na documentação administrativa, reclamações e preocupações acerca da presença de contrabandistas, de garimpeiros ilegais, das fugas de escravos, da formação de quilombos, de roubos e outros crimes por eles cometidos nas trilhas e veredas formadas e da necessidade de policiá-las. Para tanto, como demonstraremos mais adiante, autoridades como governadores, intendentes, ouvidores, capitães-mores, contratadores que passaram pela comarca de Serro Frio sugeriam, em suas correspondências enviadas ao Reino, o uso dos pardos e de pretos em serviços bélicos para coibir essas ameaças. Esses homens eram comumente agrupados, como já mencionado, em companhias de infantaria auxiliar de pardos e de pretos libertos, ordenanças de pé de pardos e de pretos libertos, corpos de pedestres e corpos de homens do mato e de assalto.

Os terços de infantaria auxiliar de pardos e pretos libertos eram forças militares comandadas pelo mestre-de-campo, cargo atribuído geralmente a um homem pardo. Ainda sobre a hierarquização dessa força militar, encontramos os sargentos-mores e seus ajudantes, que desempenhavam a função do treinamento e disciplina, seguidos pelos capitães, tenentes e alferes. As companhias auxiliares de infantaria de pretos e pardos libertos podiam atuar tanto na destruição de quilombos e repressão aos índios, quanto na defesa das fronteiras marítimas e terrestres (COTTA, 2010, p. 68-70).

Nas ordenanças de pé de pardos e pretos libertos, o comando era exercido por um oficial da tropa regular, o sargento-mor, seguido pelo posto de capitão-de-distrito e o de alferes, responsáveis pela disciplina e organização do corpo militar. Nas ordenanças de pé não existiam os postos de tenente, tenente-coronel e coronel. Outra característica da ordenança de pé era que, se composta por soldados e cabos negros, os seus oficiais seriam negros; no caso de serem pardos, seus capitães

e alferes seriam pardos. Os integrantes das ordenanças não recebiam soldos, armamento ou equipamento para o desempenho das atividades bélicas. Nas companhias de ordenanças de pé de homens pardos e pretos libertos, as principais missões estavam relacionadas aos confrontos com os quilombolas e índios bravos. Atuavam, assim, localmente para preservar a tranquilidade e o sossego públicos (COTTA, 2010, p. 70-73).

O terceiro tipo de milícia era o corpo de pedestre. O comando dessa milícia era dado a homens pardos. Nas Minas Gerais, os pedestres existiam em maior número, segundo Francis Cotta, na Repartição Diamantina. Esse grupo era especializado em ações em locais de difícil acesso. Eles “entravam nos matos, descendo córregos por despenhadeiros impraticáveis” (COTTA, 2010, p. 74). Pela vasta experiência eram requisitados como guias nas expedições militares. Tinham seus soldos e jornais pagos pela Fazenda Real e eram comandados por capitães pardos. Na região de extração de diamantes os pedestres participavam de diligências relativas à prisão de escravos fugitivos, garimpeiros clandestinos e contrabandistas (COTTA, 2010, p. 74-80).

Por fim, os corpos de homens do mato eram compostos por pardos, negros libertos e escravos. A hierarquia dessa força se dividia em: capitão-mor do mato, sargento-mor do mato, capitão do mato, cabo do mato e soldado do mato. A legitimação dos postos de capitão do mato era realizada através da emissão de uma carta patente, que se iniciava com a indicação dos pretendentes ao posto pelos camaristas da região na qual ela seria exercida. Posteriormente, os documentos com as indicações dos camaristas eram repassados ao governador que emitia a patente com o nome do candidato escolhido e depois a enviava ao rei de Portugal para ser confirmada. Para os postos de cabos e soldados, a indicação era realizada pelos próprios oficiais dos corpos, não havendo necessidade de cartas patentes. Os locais de atuação dos capitães do mato eram as matas, rios, picadas e sertões. Eles não recebiam soldos, fardamentos, equipamentos, armamentos ou alimentação da Fazenda Real. Eram recompensados através das tomadias³ pagas pelos proprietários dos escravos fugidos (COTTA, 2010, p. 82-86).

Todas essas forças existiram nas Minas desde os primeiros anos do setecentos e foram vistas de maneiras distintas pelas diversas autoridades e pela população. Os documentos que serão listados a seguir expressam a importância e o caráter de utilidade que a mobilização

³ Tomadia: quantia paga ao capitão-do-mato pelo proprietário de um escravo recapturado. (COTTA, 2010, p. 86).

das tropas de pardos e de pretos tinha na visão das autoridades locais para ordenar este território mineiro, sobretudo no que concerne aos excessos e às inconveniências causadas por fugas de escravos e quilombolas, roubos, extravios, garimpo ilegal e outros crimes por eles cometidos na região de Serro Frio. Nos vários requerimentos e cartas do Arquivo Histórico Ultramarino consultadas para esta localidade, elaboradas por governadores, intendentess, ouvidores, capitães-mores, contratadores, etc., era recorrente o destaque dado para a experiência da arregimentação dos pardos e dos pretos em variados serviços de combate a tais *inimigos internos*, para a vigilância dos caminhos e para a perseguição do contrabando, sendo a atuação dessas tropas colocadas como imprescindíveis ao bom funcionamento da governabilidade da região.

O primeiro documento, datado de 1731, refere-se a uma carta que o ouvidor da comarca de Serro Frio, Antônio Ferreira do Vale de Melo, enviou a D. João V informando acerca dos excessos cometidos na referida comarca pelos negros quilombolas. Na correspondência, o ouvidor reconheceu a atuação crucial da figura do capitão do mato para resolver o problema dos ataques dos quilombolas, ao que parece, frequentes, nos caminhos que levavam ao Arraial do Tejuco e ressaltou que a população do lugar ficou tão satisfeita com os serviços prestados pelo referido militar, que solicitou que sua vigilância fosse constante a fim prevenir os ataques. Segundo a correspondência:

Este serro do frio teve no ano próximo passado em tal consternação com os negros fugidos a que chamam calhambolas que infestando todas as estradas e cometendo a cada ano mortes, roubos e outros excessos não havia quem se atravessasse a ir dos arraiais para fora e dentro destes se não davam os homens por seguros. E o caminho mais infestado foi o das Minas para esta vila por onde quando passei no mesmo ano para as Gerais foi me necessário trazer muita gente de acompanhamento por não experimentar alguma desatenção dos ditos negros e ao seguinte dia em que passei pela passagem chamada o Tijuco se fizeram nela cinco mortes entre estas a de um religioso de São Bento e nos outros dias seguintes muitas outras chegando o seu desaforo até a tirarem mulheres das casas de seus maridos e levarem nas para os matos, e a forma das mortes que davam as mais das pessoas que matavam era sangrando as por várias partes do corpo e deixando as esvair em sangue até expirarem e a uma delas crucificaram na. O que fazendo eu presente ao governador das Minas D. Lourenço de Almeida para que desse nisso o remédio e providência que lhe parecesse *ordenou me que ajuntasse eu com*

*um ou mais capitães do mato o que se lhe havia dar para serem soldados prontos e extinguiem os quilombos dos ditos negros e que para pagamento deste estipêndio tomasse aquilo que fosse bastante por cada cabeça de escravo (...) em virtude da qual assim o fiz e ajustando com um capitão do mato homem de esforço e o melhor rastejador que tem nestas Minas e dando toda a ajuda necessária fez este com seus soldados nos ditos quilombos aonde se lhe puseram os negros em resistência uma tal mortandade que logo cessaram as ruínas que eles causavam, e ficou por hora esta comarca sossegada e o povo tão satisfeito do que obrou o dito capitão que geralmente me requerem que lhe podiam pagar todos os anos a porção que fosse justa para que continuasse no mesmo exercício e não sucedesse os mesmos negros a fazer semelhantes agravos e a engrossarem se de novos quilombos e com efeito assim o vou fazendo praticar (...)*⁴.

De acordo com Mariana Dantas, para lidar eficientemente com o problema de escravos fugidos, a criação e a manutenção de um regimento paramilitar de caçadores ou esquadras do mato foram as principais estratégias adotadas no período colonial brasileiro (DANTAS, 2006, p. 258). Os profissionais que compunham a tropa recebiam o nome genérico de capitães do mato. A participação nessa atividade profissional exigia certo conhecimento e preparo em função dos riscos do ofício (GUIMARÃES, 2007, p. 449). Encarregados de vigiar as localidades em que habitavam, capturar e retornar escravos fugidos, os capitães do mato também contavam com autoridade para recrutar soldados e formar esquadras utilizadas em campanhas contra quilombos. Estas esquadras eram organizadas nos mesmos moldes hierárquicos das forças militares coloniais e eram pagas por recompensas por escravo capturado, como sugere a fonte em destaque (DANTAS, 2006, p. 258-259).

Através da consulta feita no Arquivo Histórico Ultramarino em documentos referentes à comarca de Serro Frio, fica claro que as tropas de capitães do mato eram presença constante no dia a dia da região, cujo auxílio para resolver problemas com roubos, quilombolas, contrabando e até mineração ilegal feita por escravos, era solicitado pela população mais ampla, por membros da elite e por autoridades régias. Os relatos construídos por autoridades, como o do documento destacado acima, sugerem que a necessidade do uso dos pardos e pretos em variadas

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Minas Gerais*, Cx. 19, Doc. 1. Grifo meu. Cabe assinalar que na transcrição dos documentos selecionados fizemos a atualização ortográfica, visando a facilitar o entendimento de algumas formas do português arcaico.

situações como reforço bélico era algo corriqueiro e colocado como fundamental para lidar com problemas de desassossego público.

Mesma lógica constatamos nos dois documentos que serão analisados a seguir. Em setembro de 1745 os oficiais da Câmara de Vila do Príncipe escreveram uma carta ao rei D. João V e ao governador Gomes Freire expondo “o prejuízo que sentiam com a fuga e posterior confiscação dos escravos para as terras demarcadas dos diamantes”, solicitando ordem régia para que “não se confiscassem os mesmos sem prova de que andavam minerando por consentimento de seus donos”. Na carta, os camaristas esclareceram que o prejuízo era grande, já que eram muitos escravos que fugiam e que acabavam sendo encontrados pelos capitães do mato e confiscados pela Real Fazenda ao invés de ser devolvidos para seus senhores. De acordo com o relato:

É geral o prejuízo que recebem os moradores desta comarca na perda de seus escravos que por qualquer leve causa, ou sem ela, pela sua malevolência por se vingarem de seus senhores ou por quererem mudar de senhor para que sempre lhe perpende o gênio lhe fogem e se metem nos *córregos dos diamantes e terras deles demarcadas de modo que sejam achados pelas patrulhas dos soldados e capitães do mato para que assim sejam confiscados* conforme um bando que assim o determina muito observar por V. Majestade, sem mais averiguação ou prova de verdade que acharem se nas terras demarcadas com instrumentos de minerar minerando em locais em que hajam diamantes ou suspeita de que o possa haver, e para evitar um semelhante prejuízo recorremos a V. Majestade que se digne por no referido a providência necessária e se não confisquem os escravos sem prova de que andam minerando por mandado ou consentimento de seus senhores⁵.

Outro documento que revela a importância e auxílio das tropas de capitães do mato em situações problemáticas e que precisavam ser sanadas para o bom funcionamento da região analisada, datado de março de 1746, trata sobre o requerimento feito pelo contratador de diamantes, o sargento-mor João Fernandes de Oliveira. Nesta consulta, o Conselho Ultramarino revelou que o dito contratador solicitou a criação de mais algumas companhias de Dragões (a tropa paga de Minas Gerais) para as terras demarcadas, devido à falta de guarda que aí se verificava. No requerimento do contratador, o mesmo expôs a precariedade da guarnição do Distrito Diamantino feita pelos Dragões, o que dificultava

⁵ AHU, *Minas Gerais*, Cx. 45, Doc. 80. Grifo meu.

o combate ao contrabando, roubos, ataques de quilombolas, enfim, o policiamento e a fiscalização das terras demarcadas. Para remediar a situação, o contratador relatou que utilizou os serviços de soldados e capitães do mato, pagos por ele mesmo, e que havia também solicitado ao governador da capitania, Gomes Freire, que a Fazenda Real se dispusesse a pagar mais desses oficiais, no que não foi atendido por motivos expostos no requerimento:

João Fernandes de Oliveira rematante e administrador do contrato dos diamantes do serro do frio, fez petição a V. Majestade por este concelho em que diz que necessitando-se de muitas guardas para se evitar o roubo deles e se guardarem as terras demarcadas por serem de muitas léguas e de grandes embaraços não são bastantes os soldados Dragões que naquela diligência se ocupam ainda que sejam de cinquenta até sessenta porque precisamente há muitos impedidos com doenças e cobrança da capitação no sertão para onde saem (...) e sem bastarem os capitães do mato do contrato a quem o suplicante paga especialmente no tempo presente em que os mais dos roceiros e moradores daquele distrito se encaminharam para o novo descoberto do ouro do Paracatu, com o que ficou tudo despovoado e se tem cheio o terreno do quilombo de negros fugidos do mesmo contrato, e com tantos insultos de roubos e mortes e tal consternação, que os feitores e administradores do contrato além da grande vigilância em que estão temem a sua morte e do suplicante por haver constado várias vezes pretenderem levantar-se os ditos negros do contrato e matarem os brancos e porque pedindo o suplicante ao governador capitão general daquela capitania *mais soldados ou capitães do mato a quem pague a real fazenda na forma das condições se lhe não dão pelos não haver*; pois os soldados pagos da mesma capitania não chegam para as diligencias das intendências. Pede a V. Majestade *lhe faça mercê atentando serem guardadas aquelas terras e da falta de soldados e capitão do mato mandar se criar mais alguns dos Dragões (...)*⁶.

Verifica-se pela fonte acima que a opção pela criação de mais algumas companhias de Dragões para as terras demarcadas a fim de contornar os problemas destacados pelo contratador foi pensada só depois que a alternativa de se usar soldados e capitães do mato se esgotou. Obviamente, havia uma hierarquia das tropas e a de Dragões se colocava em um patamar superior se comparada com as tropas de homens do mato, e que a criação das companhias pagas acarretava um

⁶ AHU, Minas Gerais, Cx. 46, Doc. 43. Grifo meu.

ônus para a Coroa, daí existirem em menor número e sua implementação exigir mais cuidado. Todavia, não nos interessa discutir tais questões com a análise do documento citado. O que buscamos enfatizar é o caráter da utilidade, a constante presença e a relevância que os serviços das tropas compostas por pardos e pretos foram adquirindo para a governabilidade e sossego de regiões coloniais como a de Serro Frio. Já na primeira metade do século XVIII, temos menção da existência desses tipos de forças na localidade em foco, sendo extremamente atuantes em questões variadas, reafirmando o argumento anteriormente colocado de que o clássico tripé das forças militares lusas não permite pensar as especificidades locais.

Cabe lembrar que, conforme apontaram recentemente alguns estudos, em Minas Gerais colonial essa questão do armamento da parcela negra da população e seus descendentes fomentou discussões, dúvidas e polêmicas quanto à medida certa de seu emprego (PAIVA, 2006; REIS, 2004). Assim, se o uso constante de tropas compostas por homens pardos e pretos denota que tal prática era algo corriqueiro para os habitantes da capitania mineira, toda uma legislação que defendia o uso moderado das armas indica que apesar de corriqueiro isso era algo que preocupava as autoridades coloniais. Não por acaso, tentativas de regulamentação do porte de armas não foram poucas visando, inclusive, pôr fim às tropas armadas. Entretanto, esse é um ponto ainda pouco trabalhado pela historiografia, sobretudo para a região abarcada pela presente pesquisa, haja vista que só muito recentemente, no âmbito da história militar e colonial, os pesquisadores passaram a se interessar em compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos social, político, econômico e cultural (MOREIRA; LOUREIRO, 2012, p. 16). De todo modo, o fato é que se tornou costume a política de utilização e recrutamento de homens pardos e pretos em caso de movimentação bélica na região e período enfocados pela pesquisa. E ainda que essas tropas fossem irregulares e causassem polêmicas, abundavam ordens régias e diretrizes para a organização e utilização das mesmas.

As tropas compostas por oficiais do mato não eram as únicas mobilizadas na comarca de Serro Frio para resolver contendas que atrapalhavam o sossego público e a governabilidade da região. No documento que será assinalado adiante, vemos a presença de outro tipo de tropa composta por pardos e por pretos, bem como por escravos armados, para lidar, mais uma vez, com problemas causados por quilombolas. Em janeiro de 1753, o governador interino das Minas, José Antônio Freire de Andrade, enviou a Diogo de Mendonça Corte-Real

uma carta informando acerca dos roubos e outras violências cometidas pelos negros que andavam fugidos no Arraial do Tejuco. Para contornar a situação, o governador relatou as medidas tomadas para a manutenção da ordem, as quais envolviam a atuação de pardos e pretos. No caso desse relato, além da ajuda prestada pelas tropas de pedestres, bem como pela de Dragões, para combater as desordens, destaca-se também a atuação de escravos de um membro da elite local, o contratador Felisberto Caldeira Brant. Senão vejamos:

No dia nove de outubro do ano passado me chegou uma carta do comandante dos Dragões, que se acha destacado no serro frio, Simão da Cunha Pereira, nela me dava conta do desaforo em que se tinham posto os negros que andavam fugidos as casa de seus senhores com os mulatos, mestiços e carijós que se lhe tinham agregado roubando os córregos dos diamantes. Marchei no dia quinze deste continente trazendo comigo os poucos Dragões que restavam das patrulhas, que impedem a extração do ouro, logo que aqui cheguei reforcei a dos córregos sendo de pouca utilidade porque a poucos dias um lote de negros, mulatos e carijós *me atacam uma patrulha de dez soldados Dragões e dois pedestres. Sendo que os não podia prender ou afugentar da demarcação com as tropas pagas e que as ordenanças eram de má qualidade para andarem a pé nos córregos escrevi ao capitão Felisberto Caldeira Brant contratador dos diamantes (...) para que este mandasse por prontos dos homens que traz custeando o seu contrato cento e cinquenta e com este número e com os Dragões e pedestres em dia vinte de dezembro dando um assalto nos córregos se prenderão dezoito (...)*⁷.

Conforme já apontado, os pedestres eram uma força militar especializada em atuar em locais de difícil acesso. Eram mobilizados na região de extração de diamantes, como assinalou Francis Cotta, em diligências relativas à prisão de escravos fugitivos, garimpeiros clandestinos e contrabandistas, atuando diretamente com os Dragões, conforme mostra a correspondência acima. Na Demarcação Diamantina, ao longo do século XVIII, se distribuíam em destacamentos, nos registros e guardas (COTTA, 2010, p. 74-80). Em função do número reduzido de soldados e por questões estratégicas, os militares dos Dragões eram direcionados para locais nos quais se pagavam tributo (registros e passagens) e para regiões extratoras do ouro e diamante (COTTA, 2010, p. 81). Daí a importância e a presença de tropas como a dos pedestres, e

⁷Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Cx. 61, Doc. 3. Grifo meu.

as do mato como visto anteriormente, em situações como as descritas em todos os documentos analisados no trabalho. Embora os Dragões, a tropa paga, se fizesse presente em algumas situações, as tropas compostas por pardos e por pretos, como evidenciado, prestavam valioso suporte no ataque a quilombolas, combate ao extravio e contrabando e a outros crimes.

Nos documentos selecionados, conseguimos perceber, no conjunto, a forma como autoridades entendiam a incorporação dos pardos e pretos na esfera militar, os tipos de serviços em que eram usualmente mais utilizados e os benefícios e ganhos que tal prática proporcionava para a Coroa lusa em sua governabilidade no além-mar, para os responsáveis pela administração local, bem como para os colonos em geral, já que graças a essas forças, o sossego da região podia ser efetuado.

Considerações finais

Percebe-se nas fontes citadas que a atuação de pardos e de pretos (cativos, forros ou livres) em serviços militares responsáveis por tarefas de grande perigo, tais como o controle dos descaminhos, a proteção contra ataques de criminosos e de escravos fugidos, era recorrente nas Minas. Conforme destacou Francis Cotta, a atribuição de entrar nos matos, em lugares intrincados e de difícil acesso acabou recaindo sobre os africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, que passaram a integrar os terços de pardos e pretos libertos, as ordenanças de pé, os corpos de pedestres e os corpos de homens do mato e de assalto. Eles patrulhavam as estradas em busca de quilombolas, índios bravos, facinorosos e assaltantes que atacavam as vilas e arraiais. Eram os mais aptos a identificar rastros e vestígios de passagem de pessoas (COTTA, 2010, p. 65).

Para a comarca de Serro Frio, devido a sua importância para a Coroa portuguesa após a descoberta dos diamantes na primeira metade do século XVIII, e pela instabilidade social causada pelo grande fluxo populacional que para aí se dirigiu ao longo desse período em busca de riquezas, a constituição de um aparato militar, no qual muitos homens pardos e pretos foram utilizados, para controle da ordem interna se tornou imprescindível. A frequência com que tais homens foram empregados na manutenção da boa ordem da região pode ser apontada como mais um dos paradoxos que marcaram o relacionamento entre a sociedade colonial e sua população de origem e descendência africana.

Duas possíveis explicações para esta prática seriam que, primeiro, havia uma escassez de homens brancos dispostos a cumprir esta função e, segundo, que era esta uma forma de cooptar libertos e seus descendentes, propiciando-lhes algum acesso ao poder (DANTAS, 2006, p. 263).

Desse modo, devido à intensa necessidade de manutenção da tranquilidade pública, de policiamento das terras diamantinas e devido à própria escassez de homens brancos para ocupar as fileiras das tropas, a população de pardos e pretos (escravos, forros e livres) teve de ser recrutada para os quadros desse universo bélico. Para esses indivíduos, autoridades e monarca essa situação era vantajosa, pois com essas forças formava-se um espaço de negociação entre os grupos pardos e pretos com o soberano e com governadores e demais autoridades que ofereciam aos primeiros uma moderada ascensão social em troca de uma parceria para lidar com os problemas de violência e falta de segurança pública.

Como bem ressaltou Mariana Dantas, “colocando o interesse da população em geral acima de suas próprias dúvidas, governos locais acabaram por aceitar uma aliança com parceiros que, em outras circunstâncias, seriam evitados” (DANTAS, 2006, p. 263).

Como se vê se, apesar dos riscos e preocupações, a necessidade colocada pelo contexto denota que as autoridades régias precisavam munir os homens pardos e pretos de facas, espadas e armas de fogo para que realizassem diversos tipos de trabalhos. Podemos sublinhar o imprescindível reforço e socorro que propiciavam às forças pertencentes à estrutura militar clássica para atuação na defesa e no ordenamento social e o auxílio que prestavam às autoridades metropolitanas para realização de serviços cruciais para o exercício da governabilidade régia em território ultramarino, conforme visto nos documentos mencionados. Ou seja, em várias situações, as autoridades régias permitiam e estimulavam os pardos e os pretos a usarem armas e a se atrelarem ao universo militar colonial, porque isso se fazia necessário em uma conjuntura em que a possibilidade de mobilizar homens para lutar era fator primordial para o sucesso das diligências de manutenção da ordem e, conseqüentemente, para a sustentação dos interesses régios no além-mar.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica (1735-1777). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII*. Vila Rica, 1711-1750. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

COTTA, Francis A. Organização militar. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela V (Orgs.). *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 218-223.

_____. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2005.

_____. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DANTAS, Mariana L. R. “Em benefício do bem comum”: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia F (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 251-272.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. (Org.). *Diálogos Oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Vol. 1. p. 303-320.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Vol. 1. p. 439-454.

HESPAÑA, António M. (Org.) *Nova história militar de Portugal*. Séculos XVI-XVII. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

JESUS, Nauk Maria de. Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 313-325.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. The Periphery of the periphery? Vila Boa de Goiás, 1780-183. In: DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael V. (Orgs.). *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London: Routledge, 2003. p. 143-169.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas – escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. 2004. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

_____. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América. In: FERLINI, Vera L.; BICALHO, Maria F. (Orgs.). *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 21-44.

MARTA, Michel Mendes. *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2013.

MATTOS, Hebe. Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina; NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). *Retratos do Império*. Niterói: EdUFF, 2006. p. 29-45.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais* Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Vol. 1. p. 55-85.

MOREIRA, Luiz Guilherme S.; LOUREIRO, Marcello José G. A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 13-31.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

PAIVA, Eduardo França De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia F. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. 113-129.

PAULA, Leandro Francisco. *Negros no campo das armas: homens de cor nos corpos militares das Minas setecentistas (1709-1800)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

REIS, Liana Maria. Minas Armadas: Escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. *Varia Historia*, Revista de História do Departamento da UFMG, Belo Horizonte, n. 31, 2004.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Vol. 1. p. 25-53.

RIBEIRO, Mônica da Silva. Trajetória familiar e ampliação jurisdicional: o governo do primeiro conde de Bobadela na América portuguesa (1733-1763). In: GUEDES, Roberto (Org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2001. 83-96.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SILVA, Kalina Vanderlei. Os *Henriques* nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil: Tropas de Homens Negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII. *Estudos de História*, v. 9, n.2, 2002.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História São Paulo*, n. 169, p. 111-144, 2013.

_____. Sobre a “etnia crioula”: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia M. Graças; VENÂNCIO, Renato Pinto (Orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 71-96.

Enviado em: 21 de outubro de 2015

Aceito em: 19 de janeiro de 2016

Autor/Author:

ANA PAULA PEREIRA COSTA <anappcosta@ig.com.br>

- Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus de Diamantina. Desenvolve suas pesquisas com temas sobre escravidão, história militar e história das elites no Brasil colonial. É autora de *Corpos de Ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial: Vila Rica, 1735-1777* (FGV, 2014).
- PhD in Social History from the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Associate Professor at the Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus de Diamantina. Her researches are concentrated on themes such like slavery, military history and history of the elites in the colonial Brazil. She is the author of *Corpos de Ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial: Vila Rica, 1735-1777* (FGV, 2014).

El influjo anglicano en el mundo mapuche (1895-1960). Charles Sadleir en los albores del liderazgo mapuche post-reduccional*

*A influência anglicana no mundo mapuche (1895-1960).
Richard Sadleir no início do pós-reduccional
liderança mapuche*

*The Anglican influence on the Mapuche ethnicity.
Charles Sadleir in the dawn of Mapuche's
post-reductional leadership*

Miguel Ángel Mansilla**
Nanette Liberona***
Carlos Piñones****

Resumen: El artículo presenta la significatividad histórica del pastor protestante Charles Sadleir en el desarrollo inicial de movimientos mapuches políticos integracionistas de la primera mitad del siglo XX. Se expone su influencia en el despertar de la conciencia étnica mapuche, en el desarrollo de los liderazgos políticos, en la coyuntura de la lucha de clases, en el desarrollo de algunas legislaciones indigenistas y muestra finalmente el ocaso político de la Misión Araucana. De esta manera contrarresta la escasez de estudios actuales referidos al protestantismo indígena. Concluye reflexionando sobre la necesidad de estudios que documenten el protestantismo indígena y que lo enfoquen desde la perspectiva de su influencia en la política.

Palabras claves: mapuche; protestantismo; política; conciencia étnica; Misión Araucana; Charles Sadleir

* Este artículo es parte del proyecto FONDECYT de Iniciación n° 11140698.

** Sociólogo. Doctor en Antropología. Investigador INTE/Arturo Prat University, Iquique, Chile. <mansilla.miguel@gmail.com>

*** Doctora en Antropología y Sociología, Arturo Prat University, Iquique, Chile. <nliberonac@gmail.com>

**** Doctor en Antropología Médica de la Universitat Rovira i Virgili. <carlospinonesphd@gmail.com>

Resumo: O artigo apresenta a importância histórica do pastor protestante Charles Sadleir no desenvolvimento inicial dos movimentos políticos assimilacionistas mapuche, meia do século XX. Sua influência é exposta no despertar da consciência étnica mapuche, no desenvolvimento de liderança política, na presente conjuntura da luta de classes, no desenvolvimento de algumas leis indígenas e, finalmente, mostra o declínio político da Missão Araucana. Assim, contrariando a atual deficiência de estudos sobre o Protestantismo indígena. E, essa pesquisa reflete sobre a necessidade de estudos sobre] o protestantismo indígena, que o aborde em sua influência política.

Palavras-chave: mapuches; protestantismo; política; consciência étnica; Missão Araucana; Charles Sadleir

Abstract: The article presents the historical significance of the Protestant preacher Charles Sadleir in the initial development of Mapuche political integration movements of the first half of the twentieth century. Their influence is exposed in the wake of the Mapuche ethnic consciousness in the development of political leadership, at the juncture of the class struggle in the development of some indigenous laws and finally showing the political decline of the Araucana Mission. Thus counteracting the current shortage of studies on the indigenous Protestantism. It concludes by reflecting on the need for studies to document the indigenous Protestantism and the focus from the perspective of their influence in politics.

Keywords: Mapuches; protestantism; politic; ethnic consciousness; Araucana Mission; Richard Sadleir

Introducción

En Chile están bastante desarrolladas las investigaciones referidas al pentecostalismo indígena (MANSILLA, MUÑOZ, ORELLANA, 2014; MUÑOZ; MANSILLA, 2015). Sin embargo en relación al protestantismo indígena éstas son escasas, exceptuando algunas investigaciones referidas al trabajo de la Misión Anglicana entre los mapuches (FOERSTER, 1986; MÉNARD, PAVÉZ, 2007; ZAVALA CEPEDA, 2008). Cada una de éstas significa un aporte en sí mismo al realizar un abordaje especializado sobre el rol de las misiones anglicanas en el plano cultural, político y educacional. Sin embargo falta abordar la importancia que tuvo Charles Sadleir en la formación e influencia, tanto de líderes como de asociaciones mapuches.

Charles Sadleir fue una figura histórica muy significativa del protestantismo indígena en Chile. Él influyó al menos en tres generaciones de liderazgo mapuche. No obstante su centralidad en el ámbito político, las investigaciones que tratan sobre su obra se han preocupado más bien de su labor religiosa (BAZLEY, 1995) y no política. Dado el espacio, no nos adentraremos en la biografía de Sadleir ni en la Misión Anglicana, que algo de ello se puede encontrar en las

referencias bibliográficas aludidas. Sin embargo es necesario destacar que pese a la importancia que tuvo Sadleir entre los mapuches es muy difícil encontrar una biografía centrada en su persona en donde uno pudiera preguntarse: ¿Porque Sadleir tuvo un interés más político que evangelizador en su apoyo a los mapuches? – algo que regularmente hicieron los misioneros protestantes. Quizás porque el valor de la lucha o estrategia política lo aprendió en Toronto. Al respecto Bárbara Bazley informa: “Sadleir trabajaba como secretario privado de un miembro del Parlamento, y secretario del Consejo Ejecutivo de Legislatura del estado de Manitoba” (BAZLEY, 1995, p. 95) Otra pregunta que nos podemos hacer es sobre el interés de Sadleir de enseñar – e incluso traducir – la Biblia y el himnario en Mapudungun; ¿por qué mantuvo en un lugar secundario el español? Bazley también nos ayuda a deducir una respuesta al destacar: “Sadleir se graduó de teología del seminario Wycliffe en 1890 con el primer lugar en griego y latín, mostrando así los dones lingüísticos que iban a servir a la iglesia más tarde en Araucanía” (BAZLEY, 1995, p. 95). Es decir Sadleir logró comprender la lengua como un importante elemento transmisor de la cultura y los mapuches lograrían entender el valor de la Biblia, porque se percató de cuánto valoraban – pese a sentirse derrotados – los mapuches su lengua.

De esta manera, al valorar el aprendizaje del idioma y al aprender el mapudungun pudo darse cuenta de la importancia que los mapuches le asignaban sus tierras. Por ello, llama mucho la atención que un misionero protestante haya apoyado la defensa de los litigios de las tierras, los inicios de asociaciones mapuches y la formación de líderes mapuches. Sin el ánimo de sobrevalorar al misionero y menoscabar las capacidades de resistencia y de liderazgo político, social y cultural de los mapuches, se puede ver que tuvo una importancia crucial. Podríamos decir que es un sabio honorable¹, ya que establece una relación con los mapuches derrotados, humillados y desintegrados por el Estado chileno, ayudándolos en la defensa de sus tierras y promoción de su cultura a través de las organizaciones sociales. Sadleir ayuda a los hijos de los viejos caciques con la alfabetización, el acompañamiento y la orientación frente a los litigios de tierras y asociaciones

¹ Goffman, Irving. (1998). Sabio honorable es el concepto que utiliza Goffman para referirse a aquellas personas que se relacionan con los estigmatizados, para ayudarlos en su defensa y promoción. Los sabios honorables establecen una relación de valoración de los estigmatizados, pero además de vínculos e integración con la sociedad estigmatizadora.

indígenas². Esto, junto a otros aspectos, dará lugar a una nueva conciencia mapuche durante el siglo XX.

En este artículo abordaremos específicamente esa dimensión política de su labor, analizando la influencia de su persona entre los líderes mapuches de la primera mitad del siglo XX, desde la Misión Araucana, de la cual formó parte. Es muy difícil demostrar el impacto real, sólo podemos demostrar su influencia inicial. Para ello recurrimos a la bibliografía especializada de autores que abordan la temática mapuche en vínculo con el protestantismo y, más específicamente, con la Misión Anglicana. En segundo lugar, recurrimos a fuentes literarias y periódicos de la época, para abordar nuestro objetivo.

Charles Sadleir: El Mapuche Rubio

En 1895 llegan los primeros cuatro misioneros de la *South America Missionary Society* (SAMS) a la Araucanía, conocida como Misión Araucana (MA). Se estacionan en Quino, ubicándose definitivamente en Quepe, y en 1896 en Chol Chol. Cumplíase una década de haber ocurrido la vejación y derrota de los mapuches por parte del Estado chileno³. Al llegar Sadleir, “los viejos caciques estaban derrotados y vejados” (BENGOA, 2000, p. 383). Pronto Sadleir aprendería el idioma mapudungun y comenzaría a ayudar a los mapuches en sus litigios por sus tierras.

Los mismos informes que enviaba Sadleir a la SAMS destacan la usurpación de tierras de los colonizadores y la ausencia de respeto por los límites y fronteras mapuches establecidas por el Estado chileno (SAMS, Report 1905/6). Estas historias han quedado grabadas en la memoria histórica mapuche, lo que se hace manifiesto en un cuento publicado en 1951:

² Siendo Sadleir un misionero outsider, la relación que establece con la cultura mapuche llama mucho la atención. Esto se puede contrastar con un misionero insider como fue Braulio Mamani, quien llevó la religión evangélica, pero pentecostal, a su propia gente aymara, en los territorios del altiplano chileno. Ambos se contrastan notablemente. Dado que Mamani fue un iconoclasta de su propia cultura.

³ Tras la derrota militar de 1881, la sociedad mapuche cambió internamente, como también su relación con el Estado y la sociedad chilena. La refundación de Villarrica en 1883 fue el hecho que consolidó la ocupación de La Araucanía. Años más tarde, esta dinámica de cambios finalizó con la creación de las provincias de Malleco y Cautín, en 1887, las cuales fueron subdivididas en departamentos para su mejor administración. A partir de entonces, se dio inicio a un proceso de ocupación de tierras y a un importante plan de obras públicas consistente en la construcción de caminos, líneas férreas y telegráficas, fundación de ciudades y creación de escuelas, así como la instalación de nuevas denominaciones afectando la vieja toponimia del territorio mapuche (LLANCAVIL, et. al. 2015, p. 121).

por el año 1880 pude oír a mis padres contar que ese Kart Kolzenich recientemente había llegado a Chile y el Gobierno le concedió cien hectáreas para colonizar... al cabo de algunos años, se adjudicó un verdadero latifundio a pura bala: era despiadado hasta la temeridad. Desalojó a los indios que tenía a su alrededor (MANSOULET, 1951, p. 54).

Con el tiempo, Sadleir “se ganó la confianza de los mapuches y llegó a ser conocido como el mapuche rubio” (KESSLER, 1967, p. 134). La “evangelización lo hacía en *mapudungun* lo que implicó un intenso trabajo de traducción de la Biblia, catecismo e himnario a la lengua vernácula. En esta labor, fue central la colaboración del cacique Ambrosio Paillalef” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 22)

Sadleir participó en diversos parlamentos mapuche desde 1906, junto a otros destacados caciques como Ambrosio Payllalef, Domingo Paynefilu, Bernardo Namunkura y Gerónimo Melilla. La estructura de estos parlamentos se trataba “de una reunión con círculo sin centro y donde todos los participantes están a caballo” (FOERSTER, 2007, p. 109).

Uno de los mayores y más destacados legados de la MA, fue “la formación de muchos de los dirigentes indigenistas integracionistas” (BENGOA, 2000, p. 381). Aunque esta formación no fue accidental, ya que el “proyecto protestante era alcanzar a los hijos de los caciques” (FONSECA ARIZA, 2002, p. 189). La MA implicaba “una ideología modernizante e integracionista, pero con fuerte respeto y admiración por las costumbres, tradiciones y cultura de los mapuches” (BENGOA, 2000, p. 381).

Llegaron incluso a ganarse la crítica de los misioneros católicos, por permitir ciertas prácticas. El hecho que Sadleir haya tolerado la bigamia y el consumo de alcohol en algunos caciques, contrario a las enseñanzas protestantes, era más bien parte de la negociación simbólica, ya que la conversión y apoyo de los caciques brindaban al protestantismo legitimidad social y cultural frente a los mapuches.

Paralela a esta negociación, no obstante, se mantienen otras fronteras infranqueables, como es el caso del matrimonio entre misioneros y misionados, entre protestantes y católicos o entre anglos e indígenas, siendo ésta una postura compartida por los líderes misioneros protestantes (DUFÉY, 2000, p. 102). Para ellos las fronteras de sangre se tornan infranqueables: ni la conversión ni la civilización pueden cambiar la sangre. El ser anglo y el ser indígena (incluso chileno) se esencializa, constituyendo fronteras raciales de hierro.

Ante esto, Sadleir “será el líder religioso más influyente y pro-mapuche que todos los otros líderes protestantes y curas católicos que competían por participar e influir en la hegemonía del movimiento en defensa de la ‘raza’” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 24). Su participación da cuenta de la particular relación que establece Sadleir con los mapuches, avanzada para su época, pues se trataría, según García, de considerar al otro como un igual o un análogo; en palabras de Beuchot: “la analogía impide ver al otro como meramente conquistable y destruible” (GARCÍA, 2004, p. 231).

Sadleir “participará en numerosas comisiones para negociar las leyes indígenas con el gobierno, así como numerosos Congresos o Parlamentos Araucanos organizados por la Federación Araucana. Está presente también en las asambleas que dieron origen a esta organización entre 1921 y 1922” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 25).

Su participación política es destacada también por Ambrosio Paillalef: “un ejemplo ha sido el misionero Sadleir. Él está ayudando con las tierras. Del mismo modo, con nuestra Sociedad Caupolicán, por tal razón está organizando este congreso con el mejor propósito de estar mejor” (FOERSTER G., PAINEMAL 1983, p. 201). De igual forma, Manuel Aburto Panguilef recalca que “Sadleir era el único que tenía privilegio de estar con nosotros” (*El Mercurio*, 20 de enero de 1923, p. 14-15).

Por otra parte, los líderes mapuches *Sadleirianos* eran acusados de comunistas por los misioneros católicos capuchinos (*Diario Austral*, 22 de abril de 1927. p. 7). Esto no era del todo cierto, ya que hubo líderes como Coñuepan que era derechistas o como Aburto, que estando originalmente vinculado a la izquierda política, durante los años 40 se tornó anti-izquierdista (FOERSTER, MONTECINO, 1988; MENARD, 2001). De igual forma, Sadleir desconfiaba del comunismo, pero lo interesante es que existió un vínculo en más de un caso. Este “acercamiento mapuche-comunista, involucró a dirigentes formados por la Misión Araucana. Es el caso de Manuel Aburto Panguilef y Andrés Huichalaf. Este último en 1936 fue candidato a diputado por el PC” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 27). Posteriormente, Martín Painemal llegará a ser un líder comunista. Sadleir justifica el vínculo: “el comunismo está muy activo; llevándose a cabo la unión de los trabajadores con los campesinos, debido a sus deplorables condiciones económicas” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 27).

Esto obedeció especialmente al estilo personal de Sadleir, quien “asumió tareas que desbordan su ámbito de competencia religiosa,

comprometiéndose hasta en las reivindicaciones del movimiento mapuche de su época” (ANCÁN, 2007, p. 75). Por ejemplo, el año 1921 la Sociedad Caupolicán

propuso la conformación de una comisión que viajó a Santiago a demandar a las autoridades la liberación de las Contribuciones Municipales. En esta comisión se encontraba Sadleir [...] cuya gestión fue coronada por el éxito, lográndose la exención anhelada (FOERSTER G., MONTECINO, 1988, p. 35).

En el año 1924 todavía se discutía la violencia y la apropiación de las tierras mapuches por parte de los colonos. Los planteamientos de esta comisión fueron

exigir la suspensión de los remates de los terrenos fiscales para destinarlos a los mapuches; recomendar la subdivisión de la propiedad indígena y la fundación de un internado, de carácter agrícola e industrial para mapuches en Temuco (*Diario Austral*, 21 de Noviembre de 1924, p. 7).

En los últimos años de su vida, Sadleir muestra su frustración y desencanto por la situación mapuche, al señalar: “la población indígena sigue creciendo en sus ya saturadas comunidades y en muchos casos carece de medios de subsistencia. Los robos se vuelven más frecuentes, la falta de esperanzas y de trabajo favorece la criminalidad” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 182). Sadleir finalmente termina enojado con Manquilef por proponer la famosa ley de la repartición individual de las tierras. Al respecto Ambrosio Paillalef dice: “Sadleir se ha enojado con nosotros por hacernos un favor [...] A todos los del territorio los ha apadrinado como hijos y como hijas...es un *ülmen*⁴ que nos está ayudando” (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 201).

El Despertar de la Consciencia Étnica Mapuche

En este contexto de dominación, algunos líderes mapuches, como Manuel Neculmán, Manuel Manquilef, Vicente Kollio, Juan Katrilew, deciden fundar la *Sociedad Caupolicán Defensora de la Araucanía*

⁴Ulmen en mapudungun significa una persona digna de respeto e influyente, una persona honorable.

en 1910, en Temuco⁵. Su programa “tenía dos aspectos: defensa de la raza y educación para los mapuches. Era la expresión de un programa indigenista de fuerte contenido integracionista” (BENGOA, 2000, p. 41). En 1911 “se celebra su primer aniversario, en el cual participa Sadleir” (FOERSTER G., MONTECINO, 1988, p. 17), quien ya era parte de la sociedad. Uno de los cercanos colaboradores de Sadleir fue Ambrosio Payllalef, quien ayudó a Sadleir a traducir la Biblia al Mapudungun y, también, uno de los fundadores de la *Sociedad de Protección Mutua de Loncoche* (1916) junto a Manuel Aburto Panguilef. Esta sociedad será la futura *Federación Araucana* (1920).

Uno de los más grandes problemas de entonces era la usurpación de las tierras. Ambrosio Paillalef destaca en uno de sus discursos: “todas nuestras tierras han sido ocupadas, han usurpado nuestros territorios. Todos los días estamos frente a la justicia (*sic*) por nuestras tierras” (PAILLALEF, 2007, p. 200). La transgresión de los límites fronterizos por parte del Estado y de los colonos no era denunciada sólo por los líderes políticos y culturales, sino también por los mapuches comunes, que reclamaban sus derechos en la misma capital. Esto es importante destacar, porque no era sólo una presión del cacicazgo, de líderes influidos por las misiones anglicanas o bien por el comunismo, sino una necesidad sentida y experimentada por toda la nueva generación de mapuches, nacida en las reducciones.

En enero de 1916 el periódico evangélico *El Heraldo Cristiano*, publicó un artículo llamado *El clamor de Arauco*. El periódico expone que los mapuches aprovechan la asunción del nuevo Presidente de la República (Juan Luis Fuente, el 23 de diciembre de 1915) para exponer sus demandas. Evidenciándose un claro contraste entre el espectáculo de la asunción y la miseria de los desheredados de la tierra:

era una súplica conmovedora de los restos de aquella legión de héroes ... que escribieron con sus vidas la más grande epopeya de todo un continente. Esa súplica aureolada por una esperanza, implora justicia al Gobierno, en la creencia de que al iniciarse una nueva administración no quede muerta como tantas otras peticiones (*El Heraldo...*, 1916, p. 31).

⁵ La importancia de la SCDA ha sido subrayada por José Ancán: “La SCDA, junto a las otras organizaciones mapuche surgidas años posteriores, no sólo inaugura el discurso público mapuche contemporáneo y su relación con el Estado chileno, sino que –sin proponérselo– incorpora una interesante y persistente solución de continuidad entre la tradición mapuche independiente, personificada en la figura de las jefaturas tradicionales de los longko y las nuevas formas de detentar el poder en la sociedad mapuche. Este proceso es encabezado precisamente por aquellos a los que la historia oficial había condenado a esa especie de interdicto eterno: ‘civilizados a medias’, como Neculman, Mañkelef, Huenchullan, Coñuepan, Aburto Panguilef y por extensión, la mayoría de los dirigentes sociales mapuche contemporáneos” (ANCÁN, 2014, p. 27).

El clamor de Arauco nos permite entender la dicotomía que hay entre el mito del mapuche guerrero y la miseria del mapuche de carne y hueso. El primero es admirado y glorificado, en cambio el segundo es despreciado y estigmatizado. Al primero se le admira por defender sus fronteras, al segundo se le expropian sus tierras. La imagen del mapuche se desplaza entre el mito y la realidad, según los intereses del Estado y de los grupos dominantes. Como destacaba Manquilef “la inferioridad de nuestra raza está sólo en la mente del usurpador, seremos un pueblo atrasado; pero no somos raza inferior, sino desgraciada” (*Diario Austral*, 23 de Diciembre de 1916, p. 3). El periódico protestante, en relación a la tierra que les fue quitada, comunica: “nuestra civilización le llevó el alcohol en vez del silabario...el indio vejeta abandonado, soportando toda clase de abusos y humillaciones...Oprimidos por sus implacables opresores” (*El Heraldo...*, 1916, p. 31).

Un artículo publicado por un colono llamado Otto Berg expone el pensar de los colonos y el porqué de la transgresión de la frontera del territorio mapuche. Al respecto decía: “¿Cómo es posible que se permita que los terrenos más fértiles de estas provincias, que son el granero de Chile, permanezcan en manos de indios que no produzcan absolutamente nada, por cuanto están en el mismo estado en que los encontró Pedro de Valdivia?” (*Diario Austral*, 18 de Noviembre de 1946, p. 3) Casi a mediados del siglo XX todavía los hijos de colonos deseaban y envidiaban la tierra de los mapuches. Desde la perspectiva del progreso y la civilización, los mapuches aparecían como retrógrados e improductivos que se les debía expropiar las tierras. Tal como señalaba el periódico protestante: “el sueño de la tierra se ha transformado en una pesadilla... un fantasma horrible; la boca de la carabina criminal... la marca candente del colono que quiere estamparlo en su carne cual si fuere un animal: el can veloz del huinca...” (*El Heraldo...*, 1916, p. 32).

Los que más sufrían eran los indígenas que estaba en la frontera urbana: eran las tierras más deseadas y los mapuches más despreciados. Como destacan Foerster y Montecino, “el blanco se iba auto-aniquilando al contemplar cotidianamente al mapuche que moraría imperecederamente en los territorios que circundan la urbe y el obstáculo que presentaban en su idea de civilización y progreso” (FOERSTER G., MONTECINO, 1988, p. 278). Las injusticias, la marginalización y la segregación del pueblo mapuche se observa con mayor claridad en este espacio de linde, donde los colonos se apropian cada vez más de la tierra de los ancestros. Para los mapuches, el reclamar justicia era pedir protección sobre las tierras entregadas por el mismo Estado a los mapuches, para no ser

estafados por los colonos. Sin embargo, el Estado estaba de acuerdo con la expropiación. No obstante, siguen apelando al gobierno, “sino nos salvan, del arrebato de nuestras tierras, pequeñísimas propiedades: mañana será tarde” (*El Heraldo...*, 1916, p. 32). Al respecto, el mismo periódico protestante destaca:

no piden recuperar las tierras expropiadas; no piden los animales que les fueron arrebatados: piden sólo el pequeño girón de tierra que les queda, un asiento para su ruca y un sitio en donde sus huesos puedan reposar en paz después de la dolorosa jornada que les deparó el destino (*El Heraldo...*, 1916, p. 32).

Es posible entender el surgimiento de una nueva identidad étnica a partir del permanente clamor por la tierra, que se va a extender a la defensa de la “raza” y de la cultura mapuche. Así, aparece uno de los líderes mapuches más importante del siglo XX: Manuel Aburto Panguilef, también alumno de la Misión Araucana y Presidente de la *Federación Araucana*. Esta última, caracterizada por “un sello de reivindicación y resistencia cultural que impregnó todo su desarrollo y que quedó fijo en la memoria de su pueblo durante mucho tiempo” (FOERSTER G., MONTECINO, 1988, p. 33). En Aburto, “se fue articulando un discurso indigenista más radical que el de sus antecesores... Él está centrado en el tema de la tierra, la radicación, las usurpaciones, los atropellos que ocurrían diariamente en el campo” (BENGOA, 2000, p. 389). Este líder también organizó en 1917 un teatro político-cultural llamado *La Campaña Araucana*, realizado según ritualidades mapuches. Se trata de un marco relacional y de lucha de poder, en el cual surge esta nueva identidad étnica, “un producto de contextos sociales e históricamente estructurados” (MALDONADO, 2004, p. 32).

Aburto no sólo será un líder social, político y cultural, también será un intelectual mapuche. En el año 1920 comienza una serie de congresos mapuches que se extenderá anualmente hasta el año 1939. Estos 20 congresos serán de tremenda relevancia en todos los ámbitos, pero fundamentalmente simbólico, ya que le asignará sentido político al cacicazgo y logrará introducir aspectos relevantes de la cultura mapuche como los parlamentos, discursos, sueños, danzas y espacios rituales importantes: “era el maravilloso mundo de los *pneumas*, la explicación de las cosas que les ocurría con sus tierras” (BENGOA, 2000, p. 390). De esta manera, Aburto imprime en *La Federación Araucana* un accionar simbólico, político y religioso. Aburto hará renacer un

movimiento indigenista radical: preservación de la cultura mapuche, defensa de las tierras, no permitir los atropellos, representación directa frente a las autoridades, etc. Él es “quien estructura el discurso mapuche posreduccional, el discurso cultural de los campesinos mapuches” (BENGOA, 2000, p. 391). Él, de alguna manera, se presentaba como el cacique de caciques, “vestido con poncho de cacique y *tarilonco*, aconsejaba a la acción política, la participación de los mapuches en la política chilena” (BENGOA, 2000, p. 392). Ante el oprobio de la derrota y la humillación “muchos pueblos, han recurrido a prácticas mágico-religiosas, ensoñaciones mesiánicas e incluso la locura colectiva” (BENGOA, 2000, p. 394). En ese sentido, Aburto indujo a “los mapuches a la recuperación de su identidad con un movimiento de fuerte resonancia religioso-nativista, pero de fuerte raíz política” (BENGOA, 2000, p. 394).

En 1919 la agrupación denunció los atropellos de los cuales eran víctimas los mapuches, las flagelaciones e injusticias por parte de los “huincas” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 34). Sólo la insistencia, perseverancia y esperanza de los líderes mapuches lograban resistir a la indiferencia de los gobiernos de turno. Es por ello que “la organización apoyó en 1924 a Francisco Melivilu como diputado por el Partido Demócrata, formando parte del comité que propuso su candidatura” (*Diario Austral*, 2 de Febrero de 1924, p. 4). El esfuerzo fructificó: “Melivilu salió elegido diputado en ese mismo año, convirtiéndose en el primer parlamentario indígena de Chile” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 34).

El 12 de septiembre de 1924 se lleva a cabo un golpe militar en Chile, presidido por Luis Altamirano. En ese contexto, se reúne la Federación Araucana, liderada por Manuel Manquilef, Sadleir, Aburto, entre otros. Piden al Todopoderoso que ilumine el criterio del pueblo en bien del Gobierno Militar (*Diario Austral*, 21 de Noviembre de 1924, p. 5). Posteriormente redactan una solicitud a la Junta Militar con respecto a la miseria que vivía una comunidad Mapuche en la Cordillera de Nahuelbuta, terrenos prometidos por la misma Junta – según relata la solicitud (*Diario Austral*, 15 de Diciembre de 1924, p. 3). Luego, el Ministro del Interior del General Carlos Ibáñez del Campo envió un telegrama a la Intendencia de Temuco para “... reprimir la campaña sediciosa entre los indígenas, acusando a Manuel Cheuque, Manuel Aburto, Arturo Huenchullán de llevar a cabo un alzamiento y debían ser detenidos inmediatamente” (*Diario Austral*, 19 de Abril de 1927, p. 3). De igual forma, el Obispo Capuchino Guido

de Ramberga “condenó al comunismo que se acerca al indígena y le propone engañosamente el cielo y la tierra” (*Diario Austral*, 19 de Abril de 1927, p. 3). Finalmente, Aburto es puesto en la cárcel. Sin embargo, el Padre Ramberga, no conforme con su queja elaboró una carta pastoral dedicada exclusivamente a denostar a Aburto, donde lo trata de “hombre sin conciencia que trata de sembrar la irreligiosidad, la vuelta al paganismo y predica el odio... es un espíritu malo, un seductor para su pueblo... trayendo al campo araucano la cizaña del comunismo” (*Diario Austral*, 22 de Abril de 1927, p. 2).

A pesar de esto, Aburto no se desalentó. Por el contrario, fue más atrevido, ya que en 1932 llega al punto máximo de su reivindicación proclamando la República Indígena (MENARD, 2001; MENARD, PAVEZ, 2005). De igual forma, continúa haciendo congresos y revitalizando las antiguas costumbres mapuches, hasta su último congreso en 1939. Así fue como “el indigenismo radical de Aburto se constituyó en el principal movimiento cultural mapuche de este siglo; supo combinar la fuerza del grito racial mesiánico, con la cuestión social y popular chilena” (BENGOA, 2000, p. 398). La fuerza de su mensaje fue “la defensa de la lengua mapuche, que se transformó en un elemento central de su discurso: era la base para preservar la cultura” (BENGOA, 2000, p. 391). Y “es por ello que hoy día se lo recuerda y define como un hombre religioso, un “místico”, que recorrió los campos de la Araucanía, predicando la defensa de la raza, de la tierra, de la lengua, de las tradiciones; fue el primer predicador de la resistencia étnica radical” (BENGOA, 2000, p. 391).

Estamos frente a un proceso de etnicidad, en el que se trata de resaltar una parte de la historicidad mapuche, como una forma de contrarrestar a su imagen deteriorada. Aburto “visualizó de otra forma las tierras mapuches. Las concibió no sólo como propiedad o tierra de producción, sino también como sitio de memoria histórica y reproducción cultural. La tierra no puede separarse de la cultura ni de la identidad étnica” (MALLON, 2004).

El Liderazgo Político

Manuel Mañkelef “fue uno de los primeros alumnos de la Misión de Kepe... educado y evangelizado por los misioneros anglicanos, quizás el propio Sadleir” (ANCÁN, 2007, p. 75). Manquilef estableció una relación cercana con Sadleir y a la vez será profesor en la SAMS, enseñando el idioma mapuche en 1908 en el Internado Araucano en

Quepe. Escribió el libro *Las Tierras de Arauco*, “en la que defendía al mapuche de la estigmatización” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 82). Destaca que el propósito del libro era “demostrar el raciocinio de la raza: su fantasía imaginativa y creadora, demostrando su característica sentimental y hombres previstos de un alma con conocimiento, sentimientos y pensamiento análogos a las razas más cultas y poderosas de la tierra” (MANQUILEF, 1911, p. 14). Fue uno de los primeros representantes mapuches, que ocupó un escaño en el Parlamento junto a Francisco Melivilu, del partido Liberal Democrático. Fue elegido diputado entre 1926 a 1930. Fue parte en la Comisión Permanente de Educación Pública e integró la Comisión Permanente de Agricultura y Colonización. Reelecto diputado por el periodo 1930 a 1934 y luego Gobernador de Lautaro de 1936 a 1937. Continuó integrando la Comisión Permanente de Agricultura y Colonización. Murió en 1952 (ANCAN, 2014) asumió la presidencia de la Sociedad Caupolicán en 1916, quien le imprimió un nuevo matiz: “no sólo demandará educación para el mapuche, sino que le dará cuerpo a las exigencias indígenas para superar sus problemas de la constitución de la propiedad” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 22). Sus discursos deconstruyen esa imagen negativa del bárbaro sin alma, para situarlos al mismo nivel de “lo occidental”. La Sociedad Caupolicán tuvo su mayor periodo de actividad en los años veinte, en que se transformó en la expresión del indigenismo integracionista. Manquilef, como presidente de esta asociación, presiona por la dictación de una ley indígena que, entre otras cosas, contemple la división de las comunidades; esta ley se dicta en 1927. “Manquilef, al igual que muchas personas en esa época, consideraba que este era el medio más adecuado para lograr la rápida integración del indígena a la sociedad chilena” (BENGOA, 2000, p. 385). Con este fin Manquilef defiende a su pueblo, sin embargo, no tiene una buena concepción del mismo: “seremos un pueblo atrasado; pero no somos raza inferior... pero algunos malos gobernantes de la República debilitaron nuestra raza alcoholizándola, y nos sumió en la miseria arrebatándonos nuestras tierras” (Diario Austral, 23 de Diciembre de 1916, p. 3).

Manquilef concibe y critica al Estado desde una metáfora paternalista: “fue un padre que se transformó y se convirtió en corruptor para arrebatarse a su pupilo, sus inmensos campal e innumerable ganado... lo pervirtió con toda clases de vicios” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 88). Al considerar al Estado como “un padre”, se está haciendo una analogía, en el sentido de que el pueblo mapuche es una alteración de “lo Mismo”, como lo expresa García, ya que la representación

generalizada de los indígenas es la de una alteridad, cuya cultura es esencializada y asociada a valores negativos. Esta representación del otro es privativa de la alteridad y “pone de manifiesto la violencia implícita en la representación del otro como alteración de lo Mismo” (GARCÍA, 2004, p. 223).

Uno de los políticos indígenas más brillantes de esta época fue Venancio Coñuepan. Recibió educación formal de la MA instalada en Chol Chol, “acceder a este tipo de educación a comienzo del siglo XX, que en lo substancial significaba dominio hablado y escrito del castellano, era un privilegio que muy pocas personas mapuches podían acceder” (ANCÁN, 2007, p. 209). En el año 1938, en el contexto de la campaña política del candidato y posterior presidente de Chile Pedro Aguirre Cerda, Coñuepan creó y fue presidente de la Sociedad Caupolicán. Fue electo diputado por Temuco, en 1945-1949, 1949-1953 y 1965-1968. Durante el Gobierno de Carlos Ibáñez del Campo integró las Comisiones Permanentes de Agricultura y Colonización (1947-1952), de Economía y Comercio (1949-1952) y de Agricultura (1965-1968), aunque el último periodo no lo alcanzó a terminar, ya que muere en 1967. También fue parte de la Comisión Especial Investigadora del Ministerio de Tierras y Colonización, en 1950 de la Cámara de Diputados (MARIMÁN, 2007). La problemática mapuche es asumida e incluida en los proyectos políticos, pero únicamente a condición de ser integrada a la sociedad chilena. Vemos entonces cómo los líderes mapuches se hacen parte de esa sociedad, aunque se evidencia a su vez una frontera de clase, en la que ellos, letrados e hijos de caciques, se relacionan con los de su clase, traspasando las fronteras étnicas y participando en el aparato de poder. En contra parte, los indígenas campesinos, permanecen al margen de las decisiones, confinados en la clase empobrecida, al otro lado de la frontera social.

Coñuepán pertenece a la segunda generación de líderes mapuches postreduccional. Estos líderes “fueron mapuches que no clamaron una dádiva del huinca, sino que, desde una situación de independencia y de éxito económico, interpelaron por la igualdad de su pueblo dentro de la sociedad chilena” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 30). Ellos inauguran un tipo de indigenismo integracionista moderno. Una vez que aparece la figura carismática y pragmática de Coñuepán, los líderes anteriores como Aburto y Painemal se eclipsan, “porque Venancio Coñuepán superó a todos los dirigentes, como una especie de Lautaro de la época” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 30). A fines de 1944 Coñuepán se presentó por tercera vez como diputado, pero “su estrategia

política fue diferente: ya no como independiente sino con el movimiento Ibañista, donde siempre participó activamente como máximo dirigente zonal. Su programa era una mezcla de indigenismo y campesino” (*Diario Austral*, 2 de Marzo de 1945, p. 15). Aunque el contenido indigenista es más fuerte (*Diario Austral*, 4 de Marzo de 1945, p. 11). Lo llamativo es que fue uno de los pocos líderes mapuches, formado en la MA y que se definía protestante, que no pidió el apoyo de los evangélicos de la zona⁶. En las elecciones para diputados de 1965, Coñuepan salió nuevamente electo. Su campaña no hizo referencia al problema indígena, sino más bien a su trayectoria pública. Específicamente la campaña decía “enviemos al Parlamento hombres experimentados y con fuerte arraigo en la tierra”. Se profundiza la brecha entre una elite mapuche y el pueblo mapuche, que seguía siendo vapuleado y expoliado.

Líderes como Coñuepan

eran atractivos, para la mayoría de los mapuches, porque representaba al arquetipo del cacique. Por ello no es de extrañar los numerosos votos que podía obtener de ellos, ya que era muy difícil que en la zona tuviera apoyo electoral de los *huincas* de la zona, imbuido por toda clase de prejuicio contra el mapuche (FOERSTER, 1988, p. 18).

La gente percibía a “Coñuepan como portador de tres atributos importantes según los preceptos ancestrales: era descendiente directo de (jefe principal); un *ülmen* (prestigioso y acaudalado) y un *wewpife* (buen orador)” (ANCÁN, 2007, p. 209). Otro aspecto que pone en evidencia el arrastre de Coñuepan como figura carismática (más que política) “son los escasos votos que obtienen los otros mapuches en el partido conservador” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 18). Los hijos de caciques fueron puentes, primero abrieron las fronteras para la invasión armada, legitimándola bajo el pretexto de la integración (BENGOA, 2000; FOERSTER G., MONTECINO, 1988) y luego negociaron la integración cultural y política, cuyo beneficio directo recibieron sólo ellos, mientras que el pueblo mapuche es segregado en los confines del otro lado de la frontera.

⁶ De los pocos grupos evangélicos, de línea Pentecostal, con activa y declarada participación política partidista, como el Ejército Evangélico Chileno decide apoyar Jaime Larrain, otro derechista, quien finalmente sale elegido (*Diario Austral*, 03 de abril de 1945, p. 7 e *Diario Austral*, 04 de abril de 1945, p. 11).

Entre la Etnicidad y la Lucha de Clases

Martín Painemal, alumno de la Misión Araucana, dirigente del Partido Comunista, fue uno de los creadores de *La Asociación Nacional de Indígenas* (ANI), primera agrupación mapuche de definida orientación política partidista. La organización se fundó en 1952 con la realización del Primer Congreso Nacional Mapuche, en Temuco. Su líder fue Martín Painemal” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 250). Será uno de los últimos líderes influenciado por Sadleir y la MA, que se enfocará principalmente en las fronteras de clase, vinculando la etnicidad con la lucha de clases.

Las organizaciones mapuches abandonarán a Coñuepán, quien no consiguió el prometido apoyo oficial para su pueblo, perdiendo protagonismo la Corporación Araucana. La ANI se aliará con la CUT (Central Unitaria de Trabajadores), que aspiraba a organizar en una sola Central a todos los mapuches, por la reconquista de las tierras y otras consignas, produciéndose un vínculo entre organizaciones mapuches y el Partido Comunista. Así se estrechan relaciones entre mapuche y campesinado, mapuches y obreros o mapuches y sectores populares. Pero la cuestión mapuche se confunde con los problemas del campesinado y continúa extendiéndose la frontera interna entre el Estado chileno y el Pueblo mapuche. Con el gobierno derechista de Jorge Alessandri, el 29 de diciembre de 1960 se autorizaba la división de las comunidades y una vez más la expropiación legal de unas 100.000 hectáreas de tierras mapuches. Los minifundios “sólo multiplicaba la eterna pobreza y desaparecimiento de la raza mapuche” (FOERSTER, MONTECINO, 1988, p. 285).

En diciembre de 1953, se efectuó en el local del Ateneo Popular la primera plenaria del Congreso de la CUT, en donde participa la ANI, allí:

fueron reconocidos los héroes mapuches: Caupolicán, Lautaro y Colo-Colo, los recientes líderes Aburto Panguilef y Jacinto Cayuqueo, junto al líder obrero Luis Emilio Recabarren y los mártires indígenas y campesinos de Ranquil⁷, Segundo Leiva Tapia y Bascuñán Zurita, para que integraran el presidium de honor del torneo (*El Siglo*, 21 de diciembre de 1953, p. 6).

⁷ Se refiere a la Masacre de Ranquil donde el 6 de julio de 1934 son acribilladas entre 150 y 200 campesinos e indígenas por la policía de la ciudad de Temuco.

Las principales demandas de la ANI eran “abolir toda discriminación racial, la conservación de la cultura mapuche y la reconquista de las tierras” (SAAVEDRA, 2002, p. 72). El traspaso de la frontera simbólica que practican los líderes mapuches es producto de la movilidad identitaria que puede darse “en la medida en que los sujetos comparten y viven otros niveles de identidad (la identidad individual, de clase, de género, y otras)” (MALDONADO, 2004, p. 32). Es así como los líderes que luchan por la emancipación y los derechos del pueblo mapuche, actúan en un terreno (el del poder político) del que también son parte.

Martín Painemal “vivió siempre en lucha, luchó en el Frente Único Araucano, en la ANI, y en los Congresos en las Asambleas” (FOERSTER, PAINEMAL, 1983, p. 84). “En 1961 la ANI participó en un congreso de organización campesina en Santiago resolviendo crear una sola organización refundida en la Federación Nacional Campesina e Indígena (FCI)” (SAAVEDRA, 2002, p. 72). Las alianzas generadas por Painemal ilustran las identidades móviles de estos líderes. La etnicidad va a ayudar a fortalecer las ideas reivindicativas y promover la participación política, pero también va a hacer más flexibles las fronteras sociales y culturales.

En la década de 1960 se producen organizaciones campesinas en torno a la Reforma Agraria. En ese contexto se formó la Confederación Nacional Mapuche, que reunió a 48 asociaciones regionales mapuches. Esto se realizó en el Congreso Mapuche en 1960 en la ciudad de Ercilla. Las movilizaciones y corrida de cerco de fines de 1960 y los años del Gobierno de la Unidad Popular (UP) permitieron a los mapuches la recuperación de tierras, aunque transitoriamente. Durante el gobierno de la UP “se creó la ley indígena n° 17.729 y con ella el Instituto de Desarrollo Indígena (IDI) para apoyar el desarrollo social, educacional y cultural del pueblo mapuche. El año 1973 con el golpe militar quedan prohibidas todas las organizaciones mapuches” (SAAVEDRA, 2002, p. 72). Esto reafirma la existencia de las múltiples fronteras y la idea de que el pueblo mapuche permanece en la posición desfavorable dada por las relaciones asimétricas de poder. La prohibición de las organizaciones será un manto negro para este pueblo que es cada vez más arrinconado y despojado.

El Ocaso Político de la Misión Araucana

El abandono de la MA no se debió sólo a los efectos de la segunda guerra mundial, sino al enfoque político y cultural que le dieron Sadleir

y Wilson, que nunca gustó a la SAMS. En la práctica, la Misión “imbricó lo religioso con lo económico; por lo visto el paso esperable era que los sujetos operaran en una sociedad moderna, civilizada en los nuevos contextos republicanos y moralmente cristiana” (MARIMÁN, 2007, p. 142). Se puede destacar el respeto que la MA tuvo hacia la cultura mapuche. Sin embargo, no se puede desconocer la frontera de hierro de las “razas” expresada en el ámbito conyugal: “los lazos conyugales al interior de la misión, consta que estos responden a una estricta endogamia racial” (MENARD, 2009, p. 131).

La “raza” como frontera fue impenetrable, la comunidad religiosa estaba separada por una comunidad de sangre, que nada, ni siquiera un plan divino, lo alteró. La conversión religiosa, la educación, la movilidad social: nada transgredió la frontera racial. Hubo dos conceptos de “raza” bien notorios: la “raza” anglosajona representada en los misioneros y la “raza” mapuche en los misionados. Al respecto, Sadleir contribuye a su manera:

presenta una raza (mapuche) representada por los dirigentes aristocráticos, vestidos con urbana elegancia y convencidos de la vigencia de su autoridad, así como de una autonomía racial y política frente al Estado chileno, los caciques encontrarán en el proyecto anglicano una alternativa de negociación más atractiva que la ofrecida por el proyecto mestizo (MÉNARD, PAVÉZ, 2007, p. 28).

Así, la “raza” mapuche está representada oficialmente por estos agentes, pero la frontera “racial” existe con los que están más allá de la zona fronteriza adyacente. Es más, se perpetúa la figura dicotómica, instrumental al poder colonial, de una frontera entre civilizado y bárbaro, al evitar las uniones interraciales en instituciones como el matrimonio o la escuela.

La MA sufrió de la escasez de pastores y predicadores debido al nulo reconocimiento del liderazgo religioso mapuche⁸ y la escasez de templos anglicanos en tierras mapuches. Quizás ese fue uno de los motivos por los que los líderes mapuches, pese a la influencia misional protestante, nunca se presentaron como protestantes desde el discurso político y cultural. Esto se puede apreciar en uno de los líderes que más cerca estuvo de ser misionero protestante: Manuel Aburto Panguilef. Así lo afirma él mismo:

⁸ Recién en el año 1994 fue ordenado el primer obispo auxiliar anglicano mapuche al pastor Abelino Peleo. Y en 1998 fue ordenado, por primera vez como obispo anglicano para Chile, el Pastor Héctor Zavala (BAZLEY, 1995)

soy fruto de la Misión Araucana dirigida por el reverendo Sadleir, actual presidente honorario del Federación Araucana, después fui enviado a Valdivia a trabajar con el misionero H.I. Weiss, en donde Alberto Dawson me dio instrucciones sobre teología, en donde ayudé en la prédica del Evangelio en Río Bueno y Osorno... me retiré en 1905 (*El Mercurio*, 20 de enero de 1923, p. 14-15).

Pero también tiene que ver con el carácter intelectualista y abstracto de las enseñanzas de la Biblia, estableciéndose una frontera simbólica (Bíblica) que separa la cultura anglosajona de la mapuche. Es decir, la Biblia nunca tuvo un énfasis cultural, político ni económico aplicado a la realidad “brutal” que vivían los mapuches. Así lo expone Eusebio Painemal, otro aprendiz de predicador, a quien también incentivaban para ser pastor, que se percató de las críticas que aparecían en la Biblia con respecto a los ricos, opresores y terratenientes y como los misioneros obviaban estas enseñanzas⁹.

Pese a la particularidad de Sadleir en su relación con los mapuches, está la vigilancia de los poderosos para que estos misioneros no se constituyan en profetas de la revolución indígena. En este escenario aparece Agustín Edward, quien ayuda a Sadleir a comprar un fundo de 250 hectáreas para la MA, dado que ninguna religión fuera de la católica podía adquirir bienes, entonces lo adquirió Sadleir, con la ayuda de Edward a su nombre (BAZLEY, 1995, p. 105). Es en aquel fundo donde Sadleir se retira en 1916 para volcarse a la traducción de la Biblia e himnarios al Mapudungun y donde finalmente muere en 1935. La figura de Sadleir es polémica respecto de la propiedad de la tierra. Sergio Caniuqueo señala que existió una estrecha relación entre la “Sociedad Araucana” y la “Comisión Radicadora de Indígenas” y denuncia que

los dirigentes, acusan a estos funcionarios de la pérdida territorial que sufrieron y de la cual se benefició la Iglesia Anglicana; La iglesia anglicana recibió las tierras, pero no podía legalizarlas sin caer directamente en un fraude, así que buscaron una estrategia para salir lo más limpio de la usurpación. Para ella confabularon con Manuel Concha, funcionario, protector de indígena, el señor Sangler (sic), representante de la misión, le compró las tierras al señor Concha, tierras que la misión más adelante vendió a Dancan Ford. La comunidad afectada, directamente, fue la Fernando Hueche (CANIUQUEO, 2006, p. 164).

⁹ Al respecto se puede ver con más detalle un testimonio detallado en FOERSTER (1986, p.20-23).

Esta visión contradictoria de Sadleir también la tiene la historiadora anglicana al decir:

es la paradoja más extraña de nuestra obra que mientras Sadleir sentía profundamente las injusticias relacionadas con las tierras indígenas, y trabajaba incansablemente para defender sus derechos contra los huincas, sin embargo aceptó este suelo inicialmente en su nombre. Y este fundo sería causa de dificultades y resentimientos durante todo el periodo en que la Misión Araucana lo administraba (BAZLEY, 1995, p. 105).

De igual forma, el hecho de que sólo en las iglesias rurales los mapuches anglicanos pudiesen ser pastores, demuestra otra paradoja. La migración a la ciudad va a evidenciar que las fronteras de este sistema interétnico siempre fueron desiguales. De esta manera, en la ciudad, los pastores sólo son ingleses, porque las fronteras coloniales construidas durante siglos son más rígidas. Pese al respeto que la MA mostró a la cultura mapuche, la civilización estaba presente y se manifestaba: “por vestirse de terno, convertirse al cristianismo, manejar tractores o escribir a máquina, los sujetos no dejan de pertenecer a su raza. Se trata de una raza que moderniza y no de una modernidad que se racializa” (MENARD, 2009, p. 132). La misión, en consecuencia, “seguía unida a la mentalidad colonial. Incluso aunque no se concibiera como ejercicio imperialista, estaba impregnada de un paternalismo teñido de etnocentrismo” (DE LA FUENTE, 2010, p. 9). Y “considerando a los mapuches siempre con desprecio y distancias... primitivos y flojos... e indios salvajes” (DUFEY, 2000, p. 107).

Si pudiéramos sintetizar la influencia del discurso anglicano en la cotidianidad, la construcción identitaria post-reduccional en el seno del pueblo mapuche de fines del siglo XIX y principios del XX, serían: la valoración del mapudungun; el reforzamiento cultural y, su redefinición, política del cacique; la centralidad y significación de la tierra desde el discurso bíblico; la lectura bíblica y la centralidad del rol del profeta en el contexto revolucionario y, contradictoriamente, el reforzamiento de la raza. Paradojalmente, la concepción de raza influyó en el renacimiento del discurso político y cultura mapuche de forma notoria, al redefinirse la concepción de raza, y posteriormente, la de nación mapuche.

Conclusiones

Como hemos podido mostrar, la presencia de Charles Sadleir, a través de la Misión Araucana, tuvo un influjo significativo en la vida

política mapuche al contribuir con el despertar de su conciencia étnica, con el desarrollo de los liderazgos políticos y el establecimiento de alianzas más o menos perdurables con entidades políticas del mundo no indígena.

Al documentar este episodio de la historia religiosa desde el prisma de su participación en la vida política del pueblo mapuche chileno, pretendemos contrarrestar la escasez de estudios sobre el protestantismo indígena y a la vez, descentrar la mirada del ámbito de la religiosidad, los paternalismos y la vida misionera y educativa en que mayoritariamente se centran. A pesar de aquello, constatamos que no se escapa del arquetipo misionero que se auto-concibe como superior y los otros como inferiores esencialmente. No obstante el valor de la formación e influencia del liderazgo es significativo.

En efecto, mientras las retóricas de la etnicidad tienden a hacer referencia a un sujeto purificado de los influjos foráneos, aquí se puede observar cómo el movimiento mismo del rescate de los orígenes, en la producción de la identidad étnica, está empapado también por el influjo de sujetos, que siendo externos, han sabido contribuir en el fortalecimiento interno de la identidad cultural, hasta en los momentos más difíciles.

Referencias

ANCAN, José. De kúme mollfüñche a “civilizados a medias”: liderazgos étnicos e intelectuales mapuche en la Araucanía fronteriza (1883-1930). *Polis*, Santiago, v. 13, n. 38, 19-44, set. 2014. Disponible em: <<http://polis.revues.org/10013>>. Acceso em: 15 mar 2016.

_____. Misiones, máquinas y memorias. Algunos apuntes sobre el álbum fotográfico de la Misión Anglicana de Kepe. In: MÉNARD, André; PAVÉZ, Jorge (Orgs.). *Mapuches y Anglicanos*. Vestigios fotográfico de La Misión Araucana de Kepe, 1896-1908. Santiago: Ocho Editores, 2007. p. 69-76.

BAZLEY, Bárbara. *Somos Anglicanos*. Santiago: Imprenta Editorial Interamericana, 1995.

BENGOA, José. *Historia Del Pueblo Mapuche (siglo XIX y XX)*. Santiago: Lom Ediciones, 2000.

CANIUQUEO, Sergio. Siglo XX en Gulumapu: De la fragmentación del wallmapu a la unidad nacional Mapuche. 1880 A 1978. In: MARIMAN, Pablo; CANIUQUEO, Sergio; MILLALÉN, José; LEVIL, Rodrigo (Orgs.). *Escucha Winka*. Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro. Santiago: LOM, 2006.

DUFÉY, Alberto. *La Emigración Suiza en la Araucanía*. Un Caso de Integración Acelerada. Aspectos Socioeconómicos. Victoria: Impresos Regional, 2000.

FOERSTER, Rolf. La Misión Anglicana, Primera Iglesia Protestante Entre Los Mapuches. *Nüttram*, Temuco, v. II, n. 1, p. 14-28, 1986.

_____. Las organizaciones mapuches bajo el gobierno de Frei. *Nütram*, Temuco, v. III, n. 3, p. 14-45, 1988.

_____. ¿Último longko o cacique malonero? Contra-imaginarios de Manuel Olasxoaga y Ambrosio Payllalef. In: MÉNARD, André; PAVÉZ, Jorge (Orgs.). *Mapuches y Anglicanos*. Vestigios fotográfico de La Misión Araucana de Kepe, 1896-1908. Santiago: Ocho Editores, 2007. p. 107-114.

FOERSTER, G. Rolf; MONTECINO, Sonia. *Organizaciones, líderes y contendas Mapuches: 1900-1970*. Santiago: Ediciones CEM. 1988.

FOERSTER, G. Rolf; PAINEMAL, Martín. *Martín Segundo Painemal: Vida de un dirigente Mapuche*. Santiago: GIA. 1983.

FONSECAARIZA, Juan. *Misioneros y Civilizadores: Protestantismo y modernización en el Perú, 1915-1930*. Santiago: Fondo Editorial PUCP, 2002.

GARCÍA, Pedro Enrique. La representación del otro: Figuras de la alteridad en la conquista de América, una propuesta fenomenológica. Trabajo presentado en el VII Congreso Internacional de Fenomenología, “Interculturalidad y Conflicto”, organizado por la Sociedad Española de Fenomenología, en la Universidad de Salamanca (España), 2004.

GOFFMAN, Irving. *Estigma, la identidad deteriorada*. Argentina: Amorrortu Ediciones, 1998.

KESSLER, Juan. *A Study of the older protestant missions and churches in Peru and Chile*. Oosterbaan & Le Cointre, 1967.

DE LA FUENTE, Eloy. Edimburgo 1910: La Misión Llama a La Unidad. Misiones Extranjeras. *Revista de misionología*, v. 239, p. 591-608, 2010.

LLANOAVIL LLANCAVIL, Daniel; MANSILLA SEPULVEDA, Juan; MIERES CHACALTANA, Manuel et al. La función reproductora de la escuela en la Araucanía, 1883-1910. *Rev. Austral de Ciencias Sociales*, Valdivia, n. 28, p. 117-135, 2015.

MALDONADO, Bello. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina: La acción colectiva de los Pueblos Indígenas*. Santiago: United Nations Publications, 2004.

MALLON, Florencia. *La sangre del copihue: la comunidad Mapuche de Nicolás Ailío y el Estado Chileno 1906-2001*. Santiago: Lom Ediciones, 2004.

MANQUILEF, Manuel. Comentario del Pueblo Araucano (La Faz Social). *Revista Folklore Chileno*, Santiago, v. II, n. 14, 1911.

MANSILLA, Miguel; MUÑOZ, Wilson; ORELLANA, Luis. Los dilemas comunitarios y étnicos y religiosos: Las investigaciones antropológicas del pentecostalismo Aymara y Mapuche en Chile (1967-2012). *Estudios atacameños*, Antofagasta, v. 49, n. 1, p. 153-75, enero 2014.

MANSOULET, J. El Hombre de las serpientes (Cuento). *Travesía*, v. 17-18, n. 1, p. 54-62, 1951.

MARIMÁN, Pablo. La Misión Kepe. Conquista y evangelización. In: MÉNARD, André; PAVÉZ, Jorge (Orgs.). *Mapuches y Anglicanos*. Vestigios fotográfico de La Misión Araucana de Kepe, 1896-1908. Santiago: Ocho Editores, 2007. p. 137-44.

MENARD, André. Manuel Aburto Panguilef De la República Indígena al sionismo mapuche. *Working Paper*, Series 12, 2003. Disponible em: <http://www.mapuche.info/wps_pdf/Menard030200.pdf>. Acceso em: 15 de mar. 2016.

_____. Una raza, dos imaginarios: Los problemas de la verdad racial. *Archivos: Revista de Filosofía*, v. 4, 127-136, 2009.

MENARD, André; PAVÉZ, Jorge. El Congreso Araucano. Ley, raza y escritura en la política mapuche. *Política*, n. 44, p. 211-232, otoño, 2005.

_____. (Orgs.). *Mapuche y Anglicanos: Vestigios fotográficos de la Misión Araucana de Kepe, 1896-1908*. Santiago: Ocho Libros Editores, 2007.

MARIMÁN, Pablo. La Corporación Araucana (1946-1950): En el Quehacer del Diputado Venancio Coñuepán [en línea]. Santiago, Chile: Universidad de Chile – Facultad de Filosofía y Humanidades, 2007. Disponible em: <<http://www.repositorio.uchile.cl/handle/2250/108972>>. Acceso em: 15 de mar. 2016.

MUÑOZ, Wilson; MANSILLA, Miguel. Conflacionismo Epistemológico: Los estudios sobre el Pentecostalismo Aymara en Chile (1975-1998). *Cinta de Moebio*, Santiago, v. 52, p. 1-16, 2015.

PAILLALEF, Ambrosio. ‘Mensaje de un cacique’. La Aurora Araucana. In: MÉNARD, André; PAVÉZ, Jorge (Orgs.). *Mapuches y Anglicanos*. Vestigios fotográfico de La Misión Araucana de Kepe, 1896-1908. Santiago: Ocho Editores, 2007. p. 200-202.

SAAVEDRA, Alejandro. *Los Mapuche en la Sociedad Chilena Actual*. Santiago: Lom Ediciones, 2002.

SAMS, Report 1905/6. Apud KESSLER, Juan. *A Study of the older protestant missions and churches in Peru and Chile*. Oosterbaan & Le Cointre, 1967. p. 77.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. Los colonos y la escuela en la Araucanía: Los inmigrantes europeos y el surgimiento de la educación privada laica y protestante en la Región de La Araucanía (1887-1915). *Universum*, Talca, v. 23, n. 1, p. 268-286, 2008.

Periódicos:

Diario Austral, Temuco, 2 de feb. 1924, 4.

Diario Austral, Temuco, 18 de nov. 1946, 3.

Alianza Popular Libertadora. Venancio Coñuepan. *Diario Austral*, Temuco, 2 de mar. 1945, 15.

Candidato de la Raza. Venancio Coñuepan. *Diario Austral*, Temuco, 4 de mar. 1945, 11.

Ecos del Congreso Araucanista. Discurso de don Manuel Manquilef. *Diario Austral*, Temuco, 23 de dic. 1916, 3.

El clamor de Arauco. *El Heraldo Cristiano*, enero 1916, p. 31-2.

Evangélicos apoyan a candidatura senatorial de D. Jaime Larraín. *Diario Austral*, Temuco, 3 de mar. 1945, 7.

La Asamblea Araucana de Metrenco fue todo un éxito. *Diario Austral*, Temuco, 22 de abr. 1927, 7.

La Cizaña cunde en el campo de Arauco. *Diario Austral*, Temuco, 16 de feb. 1927, 3.

La Federación Araucana, pide al Gobierno una mejor atención de los intereses de sus afiliados. *Diario Austral*, Temuco, 21 de nov. 1924, 7.

Mapuches y campesinos conquistaron férrea unidad en Congreso de Temuco. In: *El Siglo*, Santiago, 1953, 6-7.

Nuestros Araucanos los mayores productores de Cautín. In: *Diario Austral*, Temuco, 19 de abr. 1927, 3.

Sobre la situación de los ocupantes de Pellahuen. In: *Diario Austral*, Temuco, 15 de dic. 1924, 3.

Una entrevista con el presidente don Manuel Aburto Panguilef. Su origen, los fines que persigue la Federación Araucana de Loncoche. In: *Diario El Mercurio*, Santiago, 20 de enero 1923, 14-15.

Recibido: 08 de enero de 2016
Aprovado: 01 de marzo de 2016

Authors/Autores:

MIGUEL ÁNGEL MANSILLA <mansilla.miguel@gmail.com>

- Sociólogo. Doctor en Antropología por la Universidad de Tarapacá (UTA) y la Universidad Católica del Norte, en 2012. Estudiante post-doctoral e investigador FONDECYT N° 3120162. Investigador Asociado del Anillo-CONICYT, Proyecto N° 10179, del Instituto de Investigación de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat. Profesor visitante en la Universidade Metodista de São Paulo (Agosto-Diciembre 2013). Práctica post-doctoral en el *Centre for Pentecostal and Charismatic Studies*, en la *University of Birmingham*, Inglaterra (2012). Investigación doctoral en el Instituto Nacional de Antropología e Historia (México, 2008). Investigador del Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat, Iquique, Chile.
- Sociólogo. Doutor em Antropologia pela Universidad de Tarapacá (UTA) e pela Universidad Católica del Norte, em 2012. Pós-doutorando e pesquisador de FONDECYT N° 3120162. Pesquisador Associado do Projeto Anillo-CONICYT N° 10179, do Instituto de Pesquisa de Estudos Internacionais (INTE) da Universidad Arturo Prat. Professor Visitante na Universidade Metodista de São Paulo (agosto-dezembro de 2013). Estágio de Pós-Doutoramento no *Centre for Pentecostal and Charismatic Studies*, na *University of Birmingham*, Inglaterra (2012). Estágio de doutorado no Instituto Nacional de Antropologia e História (México, 2008). Pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais (INTE) da Universidad Arturo Prat, Iquique, Chile.
- Sociologist, Arturo Prat University. Dr. in Anthropology, University of Tarapacá (UTA) and Catholic University of the North. 2012. Postdoctoral researcher for FONDECYT N° 3120162. Associate Researcher for Anillo-CONICYT Project N° 10179. Researcher at the International Studies Institute (INTE by its Spanish name) of the Universidad Arturo Prat. Guest Professor in the Universidade Metodista de São Paulo, August to December of 2013. Postdoctoral Internship in the Centre for Pentecostal and Charismatic Studies. University of Birmingham, England (2012). Doctoral Internship, National Institute of Anthropology and History. (2008). Researcher Instituto de Estudios Internacionales INTE, Universidad Arturo Prat, Iquique, Chile.

NANETTE LIBERONA <nliberonac@gmail.com>

- Doctora en Antropología y Sociología. Investigadora del Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat, Iquique, Chile. Las áreas de estudio: La movilidad, las relaciones interétnicas y Fronteras.
- Doutora em Antropologia e Sociologia. Pesquisadora do Instituto de Estudos Internacionais (INTE) da Universidade Arturo Prat, Iquique, Chile. Áreas de estudo: Mobilidade, Relações Interétnicas e Fronteiras.
- PhD in Anthropology and Sociology. Researcher Instituto de Estudios Internacionales INTE, Universidad Arturo Prat, Iquique, Chile. Fields of study: Mobility, Ethnic Relations and Borders.

CARLOS PIÑONES <carlospinonesphd@gmail.com>

- Doctor en Antropología Médica de la Universitat Rovira i Virgili. Psicólogo de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV). Diplomado en etnopsicología en la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV). Becario en Chile (Convocatoria 2010).
- Doutor em Antropologia médica pela Universitat Rovira i Virgili. Psicólogo pela Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV). Diplomado em Etnopsicología na Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV). Bolsista no Chile (Convocatoria 2010).
- PhD Medical Anthropology, Universitat Rovira i Virgili, Catalunya. 2010 Conicyt Doctorate Scholarship Abroad, Chile Certificate in Ethnopsychology, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile Psychologist, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile.

Um intelectual multifacetado em um caleidoscópio de ideias: raça no pensamento de Fernando Ortiz*

*A multifaceted intellectual in a kaleidoscope of ideas:
race in the thought of Fernando Ortiz*

*Un intelectual polifacético en un caleidoscopio de ideas:
raza en el pensamiento de Fernando Ortiz*

Fernando Vale Castro**

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma análise das ideias sobre raça do intelectual cubano Fernando Ortiz (1881-1969), entre as décadas de 1920-40, refletindo sobre alguns dos paradigmas que influenciaram suas reflexões, em especial elementos relacionados à Antropologia Cultural e ao Espiritismo. Busco demonstrar que Ortiz foi um intelectual multifacetado e, portanto, suas concepções sobre raça só podem ser compreendidas quando inseridas em uma perspectiva caleidoscópica, ou seja, suas ideias não podem ser entendidas por um viés unidimensional.

Palavras-chave: Fernando Ortiz; raça; espiritismo

Abstract: This article aims to conduct an analysis of the ideas about race of Cuban intellectual Fernando Ortiz (1881-1969) between the 1920s and 1940s reflecting on some of the paradigms that influenced his thoughts, particularly elements related to cultural anthropology and Spiritism. I intend to show that Ortiz was a multifaceted intellectual and therefore his views on race can only be understood when inserted into a kaleidoscopic perspective, that is, their ideas cannot be understood by a one-dimensional lenses.

Keywords: Fernando Ortiz; race; spiritism

*Este artigo foi resultado de Pós-doutoramento realizado junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo sob a supervisão da Professora Doutora Maria Helena Capelato. Agradeço a José Arévalos pelo o auxílio junto aos arquivos cubanos e a Consuelo Naranjo por algumas das referências bibliográficas.

**Professor de História da América do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <valecastroufrj@gmail.com>

Resumen: Este artículo tiene como objetivo realizar una análisis de las ideas sobre raza del intelectual cubano Fernando Ortiz (1881 a 1969) entre las décadas de 1920 y 1940 reflejando acerca de algunos de los paradigmas que han influido en su pensamiento, específicamente los elementos relacionados con la antropología cultural y el espiritismo. Pretendo demostrar que Ortiz fue un polifacético intelectual y por lo tanto sus puntos de vista sobre la raza sólo pueden ser comprendidas cuando se insertan en una perspectiva caleidoscópica, en otras palabras, sus ideas no pueden ser entendidos a través de una sola dimensión.

Palabras claves: Fernando Ortiz; raza; espiritismo

La raza es concepto estático; la cultura, lo es dinámico. La raza es un hecho; la cultura es, además, una fuerza. La raza es fría; la cultura es cálida. Por la raza sólo pueden animarse los sentimientos; por la cultura los sentimientos y las ideas. La raza hispánica es una ficción, generosa, si se quiere; pero la cultura hispánica es una realidad positiva, que no puede ser negada ni suprimida en la fluencia de la vida universal. La cultura une a todos; la raza sólo a los elegidos o a los malditos. De una cultura puede salirse para entrar en una cultura mejor, por auto superación de la cultura nativa o por expatriación espiritual y alejamiento de ella (ORTIZ, 1929, p. 9).

Introdução

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise das ideias sobre raça do intelectual cubano Fernando Ortiz (1881-1969), entre os anos 1920-40, na medida em que tal constructo teórico nos permite pensar acerca da identidade cultural cubana que foi, na nossa opinião, uma preocupação fundamental e explícita do autor desde o início do século.

Há que se destacar que pensar a nação era uma preocupação da geração¹ intelectual que viveu o processo de independência de Cuba e, portanto, chamou para si a responsabilidade de estabelecer diagnósticos e prognósticos para o país.

¹ Estamos considerando “geração”, compreendendo-a a partir da fusão entre memória e história, ou seja, da existência de uma memória comum, um testemunho de como um conjunto de homens viveu uma determinada época. Nesse sentido, devemos ligar gerações aos marcos, aos eventos fundadores, mas com o cuidado de não nos determos somente neles, pois não devemos datar uma geração apenas pelos fenômenos sociais ocorridos, na medida em que estes podem ser apreendidas de várias maneiras. No caso cubano, a geração intelectual das primeiras décadas do século XX compartilhava a independência e a necessidade de construir um projeto de nação. Sobre isso ver em Attias-Donfut (1988) e Sirinelli (1991).

Ortiz em seus estudos, especialmente a partir dos anos 20, interessou-se pela cultura afro cubana, investigando o folclore e as várias tradições da Ilha. Em síntese, pretendemos compreender a relevância da questão racial na sua obra, bem como refletir sobre alguns dos paradigmas, para além do afrocubanismo (fortemente marcado pelas referências da Antropologia Cultural), que influenciaram algumas de suas formulações teóricas.

Para se pensar uma pesquisa por esse viés é de fundamental importância recuperar a identidade histórica das obras intelectuais, por meio de uma metodologia histórica e intertextual, ou seja, que apresenta como objetivo alcançar o sentido do texto em seu tempo, afastando-se, portanto, de possíveis visões anacrônicas e reducionistas.

Perceber o texto inserido no seu contexto reconstrói sua historicidade, ao mesmo tempo em que lhe atribui o caráter de ação, isto é, o texto entendido como ato de fala. Por essa trilha é possível afirmar que a análise do historiador deve priorizar as “linguagens do discurso” (SKINNER, 2005). Buscando sintetizar nossa proposta metodológica, estou considerando Fernando Ortiz como enunciador de atos de fala em resposta a determinadas questões em discussão no período, mais precisamente, a necessidade de se repensar o conceito de raça em Cuba.

Nosso objetivo é investigar como a questão racial pode ser compreendida nas obras de Ortiz, analisando as mudanças que o tema sofreu. Em síntese, consideramos Ortiz um intelectual multifacetado e, portanto, suas concepções sobre raça só podem ser compreendidas quando inseridas em uma perspectiva caleidoscópica, ou seja, suas ideias não podem ser entendidas por um viés unidimensional. Pretendemos indicar que as reflexões de Ortiz transcendem quaisquer possibilidades de explicações esquemáticas, ou seja, não é possível a total compreensão de suas ideias a partir de referenciais únicos que estariam de acordo com o período que ele escreveu. Especificando esse argumento, a historiografia consagra que no início do século XX ele escreveria sob a influência do positivismo biologizante de viés lombrosiano e a partir dos anos 20, teria sofrido uma guinada na qual passaria a seguir uma vertente culturalista. Acreditamos que suas análises acerca da questão racial abarcam referenciais teóricos mais amplos.

O estudo do pensamento de Fernando Ortiz permite observar a mudança conceitual/semântica relacionada ao conceito de raça. Um dos objetivos deste trabalho é refletir acerca das rupturas entre as ideias defendidas pelo autor e as manifestações do racismo científico do século XIX. Partimos da hipótese de que as reflexões sobre a questão racial

eram o pilar fundamental do pensamento de Ortiz sendo o pano de fundo de toda sua ampla e eclética produção intelectual e que só pode ser compreendida quando observada à luz de uma série de referências teóricas que embasaram os seus vários estudos apresentados ao longo de mais de quatro décadas de intensas pesquisas e atuação intelectual. Como um intelectual cosmopolita e multifacetado, a compreensão de suas diferentes concepções sobre o conceito de raça só é possível, na nossa visão, se tivermos em mente que diferentes referenciais teóricos acabaram mapeando suas reflexões. Logo tais concepções devem ser observadas, conforme dito, como uma síntese, uma amálgama desses diferentes escopos, que vão desde o cientificismo do início século XX, passando pela antropologia de meados da primeira metade do Novecentos e pelo Espiritismo.

Um breve debate historiográfico

De uma tradicional família de negociantes espanhóis Ortiz foi criado na Espanha, em Menorca, entre 1882 e 1895, tendo retornado a Cuba durante a Guerra de Independência. Em Havana, iniciou seus estudos universitários, tendo, após a Guerra, em 1898, viajado para Barcelona, onde se licenciou em Direito em 1900. Em 1901, doutorou-se em Ciências Jurídicas em Madri. Entre 1902 e 1906 fez carreira diplomática atuando na Itália e na França; sendo após esse período nomeado “Advogado Fiscal da Audiência” em Havana. De 1908 a 1916 atuou como Catedrático de Direito Público na Universidade de Havana. Em 1916, foi eleito parlamentar pelo Partido Liberal, cargo que ocupou por 10 anos (DIAZ QUIÑONEZ, 2011).

Para Ana Cairo o itinerário intelectual de Fernando Ortiz é bastante interessante. Em relação à questão racial convém salientar que os seus primeiros escritos foram fortemente marcados pelas ideias sobre raça e criminalidade dos italianos Cesare Lombroso e Enrico Ferri². Em 1914, iniciou um movimento para criar a Sociedade do Folclore, que, no entanto foi fundada apenas em 1923. Para Cairo a Sociedade iniciou o processo de legitimidade acadêmica da cultura afrocubana (CAIRO, 2009).

² Defendiam método classificatório para a análise dos criminosos, ou, ao menos, potenciais criminosos, por meio de proporções e características físicas, na chamada antropologia criminal que, invariavelmente seguia as premissas raciais da segunda metade do século XIX para estabelecer o maior ou menor grau de criminalidade do indivíduo. Sobre isso ver em Hofbauer (2006), entre outros.

Fernando Ortiz, inegavelmente, foi um dos principais intelectuais latino-americanos da primeira metade do século XX. Sua significativa produção, marcada por centenas de obras versando sobre variados temas, bem como os inúmeros trabalhos sobre seus escritos, explicitam sua relevância no cenário das ideias do continente. Dentre as várias temáticas abordadas a mais relevante é, em nossa opinião, conforme salientado, a que aborda a noção de raça. Neste sentido, ainda que de maneira breve, analisaremos alguns trabalhos que trataram essa relevante questão na obra de Ortiz.

Os historiadores espanhóis, Consuelo Naranjo Orovio e Miguel Ángel Puig-Samper, desenvolveram uma série de argumentos sobre o intelectual cubano em uma série de artigos (NARANJO OROVIO e PUIG-SAMPER, 1998, 1999, 2000). Em síntese os autores defendem a tese que a evolução do pensamento de Fernando Ortiz pode ser compreendido, a partir de 1910, como sendo fortemente influenciado pelo conceito de cultura, fato que fez com que ele se colocasse desde então contrário à noção de raça. Os autores defendem a tese de que a correlação entre raça e criminalidade só é observável nos primeiros anos da produção intelectual de Ortiz com destaque para uma de suas obras mais emblemáticas desta primeira fase de sua produção: *Los Negros Brujos* (ORTIZ, 1973), de 1906, na qual considerava de suma importância o fator étnico na construção da sociedade e na consolidação da nacionalidade. O argumento central dos autores pressupõe a existência de raças inferiores e superiores e a definição do delito como consequência de uma degeneração que evidenciava a inferioridade do negro, marcado por um “primitivismo selvagem” que explicaria todos os seus crimes.

O desenvolvimento do pensamento de Fernando Ortiz produziu uma significativa transformação, tanto de seus aportes teóricos quanto de seus objetos de investigação. Suas pesquisas iniciaram um processo de afastamento das premissas Lombrosianas e do Krausopositivismo³ a partir de 1910. Resumidamente, Naranjo e Puig-Samper apontam que paulatinamente Ortiz foi buscando abordagens mais abertas acerca de questões relacionadas à temática racial e da importância de se compreender aspectos culturais em busca do fortalecimento de um sentimento nacional que permitisse a consolidação de uma nacionalidade

³ Pensamento oriundo de K. Krause, bastante influente na Espanha de fins do século XIX. Apresentava algumas similaridades com o cientificismo, muito forte no período. Sobre isso ver em Jimenez Garcia (1996).

que servisse de resistência à sistemática penetração cultural e econômica estadunidense. As pesquisas de Ortiz sobre os mais variados temas possibilitaram a busca de uma síntese que pode ser observada na formulação, em 1940, do conceito de transculturação bem como no posicionamento bastante crítico acerca do conceito de raça que o levará a estabelecer uma profunda crítica ao fenômeno do racismo.

A historiografia consagra uma visão pela qual, na virada para os anos 20, houve o processo de superação definitiva dos ideais da criminologia racista de Lombroso e Ferri. Para Kelvin A. Yelvington (YELVINGTON, 1996) a evidente mudança de Fernando Ortiz, atraído pelo movimento afrocubanista, transformou-o em um verdadeiro patrono desse movimento, bem como em uma de suas principais fontes de legitimidade que culminou com a criação da Sociedade de Estudos Afrocubanos na década seguinte, em 1937.

Na década de 1920, segundo Naranjo e Puig-Samper é possível observar um intelectual plenamente formado com uma sólida análise sobre o caráter nacional cubano a partir da pesquisa das características psicossociais da população. Suas argumentações partiam da premissa de que eram insustentáveis as análises que partiam de paradigmas raciais para explicar o funcionamento da sociedade, classificando-as como “artificiais e convencionais”. O caminho para a compreensão efetiva da sociedade seria a observação dos aspectos culturais. Para os autores, foi o estudo das culturas e não das raças que resultou na definição da cubanidade como uma categoria baseada na fusão de todos os elementos étnicos cubanos que resultaram na integração das forças sociais que formaram a nacionalidade da Ilha⁴. No trabalho “*Delincuencias y racismo en Cuba: Israel Castelanos versus Fernando Ortiz*”, os autores igualmente defendem que a década de 1920 marca a ruptura definitiva de Ortiz em relação aos seus primeiros mestres (NARANJO OROVIO e PUIG-SAMPER, 1998, p. 23)

Para os autores, no fim dos anos 20 já é possível observar claramente certo tom de denúncia por parte de Fernando Ortiz em relação à toda uma literatura baseada em argumentos racistas e que servia para estabelecer a manutenção de um *status quo* marcado pela participação dos Estados Unidos que se fazia presente em Cuba desde a independência em fins do século XIX (GOTT, 2006). Vários estudiosos defendem que havia uma clara intenção nos escritos de Ortiz de explicar as várias

⁴ “(...) plenamente formado que plantea el análisis del carácter nacional cubano a partir del estudio de las características psicossociales” (NARANJO OROVIO e PUIG-SAMPER, 1999, p. 221).

faces da sociedade cubana com base em premissas que passariam pela observação de elementos psicológicos, históricos e culturais. No entanto, não concordamos com as reflexões que defendem uma ruptura definitiva, uma vez que havia ainda, de forma sistemática, a presença de categorias como higienização, regeneração e parasitismo social em suas argumentações. Em que pese ser possível observar que houve certo avanço de pesquisas que acabavam por reconhecer e valorizar o papel do negro e de seus elementos culturais como sendo chaves na formação da identidade cubana, defendemos que a consolidação de uma visão culturalista de Ortiz só ocorre ao longo da década de 1940, portanto, após a enunciação do conceito de transculturação, apresentado em 1940.

De acordo com Fábio Oliveira (OLIVEIRA, s/d) a intelectualidade cubana passou por um claro processo de metamorfose entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930. Especialmente na virada do Oitocentos para o século XX, logo após o processo de independência, houve o predomínio do hispanismo com a existência de instituições voltadas para a consolidação desta perspectiva e que incentivaram uma significativa produção cultural. Outrossim, houve o desenvolvimento de reflexões acerca da questão racial que oscilava entre o racismo científico que apresentava como pilar central a teoria do embranquecimento e a “fraternidade racial”. Ambas as diretrizes pensadas como alternativas para a construção do projeto nacional cubano.

Para Oliveira as instituições criadas por Ortiz conferiam legitimidade acadêmica à cultura afrocubana, sobretudo em relação aos aspectos religiosos e musicais. Paralelamente a isso, elas também se tornaram espaços de sociabilidade nos quais se tornou possível a criação de alianças entre intelectuais que buscavam inserir suas propostas no cenário político e cultural na Ilha especialmente nas décadas de 1920 e 30 (OLIVEIRA, s/d).

Dentre os vários projetos de diferentes intelectuais, foi, segundo Fábio Oliveira, Fernando Ortiz o maior responsável pelo desenvolvimento dos estudos afrocubanistas. Tal relevância esteve ligada ao fato de Ortiz ter estabelecido estreitos laços com a intelectualidade europeia e de possuir “habilidade de despojar-se de teorias para manter-se em posição monopolizadora e dominante como intelectual e líder político” (OLIVEIRA, s/d, p. 22).

Para Matos Arévalos (ARÉVALO, 2008), que pesquisou as reflexões do pensador cubano sobre a *Virgen de La Caridad del Cobre*, Ortiz surpreende pelo grau de amplitude e de profundidade com que se dedicou à pesquisa de temas sobre a formação da cultura e da sociedade cubana

com especial ênfase à etnografia e à cultura africana na Ilha, assim como, ainda que em escala menor, da relevância para se compreender a formação da nação das raízes hispânicas entre outras questões.

No que tange aos estudos etnográficos, salienta Matos Arévalo, Ortiz foi fortemente influenciado por autores como: J.G Frazer, E. Taylor, E. Durkheim, Nina Rodrigues, H Hubert e M. Mauss, assim como por toda uma geração de sociólogos, historiadores e antropólogos que repensaram as concepções dominantes até a virada do século XX sobre raça que se pautavam pelo evolucionismo biologizante que classificava fundamentalmente em raças superiores e inferiores. Neste sentido, Matos Arévalo defende que houve o estabelecimento de um viés interpretativo pelo qual os fenômenos sociais passaram a serem vistos por uma premissa mais histórica e cultural em detrimento de um viés biológico. Dentre as principais influências, o autor destaca os trabalhos de Franz Boas⁵, através dos quais Ortiz passou a defender que “não existe conexão causal entre raça e as realizações culturais, entre raça e as qualidades psicológicas, linguísticas ou religiosas de um povo ou grupo étnico” (ARÉVALOS, 2008, p. 5).

Matos Arévalos defende a tese de que a ruptura definitiva de Fernando Ortiz com as concepções evolucionistas sobre raça se deu no artigo “*Ni racismo ni xenofobia*” (ORTIZ, 1929) no qual Ortiz se coloca, explicitamente, contra todo e qualquer tipo de racismo. A partir daí, segundo o autor, ele introduziu definitivamente o conceito de cultura em seus estudos etnográficos filiando-se, assim, aos pressupostos teóricos desenvolvidos por Boas.

Há que se destacar que não concordamos com os argumentos de Arévalos. Ao longo de seus escritos, especialmente nos anos 30, a questão cultural vai inegavelmente ganhando espaço no pensamento de Ortiz. No entanto, não notamos ser possível afirmar que houve uma ruptura definitiva dos aspectos biologizantes, bem como a preocupação com aspectos culturais já faziam parte das reflexões do autor, ainda que de maneira secundária, desde pelos menos a publicação de *Entre Cubanos* (ORTIZ, 1987) de 1913, o que nos leva a perceber que o pensamento de Fernando Ortiz, desde então, era influenciado por diferentes paradigmas.

Na década de 1930, em vários trabalhos e conferências, Ortiz fez uma espécie de preparação que culminou em sua obra seminal e mais

⁵ Em síntese, podemos afirmar que Franz Boas buscou estabelecer a autonomia do fenômeno cultural, rejeitando o determinismo biológico como ponto central na formação das sociedades. É considerado o precursor da Antropologia Cultural. Sua obra influenciou várias gerações de antropólogos. Sobre isso ver em Boas (2004).

conhecida, “*Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*” (ORTIZ, 2002), publicada em 1940, na qual aparece o conceito de transculturação. Sucessivamente, apresentou nos anos 40, um conjunto de trabalhos sobre a questão racial. De uma série de conferências ministradas entre 1942 e 1944, publicadas no livro *El engano de las razas* (ORTIZ, 2011), em 1945, e artigos extremamente importantes para a compreensão de suas concepções sobre a questão racial e que serão analisadas na parte final deste trabalho.

Para Emerson de Oliveira (OLIVEIRA, 2003) a obra de Fernando Ortiz apresenta um discurso sobre a identidade cubana que se aproximaria dos interesses das elites econômicas e políticas da Ilha, tendo em vista que Ortiz defenderia uma perspectiva de harmonização entre as diversas etnias e grupos sociais ocorrida por meio do processo de transculturação. Nas palavras de Oliveira “essa leitura da sociedade cubana, feita por Ortiz, em nossa opinião tende a negar os conflitos sociais e raciais em curso no início do século XX em Cuba” (OLIVEIRA, 2003, p. 17).

Para o autor a partir de 1913, com a publicação de *Entre Cubanos*, a obra de Ortiz passou a apresentar de forma clara duas de suas principais características: a ruptura com as visões sobre raça que marcaram as últimas décadas do século XIX, mas que, no entanto, estabeleceu uma visão que tendia a negar os conflitos raciais e que acabou por produzir uma leitura parcial, superficial e limitada dos problemas sociais em Cuba. *Entre Cubanos*, segundo o autor, parte da premissa de que houve uma integração dos negros à nação cubana e que esta seria resultado da transmigração geográfica que teria gerado uma transmigração cultural. Oliveira defende que em *Entre Cubanos*, estava o embrião do conceito de transculturação ao se preocupar em definir “a cubanidade, o ser cubano, as relações de identificação e diferenciação que os cubanos estabelecem entre si e os outros povos” (OLIVEIRA, 2003, p. 42-43).

Para Emerson Oliveira, Ortiz definiu a identidade nacional cubana a partir da idéia de transculturação. Essa formulação conceitual foi consagrada, conforme dito, em 1940, em “*Contrapunteo Cubano Del Tabaco y el Azúcar*” em um capítulo adicional à obra intitulado: “*Del fenómeno social de la ‘transculturación’ y de su importancia en Cuba*”. Em resumo a cultura cubana deveria ser pensada a partir da simbiose entre a cultura hispânica e a cultura africana, sendo a síntese dos elementos que ambas apresentam, isto é, a transculturação possibilitaria compreender os complexos processos de transmutações culturais. A identidade nacional cubana seria resultado desse processo. No entanto, Oliveira defende que Ortiz observava de maneira distinta

a contribuição de cada uma das culturas na formação desse processo identitário, “enquanto os brancos trouxeram suas instituições sociais e as formas de vida hispânicas, os negros contribuíram apenas com seus corpos” (OLIVEIRA, 2003, p. 89).

No que tange a questão da transculturação, o principal conceito formulado por Fernando Ortiz, faz-se necessário salientar que há certo consenso de que essa noção não pode ser compreendida como sendo um simples processo de assimilação ou adaptação passiva. Na verdade, ocorre um processo que tanto a cultura considerada dominante quanto a dita “subalterna” passam por transformações. Tal premissa rompe com a perspectiva de existirem culturas superiores e inferiores, pilar fundamental nos processos de dominação.

O conceito de transculturação foi formulado por Fernando Ortiz numa clara crítica ao conceito de aculturação, pois este pressupunha uma assimilação pacífica do elemento estrangeiro. Para o autor transculturação

expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, porque essa não consiste apenas em adquirir uma nova e diferente cultura, que é a rigor apontado pela voz inglesa de aculturação, mas que o processo implica também necessariamente a perda ou o desprendimento de uma cultura precedente, o que poderia chamar-se de desculturação e também significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais, que poderiam ser denominados de neoculturação (ORTIZ, 2002, p. 96).

Convém destacar que as mudanças do pensamento sobre raça formulado por Fernando Ortiz, em nossa opinião, se ajusta a um processo múltiplo: de um lado ao fato de haver nesse momento uma clara desracialização das políticas estatais em Cuba (BRONFMAN, 2004) associada à crise do hispanismo (FORNET, 2009); por outro lado, externamente, a existência de uma geração intelectual⁶ com a qual Ortiz mantinha estreito contato.

A relação do texto com o contexto é premissa fundamental para uma compreensão plena das ideias de qualquer intelectual, destacando que esse contexto deve ser compreendido por um tripé no qual se apoiam tanto a época quanto o cenário intelectual, bem como de que maneira o

⁶ Entre outros merecem destaque: Herskovits; Bronislaw Malinowski; Jean-Price Mars (Haiti) e Arthur Ramos (Brasil), voltados, principalmente, na América Latina e no Caribe, para a “africanização” de práticas religiosas e culturais.

autor se “relaciona” com ambos. Compreender, portanto, o pensamento de Ortiz nos remete a compreender sua trajetória de intelectual com ativa participação na política cultural da Ilha, como pode ser observada nas várias instituições e periódicos dos quais ele fazia parte. Devemos somar a isso o intenso intercâmbio realizado por ele entre Cuba, Espanha e Estados Unidos ao longo de grande parte de sua trajetória, seja por meio de viagens, seja por meio de troca de cartas ou de livros (CAIRO, 2009; DIAZ-QUINONEZ, 2011).

Igualmente, faz-se necessário salientar que o período em questão foi marcado por uma profusão de ideias que formaram uma enorme gama de caminhos a serem seguidos pelos vários grupos intelectuais que marcaram a cena cultural latino-americana com o intuito de se forjarem possíveis identidades nacionais que podiam dialogar ou não com projetos continentais.⁷ No caso cubano, Ortiz foi pioneiro em pensar um projeto que abarcasse o negro, o índio, o espanhol e demais grupos imigrantes. Destes grupos, a historiografia consultada afirma que os africanos receberam a maior atenção na sua obra.

Para Yelvington (YELVINGTON, 1996), a “invenção” de uma identidade africana na América Latina foi um processo que envolveu tanto intencionalidade quanto ideologia, o que implica obrigatoriamente em uma perspectiva histórica e política do trabalho cultural entendendo estes intelectuais não apenas em suas sociedades, mas em suas articulações e redes internacionais. Paralelo a isso, não se pode perder de mente as significativas mudanças no pensamento racial com a radicalização da Eugenia⁸ a partir do surgimento e ascensão do Nazismo que a partir dos princípios do arianismo promoveram uma releitura dos paradigmas racialistas de então, especialmente ao longo da segunda metade da década de 1930 e dos anos 40.

Duas observações merecem destaque ao analisarmos a bibliografia apresentada até agora. Em primeiro lugar, há certo consenso de se pensar as reflexões de Ortiz sobre a questão racial de uma maneira unidimensional e estanque. Suas formulações seriam bem demarcadas paradigmaticamente, isto é, em cada momento de sua produção intelectual ele seguiria claramente determinada corrente inexistindo, praticamente, outras influências. Em seus primeiros escritos, ele seria influenciado

⁷ Sobre a intelectualidade latino-americana ver em Altamirano (2008, 2011); Amaral (1990); Beraba (2008); Funes (2006); Soares (2013); Valdés (2001), entre outros.

⁸ Termo criado em 1883 por Francis Galton. Etimologicamente significa bem nascido. Definido por Galton como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. Ver em Stepan (2005).

pelo cientificismo/positivismo do Oitocentos e posteriormente pela Antropologia Cultural. Cabe salientar que alguns autores, conforme visto, destacam que, em algumas obras, restritas aos anos 10 e 20, Ortiz apresentava ao mesmo tempo a influência de paradigmas racialistas e culturalistas, mas sempre com a clara predominância de um sobre o outro.

O segundo aspecto destacável é, em que pese a relevância tanto do positivismo do século XIX bem como da Antropologia Cultural das primeiras décadas do XX, os estudos sobre Ortiz, em quase a sua totalidade tenderam a ignorar a importância do Espiritismo para a compreensão efetiva do ideário do intelectual cubano. Uma exceção foi Arcádio Diaz Quiñonez (DIAZ-QUIÑONEZ, 2011), que defende como ponto fundamental para a compreensão da mudança de paradigmas no pensamento do autor a influência do espiritismo cientificista de Allan Kardec. Segundo Quiñonez tais paradigmas proporcionaram a Ortiz ferramentas para compreender a questão racial por meio de uma perspectiva evolucionista que abarcaria a espiritualidade nacional, o direito e a religião e foram fundamentais na elaboração do conceito de transculturação. Concordamos com a valorização dos pressupostos do espiritismo para a compreensão do pensamento de Ortiz, porém o consideramos como um dos elementos que formaram o caleidoscópio de ideias que marcaram as reflexões do intelectual cubano. Logo, não enxergamos como o mais importante, bem como entendemos que a sua relevância não se resume à formulação do conceito de transculturação.

Em 1915, ao publicar *La Filosofía Penal de los Espíritus* (ORTIZ, 2012), pela primeira vez, de forma sistemática, o autor realiza uma reflexão acerca do Kardecismo. Analisando “as bases ideológicas do espiritismo, as leis da evolução das almas, o delito, o determinismo e o livre-arbítrio, os fatores da delinquência e o atavismo dos criminosos” (QUIÑONEZ, 2011, p. 18).

Em nossa opinião, é possível observar que a influência mais explícita dos pressupostos teóricos apresentados por Kardec estava no possível processo de transformação para melhor do homem e, por conseguinte, da sociedade, que permitiria, no caso cubano, a superação do atraso provocado pela ação colonizadora na qual se inseriam as teorias raciais que justificariam as diferenças entre as nações ditas civilizadas e a Ilha (e, por extensão, a América Latina). Outrossim, ao se realizar uma leitura atenta do Espiritismo é possível observar que religião e ciência deveriam caminhar juntas no processo de construção do conhecimento, premissa que rompe com o cientificismo do século XIX e que fez parte das preocupações do autor ao longo de toda sua trajetória.

Aspectos como progresso individual são pilares para se pensar a retórica de Ortiz a partir da década de 1910, havendo um claro amadurecimento nos anos 20 e chegando à sua plenitude nos anos 30 e, sobretudo, 40. Há que se destacar também a valorização da ciência como elemento chave para o desenvolvimento humano.

Em artigo publicado em 1919 (ORTIZ, 1919), Ortiz analisou a importância das questões religiosas para a formação do povo cubano dando destaque para o Espiritismo. Mesmo deixando claro que não era espírita, algo que já o fizera quando da publicação de “*La Filosofía Penal de los Espíritus*”, quatro anos antes, e questionando se, do ponto de vista religioso, o espiritismo seria verdadeiro ou falso, Ortiz destaca que a religião era um “*vigoroso estímulo en pro del mejoramiento moral de la humanidad, de la redención de sus esclavitudes*” (ORTIZ, 1919, p. 65).

Ao desenvolver seus argumentos, apareceu, na nossa opinião, a chave para compreender a importância do espiritismo na formação intelectual de Ortiz. O espiritismo era entendido como uma doutrina religiosa e filosófica por meio da qual era possível estabelecer aproximações com o lombrosianismo. Ambos, o lombrosianismo e o espiritismo, seriam desdobramentos do desenvolvimento dos paradigmas cientificistas do século XIX.

En mi obra acerca del Hampa afro-cubana y a la de Haber estudiado también, años después, la Filosofía Penal de los espíritus, en mi otra obra así titulada, tendente a demostrar el paralelismo de esa doctrina con la criminología positivista lombrosiana (ORTIZ, 1919, p. 66).

Fernando Ortiz realizou uma análise, ainda claramente marcada por um viés evolucionista, observando que as religiões no decorrer dos séculos sofreram transformações diretamente ligadas ao avanço das sociedades. Exemplifica isso ao dissertar sobre as Reformas Protestantes afirmando que naquela época, com o desenvolvimento gerado pelo período renascentista “*La mente humana quiso romper los estrechos del catolicismo (...) Los dogmas fueran cayendo el embate del racionalismo*” (ORTIZ, 1919, p. 66).

De acordo com o autor, a partir do século XIX, com os ecos transformadores do evolucionismo de Lamarck, Darwin e Huxley, possíveis graças às transformações oriundas dos séculos anteriores, houve um avanço na liberdade de pensamento que promoveu o início de “*una nueva fase de la evolución religiosa*” (ORTIZ, 1919, p 78).

Nas suas palavras:

En los mismos años, con Allan Kardec, alcanzaba el evolucionismo del espíritu como nueva concepción religioso-científica. El espíritu se desarrolla desde las formas de la pequeñez. (...) En el campo del progreso moral el Espiritismo aspiraba destruir el absurdo de las penas infernales impuestas por el Dios católico por una eternidad (...) Y además, el Espiritismo pretendía defender a Dios de la atrocidad injusticia, que se le atribuye por algunos credos, de traer al mundo niños ciegos, imbeciles, monstruosos o míseros, para que sufran sin causa, mientras otros, desde que nacen hasta que mueren, gozan de superioridades terrenales, sin causa también. (...) Espiritistas! Quien no participa de vuestra mística, serenamente os dice: Sois fieles de una sublime fe! Acaso seáis los que con mayor pureza os aproximáis al ideal de marchar hacia Dios por el amor y la ciencia (ORTIZ, 1919, p. 78-80).

Fica claro que o Espiritismo era um referencial importante para Ortiz e que continuará a ser como veremos mais a frente. Em face do exposto até aqui, fica evidente a existência de um caleidoscópio de ideias que marcaram as suas reflexões das quais, neste artigo, ao analisarmos seus textos sobre raça entre os anos 20 e 40, destacamos a Antropologia Cultural e o Espiritismo. Refletiremos a partir de agora acerca das diferentes concepções acerca da questão racial nos escritos do intelectual cubano.

Raça e racismo no pensamento de Fernando Ortiz

O conceito de raça foi uma das categorias que apresentaram de forma mais expressiva força política e poder retórico no processo de construção das nações latino-americanas em fins do século XIX e primeira metade do XX. Falar de nação, de identidade e de povo na América Latina, nesse período, implicava quase sempre em falar de raça (HOFBAUER, 2006).

Isso não ocorria necessariamente por uma defesa consciente da utilização do conceito, o que muitas vezes era o caso, mas, sobretudo, porque ele se apresentava como uma ferramenta discursiva importante dentro do universo conceitual do qual os intelectuais do período se serviam. Dessa forma, o conceito de raça podia ser empregado para defender as concepções e as propostas mais distintas: não implicando em uma postura ideológica específica, muitas vezes sendo caracterizado por certa fluidez ao servir de base para a análise do subcontinente.

Nos primeiros escritos de Ortiz a questão racial foi observada à luz de uma tipificação pautada em aspectos psicológicos e étnicos que, conforme dito, estabeleciam uma hierarquização que seria consequência direta de uma herança biológica marcada pelos paradigmas darwinistas inserindo os fenômenos culturais a um rigoroso determinismo racial, como, por exemplo, em *Negros Brujos* (ORTIZ, 1973), de 1906, no qual o autor defendeu a tese de que nos estratos “psicologicamente” inferiores de Cuba, a fusão racial entre negros e brancos apresentava uma forte tendência de formar seres inferiores, pois os limites da raça negra se imporiam sobre a branca. Neste sentido, Ortiz se colocava, nesse momento, radicalmente contrário à miscigenação.

Convém salientar que não nos deteremos nos escritos de Ortiz deste período. Neste artigo, como dito, enfatizaremos a produção que versa sobre a questão racial escrita entre os anos 20 e 40, período no qual, é possível observar nuances bem interessantes nas reflexões do autor sobre o tema. Em 1928, Ortiz publicou o artigo *La Milagrosa del Cementerio de la Habana* (ORTIZ, 1928) no qual, analisa a superstição que ainda marcava, sobretudo, os estratos mais baixos da sociedade cubana, ao relatar uma estátua de uma jovem mulher falecida em 1901 que havia se tornado lugar de peregrinação e devoção em pleno século XX “*porque esa estatua de una joven, hermosa e infeliz madre, ha sido convertida por la fe popular, si no en una santa, si en una milagrosa*” (ORTIZ, 1928, p. 195).

Em que pese a valorização de elementos da cultura religiosa da Ilha, o texto ainda explicita um forte preconceito racial ao fazer remissões às superstições praticadas em Cuba pelos humildes crentes do “paganismo africano” (ORTIZ, 1928, p. 196), assim como o autor ressalta a ignorância da “*la gente de color*” por acreditarem que a estátua teria elementos terapêuticos capazes, por exemplo, de magnetizar a água propiciando o poder de cura. “*El agua queda magnetizada*”, me decía una pobre anciana” (ORTIZ, 1928, p. 196). Igualmente critica os que concedem à falecida virtudes naturais. Ortiz afirmava que

en Cuba son frecuentes estas floraciones de la idolatría, del paganismo, de los cultos diabólicos, estas petrificaciones de las leyendas evheméricas, antropomorfizaciones de las potencias sobrenaturales, personificaciones de las mediunidades anímicas (ORTIZ, 1928, p. 199).

No ano seguinte, 1929, Ortiz clamava: “*Cultura, cultura y cultura!*” (ORTIZ, 1929, p. 13) como elemento chave na sua argumentação para que

fosse alcançada uma efetiva soberania democrática tão almejada pelas gerações anteriores. Paralelamente a isso, defendia que a cultura, na sua mais ampla acepção, seria peça fundamental para o desenvolvimento da “*fraternidade humana*”. A valorização da questão cultural, influenciada pelos novos paradigmas antropológicos do período, representavam certa relativização do conceito de raça e, conseqüentemente, do viés racista no discurso de Ortiz.

Ao focar sua interpretação em aspectos relacionados com as diferentes matrizes culturais que formaram a sociedade cubana, Ortiz deixava evidente que essa era constituída “por uma mesma cultura”, ainda que apresentasse matrizes variadas.

Pero entonces, preguntaría: ¿Cómo se podrá significar el arca de ese positivo acervo de esencias espirituales que a todos los hispánicos nos corresponde en común? Fácilmente. Pensemos en que lo realmente nuestro, lo que nos pertenece troncalmente a todos, es ‘una misma cultura’, aunque de matices variados, y en que lo único que puede vincularnos unos a otros en el porvenir para nobles y puras actividades no es sino ‘la cultura’ en su sentido más comprensivo y supremo, sin las coloraciones parciales de tal o cual política, religión, escuela o raza (ORTIZ, 1929, p. 14).

Mesmo diante de um otimismo exagerado, é possível notar que o argumento central do autor era estabelecer um modelo para pensar uma sociedade na qual os elementos constitutivos da mesma não fossem estabelecidos por meio de referenciais raciais, pois estes marcavam um distanciamento entre os diferentes grupos sociais. Entendemos que essa preocupação se insere em uma dupla dimensão. De um lado a influência de toda uma ambiência intelectual, interna e externa, que desde a década anterior valorizava gradativamente uma releitura das teorias racialistas/biologizantes as quais influenciaram toda uma geração de intelectuais latino-americanos a pensarem o continente por meio de uma visão que valorizava elementos culturais. Por outro lado, o momento histórico de Cuba com três décadas como nação parcialmente independente por conta da Ementa Platt e que estava claramente em um processo de busca de sua identidade cultural, (re)escrevendo sua história, na qual, por conta de sua composição multiétnica, a questão racial era componente chave na construção da Nação. Logo, superar quaisquer formas de racismo era condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma identidade nacional.

Nas suas palavras:

Las ideas ‘racistas’ son, al igual, contraproducentes. El concepto de raza, que es el más sobado y de mayor ingenuidad aparente, es también, sin duda, muy perjudicial. Ante todo, porque es falso. No hay una raza hispánica, ni siquiera española. Y menos en América, donde conviven las razas más disímiles, con tal intensidad numérica que en no pocas repúblicas no es la que pudiera decirse raza hispánica la predominante. (...)

El racismo divide y es disociador, no sólo desde un punto de vista universal, que ahora no interesa tanto, sino también desde una mira estrictamente nacional, allá donde, como en nuestras repúblicas, la nacionalidad necesita robustecerse por la creciente integración patriótica de todos sus complejíssimos factores raciales. (...)

Claro está que la voz ‘raza’ ha sido adoptada a falta de otra absolutamente precisa para significar esa comunidad espiritual que nos une y agrupa, a veces aun en contra de nuestra premeditada voluntad, a todos los que hablamos el más bello de los lenguajes; pero ¿es que no hay otra mejor, sin vernos obligados a crear y dar acepciones socio gráficas equívocas a palabras que deben ser de pura etnografía? ¿No es preferible el vocablo ‘cultura’? (ORTIZ, 1929, p. 16).

Mais a frente, nesse mesmo artigo, Ortiz voltava a criticar o conceito de raça, ressaltando ser elemento insuficiente para se compreender em sua plenitude qualquer sociedade contemporânea, assim como aponta os limites do conceito para forjar uma identidade nacional capaz de consolidar um projeto futuro para a nação.

El concepto de raza se nutre de cadáveres. Por eso, preferentemente lo defiende el hombre de las cavernas. El concepto de raza se nutre de materiales históricos casi siempre de derribo, no de sustancias vivas. Por eso lo defienden en primer término los que viven y se limitan a vivir, de lo heredado. Y en vez de negociar sus talentos, los entierran, plantan encima esas ‘flores naturales’ de falsa poesía, regadas ampulosamente por la inagotable cretinidad (ORTIZ, 1929, p. 17).

Na década seguinte, um elemento novo torna-se pano de fundo nos escritos de Ortiz especialmente os relacionados à compreensão da sociedade cubana. O advento do nazi-fascismo que trazia consigo toda uma releitura bastante radical das teorias raciais. Isto se evidencia em

duas conferências realizadas em 1939 e 1941⁹: *Defensa cubana contra el antisemitismo* (ORTIZ, 1955) e *Marti y las razas* (ORTIZ, 1941).

A partir desse momento evidenciou-se uma clara tendência em Fernando Ortiz de negar o conceito de raça. O argumento central consistia de que tal conceituação não passava de um equívoco interpretativo que gerou na sociedade o fenômeno dos racismos os quais seriam desdobramentos de uma má interpretação. Este equívoco era fomentado tanto pela falta de pesquisa sistemática quanto pela má intenção das elites dirigentes que se valiam do discurso racial para justificar suas ações repressivas¹⁰.

El vulgo creía en la existencia de razas inferiores y superiores, como siglos atrás creyó en la sangre azul de la nobleza y en la sangre sucia de la plebevez, y aceptaba la predestinación de unas *razas selectas*, llamadas a dominar siempre sobre otras, fatalmente condenadas a servidumbre. La *raza blanca* nació para mandar y para servir habían nacido la *negra* del África, la *india* de América, y, en general, todas las *gentes de color* (ORTIZ, 1941, p. 4).

Valendo-se de aspectos religiosos e filosóficos desde o Oriente e passando pela Antiguidade Clássica, Ortiz vai defender que desde os primeiros registros da humanidade havia correntes que defendiam a igualdade de todos, “*que todos los hombres nacían iguales, y que solamente la virtud hacía que uno fuese superior al otro*” (ORTIZ, 1941, p. 4).

É possível estabelecer uma associação entre essa premissa e os princípios filosóficos que norteiam o Espiritismo. Para os espíritas, e este é um de seus princípios fundamentais, todos são iguais na sua origem e devem trilhar um mesmo caminho. Entretanto, a forma e o tempo a que cada um levará depende diretamente de seu esforço individual. Portanto, o espiritismo trabalha com a perspectiva de que

⁹ Interessante notar o período dessas conferências. O ano de 1939 revelou ao mundo de forma efetiva o significado do Nazismo. Por mais que não houvesse dúvida desde a participação alemã na Guerra Civil Espanhola, o biênio 1938 / 39, com a *Ausschluss* e a questão da Tchecoslováquia, deixava claro quais eram as intenções do III Reich. Outrossim, não podemos deixar de mencionar como veremos adiante que as teorias raciais arianistas defendidas pelos germânicos chegaram à Ilha nesse momento. Em 1941, as tensões internacionais geradas pela Guerra eram evidentes, sobretudo envolvendo o continente americano por conta da guerra no Atlântico. Sobre isso ver em Hobsbawm (2007), entre outros.

¹⁰ Evidenciam-se aqui elementos ligados à retórica socialista como um dos referenciais que influenciaram Ortiz nas suas reflexões. Não nos deteremos neste artigo em tal temática, por mais que tal perspectiva reforce nosso argumento de que a compreensão de seu pensamento passe por uma análise multidimensional. Sobre a valorização do ideário socialista ver em Molinari e Enríquez (2014).

todos são iguais inicialmente, mas não estão necessariamente iguais ao longo de sua jornada¹¹.

Nota-se uma clara preocupação no autor de historicizar o conceito de raça, especialmente em Cuba quando ele foi utilizado para justificar a escravidão, tardiamente abolida em 1882, bem como para explicar a participação dos diferentes grupos étnicos na luta de independência e no processo de construção da nação (GOTT, 2006). Além disso, as observações históricas feitas por Ortiz serviam para reforçar uma de suas posições centrais, a saber: de que o discurso racista servia para escamotear as práticas imperialistas da segunda metade do século XIX. Ele, mesmo reconhecendo o esforço científico presente no darwinismo e no evolucionismo, defendia a tese que, tanto quanto as “cosmogonias mitológicas”, as concepções científicas do Oitocentos “no estaban aún exenta del virus racista” (ORTIZ, 1941, p. 7). Ressaltava ainda que as teorias racistas, à época, serviram para justificar a formação dos Impérios coloniais bem como para acirrar as rivalidades imperialistas. Havia, portanto, um interesse político na retórica racista.

Tal crítica se coaduna com toda uma reflexão de boa parte da intelectualidade latino-americana diante dos rumos da Segunda Guerra Mundial. Interessante notar que o ano de 1941 foi chave para o continente desde a assinatura da Carta Atlântica em agosto, até a efetiva entrada dos Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbor. Nesse sentido, a questão do Imperialismo estava na ordem do dia dos intelectuais do período.

El desarrollo de los imperialismos coloniales de británicos, franceses, alemanes, belgas, italianos y otros, en varios continentes, particularmente en África, dieron nuevo interés político al racismo para justificar, ahora con la antropología, las subyugaciones que antes se bendecían con la Biblia abierta. Hasta los imperios de Europa se combatían entre sí con fantásticas teorías raciales. Aún no han cesado y la política totalitaria, furiosamente racista, ha puesto uniforme a la antropología, regimentándola con sus tropas de agresión. (...)La raza se desvanecía como fenómeno biológico de trascendencia social (ORTIZ, 1941, p. 7-8).

¹¹ Nesta parte cabe um pequeno esclarecimento. Falamos, do denominado nas obras de Kardec, de Fluido Cósmico Universal que seria a energia primária de onde se originam todas as coisas. A partir desta energia são constituídas as individualidades que, de acordo com o espiritismo, iniciam seu processo evolutivo. Este, com base no livre arbítrio, é definido pelo esforço de cada um. Logo, a Doutrina Espírita não defende que todos são iguais e sim que há um potencial igual de desenvolvimento. Sobre isso ver o chamado pentateuco de Alain Kardec, conjunto das cinco obras de codificação da Doutrina Espírita, em especial o *Livro dos Espíritos* e a *Gênese*. Obras que Ortiz fez referências claras ao longo de sua trajetória intelectual. As demais obras do pentateuco de Kardec são: *O Evangelho segundo o Espiritismo*; *O livro dos médiuns* e *O Céu e o Inferno*.

Ao partir para uma reflexão sobre alguns escritos de Jose Martí, Ortiz buscou legitimar sua argumentação de que o conceito de raça era impreciso, sobretudo para pensar a realidade cubana. Valendo-se da interpretação martiniana, defendeu que raça só servia para justificar mecanismos de dominação com base no binômio superior/inferior. A questão racial não poderia servir de parâmetro para estabelecer uma hierarquia social.

El término raza, aplicándolo a la gente de ‘nuestras tierras americanas’, es decir, al conjunto de pueblos de análoga cultura troncal, los de ‘nuestra América’, como luego se ha venido repitiendo. Pero Martí no se equivoca. Él sabe que ‘nuestra América’ no es ‘nuestra raza’ en un sentido biológico. (...) En el caso citado, raza quiere expresar *cultura*, como hoy se diría; pero esta acepción del vocablo no estaba todavía en uso hace 60 años, cuando escribía Martí. (...) No. *No hay razas*, dice Martí; pero al emplear el vocablo raza en su concepto más amplio, piensa que las razas sólo por ser tales razas, aun siendo distintas somáticamente, no son mejores ni peores unas que otras (ORTIZ, 1941, p. 14-15).

Em *La defensa contra el antisemitismo*, Ortiz estabeleceu uma argumentação muito mais contundente acerca dos problemas e dos limites do conceito de raça e, principalmente, de toda uma construção retórica que visava justificar os racismos, “*los malditos racismos*” que se faziam presentes “para aumenta los males de nuestra Cuba” (ORTIZ, 1955, p. 1).

Novamente, o autor denunciava que os racismos deveriam ser encarados como uma estratégia para desequilibrar a Ilha e justificar possíveis estratégias de dominação política e econômica. No entanto, neste texto, ele deixava explícito que sua preocupação residia no fato de ideias estrangeiras estarem chegando com enorme força na Ilha. Ideias estas que não coadunavam com a História e a sociedade cubana, na medida em que Cuba era formada “*por aportes humanos de diferentes orígenes*” (ORTIZ, 1955, p. 1).

O racismo, tal qual era formulado naquele momento, não se harmonizava com a formação social cubana. Esta havia sido, nos dizeres do autor, integrada por ondas imigratórias das mais diversas, nacionalidades, credos e línguas. Este contexto levou à formação de uma sociedade plural na qual não haveria espaços para manifestações racistas. “*Todo racismo es en definitiva un insulto y un peligro para todos los cubanos por igual*” (ORTIZ, 1955, p. 3).

Ao criticar a entrada de ideias antissemitas em Cuba, Ortiz elaborou uma severa crítica à toda e qualquer forma de racismo, chamando a atenção para a necessidade de se estabelecer uma política de Estado que recriminasse quaisquer atitudes racistas, assim como o país deixasse claro seu posicionamento para a comunidade internacional. Neste sentido, Ortiz destaca o posicionamento cubano, claramente antirracista por conta da Oitava Conferência Panamericana de Lima pela qual se afirmava:

1. Que de acuerdo con los principios fundamentales de equidad ante la Ley, cualquiera persecución por motivos raciales o religiosos que haga imposible a cualquier grupo humano vivir decentemente, es contraria al sistema político y jurídico de América.
2. Que el concepto democrático del Estado garantiza a todos los individuos las condiciones esenciales para desenvolver legítimamente sus actividades, dentro del respeto que merece cada persona.
3. Los gobiernos firmantes de esta declaración aplicarán estos principios de solidaridad humana (ORTIZ, 1955, p. 9).

Em texto intitulado *A cubanidade e os negros*, Ortiz formulou, pela primeira vez, a interessante metáfora do *ajiacó* como emblema da nacionalidade cubana, como símbolo de uma cubanidade, interpretando “os abraços amorosos” da mestiçagem como “augurais de uma paz universal dos sangues [...] de uma possível, desejável e futura desracialização da humanidade” (ORTIZ, 1942, p. 1), negando, portanto, as hierarquias raciais comuns até então.

Citando mais longamente o autor:

A cubanidade não pode depender simplesmente da terra cubana, onde se nasceu e nem da cidadania política que se goze: e às vezes se sofre. Na cubanidade ‘há’ algo mais do que um metro de terra molhada do que o primeiro choro de um recém-nascido, algo mais que algumas polegadas de papel branco, marcados com selos e gravuras simbólicas de uma autoridade que reconhece uma vinculação social verdadeira ou suposta. A cubanidade não dá origem: não há uma raça cubana e não há raça pura, não há nenhuma. A raça, afinal, não é mais do que um estado civil firmado por autoridades antropológicas; mas esse estado racial sabe ser tão convencional e arbitrário, e às vezes tão mutável, como o estado civil delimita o homem a tal ou qual nacionalidade. (...) A cubanidade é, sobretudo a qualidade peculiar de uma cultura, a de Cuba. Dito em termos correntes, a cubanidade é a condição da alma, complexo de sentimentos, idéias e atitudes. (...)

Mas se todas essas culturas recebessem eflúvios da cubanidade, em qual delas destilou mais a cubania? Como ocorre com o ajiaco, o sintético e o novo estão no fundo das substâncias decompostas, precipitadas, revoltas, fundidas e assimiladas em um jogo comum; combinam numa mistura de gentes, culturas e raças (ORTIZ, 1942, p. 2)

Em 1940 publicou uma conferência, *Los factores humanos de la cubanidad*, proferida em 28 de novembro do ano anterior, quando novamente utilizou *el ajiaco* como metáfora para compreender o elemento central da identidade nacional cubana (ORTIZ, 1940).

La imagen del ajiaco criollo nos simboliza bien la formación del pueblo cubano. (...) Ante todo una cazuela abierta. Eso es Cuba, la isla, la olla puesto a fuego de los trópicos, (...). Y ahí van las sustancias de los más diversos géneros y procedencias. La indiada nos dio el maíz, la papa, la malanga, el boniato, la yuca, el ají que lo condimenta y el blanco xao-xao del casabe con que los buenos criollos de Camagüey y Oriente adornan el ajiaco al servir (ORTIZ, 1940, p. 193).

A metáfora do *ajiaco* nos permite estabelecer a síntese de sua argumentação acerca da questão racial. Neste momento a raça seria um mito, um engano, pois a sociedade não podia ser entendida a partir de uma premissa meramente biológica e que mesmo nesse campo apresentava limitações. A reflexão de Ortiz passava pelo fundamento de que não existiam nem raças superiores, nem inferiores uma vez que o que poderia ser visto como a “raça” cubana, só poderia ser compreendida ao se observar o processo de integração dos aspectos culturais presentes na Ilha, ou seja, os elementos indígenas, africanos, hispânicos, latinos, anglo-saxões, judeus, asiáticos etc.

Ao longo dos anos 40, Ortiz amadureceu sua argumentação sobre o racismo, considerado por ele como um dos maiores e mais sérios problemas de Cuba. Neste período é possível notar em suas reflexões realizadas na primeira metade da década e reunidas no livro *El engano de las razas* (ORTIZ, 1945), assim como, em algumas conferências na segunda metade da década, publicadas em periódicos nos anos 50, que a superação da questão racial e a valorização da pesquisa de aspectos culturais marcaram essa etapa do pensamento do autor. Devemos salientar também que, em vários momentos é possível observar a influência de diferentes paradigmas que nos auxiliam a entender o discurso de Ortiz sobre a temática em questão.

Nos textos de *El engano de las razas* Ortiz estabeleceu uma síntese de suas reflexões elaboradas ao longo de mais de uma década. O autor

defendeu a tese de que as variações físicas de traços, altura, ossatura etc., bem como a pigmentação da cútis dos seres humanos apresentariam variações quase infinitas o que inviabilizaria a elaboração de “tipos ideais” que foram construídos a partir dessas variações. Outrossim, as características humanas não eram determinadas por fatores genéticos e sim pela transmissão de costumes, valores, crenças, ou seja, pela influência dos elementos culturais¹².

Ao justificar, em conferência proferida em 1949 (ORTIZ, 1955), os limites científicos do racismo, Ortiz em mais de um momento utilizou elementos discursivos que ora se aproximavam de alguns aspectos da retórica espírita ora se aproximavam da antropologia cultural. A influência do Espiritismo como pressuposto teórico para suas reflexões fica bastante evidente, por exemplo, nessa breve passagem, na qual explicita-se tanto a lei do progresso quanto o livre arbítrio, fundamentos centrais da Doutrina Espírita. “*Es la ciencia la que ha de elevarnos a todos, dándonos la liberación definitiva, ahuyentando los malos espíritus, asegurando el progreso y poniendo en manos del hombre la responsabilidad de sus propios destinos*” (ORTIZ, 1955b, p. 161).

Observando a produção de Fernando Ortiz desde os seus primeiros escritos, em que pesem as mudanças de referenciais, evidencia-se que a questão da história e práticas culturais da Ilha sempre esteve entre as suas preocupações. Salienta-se nesse processo tanto as pesquisas sobre as religiões quanto a música, a dança, a alimentação, as artes de uma maneira geral, e os costumes desde o vestuário até a sexualidade dos vários povos que formaram a sociedade cubana. Suas reflexões sobre raça e racismo foram, em nossa opinião, a pedra de toque de seu pensamento. Todos os seus estudos sobre os mais variados temas, tais como: música, dança, criminologia, política, História, Arqueologia etc., apresentavam a questão racial como mote para as suas reflexões.

Considerações finais

Defendemos neste artigo que Fernando Ortiz foi um dos principais representantes de um tipo de intelectual que ao longo da primeira metade do século XX foi influenciado por um caleidoscópio de ideias que caracterizavam diretamente as suas formulações discursivas.

¹² Devemos ter em mente que essa crítica à genética deve ser pensada à luz das críticas feitas ao Nazismo, no imediato pós Segunda Guerra Mundial, uma vez que os estudos genéticos foram um dos pilares das atrocidades nazistas.

Ortiz repensou a identidade cubana a partir da relativização dos preceitos racialistas, sobretudo lombrosianos, de fins do século XIX e primeiros anos do século XX, a partir da valorização de aspectos culturais do povo cubano, mais precisamente da influência de suas diferentes manifestações étnico-culturais.

Metodologicamente observamos a construção discursiva com o intuito de identificar convergências e divergências situando-a no âmbito das questões principais do período e da formação intelectual de Ortiz. Seu projeto passava, nitidamente, pela fusão das diferentes “cubas”, e que tal integração era premissa básica para pensarmos o “*ajiaco*” sobre o qual deveriam se debruçar os intelectuais cubanos. Podemos concluir que somente intelectuais capazes de dominar os valores culturais dos vários segmentos da sociedade cubana teriam condições de entender efetivamente a cultura e a identidade dessa sociedade.

Partimos da hipótese de que na primeira metade do século XX, teria ocorrido uma série de mudanças relacionadas ao conceito de raça na América Latina, expressadas, entre outras, nas obras de Fernando Ortiz. Tais mudanças, e esta foi uma das nossas questões norteadoras, pautavam-se na valorização do hibridismo cultural ocorrido no continente e considerado determinante para o advento de novas concepções de Nação formuladas pela intelectualidade latino-americana que em síntese superavam o racismo científico que caracterizou o século XIX e as primeiras décadas do século XX, por meio da positivação da ideia de mestiçagem e da afirmação de elementos não necessariamente europeus, tendo como aportes teóricos, no caso de Ortiz, – além da Antropologia Cultural, consagrado nos estudos sobre o pensador cubano – dentre outros o Espiritismo, entendido a partir de um viés universalista e de valorização de aspectos culturais multiétnicos como expressão típica da identidade cubana.

Em síntese, realizamos uma análise de conteúdo direcionada aos diferentes significados do conceito de raça nos textos de Fernando Ortiz com o intuito, conforme apontado acima, de perceber como foi elaborado discursivamente o processo de “culturalização da raça”, observando as rupturas e continuidades em relação ao racismo científico em diálogo com o panorama do desenvolvimento do discurso racial à época.

Nesse sentido, não há como buscar explicações simples e unidimensionais para compreender o pensamento de Fernando Ortiz. Consideramos que ele foi um intelectual caleidoscópico, como tantos outros latino-americanos, e a compreensão de seu ideário que no caso deste artigo buscou entender sua concepção de raça, só se faz

possível quando são observadas as várias matrizes intelectuais que o influenciaram, desde o positivismo e o lobrosianismo, passando pela Antropologia Cultural e o Espiritismo, e que suas ideias foram consequência da fragmentação de tais pressupostos tal qual um caleidoscópio que reflete em milhares de partes a luz que recebe. Neste artigo, buscamos observar algumas dessas luzes.

Referências

- ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Conocimiento, 2008. Vol. 1.
- _____. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Conocimiento, 2011. Vol. 2.
- AMARAL, Aracy. Modernidade e Identidade: as duas Américas ou três, fora do tempo. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (Org.). *Modernidade: Vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: UNESP, 1990.
- ARÉVALO, José Antonio Matos. Fernando Ortiz. La Virgen de La Caridad Del cobre: um interpretacón desde el Caribe. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, v. VIII, n. 16, p. 411-440, 2008.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. La Notion de Generation: usage sociaux et concept sociologique. In: *L'Homme et la Societé Paris*, L' HARMATTAN (90), v. 22, n. 4, 1988.
- BARREAL, Isaac (Org.). *Fernando Ortiz: etnia y sociedad*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1993.
- BERABA, Ana Luiza. *América Aracnídea – Teias culturais interamericanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BOAS, Franz. *A Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BRONFMAN, Alejandra. *Mesures of equality: social science, citizenship, and race in Cuba (1902-1940)*. University of North Caroline Press, 2004.
- CAIRO, Ana. Lydia Cabrera: praxis vanguardista y justicia cultural. In: PÉREZ, Esther; LUEIRO, Marcel. *Raza y racismo* (Antología de Caminos). Editorial Caminos: La Habana, 2009. p. 86-107.
- DIAZ QUIÑONEZ, Arcádio. Fernando Ortiz e Allan Kardec: Espiritismo e Transculturacón. In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 82, p. 109-138, 2011.
- FUNES, Patrícia. *Salvar la nación – Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- FORNET, Ambrósio. *Narrar la nación*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2009.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova História*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed UNESP, 2006.

JIMENEZ GARCIA, Antonio. *El Krausopositivismo de Urbano González Serrano*. Badajóz: Departamento de Publicaciones Disputación Provincial de Badajóz, 1996.

MOLINARI, Claudia; ENRÍQUEZ, Mariana. Antropología de la orilla y Cuba transamericana: los aportes de Fernando Ortiz al pensamiento em América Latina. *Frontera Norte*, Tijuana, México, v. 26, n. 52, p. 205-213, jul.-dez. 2014.

NARANJO OROVIO, Consuelo; PUIG-SAMPER, Miguel Angel. Delincuencias y racismo em Cuba: Israel Castelanos versus Fernando Ortiz. In: HUERTAS, Rafael; ORTIZ, Carmen (Ed.). *Ciencia y Fascismo*, Madri, Doce Calles, 1998.

_____. Fernando Ortiz: Herencias Culturales y Forja de la Nacionalidad. In: NARANJO OROVIO, Consuelo; SERRANO, Carlos (Eds.). *Imágenes y imaginários nacionales em ultramar*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Casa de Velázquez, 1999.

_____. Fernando Ortiz y las relaciones científicas hispano-cubanas. *Revista das Índias*, v. LX, n. 219, p. 477- 503, 2000.

OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro de. *Transculturação: Fernando Ortiz, o negro e a identidade nacional cubana 1906-1940*. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. Negrismo, afrocubanismo e transculturação nas trajetórias de Fernando Ortiz, Nicola Guillén e Gustavo Urrutia. 36^º Encontro Anual da ANPOCS, GT – Pensamento Social Latino-americano, [s/d.]

ORTIZ, Fernando. *Los negros brujos*. Miami: Ediciones Universal, 1973. (1. ed.: 1906).

_____. *Entre cubanos: psicología tropical*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987. (Original de 1913).

_____. La filosofía penal *de los espiritistas*. Estudio de filosofía jurídica. San Juan, Puerto Rico: Editorial Nuevo Mundo, 2012. (1. ed.: 1915).

_____. Las fases de la evolucion religiosa. *Revista Bimestre Cubana*, Havana, v. XIX n. 2, mar.-abr. 1919.

_____. La Milagrosa del Cementério de la Habana. *Archivos del Folklore Cubano*, v. III n. 3, jul.-set. 1928.

_____. “Ni racismo ni xenofobia”. Discurso proferido na seção solene de 9 de janeiro de 1929 por conta da comemoração do aniversario de fundação da Sociedad Económica de Amigos del País. *Revista Bimestre Cubana*, La Habana, v. XXIV, n. 1, jan.-fev. 1929.

_____. *Defensa cubana contra el antisemitismo*. Manifiesto da Asociación Nacional contra las Discriminaciones Racistas, de 14 de Junho 1939. Publicado na *Revista Bimestre Cubana*, v. LXX, n. 1, 1955.

_____. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Madrid: Cátedra, 2002. (1. ed.: 1940).

_____. *Martí y las razas*. Conferência de 9 de julho de 1941 por conta de homenagem a José Martí organizado pela Sociedad Cubana de Estudios Históricos e Internacionales. *Revista Bimestre Cubana*, v. XLVIII, n. 2, set.-out. 1941.

_____. “A Cubanidade e os negros”. In: Suplemento Panamericano do jornal *A Manhã* n. 8. 30/08/1942. (Original de 1939).

_____. Manifiesto da Asociación Nacional contra las Discriminaciones Racistas, de 14 de junho 1939. *Revista Bimestre Cubana*, v. LXX, n. 1, 1955.

_____. Los factores humanos de la cubanidad. *Revista Bimestre Cubana*, v. XLV, n. 2, mar-abr.1940.

_____. *El engaño de las razas*. Havana: Fundacion Fernando Ortiz, 2011. (Original de 1945).

_____. Palestra realizada no Club Atenas de la Habana em 19 de mayo de 1949. *Revista Bimestre Cubana*, v. LXX, n. 1, 1955.

SIRINELLI, Jean-François. *Le Génération: la construction du temps historique*. Paris: Histoire au Present, 1991.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política*. Lisboa: DIFEL, 2005.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX*. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2426/1516>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

VALDÉS, Eduardo Devés. *Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Biblios Editora, 2001.

YELVINGTON, K. A. The Inventon of Africa in Latin America and the Caribbean. Political discourse and Anthropological praxis, 1920-1940. *Afro-Atlantic Dialogues: Anthropology in the Diaspora*. Santa Fe, N.M.: School of American Research Press, 1996. p. 35-82.

Recebido: 16 de novembro de 2015

Aprovado: 12 de fevereiro de 2016

Autor/Author:

FERNANDO VALE CASTRO <valecastroufrj@gmail.com>

- Professor de História da América do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (Prof.Hist/UFRJ). Doutor em História Social da Cultura pela Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Programa de Estudos Americanos (PEA/UFRJ). Publicou capítulos de livros e artigos sobre História Intelectual. Autor do livro *Pensando um Continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul* (Mauad, 2012) e um dos organizadores de *Raça: trajetória de um conceito* (Ponteio, 2014).
- Professor of History of America in the Institute of History at the Federal University of Rio de Janeiro, in the Graduate Program in Social History (PPGHIS/UFRJ) and the Professional Masters in History Teaching (Prof.Hist/UFRJ). PhD in Social History of Culture at the Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio). Post-PhD fellowship in History from the University of São Paulo (USP). Researcher at the American Studies Program (PEA/UFRJ). Has worked on and published book chapters and articles about Intellectual History. Author of the book *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul* (Mauad, 2012), he was also one of the editors of *Raça: a trajetória de um conceito* (Ponteio, 2014).

A política é a arma do negócio: o papel dos EUA e das Corporations na construção da ditadura chilena

*Politics is the weapon of the business:
the role of USA government and the corporations
in Chile's dictatorship*

*La política es el la arma del negocio:
el papel de los Estados Unidos y de las Corporations
en la construcción de la dictadura chilena*

Tatiana Poggi*

Resumo: Este artigo busca abordar as relações entre o governo EUA e grandes conglomerados privados norte-americanos e chilenos, revelando seu papel na derrubada do governo Allende e na construção da ditadura no Chile. Primeiramente, destacaremos as relações entre o poder público e os interesses privados, influenciando políticas públicas, comumente expostas como de interesse nacional, público, de todos. Então, procuraremos entender o processo de construção da ditadura chilena a partir de uma abordagem global, relacionado às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, marcado pela transnacionalização da produção, da política, de ideologias e mentalidades.

Palavras-chave: Chile; ditadura militar; EUA; empresários

Abstract: This paper addresses the relations between the US government and north-American and Chilean conglomerates, unveiling their role overthrowing Allende's government and sustaining the dictatorship in Chile. We start by presenting a theoretical discussion highlighting the relationship between public power and private interest, which influences policymaking. Second, an analysis of the social construction of the dictatorship in Chile is presented, connected to the contemporary dynamics of capitalism, characterized by the transnationalization of production, politics, ideologies and mentalities.

Keywords: Chile; military dictatorship; USA; business

* Doutora. Professora de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF).
<tatiana.poggi@gmail.com>

Resumen: Este artículo busca abordar las relaciones entre el gobierno de los Estados Unidos y grandes conglomerados privados norteamericanos y chilenos, revelando su papel en la caída del gobierno Allende y en la construcción de la dictadura en Chile. En primer lugar, destacamos las relaciones entre el interés público y los intereses privados y de que manera influyen en las políticas públicas, comúnmente expuestas como de interés nacionales, público, de todos. Finalmente, buscamos entender el proceso de construcción de la dictadura chilena desde un enfoque global, en relación con las dinámicas del capitalismo contemporáneo, marcado por la transnacionalización de la producción, de la política, de ideologías y mentalidades.

Palabras clave: Chile; dictadura militar; EE.UU.; empresarios

Os espaços de atuação do capital nacional e transnacional

Em *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*, René Dreifuss (1986) aborda as diversas formas da classe dominante fazer política e se relacionar com o poder, desde as mais explícitas, como o financiamento de campanha de candidatos, até as mais sofisticadas e profundas, como a articulação política suprapartidária em organizações privadas transnacionais. Seu esforço está em desvendar como os setores dominantes se organizam e atuam na arena política, explicitando as íntimas relações entre poder econômico e poder político, de modo a que possamos entender como “uma classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político-organizacionais” (DREYFUSS, 1986, p. 21).

Ancorado no pensamento político de Gramsci, Dreifuss dedica-se nesse livro especialmente ao estudo dos organismos privados transnacionais, criados pela classe dominante dos países centrais, entendendo-os como sustentáculos ideológico-políticos da dominação. Tais organismos consistiriam em institutos de pesquisa, fundações, clubes de empresários e agências de planejamento e consultoria, visando conquistar, salvaguardar e consolidar sua posição, seus privilégios na sociedade e no campo internacional. O investimento em espaços políticos privados dessa natureza, aliado ao controle dos meios de produção, assegurariam a consecução dos objetivos e interesses dos grupos dominantes, expressos através da implementação de políticas públicas e do uso dos aparatos de força do Estado em benefício desse setor. Tal processo de direção política e ideológica, conjugado à coerção

econômica e à autoridade sobre a violência legítima, foi nomeado por Gramsci como construção de hegemonia.

A relação de hegemonia é um processo em permanente construção, uma relação social complexa e dinâmica, convivendo o tempo todo com resistências e antagonismos de variadas dimensões. Nesse sentido, os espaços ou os canais através dos quais a hegemonia ou a dominação são construídos tornam-se espaços de conflito, espaços de luta. As instituições públicas, ou seja, a ossatura material do Estado, os aparelhos de hegemonia, os partidos e a política, de uma forma geral, configuram espaços de disputa por excelência.

Os organismos privados contribuem por tornar a ação política mais eficaz, propiciando os instrumentos (informação, análise, articulação e formulação de diretrizes) para uma melhor organização e operacionalização dos anseios de uma classe na forma de um projeto de sociedade. Não por acaso, boa parte desses organismos se constituem em centros de pesquisa, de estudos estratégicos, fundações, clubes e associações que financiam e estimulam pesquisas. O poder de uma classe é igualmente exercido através de sua ação política, implementada e planejada estrategicamente nesses espaços privados de hegemonia. Como podemos perceber, projetos, campanha e a política de uma forma mais abrangente ultrapassam a organização político-partidária, incluindo também os organismos privados.

Pelo lado do Estado, poder-se-ia, então, pensar que este estaria refém dos dítames do empresariado e seus organismos privados. Correntes heterodoxas do marxismo, em especial no âmbito do pensamento gramsciano, apostam na dialética, construindo fortes críticas ao mecanicismo e às abordagens reflexivas da relação Estado-sociedade. O Estado, então, é entendido dentro de uma perspectiva relacional, expressando a correlação de forças de um dado contexto histórico. Projetos, campanhas, legislações e as políticas públicas de forma geral são construções dos homens; homens com interesses, opiniões e gostos, que se articulam politicamente e atuam no Estado diretamente ou por meio de outros homens que representam seus interesses. O Estado não é uma esfera neutra, que atua objetivamente; também não consiste num espaço vazio a ser tomado. O Estado é uma construção social e por isso expressa as contradições dos homens e da sociedade; expressa conflitos, desigualdades e resistências (GRAMSCI, 2002, p. 11-111; POULANTZAS, 1985, p. 141-187).

De acordo com James O'Connor, o Estado no capitalismo, através das ações políticas articuladas pelos homens, desempenha duas funções

básicas: acumulação e legitimação. O Estado tem de tentar manter ou criar as condições necessárias para uma exponencial acumulação de capital, ao mesmo tempo em que deve trabalhar para manter ou criar condições que minimizem conflitos sociais. O emprego aberto da força para auxiliar a acumulação de capital põe em xeque a legitimidade do governo vigente, abalando sua base de apoio social. Entretanto, ignorar assistência ao processo de acumulação põe em risco a fonte de seu próprio poder, bem como a capacidade de produção de excedentes econômicos e, conseqüentemente, os impostos arrecadados desse mesmo excedente. “O Estado deve envolver-se no processo de acumulação, porém tem de fazê-lo mistificando sua política, denominando-a algo que não é, ou tem de ocultá-la (por exemplo, transformando temas políticos em temas administrativos)” (O’CONNOR, 1977, p. 19).

Assim, O’Connor destaca primeiramente a estreita relação entre poder público e privado e, finalmente, o fato de todas as despesas e políticas públicas terem um duplo caráter: carregar esse duplo compromisso com a acumulação e com a legitimação. O duplo compromisso, explica também muito sobre a forma como as ações políticas são traduzidas, expressas publicamente de forma burocratizada, institucionalizada – como se burocracias, instituições e políticas públicas não fossem também construções sociais – ou mesmo naturalizada.

Segundo Dreifuss, os primeiros grupos privados transnacionais, voltados para a construção de hegemonia surgiram no início do XX. Os *Round Table Groups* foram concebidos como um esforço de montagem de uma rede de organizações britânicas e norte-americanas, sob a liderança dos empresários Cecil Rhodes e William Stead, além do apoio de J. P. Morgan. Mesmo ganhando destaque durante a Primeira Guerra Mundial, ao participar da formulação dos projetos de guerra do império britânico, os *Round Table Groups* não tiveram vida longa, durando apenas 10 anos.

O *Council on Foreign Relations* (CFR), apesar de não ser um organismo propriamente transnacional, primando pela expansão dos interesses do capital norte-americano, teve mais sucesso em construir hegemonia a longo prazo. Fundado em 1918, o CFR foi o primeiro grande organismo privado a ser bem sucedido na interação orgânica entre os mundos dos negócios e da finança, da política, da imprensa e das universidades. O organismo tinha como objetivo analisar, formular e avaliar diretrizes públicas e privadas, indispensáveis para sustentar a projeção do capitalismo norte-americano. Seu corpo de membros reunia industriais, banqueiros, militares, intelectuais, burocratas,

grandes figuras da mídia, empenhados em combater as propostas intervencionistas e distributivas do New Deal, bem como a abordagem isolacionista da política externa norte-americana (DOMHOFF, 1971, p. 89-90; WOLFE, 1981, p. 37).

Contudo, apenas a partir da década de 1940, através do *War and Peace Studies*, o CFR encontraria mais receptividade e espaço para implementar seus projetos. Os estudos buscavam conjugar os interesses industriais e financeiros com as demandas das grandes lideranças civis e militares em tempo de guerra. Entretanto, mais até que os propósitos de guerra, os estudos diziam respeito a uma nova ordem política e econômica, construída após a guerra e adequada às necessidades do empresariado vinculado ao CFR.

A experiência e o êxito do CFR estimularam a fundação, em 1942, do primeiro organismo privado transnacional nos EUA, o *Committee for Economic Development* (CED). Segundo Karl Schrifftgiesser, o CED consistiria numa combinação de empresários e acadêmicos de grandes universidades, num esforço conjunto de pesquisa econômica e *policy-making*, “um experimento intelectual inigualável na comunidade de negócios da América – uma fusão das melhores mentes das corporações mais bem-sucedidas e das melhores universidades, neste esforço comum” (SCHRIFTGIESSER, 1960, p. vi-vii).

Outro diferencial trazido pelo CED, além do já mencionado caráter transnacional e, portanto, não restrito apenas ao avanço dos interesses do capital norte-americano, foi tentar atrair pra sua base de apoio não apenas os sujeitos mais diretamente beneficiados com seus projetos, mas também outros segmentos da sociedade por meio do investimento em estratégias ideológicas e propagandísticas. Daí a preocupação constante em estabelecer conexões com outros organismos privados, *think tanks* ao redor mundo; em fomentar a organização política do empresariado; em popularizar e expandir seus ideais dentre os setores dominados. Tais laços solidificam a rede de suporte aos interesses do capital internacional. Este esforço de projetar internacionalmente seus interesses e anseios particulares, de classe, como interesse geral fez do CED um autêntico partido no sentido gramsciano¹.

¹ Além do CED podemos citar outros importantes organismos privados transnacionais e *think tanks* de âmbito nacional, surgidos posteriormente. Em seu corpo de diretores, encontramos boa parte dos membros do CED e do CFR: *Business Council, Trilateral Comission, Business Roundtable, Action Committee for Europe, Rand Corporation, Brookings Intitution, Heritage Foundation, Hudson Institute, Institute for Defense Analysis, Century Association, Rockefeller Commission, Foreign Policy Association*.

A partir as décadas de 1950 e 1960, empresários dos países centrais voltaram sua atenção às políticas de desenvolvimento da periferia, investindo fortemente na transnacionalização de suas unidades produtivas – multinacionais – e no “apoio político e econômico aos governos e às elites modernizante-conservadoras, consideradas “pró-ocidentais”, que favoreciam a transnacionalização dos mercados, das estruturas produtivas e dos circuitos financeiros” (DREIFUSS, 1986, p. 106).

Novamente observamos a ação contundente do CED assessorando as administrações Eisenhower, Kennedy e Johnson no sentido da necessidade de modernização da periferia, em especial da América Latina; estreitando laços e financiando entidades latino-americanas de natureza semelhante²; desenvolvendo projetos conjuntos no sentido da globalização econômica e da contenção de tendências políticas perigosas de cunho coletivista, “esquerdista”.

Para além do CED, outros organismos desempenharam um papel no tocante às relações com a América Latina, explicitando o poder de influência do empresariado na condução de políticas públicas nos EUA e na América Latina. São eles: Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp), *United States Inter-American Council*, *Business Group for Latin America*, *Latin American Information Committee*, *Council for Latin America*, *Council of the Americas*, *Americas Society*. Esses organismos alimentaram grandes programas públicos de desenvolvimento como a “Aliança para o Progresso”, promovido pelo governo Kennedy (DREIFUSS, 1986, p. 111)³.

Os grupos privados latino-americanos, por sua vez, buscavam construir consenso no interior de suas próprias sociedades, estar à frente da direção intelectual e moral para por em prática projetos alinhados com a modernização conservadora. Para isso, fazia-se necessário

² Brasil: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), Sociedade de Estudos Interamericanos. Chile: *Instituto Privado de Investigaciones Económico-Sociales*, *Foro de la Libertad de Trabajo*. Argentina: *Centro de Estudios sobre la Libertad*, *Foro de la Libre empresa*, *Acción Coordinadora de las Instituciones Empresariales Libres*. Peru: *Instituto de Acción Social*, *Centro de Orientación Económico-Social*, *Acción para el Desarrollo*. México: *Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas (Ilse)*, *Centro de Estudios Monetários Latino-Americanos*. Venezuela: *Instituto Venezolano de Analisis Económico-Social (Ivaes)*, *Unidade de Acción Vallecana (UAV)*. Colombia: *Centro de Estudio y Acción Social*, *Fundación para Estudios sobre la Libertad*.

³ “O comitê de empresas para a implementação da Aliança para o Progresso era composto de diretores de grandes corporações com interesses vultosos na América Latina, entre elas, a *Grace Line*; *Caterpillar Tractor Co.*; *Godfrey L Cabot*; *The Anaconda Co.*; *Standard Oil*; *Marshal Erdman*; *Koppers Co.*; *Sears*; *Roebuck & Co.*; *Ford Motor Co.*; *Willys Motors*; *Aluminium Co.*; *International Minerals & Chemical Corp.*; *General Foods Corp.*; *Food Machinery*; *Chace Manhattan Bank*; *American Machine*; *The First Boston Corp*; *Pan American*; e *First National City Bank*.” (DREIFUSS, 1986, p. 111).

investir na formulação de um projeto de sociedade e de um conjunto de políticas públicas que viessem expressar os anseios e visões de mundo do empresariado regional, bem como na desarticulação dos grupos subordinados e oposicionistas, através de estratégias de convencimento e/ou mecanismos de coerção pública e privada.

As formas de organização e articulação política do empresariado chileno

No Chile, em particular, observamos essa forma de organização política em grupos como a *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA), a Cia de Estudos Sociais Econômicos e Culturais (Codesec), *Foro de la Libertad de Trabajo* e *Instituto Privado de Investigaciones Economica y Sociales* (IPIES). Temos aqui algumas entidades atuando exclusivamente na produção de conhecimento e de um discurso numa dada direção. As pesquisas produzidas por essas associações visavam organizar intelectualmente um projeto de sociedade, um modo de vida que viesse a atender diretamente os interesses do empresariado chileno e transnacional, pensando estratégias políticas que concretizassem esse ideal. Mais que isso, visavam convencer parcelas mais amplas da sociedade de que seus ideais, seu sonho de mundo era também o sonho a ser perseguido pelos setores populares chilenos, em resumo, que todos se beneficiariam com a implementação do projeto do empresariado.

Já a SOFOFA, outra entidade de destaque na defesa dos interesses do empresariado, se configura como clássica organização patronal similar a *Sociedad Nacional de Agricultura*, cumprindo uma função organizativa de classe, na promoção e defesa dos interesses de um determinado setor, a dizer o setor industrial chileno.

A SOFOFA foi fundada em 1883 com o propósito de fomentar o investimento em atividades manufatureiras, promover o desenvolvimento industrial e capacitação de mão-de-obra, estimulando a iniciativa privada e o livre mercado. Tais objetivos, bem como o uso da política como canal para realização de seus anseios aparecem de forma bem explícita na página eletrônica da associação.

SOFOFA promueve el desarrollo industrial y el crecimiento económico del país, impulsando y proponiendo políticas públicas que fomenten la inversión, el emprendimiento, la capacitación permanente de los recursos humanos y la generación de empleos.

Junto con ello, estimula la iniciativa privada, el libre mercado, y la apertura al comercio exterior⁴.

Ao longo deste tempo, a SOFOFA esteve à frente de projetos de promoção do progresso industrial como a Exposição Nacional de 1884; produziu estatísticas nacionais sobre atividade industrial no Chile, publicando-as em boletins regulares; assentou as bases do Decreto-lei sobre a propriedade industrial de 1925; participou das discussões de acordos comerciais estudadas pelo Ministério das Relações Exteriores; e ainda promoveu iniciativas educacionais como a *Escuela Profesional de Niñas de Santiago* (1887), a *Escuela Nocturna de Dibujo de Valparaíso* (1894) e a *Escuela Práctica de Obreros Electricistas y de Manejo de Motores* (1898)⁵.

Hoje, agrupa um conjunto de aproximadamente 2500 empresas nacionais e transnacionais, 38 associações setoriais e 8 gremios empresariais regionais, representando 100% da atividade industrial do Chile. Importantes empresas da época de fundação como *Compañía de Consumidores de Gas*, *Farmoquímica del Pacífico*, *Sociedad Industrial Kunstmann* e *Compañía Sudamericana de Vapores*, tornaram-se gigantes do mercado; a SOFOFA cresceu, incorporando novas empresas chilenas e, com o tempo, também alguns ícones do capital transnacional.

Tal direcionamento no desenvolvimento da SOFOFA pode ser observado ao analisarmos a composição dos quadros componentes do comitê executivo e dos conselhos consultivos da entidade. A primeira instância ainda permanece sob o controle do capital chileno. Compõem o comitê executivo: *Molymet*, *Viñedos Emiliana S.A.*, *COPSA*, *ASIMET*, *Camport*, *ASIVA*, *Enaex S.A.*, *Celulosa Arauco y Constitución S.A.*, *Manufacturas Interamericanas*. Já o conselho consultivo é um pouco mais plural, incluindo renomadas multinacionais do Brasil, Espanha, Franca e Suíça⁶.

⁴ Página eletrônica SOFOFA. Qué es SOFOFA? Disponível em: <<http://web.sofofa.cl/corporativa/quienes-somos/?que-es-sofofa/>>. [Acesso em: maio 2014].

⁵ Página eletrônica SOFOFA. Historia SOFOFA. Disponível em: <<http://web.sofofa.cl/corporativa/quienes-somos/historia-sofofa-industria-pionera/>>. [Acesso em: maio 2014].

⁶ Conselho Consultivo: *Fabricas Arteaga S.A.*, *Hilados y Tejidos Garib S.A.*, *Caucho Nova Ltda.*, *Enlozados Cóndor S.A.*, *Enaex S.A.*, *Alimentos Marinos S.A.*, *Inpol Ltda*, *Metalpar S.A.*, *J. Riveros S. A.I.C.*, *Compañía de Inversiones Valle Alegre, Saieg y Cia Ltda.*, *Forus S.A.*, *Pesquera Iquique Guanaye S.A.*, *Enersis S.A.*, *Galva Ocho Ltda.*, *Indura S.A.*, *SQM S.A.*, *Lan Airlines S.A.*, *Celulosa Arauco y Constitución S.A.*, *Corpora S.A.*, *Iansa S.A.*, *Carozzi S.A.*, *Quiñenco S.A.*, *CGE*, *Empresas CMPC S.A.*, *Molinera e Industrial de Azapa S.A.*, *Cencosud*, *Forus S.A.*, *DyS*, *Asociación Chilena de Seguridad*, *CTI S.A.*, *Lipigas S.A.*, *SONDA S.A.*, *Empresas COPEC S.A.*, *Morgan Impresores S.A.*, *Compañía Electro Metalúrgica S.A.*, *Compañía General de Electricidad S.A.*, *Molymet*, *Cia. Sudamericana de Vapores*, *AGROSUPER*, *Cemento Polpaico*,

A SOFOFA configura um exemplo de um organismo privado, originalmente atuando em âmbito nacional, que se internacionaliza, ou seja, passa a representar e expressar os interesses do capital nacional e transnacional concomitantemente, sem que esses sejam necessariamente conflitantes.

Trata-se aqui de entender o processo de derrubada governo Allende e construção da ditadura chilena como um projeto de classe, muito mais do que derivado de condicionantes puramente externos ou internos. Defendo, antes de tudo, que os interesses são de classe, do empresariado, e esses atravessam fronteiras.

É certo que há conflitos, divergências e interesses particulares entre setores do empresariado, entre empresas nacionais e estrangeiras. Todavia, a experiência recente da SOFOFA revela o fortalecimento da tendência à internacionalização do capital e, analogamente, o crescimento de organismos privados transnacionais dedicados à defesa dos interesses do capital, independente de sua origem⁷. Além disso, em tempo de crise de legitimidade, de ataque aos interesses da classe dominante e de falta de estabilidade política, as desavenças intraclasse se amenizam, ainda que estrategicamente, para que se promovam ações conjuntas.

É segundo essa perspectiva que entendemos o papel dos EUA no golpe e na manutenção da ditadura chilena. Esses processos não devem em absoluto ser vistos como derivados de forças externas, no caso, dos interesses norte-americanos na região. Uma análise nessa direção só viria a corroborar o mecanicismo e as abordagens reflexivas, criticadas há pouco. Acredito que a participação norte-americana deva ser explorada e investigada em conjunto com as estratégias do empresariado chileno para reaver seu lugar de direção política, cultural e moral da sociedade; como um projeto de classe, um projeto social que se expressa numa proposta política (FONTANA, 1998, p. 9-10), atendendo aos interesses do empresariado chileno e de parte do empresariado norte-americano.

Viñedos Emiliana S.A., VULCO S.A., CMPC MADERAS S.A., IPAL S.A., MELÓN S.A., Empresas El Mercurio S.A.P., CAP S.A., Emel S.A., Watt's Alimentos, Malterias Unidas S.A., AES GENER S.A., GTD Teleductos, B.O. Packaging, Veteroquímica, NCR, SODEXO CHILE, Gerdau Aza S. A., Telefónica Chile S.A., Citroen Chile S. A. C, Nestlé Chile. Página eletrônica SOFOFA. História SOFOFA. Disponível em: <<http://web.sofofa.cl/corporativa/quienes-somos/estructura-corporativa/>>. [Acesso em: maio 2014].

⁷ Podemos citar alguns outros organismos transnacionais que atuam mundialmente nesse sentido como a Sociedade de *Mont Pelerin*, a Comissão Trilateral, *RAND Corporation*.

O tempero yankee no caldeirão político do Chile

A história da ditadura chilena se mistura com a história das empresas no Chile, bem como com a história das multinacionais na economia chilena e das suas relações com o governo chileno e norte-americano. Para entender o papel desempenhado pelo empresariado transnacional, bem como as relações entre Chile-EUA e o envolvimento da CIA durante o período é necessário voltarmos um pouco no tempo, uma vez que a construção do regime ditatorial está intimamente ligada à derrubada do governo democrático popular de Salvador Allende.

As relações entre Chile e EUA tornaram-se mais tensas entre os anos 1960 e 1970 em virtude da maior articulação dos partidos de esquerda e da conquista de seus candidatos de espaços no parlamento e assumindo cargos ministeriais. As tensões se tornam mais evidentes durante a eleição de 1964, disputada por Eduardo Frei e Salvador Allende. Frei, o candidato democrata-cristão, vence as eleições, apoiado e financiado pelo governo norte-americano.

Documentos disponibilizados pela *Intelligence Community* em setembro de 2000 revelaram a profundidade e natureza das atividades e intervenções dos EUA, em especial da CIA, no Chile entre os anos 1960 e 1970 (*CIA Activities in Chile*, 2000). O objetivo das primeiras intervenções, até Allende assumir a presidência, era desacreditar lideranças políticas inclinadas ao marxismo ou qualquer proposta reformista de cunho coletivista, em especial Allende, e fortalecer e encorajar a oposição civil e militar. Sob a direção direta da Casa Branca e de Comitês de Coordenação de Política Interagencial, foram, então, elaboradas uma série de operações clandestinas a serem executadas pela CIA, que incluíam esforço propagandístico, apoio financeiro a grandes corporações de mídia locais de oposição a Allende e outros líderes favoráveis à projetos populares, além de apoio político e financeiro à partidos e candidatos afinados com os interesses norte-americanos.

Através do projeto *5412 Panel Special Group* a CIA direcionou recursos financeiros constantes ao Partido Democrata Cristão em apoio ao candidato Eduardo Frei; fomentou propaganda de oposição a Allende por meio de um programa de ação política e propaganda direcionada, além do apoio a grupos civis; fez um pagamento em suporte à Frente Democrática; providenciou assistência clandestina ao Partido Radical (*CIA Activities in Chile*, 2000).

As investidas da CIA continuaram, mesmo Allende sendo derrotado nas eleições. Entre 1967 e 1969, como parte das ações políticas de

propaganda, a CIA (*40 Committee*) autorizou verbas significativas para estações de rádio e jornais de grande circulação, bem como um workshop sobre estratégias de propaganda política. Nas eleições de 1969 para o Congresso, a agência (*303 Committee*) apoiou candidatos moderados (*CIA Activities in Chile*, 2000).

O clima ficou mais tenso à época da formação do bloco democrático-popular conhecido como UP, cimentando a aliança entre o Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Social-democrata e MAPU (*Movimiento de Acción Popular Unitário*). A vitória de Allende nas eleições de 1970 mudou o caráter das investidas dos EUA no Chile. O memorando da reunião do *40 Committee*, de 9 de setembro de 1970, dias após a vitória de Allende, evidencia a articulação do golpe. Os membros do Comitê mostravam-se descreditados diante cenário não apenas da vitória de Allende, mas da dificuldade de articulação da oposição e de uma ação do Congresso.

[Broe] apontou que Frei é uma peça essencial para o sucesso de qualquer ação, do congresso ou militar, para frustrar a tomada de poder por Allende e que o embaixador Korry está pessimista quanto à perspectiva de Frei poder fazer algo além de lamentar a vitória eleitoral de Allende. (...) Sr. Helms, notando que uma ação do Congresso contra Allende era pouco provável, fez uma observação pessoal que, uma vez que Allende assumisse o poder, é previsível que a oposição de desintegro e entre em colapso rapidamente. Ele mostrou-se preocupado que Allende neutralizasse os militares e a polícia, não havendo mais formas efetivas de articular oposição a ele. Sem defender abertamente um golpe, ele pontuou que um golpe militar contra Allende teria poucas chances de sucesso a não ser que compreendido logo (*Minutes of the 40 Committee Meeting*, 1970).

A CIA, então, pôs em prática um projeto em duas etapas para impedir que o presidente assumisse o cargo. Segundo o relatório do *Church Committee*, o projeto havia sido aprovado diretamente pelo presidente Nixon e seu secretário de defesa Henry Kissinger, em reunião com o diretor da CIA Richard Helms e o procurador geral John Mitchell em 15 de setembro de 1970. A primeira fase, *Track 1*, consistiria em uma estratégia constitucional, tentando influenciar o governo chileno a não reconhecer a vitória de Allende, pois não teria vencido a disputa por maioria absoluta. Não tendo sucesso nessa investida, passou-se à segunda fase, *Track 2*, que previa instigar um golpe de Estado de forma a impedir a ascensão de Allende a presidência. Para por em prática o

golpe, a CIA trabalhou conjuntamente com três grupos, articulando uma conspiração que envolvia o sequestro do comandante Rene Schneider. A CIA forneceu armamentos como gás lacrimogêneo, metralhadoras e munição aos grupos. No correr dos acontecimentos, o golpe fracassou, mas levou à morte do comandante Schneider, evento do qual a CIA não se responsabiliza, afirmando que a intenção não era matá-lo (*CIA Activities in Chile*, 2000).

Além da articulação de um golpe, Nixon e Kissinger exigiram ainda que se colocassem práticas medidas para “esganar a economia” chilena (*make economy scream*) (*CIA Activities in Chile*, 2000). Enquanto o golpe resultou em fracasso, a coerção econômica e a continuidade das investidas em propaganda oposicionista foram certamente mais frutíferas. Como veremos adiante, as pressões econômicas revelam as estreitas relações entre governo norte-americano e os grandes conglomerados transnacionais e os impactos desses interesses na sociedade chilena.

A política econômica do presidente Allende assumira um forte tom reformista e nacionalista, prezando por políticas voltadas para a ampla redistribuição de riqueza, nacionalização da exploração dos recursos naturais e de serviços essenciais. Tais medidas ameaçavam diretamente os interesses de grandes companhias nacionais e transnacionais que atuavam nos ramos da mineração, telecomunicações, transporte, etc.

Um programa de reformas nessa direção teria de enfrentar forte oposição. Em resistência às reformas reagiram os empresários, articulando-se com os setores médios e parte da classe trabalhadora e organizando manifestações, protestos e paralisações em todo o país. Segundo Aggio, “a crise de outubro representou a ofensiva mais incisiva e geral da oposição desde o início do governo Allende” (AGGIO, 1993, p.137), revelando o alto grau de mobilização e coordenação da oposição, dirigida pelas organizações patronais. Estavam à frente do processo de articulação política da oposição alguns dos aparelhos privados mais fortes do empresariado chileno, como a Confederação da Produção e do Comércio e a Frente Nacional da Atividade Privada. Essas duas entidades assumiram a direção na articulação das críticas e demandas exigidas por um conjunto de associações comerciais, industriais, da produção agrícola, construção civil, transportes, além de técnicos e profissionais de nível médio (GARRETÓN; MOULIAN, 1983, p. 101).

Outubro de 1972 vivenciou uma série de manifestações, paralisações e greves. Protestos inicialmente localizados, fenômenos regionais, limitados a setores particulares da economia e com reivindicações corporativas ganharam rapidamente dimensão nacional.

Esse resultado foi possível graças à atuação político-organizativa dos aparelhos privados do empresariado, que trabalharam na superação dos interesses corporativos, particulares de cada ramo do empresariado, e geradores disputas internas, em favor de um projeto comum, agregador dos interesses de classe. Além disso, esses organismos tiveram êxito ainda na conquista de apoio político para além da classe dominante, convencendo parte da classe trabalhadora, em especial os setores médios (AGGIO, 1993, p. 137).

A reação das companhias estrangeiras às iniciativas de Allende veio justamente no sentido de ameaçar a estabilidade do governo com um possível colapso econômico. Grupos como o gigante das telecomunicações IT&T, as mineradoras *Anaconda Copper* e *Kennecott*, a farmacêutica *Pfizer Chemical*, *Purina* e *Bank of America* organizaram-se no *Ad-Hoc Committee on Chile*, sediado em Washington D.C., visando combater a política de nacionalização do governo Allende. O Comitê funcionava como um canal, através do qual as empresas procuravam influenciar a política externa dos EUA em relação ao Chile, fazendo lobby a favor de seus interesses (KLEIN, 2008). Audiências do Senado norte-americano de 1973 revelam que IT&T recomendou a Kissinger que suspendesse todos os tipos de ajuda econômica ao Chile, além de sugerir ao governo Nixon um plano de golpe preparado pelos analistas da empresa (KLEIN, 2008, p. 65).

As relações com o poder público, contudo, são muito mais profundas e remontam ao início dos anos 1960. No bojo da Guerra Fria e de iniciativas como a “Aliança para o Progresso”, grandes corporações fundaram, sob o aval do presidente Kennedy, um organismo privado de nome Business Group for Latin America. No grupo estavam organizadas gigantes empresariais como *IT&T* e *Anaconda Copper*, com investimentos diretos no Chile, além de *Standard Oil*, *United Fruit*, *U.S. Steel*, *Ford Motors*, *E.I. Dupont* e *Pepsico*. Seu objetivo era discutir com integrantes da administração Kennedy diretrizes governamentais para a América Latina, tendo em vista os “problemas políticos” da região (DREIFUSS, 1986, p. 111).

Documentos da CIA revelam que empresários norte-americanos com negócios no Chile procuraram agentes oferecendo fundos para ajudar no combate ao “perigo vermelho” e financiar candidatos conservadores. Nessas iniciativas, a *IT&T* mostrou-se como ponta de lança, sendo um de seus diretores, John McCone, um ex-diretor da CIA até 1964. McCone serviu de “ponte” entre a empresa e a CIA, organizando mais de 40 reuniões entre executivos da IT&T e agentes

da CIA (KORNBLUH, 2003; WOODIWISS, 2007, p. 175). Temos hoje uma quantidade significativa de registros, documentos e livros que atestam a participação direta da *IT&T* na construção e manutenção da ditadura chilena.

Fundada na década de 1920 como uma empresa de telefonia, a *IT&T* rapidamente se diversificou, adquirindo uma vasta gama de empresas como distribuidoras de alimentos, locadoras de automóveis, empresas de mídia e seguros. Nos anos 1960, a *IT&T* tornara-se um dos maiores conglomerados dos EUA, detendo um total de 350 companhias. Das inúmeras aquisições e fusões feitas ao longo da história da empresa, a compra da *Hartford Fire Insurance*, maior seguradora dos EUA, colocou a *IT&T* numa posição complicada frente à legislação antitruste. E em 1969, um comitê da Câmara dos Deputados preparou um estudo minucioso sobre os seis maiores conglomerados nos EUA, convocando-os para depor. Esse foi o primeiro capítulo de uma longa história de pressões da *IT&T* sobre o governo Nixon, com vistas a abrandar os efeitos da legislação antitruste e influenciar a política externa no tocante ao Chile (SAMPSON, 1973, p. 13, 146, 152, 159).

A *IT&T* tinha vultosos investimentos no Chile, de serviços de telefonia, à rede de hotéis *Sheraton* e o jornal *El Mercurio*. O aumento de popularidade de candidatos como Allende e de um projeto de sociedade como o da UP preocupavam o empresariado. O livro “The Pinochet File”, escrito por Peter Kornbluh (2003) logo após a abertura dos arquivos da CIA sobre o envolvimento no Chile, descortina a tentativa da *IT&T* de fornecer recursos financeiros a CIA para que fossem empregados em esforços contra Allende. A agência não aceitou o dinheiro, mas indicou o nome de um indivíduo de confiança que poderia canalizar os fundos para campanha de Jorge Alessandri.

Durante o governo Allende, a *IT&T* investiu forte na campanha de oposição, procurando articular outras empresas no sentido de exercer pressão econômica contra o Chile. Além do já mencionado *Committee on Chile*, a *IT&T* foi aos bancos fazer lobby em prol do retardamento de créditos ao Chile. Com a chegada Allende ao poder, o Chile teve o crédito de curto prazo cortado por cinco bancos norte-americanos: *Chase Manhattan*, *Chemical*, *First National City*, *Manufactures Hanover*, *Morgan Guaranty* (WOODIWISS, 2007).

Contudo, as fragilidades do governo Allende não podem ser somente atribuídas à organização do empresariado nacional e transnacional ou ao apoio do governo norte-americano à oposição. Devemos olhar também para o impacto da falta de habilidade do governo em negociar e dialogar

com sua própria base. Mais uma vez, Aggio e Garretón nos ajudam a ver outras dimensões da crise e das tensões e conflitos internos da esquerda. Outubro de 1972 é também o mês da paralisação caminhoneiros. A reação do governo foi violenta e autoritária, decretando estado de emergência em 10 províncias, o que levou a explosão de revoltas, muitas vezes violentas, em todo o país.

Identificar a paralisação do país com os interesses gerais dos setores empresariais e de classe média contra a política econômica foi decisivo para a direita no sentido desta poder atrair as bases e a cúpula da DC [Democracia Cristã]. Na visão da direita a adesão da DC poderia também dar ao movimento um caráter de oposição popular, isolando ainda mais o governo (AGGIO, 1993, p. 138).

As divergências tornaram-se ainda mais explícitas quando da formação do “polo revolucionário”. A crise de outubro catapultou o nascimento de novas organizações populares, notadamente os Cordões Industriais e os Comandos Comunais, que apostavam na radicalização e no aprofundamento das reformas, em oposição à política de negociação mais ampla defendida pela UP. Observa-se ainda, uma fratura no interior da MAPU, derivada de contendas entre os grupos políticos em seu interior. Nas disputas, destaca-se um segmento claramente atraído pelas propostas do “polo revolucionário” e o *MAPU-Obrero/Campesino* (MAPU-OC), alinhado com os comunistas. Esses embates e antagonismos comprometeram a base de apoio popular da UP, contribuindo para a crise de legitimidade do governo (AGGIO, 1993, p. 145-152).

O papel dos EUA na ditadura empresarial-militar chilena

O golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende aliviou as tensões ente EUA e Chile. A CIA suspendeu as operações clandestinas, mas continuou a financiar projetos de propaganda política. O tom dos discursos, contudo, tornou-se celebratório, contribuindo com os canais de mídia aliados a criar uma imagem positiva da Junta militar no poder.

No tocante à truculência do regime e às acusações de tortura e a violação de direitos humanos, observou-se o envolvimento indireto da CIA. Desde 1974, a CIA designou uma equipe responsável pela coleta clandestina de informações sobre tortura e outros tipo de violação de direitos humanos no Chile como desaparecimento, sequestros e execuções.

Os relatórios da CIA informam que a agência sabia e informava constantemente o governo norte-americano sobre tais práticas no Chile (*CIA Activities in Chile*, 2000). A agência também estava a par também e contribuiu para a “Operação Condor”, projeto cooperativo de inteligência, articulado pelos governos do Brasil, Argentina e Chile, para rastrear e neutralizar a oposição no Cone Sul. Documentos recentes liberados pelo Departamento de Estado norte-americano através da publicização de telegramas trocados entre o embaixador norte-americano no Paraguai Robert White e o Secretário de Estado Cyrus Vance atestam tal articulação e envolvimento. Em conversa com o chefe das forças armadas paraguaias, general Alejandro Fretes Davalos, este revela ao embaixador que os encarregados da inteligência sul-americana “mantém contato por uma central de comunicações norte-americana instalada na zona do canal do Panamá, que cobre toda a América Latina”. Tal infraestrutura é usada para “coordenar informações da inteligência entre os países do Cone Sul” (*Second Meeting with Chief of Staff re Letelier Case*, 1978).

As violações de direitos humanos também eram conhecidas e formalmente condenadas, consideradas prejudiciais à reputação internacional e, portanto, inaceitáveis para os EUA (*CIA Activities in Chile*, 2000). Os informantes chilenos, contudo, eram indivíduos notórios pelo envolvimento nesse tipo de abuso, a exemplo do chefe da polícia secreta chilena, Manuel Contreras Sepulveda, acusado do assassinato do embaixador chileno Orlando Letelier. Além disso, um memorando enviado ao presidente de assuntos internacionais, o tenente Brent Scowcroft, traz fortes indícios de tentativas do governo norte-americano em aliviar a pressão internacional sobre o governo Pinochet, particularmente da ONU, no tocante às sanções relativas à violação de direitos humanos (*Memorandum for Lieutenant General Brent Scowcroft, Subject: Chile*, 25 de Julho 1975).

Mais comprometedor talvez tenha sido o envolvimento da CIA na criação da DINA, polícia secreta chilena. Segundo Kornbluh, a CIA teria enviado uma equipe para ajudar na fundação e estruturação da DINA. O auxílio implicava em suporte infraestrutural, recursos humanos e treinamentos em como conduzir operações de inteligência. O manual da DINA sobre como conduzir operações de inteligência consiste numa cópia traduzida de um velho manual norte-americano dos anos 1950. O autor comenta, contudo, que ao longo de suas pesquisas no Chile e nos EUA encontrou poucos documentos detalhados sobre as relações entre a CIA e a DINA, a maioria dos arquivos e registros simplesmente desapareceram (KORNBLUH, 2003).

Para as corporações transnacionais, a política econômica adotada pelo governo militar trouxe inúmeras vantagens. A ditadura no Chile destacou-se no contexto dos regimes militares do Cone Sul por adotar uma política econômica monetarista, em contraste com os projetos desenvolvimentistas vigentes no Brasil, Argentina e Peru. O Chile, o primeiro país a implementar pacote neoliberal de ajuste estrutural em meio a uma ordem política ditatorial, era descrito por alguns intelectuais como o livre mercado do terror (WOODIWISS, 2007, p. 176).

Os primeiros contatos com as ideias neoliberais se deram ainda nos anos 1950, no contexto de modernização e implementação de reformas sociais, por meio de intercâmbios acadêmicos promovidos por professores da Universidade Católica do Chile em 1953. A tentativa dos professores Alfredo Silva, Julio Chaná e do engenheiro comercial Patricio Ugarte em estabelecer um instituto de pesquisa dentro dessa linha não surtiu muito efeito, sendo a proposta veementemente rechaçada. Em 1955, o Projeto Chile, levado a cabo pela Universidade do Chile teve maior sucesso, firmando um contrato de cooperação acadêmica e intercâmbio de pesquisa entre as Universidades de Chicago e do Chile pelo período de 1956 a 1964 (FISCHER, 2009, p. 305-347). Dos anos 1950 datam também as primeiras iniciativas de se construir uma rede transnacional de contatos entre o empresariado e os intelectuais de Chicago. Lideranças e representantes de grandes conglomerados chilenos, como Manuel Cruzat, foram treinados em Chicago. A SOFOFA promoveu diversos cursos de forma difundir o ideal neoliberal entre o empresariado local. Mais tarde, esses mesmos homens teriam um papel protagonista na desarticulação da UP e no governo da Junta, exercendo funções ministeriais e consultivas (O'BRIAN; RODDICK, 1983. CAMPERO, 1984. SILVA, 1996).

Como podemos perceber, a história e a trajetória das ideias neoliberais no Chile não surgiram ou foram importadas às pressas por conta da crise econômica e política vivenciada pelo Chile na década de 1970. Uma importante parte da base social e política do neoliberalismo chileno emergiu justamente dessas universidades, especialmente a Católica, morada do movimento gremialista (FISCHER, 2009, p. 305-347). O gremialismo consistia em um movimento de base que congregava estudantes e professores conservadores, parte dos setores médios e o pequeno empresariado na defesa da sociedade contra as “garras do marxismo”.

O triunfo do neoliberalismo como sistema social foi, assim, fruto de um processo socialmente construído, em meio a conflitos com

outros projetos alternativos em concurso. Conforme explica Verónica Valdivia Zárate, diversas questões não estavam tão claras e definidas nos primeiros anos após o golpe.

Conviviam no interior das forças armadas pelo menos dois grandes grupos, um setor profundamente anticomunista, para o qual a tese do inimigo interno, expressa pela Doutrina de Segurança Nacional, tinha forte apelo; e outro que enfatizava a necessidade de reformas sociais e econômicas de caráter estrutural. Como podemos perceber, ambos tinham em mente neutralizar o marxismo e por fim definitivamente a UP; as saídas propostas eram, todavia, diferentes, o primeiro apostando na repressão aliada a uma política de crescimento alicerçada na abertura irrestrita da economia ao mercado internacional e o segundo no desenvolvimento assentado em políticas de caráter nacionalista.

Essa falta de unidade é o que explica que nos anos seguintes ao golpe as forças armadas foram receptivas a distintos discursos políticos, encontrando eco na maioria dos grupos que haviam pressionado pela intervenção. Nesse aspecto, houve setores militares receptivos ao discurso nacionalista, outros ao neoliberal, ao nacional desenvolvimentismo, ao corporativista... (ZARATE, 2001, p. 2)

Segundo a historiadora chilena, à época da derrubada do governo Allende, havia um plano de ação, a luta contra a UP contribuiu para unificar os setores militares em disputa, mas não um projeto global de organização da sociedade. O processo de superação do neoliberalismo frente a outros projetos de cunho desenvolvimentista ou corporativista, se deu *pari passu* ao processo de preponderância do exército sobre as outras forças e do general Pinochet sobre outros comandantes.

Essa visão dos acontecimentos contrasta com teses mais tradicionais ancoradas nos estudos de Samuel Huntington que, com o tempo, formaram um forte consenso em torno da hipótese segundo a qual o caráter profissional das forças armadas chilenas e a verticalidade de poder de mando foram, em grande medida, o que permitiu o general Pinochet a impor o neoliberalismo. Após o golpe, os oficiais teriam retornado aos quartéis para desempenhar tarefas profissionais habituais, afastando-se da política, a qual teria sido construída por grupos civis com a aprovação dos militares. (HUNTINGTON, 1996; ARRIAGADA, 1985; VALENZUELA, 1993).

Zárate sustenta que o modelo neoliberal rompia com a trajetória do pensamento militar em relação à dupla Estado-desenvolvimento e, por

isso, a oposição militar ao papel condutor, intervencionista do Estado, representada pelo comandante chefe da força aérea Gustavo Leigh, foi significativa.

Na disputa saíram vitoriosos civis e militares alinhados com o neoliberalismo. A configuração e consecução das reformas surgiram do trabalho conjunto entre setores da sociedade civil e dos militares. A contribuição civil na construção de uma política econômica regulada pelo mercado, conhecida como *El Ladrillo*, ficou a cargo dos *Chicago Boys*, um grupo de economistas formados pela Universidade de Chicago, bastião no pensamento neoliberal e monetarista nos EUA (VALDÉS, 1995).

As medidas incluíam equilíbrio orçamentário e redução dos gastos públicos; controle da inflação através do estímulo ao crédito e investimento privado; desregulamentação dos fluxos financeiros, bem como da indústria e das relações de trabalho; retirada das barreiras alfandegárias e de entraves ao investimento estrangeiro; privatização de empresas e serviços públicos, como parques, prisões, escolas, saúde e pensões.

A adoção das reformas neoliberais no Chile foi celebrada pelo FMI, Banco Mundial, pelo empresariado transnacional e pela grande mídia como a saída para o crescimento e desenvolvimento a ser implementada por outros países na América Latina.

O conjunto de corporações transnacionais anteriormente mencionado, ligado à mineração, telecomunicações, bancos de investimento, lucrrou enormemente durante a ditadura do Chile. Mais que isso, juntamente com suas parceiras chilenas, essas empresas foram bem sucedidas na orientação da modernização-conservadora, transnacionalizando precocemente a economia chilena e abrindo ao mundo as portas para o neoliberalismo, seus códigos econômicos, políticos e culturais. Um trabalho que, como vimos no início do texto, vinha sendo desenvolvido com afinco desde os anos 1960, com a participação em organismos privados como o *Business Group for Latin America*, através dos quais procuravam costurar relações com o governo, influenciar a política externa conforme seus interesses e congregar aliados nos países de investimento.

O regime militar chileno e sua política econômica tinham respaldo de uma parcela significativa da sociedade, que incluía boa parte do empresariado, os setores médios e, inclusive, parte dos setores populares. Essa realidade espinhosa, para a qual muitas vezes tendemos a fechar os olhos, não pode ser ignorada. Acreditamos ser fundamental e urgente

tocar nessa ferida e discutir a questão do consentimento a regimes truculentos e autoritários.

Levados por essa mesma preocupação e inspirados por um conjunto de estudos europeus, que questionavam o silêncio sobre o colaboracionismo francês em Vichy e sobre o apoio da sociedade civil alemã ao nazismo (BÉDARIDA, 1986; LABORIE, 2010; BROZSAT, 1981; MOMMSEN, 1979), alguns intelectuais brasileiros começaram a se debruçar sobre a problemática do consenso em regimes autoritários.

Daniel Aarão Reis foi um dos primeiros a problematizar a memória sobre a ditadura brasileira. O autor destaca especialmente a tendência da sociedade em se distanciar da ditadura, evitando, de todas as formas, qualquer associação com o regime. Como aponta Aarão Reis, fica a impressão de que ninguém participara ou consentira com a ditadura; que o regime não tinha base de apoio ou qualquer legitimidade. A ditadura parecia um processo externo à própria sociedade brasileira (REIS, 2005).

Quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje. Contem-se nos dedos aqueles que se dispõem a defender as opções que levaram à sua instauração e consolidação. Até mesmo personalidades que se projetaram à sua sombra, e que devem a ela a sorte, o poder e a riqueza que possuem, não estão dispostas, salvo exceções, a acorrer em sua defesa (REIS, 2005, p. 7-8).

A problemática ressaltada por Reis consiste em entender como um regime supostamente rechaçado pela maioria se manteve por tantos anos; como compreender a permanência no contexto democrático de lideranças e mecanismos de poder construídos e/ou preservados pela ditadura. A hipótese defendida por ele é que se formara um amplo consenso social em torno das propostas e métodos da ditadura, o que garantiu a sustentação do regime. Um conceito de consenso atravessado por matizes, que vão do ativismo militante ao conformismo derrotista e desesperançado⁸; um conceito ancorado na ideia de “zona cinzenta”, proposta inicialmente por Primo Levi e usada por Pierre Labourie para investigar as diversas dimensões de colaboracionismo e resistência

⁸ “O conceito de consenso, na acepção com que emprego, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito., compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados (...), mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político (...). A repressão e, em particular a ação da polícia política podem induzir ao consenso, ou fortalecê-lo, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para sua formação.” (REIS, 2010, p. 182).

em Vichy.⁹ A base solidificadora desse consenso, por sua vez, estaria numa cultura política autoritária, da qual a ditadura seria mais um capítulo de uma história marcada pelo autoritarismo (REIS, 2005, p. 9).

Seguindo uma linha bastante similar, Samantha Quadrat vem há alguns anos desenvolvendo uma série de pesquisas sobre o processo de construção da ditadura chilena e sobre a memória do pinochetismo. A autora se dedica a fazer uma revisão das análises influenciadas pela teoria da dependência e pelo marxismo, que, segundo ela, “têm sido pensadas a partir de um modelo comum baseado na doutrina de segurança nacional, criada e divulgada pelos Estados Unidos, país visto em alguns trabalhos, como o grande responsável pelos golpes e manutenção dos governos autoritários deles oriundos” (QUADRAT, 2011, p. 244). Nesse sentido, sua proposta é fazer uma crítica ao tom externalista, procurando entender a ditadura como um processo que responde a questões internas, próprias da sociedade chilena, algo que já vinha sendo feito também por autores marxistas como Aggio e Garretón desde os anos 1980.

Mais do que somente uma crítica ao externalismo, Quadrat apresenta uma proposta para entendimento do processo, apoiando-se na hipótese do amplo consenso, defendida por Reis. Na apresentação da coletânea organizada junto com Denise Rollemberg, as autoras reafirmam o compromisso de verificar “como os consensos foram criados; como as acomodações de interesses fizeram-se em regimes autoritários através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 15).

Em suas análises sobre a ditadura chilena, Quadrat afirma que os alicerces do consenso devem ser buscados no medo do comunismo e do possível avanço da esquerda. Para além daqueles que militavam ativamente contra o governo Allende e combatiam conscientemente o marxismo, existia uma sensação de insegurança, fragilidade e medo que estaria difundida por toda a sociedade, atravessando barreiras de classe, nível intelectual, grupo etário, etc. Um medo tão intenso e generalizado que mesmo práticas abomináveis como tortura, sequestro, fuzilamentos e demais violações de direitos humanos tornavam-se aceitáveis, um mal necessário, aos olhos da sociedade. Diante desse cenário, Pinochet, surgia

⁹ Há de se ter cuidado com certas aproximações. O fascismo é um movimento de massa, envolvente e sedutor politicamente. É uma construção social marcada pela política do espetáculo, apostando no convencimento não apenas através do caráter salvacionista de suas propostas em momentos de profunda fragilidade social ou no reforço a preconceitos e ódios sociais existentes, mas também através do fascínio. A forma sedutora do fazer político, o espetáculo e a empolgação de massas, é algo peculiar ao fascismo. Esse aspecto não é observado nas ditaduras militares. (ARENDETT, 1989; GUERIN, 1973; KERSHAW, 1993; MOMMSEN, 1979; PAXTON, 2007; REICH, 1974).

como um líder visionário, salvador e libertador do Chile, expressando a defesa dos valores ocidentais e cristãos, ameaçados durante o governo de Allende por suas influências socialistas (QUADRAT, 2009).

Pinochet temente a Deus, um escolhido de Deus; um homem com uma missão: salvar o Chile; um soldado pronto para defender o país; um pai autoritário, porém acolhedor; com o passar do tempo, um avô; um homem moderno que abraça novas ideias econômicas como o neoliberalismo; que modernizou o Chile e que foi o único a derrotar o comunismo no mundo, o primeiro a martelar o mundo de Berlin (QUADRAT, 2009, p. 405-406).

Como podemos perceber, assim como em Reis, a explicação de Quadrat para sustentação, permanência e força do regime deve ser buscada na anuência e no consentimento da sociedade, ainda que não descartem o papel da repressão. Uma interpretação diametralmente diferente da defendida neste texto, que, sem descartar o papel do apoio popular difuso, entende o processo como resultado de uma articulação de classe – representada nacional e transnacionalmente – aliada ao impacto social, psico-mental (medo) e político dos mecanismos de repressão e alienação.

Nota-se também a tendência em falar da sociedade de forma difusa, como uma entidade amorfa, sem diferenciações, estratos ou classes. Melhor dizendo, esses espaços sociais particulares, os diferentes lugares de fala não são exatamente negados, mas, na visão desses autores, essas experiências sociais diferenciadas e desiguais não representam nenhuma influência na construção da opinião dos indivíduos. Assim, a problemática é constantemente apresentada em termos generalizantes do tipo “a sociedade consente”, “a sociedade legítima”. Os grupos e manifestações da oposição aparecem como marginais, expressões fora da ordem, destacados ou externos à sociedade.

As pesquisas de Quadrat mostram efetivamente que o apoio a Pinochet podia ser encontrado nas mais variadas esquinas, nos mais variados trajés. Ao redor dele, em apoio a suas ideias e propostas, mesmo após a sua morte, reuniram-se milhares de chilenos; não apenas empresários e setores médios, mas também donas de casa, eletricitistas e parte da juventude atual. De sua prisão em Londres, passando pelo regresso ao Chile no ano 2000, até o momento de seu enterro, observou-se as mais variadas manifestações de solidariedade, carinho e apoio, demonstrando que “o pinochetismo atrai diferentes gerações de chilenos em todas as classes sociais. Homens e mulheres, adultos e jovens” (QUADRAT, 2009, p. 414).

O que procuramos ponderar, primeiramente, é até que ponto os discursos de indivíduos isolados são representativos da “sociedade” como um todo? Não fariam os resistentes também parte da sociedade? Da mesma forma que encontramos demonstrações de pinochetismo, encontramos também expressões de crítica e rechaço, vozes estas que não encontravam espaço em um ambiente de repressão, violência e medo. Além disso é preciso analisar com cuidado o impacto da despolitização experimentada por boa parte da população chilena a partir do golpe. Patricio Silva fala de um processo constante de desativação política em prol da marketização da sociedade chilena e da sedução exercida pela lógica do consumismo sobre aqueles que ainda detinham algum poder de consumo.

Conforme a lógica do mercado penetrava os caminhos da política no país, a mídia e particularmente a televisão se tornou a principal arena na qual ‘novos políticos’ ‘vendem’ seus ‘produtos’ eleitorais a uma massa despolitizada que espera soluções rápidas e concretas para seus problemas e demandas particulares (SILVA, 2006, p. 40).

Nesse sentido, será que realmente podemos falar de consenso em um sentido tão amplo? Não pegar em armas por medo é consentir? Não poderiam existir formas de resistência passiva? Um consenso forjado a partir do fogo e da alienação pode ainda ser chamado de consenso? E, finalmente, até que ponto, Pinochet e as políticas implementadas pela ditadura efetivamente representavam os interesses desses setores todos?

Em um artigo de 1989, Garretón faz um panorama das mobilizações e protestos ocorridos durante a ditadura chilena. Segundo o sociólogo, essas manifestações nunca cessaram, mesmo diante de forte repressão do Estado. Entre 1973 e 1983, são observadas mobilizações recorrentes, todavia setoriais, localizadas e de curta duração. Eram organizadas por estudantes, grupos da periferia (*poblaciones*), organizações operárias e camponesas, Igreja e grupos em defesa dos direitos humanos, trazendo pautas particulares como: melhora das condições de vida nas poblaciones, reivindicações trabalhistas, defesa de direitos humanos, intervenções culturais, etc. A partir de 1983, Garretón aponta um aprofundamento das mobilizações sociais no ciclo de protestos nacionais e na greve geral de 1986. Nesse segundo momento, há uma articulação nacional dos protestos, deixando explícita a crescente insatisfação por parte de variados setores da sociedade, incluindo os setores médios, base de apoio para o golpe de 1973 e sustentação do regime até o início dos anos 1980. O ciclo de protestos nacionais, iniciado em 11 de maio de 1983,

tinha uma pauta comum, oposição ao regime, e se expressou de diversas formas como: paralisações parciais, absenteísmo, “operação tartaruga”, passeatas, ocupações, “buzinaços” e “panelaços”, boicotes e barricadas. A repressão foi intensa e especialmente violenta nas áreas periféricas, sendo declarado Estado de sítio em 1984. Ainda assim, já em 1985 há uma tentativa de se reorganizar os protestos nacionais e a articulação de uma greve geral, puxada em julho de 1986 (GARRÉTON, 1989).

Outro elemento que poderíamos destacar para dimensionarmos melhor o nível de consenso é a necessidade de tamanho investimento em aparelhos de investigação e repressão. Se havia um consenso tão sólido e amplo como supõem os autores, se os “inimigos da nação” eram assim tão poucos e pobremente articulados, para quê destinar tanto tempo, recursos humanos, logísticos e financeiros na construção de uma estrutura repressiva do porte da que tivemos no Cone Sul?

Se a maioria não reagiu, não se organizou em um movimento de oposição em massa, como apontam as pesquisas de Quadrat, cabe-nos indagar sobre o impacto da repressão e da violência política na desestabilização dessas iniciativas, incutindo o medo na sociedade e desencorajando os cidadãos a manifestarem abertamente suas opiniões. Sentir-se acuado, paralisado pelo medo não é consentir. Uma sociedade atravessada pelo medo e pelo terror não é uma sociedade em conformidade com o regime.

Como isso, não estamos a defender que não houve margem de consenso, apenas coloco algumas ponderações para que possamos dimensionar o nível de consenso, não esquecendo a relevância de outros elementos como coerção, violência e autoritarismo nessa equação. Um consenso construído com base no medo de alguns tantos do comunismo, por certo, mas também forjado com o auxílio propagandístico e midiático da CIA e do capital norte-americano e mantido com base no terror e na repressão àqueles que ousavam discordar. Silêncios não designam necessariamente anuência. O que se têm é uma “paz sem voz”, alcançada em boa medida pelo terror e pelo medo.

Por mais que possamos identificar discursos de defesa e apoio ao regime em variados setores da sociedade, é preciso ir além dos discursos dos agentes da época e analisar até que ponto o regime realmente representava os interesses de todos esses grupos. Quem ganhou com a ditadura? Essa é uma outra questão espinhosa, para a qual também muitas vezes não queremos olhar, mas da qual também não podemos nos esquivar. Os grupos sociais não foram equivalentemente recompensados, não se beneficiaram na mesma proporção.

O “milagre do Chile” conseguiu controlar a inflação e aumentar a lucratividade das empresas ligadas ao setor primário-exportador. Petras e Vieux (1990) observam um dinamismo notável nas indústrias de mineração de cobre, pesca, madeireiras e na cultura de uvas e maçãs. Ressaltam ainda a forte parceria com empresas estrangeiras: na pesca, a proeminência de um consórcio Chileno e Neozelandês; na indústria frutífera destacam-se os norte-americanos; na mineração a CODELCO divide espaço com poderosos holdings norte-americanos, suíços e australianos (PETRAS; VIEUX, 1990, p. 59).

Por outro lado, o regime trouxe em seu bojo desemprego em massa, informalização da economia, aumento significativo da pobreza e queda geral da qualidade de vida da imensa maioria dos chilenos. Tironi e Martinez apresentam dados sobre a queda de assalariados na população ativa (54% em 1971 para 38% em 1982), o aumento de trabalhadores informais, subempregados e desempregados (14% em 1971 para 36% em 1982) e jovens excluídos (80% em 1971 para 49% em 1982) (TIRONI; MARTINEZ, 1985). Quem realmente lucrou com a ditadura foi o empresariado, em especial os setores ligados ao mercado financeiro, ao comércio internacional primário-exportador e, claro, o setor produtivo transnacional. Eles, mais que qualquer outro, lucraram financeiramente e também politicamente com o golpe e com o regime.

Como podemos perceber, o empresariado é um ator que toma partido, se organiza e luta na arena política em prol da consolidação de seus interesses. E a política faz parte do negócio. Assim como a propaganda é a alma do negócio; a política é a sua arma. Uma arma potente e mortal, contudo transparente, sofisticada, uma arma soft, bem aceita socialmente porque dentro da lei e politicamente correta, mas não menos feroz e violenta.

Referências

- AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das letras, 1989.
- ARRIAGADA, Genaro. *La política militar de Pinochet*. Santiago: Salesianos, 1985.
- BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance: lectures d'hiers, chantier de demain. *Vingtième Siècle*, n. 11, p. 75-90, juillet-septembre, 1986.
- BROZSAT, Martin. *The Hitler State: the foundation and development of the internal structure of the Third Reich*. London: Longman, 1981.

- CAMPERO, Guillermo. *Los gremios empresariales en el periodo 1970-1983: comportamiento sociopolítico y orientaciones ideológicas*. Santiago: El Grafico, 1984.
- DOMHOFF, G. William. *The higher circles*. New York: Random House, 1971.
- DREIFUSS, R. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.
- FISHER, Karin. The influence of neoliberals in Chile before, during and after Pinochet. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Org.). *The road to Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Boston: Harvard Univ Press, 2009. 305-346.
- FONTANA, Josep. *História, análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- GARRETON, Manuel A. Mobilizações populares, regime militar e transição para democracia no Chile. *Lua Nova: Revista de Cultura e política*, São Paulo, n. 16, p. 87-102, mar. 1989.
- GARRETON, Manuel A.; MOULIAN, Tomás. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: LOM Ediciones, 1983.
- GUERIN, Daniel. *Fascismo y Gran Capital*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 3.
- HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- KERSHAW, Ian. *Hitler: um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Picador, 2008.
- KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File: a declassified dossier on atrocity and accountability*. New York: The New Press, 2003.
- LABORIE, Pierre. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1. p. 31-44.
- MOMMSEN, Hans. National Socialism: continuity and change. In: LAQUEUR, W. *Fascism: a reader's guide*. New York: Penguin Books, 1979.
- O'CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- O'BRIAN, Phil; RODDICK, Jackie. Chile: *The Pinochet decade: the rise and fall of the Chicago Boys*. London: Latin America Bureau, 1983.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PETRAS, James; VIEUX, Steve. The Chilean "economic miracle": an empirical critique. *Critical Sociology*, v. 17, p. 2, Summer 1990.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- QUADRAT, Samantha. Para Tata, com carinho! In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; KNAUSS, P.; BICALHO, M.F.; QUADRAT, S. (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 399-418.
- _____. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Porto: Escorpião, 1974.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45. p. 171-186, jan.-jun. 2010.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade e consenso no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1.
- SAMPSON, Anthony. *The Sovereign State: the secret history of ITT*. London: Hodder and Stoughton, 1973.
- SCHRIFTGIESSER, Karl. *Business comes of age: the story of the Committee for Economic Development and its impact upon the economic policies of the United States 1942-1960*. New York: Harper and Brothers, 1960.
- SILVA, Patricio. The politics of neo-liberalism in Latin America: legitimacy, depoliticization and technocratic rule in Chile. In: ROBINSON, Richard (Ed.). *The Neo-Liberal Revolution*. London: Palgrave, 2006. p. 39-57.
- SILVA, Eduardo. *The State and the Capital in Chile: business elites, technocrats and market economics*. Boulder: Wetsview, 1996.
- TIRONI, Eugenio; MARTINEZ, Javier. *Las classes sociales en Chile: cambio y estratificación 1970-1980*. Santiago: Sur, 1985.
- VALDES, Juan Gabriel. *Pinochet's economists: the Chicago School of economics in Chile*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.
- VALENZUELA, Arturo. Los militares en el poder. In: DRAKE, P; JAKSIC, I. *El difícil camino a la democracia en Chile*. Santiago: Flasco, 1993. p. 57-144.
- WOLFE, Alan. *America's Impasse: the rise and decline of growth politics*. New York: Pantheon, 1981.
- WOODIWISS, Michael. *Capitalismo Gangster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- ZÁRATE, Verónica Valdivia. Estatismo y Neoliberalismo: un contrapunto militar. Chile 1973-1979. *Historia*. Vol. 34. Santiago, 2001.

Documentos Eletrônicos:

- CIA Activities in Chile. September 18, 2000. Disponível em: <www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/chile/#18>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- Página eletrônica SOFOFA. historia SOFOFA. Disponível em: <<http://web.sofofa.cl/corporativa/quienes-somos/estructura-corporativa/>>. Acesso em: maio 2014.
- Página eletrônica SOFOFA. Qué es SOFOFA? Disponível em: <<http://web.sofofa.cl/corporativa/quienes-somos/¿que-es-sofofa/>>. Acesso em: maio 2014.
- Memorandum for the Record, Subject: Minutes of the 40 Committee Meeting, 8 Sept 1970, September 9, 1970. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20001113/700909.pdf>>. Acesso em: maio 2014.
- State Department Cable, U.S. Ambassador Robert White (Paraguay) to Secretary of State Cyrus Vance, Subject: Second Meeting with Chief of Staff re Leitelier Case, October 20, 1978, Confidential, 1p. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20010306/condor.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

Memorandum for Lieutenant General Brent Scowcroft, Subject: Chile, July 25, 1975.
Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20001113/750725.pdf>>. Acesso em:
maio 2014.

Recebido: 17 de novembro de 2015

Aprovado: 14 de fevereiro de 2016

Autor/Author:

TATIANA POGGI <tatiana.poggi@gmail.com>

- Professora de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui mestrado e doutorado em História Social, defendidos na mesma universidade. Pesquisa temas correlatos à História Contemporânea e História do Tempo Presente; História dos EUA e da Europa; Movimentos Conservadores; Fascismo/Neofascismo; Neoliberalismo e Relações Internacionais. Publicou recentemente o livro *Faces do Extremo: o neofascismo nos EUA 1970-2010* (Prismas, 2015).
- Professor of Contemporary History at the Universidade Federal Fluminense. She has received Masters and Doctoral degrees in Social History by the Universidade Federal Fluminense. Her research focuses on the fields of Contemporary History; History of the USA and Europe; Conservative Movements; Fascism/Neofascism; Neoliberalism and International Relations. She has recently published *Faces do Extremo: o neofascismo nos EUA 1970-2010* (Prismas, 2015).

Exemplo e ameaça: a consolidação da Ditadura no Brasil nas páginas da revista argentina *Confirmado* (1965-1966)

*Example and threat: the consolidation of the Dictatorship in Brazil through the pages of Argentinian magazine **Confirmado** (1965-1966)*

*Ejemplo y amenaza: la consolidación de la Dictadura en Brasil en las páginas de la revista argentina **Confirmado** (1965-1966)*

Helder Gordim da Silveira*

Resumo: Este artigo analisa a forma pela qual a revista argentina *Confirmado* representou a consolidação do golpe civil-militar de 1964 no Brasil enquanto notícia/acometimento. Enfatiza-se como este discurso jornalístico, mobilizando imagens e interpretações recorrentes, possivelmente atuou como um importante componente de uma ideologia da solução autoritária frente à crise política e institucional que crescia na região desde, pelo menos, a década de 1950.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Argentina-Brasil; revista *Confirmado*

Abstract: This paper analyses the way by which the Argentinian magazine *Confirmado* represented the consolidation of the 1964 civilian-military *coup* in Brazil as news/fact. It is underlined how that journalistic discourse, mobilizing recurrent images and interpretations, possibly acted as an important component of an ideology of authoritative solution before the political and institutional crises that were growing in the region since at least the decade of 1950.

Keywords: Civilian-Military Dictatorship; Argentina-Brazil; *Confirmado* magazine

Resumen: Este artículo analiza la forma en que la revista argentina *Confirmado* representó la consolidación del golpe civil-militar de 1964 en Brasil como noticias/factos. Se hace hincapié en como que este discurso periodístico, con la movilización

* Doutor em História. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. <helders@pucrs.br>

de imágenes e interpretaciones recurrentes, posiblemente sirvió como un componente importante de una ideología de solución autoritaria frente a la crisis política e institucional que creció en la región desde al menos la década de 1950.

Palabras claves: Dictadura civil-militar; Argentina y Brasil; revista *Confirmado*

Introdução

O presente artigo tem como pressuposto básico a consideração segundo a qual os *mass media*, particularmente a *imprensa informativa empresarial* constituem-se em atores complexos que desempenham papel de relevância central na esfera política interna dos Estados e nas relações internacionais contemporâneas. Tem-se fundamentalmente em conta que, por meio dos mecanismos, instituições bem como estruturas técnicas e mercadológicas de difusão da *comunicação de massa* (THOMPSON, 1995, p. 287-295), circulam mundialmente e no interior dos espaços regionais e nacionais, as formas discursivas e imagéticas que podem tornar-se hegemônicas – considerando-se o espaço de conflito sociopolítico em que pode constituir-se o meio de comunicação específico e/ou a variedade destes – na representação e na constituição mesma da *realidade* supostamente objetiva do *mundo* assim constituído, fundada na categoria *notícia*, basilar do discurso jornalístico.

A designação *imprensa informativa empresarial* é aqui uma referência genérica aos jornais diários e às revistas ou magazines com forma, conteúdo e natureza organizacional resultantes da transição que se verifica *grosso modo* a partir das décadas finais do século dezenove, com origem marcada nos Estados Unidos, mas com reflexos quase imediatos na Europa e na América Latina. Tratava-se da passagem de uma imprensa essencialmente ligada às disputas ideológicas e partidárias da arena pública e estatal ou ao campo literário, para uma atividade jornalística que vinha a reivindicar independência e autonomia em relação àquelas disputas, fundada na perspectiva de profissionalização, de empreendimento empresarial e de objetividade informativa (GOLDSTEIN, 1987).

Tal processo de transição não representou, todavia, o abandono da noção liberal clássica da imprensa como tribuna de discussão *civilizada* das diferentes posições políticas, de alguma forma, assim, análoga ao Parlamento, sem compor o poder estatal e sem submeter-se aos mecanismos estritamente partidários. Ao contrário, a construção da autonomia do campo jornalístico moderno (THOMPSON, 1995,

p. 221-266) e o fortalecimento acelerado de seus capitais econômico e simbólico, parecem ter concorrido para o reforço da reivindicação doutrinária em torno da assim denominada “liberdade de imprensa”, identificada progressivamente à noção clássica de liberdade de expressão e de informação associada ao Estado de Direito moderno e ao espaço público que este parecia assim garantir, no âmbito da sociedade civil.

Tem-se aqui, portanto, em conta que as formas de referência deste discurso sobre a esfera política e seus conflitos, nacionais e internacionais, no caso presente o golpe de 1964 e seus desdobramentos no Brasil noticiados na Argentina, são geralmente embasadas, implícita ou explicitamente, nos conceitos essenciais da matriz doutrinária liberal, que surge ali naturalizada (THOMPSON, 1995, p. 87-89) constituindo uma forma de *liberalismo profissional*, típico do campo.

Este tipo de órgão da imprensa torna-se, assim, ator essencial nas políticas interna e externa de um país, ao constituir-se na forma pela qual uma dada visão do espaço internacional, em seus atores, conflitos e padrões de estruturação, apresente-se como hegemônica, associada a variadas posições de poder, ou a confrontos em torno deste, no espaço público nacional, frente aos quais aquela forma de imprensa busca posicionar-se, segundo suas especificidades institucionais e campo diferenciado de interação social (ALLEYNE, 1995; FREDERICK, 1993; PIZARRO, 2008; THUSSU, 2000).

É nesse sentido que aqui se busca pensar o órgão jornalístico, especificamente a revista argentina *Confirmado*, como ator político complexo ao *noticiar* para seu público a institucionalização da ordem ditatorial de 1964 no Brasil. Para tanto, tem-se como perspectiva teórica, por um lado, os termos da discussão posta por Pierre Nora (1979) em texto célebre a respeito da natureza do *acontecimento* como categoria constituinte da história contemporânea e, por outro, a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson (1995, p. 43-89), como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. Refere nesse sentido o autor que “a análise da ideologia (...) está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” (THOMPSON, 1995, p. 75) e que “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”, sendo que “fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON 1995, p. 76). Sempre nessa

direção, importa destacar que

Caracterizar fenômenos simbólicos como ideológicos não coloca, necessariamente, sobre o analista, o encargo de demonstrar que os fenômenos assim caracterizados são, em certo sentido, ‘falsos’. O que nos interessa (...) não é (...) a verdade ou a falsidade das formas simbólicas: antes interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1995, p. 76-77).

Nesse sentido, considerando a questão do *acontecimento* acima posta e a possibilidade de interpretar a construção deste no discurso jornalístico moderno como *ideologia*, é aqui seguida a posição de Muniz Sodré quanto à centralidade da categoria *notícia* neste discurso:

o jornalismo (...) mobiliza diferentes tipos de discurso, mas a sua moderna centralidade conceitual apoia-se na notícia. E esta forma de captação e comunicação do fato é uma dessas estratégias cuja mitologia liberal-mercadológica costuma fazer esquecer os procedimentos retóricos e imaginosos que presidem à construção do acontecimento (SODRÉ, 2009, p. 15).

Igualmente a respeito dessa relação essencial acontecimento-notícia que embasa o discurso jornalístico aqui tratado, refere por seu turno Miquel Alsina:

hay que puntualizar que un acontecimiento no es una realidad objetiva, exterior y ajena al sujeto perceptor del mismo (...). La teoría de la construcción social de la realidad (...) hace referencia a la vida cotidiana. (...) los acontecimientos son ‘realidades’ históricas determinadas socioculturalmente, como puede apreciarse en la variación histórica que en los mismos se han producido. En la actualidad los mass media establecen unos parámetros para delimitar los hechos que cabe considerar como acontecimientos (ALSINA, 1996, p. 16-17).

Assim, na esteira dos fundamentos conceituais propostos pelos referidos autores, entende-se aqui o discurso jornalístico moderno essencialmente como narrativa embasada na categoria *notícia*, a qual, mobilizando formas discursivas diversas, constitui o que no plano do espaço público pode assim se situar como *acontecimento*, dentro de certos padrões de racionalização (THOMPSON, 1995, p. 82-83) que podem tornar-se hegemônicos.

Nesse sentido, sustenta-se que tais formas de construção de um *acontecimento*, particularmente em um país estrangeiro, operadas pelos meios de comunicação de massa e “afinado com a estrutura ideológica do sistema informativo, cuja forma mais evidente é a presumida *transparência* da realidade” (SODRÉ, 2009, p. 16. Grifo no original), podem constituir-se para certa comunidade de leitores, como racionalizações de uma ameaça a ser evitada, um exemplo a ser seguido ou uma manifestação de tendência posta como inevitável.

Assim, Brasil e Argentina *representam-se* mutuamente como os países mais poderosos no cenário sul-americano e, eventualmente, como polos de uma disputa pela supremacia estratégica em tal espaço, ao menos até os anos 1970 (SCENNA, 1976; BANDEIRA, 1993; BANDEIRA, 2003; FAUSTO; DEVOTO, 2004; FROTA, 1991). Nessa perspectiva, constroem-se, nos círculos diplomáticos e intelectuais, na imprensa informativa empresarial, aqui destacada, e em outras esferas de produção discursiva, representações constituintes de identificação e contraste em ambos os países, relativas a *acontecimentos* e/ou cursos de longo prazo de suas respectivas ordens socioeconômicas e políticas internas.

Especificamente na conjuntura da década de 1960, contexto aqui considerado, Brasil e Argentina atravessam os impasses condicionados pela crise dos respectivos modelos de modernização socioeconômica oriundos das eras varguista e peronista, diante do cenário da Guerra Fria, no qual a Revolução Cubana atuava como um extraordinário catalisador de tensões (CAVLAK, 2007; RAPOPORT; LAUFER, 2000).

***Confirmado* e o Campo Jornalístico Argentino**

O surgimento de *Confirmado* dá-se em um contexto de abertura e de marcada internacionalização econômica e cultural do pós-1955, com a intervenção militar que depusera Perón, a autodenominada *Revolución Libertadora*, e que então marcava a vida nacional argentina, ou pelo menos de Buenos Aires e das províncias mais industrializadas. Sobre tal contexto, refere Miguel Angel Taroncher:

durante el gobierno de Arturo Frondizi (1958-1962), Argentina no sólo transnacionalizó su economía, sino que abandonó – aceleradamente – el aislamiento que habían propiciado, como parte de su política cultural, los dos primeros gobiernos peronistas. Este proceso de apertura al exterior (...) se verificó a través de un considerable aumento en el consumo de revistas extranjeras y en un ‘boom’ editorial de publicaciones periodísticas (TARONCHER, 2004, p. 146).

Na mesma direção aponta Elena Piñero:

la ruptura del aislamiento enfrentó a los argentinos con un mundo complejo y cambiante al que deseaban integrarse y dio origen a un acelerado proceso de renovación científica, técnica y cultural cuyo principal foco fué la Universidad. Especial relevancia adquirieron las profesiones vinculadas a nuevas disciplinas como administración de empresas, sociología y psicología (PIÑERO, 2002, p. 3).

Jorge Luis Bernetti igualmente situa este contexto sociocultural argentino nesses termos gerais, referindo-se particularmente ao surgimento da revista *Primera Plana* em 1962, a criação maior de Jacobo Timerman, que será igualmente o diretor-fundador de *Confirmado*:

constituyó (...) una expresión del complejo y contradictorio clima cultural de la época signado contradictoriamente por fuertes giros regresivos y ascendentes movimientos revolucionarios. Su nacimiento quedó inscrito (...) ‘en el marco de las nuevas inversiones de capitales extranjeros, de la vigorosa movilización del mercado publicitario, de la internacionalización de los contenidos y técnicas gráficas’. Así, junto al desarrollo de las revistas de impacto gráfico, como *Gente* o *Siete Dias*, se produjo ‘el de los semanarios de opinión e información que se inspiran en las formulas de *Time* o *L’Express* (...) destinados de manera preferente a una franja de público más restringida y con mayor nivel socioeconómico’ (BERNETTI, 1998, s/p).

De fato, tal contexto apresentava agudo contraste com a época peronista no que toca às relações entre os campos político e jornalístico. Quando chegou à presidência, em 1946, Perón contava apenas com o apoio declarado do diário *La Época*. Quando de sua queda, em 1955, o líder justicialista controlava uma grande cadeia nacional de jornais, composta por *La Razón*, *Democracia*, *El Laborista*, *La Época* e *Noticias Gráficas*, além de cinco diários do interior e outros órgãos que não se articulavam oficialmente à cadeia peronista, mas mantinham posições mais ou menos sistemáticas de apoio à linha política do regime (SIRVÉN, 2011; DA ORDEN; PIRRO, 2007). Faziam, todavia, oposição sistemática e sofriam com a censura, os grandes diários portenhos, como *La Nación* e *La Prensa*.

A cobertura da institucionalização da ditadura de 1964 nas páginas de *Confirmado*, por seu turno, insere-se em um contexto particularmente dramático das relações entre os campos político e jornalístico na Argentina da *democracia tutelada* pelos militares – ainda marcados

pela cisão, simbolizada pelas cores de exercícios de guerra, entre *azules*, legalistas e adeptos de uma solução *frentista* que incorporasse ao sistema político um “peronismo sem Perón” e *colorados*, que defendiam uma proscrição radical do peronismo através de uma ordem ditatorial mais diretamente controlada pelo poder militar (DE RIZ, 2000, p. 30-42; GAMBINI, 2008, p. 104-106; POTASH, 1994, p. 77-99). Em tal contexto, o peronismo eleitoralmente proscrito, em suas faces política e sindical, persistia uma força ativa e organizada, em que pese as fortes divisões internas que apresentava diante do exílio ativo de seu líder maior na Espanha (LLAIRÓ, 2007; DE RIZ, 2000; GAMBINI, 2008; SPINELLI, 2003; ROMERO, 2004; DONGHI, 2000; GOLDWERT, 1972; SCIRICA, 2008). O governo de Arturo Illia, da *Unión Cívica Radical del Pueblo* (UCRDP), um dos partidos que resultara da divisão do radicalismo, originara-se em uma vitória eleitoral contestada e frágil, em 1963 (SÁNCHEZ, 1983), e no interior da crise que se abriu pela deposição de Frondizi e pelo conseqüente fracasso do chamado *frentismo*, coalizão que aquele líder da *Unión Cívica Radical Intransigente* (UCRI) tentara articular com uma fração do peronismo e parte das Forças Armadas, que se articularia sob a denominação *azules* (LLAIRÓ; SIEPE, 2003; CANTIS, 1995).

Nesse quadro, muitos autores chegam a sustentar a existência de um *golperiodismo* contra o governo de Arturo Illia, (TARONCHER, 2009; POTASH, 1994, SANCHEZ, 1983; ULANOVSKY, 2005; DÍAZ, 2007; PANDOLFI; GIBAJA, 2008), fundado em prática abertamente conspiratória e/ou na difusão de uma forma de discurso anticomunista-antipopulista, posto como modernizador, o que teria um desfecho com o golpe de 1966 liderado por Juan Carlos Onganía. Os exemplos mais destacados nessas perspectivas de análise são as referidas revistas semanais *Primera Plana* e *Confirmado*, as duas criações de Timerman, mas igualmente se destacam a virulência dos editoriais e a oposição sistemática contra o governo Illia dos grandes diários, como *La Nación* e *La Prensa*, bem como o papel de colunistas desses diversos órgãos, tais como Juan José Guiraldes, Mariano Montemayor e Mariano Grondona.

Nesse contexto crítico e de forte expansão do campo jornalístico, em 7 de maio de 1965 aparecia o primeiro número da revista *Confirmado*, sob a direção do já consagrado criador de *Primera Plana*, Jacobo Timerman, que havia deixado esta revista e seu grupo editorial em julho de 1964, sem expor os motivos profundos da decisão a seus principais colaboradores (ULANOVSKY, 2005, p. 228).

Jacobo Timerman, nascido a 6 de janeiro de 1923 em Bar, uma pequena cidade da Ucrânia, chegou à Argentina em outubro de 1928. Sofrendo uma infância de privações, conseguiu concluir os estudos secundários e ingressou no curso de admissão a Engenharia, na Universidade Nacional de La Plata. Abandonou os estudos e passou a sobreviver de pequenos empregos em vários pontos da Argentina. Seu primeiro contato significativo com o jornalismo foi a participação na revista semanal *Qué*, apontada como precursora do estilo de *Primera Plana*, havendo trabalhado posteriormente em *Noticias Gráficas*. Após 1955, trabalhou em *La Razon*, *Clarín*, *El Nacional* e dirigiu *El Mundo*. Após fundar e dirigir *Primera Plana*, teve destacada atuação na imprensa argentina. Sobre Timerman, refere Miguel Angel Taroncher: “dentro del periodismo argentino, Timerman, ganador del premio Pulitzer, es considerado una de sus más brillantes personalidades. Si bien participó de la extendida cultura política que consideraba a los golpes de estado como instancias de resolución de la problemática nacional, en 1976 (...) será secuestrado y torturado por la nueva dictadura militar” (1998, p. 152).

Seguindo o estilo *New Journalism* de sua então já célebre criação anterior, a qual pretendia eventualmente superar no mercado jornalístico, Timerman apresentava seu novo semanário como uma “revista semanal de notícias”. Carlos Ulanovsky sublinha que “en una plataforma de propósitos editoriales decía que intentaría presentar ‘sin escamoteos ni subterfugios la actualidad del mundo contemporáneo’” (ULANOVSKY, 2005, p. 241). Na primeira edição, afirmava Timerman: “queda así establecida la teoría actual y futura de *Confirmado*: brindar a los lectores toda la información, sin pretender influir más que con la presentación cruda – y por lo tanto apasionada – de los hechos” (in TARONCHER, 2009, p. 174).

No que toca ao posicionamento político do periódico na arena nacional, Carlos Ulanovsky afirma: “lo que nunca se olvidó de la revista fue su asociación con las posiciones que alentaron y provocaron el golpe de estado que derrocó a Illia” (2005, p. 241). O mesmo posicionamento, conforme referido, apresentava a criação anterior de Timerman, *Primera Plana*, com a qual *Confirmado* igualmente compartia o estilo fundado no *New Journalism*. Todavia, segundo atestaria posteriormente Abrasha Rotemberg, assessor econômico, colaborador e amigo de Timerman, *Confirmado* não logrou ser mais do que “un pálido reflejo de *Primera Plana*, un autoplágio en tono menor, (...) una sombra” (in TARONCHER, 2009, p. 179). Sobre a questão, Miguel Angel Taroncher

conclui que “a pesar de cumplir con muchos de los requisitos que aseguraban un proyecto editorial exitoso, algo falló: el ‘aura’ de *Primera Plana* no pudo ser superado, ni siquiera alcanzado” (2009, p. 179).

Graciela Mochkofsky assim examina o alto *staff* e os principais articulistas colaboradores de *Confirmado*, os quais, segundo a autora, compunham um grupo com representantes dos três setores que, sempre conforme sua análise, projetavam o golpe de estado: a facção *azul* do exército, o referido *frentismo* frondizista e o que denomina *establishment* econômico:

por el primero, estaban el ex ministro de interior de Guido, Rodolfo Martínez; el ex canciller frondizista Carlos Florit; el teniente coronel retirado Alberto Garasino, un cuadro intelectual del Ejército, autor de un libro en que defendió la presencia militar en cuestiones políticas (...). Garasino tenía además el cargo de subdirector. El tercer nombre del staff era Félix Garzón Maceda, un cordobés con muchos amigos militares, dueño de una radio em Córdoba. Figurava como assessor; era, en verdad, el nexo cotidiano entre el Estado Mayor del Ejército y Timerman. Los frentistas estaban representados por Mariano Montemayor, que se había ido de *Primera Plana* cuando el Frente fracasó (...). Por último, el conservador-liberal Álvaro Alsogaray actuaba como el vocero de los grupos económicos y los intereses financieros del exterior (in TARONCHER, 2004, p. 397-398).

Sobre estes colaboradores de *Confirmado*, cujas colunas eram publicadas de forma bastante irregular, afirma, por seu turno, Miguel Angel Taroncher:

Álvaro Alsogaray, ex ministro de economía de Frondizi y Guido, criticava los lineamientos estructurales y conyunturales de la economía radical; Carlos Florit, de filiación desarrollista, ex ministro de relaciones exteriores de Arturo Frondizi, analizaba temas de política internacional; el teniente coronel Alberto Garasino informaba sobre una de las principales cuestiones de interés (...) de *Confirmado*: los temas militares, y Rodolfo Martínez, ministro del interior de Guido, informaría sobre panoramas políticos desde una perspectiva integracionista (TARONCHER, 2009, p. 170-171).

A partir da edição de número 26, em outubro de 1965, apareceriam de forma regular e permanente os artigos de Mariano Montemayor: “su misión será la de instigar, en forma directa, a las fuerzas armadas a derribar al presidente Illia” (TARONCHER, 2009, p. 171).

A partir desses contatos pessoais e profissionais, *Confirmado* reivindicava, frente a seus leitores, uma posição privilegiada no que se referia à divulgação de temas, documentos e notícias dos bastidores da política nacional, de difícil acesso por parte de seus concorrentes no mercado jornalístico. Igualmente se propagavam nesse sentido os contatos especiais com membros das elites civis e militares que articulavam o golpe contra o governo radical (TARONCHER, 2009, p. 175). Significativo nessa direção é o fato de Timerman, em dezembro de 1965, passar a ser editor, deixando a direção de *Confirmado* a cargo do Comodoro Juan José Güiraldes. Escritor e ensaísta sobre temas gauchescos argentinos, Güiraldes era um militar e político nacionalista, que participara, como diretor da *Aerolíneas Argentinas*, do governo Frondizi e compusera os quadros da UCRI e do *frentismo*. No contexto, trabalhava pelo golpe contra Illia e propagava ser o general Onganía o chefe de Estado ideal para liderar o que punha como as reformas necessárias na economia e na política argentinas para superar o que denominava *partidocracia*. Concretizado o golpe, Timerman retomaria a direção do semanário.

Para além destes responsáveis pela articulação mais direta com o setor político, Timerman empregava em sua equipe técnica de redação um *staff* composto por jornalistas e escritores bastante experientes, como Alberto Rudni, Héctor Tomasini, Jorge Aráoz Badi, Osiris Chiérico, Edmundo Eichelbaum, Félix Luna, Luis Alberto Murray e Victorio Sánchez. A esses juntava-se um grupo que Carlos Ulanovsky classifica como de uma geração intermediária: Rodolfo Pandolfi, Armando Alonso Piñeiro, Agustin Mahieu, Osvaldo Ciezar, Enriqueta Souto e Horácio Verbitsky (2005, p. 241). *Confirmado* contava ainda com jornalistas recém iniciados e que consolidariam carreiras na imprensa argentina ao longo da década seguinte: Diego Barranchini, Oscar Delgado, Maria Angélica Molinari, Sergio Caletti e Pepe Eliashev. De forma geral, os salários oferecidos por Timerman eram bastante atrativos na comparação com os principais concorrentes, inclusive *Primera Plana*.

O periódico contava com correspondentes permanentes em Paris, Roma e Washington: Enrique Raab, Héctor Kuperman e Nicolás Rivero. Empregava, para suas seções de noticiário nacional, os serviços da agência *Tel Press*, bem como o material fornecido com exclusividade para a América Latina pela agência *Orbe Latinoamericana*. Contava igualmente com serviços de correspondentes nos principais centros urbanos do interior argentino. As coberturas fotográficas nacionais ficavam a cargo dos prestigiosos fotojornalistas Jorge Miller e Williams

Fredes, sendo empregados igualmente os serviços informativos fotográficos das agências Associated Press, Inter-Prensa e United Press.

As seções fixas da revista congregavam um amplo espectro de temas relativos à atualidade nacional e internacional, política, costumes e instituições: *La Nación*, *El Mundo*, *Medicina*, *Religión*, *Justicia*, *Universidad*, *Arte*, *Música*, *Discos*, *Libros*, *Espetáculos*, *Televisión*, *Deportes*, *Entretelones* e *Economía*. A partir da segunda edição, apareceriam novas seções especializadas e de aparições variáveis, tais como *Sin Protocolo*, na qual, em breves tópicos noticiosos, narravam-se acontecimentos do mundo político, artístico e cultural. Era igualmente o caso de *Gente y Empresas*, na qual se noticiavam diferentes atividades empresariais e a presença de grandes executivos em diferentes espaços de trabalho ou sociabilidade. Dessa forma, todas as seções, direta ou indiretamente, visavam ao público alvo da revista: os grupos de poder aquisitivo médio e alto da população argentina. No período em tela, a revista não chegou a superar a marca de 60.000 exemplares por edição, mas contava com algo em torno de cinco ou seis leitores por exemplar nesta franja de público (ULANOVSKY, 2005, p. 258).

Para além da controvérsia a respeito do quanto *Confirmado* havia sido fundada com a finalidade específica de constituir o campo de apoio ao golpe contra o governo Illia, sob *encomenda* do general azul Osiris Villegas, e a partir disso obter seu financiamento – o que de resto seria sempre negado por Timerman – a revista contava com espaço publicitário significativo. Por coincidência ou não, destacavam-se nesse espaço empresas petrolíferas estrangeiras e a indústria farmacêutica multinacional, ambas em confronto direto, no contexto, com a política econômica nacionalista e estatista de Illia, expressa na revisão dos contratos da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) com empresas estrangeiras, os quais haviam sido celebrados no governo Frondizi, bem como na chamada Lei dos Medicamentos, pela qual o governo objetivava estabelecer mecanismos de controle estatal sobre o setor (SÁNCHEZ, 1983).

Após o golpe de 1966, a revista de Timerman alternaria as denominações *Confirmado*, *Nuevo Confirmado* e novamente *Confirmado*, para, em 1973, fundir-se com a revista *Análisis*, resultando na criação de *Análisis Confirmado*. De todo modo, no contexto aqui importante, *Confirmado* “fue una revista semanal de posturas extremas y poco sutiles en la campaña instalada en la opinión pública, alimentando el apoyo al golpe de estado de junio de 1966, objetivo para el cual, en rigor, había sido creada” (TARONCHER, 2009, p. 216).

Carlos Ulanovsky, por seu turno, afirma ser absolutamente indiscutível o posicionamento pró-golpe das duas criações de Jacobo Timerman, *Primera Plana* e *Confirmado*. Todavia, trata o autor de estabelecer nuances importantes na atuação político-cultural das revistas no período pré e pós golpe – ambas sofreriam com a censura e com a consolidação ditatorial do novo ciclo de poder que contribuíram para implantar, inclusive com o fechamento de *Primera Plana* em 1969. Refere nesse sentido o autor:

a la manera de sus similares extranjeras, se denominaban ‘revistas de influencia’. Propiciaban una ideología liberal, compartida por el grueso de sus lectores (...). Apoyaron las novedades, las vanguardias estéticas, todas las formas artísticas y culturales de renovación y de la modernidad en el país y en el extranjero. Informaron en detalle sobre todas las censuras, juicios y condenas promovidas por el poder militar contra los creadores culturales. Revisaron importantes temas históricos de la época que estaban sepultados y sobre los que había mucha ignorancia: el peronismo, Eva Perón, Che Guevara, el 17 de octubre y muchos otros. Promovieron el conocimiento de grandes figuras culturales extranjeras, desconocidas o prácticamente desconocidas aquí, desde García Márquez hasta Marcuse. (...) A partir de 1967, aun con los partidos políticos prohibidos, comenzaron a incluir entrevistas a sus dirigentes más conocidos (ULANOVSKY, 2005, p. 258-259).

Nota-se, assim, que *Confirmado*, não obstante o posicionamento explícito e direto pela derrocada do governo Illia em 1966, não deixou de atuar segundo os parâmetros básicos da imprensa informativa empresarial, fundados no *liberalismo profissional* – de modo geral incompatível com ordens ditatoriais de longo prazo – e no apelo à objetividade, alicerçado na categoria *notícia*.

A Ditadura institucionalizada no Brasil – o exemplo e a ameaça

Para o presente artigo, foram examinados todos os exemplares de *Confirmado* no período compreendido entre maio de 1965, mês de surgimento da revista, até junho de 1966, quando é perpetrado o golpe contra o governo de Arturo Illia, num total de 54 exemplares. O Brasil foi *notícia* em 12 exemplares, um índice de frequência (22,2%) superior a qualquer outro país latino-americano no período considerado.

Geralmente, as matérias, com extensões variadas, aparecem na seção especializada *El Mundo*, sempre marcadas por forte teor analítico-opinativo, o que marca o estilo da publicação, conforme acima discutido. As agências internacionais, com as quais trabalha a redação de *Confirmado*, não são referidas como fontes em nenhuma das matérias sobre o Brasil, aparecendo nessa condição o diário brasileiro *Jornal do Brasil* e, em duas ocasiões, enviados especiais.

O decreto do Ato Institucional número 2 (AI2) no Brasil constitui um marco no conjunto das matérias examinadas. A progressiva institucionalização da ordem ditatorial no país vizinho de fato empresta o tom analítico na construção narrativa da *notícia*. Todavia, pode-se perceber, no pré e no pós-AI2, as linhas de uma clara *racionalização* (THOMPSON, 1995, p. 82-83) tendente a constituir o sentido da solução autoritária no Brasil, por um lado, e, por outro, a colocar tal solução em contraste com a realidade política argentina.

Agente jornalístico claramente alinhado às forças golpistas civis e militares, como se viu, *Confirmado* constitui uma lógica potente da ditadura em marcha e consolidação no país vizinho, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de um *novo* Brasil que, assim, robustecia sua condição de potência no cenário americano, em alarmante ameaça a uma Argentina enfraquecida pelas supostas debilidades de sua política externa e de suas estruturas político-institucionais, fraquezas as quais o governo Illia aparece sempre potencializando.

O Brasil é *notícia* na primeira edição de *Confirmado*. Neste período pré-AI2, a temática referencial gira em torno de uma dupla expectativa: as eleições presidenciais e estaduais marcadas para 1966 e o aprofundamento possível do processo de intervenção militar na política brasileira. A matéria de *confirmado* dá conta das movimentações dos candidatos potenciais, bem como das principais lideranças com direitos políticos já cassados, com destaque para Miguel Arraes, Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda, este posto como “*uno de los artífices del derrocamiento de João Goulart*” (“Solo para militares: Veto a Candidatos em Brasil”, 7 de maio de 1965, p. 20), mas que no momento causava sérias apreensões ao núcleo do poder militar.

Nessa direção, o tom da notícia é marcado pela voz que ali se dá ao então ministro da Guerra brasileiro, Arthur da Costa e Silva, que surge afirmando: “*todo candidato a la elección de gobernador o de presidente recibirá su investidura siempre que las Fuerzas Armadas no lo impidan*” (“Solo para militares: Veto a Candidatos em Brasil”, 7 de maio de 1965, p. 20). Assim, pode concluir imediatamente o redator,

na construção de uma expectativa como componente da notícia: “*los eventuales candidatos que comienzan a manifestarse comprendieron rapidamente que la **revolución** militar, de ahora en adelante, creará claras fórmulas de perpetuación en el poder*” (“Solo para militares: Veto a Candidatos em Brasil”, 7 de maio de 1965, p.20. Grifo meu). A matéria apresenta um significativo parágrafo de conclusão, posto imediatamente após a informação sobre atos “terroristas” que começavam a se intensificar no país vizinho, como a explosão de uma bomba no diário *O Estado de São Paulo*:

la creciente intervención de las Fuerzas Armadas en el proceso político brasileño no há alcanzado su culminación. Mas bien da cuenta de una paulatina ampliación de los limites atribuidos a su poder de vigilancia y a su capacidad de determinar los acontecimientos futuros. Esta experiencia militar en el campo político – unida a la batalla por sanear las finanzas – constituye un punto de referencia obligado, en las ultimas semanas, para los observadores de la realidad continental (“Solo para militares: Veto a Candidatos em Brasil”, 7 de maio de 1965, p. 20).

Constitui-se assim um sentido para a consolidação da ditadura no Brasil para uma parcela potencial do público leitor argentino de *Confirmado*, por meio de variadas disposições discursivas. Dentre estas, a incorporação do significado do termo *Revolução*, associado à implantação institucional da ditadura, parece decisivo para a operação ideológica por meio da qual o liberalismo profissional, típico do campo da imprensa informativa empresarial, pode articular-se ao respaldo de uma ordem autoritária em consolidação. Alicerçada tacitamente nos princípios do anticomunismo, tal ordem pode aparecer com um dinamismo caracterizado por atributos positivos, tais como “poder de vigilância” e “saneamento” das finanças, postas estas no âmbito de uma sempre potente naturalização (THOMPSON, 1995, p. 87-89) do sistema socioeconômico capitalista, ao qual se associa a democracia como conceito ou valor essencial, defendido, assim, em última análise, para um “futuro” histórico. Particularmente para o público argentino, parece igualmente relevante a forma pela qual *Confirmado* constitui – tipicamente – a experiência brasileira como um “ponto de referência obrigatório” para os assim postos “observadores” da “realidade continental”, disposição que evoca um sujeito abstrato do discurso jornalístico, capacitado a construir uma análise objetiva de uma ordem que se pode colocar como fática, convertendo desde sempre a notícia em acontecimento (SODRE, 2009; NORA, 1979).

Essa perspectiva temática é, como se disse, mantida no período em que o Brasil é notícia antes da edição do AI 2. Nessa direção, *Confirmado* reproduz certa imagem internacional típica da política brasileira:

días atrás, el semanario londinense *The Economist* afirmaba, con aparente gravedad, que la política brasileña se guía por pautas tomadas del teatro clásico francés: largas declaraciones, amplios gestos, escasa acción. ‘Sólo que – agregaba la revista – mientras Racine e Corneille resolvían el conflicto en el quinto acto, los políticos brasileños improvisan permamanentemente’ (“Brasil – Racine y Corneille dan Pautas Políticas”, 10 de Julho de 1965, p. 16).

Aberta a matéria ao estilo *New Journalism*, *Confirmado* compõe a notícia acerca da *realidade* brasileira:

el centro del escenario es ocupado por el presidente Castelo Branco y los hombres de abril de 1964; con habilidad y prudencia, el primero intenta asegurar que la revolución ‘contra el comunismo y la corrupción’ no se diluya luego de las prometidas elecciones de noviembre del año próximo. (...) Los protagonistas del derrocamiento de Goulart no son precisamente populares y el programa de deflación económica y financiera del ministro de Planificación Campos no tiene perspectiva de éxito antes de fin de año. La deflación no es una buena plataforma electoral en el Brasil (“Brasil – Racine y Corneille dan Pautas Políticas”, 10 de Julho de 1965, p. 16).

Desse modo, parece posto um dos paradoxos da posição sustentada por *Confirmado* acerca da consolidação da ordem ditatorial no Brasil frente à situação argentina. A revolução contra o comunismo e a corrupção – estes dois termos postos genericamente na voz dos personagens centrais da cena – não é “popular” e pode, portanto, ser posta em questão pela liturgia fundamental da democracia representativa: as eleições. O liberalismo profissional que embasa o discurso vê-se na contingência de estabelecer uma franca oposição entre o processo eleitoral clássico e a defesa contextual de valores supostamente essenciais a uma ordem “democrática” perene, vale dizer, a luta contra o comunismo e a corrupção, bem como o respaldo a um programa governamental anti-inflacionário, posto como inevitável para a salvaguarda de uma ordem econômica capitalista – sempre naturalizada –, e, todavia, uma péssima plataforma eleitoral. Os riscos do populismo associados ao rito eleitoral em um contexto crítico parecem ser a base da disposição discursiva, embora não ostentem uma aparição explícita na narrativa.

A notícia de um encontro entre personagens emblemáticos coloca novamente o Brasil como tema em *Confirmado*. No final de agosto de 1965, os ex-presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros encontravam-se na residência daquele, em Buenos Aires, para uma avaliação dos contextos políticos de seus países, com a presença da imprensa. A matéria em *Confirmado* é disposta em torno a uma fotografia de ambos os presidentes por ocasião do célebre encontro de Uruguiana, em que ambos haviam firmado importante Ata para a cooperação Brasil-Argentina. A legenda parece significativa: “*Frondizi y Quadros en Uruguayana: Golpes Militares para Brasil y la Argentina*” (“Prognósticos. Cuando los Derrocados Analisan la situación”, 26 de agosto de 1965, p. 14). Segundo os termos da construção da notícia, ambos os personagens traçam prognósticos bastante semelhantes para seus países, enquadrados em um contexto que consideram de grave crise socioeconômica na América Latina, cuja dimensão estrutural a política dos Estados Unidos não avaliaria corretamente, dada a estreiteza da Aliança para o Progresso.

Na voz de Quadros e Frondizi, surge a tensão política essencial do contexto: a possibilidade de saídas constitucionais frente à progressão das intervenções militares em ambos os países. Os prognósticos parecem apontar para possibilidades maiores no sentido da solução autoritária institucionalizada, sem que se descartasse por completo uma “saída eleitoral”. Nesse sentido, Quadros aparece asseverando: “*es muy posible que se vaya hacia la dictadura, pero no debe descartarse la posibilidad electoral*” (“Prognósticos. Cuando los Derrocados Analisan la situación”, 26 de agosto de 1965, p. 14). Frondizi, por seu turno, afirma em paralelo: “*Quizá pueda decirse (...) que en un plazo de aquí a dos años es más fácil que haya un golpe de estado con solución militar, que llegar a las elecciones*” (“Prognósticos. Cuando los Derrocados Analisan la situación”, 26 de agosto de 1965, p. 14). Os prognósticos assim postos parecem consolidar uma expectativa, por um lado, e, por outro, uma vez mais tecer uma lógica da institucionalização das intervenções autoritárias em marcha nos dois países, estando o Brasil então em clara “vantagem” diante de certa visão de uma parcela do público leitor argentino.

Em seção dedicada ao cinema, noticiando, com enviado especial, o festival internacional que se realizava no Rio de Janeiro, entre setembro e outubro de 1965, o Brasil ganhava destaque nas páginas de *Confirmado* (“Dios y el Diablo em la Tierra del Sol”, 7 de outubro de 1965, p. 51). Curiosamente, a notícia, ocupando duas páginas em seção

dedicada a eventos culturais, enquadrou a situação política brasileira frente à argentina dentro de certos padrões que viriam a tornar-se recorrentes no contexto examinado. O país vizinho, em franco processo de consolidação da ditadura, aparece, em contraste com a Argentina de Arturo Illia, ostentando posição internacional fortalecida por um projeto de desenvolvimento socioeconômico interno coeso e positivamente articulado. Nesse sentido, a matéria se abre afirmando:

luego de la caída de Jango Goulart, los directores del *cinema novo* brasileño estuvieron proscritos e prófugos en su país. Sin embargo, poco tiempo después, los gobernantes de Brasil (...) comprendieron que esos intelectuales desconformes, con sus películas vitales y explosivas, ubicados en una posición de clara rebeldía social, eran uno de los productos más valiosos que Brasil podía mostrar al extranjero. Así se produjo una notable paradoja: el Banco de Guanabara (...) se transformó en el principal sostén económico para los *films* realizados por los jóvenes izquierdistas. Para un extranjero resulta incomprensible comprobar que la propaganda oficial destaca el éxito internacional de películas como *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, o *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha. (...) Pero no debe olvidarse el peculiar nacionalismo brasileño, ampliamente demostrado en el Festival: el *cinema novo* es un cine de izquierda, ‘*mais* (sic) *é nosso*’ (“Dios y el Diablo em la Tierra del Sol”, 7 de outubro de 1965, p. 51).

Apresentava-se assim ao público argentino de *Confirmado* o esboço de uma política cultural da ditadura em consolidação no Brasil, a qual, para além dos antagonismos políticos, apresentaria, segundo a disposição discursiva, um claro embasamento “nacional”, no sentido da promoção oficial de uma indústria cinematográfica posta como autenticamente brasileira. Após expor a aceitação “lúcida” dos termos de tal política por parte dos principais realizadores ligados ao Cinema Novo, dando voz, nesse sentido, principalmente a Nelson Pereira dos Santos, o redator constrói o contraste com a situação do cinema argentino na relação com o poder público:

la experiencia vital de los jóvenes cineastas brasileños (...) impresionó a los solitarios representantes de la desalentada *nouvelle vague* argentina, presente em Rio. Rodolfo Kuhn, jurado de corto metraje en el certamen, susurró melancolicamente: ‘(...) aquí están unidos y luchan juntos’. Mientras tanto, cocteles o *feijoadas* diplomáticas reunían ocasionalmente a la delegación argentina, en

medio de la cual brillava la clásica incomunicación generacional. (...) Sin embargo, una sola evidencia los golpeaba a todos: el ejemplo de una lucha coherente por el desarrollo de un nuevo cine, frente a la dramática impotencia de la industria para promoverse sin destruir las iniciativas renovadoras (“Dios y el Diablo em la Tierra del Sol”, 7 de outubro de 1965, p. 51).

Conforme mencionado, esse padrão de construção discursiva, aqui aplicado à questão da indústria cinematográfica, tornar-se-á progressivamente recorrente na comparação entre as situações políticas brasileira e argentina. O leitor de *Confirmado* verá um Brasil, sob regime ditatorial, em progressiva vantagem sobre a Argentina no campo internacional, em função de uma assim posta articulação de um projeto nacional conduzido de forma coerente e integradora, como revelava o caso da incorporação a tal projeto do “esquerdista” e inovador Cinema Novo, como uma poderosa marca nacional no mercado mundial da indústria cinematográfica. Um Brasil com rumo assentado, embora nunca sem contradições, será assim contraposto a uma Argentina enfraquecida, fragmentada e à deriva sob o governo radical *del pueblo*. O país vizinho mais uma vez aparecia a um tempo como espelho e ameaça em uma ideologia vigorosa da solução autoritária na construção narrativa da notícia. É assim que pode concluir a matéria:

el Festival de Rio, con su declarada intención de convertirse en la *Capital Mundial do Cinema*, prueba quizá la propensión brasileña a la hipóbole, pero permite al *cinema novo* una alentada audiencia mundial. Este hecho positivo, que asombró a los argentinos, puede agregarse a la capacidade insólita de Brasil para reunir los extremos más antagónicos en una síntese nacional (“Dios y el Diablo em la Tierra del Sol”, 7 de outubro de 1965, p. 52).

A edição de 4 de novembro de 1965 será marcante na construção dessa imagem do Brasil em *Confirmado*. Nela veiculava-se a notícia da promulgação do AI2 no país vizinho, a qual segundo os termos da matéria, “*no deja ninguna duda acerca del carácter dictatorial de la revolución brasileña*” (“Brasil: la Dialéctica Revolucionaria”, 4 de novembro de 1965, p. 18). A incorporação do conceito de “revolução” associado à ditadura na construção narrativa é novamente fundamental em seu possível efeito ideológico. Nesse sentido, *Confirmado* assim situa a relevância do Ato Institucional na consolidação do sentido da nova ordem autoritária:

con el sacrificio de una fácil popularidade, con la segura confianza del capital extranjero y con la competencia de dirigentes como Roberto Campos – ministro de Planificación –, el Brasil comenzaba así a emerger del marasmo económico y a colocarse en condiciones de encarar la fundamental reforma de estructuras. El problema residía entonces en saber si la revolución tomaría la sienda electoralista y – a la larga – de compromiso con los viejos políticos, luego de haber saneado un tanto las finanzas y combatido otro tanto la corrupción, o si llegaba más a fondo y se decidía a encarar por sí misma una tarea de proyección histórica. (...) El influyente ministro de Guerra, general Arturo da Costa e Silva (sic) (...) pronunció un categórico discurso a causa de unas declaraciones del presidente de la Corte Suprema, Ribeiro da Costa. ‘La revolución – afirmó – es irreversible y no cesará de combatir, sin tregua al sistema que imperaba en el país antes del 31 de marzo de 1964’. El ministro se refería concretamente al ‘sistema’, con lo que le daba a la revolución su cabal sentido de profundidad (“Brasil: la Dialéctica Revolucionaria”, 4 de noviembre de 1965, p. 18).

Novamente, a consolidação da ordem ditatorial, apoiada pelo significado amplo do termo “revolução”, é posta a um tempo como tarefa histórica de transformação de “estruturas” na defesa de um capitalismo – sempre naturalizado pela nomeação *economia* – “saudável” e bem inserido no mundo e como ruptura radical e necessária com o “velho sistema” político-partidário, apoiado formalmente na “velha” ordem constitucional, mas colocando em risco os pilares essenciais para uma ordem posta como essencialmente “democrática”, em termos ocidentalistas, conforme aqui se vem discutindo. Parece significativa nesse sentido a forma pela qual essa construção discursiva integra a voz de Costa e Silva frente a “declarações” não explicitadas do presidente da Corte Suprema brasileira.

É assim que o texto de *Confirmado* pode asseverar a seu público leitor: “*la segunda acta institucional (...) abre el campo para realizar una acción de gran aliento, sin demasiadas preocupaciones electoralistas y sin concesiones al mundo de la vieja politiquería, incluidos Lacerda y sus fieles*” (“Brasil: la Dialéctica Revolucionaria”, 4 de novembro de 1965, p. 18-19). É importante como a lógica da construção converte radicalmente o ritual eleitoral em “eleitoreirismo” e a própria atividade político-parlamentar em “politicagem”.

A matéria qualifica a chamada repercussão internacional da edição do AI2 no Brasil como “díspar”. É interessante para a presente análise o modo pelo qual *Confirmado* denomina “formalistas” os órgãos da

imprensa informativa estrangeiros que de algum modo condenaram a consolidação da ditadura no Brasil e chama de “realistas” aqueles que conferiram apoio direto ou indireto àquela solução autoritária. Dentre estes, significativamente destaca-se o posicionamento do *Washington Post*, qualificado como notório órgão “kennedista”, talvez para acentuar um certo caráter insuspeito de sua peça editorial no tocante a convicções democráticas:

resulta una ironía que en algun lugar de América Latina la reforma, largamente necesitada, sólo pueda realizarse, según parece, por parte de un gobierno fuerte. En algunos casos esa clase de gobierno há surgido de golpes militares. El Brasil es un ejemplo de la situación en que un régimen com base militar há procedido a gobernar con dedicación en terrenos donde los políticos han fracasado. Desde el punto de vista del interés americano en la modernización y cambio de estructuras, las reacciones doctrinarias contra la misión de los militares son poco realistas (“Brasil: la Dialéctica Revolucionaria”, 4 de novembro de 1965, p. 19)

Na esteira de tal enquadramento “realista” da ditadura no Brasil, *Confirmado* pode concluir no que se refere à repercussão internacional da edição do AI2: “*la bolsa, el mundo empresarial y los círculos de inversionistas extranjeros acogieron con satisfacción una medida que les permite avizorar un futuro estable, serio y encamiñado a proporcionar a la economía brasileña bases modernas y orgánicas*” (“Brasil: la Dialéctica Revolucionaria”, 4 de novembro de 1965, p. 19). Tal inserção internacional positiva da “economia” brasileira sob a ditadura consolidada será, como se disse, uma das bases da operação ideológica que colocará o Brasil como “exemplo” e “perigo” para uma Argentina, posta sempre como fragilizada pela experiência de governo civil de Illia e pela inconsistência institucional da tutela militar então vigente.

Tecendo um prognóstico por sobre a notícia, *Confirmado* não prevê um futuro fácil para o novo regime que se consolidava no país vizinho: “*la vieja política tiene tendido sus tentáculos dentro de la misma revolución, y el agudo empirismo de los políticos del país hermano los capacita para toda clase de maniobras envolventes*” (“Brasil: la Dialéctica Revolucionaria”, 4 de novembro de 1965, p. 19).

Todavia, o advento do AI2, assim noticiado, marcava o fim de um futuro brasileiro até então marcado pela tensão entre a consolidação da ordem ditatorial de 1964 e a possibilidade da saída eleitoral para a crise. O fechamento do regime no país vizinho mudará o tom das notícias a

seu respeito em *Confirmado*, sem alterar, contudo, os fundamentos de uma possível ideologia da solução autoritária para a região.

Em novembro de 1965, reunia-se, no Rio de Janeiro, a Segunda Conferência de Chanceleres Americanos, foro deliberativo articulado ao sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA). *Confirmado* noticia o evento através de enviado especial, Luis Alberto Murray (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de novembro de 1965, p. 19-20), que assina a matéria informativa, o que não é praxe na revista, ao menos no período aqui considerado. Além da pauta usual, relativa a temas comerciais, a questão principal a ser discutida na Conferência dizia respeito à Segurança. Tratava-se de estabelecer as bases jurídicas para a criação de uma Força Interamericana de Paz, órgão multilateral da OEA que teria competência para deliberar sobre intervenções armadas em países da região sob ameaça de convulsão sociopolítica, ou, na linguagem corrente do período, sob risco de constituírem uma “nova Cuba”. O tema era recorrente ao menos desde o estabelecimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), mas tornara-se premente após a revolução castrista e o recrudescimento da agenda de segurança em Washington, com a recente intervenção na República Dominicana.

Segundo informa o enviado especial de *Confirmado*, em meio a observações sobre o clima chuvoso no Rio e a respeito de ditos espirituosos de diplomatas e jornalistas, ao estilo que marca a revista, haveria um bem estabelecido consenso sobre a criação do mecanismo multilateral de segurança. Este era visto como resposta à necessidade de respaldo político dos Estados Unidos para sua política continental, por um lado, e, por outro, como forma de dar voz e voto às demais repúblicas americanas sobre a questão. Dessa forma, a *informação* colase imediatamente a um posicionamento ancorado na *objetividade*:

ya es voz pública que en marzo del año próximo, en Washington, otra conferencia idéntica consagrará en la práctica lo que la actual va a dejar formulado. En esta alternativa, verdadera encrucijada histórica, se aprecia hasta qué punto los esquemas clásicos de la izquierda más o menos liberal han dejado de influir en la conducción latino-americana. Todavía es posible oír (entre periodistas exclusivamente) alusiones al ‘imperialismo yanqui’ y afines, en relación con esta reunión, pero entre quienes deben decidir no queda vacilación alguna. La mentalidad que en Buenos Aires podría ejemplificarse en el Partido Socialista Argentino (...) continuará denunciando lo que supone alineación latino-americana respecto

de USA, pero sólo por cegueira o mala fe puede negarse la actual evidencia: a través de una aparente subordinación, varios países defienden sus propios intereses y su respectivo desarrollo nacional. (...) *No habrá una segunda Cuba*: esto es terminante y definitivo. Y, puesto que existe acuerdo general en impedirlo, tal misión será desempeñada con mayor eficiencia por una estructura multilateral (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de noviembre de 1965, p. 20. Grifo no original).

Ocioso sublinhar as disposições ideológicas da racionalização embasada na categoria *noticia*. Dá-se conta da existência efetiva de um consenso na Conferência, fundado em razões realistas, isto é, objetivas e, em larga medida, incontornáveis. Posições divergentes, associadas a uma “esquerda mais ou menos liberal”, são qualificadas como não influentes na “atualidade” latino-americana e marcadas por “cegueira” ou “má fé”, ao esgrimirem argumentos fundados em conceitos descolados da “realidade”, tais como “imperialismo” e “alinhamento subordinado” aos Estados Unidos. Tal “subordinação”, apenas “aparente”, surge na construção discursiva como “evidentemente” fundamental para cada país latino-americano negociar positivamente com Washington os termos de seu próprio desenvolvimento nacional, por dentro e por fora de mecanismos multilaterais, como o que se encontrava em discussão no Rio de Janeiro.

Este último ponto, de resto, dará o tom predominante das abordagens de *Confirmado* sobre o Brasil pós-AI2. Em contraste com a Argentina, o Brasil, sob uma ordem ditatorial institucionalizada, surge fortalecido no cenário internacional, praticando uma política externa coerente e com vistas ao desenvolvimento nacional. É significativo, nessa direção, que a primeira página da matéria que noticia o encontro de chanceleres, tenha como centro uma fotografia do chanceler argentino Zavala Ortiz, com a legenda interrogativa: *Zavala Ortiz – Sin Contradiciones?* (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de novembro de 1965, p. 19). Já na página seguinte, vê-se, igualmente centralizada, fotografia de Castello Branco em conversa com o secretário estadunidense Dean Rusk, com a legenda: *Rusk y Castello Branco – Brasil sabe lo que quiere* (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de novembro de 1965, p. 20).

O texto da notícia fortalece o contraste de forma nítida. Sobre o pronunciamento de Castello Branco na Conferência, afirma-se: “*el discurso del mariscal Castelo Branco careció (...) de alusiones sibilinas; con claridad casi cruda define cada punto sin rodeos ni*

sobre-entendidos” (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de novembro de 1965, p. 20). Destacam-se, a seguir, os três pontos essenciais do discurso do presidente-ditador, os quais diziam respeito à desatualização do sistema da OEA sobre a questão de segurança, a necessidade de mecanismos militares específicos de combate à guerra revolucionária e o apoio decidido de Brasília à Força Interamericana visando a tal objetivo.

Já no tocante ao pronunciamento de Zavala Ortiz, assevera-se: “*el discurso de Miguel Angel Zavala Ortiz puso de manifiesto, una vez más, las contradicciones internas del Poder Ejecutivo argentino, sobretudo en sus críticas muy poco veladas a la política económica de USA, y careció de toda referencia al punto fundamental de la conferencia*” (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de novembro de 1965, p. 20). O mais grave efeito de tais contradições residia, segundo a matéria, no fato de que a Argentina apoiava, tanto quanto o Brasil, a criação da Força Interamericana nos bastidores do Congresso, mas mostrava-se incapaz de explorar politicamente tal apoio em prol de seu próprio desenvolvimento e projeção internacional frente aos Estados Unidos, como o Brasil aparecia realizando. Este ponto fundamental, segue o texto, “*dependerá, como cuanto sucede en el país, del mayor o menor acuerdo entre la Presidencia de la Nación y las Fuerzas Armadas*” (“América: entre el Desarrollo y la Soberanía”, 23 de novembro de 1965, p. 20).

A assim posta debilidade da tutela militar sobre a ordem política argentina do pós *Revolución Libertadora*, em contraste com a “revolução” brasileira, deixava abertas as contradições internas que enfraqueciam a posição internacional do país, particularmente frente aos Estados Unidos e ao rival histórico no cenário sul-americano. Parecia assim bem posta, uma vez mais, a construção ideológica no interior da notícia tendente a emprestar sentido para a institucionalização da solução autoritária na Argentina, posicionando-se o Brasil a um tempo como exemplo e ameaça potencial nessa direção.

Sempre nesse sentido, em abril de 1966, *Confirmado* noticia as repercussões de um pronunciamento do chanceler Zavala Ortiz a respeito de recente visita oficial a países asiáticos. É interessante notar que, antecedendo imediatamente essa longa matéria, encontra-se uma extensa análise acerca da notícia segundo a qual o general Juan Carlos Onganía, ex-comandante em chefe das Forças Armadas e futuro líder do golpe que deporá Arturo Illia em junho daquele ano, havia recusado a oferta do presidente para ocupar a embaixada argentina no

Rio de Janeiro. Como Onganía há algum tempo não se pronunciava publicamente e tampouco falava à imprensa, *Confirmado* afirma haver realizado uma série de entrevistas com pessoas que haviam conversado com o general nas últimas semanas, para daí extrair seu posicionamento, não apenas quanto ao fato noticiado, mas a respeito da situação geral do país. De tais entrevistas, *Confirmado* expunha o pensamento do futuro líder golpista a respeito das instituições parlamentares e do governo Illia:

se manifiesta respetuoso del sistema, pero agrega que, en las actuales circunstancias, el Congreso no cumple una función útil desde el punto de vista nacional. Tampoco sirve – en su concepto – el régimen liberal (...). Toda esta situación se agrava, en opinión de Onganía, (...) por la obsesiva fidelidad del presidente Illia (...) a un programa anticuado, que no tiene relación con los objetivos reales del país. El ex comandante en jefe opina que la responsabilidad de una quiebra de la legalidad no puede limitarse a un grupo o sector del país, sino que, en caso necesario, debe ser asumida por todos los habitantes en su conjunto, ‘por cada argentino que quiere que el país cumpla su destino como nación’ (“Las Entrevistas de Onganía”, 14 de abril de 1966, p. 14).

Significativamente para a presente análise, é colado à veiculação jornalística de tal exortação nacional ao golpe - inclusive com voz na primeira pessoa do líder militar então “em silêncio” - que se põe, como referido, o longo exame da política externa argentina embasado na notícia acerca da repercussão de pronunciamento recente de Zavala Ortiz (“Delirios – La Política Argentina en Asia y América”, 14 de abril de 1966, p. 14-16). O dito exame é inteiramente fundado em uma comparação fundamental:

en la última semana se conocieron ya las primeras reacciones al discurso del canciller Zavala Ortiz sobre su viaje a Asia. Las que pudieron recogerse en los medios militares fueron especialmente críticas, ya que compararon las tesis del ministro de Relaciones Exteriores de la Argentina con las presentadas por Vasco Leitão da Cunha, ex canciller brasileño (“Las Entrevistas de Onganía”, 14 de abril de 1966, p. 14-15).

A matéria coloca, como se vê, os “meios militares” como sujeito que realiza a comparação entre as políticas exteriores argentina e brasileira, em mais uma manifestação das relações jornalísticas privilegiadas que

Confirmado afirma manter com tais meios, conforme acima aludido. Vale a pena acompanhar por inteiro os termos da comparação:

el ministro Zavala Ortiz pretende que, gracias a su acción, la Argentina se há lanzado a la conquista del mercado asiático. Algunos oficiales de las Fuerzas Armadas comparaban esta pretensión con este hecho: a fines de 1965 el ex canciller brasileño Vasco Leitão da Cunha, que actualmente se desempeña como embajador en Washington, había disertado en la Escuela Nacional de Guerra de la Argentina sobre la política exterior de su país frente a la integración de América Latina. Explicando la estrategia del Brasil afirmó que esta se basaba en círculos concéntricos de intereses: primero, Brasil; después, América Latina; luego toda América; más tarde, Occidente, y, por último, el mundo. Los brasileños – explicó con toda franqueza – quieren lograr una integración económica latino-americana porque buscan la complementación industrial con la Argentina (“Las Entrevistas de Onganía”, 14 de abril de 1966, p. 15).

A comparação posta na voz de oficiais argentinos é bastante clara: de um lado, uma política tão pretensiosa quanto vaga; de outro, objetivos realistas e progressivos, dispostos segundo os princípios geopolíticos dos “círculos concêntricos”, bastante conhecidos nos meios de formação da alta oficialidade militar em ambos os países, os quais no Brasil embasavam a obra de Golbery do Couto e Silva e orientavam o projeto Brasil-Potência (COUTO; SILVA, 1981). Mais grave se torna a comparação diante da explicação do desdobramento potencial da política brasileira para a Argentina:

en otras palabras, eso quiere decir que el Brasil, como país más desarrollado, montaría una poderosa industria pesada y la Argentina sería proveedora de materias primas y productos alimenticios, en una aplicación de la división internacional del trabajo a escala regional, como lo propugnado por el economista norteamericano Walt Rostow (“Las Entrevistas de Onganía”, 14 de abril de 1966, p. 15).

Ficava assim uma vez mais atualizada a figura clássica, central no pensamento militar (VILLEGAS, 1975), do “perigo brasileiro” para a Argentina, certamente agravada pela definição institucional da ditadura no país vizinho e a consequente consolidação da presença das Forças Armadas no núcleo do poder estatal em Brasília. Novamente o Brasil era exemplo e ameaça em uma ideologia da solução autoritária nas páginas de *Confirmado*. A narração do contraste entre as reações civis e militares à conferência de Leitão da Cunha é expressiva nessa direção:

cuando terminó el discurso de Leitão da Cunha, los funcionarios civiles del gobierno argentino que estaban presentes aplaudieron, mientras los militares optaron por quedarse de brazos cruzados; un momento después, los últimos se acercaron a los primeros y les preguntaron si habían entendido algo y, en ese caso, si estaban de acuerdo con que la Argentina tuviera un papel subordinado en América Latina. Exaltado, un general llegó a decir entonces: ustedes no comprenden nada ni van a comprender nunca nada' ("Las Entrevistas de Onganía", 14 de abril de 1966, p. 15).

A racionalização não poderia ser mais explícita no respaldo à avaliação militar em seus dois pontos básicos: os riscos para a Argentina de um projeto de expansão brasileiro na América Latina e a ingenuidade ou desconhecimento desse cenário alarmante por parte dos funcionários civis do governo Illia, cujo aplauso a narrativa torna quase escandaloso. A avaliação própria de *Confirmado* sobre a fala do chanceler do governo radical, associada à conferência do ex-ministro brasileiro bem como à reação "civil" a ela, é, entretanto, ainda mais grave do que aquela do "general exaltado":

el reciente mensaje de Zavala Ortiz parece indicar que los funcionarios radicales no estaban distraídos cuando aplaudieron al diplomático brasileño ni obraron movidos exclusivamente por un exceso de cortesía internacional. La alocución del canciller fija una meta aproximadamente utópica para la expansión del comercio internacional argentino – el mundo –, mientras que Brasil se concentra en América Latina y trata de extraer, en esa región, todos los beneficios posibles para su política ("Las Entrevistas de Onganía", 14 de abril de 1966, p. 15).

A questão era, portanto, a ausência de uma política exterior realista no governo civil, derivando daí uma assumida concordância com os termos da política brasileira, a qual parecia, à diplomacia do partido radical *del Pueblo*, não afetar a posição internacional de Buenos Aires, ou mesmo, de algum modo, favorecê-la.

Ao estilo da revista, a matéria prossegue associando a posição de Zavala Ortiz àquela do marido de uma anedota, que, em consulta ao psiquiatra, refere que todas as tarefas "menores" da casa, como organizar o orçamento, educar os filhos, planejar atividades, eram realizadas pela esposa, enquanto ele próprio tratava de questões "de fato" relevantes, como convocar a Assembleia das Nações Unidas e declarar a guerra... Após desenvolver essa crítica ácida ao que julga ser o caráter "utópico"

e irrealista da diplomacia do governo Illia, a matéria se fecha com a conclusão segundo a qual “*Zavala Ortiz sería el canceller que el Brasil designaría, se pudiera, en la Argentina*” (“Las Entrevistas de Onganía”, 14 de abril de 1966, p. 16).

Essa mesma linha de entendimento quanto ao “perigo brasileiro” segue e se desenvolve em edições posteriores de *Confirmado*. Noticiando as repercussões de um discurso-denúncia do deputado por Santa Fé, Hector García Solá, acerca do projeto de construção da usina termelétrica El Chocon-Cerros (“Satelismo – La Carrera entre Brasil y Argentina”, 28 de abril de 1966, p. 13), a revista volta a se ocupar do tema, de forma alarmante, principalmente, segundo o próprio texto, para os meios militares argentinos.

Faz-se inicialmente uma resenha dos principais pontos informativos do dito discurso. Segundo refere a matéria, o deputado alertara para a relevância do fato de que o ex-embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, fora nomeado como novo secretário para assuntos latino-americanos do Departamento de Estado, substituindo o célebre economista Walt Rostow. Ao fato agregava-se que o senador norte-americano William Fullbright havia recentemente manifestado a posição segundo a qual o Brasil deveria desempenhar uma posição de liderança na América Latina. Na forma de uma rede de fatos entrelaçados, o deputado referia ainda que, com a ajuda dos Estados Unidos, o Brasil dos militares construía as usinas de Três Marias, Paulo Afonso, Furnas e Jupuíá, cada uma delas com capacidade equivalente a *El Chocón*. Seguindo essa teia de fatos, ao serem concluídas as obras de Sete Quedas, conjuntamente com o Paraguai, a usina teria dez vezes a capacidade de *El Chocón*. Denunciava ainda o deputado, com voz nas páginas de *Confirmado*, que há poucos dias iniciaram-se tratativas entre funcionários norte-americanos e empresários brasileiros, em São Paulo, com vistas à fabricação, em solo do país vizinho, de aviões militares a turboélices QU-10 (sic). Informava-se ainda a existência de um projeto para o desenvolvimento siderúrgico na América Latina, de cuja primeira fase a Argentina estaria excluída e, em uma segunda etapa, o Brasil já seria o centro fabril do subcontinente.

A trama assim posta se concluía com a observação explícita do redator da matéria:

en realidad, de acuerdo con las prevalecientes ideas del economista Walt Rostow, la estrategia de USA impulsa la división del trabajo, a escala regional, en América Latina. Esa política hace indispensable

sostener en la Argentina al gobierno del presidente Illia, quien está de acuerdo con las tesis de Rostow; si esos planes tienen éxito, la Argentina quedará postergada al papel de satélite del Brasil (“Las Entrevistas de Onganía”, 14 de abril de 1966, p. 16).

Os termos da narrativa que *Confirmado* reproduz e potencializa como agente jornalístico reforçam o evidente potencial ideológico de emprestar sentido à intervenção militar contra o governo Illia, com a imagem de um Brasil-potência regional ao centro. Parece evidente a relação que ali se constrói entre a consolidação do regime ditatorial no país vizinho e as supostas relações privilegiadas deste com os Estados Unidos, que assim o teriam “eleito” para a condição definitiva de líder regional, em uma atualização de termos clássicos do pensamento geopolítico argentino, dominante na concepção militar das relações internacionais do país- com destaque, nessa perspectiva, para a questão energética e industrial-militar. Novamente, os militares argentinos são postos na condição genérica de líderes indispensáveis de uma reação nacional diante dos “planos” de Washington-Brasília, com os quais estaria plenamente de acordo, sem que se diga exatamente o porquê, o governo civil de Arturo Illia.

Por outro lado, as matérias de *Confirmado* a respeito da política interna do Brasil seguem absorvendo inteiramente o conceito de *revolução*, conforme acima discutido. Novamente se analisa o confronto inevitável desta com a “velha política”, ao noticiar-se a resolução da questão sucessória em torno do nome de Costa e Silva (“Brasil – Sin posibilidad de sorpresas”, 5 de maio de 1966, p. 36-37). Claramente em tom de respaldo, a matéria retoma os pontos básicos das ações *revolucionárias* sob a liderança de Castelo Branco, com destaque para o AI2 e seu desdobramento recente, o bipartidarismo, caracterizado como o princípio da “*etapa final de la institucionalización de la revolución de marzo de 1964, que terminó con la azorada carrera de João Goulart*”. E igualmente o AI3, “*el instrumento maestro de la revolución*” (“Brasil – Sin posibilidad de sorpresas”, 5 de maio de 1966, p. 36) que determinava a eleição indireta para a presidência no próximo 3 de outubro. A “preocupação” segue sendo a ausência de base popular para o regime, o que se reforçava pela política saneadora de Roberto Campos, posta sempre como “correta e necessária”, mas com desdobramentos sociais negativos, sobretudo no tocante ao poder aquisitivo dos salários. É assim que a matéria se conclui, com especulação a respeito de uma potencial populari-

dade de Costa e Silva e a retomada de um ponto básico do “perigo brasileiro”:

muchos brasileños estiman que Costa e Silva no es ajeno a las frustraciones populares; recuerdan su origen humilde (...) y destacan una faceta de su carácter que lo distingue del frío Castelo Branco; una interesante carga emocional. Finalmente contará con el aval económico de USA; el actual subsecretario de Estado para asuntos latino-americanos, Lincoln Gordon, era embajador en Brasil cuando las Fuerzas Armadas decidieron derrocar a João Goulart; la intervención de Gordon en aquella oportunidad le convirtió en el tutor ante Washington, de la revolución. Una posición que será aprovechada sin duda por Costa e Silva, heredero del movimiento (“Brasil – Sin posibilidad de sorpresas”, 5 de maio de 1966, p. 37).

Confirmado seguiria em outras edições com essa preocupação quanto à ausência de base popular efetiva para a sustentação a longo prazo da *Revolução* brasileira (“Brasil – La Ambición de los Cuatro Generales”, 26 de maio de 1966, p. 31-32), sobretudo em virtude da crise econômica e do programa de “austeridade” de Roberto Campos, enquanto previa ações positivas nesse sentido por parte do futuro presidente Costa e Silva e intensificava sua postura permanente de apoio à *Revolução* semelhante em seu país.

Se no plano da política interna, a *Revolução* exemplar no país vizinho tinha sérios desafios a enfrentar, na esfera da política externa, seus êxitos mostravam-se cada vez mais evidentes em *Confirmado*. E, como se tem discutido, exatamente em virtude tais êxitos, agigantava-se o “perigo brasileiro” para uma Argentina fragilizada pela assim posta inoperância do governo civil.

Às vésperas do golpe que derrubaria Arturo Illia e implantaria a *Revolución Argentina* sob Onganía, *Confirmado* noticiava que “una vez más, la política exterior brasileña parece haber ganado una importante batalla a la diplomacia argentina” (“Diplomacia – Una Vez Más, los Brasileños en Adelante”, 16 de junho de 1966, p. 18-19). Tratava-se, segundo informa a matéria, da obtenção por parte do Brasil de apoio financeiro e tecnológico dos Estados Unidos para a implantação de uma “importante” indústria armamentista no país vizinho. Segundo a matéria, tal indústria abasteceria completamente as necessidades das Forças Armadas brasileiras e ainda produziria para o mercado exterior, na América Latina e nos Estados Unidos, particularmente para o palco vietnamita.

A matéria segue afirmando que “*según se desprende de eso, el gobierno de Washington no parece impresionado por el hecho de que Brasil esté regido por un gobierno militar que há derrocado a un governante constitucional y que, además, prepara su continuidad en el mando*” (Diplomacia – Una Vez Más, los Brasileños en Adelante”, 16 de junho de 1966, p. 18). Após reforçar a informação de que industriais de São Paulo já contavam como certo o financiamento norte-americano para a instalação de fábrica de aviões militares, após o regresso dos Estados Unidos de Vitorio Ferraz, presidente da Comissão Permanente de Mobilização Industrial paulista, *Confirmado* reconstrói o contraste preocupante para a Argentina. Em missão oficial nos Estados Unidos, o brigadeiro Romanelli trouxera de volta à Argentina apenas a advertência de que Washington veria com maus olhos uma intervenção militar para derrubar o governo Illia. *Confirmado* qualifica tal advertência como evidente interferência em assuntos domésticos argentinos e denuncia que o fato fora apresentado pelo governo como sendo perfeitamente “normal”. Desse tratamento dispar para a Argentina e o Brasil por parte dos Estados Unidos e a inoperância governamental em Buenos Aires, segue a advertência do redator da matéria:

mientras tanto, los militares brasileños están rapidamente consolidando un eje con Washington cuyas consecuencias son imprevisibles y que, de acuerdo con la lógica de los acontecimientos, puede significar que Brasil ingrese luego (...) en el conclave de países que manejan la política internacional. Su desarrollo industrial e tecnológico llevaría a los militares brasileños a solicitar, según señalo un diario que se publica en San Pablo, una zona de influencia en América Latina (“Diplomacia – Una Vez Más, los Brasileños en Adelante”, 16 de junho de 1966, p. 19).

Poucos dias após essa edição de *Confirmado*, uma nova intervenção militar na ordem política argentina derrubaria o governo Illia, com o projeto inicial de consolidar o processo iniciado em 1955, com a deposição de Perón. A construção narrativa, aqui examinada, das notícias acerca da institucionalização da *revolução brasileira*, associada ao suposto sucesso ameaçador de sua política de expansão internacional, pode, assim, ser vista como uma expressão marcante da reprodução, no campo jornalístico, de um sentido possível para essa solução autoritária. Sentido ao qual podia associar-se, mesmo que de forma circunstancial, o liberalismo profissional que constitui o fundo doutrinário daquela possível atuação ideológica.

Referências

- ALLEYNE, Mark D. *International Power and International Communication*. London: Macmillan Press, 1995.
- ALSINA, Miquel R. *La Construcción de la Noticia*. Barcelona; Buenos Aires: Paidós, 1996.
- BANDEIRA, Moniz. *Conflito e Integração na América do Sul Brasil, Argentina e Estados Unidos da Triplíce Aliança ao Mercosul 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. O Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930-1992). Brasília: Ed. UNB, 1993.
- BERNETTI, Jorge Luis. El Periodismo Argentino de Interpretación en los Años 60 y 70. El Rol de Primera Plana y La Opinión. In: *IV Congreso ALAIC*. Recife, set. 1998.
- CANTIS, Mario S. *La Caída de los Tres Gobiernos Radicales*. Buenos Aires: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1995.
- CAVLAK, Iuri. As Relações entre Brasil e Argentina no Início da Guerra Fria. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 6, n. 2, 2007.
- COUTO e SILVA, Golbery do. *Conjuntura Política Nacional*. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- DA ORDEN, M. Liliana; PIRRO, Julio César M. (Comp.). *Prensa y Peronismo*. Discursos, Prácticas, Empresas. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007.
- DE RIZ, Liliana, *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- DÍAZ, Marcela. Industrias Culturales y Formas de Identificación Política. Primera Plana y su Rol en la Caída de Illia In: LLAIRÓ, María de Monserrat (Comp.). *El Gobierno de Arturo Illia y la Restauración Institucional*. Las Relaciones Económicas Internacionales y la Crisis de Gobernabilidad (1963-1966). Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007.
- DONGHI, Tulio H. *La Democracia de Massas*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- FREDERICK, Howard H. *Global Communication and International Relations*. California: Wadsworth Publishing Company, 1993.
- FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. *Brasil-Argentina: convergências e divergências*. Brasília: Senado Federal, 1991.
- GAMBINI, Hugo. *Historia del Peronismo*. La Violencia (1955-1983). Buenos Aires: Vergara Editor, 2008.
- GOLDSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOLDWERT, Marvin. *Democracy, Militarism and Nationalism in Argentina, 1930-1966*. Austin e Londres: University of Texas Press, 1972.
- LLAIRÓ, María de Monserrat (Comp.). *El Gobierno de Arturo Illia y la Restauración Institucional*. Las Relaciones Económicas Internacionales y la Crisis de Gobernabilidad (1963-1966). Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007.

- LLAIRÓ, María de Monserrat; SIEPE, Raimundo. *Fronidzi – un nuevo modelo de inserción internacional*. Buenos Aires: EUDEBA, 2003.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- PANDOLFI, Rodolfo; GIBAJA, Emilio. *La democracia derrotada*. Arturo Illia y su Época. Buenos Aires: Lumiere, 2008.
- PIÑERO, Elena T. Medios de Comunicación y representación política: el caso de *Primera Plana* (1962-1966). In: *Temas de Historia Argentina y Americana*, UCA, Facultad de Filosofía y Letras, n. 1, nov. 2002.
- PIZARRO, A. Marcela. *El "Mundo" de la Prensa Argentina*. Que es noticia Internacional para *La Nación* y *Clarín*. Buenos Aires: Universidad Austral, 2008.
- POTASH, Robert, *El Ejercito y la política en la Argentina 1962-1973*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1994. Vol. 2.
- RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os Golpes Militares da Década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 43, 2000.
- ROMERO, Luis A. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- SÁNCHEZ, Pedro. *La Presidencia de Illia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.
- SCENNA, Miguel. *Argentina-Brasil Cuatro Siglos de Rivalidad*. Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1976.
- SCIRICA, Elena. Proscripción, Modernización Capitalista y Crisis. Argentina (1955-1966). In: SCALTRITTI, Mabel S. et al. *Historia Argentina Contemporánea*. Pasados Presentes de la política, la Economía y el Conflicto Social. Buenos Aires: Dialektik Editora, 2008.
- SIRVÉN, Pablo. *Perón y los Medios de Comunicación*. La Conflictiva Relación de los Gobiernos Justicialistas con la Prensa (1943-2011). Buenos Aires: Sudamericana, 2011.
- SODRÉ, Muniz. *A Narração do Fato*. Notas para Uma Teoria do Acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SPINELLI, María E. Ideas Fuerza en el Debate Político Durante los Años de la Libertadora 1955-1958. *Estudios Sociales*, n. 24, 2003.
- TARONCHER, Miguel A. *Periodista y Prensa Semanal en el Golpe de Estado del 28 de Junio de 1966*: La Caída de Illia y la Revolución Argentina. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universitat de Valencia, Valencia, 2004.
- _____. *La Caída de Illia*. La Trama Oculta del Poder Mediático. Buenos Aires: Javier Vergara Ed., 2009.
- THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THUSSU, Daya K. *International Communication: Continuity and Change*. London, New York: Oxford University Press, 2000.

ULANOVSKY, Carlos. *Paren las Rotativas*. Diarios, Revistas y Periodistas (1920-1969). Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

VILLEGAS, Osiris G. *Tiempo Geopolítico Argentino*. Buenos Aires: Pleamar, 1975.

Recebido: 10 de dezembro de 2015

Aprovado: 27 de fevereiro de 2016

Autor/Author:

HELDER GORDIM DA SILVEIRA <helders@pucrs.br>

- Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. A experiência na área apresenta ênfase em História da América Contemporânea e História das Relações Internacionais do Brasil, publicando livros e artigos principalmente nos seguintes temas: relações internacionais do Brasil República no sistema interamericano, imprensa e intelectuais nas relações internacionais do Brasil, relações políticas Argentina-Brasil. Autor e organizador de diversas publicações, com destaque para *Argentina X Brasil: A Questão do Chaco Boreal* (EdiPUCRS, 1997), *De Vargas aos Militares – Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (EdiPUCRS, 2014) e *Dimensões do Poder História, Política e Relações Internacionais* (EdiPUCRS, 2015).
- PhD in History by the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). He is a Professor of the History Department and the Graduate Program in History at PUCRS. His research experience has emphasis in American Contemporary History and History of Brazil's International Relations, publishing books and articles mainly focused on the following subjects: international relations of the Brazilian Republic in the Inter-American system, press and intellectuals in the international relations of Brazil, political relations between Brazil and Argentina. He is the author of *Argentina X Brasil: A Questão do Chaco Boreal* (EdiPUCRS, 1997), *De Vargas aos Militares – Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (EdiPUCRS, 2014) and *Dimensões do Poder História, Política e Relações Internacionais* (EdiPUCRS, 2015).

La derecha pinochetista en el post pinochetismo: auge y crisis del ‘Lavinismo’, 2000-2004*

*Os partidos de direita no Chile no período pós-Pinochet:
a ascensão e queda do ‘Lavinismo’: 2000-2004*

*Chile’s right-wing parties in the post-Pinochet years:
the rise and fall of the ‘Lavín’ style, 2000-2004*

Verónica Valdivia Ortiz de Zárate**

Resumen: Este artículo analiza la alcaldía de Joaquín Lavín, militante de la UDI, la derecha chilena más pinochetista, entre 2000-2004, lo cual permite evaluar la política chilena en el post pinochetismo. La hipótesis sostiene que la des-politización en el post pinochetismo se ligó también al impacto de la municipalización y al estilo lavinista, que buscaba el consenso social en torno al neoliberalismo, redefiniendo la política como “cosismo”. Tal estrategia empezó su declinación cuando la agenda del Presidente Ricardo Lagos repuso temas claves y mostró la vacuidad del cosismo, abriendo paso a la derecha liberal que ganó en 2010.

Palabras claves: pinochetismo; post pinochetismo; lavinismo; municipios; des-politización

Resumo: Este artigo analisa a gestão do prefeito de Santiago Joaquín Lavín, militante da UDI, facção de direita mais próxima de Pinochet entre 2000 e 2004, com o objetivo de abordar a política chilena no período pós-Pinochet. A hipótese que se sustenta é que a despolíticação oriunda da era pós-Pinochet também esteve integrada ao impacto da municipalização e da imposição do estilo lavinista, que buscava o consenso social em torno do neoliberalismo, redefinindo a política como ‘cosismo’. Tal estratégia foi responsável pela sua queda a partir do momento em que o Presidente Ricardo Lagos demonstrou o vazio teórico do ‘cosismo’ e abriu espaço para a ascensão da direita liberal para a cadeira presidencial, em 2010.

Palavras-chave: pinochetismo; pós-Pinochet; lavinismo; municípios; despolíticação

*El artículo es parte del Proyecto Fondecyt No. 1110060 *Municipios, clientelismo y lucha política*.

**Doctora en Estudios Latinoamericanos. Profesora titular de la Universidad Diego Portales.
<veronicavaldiviaoz@gmail.com>

Abstract: This article analyzes the performance of Santiago’s mayor and staunch Pinochet supporter Joaquín Lavín, with the purpose of reviewing right-wing politics in Post-Pinochet Chile. I suggest that de-politicization in Postdictatorial Chile was related to previous municipal reform and the imposition of a “Lavín Style” seeking consensus around neoliberal ideas, and a redefinition of politics as mere problem-solving, or “*cosismo*”. It is argued that this strategy ultimately failed due to the agenda of Socialist President Ricardo Lagos, who exposed the vacuity of “*cosismo*” and smoothed the way for the accession of a more liberal right to the presidential seat in 2010.

Keywords: Pinochetismo; post-Pinochetismo; Lavinismo; municipal politics; de-politicization

“El pragmatismo no excluye tener posiciones nítidas... solo quien tiene un ideario y valores definidos es capaz de ceder o adaptar su postura en función de un bien mayor.”

(Jovino Novoa, 2012)

“Vamos a mirar el cloro de la pileta, mejor.”

(Joaquín Lavín, 2001)

El neoliberalismo ha tenido un fuerte impacto en la política y los partidos en todas partes del mundo (GIDDENS, 2000; SADER; GENTILI, 2001; BAUMAN, 2001 y 2007; ROSANVALLON, 2011; FRANCO, 2015). Siguiendo la tónica de los tiempos, en el Chile de los años noventa los partidos se debilitaron y triunfó una visión tecnocrática y a-programática de la política. Pese a tratarse de un fenómeno mundial, en el caso chileno también fue parte del legado dictatorial, aunque, paradójicamente, la derecha pinochetista, la Unión Demócrata Independiente, UDI, se fortaleció.

La UDI encuentra sus raíces en el Movimiento Gremial de la Universidad Católica (1967), formado por jóvenes tradicionalistas católicos, corporativistas, admiradores de Francisco Franco, transformados en UDI en 1983. Los “gremialistas”/UDI han sido caracterizados como conservadores, muy escépticos de la democracia y la soberanía popular, fieles creyentes en el mercado y antiestatistas (MOULIAN; TORRES, 1988; VERGARA, 1985; POLLACK, 1999; HUNEEUS, 2000; VALDIVIA, 2008; MONDACA, 2006). Se ha resaltado su inserción social y competitividad política entre el mundo popular, disputando votación a la izquierda marxista, logrando convertirse en el partido más grande en términos electorales (SOTO, 2001;

PINTO, 2006; VALDIVIA, 2006 y 2008; JOIGNANT; NAVIA, 2003, p. 129-171; HUNEEUS, 2001).

La atención generada por la UDI se debe a su protagonismo en el proyecto dictatorial y su capacidad de incidir de forma determinante en la transición chilena. Esta última ha sido considerada como un “modelo” (DRAKE; JAKSIC, 1998; BOENINGER, 1998), en tanto impidió involuciones autoritarias, creciendo económicamente y rebajando sustancialmente los niveles de pobreza (MUÑOZ, 2006; RAZCINSKY, 1998). No obstante, la mantención de la injerencia política de las fuerzas armadas y de los enclaves autoritarios institucionales, llevó a otros a hablar de una democracia “tutelada” (PORTALES, 2000; CORREA, 2000; WINN, 2006; ESCALONA, 1998). Esta persistencia del proyecto dictatorial (neoliberalismo y autoritarismo) derivó en un cuestionamiento a la idea de transición, pues nunca se alcanzaba la democracia, considerando los enclaves, por lo que se articuló el concepto de postdictadura, es decir, la prolongación de las transformaciones realizadas por la dictadura, pero consolidadas por los gobiernos de centro-izquierda de los noventa, la Concertación, debate también presente en otros países del Cono Sur. El quiebre entre dictadura y democracia no parecía ser tal, sino una frontera difusa (MOULIAN, 1997 y 1998; GARRETÓN, 2007 y 2012; ROUQUIE, 2011; FELD; FRANCO, 2015).

Este artículo se inserta en ese debate acerca de la postdictadura chilena, toda vez que postula que la figuración de Joaquín Lavín y la aparición de un denominado “Lavinismo” corresponden a la maduración del diseño dictatorial de des-ideologizar el debate político. Si bien el neoliberalismo y la globalización han debilitado la política tradicional, este proceso es distinto en cada país. En Chile, las profundas transformaciones dictatoriales y su continuidad en democracia, le ofrecieron su particularidad, porque el neoliberalismo fue impuesto por la dictadura y no una apelación social contra una inflación descontrolada, como en la Argentina menemista, o el Perú de Fujimori, por lo que nunca alcanzó consenso social absoluto (COTLER; GROMPONE, 2000; SVAMPA, 2005; DRAKE; JAKSIC, 1998), como tampoco el autoritarismo (FUENTES, 2006). En ese sentido, proponemos que la postdictadura se vio facilitada, también, por la mantención del proceso de municipalización dictatorial (CHATEAU, 1978; POZO, 1987), por el cual se traspasó al municipio gran parte de las tareas sociales del Estado, dotando a los jefes edilicios de amplias facultades, en un intento por desastatalizar la política y debilitar a los partidos. Por ello, se ha planteado que se buscaba una “alcaldización de la

política” (VALDIVIA et al., 2012). Este interés por lo municipal estuvo presente también en otras experiencias militares latinoamericanas (GÓMEZ, 2013; CANELO, 2014).

A nuestro entender, la des-politización social¹ en el Chile post pinochetista estuvo asociada también al protagonismo del municipio y la “alcaldización de la política”, en su versión lavinista. Lavín y la UDI utilizaron el municipio para lograr el consenso social en torno al neoliberalismo como estrategia de desarrollo, y sus valores de individualismo y competencia, a través de un énfasis en la gestión, desvalorizando la política, entendida como aquella que apunta a la deliberación de los grandes problemas nacionales. Esta estrategia fue puesta en práctica durante los años noventa, siendo muy exitosa en la importancia asignada a la eficiencia, en desmedro de los partidos, y alcanzó su cénit entre 1999-2000, personificada en la figura de Joaquín Lavín, alcalde de la rica comuna capitalina de Las Condes, candidato presidencial de la derecha en 1999 y alcalde electo de la comuna de Santiago en 2000. Fue en esta etapa que comenzó su declive y el de su estilo político, producto de las rivalidades con Renovación Nacional, el otro partido de derecha, y la recuperación de la iniciativa política por parte de la Concertación, personificada en la presidencia de Ricardo Lagos, quien definió la agenda y enfrentó al pinochetismo duro, abriendo paso al sector más liberal que terminaría por triunfar en 2010 con Sebastián Piñera.

El “Pinochetismo” deriva de la personalización de la dictadura militar chilena. A diferencia de otras experiencias, la dictadura chilena fue institucional, en tanto era un régimen de las fuerzas armadas como tal, pero, al mismo tiempo, se personificó en la figura de Pinochet, el que encarnó el proyecto que le dio sentido al golpe y a la dictadura misma: el neoliberalismo y la democracia protegida. Pinochet y el proyecto refundacional se fusionaron. Considerando que dicho proyecto resultó de la síntesis entre el pensamiento neoliberal, el corporativismo hispanista y el de los militares (más cercano al fascismo italiano), el nacionalismo, el liberalismo clásico y la Doctrina de Seguridad nacional, la “pinochetización” de sus partidarios fue un requisito para alcanzar la articulación de un plan refundacional. El “Pinochetismo” representaba la identificación con ese proyecto y con el accionar de la dictadura (HUNEEUS, 2000; VALDIVIA et al., 2012; VALDIVIA, 2015).

¹ Uso el término en tanto distancia con la política más convencional, aunque suscita polémica, ver Pierre Rosanvallon: *La contrademocracia...*, p. 38.

Entendemos por “Lavinismo” (MOULIAN, 2004) el estilo político que ponía énfasis en la gestión tecnocrática, eficiente, estimuladora de la participación social-comunal en temas locales, concretos, que ayudaran a naturalizar el neoliberalismo y el individualismo. Este estilo maduró durante la alcaldía de Lavín en Las Condes en los noventa, convirtiéndose en un *seudo* modelo de hacer política, siendo imitado por otros alcaldes y dirigentes de distintos partidos. El Lavinismo, según la UDI, era el estilo político que debería acompañar al neoliberalismo naturalizado, que no sería cuestionado, heredado de la dictadura y consolidado por la Concertación. De allí que estilo y proyecto eran las dos caras del Lavinismo, como lo expresan los epígrafes de este artículo: convicciones programáticas sólidas y firmes, con un envoltorio de especificidades, aparentemente a-políticas. El “Lavinismo” no era, por tanto, un movimiento político, sino un estilo surgido de la UDI, ubicándose de preferencia en la administración municipal, pero con alguna representación parlamentaria a través de los militantes UDI. Su objetivo era la legitimación social del proyecto dictatorial: neoliberalismo y democracia protegida, Su estilo/proyecto coincidió con la alcaldía emblemática de Rudolph Guiliani, en Nueva York.

El triunfo de Lavín en Santiago

El triunfo de Lavín en Santiago en 2000 pretendía coronar la estrategia despolitizadora diseñada por la dictadura y la UDI en los años setenta y ochenta. Uno de sus objetivos prioritarios era romper la relación entre Estado-sociedad y política/partidos, para lo cual el neoliberalismo ofrecía la atomización social, a través de individualizar las decisiones, neutralizando a las orgánicas de base, y arrebatando al Estado sus funciones sociales, lo que desestatalizaría la política (VERGARA, 1985). Reivindicando al individuo, el proyecto dictatorial abandonó la noción de derechos universales, garantizados por el Estado, para asumir el concepto de Estado Subsidiario, aquel preocupado de aquellas tareas que los particulares no pueden realizar y de aquellos sectores sociales incapaces de proporcionarse sus necesidades mínimas y de participar del mercado: los extremadamente pobres. A partir del supuesto que la sociedad está formada por individualidades atomizadas, responsables de sí mismas, y de estudios acerca de las condiciones social-materiales, el régimen determinó en 1975 que solo el 21% de la población estaba en esa categoría y de ella se preocuparía el Estado, mientras el resto debería financiarse por si mismos los servicios sociales

que antes otorgaba el Estado central: salud, educación y beneficios sociales en general. En 1984, supuestamente, la cifra era de 14% (ODEPLAN, 1975, 1984) De la esfera de la economía, el neoliberalismo fue trasladado a lo social, aplicándolo al trabajo, la salud, la educación, la previsión, las que se privatizaron, proceso conocido como las “modernizaciones” (CRISTI; RUIZ-TAGLE, 2006; LARRAÍN, 2000). La salud (consultorios y hospitales), la educación y los subsidios sociales fueron entregados a los municipios, desde los cuales podría identificarse, a través de la ficha de estratificación social, a los “extremadamente pobres” que acudirían a los centros de salud y a las escuelas primarias y secundarias municipalizadas, y en busca de subsidios en caso de desempleo o para acceder a la vivienda. El protagonista de este accionar social sería el alcalde, quien ejecutaría las decisiones tomadas centralmente, convirtiéndose en el líder de la comuna, acompañado de un Consejo de Desarrollo Comunal (CODECOS), quien lo asesoraría en la administración del municipio (no decidiría), y estaría conformado por organizaciones territoriales y funcionales, pues la participación debía ser social y no política y por ello debía ocurrir a escala municipal. Durante los años ochenta, tanto el alcalde como los integrantes de los CODECOS fueron designados por Pinochet. Una parte importante de los dirigentes UDI fueron alcaldes en comunas pobres y en el municipio de Santiago, desde donde construyeron sus carreras políticas (HUNEEUS et al., 2007; VALDIVIA, 2008 y 2015).

Una vez terminada la dictadura, la Concertación hizo modificaciones a esta reforma municipal, que permitieron la elección de los alcaldes e introdujo un Concejo Municipal, también elegido, mientras el CODECO se transformó en Consejo Económico Social (CESCO), sin obligatoriedad de existir. Los concejales y los miembros del CESCO no tienen atribuciones decisorias, solo asesoras (POZO, 1990; ÁLVAREZ, 2012). El municipio mantuvo sus funciones sociales, consolidando la subsidiariedad estatal, pues esas áreas se siguieron considerando privadas, salvo para los ahora denominados “vulnerables”, ya no extremadamente pobres: mujeres, jóvenes, pequeños empresarios rurales y urbanos, etnias, a quienes el Estado subsidiaría. Asimismo, se mantuvieron las estrategias neoliberales, la conexión externa y la posición de Chile como país exportador de materias primas mineras y agrícolas, y se desarticulaban los movimientos sociales (WEYLAND, 1998; CAMPERO, 1998; DELAMAZA, 2001; MELLER, 1996). En términos políticos, la reforma constitucional de 1989, negociada con la dictadura, mantuvo el poder institucional de las fuerzas armadas y del

Tribunal Constitucional, por encima de la soberanía popular, mientras el sistema electoral le otorgó a la derecha un poder de veto desde el Congreso. Todo ello derivó en lo que se conoció como la “democracia de los acuerdos”, entre las cúpulas políticas de gobierno y la derecha, que aseguraron la proyección de las transformaciones dictatoriales a la democracia (G. ARRIAGADA, 1998; ESCALONA, 1998; PORTALES, 1999). La sociedad fue alejada de las decisiones políticas y enclaustrada en sus problemas cotidianos, que solo podía resolver el municipio, por lo que los alcaldes alcanzaron una gran visibilidad, transformándose en los actores políticos por excelencia (VALDIVIA et al., 2012; JAÑA, 1998; VALDIVIA, 2013).

Joaquín Lavín fue actor clave en el proceso de “alcaldizar la política” en el Chile de los noventa, siendo alcalde de la rica comuna de Las Condes entre 1992 y 1999. Tratándose de una comuna santiaguina sin problemas sociales importantes, a diferencia de la mayoría de las del país, Lavín pudo utilizar sus recursos en el tipo de problemas que afectaban la vida de sus habitantes, como la gran congestión vehicular, la altura de los edificios y la delincuencia, siguiendo la lógica subsidiaria. Para solucionar la congestión propuso tres alternativas: mejorar la infraestructura vial, modificar los horarios de restricción vehicular y ampliar la red del Metro. Para todo ello atrajo al capital privado, entregándoles el ensanche de avenidas y la construcción de pasos bajo nivel, a cambio del pago de peajes por parte de los automovilistas; los usuarios financiarían las obras (Qué Pasa, 28 de noviembre de 1992, p. 6; *La Tercera*, 30 de enero de 1994, p. 3). Considerando que carecía de facultades para intervenir en el Metro, decidió instalar un monorriel, siguiendo el ejemplo de Singapur: “queremos que la inversión sea totalmente privada...” (*La Tercera*, 25 de abril de 1993, p. 16), pues el éxito del país se debía a “una economía de mercado muy abierta... creo que una buena política económica ha transformado un país” (*La Tercera*, 16 de enero de 1994, p. 3). En materia de edificaciones, modificó el horario de los camiones de la construcción, postergó los permisos de edificación y luego aprobó un nuevo plan regulador, de modo que las empresas constructoras no perdieron sus inversiones, sino acomodaron sus horarios y exigencias a la comuna. Pero, sin duda, la acción edilicia más importante fue la lucha contra la delincuencia, un tema convertido en el centro de la agenda política en los noventa. Lavín implementó un “Plan de Defensa” que suponía un subsidio de autoprotección vecinal; una “Fiscalía antidelincuencia” para asesorar judicialmente a las víctimas de robo; el cierre de calles y la instalación

de alarmas domiciliarias en caso de robo o asalto (botones de pánico); a la vez que se contrataban guardias privados-municipales que patrullaban el sector (VALDIVIA, 2012). Teniendo en cuenta que temas como el modelo económico y las privatizaciones, la Constitución de Pinochet, o los enclaves autoritarios tendieron a desaparecer del debate, en razón de la “democracia de los acuerdos”, la delincuencia se transformó en un tema de gran actualidad, a pesar que a nivel regional Chile tenía una baja tasa en comparación a otros países de la Región (ARRIAGADA; GODOY, 1999; FUENTES; BASOMBRÍO, 2011) La derecha presionó desde la prensa, el Congreso y desde los municipios para convertir a este tema en el centro de la agenda noticiosa. Lavín, su fiscalía y botones de pánico, se transformaron en las estrellas de la lucha anti delincuencia.

Todas estas medidas eran, además, consultadas con la ciudadanía, mediante plebiscitos respecto de la congestión, el pago de peajes por el uso de las calles, la fiscalía, etc., en lo que Lavín denominó una “democracia vecinal”, porque, a su juicio, la participación debía relacionarse a las preocupaciones diarias de las personas, no de proyectos utópicos:”la gente quiere participar en las decisiones que atañen a su vida diaria...así es la democracia moderna” (*La Tercera* 10 de abril de 1994, p. 3).

Esto fue lo que se llamó “cosismo”, hacer cosas concretas por y para la gente. El “cosismo” suponía personalismos, liderazgos que sobrepasaban a los partidos; y una capacidad realizadora, abandonando las discusiones ideológicas. Un importante dirigente derechista definió el cosismo como: “Un estilo político y electoral...Es preciso que el cosista comunique y participe sus ideas y proyectos...El cosismo es compatible con cualquier tendencia democrática, siempre que haya renunciado al viejo centralismo estatista para seguir los principios de una sociedad libre y abierta” (Arturo Fontaine en *Qué Pasa*, 2 de noviembre de 1996, p.30). Tras el “cosismo” se perfilaba el neoliberalismo y la gestión tecnocrática.

En la elección municipal de 1996, Lavín fue reelegido con el 77% de la votación y muchos quisieron emularlo, naciendo el “Lavinismo”, una forma de hacer política. El empresariado y la derecha habían encontrado a su líder. Su estilo político eludía las cuestiones programáticas y de principios, pues, a su criterio, no eran atingentes a la vida real de las personas, por lo cual la validez de temas como la estrategia neoliberal de desarrollo, la precarización del empleo, el papel institucional asignado a las fuerzas armadas, los problemas de derechos humanos, la decadencia en la calidad de la educación y la salud pública, o el excesivo

endeudamiento social que caracterizaron al Chile de los noventa, eran temas que no debían formar parte de la agenda pública.

El éxito de Lavín, el “Lavinismo” y el crecimiento electoral de la UDI suscitaron una controversia al interior de la Concertación, en torno a la estrategia seguida desde 1990. Para los llamados “autocomplacientes”, la transición chilena” había sido exitosa por tomar el camino adecuado, reivindicando el neoliberalismo; los “autoflagelantes”, al contrario, creían un error haber cedido tanto a la dictadura, desmovilizado a la sociedad, consolidado el neoliberalismo y no haber avanzado más en derechos humanos (MOULIAN, 1997; CAMPERO, 1998; ESCALONA, 1998).

Ese fue el contexto de la elección presidencial de 1999, con un Lavinismo en pleno auge y una Concertación “desconcertada” (MORENO; ORTEGA, 2002), llena de dudas, conflictos y un electorado cada día más indiferente. Ya en 1997, un millón de personas no se inscribieron en los registros electorales, proceso que se acentuó en los años siguientes, especialmente entre los jóvenes. En la elección de diciembre de 1999, Lagos y Lavín casi empataron en votación: 47.96%, el primero; 47.51%, el segundo. Ninguno de los dos obtuvo más del 50 % exigido por la ley, por lo que debieron ir a segunda vuelta. Era la primera vez, que un candidato de la Concertación no ganaba en primera vuelta. Lagos debió “Lavinizarse” en la segunda vuelta, relevando un tema imagen suyo, la delincuencia, menos prioritaria en la campaña laguista de la primera vuelta. Esta táctica y los votos del Partido Comunista le dieron el triunfo a la Concertación.

Tras la derrota presidencial, la UDI quiso arrebatar el principal municipio capitalino a la Concertación, como plataforma preparatoria de Lavín para la presidencial de 2005, mostrando el arrastre del estilo político lavinista en la elección municipal de octubre de 2000. El partido y sus orgánicas intelectuales, el Instituto Libertad y Desarrollo y la Fundación Jaime Guzmán, definieron el perfil de la campaña con Lavín como líder, utilizando un mismo discurso, aunque resaltando los problemas de cada comuna y poniendo énfasis en las cualidades personales de cada candidato. En un creciente y consciente proceso de “lavinización”, la derecha levantaría candidatos a imagen y semejanza de Lavín (*La Tercera*, 21 de marzo de 2000, p. 4; *La Nación*, 2 de febrero de 2000, p. 6; *La Nación*, 3 de febrero de 2000, p. 8)².

² El Instituto Libertad y Desarrollo está asociado a la tecnocracia neoliberal de la UDI, mientras que la Fundación Jaime Guzmán, se liga al corporativismo católico, aunque igualmente neoliberal.

Su campaña volvió a utilizar el estilo que lo había hecho famoso: aparentemente conciliador, “cosista”, profundamente neoliberal, escogiendo la escoba como símbolo: “para señalar con palabras, gestos y símbolos fuertes todo lo que hay que exterminar del centro de la capital y el país” (*La Tercera*, 11 de julio de 2000, p. 3). Sus temas eran los mismos de la presidencial: cesantía (agudizada por la crisis asiática), delincuencia (siguiendo el ejemplo neoyorkino), mientras el equipo que lo acompañaba a sus visitas barriales, con batucada, tomaba nota de los problemas de la gente, los que ingresaban a la base de datos del Instituto Libertad y Desarrollo. Su esposa y un militante del otro partido derechista, Renovación Nacional, paralelamente, se reunían con adultos mayores, una de las capas etarias más importantes de la comuna (*La Nación*, 27 de agosto de 2000, p. 2).

La UDI enfatizó el estilo cosista, apostando a que la gente votaría por los candidatos que solucionaran sus problemas “reales”: “Los chilenos saben que la educación de sus hijos, la salud que reciben en el consultorio, la seguridad que tienen en su barrio...dependen directamente de la persona que eligen como alcalde”, afirmaba uno de los líderes históricos del gremialismo y de la UDI, Jovino Novoa (*La Tercera*, 27 de agosto de 2000, p. 13). La UDI, esperaba que esa elección fuera “la consolidación de un nuevo concepto de política, en el que lo más importante son las propuestas para enfrentar los problemas de las personas y no los colores partidarios...ya no se trata de tener políticos con programas voluminosos...las campañas que aún pretenden hacer divisiones de clase o de supuestos grupos de interés no corresponden a esta época. Las cosas han cambiado y el gran triunfo que esperamos en la Alianza por Chile es hacer patente ese cambio”³. Esa era la redefinición política buscada.

Lavín obtuvo un 61% de los votos y, aunque la Concertación retuvo la mayoría nacional con el 52% de los sufragios, la derecha sobrepasó el 40%, triunfando en seis de las comunas más populosas –tanto de clase media como popular–, antes en manos de la coalición oficialista, incluyendo Santiago. La Concertación perdió entre la clase media emergente, aspiracional, individualista, aquella que mejoró su vida en los noventa, profundamente endeudada, pero orgullosa de sus logros materiales. Aparentemente, votaban por la derecha porque encontraban en ella respuestas pragmáticas a sus problemas y miedos –la delincuencia–, siendo Lavín la imagen de sus aspiraciones (*La Nación*,

³ Juan Antonio Coloma, uno de los fundadores de la UDI.

30 de octubre de 2000, p. 2; *La Nación*, 31 de octubre de 2000, p. 4-5; *La Nación*, 5 de noviembre de 2000, p. 2-3; LEHMANN; HINZPETER, 2001).

La elección municipal del 2000 parecía coronar el ascenso fulgurante de Lavín y el ‘Lavinismo’.

El estilo Lavín

Es importante señalar que las elecciones presidencial y municipal de 2000 se insertaron en la crisis económica iniciada en 1997, generando una importante tasa de desempleo, por lo cual la cuestión de la eficiencia en el manejo de la economía y de los subsidios alcanzaba gran relevancia. Considerando que el empresariado había apoyado con toda su fuerza a Lavín, la situación de Lagos era muy poco auspiciosa. En ese contexto debe inscribirse el debate entre un quehacer “cosista” o más programático, entre subsidios y políticas sociales.

La UDI coordinó a sus ediles, instándolos a “hacer carne” el estilo Lavín, lo cual significaba fortalecer las atribuciones sociales del municipio, en desmedro de las políticas públicas: “La idea es que las políticas sociales se implementan mucho mejor a través de los municipios que desde los ministerios...estamos dispuestos a colaborar, en beneficio de la gente, sin camisetas políticas” (*El Mercurio*, 5 de diciembre de 2001, cuerpo D, p. 13; *El Mercurio*, 13 de noviembre de 2001, cuerpo C, p. 14.).

El hincapié que la UDI hacía en las atribuciones sociales del municipio y la colaboración con el gobierno mostraba la pugna aún subsistente entre una visión neoliberal a ultranza, aparentemente desideologizada, decidida a dismantelar las capacidades sociales del Estado, dejándolo todo al mercado y los subsidios asistenciales, y la apuesta concertacionista de un neoliberalismo “corregido” (GARRETÓN, 2012; ESCALONA, 1999; MOULIAN, 1997), donde el Estado central conservara parte de la iniciativa. En ese sentido, si bien toda la clase política se neoliberalizó, en alguna medida, la controversia estaba en los niveles de participación del Estado. El municipio estaba al centro de ese debate, pues controlaba las tareas sociales y porque los cesantes debían acudir allí para acceder a planes de emergencia y subsidios. La derecha presionaba por fortalecer la municipalización y desestatalizar.

Lavín anunció cuatro programas de empleo para 400 personas: uno, de quince días de duración, de entretención navideña que llenaría

el centro de la ciudad de “viejos pascueros” para animar a niños y mujeres; otro para pintar edificios municipales; un tercero para tapar roturas de calles y un cuarto para eliminar los graffittis de las paredes, de tres meses de duración, por un pago de US\$25. Asimismo, regaló triciclos a algunos cesantes para que recogieran cartones en las calles, que luego vendían a la Empresa Manufacturera de Papeles y Cartones, recibiendo una magra retribución, pero útil para paliar el hambre. Este tipo de soluciones alcanzó su mejor caracterización en el “plan pololo”, un término que en Chile hace referencia a trabajos esporádicos, breves, propios de trabajadores informales. Fue lanzado por cinco comunas en manos de la UDI, lideradas por Lavín, y consistía en trabajos por cuatro días para mitigar las penurias de 1300 desempleados, como limpiar calles, pintar edificios o paredes, rehabilitando espacios públicos deteriorados, y estaba dirigido a hombres y mujeres casados o solteras/os. Se priorizaría por quienes tuvieran una situación económica muy crítica, con una jornada laboral de nueve horas diarias (*La Tercera*, 2 de febrero de 2001, p. 21, *La Tercera*, 8 de febrero de 2001, p. 11). Meses más tarde, ideó un subsidio de US\$7 para los empresarios, por cada cesante contratado durante cuatro meses, de una lista preparada por el municipio: “tenemos todos que reactivar Chile y que tomen en serio estos planes porque valen la pena” (*El Mercurio*, 2 de febrero de 2001, cuerpo C, p.4). Un sentido semejante tuvo el “Comando municipal de emergencia”, para enfrentar la situación de los damnificados por temporales, constituido por municipios derechistas y que buscaba reunir donativos para los afectados, lanzando una red de beneficencia paralela a las acciones gubernativas. Asimismo, regalaba baños portátiles a las barriadas marginales, comprometiendo ayuda económica para que las familias pudieran postular a planes gubernamentales de viviendas. Meses más tarde, sin embargo, los pobladores se quejaban por la virtual desaparición del alcalde, el fracaso del acceso la vivienda y la llegada de “mediaguas”, construcciones precarias, que la política habitacional trataba de extirpar (*La Tercera*, 6 de junio de 2002, p. 2).

Parte de esta visión social lavinista era la preocupación por los pobres, marca fundacional de una derecha que quería ser “popular” y declaraba como su propósito la extirpación de la pobreza, a través de políticas sociales focalizadas. A los pobres se los ayudaba con subsidios, con “pan solidario” (Municipalidad de Santiago, 2003; *La Nación*, 19 de mayo de 2001, p. 5), pero también con entretención. Apenas asumido, en pleno verano, transformó las piletas ornamentales de la comuna

en “piscinas populares” para los niños pobres, que no vacacionaban. El Servicio de Salud Metropolitano (SESMA) entabló un sumario sanitario en su contra, pues las piletas carecían de las condiciones higiénicas necesarias, no había seguridad ni las atribuciones legales para transformarlas. El alcalde se defendió: “me resulta sorprendente que justo ahora que estamos mejorando las piletas, les estamos poniendo cloro y filtrando el agua, justo ahora el SESMA nos venga a amenazar con sumarios y me cite con apercibimiento legal” (*El Mercurio*, 21 de enero de 2001, cuerpo D, p. 27). El SESMA advirtió a todos los ediles que se abstuvieran del uso de piletas, sin su autorización. Lavín no se dio por vencido, comprometiéndose a estudiar la factibilidad de instalar duchas como reemplazo. En una tónica similar estuvo la creación de una playa artificial, que instaló en un parque del centro santiaguino, la que un año más tarde transformó en una cancha de esquí, pequeños montículos de nieve sobre el concreto de una cancha de baby fútbol, donde los niños de escasos recursos se deslizaban en bolsas plásticas de basura: “La ilusión se logra con los peques estáticos, mientras una desgastada y polvorienta lona gira bajo los esquíes dando la sensación de falso movimiento” (*El Mercurio*, 20 de julio de 2003, cuerpo C, p. 6). Su iniciativa sembró de risa los rostros de los más pobres, generó alegría, incrementando la intención de voto en las siguientes presidenciales: “La gente no está preocupada de que se derrita o no la nieve, ellos valoran que nunca antes alguien se preocupó por ellos” (*La Nación*, 27 de julio de 2003, p. 4; *La Tercera*, 18 de enero de 2002, p. 13; *La Tercera*, 24 de diciembre de 2002, p. 2; *El Mercurio*, 16 de enero de 2001, cuerpo C, p. 5).

Otra expresión del nuevo estilo social, fue la instalación de tres centros asistenciales ambulantes –Módulos de Emergencia– para la atención de pacientes con enfermedades respiratorias en casos perentorios, que no hubieran sido “recibidos en otros centros asistenciales por falta de cupo” (*La Nación*, 1 de julio de 2001, p. 9.), una crítica a la salud pública. A pesar de la muerte de un menor y la inexistencia de personal calificado y condiciones materiales, Lavín logró la autorización para su funcionamiento. Una vez superadas las deficiencias más complicadas y recalcando que solo atendía emergencias simples y no casos de gravedad, Lavín siguió adelante con los centros de salud móviles y las “empresas odontológicas transportables”, atenciones dentales en los colegios. Igualmente, ofreció guarderías para las jefas de hogar que trabajaran, pero las listas de espera eran muy grandes, pues carecía de los recursos para cumplir con lo prometido, como también ocurrió con

el “plan pololo” y la seguridad ciudadana (Municipalidad de Santiago, 2001; *La Nación*, 12 de mayo de 2002, p. 3-4; *El Mercurio*, 2 de marzo de 2003, cuerpo D, p. 29).

Algunos han calificado estas políticas como neopopulistas, considerando su focalización, acorde al neoliberalismo, y su alta visibilidad, facilitando el clientelismo (E. ARRIAGADA, 2005; MACKINNON; PETRONE, 1998; TORRES; PERUZOTTI, 2001; WEYLAND, 1999). A nuestro entender, el “cosismo” era ideológico, tal como lo afirmaba Jovino Novoa en el epígrafe del artículo; no era un abandono del proyecto, sino, contrariamente, un estilo que permitía legitimarlo. Todas las medidas puestas en práctica por Lavín confirmaban la lógica neoliberal y subsidiaria, no eran puro pragmatismo, exento de ideas. Este estilo rendía frutos porque los servicios sociales dejaron de considerarse un derecho dado por el Estado universalmente, sino a un segmento. En medio de la polémica con los “autoflagelantes”, uno de los asesores de la Concertación sostuvo que el añorado Estado de Bienestar no regresaría (CAMPERO, 1998). La derecha argumentaba que la universalidad beneficiaba a sectores con gremios poderosos, capaces de presionar, lo cual atentaba contra la igualdad frente al mercado. La focalización permitía que todos accedieran a él, subsidiados. Las iniciativas de empleo lavinistas, no alteraban la precariedad de sus beneficiarios, solo paliaban temporalmente el problema, eran similares a los Programas de Empleo Mínimo (PEM) y para jefes de hogar, POJH, que la dictadura creó para enfrentar la cesantía: temporales, por debajo del salario mínimo, trabajo no calificado y sin derechos sociales. Estas medidas recuerdan también los “Operativos cívico-militares” de esa época, atenciones médicas, dentales y de mejoría a la vivienda que las organizaciones oficialistas realizaban esporádicamente en las poblaciones de extrema pobreza. En el verano, igualmente, la dictadura realizaba actividades recreativas para los grupos de escasos recursos, paseos a la playa y creó guarderías para las madres trabajadoras pobres (VERGARA, 1985; VALDIVIA, 2013, p. 57-58). En ese sentido, Lavín utilizaba la red estatal-municipal desde la subsidiariedad y la asistencialidad que ella suponía, mientras se despreocupaba del estado de las escuelas municipales. Mientras instalaba la cancha de esquí, aquellas decaían ante la carencia de aportes.

Esta concepción asistencialista se expresó nítidamente en la Fundación “Acción Chile”, conocida como “La Vaca”⁴, creada en

⁴ En Chile “vaca” alude a una colecta.

el 2000 para apoyar su candidatura a la municipalidad de Santiago y reunir fondos para ayudar a sectores necesitados. Para su mayor resonancia, Lavín asistió al exitoso programa televisivo “Viva el lunes”, convocando la solidaridad de los chilenos con una cuota mensual baja, especialmente a empresarios. “La Vaca” satisfacería necesidades básicas de personas pobres, como nebulizadores, sillas de ruedas, audífonos y otros, que serían entregados a los municipios y éstos a las comunidades que lo requirieran. Como manifestaba Lavín “el Chile real, el de la gente sencilla, necesita soluciones muchas veces también sencillas”, tales como “transporte, empleo, pintar su casa o reparar el techo de su vivienda” (*El Mercurio*, 29 de agosto de 2003, cuerpo C, p.6). A su criterio, programas como el “plan pololo” o “La Vaca” eran la respuesta a esos problemas: “Lo que me interesa es que los ancianos postrados sí saben que ahora hay un doctor que los va a atender a su casa. Que al jefe de hogar sin trabajo la municipalidad le subsidia el transporte para que pueda seguir buscando...Que les pintamos su casa, que le arreglamos el techo... el mejor Plan Auge es crear trabajo para los chilenos” ((*El Mercurio*, 29 de agosto de 2003, cuerpo C, p. 5). El Plan Auge, al que aludía, era la reforma de salud del presidente Lagos, que aseguraba la atención obligatoria por el sistema público de un número específico de enfermedades, una forma de devolver al Estado facultades sociales. “La Vaca” replicaba una tarea que ya realizaba el municipio, pero ofreciéndole gran visibilidad y réditos clientelares y electorales,⁵ privilegiaba la donación por sobre el derecho, mantenía la focalización y permitía a quien donaba –especialmente, empresarios– descontar impuestos, restándoselos al Estado y a sus posibilidades de acción social. El empresariado y la derecha, con la UDI a la cabeza, rechazaban el proyecto laguista de evasión tributaria, que buscaba bloquearla.

Esta forma de encarar los problemas sociales era coincidente con el tipo de catolicismo que practican Lavín, la dirigencia UDI y parte de sus militantes, orientado hacia el Opus Dei. Esta prelatura llegó a Chile y se expandió durante la dictadura, vinculándose con la derecha económica y el gremialismo, legitimando la riqueza, pero también la caridad como una tarea propia de las elites, algo rechazado por el catolicismo post Conciliar y su compromiso con los derechos de los pobres. A partir de los años sesenta, la Iglesia chilena se identificó con las reformas estructurales, quitando su respaldo moral a las elites y la derecha. El

⁵ Los principales beneficiados en la comuna de Santiago eran las agrupaciones vecinales Nos. 10, 3 y 9, *Archivo de la Municipalidad de Santiago*, Direcciones de Desarrollo Social, Emergencias Sociales, Adulto Mayor, entre otras, 2000-2004.

Opus Dei se lo devolvió. Su gran inversión en educación secundaria, en barrios de elite y pobres, como en educación superior, le han permitido una creciente influencia en la sociedad chilena. El poder moral de la caridad (THUMALA, 2007).

Que la lógica lavinista no era a-ideológica, sino neoliberal, antiestatista, se observa en un convenio que el municipio firmó con un centro radiológico para enfermedades respiratorias, solicitando que “Los consultorios [municipales] se comprometieran a no realizar ciertos gastos, dejando esos fondos para cubrir este convenio” (Municipalidad de Santiago, 2001). Convencido de que el desarrollo radicaba en la acción libre de los privados, sin regulación, Lavín quitaba recursos a los centros públicos de salud, gratuitos, y los transfería a empresas privadas, donde los usuarios debían cancelar el servicio. Por otra parte, compraba los servicios móviles de salud bajo la forma de arrendamiento, para posterior “donación” al municipio, evadiendo las normas que exigían autorización al Ministerio correspondiente y licitación pública. Otro ejemplo fue la privatización de los derechos del agua del municipio de Santiago –a un precio muy bajo-, lo cual desató una gran polémica, porque se trataba de un bien público: “Quizá en el minuto mismo de la venta hubo reacciones de la gente, pero luego se olvidó del cuento para pasar a reconocer las obras inmediatas”, sostenía el edil (*La Tercera*, 24 de diciembre de 2002, p. 2; *La Tercera*, 15 de agosto de 2002, p. 2). Nuevamente, el cosismo, que parecía estilo, pero también era programático.

El tercer tema de la agenda era la delincuencia. En 2001, Lavín instaló “centros de seguridad e información” en todos los barrios, mientras vehículos recorrían diariamente la comuna, con un inspector y apoyo policial; guardias en bicicleta patrullaban un concurrido parque los fines de semana para dar sensación de seguridad a los paseantes, con despliegue masivo de motos, perros adiestrados y vigilantes. Tras el ataque a las Torres Gemelas, instaló “botones de pánico”, alarmas conectadas a la Oficina de Seguridad municipal, las que derivaban la denuncia a la policía. Las personas apretarían el “botón de pánico” si observaban algún asalto o “algo anormal”, describiendo a los sospechosos, de modo que carabineros los pudiera alcanzar más fácilmente. Los “botones” estaban equipados con cámaras de televisión para evitar falsas alarmas. Simultáneamente, anunció el pago de recompensas a los delatores que contribuyeran a la desarticulación de la delincuencia y de narcotraficantes. El jefe policial y el Ministerio del Interior acusaron al edil de irresponsable, al estimular denuncias ajenas a procedimientos

policiales de búsqueda, considerándolas inconstitucionales. Lavín viajó a Estados Unidos en medio de la debacle por los atentados terroristas en ese país, visitando la Zona 0 e intentando una entrevista con el edil neoyorkino para escuchar su experiencia (Municipalidad de Santiago, 2001; *La Tercera*, 2 de octubre de 2001, p. 12; *La Tercera*, 4 de octubre de 2001, p. 3).

Si bien todas estas medidas, y otras similares, se anunciaban con gran publicidad y atraían la atención y el apoyo de la población, desde la privatización del agua en 2002, la estrella de Lavín comenzó a eclipsarse. En parte fue su incapacidad para cumplir con sus ofrecimientos, debiendo reducir los planes de emergencia, los empleos, los sueldos, porque tal como afirmó “El buque es mucho más grande” (*La Nación*, 12 de mayo del 2002, p. 4), una expresión local para señalar la magnitud de los problemas. La municipalización dictatorial fue pensada como instrumento ejecutor de políticas decididas a nivel central, para un segmento pequeño de la población, definida como extremadamente pobre, redefinido por la Concertación como “vulnerables”, quienes recibían apoyo, mediante proyectos concursables, incentivando la microempresa (RAZCZYNSKI, 1998; DE LA MAZA, 2001). Lavín pretendió llevar al máximo esta lógica, reduciendo el papel que tenía el Estado en el diseño y financiamiento de esas políticas, reforzando el asistencialismo. Su gestión en Las Condes había sido exitosa, porque es un municipio de muchos recursos, con problemas propios de una comuna pequeña, moderna y con un bajo porcentaje de pobres. En Santiago esa estrategia fue más compleja.

¿Cuánta influencia alcanzó este ‘lavinismo’ en la política chilena? Como es claro, en la derecha se produjo una lavinización deliberada, de modo que los municipios seguían ese estilo y actuaban coordinadamente. Más aún, derivó en un gran crecimiento electoral de la UDI: para 1997, era el partido más grande electoralmente, tanto en votación municipal, como parlamentaria, aunque dentro del sistema electoral binominal y hasta el 2001, Lavín aparecía en el primer lugar de las encuestas como político con más futuro. Pero, ¿qué ocurría entre los alcaldes concertacionistas? La pregunta es atingente, pues el auge de Lavín ocurrió en el marco del repliegue ideológico de la Concertación a partir de 1990, facilitado por la política cupular y la neoliberalización de gran parte de sus miembros, careciendo de un discurso alternativo, más allá de la retórica de la democracia. La continuidad del modelo económico-político de la dictadura, a pesar de los logros obtenidos, produjo una pérdida de legitimidad de los partidos como representantes de los

intereses ciudadanos, facilitando la resonancia de Lavín y del Lavinismo como forma de hacer y entender la política. Muchos alcaldes de comunas populares eran ‘Lavinistas’ en cuanto la subsidiariedad estimulaba el clientelismo. Este “lavinismo” de alcaldes concertacionistas no incluía otros aspectos, como la defensa del régimen militar y la relativización de la violación de derechos humanos.

En ese sentido, en Chile la ‘Lavinización’ alcanzó su mayor despliegue a comienzo de los 2000, cuando Lavín llegó en gloria y majestad al municipio de Santiago, pero su gestión hizo evidente sus limitaciones. Tanto sus medidas contra el desempleo, la delincuencia o de entretención no alterarían la ausencia de derechos sociales y la inequidad en la distribución de la riqueza. De acuerdo a algunos análisis, el fracaso de Lavín se debió a que sus medidas ya no eran novedosas y otros alcaldes también las utilizaban (HUNEEUS; BERRÍOS; GAMBOA, 2007). A nuestro criterio, sus medidas eran llamativas y generaban atracción entre los más pobres, pero deberían enfrentarse al cambio de época que, en más de algún sentido, fue el gobierno de Ricardo Lagos.

El Presidente Lagos y el lento ocaso del modernismo conservador lavinista

El gremialismo/UDI ha sido asociado al “modernismo-reaccionario”, categoría aplicada al nazismo, como convivencia entre una apuesta modernizadora capitalista y un conservadurismo político y cultural. El gremialismo, análogamente, siempre fue partidario de la transnacionalización de la economía chilena, con fuerte incorporación tecnológica, pero, a la vez, defensor del latifundio tradicional, de una sociedad jerárquica, entendida como natural, muy conservador en materia de roles de género y escéptico de la soberanía popular y del poder de las mayorías (HERF, 1993; VALDIVIA, 2008; VALDIVIA et al., 2012; VALDIVIA, 2003). Tales ambivalencias quedaron estampadas en la Constitución de 1980 –de la que Guzmán fue gestor–, que estableció el derecho individualista de la propiedad privada, el neoliberalismo y el Estado Subsidiario, reafirmando a Chile como un país primario exportador. Su conservadurismo se expresaba en la “democracia protegida”, es decir, en el papel tutelar de las fuerzas armadas sobre la institucionalidad, la supremacía del Tribunal Constitucional sobre un Congreso limitado en sus capacidades, la existencia de senadores designados y una participación entendida como social y no política, pues

el municipio se convertía, desde entonces, en el lugar de la ciudadanía (G. ARRIAGADA, 1998; HUNEEUS, 2000). Su defensa irrestricta de este proyecto lo identificaban como la derecha más pinochetista en la postdictadura/ postpinochetismo (GARRETÓN, 2007).

Si bien Chile hizo una transición ejemplar, pues los militares no retomaron el control político, la Concertación gobernó con Pinochet y su Constitución. Los presidentes Patricio Aylwin (1990-1994) y Eduardo Frei (1994-2000) intentaron introducir modificaciones en esas materias, topándose con la oposición derechista en el Parlamento (BOENINGER, 1998; ESCALONA, 1999). La detención de Pinochet en Londres, en 1998, repuso los temas no abordados hasta entonces. Este tema es importante, pues hasta la detención de Pinochet la autonomía castrense continuaba y los empresarios eran abiertamente partidarios de la derecha UDI y de la dictadura. La detención en Londres fue un punto de quiebre en la postdictadura.

En ese contexto se produjo el estrecho triunfo de Lagos en los inicios del siglo XXI, quien definió una agenda pública que enfrentaría aspectos importantes del legado dictatorial.

En materia económica, Lagos transó con el neoliberalismo, en un contexto de avance de la globalización a la que, estaba convencido, Chile debía sumarse. (FUNK, 2006). Por lo tanto, no estaba en sus objetivos desmantelarlo. Usando el clima generado por la detención de Pinochet, su propósito se dirigió a desmantelar la tutela política de las fuerzas armadas y liberalizar culturalmente a un Chile, enjaulado en un conservadurismo legal, lejano al Chile real. Es decir, poner fin al modernismo conservador de la UDI, personificado en Lavín. Retomó la iniciativa, obstaculizando el despliegue del 'Lavinismo', es decir el copamiento por los "intereses de la gente", colocando los temas aún pendientes de la interminable Transición: la responsabilidad militar en la violación de derechos humanos y el problema de la tortura, reformas constitucionales; una ley de divorcio y la reforma al sistema de salud. Si bien "perfeccionaría" el modelo neoliberal, Lagos enfrentaría al Pinochetismo duro. Ese fue su papel en la postdictadura.

Lo primero fue destrabar la crisis económica y la hostilidad empresarial, desilusionada por la derrota de Lavín y temerosa de un Presidente socialista. Lagos aseguró no representar un peligro, pues proponía solo un neoliberalismo más regulado, valorizando el papel de las políticas públicas y de inclusión, matiz que rechazaba la UDI y presionaba por imponer el Lavinismo. Lagos logró derrotar al sector empresarial más ideologizado y decidido a doblegarlo, que rechazaba

sus proyectos: reforma laboral, ataque a la evasión tributaria y aumento de impuesto a las empresas. La emergencia de una nueva generación empresarial permitió el diálogo empresarios-gobierno, en pos de una “agenda de crecimiento”, arrinconando al sector pinochetista, el que falló en su táctica confrontacional, siendo derrotados al interior de su núcleo, permitiendo el crecimiento económico que se observó desde 2003 y el retroceso sustancial del desempleo (ÁLVAREZ, 2015). La derecha, contrariamente, presionó por atacar la cesantía con planes de emergencia, en manos municipales, como afirmaba Lavín: “Le habría dado prioridad a dar empleos reales, más que al seguro [de desempleo]” (*El Mercurio*, 9 de julio de 2000, cuerpo D, p. 2.).

Asimismo, Lagos presentó un paquete de reformas constitucionales, que eliminaba los senadores designados y vitalicios, devolvía al Presidente la facultad de remover a los comandantes en jefe de las fuerzas armadas y eliminaba el papel político del Consejo de Seguridad Nacional. Luego de dos tentativas anteriores fracasadas por la oposición de la UDI y sectores de RN, y tras el apresamiento de Pinochet y el descubrimiento de sus cuentas secretas en el Banco Riggs, Lagos logró esas modificaciones, eliminando uno de los fundamentos de la “democracia protegida” de Jaime Guzmán y la UDI (COUSSO; CODDOU, 2009)⁶.

En el tema militar, Lagos asumió dejando en claro a los comandantes en jefe que no toleraría indisciplinas. Frente a un Ejército debilitado por el apresamiento de Pinochet, buscó socavar la tutela militar, reponiendo la autoridad presidencial sobre las FFAA, rechazando una solución política respecto del tema de DDHH. El general Juan Emilio Cheyre, comandante en jefe del Ejército, condujo la transición de los militares, al reconocer institucionalmente la violación de derechos humanos, declarar un “Nunca más”, modificar el currículum militar y redefinir las funciones para tiempos de paz. Lagos aseguró el funcionamiento de los tribunales, ofreció compensación a las víctimas y sus familiares y estampó como hecho histórico irrefutable la aplicación de la tortura con el Informe Valech. La sombra del general se empezaba a eclipsar (*La Nación*, 13 de agosto de 2003, p. 4-5; FUENTES, 2006; SEGUEL, 2011).

El impacto de estas políticas fue tal, que la UDI formuló su propia propuesta en esa materia, pues ya no era posible negar las violaciones

⁶ En 2003, Lagos firmó un acuerdo con la UDI para enfrentar las acusaciones de corrupción que afectaron a su administración.

a los derechos humanos. Su documento homologaba otras historias de violencia en el país, como la Guerra Civil de 1891, con los crímenes perpetrados por la dictadura pinochetista, acusando a la izquierda de distorsionar la historia. La paz del país requería una solución a las demandas de los familiares de las víctimas –verdad, justicia y reparación–, pero debía aceptarse que ella sería limitada. En consecuencia, proponía mejorar la ley de reparación ya existente, indemnizar a los familiares en los casos aún no fallados, quienes deberían renunciar a otras demandas, incluyendo en las reparaciones a las familias de los uniformados muertos por “actos extremistas”, equiparando la violencia política con el terrorismo de Estado. La UDI buscaba el “cierre de la espiral de violencia política que el país ha sufrido desde la década de 1960 y que los actores de entonces provocaron o no supieron evitar” (UDI, 2003). Esta proposición, sin embargo, no tuvo efecto alguno frente al Informe sobre Prisión Política y Tortura –Informe Valech–, que llevó adelante el gobierno y que fue entregado a los chilenos en 2004.

Una de las iniciativas más importantes de Lagos fue la reforma al sistema público de salud, imponiendo a los Institutos de Salud Previsional (ISAPRES), que controlan los fondos de los sectores de más altos ingresos, más fiscalización y exigencia de garantías para los afiliados, disminuyendo las discriminaciones de género y edad; a la vez que aumentó los impuestos para financiar la reforma y fortaleció las potestades del Ministerio de Salud. El Plan de Acceso Universal y Garantías Explícitas de Salud, Auge, buscó garantizar el acceso de “todos/das” a la atención médica de las personas, según patologías establecidas. Fue una forma de reponer algún grado de universalidad a esas políticas sociales (CASTIGLIONI, 2006).

Por último, Lagos hizo de la ley de divorcio una importante batalla, tras nueve años de tramitación en el Congreso, mientras la sociedad se liberalizaba. Para comienzos del 2000, el 70% de la población era partidaria de una ley de divorcio frente a la resistencia de la derecha, la Iglesia Católica y un sector de la DC (HUNT, 2010). El divorcio se hizo una realidad en 2004.

El impacto de estas políticas fue el incremento sostenido de la aprobación a Lagos en las encuestas desde 2003, sobrepasando el 60% (NAVIA, 2006).

Existe consenso entre los analistas que el apoyo a Lagos se relacionó con el cambio cultural que su gobierno representó, respondiendo a la liberalización del país y que el conservadurismo derechista y dictatorial intentaba ocultar y detener. Lagos asumió conscientemente los anhelos

de cambio que invadían a la sociedad chilena y que el Informe del PNUD de 2000 explicitaba (PNUD, 2004; FUNK, 2006; HUNT, 2010, VALDIVIA, 2010). El Informe llamaba la atención sobre la crisis de los partidos, la falta de representatividad de la Constitución, las ansias por una nueva ciudadanía, constatándose el gran cambio cultural que vivía el país, como parte de la globalización, un fuerte proceso de individuación, mucha incertidumbre, pero también creencia en las oportunidades, nuevos tipos de familia y mujeres tensionadas por la emancipación y los roles de género. Las reformas políticas, sociales y culturales de la época de Lagos respondían a este clima cambiante.

Aunque no hay estudios al respecto, es posible que su conservadurismo afectara políticamente a Lavín y la UDI, especialmente cuando estos temas coparon el debate. Como hemos apreciado en este trabajo, a cada una de las iniciativas presidenciales, la UDI y Lavín respondían con la acusación de mantener el país en el pasado: frente a la disposición de que Pinochet fuera procesado, “paz social” y el cierre de la transición; ante el Informe Valech, su propia propuesta; frente a la reforma laboral, “plan pololo”; ante el Plan Auge, planes de emergencia y La Vaca”; ante el debate sobre los treinta años del golpe “Francamente, me parece una pérdida de tiempo. Si me pregunta qué se ganó con eso, creo que nada” (*El Mercurio*, 23 de agosto de 2000, cuerpo C, p. 4).

Lavín seguía intentando mantenerse al margen de estos temas, pues su partido creía que su intervención podría perjudicarlo en sus aspiraciones presidenciales para 2005, por lo que era mejor insistir en su imagen de gestor eficiente, cosista, y no involucrarse, y tampoco en los conflictos dentro de la propia derecha, especialmente porque el 2001 habrían elecciones parlamentarias y deberían negociar los cupos con su aliada, Renovación Nacional. Ello explica que, según la prensa, su rostro cambiaba rápidamente cuando las preguntas se trasladaban del municipio y sus piletas a la agenda política: “‘Me van a preguntar si voy a habilitar la piletta de la Moneda...’ Sonriente y de muy buen humor llegó el alcalde de Santiago a hablar con la prensa de la Moneda... a los pocos minutos su rostro pasó de la risa a la seriedad cuando fue consultado por una serie de temas políticos... La conversación dejó expuesta... la incomodidad de Lavín para abordar asuntos de interés nacional... y ante una nueva pregunta, el edil solo respondió ‘vamos a ver el cloro de la piletta mejor’” (*La Tercera*, 19 de enero de 2001, p. 7).

Con todo, esta táctica de evasión se fue haciendo cada vez más difícil también por sus dificultades con Renovación Nacional y la arremetida de su presidenciable, Sebastián Piñera. La relación entre

ambos partidos tenía una larga historia de rivalidades y tensiones, que se resolvió a favor de la UDI, cuando esta derrotó al principal dirigente de Renovación Nacional e impuso la candidatura de Lavín a fines de los noventa (VALDIVIA, 2008). Ese era el plan que el empresario Sebastián Piñera, el nuevo liderazgo de Renovación Nacional, no estaba dispuesto a aceptar, porque también tenía aspiraciones presidenciales. Esta resistencia era complicada por el proceso de lavinización que ocurrió en la derecha desde 1997, por lo que dentro de Renovación Nacional existían sectores muy lavinistas, convencidos de que era el mejor candidato de la Alianza y que la tarea de Renovación Nacional era afianzar la candidatura de Lavín para 2005.

Lavín estaba al medio de ese conflicto y RN lo presionaba para intervenir a su favor, pero él insistía en su apoliticismo: “Los partidos están en sus negociaciones, yo no voy a intervenir”. Piñera lo emplazaba a negociar: “La UDI se está comportando como si fuera el único jugador en la cancha, la soberbia no es buena consejera” (*La Tercera*, 13 de febrero de 2001, p. 5; *La Tercera*, 19 de mayo de 2001, p. 4.).

Piñera quería demostrar que el cosismo era insuficiente. No obstante, Lavín y su partido reafirmaron su decisión de que el alcalde se mantuviera al margen de la “política dura” (*El Mercurio*, 26 de abril de 2002, cuerpo C, p. 4; (*El Mercurio*, 14 de junio de 2002, cuerpo C, p. 3; (*El Mercurio*, 15 de septiembre de 2002, cuerpo C, p. 3; *La Nación*, 24 de diciembre de 2002, p. 5.). Las desaveniencias entre RN y la UDI se acrecentaron a partir de 2002 y Lavín se vio obligado a mediar, exhibiendo un débil liderazgo y favoreciendo el posicionamiento de Piñera. Éste se materializó en mayo de 2005, cuando el Consejo General de RN decidió llevar su propio candidato a la elección presidencial de ese año: Sebastián Piñera se convirtió en el abanderado de RN y compitió en primera vuelta con Lavín, triunfando sobre éste: 25% vs 23%.

A nuestro criterio, la decadencia de Lavín se ligó también a esa confusión entre alcalde y candidato presidencial, pues era de conocimiento general que el municipio de Santiago era solo una plataforma para su candidatura presidencial. Las encuestas medían sus posibilidades y hasta 2001 siempre apareció como el político con más futuro: 62%, según la encuesta del Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea, CERC, cercana a la DC, en ese año; 42% según el derechista Centro de Estudios Públicos, CEP, en 2002; 36% en 2003 y 18% el 2005, apareciendo como el político por el que un porcentaje más alto no votaría para Presidente: 40%. Mientras ocurría este declive,

se iniciaba el ascenso de Michelle Bachelet, quien representaba ese pasado que la UDI intentaba afanosamente dejar atrás. Bachelet, hija de un general torturado, muerto en cautiverio, ella misma detenida por los organismos represivos, es decir, víctima de la violación de DDHH, pero también Ministra de Defensa del Presidente Lagos, artífice de la transición de los militares, junto con el general Cheyre; agnóstica, separada y jefa de hogar (Subrecaseaux/Sierra, 2005; Politzer, 2010). Mientras Lavín deseaba deshacerse del pasado, ella encarnaba los temas de la postdictadura: DDHH, poder militar y cambio cultural. Ese era el Chile de 2005.

Lavín empezaba su declinación.

Conclusiones

Los dos epígrafes que inician este trabajo reflejan la naturaleza de la derecha encarnada en la UDI. Las palabras de Jovino Novoa, exponente del pinochetismo más duro, reivindicaban la importancia de las ideas, lo programático, rechazando el pragmatismo vacío. Novoa representaba la derecha proyectual que formó Jaime Guzmán, profundamente neoliberal y autoritaria. La preocupación de Lavín por el cloro de las piletas, envolvía una apuesta tan ideologizada como la de Novoa, pero recubierta por el estilo, aparentemente a-político, des-ideologizado, focalizado en el “cosismo”. De esas dos formas de defender el proyecto desde los noventa triunfó el cosismo, personificado en el ‘Lavinismo’, cuya influencia en la política nacional se expresó en el crecimiento electoral de la UDI y su posicionamiento durante las dos primeras décadas de la postdictadura. Lavín fue la expresión más clara del continuismo y maduración del proyecto político dictatorial.

La ‘Lavinización’ de la política chilena supuso una arremetida contra el papel programático e intermediador de los partidos y la valorización de la política, como espacio de construcción ciudadana. El cosismo dificultaba a las personas relacionar las deficiencias de sus vidas cotidianas con las decisiones tomadas centralmente, sin encontrar en la política una solución a sus inquietudes. El alcalde podía, sin embargo, mejorar algunos aspectos de sus vidas, pero sin alterar la estructura que las definía. Lavín y la UDI pretendieron hacer del “cosismo” una forma de gobernar, debilitando a los partidos, favoreciendo fenómenos de personalismo, clientelismo y despolitización, en un contexto mundial de crisis de los partidos.

Este estilo político, no obstante, comenzó a erosionarse en los mismos momentos en que Lavín parecía estar en la cúspide de su carrera política, esperando convertirse en Presidente en 2006. Dicha erosión se debió a que la magnitud de los problemas que debía enfrentar en el municipio de Santiago excedía con mucho al cosismo (desempleo, pobreza), careciendo de las atribuciones y recursos necesarios, y haciendo evidente sus limitaciones. Sus respuestas sencillas para la gente sencilla representaban una noción asistencial de lo social: el “plan pololo”, “La Vaca”, los entretenimientos, traían un momento de satisfacción, pero mantenían la carencia sustancial. Esto derivó en una gestión deficiente, lejana a lo que se esperaba del supuesto símbolo de la eficiencia, apareciendo como vacuidad programática, aunque no lo era.

A pesar de su derrota electoral en la primera vuelta presidencial en 2005, el Lavinismo siguió vigente en la política chilena, en tanto el neoliberalismo se consolidó bajo la presidencia de Ricardo Lagos y Michelle Bachelet, a pesar de las reformas sociales realizadas por ellos. Esto impidió una reflexión respecto de la situación de la política chilena, a pesar de que la desafección y el abstencionismo crecían sostenidamente: ¿la impolítica? Tras el fracaso de Lavín, el Lavinismo fue devuelto a la comuna, mostrando su potencial político en lo local, pero también sus limitaciones en el plano nacional.

Como afirma Cristián Monckeberg, militante RN: “Continuar con el ‘cosismo’ que se impuso en la derecha a fines de los 90 es algo a desterrar. Lo que Francisco Bulnes denominó visionariamente como ‘la política de cosas’. Esa es una forma de populismo que reniega de las ideologías del sector y desprecia a las instituciones republicanas. Ser de derecha, muy por el contrario, involucra no abandonar las ideas propias ni dejar que la izquierda imponga una suerte de hegemonía cultural a la sociedad” (*La Tercera*, 18 de enero de 2014, Reportajes, p. 9).

Estas palabras de un militante RN avalan las de Jovino Novoa, del epígrafe. Lo importante son las ideas y las convicciones. A más de 30 años de la Constitución de 1980, la derecha empezó a abandonar explícitamente el cosismo.

Así, aunque la crisis de la política tradicional fue una tendencia mundial, producto del triunfo del neoliberalismo, en el caso chileno la municipalización jugó un papel crucial en el proceso, pues favorecía, aparentemente, la descentralización, la eficiencia en las políticas sociales, la tecnocracia, desacreditando a los partidos. La “naturalización” del neoliberalismo que se produjo quedó oculta por el “estilo Lavinista” y

tal vez por eso su ocaso necesitó casi una década más para terminar de desintegrarse.

En efecto, el triunfo en la elección presidencial de 2009 del militante de Renovación Nacional, Sebastián Piñera, dio una de sus estocadas finales a Lavín, designándolo Ministro de Educación de su primer gabinete, una de las carteras más difíciles, por el encarecimiento de la educación superior y el endeudamiento de la mayoría de los estudiantes. En ese cargo, su estilo tropezó con las masivas movilizaciones estudiantiles iniciadas en 2011 por los universitarios, con el propósito de poner fin al lucro en la educación y devolverle su carácter de derecho ciudadano. Los jóvenes cuestionaron la lógica neoliberal en el sistema educacional y el modelo heredado de la dictadura, y continuado por la Concertación, obligando al gobierno y a la clase política a sentarse a discutir el tipo de país en que se había convertido Chile. Lavín fue sacado del Ministerio, casi desapareciendo de la escena pública.

¿Fueron un fenómeno coyuntural Lavín y el “Lavinismo”? Sin duda, no. Su auge se inició junto con los gobiernos de la Concertación y su eclipsamiento ocurrió casi veinte años después. Fueron los estudiantes quienes hicieron el salto generacional, después de 40 años de ocurrido el golpe militar, que enfrentó el proyecto dictatorial, continuado en la postdictadura por la Concertación. Lavín no fue una excentricidad, fue la ofensiva política más exitosa de la UDI. Es decidir que Jovino Novoa escribiera el libro de donde extrajimos el epígrafe, *Con la fuerza de la libertad. La batalla por las ideas de la centro derecha en el Chile de hoy*⁷, en 2012, cuando el debate acerca de la prolongación del proyecto dictatorial invadía la agenda país. Novoa reivindicaba las ideas frente al “cosismo”, del mismo modo que lo hacía el militante de Renovación Nacional; era el reconocimiento que el estilo “Lavinista”, el “cosismo”, había llegado a su fin y que la confrontación ideológico-programática había vuelto por sus fueros. Es muy posible, que el ocaso de Lavín y el “Lavinismo” fueran una expresión de ese proceso en curso.

Referencias

ÁLVAREZ, Rolando. La nueva política en el Chile post dictatorial ¿pasividad ciudadana o clientelismo desde abajo? (1990-1996). *Estudios Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, 2012.

_____. *Gremios empresariales, política y neoliberalismo*. Los casos de Chile y Perú (1985-2010). Santiago: Lom, 2015.

⁷ Énfasis nuestro.

- ARRIAGADA, Evelyn. *¿UDI popular o populista?* 2005. (Colección Ideas, 51).
- ARRIAGADA, Genaro. *Los empresarios y la política*. Santiago: Lom, 2004.
- _____. *Por la razón o la fuerza*. Chile bajo Pinochet. Santiago: Sudamericana, 1998.
- ARRIAGADA, Irma; GODOY, Lorena. Seguridad ciudadana y violencia en América Latina. Diagnóstico y política en los años noventa. Serie Políticas Sociales, *Cepal*, 1999.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vida de consumo*. Buenos Aires: FCE, 2007.
- _____. *En busca de la política*. Buenos Aires: FCE, 2001.
- BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile*. Lecciones para la gobernabilidad. Andrés Bello, 1998.
- CAMPERO, Guillermo. Más allá del individualismo. La participación y la buena sociedad. In: CORTAZAR, René; VIAL, Joaquín *Construyendo opciones*. Santiago: Cieplán/Dolmen, 1998.
- CANELO, Paula. Represión, consenso y “diálogo político”. El Ministerio del Interior durante la última dictadura militar argentina. *Revista de Ciencia Política*, v. 52, n. 2, 2014.
- CASTIGLIONI, Rossana. Las políticas sociales bajo el gobierno de Ricardo Lagos. In: FUNK, Robert (Ed.). *El gobierno de Ricardo Lagos*. La nueva vía chilena al Socialismo. UDP, 2006.
- CORREA, Sofia et al. *Historia del siglo XX chileno*. Balance Paradojal. Santiago: Sudamericana, 2000.
- COTLER, Julio; GROMPONE, Romeo. *Auge y caída del fujimorismo*. Lima: IEP, 2000.
- COUSSO, Javier; CODDOU, Alberto. Las asignaturas pendientes de la reforma constitucional chilena. Working Paper, *ICSO*, UDP, 2009.
- CRISTI, Renato; RUIZ-TAGLE, Pablo. *La República en Chile*. Teoría y práctica del constitucionalismo republicano. Santiago: Lom, 2006.
- CHATEAU, Jorge. *Regionalización y geopolítica*. Algunas reflexiones. Flacso, D.T. n. 75-78, 1978.
- DE LA MAZA, Gonzalo. *Tan cerca, tan lejos*. Santiago: Lom, 2001.
- DE LA TORRE, Juan Carlos; PERUZOTTI, Enrique. *El retorno del pueblo*. Flacso, 2001.
- DRAKE, Paul; JAKSIC, Iván. *El modelo chileno*. Santiago: Lom, 1998.
- ESCALONA, Camilo. *La transición de dos caras*. Santiago: Lom, 1999.
- FELD, Claudia; FRANCO, Marina. *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la postdictadura, Buenos Aires: FCE, 2015.
- FRANCO, Marina; MANZANO, Valeria. *Historizar los ochenta en la Argentina*. Disponible en: <www.historiapolitica.com>. 2015. Dossier nº 62.
- FUENTES, Claudio; BASOMBRÍO, Carlos (Ed.). *Seguridad ciudadana en América Latina*. Santiago: Instituto de Asuntos públicos, 2011.
- FUENTES, Claudio. *La transición de los militares*. Santiago: Lom, 2006.
- FUNK, Robert (Ed.). *El presidente Lagos*. Universidad Diego Portales, 2006.
- GARRETON, Manuel Antonio. Neoliberalismo corregido y progresismo limitado. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Arcis/Clacso, 2012.

- _____. *Del postpinochetismo a la sociedad democrática*. Globalización y política en el Bicentenario. Mondadori: Random House, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *La tercera vía*. La renovación de la socialdemocracia. Taurus, 2000.
- GÓMEZ, Gabriela. *Un estudio comparativo de las presencias de las ideas corporativistas en regímenes dictatoriales latinoamericanos, Argentina (1966-1973) y Chile (1973-1988)*. Tesis (Maestría) – Centro de Estudios Latinoamericanos (CEL)/Universidad Nacional San Martín, 2013.
- HERF, Geoffrey. *El modernismo reaccionario*. FCE, 1993.
- HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000.
- _____. La derecha en el Chile después de Pinochet: el caso de la Unión Demócrata Independiente. *Archivo Chile*, working paper, n. 285, 2001.
- HUNEEUS, Carlos; BERRÍOS, Fabiola; GAMBOA, Ricardo. *Las elecciones chilenas de 2005*. Catalonia, 2007.
- HUNT, Mala. *Sexo y Estado*. UDP, 2010.
- JAÑA, Soledad. *Los problemas de la participación ciudadana en el ámbito municipal*. In: CORREA, Enrique; ABBÉ, Marcelo (Eds.). *Nociones de una ciudadanía que crece*. Flasco, 1998.
- JOIGNANT, Alfredo; NAVIA, Patricio. De la política de los individuos a los hombres de partido. Socialización y penetración electoral de la UDI (1989-2001). *Estudios Públicos*, n. 89, 2003.
- LARRAÍN, Felipe; VERGARA, Rodrigo. *La transformación económica de Chile*. CEP, 2000.
- LEHMANN, Carla; HINZPETER, Ximena. ¿Nos estamos derechizando? *CEP*, Puntos de referencia, n. 240, 2001.
- MACKINNON, María Moira; PETRONE, Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina*. Eudeba, 1998.
- MELLER, Patricio. *El modelo exportador chileno*. Crecimiento y equidad. Santiago: Cieplan/Dolmen, 1996.
- MONCADA, Belén. *Jaime Guzmán, el político, 1964-1980*. Santiago: Ril Editores, 2006.
- MORENO, Carolina y ORTEGA, Eugenio. *La Concertación desconcertada*, Santiago, Lom, 2002.
- MOULIAN, Tomás. *La crisis de la política en el Chile actual y el 'lavinismo político'*. Santiago: Lom, 2004.
- _____. *Chile actual. Anatomía de un mito*. Santiago: Lom, 1997.
- _____. *El consumo me consume*. Santiago: Lom, 1998.
- MOULIAN, Tomás; TORRES, Isabel. *La reorganización de los partidos de derecha entre 1983-1988*. Flasco, 1988.
- NAVIA, Patricio. La aprobación presidencial en el sexenio de Lagos. In: FUNK, Robert (Ed.). *El gobierno de Ricardo Lagos*. La nueva vía chilena al Socialismo. UDP, 2006.
- OFICINA DE PLANIFICACIÓN (ODEPLAN). *Mapa de la extrema pobreza*. Santiago, 1975/1984.

- NOVOA, Jovino. *Con la fuerza de la libertad*. La batalla por las ideas de centro derecha en el Chile de hoy. Santiago: La Tercera/Planeta, 2012.
- PINTO, Carolina. *UDI. La conquista de corazones populares*. A&C, 2006.
- POLITZER, Patricia. *Bachelet en tierra de hombres*. Debate, 2010.
- POLLACK, Marcelo. *The New Right in Chile, 1973-97*. Mac Millan Press, 1999.
- PORTALES, Felipe. *Chile: Una democracia tutelada*. Santiago: Sudamericana, 1999.
- POZO, Hernán. La participación en la gestión local en el regimen actual chileno. In: BORJA, Gordi *Descentralización, movimiento y gestión local*. Flacso/Clacso-ISI, 1987.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES PARA EL DESARROLLO HUMANO. *Desarrollo humano en Chile I*. Lom, 2004.
- RAZCYNSKI, Dagmar. Las políticas sociales en los noventa. In: Paul DRAKE; JAKSIC, Ivan. *El modelo chileno*. Santiago: Lom, 1998.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org). *La trama del neoliberalismo*. Clacso/Eudeba, 2001.
- SEGUEL, Felipe. *La despinochetización del Ejército de Chile*. Tesis. Usach, Santiago, 2011.
- SUBERCASEAUX, Elizabeth; SIERRA, Malú. *Michelle*. Catalonia, 2005.
- SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente*. Taurus, 2005.
- THUMALA, María Angélica. *Riqueza y piedad*. Debate, 2007.
- UDI. *La paz ahora*. Propuesta de la UDI sobre derechos humanos, 20 de junio de 2003. Disponible en: <http://www.udi.cl/sitio/wp-content/uploads/2009/03/la_paz_ahora_propuesta_ddhh_udi_2003.pdf>.
- VALDIVIA, V. *El golpe después del golpe*. Leigh vs Pinochet. Santiago: Lom, 2003.
- _____. *Nacionales y gremialistas. El 'parto' de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom, 2008.
- _____. *Su revolución contra nuestra revolución*. La pugna marxista-gremialista en los ochenta, Santiago: Lom, 2008.
- _____. *¿Las mamitas de Chile? El sexo y las mujeres durante la dictadura pinochetista?* In: PINTO, Julio (Ed.). *Mujeres*. Historias chilenas del siglo XX. Santiago: Lom, 2010.
- _____. *La alcaldía de Joaquín Lavín y el lavinismo político en el Chile de los noventa*. Disponible en: <www.historiapolitica.com>. 2012. Dossier Chile contemporáneo.
- _____. El Santiago de Ravinet. Despolitización y consolidación del proyecto dictatorial. *Historia*, v. 46, 2013.
- _____. Were Women and Young People the Heart of the Pinochet Regime? Rise and Decline of the Secretariats. *HAHR*, v. 93, n. 4, 2013.
- _____. La democracia dictatorial pinochetista. Regionalización y municipios. *Avances del Cesor*, n. 12, 2015.
- _____. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Ed.). *Dictaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguay*. UFMG, 2015.
- VALDIVIA, V. et al. *Su revolución contra nuestra revolución*, Santiago: Lom, 2006.

_____. *La alcaldización de la política*. Los municipios en la dictadura pinochetista. Santiago: Lom, 2012.

VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*. Flacso, 1985.

WEYLAND, Kurt. Populism in the Age of Neoliberalism. In: CONNIFF, Michael (Ed.). *Populism in Latin America*. The University of Alabama Press, 1999.

WINN, Peter. *Victims of the Chilean Miracle*. Duke University Press, 2004.

Recibido: 15 de octubre de 2015

Aprobado: 07 de enero de 2016

Author/Autor:

VERÓNICA VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE <veronicavaldiviaoz@gmail.com>

- Doctora en Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Santiago de Chile. Profesora titular de la Universidad Diego Portales. Sus líneas de investigación tocan temáticas como el nacionalismo en Chile, la dictadura militar en el control de armas, clientelismo y populismo. Dentro de los libros que ha publicado, se destacan: *La Alcaldización de la Política. Los Municipios en la Dictadura Pinochetista* (Lom. 2012) y *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)* (Lom, 2009).
- Doutora em Estudos Latino Americanos na Universidade de Santiago do Chile. Professora titular na Universidad Diego Portales. Suas linhas de investigação tratam de temáticas como o nacionalismo no Chile, a ditadura militar e o controle de armas, clientelismo e populismo. Dentre os livros publicados, destacam-se: *La Alcaldización de la Política. Los Municipios en la Dictadura Pinochetista* (Lom. 2012) e *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)* (Lom, 2009).
- PhD in Latin American Studies at the University of Santiago, Chile. Professor at the Universidad Diego Portales. She research themes such as the nationalism in Chile, the arms control in the military dictatorship, clientelism and populism. Among the books she has published are: *La Alcaldización de la Política. Los Municipios en la Dictadura Pinochetista* (Lom. 2012) and *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)* (Lom, 2009).

História da proibição do skate em Blumenau/SC (1999-2007)*

History of the Prohibition of skateboarding in Blumenau/SC (1999-2007)

Historia de la Prohibición del skate en Blumenau/SC (1999-2007)

Leonardo Brandão**

Resumo: Este trabalho se insere num domínio historiográfico conhecido como “História do Esporte”. Tomamos como estudo de caso a prática do skate, atividade usualmente inserida no âmbito dos “Esportes Radicais” e que vem sendo praticada por um conjunto significativo de jovens. O recorte geográfico da pesquisa é o município de Blumenau/SC, geralmente lembrado por ser palco da *Oktoberfest*. Nesta cidade, a prática do skate foi proibida pela Lei nº 5211, que entrou em vigor no dia 17 de maio de 1999, sendo revogada somente em 2007, durante a gestão do prefeito João Paulo Kleinübing. Para compreender os motivos que levaram o skate a ser proibido, foi realizada uma pesquisa com base em fontes impressas, jornais e revistas, e também através de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos com a prática do skate nessa cidade. O objetivo foi analisar tanto os motivos que levaram à proibição dessa atividade em Blumenau quanto seu retorno à legalidade, mapeando a ação dos principais agentes desse processo e também narrando os episódios que envolveram os atos de restrição e coibição à atividade, geralmente efetuados pela guarda municipal. Concluiu-se que, embora a proibição da prática do skate tenha sido decretada em 1999, uma coibição bastante rígida a essa prática já existia desde o final da década de 1980. Além disso, seu retorno à legalidade, ocorrido com a revogação da lei no ano de 2007, foi conquistada através da pressão organizada pelos skatistas, liderada por George Gonçalves, Presidente da União Blumenauense de Esportes Radicais (UBER), e com o apoio da revista *100% skate*, uma publicação nacional especializada nessa atividade.

Palavras-chave: história; skate; proibição; Blumenau

*Este artigo faz parte de um projeto maior, intitulado “Corpo, cultura e sociedade no mundo contemporâneo”, financiado pela Universidade Regional de Blumenau/FURB para o período de 2012-2016, e contou com a colaboração, como Iniciação Científica (PIBIC-CNPq), do bolsista Rafael Iraê Tafner da Silva.

**Doutor em História. Professor efetivo da Universidade Regional de Blumenau (FURB). <leobrandao@furb.br>

Abstract: This work is located in a historiographical domain known as “History of Sport”. We take as a case study the practice of skateboarding, usually described as an “Extreme Sport” which has been practiced by a significant amount of young people. The geographical context of the research is Blumenau/SC, a city most remembered for organizing the Brazilian *Oktoberfest*. In this city, the practice of skateboarding was prohibited by the Law No. 5211, which entered into force on May 17, 1999, and was withdrawn only in 2007, during the administration of Mayor John Paul Kleinubing. To understand the reasons that led the skateboard to be banned, a research was conducted based on printed sources, newspapers and magazines, as well as through interviews with key stakeholders involved in the practice of skateboarding in the city. The aim was to analyze both the reasons to ban this activity in Blumenau and its return to legality, mapping the action of the main agents of this process and also narrating the episodes involving the restriction acts and deterrence to the activity, usually carried out by municipal police. It was concluded that although the ban on skateboarding was enacted in 1999, a rather rigid restraint against this practice has existed since the late 1980s. Moreover, its return to legality, which occurred with the banishment of the law in 2007, was conquered by the pressure organized by skaters, led by George Gonçalves, President of the Blumenau Radical Sports Union (UBER), and the support of the magazine *100% Skate*, a nationwide publication specialized in this activity.

Keywords: history; skateboarding; prohibition; Blumenau

Resumen: Este trabajo es parte de un dominio historiográfico conocido como “Historia del Deporte”. Tomamos como caso de estudio la práctica del skate, actividad insertada en la categoría “Deportes extremos” y que se ha practicado por un número significativo de jóvenes. El recorte geográfico de la investigación es la ciudad de Blumenau/SC, generalmente recordada por ser el escenario de la *Oktoberfest* brasileña. En esta ciudad, la práctica del skate fue prohibida por la Ley nº 5211, que entro en vigor el 17 de mayo de 1999, siendo retirada solo en 2007, durante la administración del alcalde João Paulo Kleinubing. Para comprender las razones que llevaron a la prohibición, se realizó una investigación de fuentes impresas, periódicos y revistas, así como de entrevistas con actores clave involucrados en la práctica de skate en la ciudad. El objetivo fue analizar tanto las razones para prohibir esta actividad en Blumenau como su retorno a la legalidad, mapeando la acción de los principales agentes de este proceso y también narrar los episodios relacionados con la restricción de los actos y la disuasión de la actividad, generalmente llevado a cabo por la policía municipal. Se concluyó que a pesar de la prohibición de la práctica del skate se he promulgado en 1999, una restricción bastante rígida a esta práctica ha existido desde finales de 1980. Por otra parte, su regreso a la legalidad en 2007 fue conquistada por la presión organizada por los deportistas, dirigidos por George Gonçalves, presidente de la Unión del Deporto Radical de Blumenau (UBER), y el apoyo de la revista *100% Skate*, una publicación nacional especializada en esta actividad.

Palabras clave: historia; skate; prohibición; Blumenau

Introdução

O skate é uma invenção norte-americana que se globalizou. Sua prática tem início na Califórnia/EUA, inserida num conjunto de atividades físicas, lúdicas e performáticas efetuadas a partir de pranchas

e demais equipamentos (como rodas, velas, parafinas etc). O *skate*, tal como o *surf*, o *windsurf* ou o *bodyboard*, foi uma atividade que se desenvolveu à margem – e muitas vezes em contraposição – aos esportes tradicionais de origem inglesa. Segundo o historiador Georges Vigarello, muitas dessas novas práticas “reivindicam um contracultura, uma pertença específica, essa resistência às instituições que a sociedade mais individualista parece manifestar nos dias de hoje” (VIGARELLO, 2008, p. 238). A questão é que essas novas práticas corporais de origem californiana podem ser lidas como pertencentes a um conjunto mais amplo de movimentos juvenis que emergiu durante os anos de 1960 e 1970 em diversos países do Ocidente.

Juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis e “tudo aquilo que está associado com 1968” (HALL, 2003, p. 44), o skate também proporcionou elementos identitários para parcelas importantes da juventude de muitos países ocidentais, em especial para a juventude estadunidense, e em menor escala, para jovens de outras partes do mundo, como Austrália, Canadá, França, Alemanha, Inglaterra e Brasil.

No entanto, essas novas práticas corporais que surgiram no bojo das revoluções culturais juvenis não encontraram, inicialmente, aceitação ou respaldo por setores mais conservadores das sociedades ocidentais, sendo muitas vezes associadas a desvios ou a práticas de risco. O skate, por exemplo, chegou a ser proibido em cidades dos Estados Unidos e também no Brasil.

Em trabalhos anteriores (BRANDÃO, 2011; 2014) havíamos pesquisado os motivos que levaram as restrições e a posterior proibição de sua prática pelas ruas e demais espaços públicos na cidade de São Paulo, ocorridas na gestão do prefeito Jânio Quadros (1986-1989). Entretanto, para o desenvolvimento das pesquisas sobre a história da proibição do skate no Brasil, faz-se importante o investimento em pesquisas mais regionalizadas e com foco em outras cidades para além de São Paulo. Esse estudo foi um primeiro esforço nessa direção, pois ele se fez a partir do recorte geográfico ligado a região Sul do país, elegendo como foco a cidade de Blumenau, em Santa Catarina.

O objetivo da pesquisa foi compreender os motivos que levaram tanto a proibição quanto a legalização da prática do skate em Blumenau/SC. De característica qualitativa (CHIZZOTTI, 2010), o método utilizado foi entrevistas com os principais skatistas que vivenciaram este período. Ao todo, foram realizadas seis entrevistas através da técnica semiestruturada. Segundo May (2004), a entrevista semiestruturada

possui a vantagem de possibilitar ao entrevistador estabelecer, quando necessário, um diálogo com o entrevistado e ampliar os questionamentos para o enriquecimento da análise. As entrevistas foram realizadas pelo autor deste artigo, gravadas e transcritas por um bolsista de Iniciação Científica¹. Todo depoente assinou um termo consentindo com sua publicação, tanto na íntegra quanto em partes selecionadas. Além das entrevistas, foi realizado um trabalho de análise com *sites* da Internet, *fanzines*, jornais locais e revistas de skate, em especial, com a revista *100% Skate*, a qual realizou matérias investigativas sobre o período de proibição do skate em Blumenau.

A introdução do skate em Blumenau-SC

Blumenau, conhecida nacionalmente por sediar a *Oktoberfest*², é uma cidade brasileira localizada no Estado de Santa Catarina, na região do Vale do Rio Itajaí. Segundo a última pesquisa do IBGE, realizada em 2014, a cidade de Blumenau apresenta uma população estimada de 334 mil habitantes³, o que lhe confere o título de terceira maior cidade do Estado (ficando atrás somente de Florianópolis e Joinville). Blumenau figurou, numa recente pesquisa elaborada pela *Delta Economics & Finance* e divulgado pela *Revista America Economia*, na posição de 4º lugar entre as cidades brasileiras que melhor apresenta índices de desenvolvimento econômico e social⁴.

Sua colonização teve início em 1850, quando começou o processo de imigração alemã para o sul do país. No ano de 1859 a colônia de Blumenau foi vendida ao Império do Brasil. A partir deste momento ocorreu um processo mais acelerado de colonização, o que proporcionou a transformação da colônia em município no ano de 1880. Já em 1900, por exemplo, Blumenau possuía alguns automóveis, iluminação pública, barcos a motor e uma sala de cinema.

¹ Agradeço ao acadêmico Rafael Iraê Tafner da Silva, graduando em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) pelo trabalho de transcrição das entrevistas para este artigo, leitura e comentários sobre sua produção.

² A *Oktoberfest* de Blumenau, uma das festas mais populares do Brasil, foi inspirada na festa alemã de mesmo nome, que teve origem em 1810 em Munique. Em Blumenau a *Oktoberfest* teve sua primeira edição no ano de 1984. Durante 19 dias de festa ocorre a celebração da música, dança e gastronomia típicas, que preservam os costumes dos antepassados vindos da Alemanha para formar colônias na região Sul. Informações disponíveis em: <<http://www.oktoberfestblumenau.com.br/oktoberfest/historia>>, acesso em: 23 fev. 2015.

³ Em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420240>>, acesso em: 20 dez. 2014.

⁴ Em: <<http://www.jornaldeblumenau.com.br/?modulo=noticias&caderno=cidade¬icia=07733-cidade-conquista-4-posicao-entre-as-100-maiores-do-pais>>, acesso em: 20 nov. 2014.

Na primeira metade do século XX começou o processo de industrialização na cidade, ligado principalmente ao setor têxtil. Entre as décadas de 1940 e 1960, Blumenau passou a apresentar mudanças significativas em sua estrutura urbana, sinalizadas pela construção de pontes, rodovias, ferrovias e, entre outros exemplos, com a expansão da telefonia (CAREZIA, 2000, p. 177). Data de 1977 a elaboração do Primeiro Plano Diretor no município. Segundo a pesquisadora Cláudia Siebert, foi através dele que o Estado procurou aumentar seu controle sobre o espaço urbano e também ‘disciplinar’ o crescimento demográfico (SIEBERT, 2000, p. 119).

Foi justamente neste período de modernização e urbanização que a história do skate em Blumenau passou a acontecer. Semelhantemente ao que ocorrera em outros centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, os primeiros registros da prática do skate em Blumenau também datam da década de 1970. Esse fato ajuda a corroborar a ideia, como apontada pela historiadora Denise Bernuzzi de Sant’Anna, de que nesse período os chamados “esportes californianos” – a exemplo do skate – se expandiram por várias partes do mundo, tendo por características centrais “a vivência de sensações de prazer, físicas e mentais, imediatas e inovadoras” (SANT’ANNA, 2000, p. 19).

A história do skate em Blumenau tem início, portanto, durante a década de 1970. No ano de 1975, jovens já construíam rampas particulares de madeira nos quintais de algumas casas, aventuravam-se por ladeiras espalhadas pela cidade e deslizavam por suas ruas pavimentadas, como a Rua Pastor Sturzer. Nesta época, assim como ocorreu em diversas outras cidades, o skate em Blumenau pode ter sofrido grande influência do surf⁵.

No início da década de 1980 o skate praticado em Blumenau, seguindo uma tendência mundial, mas que tinha nos Estados Unidos seu principal agente indutor, passou a sofrer influências de uma nova modalidade, chamada “*Street Skate*”. Diferentemente do “surf de asfalto” (que consistia somente em descer ladeiras asfaltadas sobre uma prancha com rodinhas), a prática do *Street* skate passou a ser exercida com skates maiores e não se resumia apenas a descida de ladeiras, mas sim num ato de apropriação de aparelhos urbanos (bancos, escadas, muretas) presentes em praças, ruas, escolas etc. A partir da segunda metade da década de 1980, esse novo “tipo” de skate começou a despertar a atenção

⁵ Essa hipótese ainda necessita de outras investigações para ser comprovada.

de alguns jovens na cidade, e não tardou para se tornar a tendência dominante de uma nova geração de skatistas blumenauenses⁶.

Durante a segunda metade da década de 1980, os skatistas de Blumenau passaram a ganhar cada vez mais as ruas. O skatista Vanderlei Serpa, que começou a praticar skate em Blumenau no ano de 1982, conta que por volta de 1987 cresceu bastante o número de skatistas na cidade. Ele se recorda que por essa época conhecia uma turma que saía do bairro Vila Nova e ia para o centro de skate, descendo o morro da Rua Joinville, que era asfaltado. “A gente andava bastante na Alameda, na Beira-Rio, na Rua XV e na Rua Sete de Setembro”⁷, recorda o skatista.

Além do skate nas ruas, houve em Blumenau, a partir da segunda metade da década de 1980, alguns poucos jovens que se iniciaram em outra modalidade do skate, conhecida como vertical ou *half-pipe* (trata-se de uma pista de skate que pode ser representada pela letra “U”). O skatista Leke explica que os primeiros skatistas blumenauenses, adeptos desta modalidade, “praticavam no antigo *half* do China, que ficava próximo a Cremer”⁸. No ano de 1987, o skatista Márcio Testoni, citado pelo *Jornal de Santa Catarina* como o primeiro skatista de Blumenau a conquistar renome nacional⁹ por participar de competições na modalidade, ganhou do pai um *half-pipe* particular.

Em entrevista realizada com Marcio Testoni, ele conta que sua pista foi utilizada de 1987 a 1991, depois foi abandonada por apresentar rachaduras, sendo que ele próprio passou a se interessar por vôo livre (asa-delta) e deixou o skate um pouco de lado¹⁰. Assim, pela ausência de pistas públicas desta modalidade (*half-pipe*) e por se tratar de uma modalidade mais elitizada do skate (a qual envolvia gastos com material de proteção, como capacete, joelheiras e cotoveleiras), foi pequena a quantidade de skatistas em Blumenau que se envolveu com o vertical. Segundo o próprio Marcio Testoni, quem andava nesta pista era ele, “o Bituta, o Jeff, depois veio o Leke, Fernando Reis, era somente uns 10 ou 15 que andavam no *half*”¹¹.

⁶ Além do skate nas ruas, no ano de 1989 a cidade de Blumenau também contou com um *Half-Pipe* de cimento construído na residência do skatista Márcio Testoni (fonte: *Method Skate Zine*, n. 1, 1989, p. 12). No youtube há um vídeo filmado em 1989 que demonstra uma sessão de skate com Márcio Testoni e Junae Ludvig. Em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R4Uhr6n8WPs>>, acesso em: 05 jul. 2015.

⁷ Em entrevista realizada no dia 21/08/2014 (Arquivo do autor).

⁸ In: *Jornal de Santa Catarina*, 26 e 27 de janeiro de 1997, p. 13a.

⁹ Idem, p. 13a.

¹⁰ Em entrevista realizada no dia 06/07/2015 (Arquivo do autor).

¹¹ Idem.

Assim, o fato foi que a grande maioria dos skatistas da cidade acabou por praticar nas ruas. No entanto, como relatou o skatista Vanderlei Serpa, praticar nas ruas trouxe conseqüências negativas ao skate, pois desde que “os skatistas começaram a andar no centro da cidade teve início a discriminação, com o pessoal olhando torto”. E então, ele afirma, “arrumaram um jeito de proibir o skate”¹².

Na visão de Najuí Estrázulas – que se tornou editor de um *zine* sobre skate que abordaremos a seguir – havia entre o final dos anos de 1980 e começo dos anos 90 uma média de mil jovens que praticavam skate em Blumenau, sendo que alguns desses com bastante constância e outros com menos. Segundo Najuí, essa quantidade de skatistas, que no começo era pequena (cerca de uns trinta), mas que rapidamente foi aumentando, acabou assustando os moradores da cidade. Em suas palavras,

Pelo barulho de andar de skate nas ruas, o pessoal da cidade começou a ficar incomodado. E Blumenau tem um pouco assim de ser um povo conservador, limpinho, com as calçadas limpinhas. E surgiu aquele negócio de andar de skate, de usar os bancos, e isso começou a incomodar. Começou daí o motivo da encrenca com os skatistas. E na medida em que foi aumentando o número de skatistas, também foi aumentando o preconceito. E a gente era meio cabeludo, e acho que isso também ajudava um pouco¹³.

Andreas Peters, que junto ao Najuí editou *zines* de skate na cidade, lembra que o skate, durante a segunda metade da década de 1980, não era visto como um esporte pelas pessoas em Blumenau. Ele se recorda que houve um episódio no qual os skatistas construíram uma rampa de madeira e colocaram na “Praça da Flamingo”. Após andarem de skate nessa rampa, os skatistas saíram para tomar um refrigerante. Ao voltarem, ficaram sabendo que um taxista indignado havia jogado a rampa no rio Itajaí-Açu.

Diante disso, Andreas comenta que na época “muitas pessoas não gostavam de skate e ponto final”. “Alguns viam como brincadeira, mas muitos com sendo uma coisa de quem ficava na rua, como algo de certo modo marginalizado”¹⁴. Assim, bem antes da proibição oficial de 1999, já havia muita restrição à prática em si.

¹² Em entrevista realizada no dia 21/08/2014 (Arquivo do autor).

¹³ Em entrevista realizada no dia 11/09/2014 (Arquivo do Autor).

¹⁴ Em entrevista realizada no dia 12/09/2014 (Arquivo do Autor).

Outro exemplo, conta Andreas, foi um episódio ocorrido em 1989. Ele, junto a um grupo de amigos, estava passando de skate pelas ruas e calçadas do centro da cidade, e então um guarda de trânsito começou a gritar que não podia andar de skate, parou o grupo, iniciou uma discussão e desferiu um forte soco no peito de um dos skatistas. O rapaz que levou o soco era filho do prefeito da cidade, Vilson Kleinübing¹⁵. Houve bate-boca e os rapazes saíram de lá, deixando o guarda falando sozinho. Andreas lembra que o skatista agredido não denunciou o guarda de trânsito, mas que bem podia fazê-lo, pois além da agressão sofrida, nesta época não havia ainda uma lei que proibisse o skate oficialmente.

Najuí Estrázulas comenta que uma vez estava passando de skate pela Rua XV de Novembro, localizada no centro de Blumenau, e nela havia dois guardas parados. Ele passou de skate ao lado dos guardas na calçada, mas um deles, repentinamente e na má fé, colocou o pé na rodinha do seu skate, a qual travou e o projetou, fazendo-o levar um tombo: “Me esborrachei no chão”¹⁶, recorda o skatista.

Em função desses enfrentamentos e também por acharem que a cidade necessitava de uma mídia local que pudesse tanto informar os skatistas quanto denunciar tais medidas repressoras, os jovens Najuí e Andreas tiveram a ideia de produzirem um *zine*. Segundo Najuí, o skate brasileiro já contava com mídias nacionais, como as revistas *Yeah!* e *Overall*, ambas de distribuição nacional, mas que concentravam suas matérias no eixo Rio-São Paulo. De acordo com ele, o intuito de se fazer um *zine* na cidade era retratar e lutar pela cena do skate em Blumenau, porque a cena local não aparecia nas revistas nacionais da época.

Assim, no ano de 1989, surgiram dois *zines*, o primeiro foi o “*Animal Skate Zine*”, produzido pelos jovens Najuí Estrázulas; A. Lobe e Andreas Peters. Somando-se a essa primeira publicação, Leke e Andreas produziram o “*Method Zine*”. Ambos os *zines* tiveram poucas edições cada, mas servem como documentos históricos que auxiliam na compreensão deste período anterior a proibição formal do skate em 1999.

Assim, já na edição de número zero do *Animal Skate Zine*¹⁷ encontra-se um texto assinado por Najui, o qual já indagava a proibição implícita que havia contra prática do skate em Blumenau. Ele afirmava

¹⁵ Vilson Kleinübing foi *prefeito de Blumenau* de 1989 a 1990, *governador de Santa Catarina* de 1991 a 1994 e *senador* de 1995 a 1998.

¹⁶ Em entrevista realizada no dia 11/09/2014 (Arquivo do autor).

¹⁷ Ambos os *zines* mencionados tiveram suas primeiras edições marcadas como número zero.

que o próprio filho do prefeito da cidade praticava skate e que o prefeito não havia determinado sua proibição, mas muitos policiais na cidade não permitiam a prática nas ruas, relatando um episódio no qual um grupo de policiais reteve seu skate e o levou para a delegacia, sob acusação de o praticante estar em “alta velocidade” sobre um skate “em locais proibidos”¹⁸.

Já na edição de número 1 do *Animal Skate Zine*, que tinha por foco a prática na rua (chamada *street skate*), Andreas citava a cidade de Blumenau como um “paraíso skatístico”, e isso porque a mesma contava “com calçadas largas, praças, ladeiras”. No entanto, ele lembra duas páginas após esse elogio, que a prática do skate nesta cidade era considerada crime. Em suas palavras

Corra. Não pare. Não olhe pra trás. Você acaba de cometer um delito, algo inconcebível para a estrutura social humana. Um crime. Crime? Parece que algumas pessoas se esquecem que o homem é um ser sociável, e diferenciado dos demais animais pela sua inteligência. Inteligência capaz de distinguir os atos, o certo do errado, o bem do mal. Inteligência que é deixada de lado por algumas pessoas que preferem usar a força ao invés do diálogo. Use sua inteligência e responda: É errado andar de skate? É certo sair por aí espancando skaters só porque você não gosta de tal esporte? Andar de skate é crime?¹⁹.

Esse mesmo tom de proibição (ainda não formal, mas já denunciada) contra a prática do skate pode ser verificada também na outra publicação do período, o *Method Zine*. Na edição de número zero Andreas escreve um texto com o título “Skate é crime?” denunciando que a prática do skate “está sendo totalmente proibida em Blumenau por cidadãos que parecem ter gosto de agredir-nos com palavras ameaçadoras”. Neste texto, ele diz ter sido barrado por um guarda de trânsito ao praticar nas ruas e conta que “alguns skatistas tiveram seus skates apreendidos por serem descaradamente acusados de destruir o patrimônio público, e ao se defenderem foram acusados de desacato a autoridade”. Ao final, ele argumenta que “a prática de um esporte é agora considerado um crime em nossa cidade, e querem de qualquer maneira tirar-nos a liberdade que precisamos para nos divertir andando de skate”²⁰.

¹⁸ *Animal Skate Zine*, n. 0, 1989, p. 7.

¹⁹ *Animal Skate Zine*, n. 1, 1989, p. 7.

²⁰ *Method Zine*, n. 0, 1989, p. 10.

Com o problema do skate nas ruas, a prefeitura da cidade, numa iniciativa conjunta com a Coca-Cola²¹, viabilizou no ano de 1989 uma pista de skate pública na cidade. A pista da “Prainha”, como ficou conhecida, ficava na margem esquerda do Rio Itajaí-Açu, o qual corta a cidade de Blumenau ao meio e já protagonizou enchentes históricas no município (MATTEDI, 2000). Segundo Najuí, a chamada “Prainha” era um “local bonito, onde o pessoal ia por lazer, para tocar violão, andar de skate, praticar esportes. Lá tinha quadras de vôlei, tinha uma concha acústica onde aconteciam os shows. O *Skol Rock* acontecia na Prainha”²², relembra.

A “Prainha”, assim, tornou-se o ponto de encontro dos skatistas de Blumenau tanto antes da proibição do skate nas ruas quanto durante o período em que a lei esteve em vigor. Pois lá era um local permitido para o skate, palco de campeonatos (como o primeiro campeonato ABS de *Street*²³, realizado no dia 22 de setembro de 1991, e o segundo, realizado entre os dias 25 e 26 de abril do ano seguinte²⁴) e demais eventos. No entanto, não podia haver descuido nenhum por parte dos skatistas. Eles não podiam ir de skate pelas ruas próximas até chegar à “Prainha”, mas somente praticar lá. Vanderlei Serpa lembra, por exemplo, que no início da fase da proibição oficial do skate, certa vez ele desceu do circular (ônibus) no centro da cidade e, para chegar mais rápido na pista da “Prainha”, resolveu ir pelas ruas de skate. Passou em frente do Teatro Carlos Gomes, atravessou a rua XV de Novembro e foi em direção a ponte para cruzar o rio e chegar à outra margem, onde ficava a pista. No entanto, assim que começou a descer a escadaria do local, encostou uma viatura. O policial saiu do carro e disse: “foi você que veio de skate pela rua né!”. Serpa tentou argumentar que era para chegar mais rápido na pista, não teve jeito, o policial colocou o skate na viatura e levou embora, deixando uma multa de trânsito para que fosse paga na SETERB, local onde os skates presos eram depositados.

Não é correto pensar que durante o período da proibição oficial do skate em Blumenau, de 1999 a 2007, a prática na rua foi inexistente e restringiu-se somente a “Prainha”. O skate acontecia nas ruas sim, com os skatistas tentando driblar a lei e andar em locais onde os guardas

²¹ George Gonçalves, presidente da União Blumenauense de Esportes Radicais (UBER), relata que nesta época havia empresas que adotavam praças em Blumenau. “A Coca-Cola adotou a Prainha e lá foi construída a Pista da Prainha”, afirma. (Arquivo do Autor).

²² Em entrevista realizada no dia 11/09/2014 (Arquivo do Autor).

²³ *Informativo ABS*, n. 1, 1991, p. 4.

²⁴ *Informativo ABS*, n. 2, 1992, p. 9.

dificilmente passariam em frente. No entanto, o fato de existir a lei e, principalmente, de existir uma multa para o skatista, com retenção do skate, coibiu bastante a prática nas ruas, calçadas ou praças. No tópico a seguir, iremos abordar com maior ênfase esse período oficial da proibição, destacando o motivo pelo qual o skate chegou a ser oficialmente proibido na cidade.

A proibição do skate em Blumenau

Se a prática do skate nas ruas (*street skate*) contou com restrições desde que começou a ser praticado em Blumenau, a década de 1990 foi taxativa a esse respeito. O skatista George Gonçalves, que começou a praticar skate no ano de 1983, conta que a Pista da Prainha, durante seus cinco primeiros anos de existência satisfaz bem os skatistas da cidade, mas com o tempo ela começou a ficar limitada, desgastada, fazendo com que muitos skatistas enjoassem da prática do skate apenas neste local. Segundo suas palavras:

De 1994 a 1998 foi muito grande a repressão sobre o skate em Blumenau. A Pista da Prainha já não trazia a dificuldade que a gente queria, pois ela era uma pista limitada. E como ela era muito limitada a galera começou a ir novamente para as ruas. Isso trouxe muito embate entre a população e o pessoal que andava de skate na rua, porque tinha gente que deixava o skate escapar e o skate ia para o meio da rua, pegava no carro, pegava na canela de alguém. Então muita coisa aconteceu nesse tempo, fazendo com que a Guarda Municipal entrasse em parceria com a polícia militar e comesse a retirar o skate de circulação, achando que assim iriam conseguir acabar com o skate, pelos menos em Blumenau²⁵.

Com os skatistas novamente nas ruas, e sendo essa presença interpretada como nociva à ordem urbana, as coibições à atividade voltaram a ocorrer com maior frequência, o que resultou, no ano de 1999, na promulgação da lei que proibiu o skate pelas ruas de Blumenau, a Lei Ordinária nº 5211, a qual entrou em vigor no dia 17 de maio de 1999. Em seu texto, no Art. 2º, encontramos escrito que era proibido praticar skate em,

²⁵ Em entrevista realizada no dia 13/09/2014 (Arquivo do Autor).

Passeios públicos, vias públicas, corredores de ônibus e no centro da cidade, no trecho compreendido entre a Alameda Duque de Caxias e a Rua Amadeu da Luz e entre a Avenida Castelo Branco e a Rua Sete de Setembro, incluídas as referidas vias públicas²⁶.

Segundo este documento, quem o desobedecesse seria considerado um infrator e estaria sujeito a sanções aplicadas pelo órgão fiscalizador do município ou por entidade delegada. Tais sanções incluíam advertências por escrito, pagamento de multa no valor de 25 UFIR's (Unidades Fiscais de Referência) e "apreensão do veículo infrator", no caso o skate, sendo esse recolhido para o Depósito Municipal. No depósito os skates ficariam guardados, sendo fixado em 3 UFIR's o custo diário de sua guarda e conservação. A devolução dos skates apenas ocorria "mediante o comprovante de quitação do pagamento de encargos correspondentes e da multa na tesouraria do Município". No final do documento, em seu Art. 4º, também se encontrava escrito que "fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Polícia Militar e outros, visando o amplo cumprimento do que trata esta Lei"²⁷.

Skatistas em Blumenau argumentam como essa época significou um período de restrições, coibições e muitos embates na cidade. Alex Caldeira de Oliveira, skatista que na época da promulgação dessa lei exercia também as funções de professor de música em Blumenau, comenta como, repentinamente, ficou sabendo da promulgação da Lei,

Essa história ocorreu em 1999, foi um pouco antes d'eu casar, pois eu já era um homem feito já, eu dava aula de música em frente da Universidade (FURB) e tinha o skate como meio de transporte. Eu lembro que fui atravessar a rua da escola de música até o ponto de ônibus. E então passou uma Kombi cheia de policiais. E como era lei, eles desceram e me explicaram: 'Olha, o skate está proibido agora, você não pode mais andar com ele na rua, eu vou ter que recolher o skate'. Eu achei desnecessário aquilo, mas eles pegaram meu skate e levaram para a SETERB, que era o local onde eles depositavam os skates presos. Eu paguei uma multa e fui depois lá para recuperar o skate e já tinham uns duzentos skates apreendidos²⁸.

²⁶ Câmara Municipal de Blumenau. Lei Ordinária nº 5211/1999 de 17/05/99. Esta lei encontra-se publicada no site do Sistema de Lei Municipais. O endereço para acesso na Internet é: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/1999/522/5211/lei-ordinaria-n-5211-1999-regulamenta-o-transito-de-bicicletas-no-municipio-e-da-outras-providencias-revogando-a-lei-no-4492-95-2007-10-10-versao-compilada>>, acesso em: 20 ago. 2014.

²⁷ Idem.

²⁸ Entrevista realizada no dia 21/08/2014 (Arquivo do autor).

Neste mesmo ano de 1999, o skatista Vanderlei Serpa relembra uma história que aconteceu não só com ele, mas que envolveu um grupo de skatistas na cidade. Eles estavam em mais ou menos uns dez skatistas quando se depararam com um galpão, o qual parecia estar abandonado, nas proximidades da Escola de Educação Básica Pedro II, no bairro Jardim Blumenau. Serpa conta que, pela rua, eles avistaram que havia nesse galpão um chão liso, bastante ideal para a prática do skate. Foi então que resolveram pular o muro para andar de skate dentro do galpão, uma vez que o mesmo estava aparentemente sem uso e abandonado. Entretanto, tão logo começaram a praticar apareceu “um cara levantando os braços”, mas o pessoal do skate não entendeu direito o que era e continuou andando. Serpa conta que esse indivíduo voltou armado e mandando todos saírem do local. Ao saírem, o grupo de skatistas se deparou com uma viatura da polícia civil, que logo apreendeu todos os skates. Mas o pitoresco dessa história, conta Serpa, foi que a polícia ordenou para que todos os skatistas ficassem em fila, um atrás do outro, e que fossem caminhando deste modo até a delegacia, que ficava nas proximidades do local. “Era uma maneira de nos intimidar, pois a polícia foi ao lado com a viatura e nós fomos andando a pé, em fila, até a delegacia, e isso para prestar contas e assinar nossos nomes”, relata o skatista.

Embora o skate já sofresse repressão antes da proibição, a existência dessa lei que proibia o skate forneceu aos policiais e guardas de trânsito um pretexto para ficarem muito mais agressivos com os skatistas. Como exemplo disso, Serpa lembra que no ano de 2004, época em que já era casado, ele foi ao supermercado fazer compras junto a sua esposa, ela de bicicleta e ele de skate. Ele voltou carregando as compras e empurrando o skate com o pé, tranquilo, conversando com ela. No entanto, quando estavam perto do SENAI, voltando do mercado, eis que parou uma viatura ao seu lado e de lá saiu um policial, que disse bruscamente: “Pare de andar com essa merda aí”. Ele tentou explicar para o policial que não estava andando de skate, apenas empurrando o mesmo com o pé, enquanto levava as compras com as mãos. Não teve conversa, pois logo em seguida que a abordagem ocorreu, encostaram outras duas viaturas que estavam passando no local. Serpa relatou que, num intervalo de tempo de poucos minutos, se viu cercado por três viaturas e oito policiais, todos muito nervosos, e que começaram a “engrossar” com ele, ameaçando-o fisicamente de “levar porrada” caso insistisse em ir caminhando para casa empurrando o skate com os pés. “Armaram uma confusão gigante por causa de uma coisinha de nada”, diz ele. Mas não teve jeito e nem conversa, ele teve seu skate preso e voltou para casa somente com as compras do mercado.

As histórias sobre a repressão policial com a prática do skate nas ruas em Blumenau são muitas e vários skatistas remanescentes dessa época guardam, cada qual, suas lembranças. Assim, pelo seu caráter repressivo, o conteúdo dessa lei acabou por se tornar notícia na mídia impressa especializada em skate²⁹. Foi a revista *100% Skate* quem alardeou o feito num editorial escrito em sua edição de número 48, de março de 2002. Essa revista, de distribuição nacional, contava com grande credibilidade entre os skatistas, tendo sido fundada no ano de 1995 pelo então skatista profissional, fotógrafo e jornalista, Alexandre Vianna.

Ela divulgou o feito de modo engenhoso: na edição mencionada, o editorial vinha escrito em letras garrafais: “ABAIXO A REPRESSÃO”, e, logo em seguida, reproduzidos dois documentos de conteúdo bem diverso. O primeiro era a Lei que proibia a prática do skate nas vias públicas de Blumenau, e o segundo um documento da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, assinado pelo então prefeito deste município, Tarcísio Delgado, que autorizava a Secretaria Municipal de Obras, em todas as praças e áreas de lazer do município, a construção de “equipamentos de skate, para atender a justa reivindicação da Associação Juizforana de Skate”³⁰. Junto à reprodução desses dois documentos, o texto do editorial trazia a seguinte reflexão:

Em Blumenau a prefeitura criou uma lei que proíbe o skate em passeios públicos, vias públicas, corredores de ônibus e no centro da cidade, sob pena de multa. Não oferece, salvo por uma pista em péssimas condições, outras alternativas para os praticantes do esporte na cidade. Proibição, repressão, negação, imposição, bloqueio, marginalização e inimizade: energia negativa. Em Juiz de Fora, foi decidido que seriam construídas pistas em praças públicas para os skatistas. Alternativa, solução, aceitação, integração à sociedade, desmarginalização: energia positiva. Basta refletir e pensar: qual surtirá resultado? Qual das soluções encontradas pelas duas prefeituras realmente fará nossa sociedade ter um relacionamento melhor com a juventude? [...] As pessoas envolvidas nessas duas histórias formam uma nova geração que um dia participará das decisões das regras do jogo e, direta ou indiretamente, até das leis. E esse dia não está muito longe. As soluções que funcionam, para qualquer problema na vida, são aquelas de caráter positivo, longe da falível repressão³¹.

²⁹ Desde o final da década de 1970 já havia mídias impressas sobre skate, as quais nasceram com poucas tiragens, mas, com o auge e o desenvolvimento dessa atividade, passaram a tomar caráter nacional, chegando às bancas de muitas cidades no Brasil. Nas décadas de 1990 e 2000 destacam-se as revistas *Tribo*, que teve início em 1991, e a revista *100% Skate*, publicada desde 1995.

³⁰ Prefeitura de Juiz de Fora. Câmara Municipal. Protocolo nº 35, de 23/01/2001.

³¹ Revista *100% Skate*, n. 48, março de 2002, p. 21.

Após essa primeira matéria, e tendo notícias que a proibição do skate em Blumenau ainda continuava em voga, um fotógrafo e um jornalista que trabalhavam nessa revista visitaram a cidade no ano de 2007 com o objetivo de registrar a cena local e também reforçar a posição assumida por esse veículo pela legalização da prática. Na capa de sua edição de fevereiro deste mesmo ano havia quatro manchetes, sendo que numa delas encontrava-se escrito: “MANIFESTO PELA LIBERDADE: Uma sessão proibida pelas ruas de Blumenau”. Tratava-se da principal matéria da revista, que em doze páginas coloridas trazia imagens de skatistas em ação pelas ruas de Blumenau, feitas pelo fotógrafo André Ferrer, e uma série de textos escritos pelo jornalista Marcelo Viegas. Logo no início da reportagem, lia-se: “Uma lei ordinária de 1999 decretou a proibição do skate nas ruas de Blumenau (SC). Sete anos depois, a lei continua em vigor, restringindo liberdades individuais e transformando skatistas em foras-da-lei”³².

Nesta reportagem, após ouvir os skatistas da cidade, era apresentada uma versão para proibição do skate ligada a uma vereadora da cidade, cujo o nome não foi revelado. Dizia-se que “lá pelos idos de 1998, na cidade de Blumenau (SC), algum skatista desavisado e meio sem noção fez o (des)favor de atropelar uma vereadora. Como era de se esperar, a distinta senhora pegou birra do skate. A birra transformou-se num projeto de lei para proibir a prática do esporte em vias públicas”. Para Marcelo Viegas, autor da reportagem, “a tal lei é fruto de uma implicância pessoal, não é um desejo da coletividade transformado em lei, o que seria cabível no contexto das sociedades democráticas. O que imperou, ao contrário, foi um cisma pessoal, e isso é absolutamente condenável na política”³³.

Nessa reportagem também se encontra escrito que, embora a lei fizesse referência a determinadas ruas centrais da cidade, na prática, a proibição ampliava-se por todo seu espaço urbano. Muitos skatistas de Blumenau afirmavam ser “tratados com marginais pela polícia”, e que levavam um belo sermão quando tinham seus skates apreendidos³⁴. O skatista Giuliano Tamanini, por exemplo, argumentava que “perdemos a liberdade de ir e vir com nosso meio de transporte, e não podemos praticar o esporte nos picos de rua”³⁵.

³² VIEGAS, Marcelo. Manifesto pela Liberdade. In: Revista *100% Skate*, n. 107, fev. 2007, p. 30.

³³ Idem, p. 32.

³⁴ Idem, p. 32.

³⁵ VIEGAS, Marcelo. Manifesto pela Liberdade. In: Revista *100% skate*, n. 107, fev. 2007, p. 34.

Essa matéria da revista também citava a pista da “Prainha” – comentada anteriormente neste artigo – como estando em péssimas condições, “em ruínas”. Sobre essa pista, o skatista Vitor afirmava que a lei não era justa porque ela deveria ser usada “se Blumenau tivesse uma pista pública de ótimas condições de andar e de evoluir, mas como o caso não é esse, a forma mesmo é viajar, conhecer outros lugares pra andar e evoluir o seu skate”³⁶.

Assim, ao final dessa reportagem, o jornalista Marcelo Viegas questionava: “É justo que um jovem skatista seja submetido a uma condição de semi-marginalidade?”³⁷. A matéria, de doze páginas, terminava com uma foto de um skatista praticando dentro de um ginásio de esportes, emoldurada com a seguinte provocação: “Basta de proibição, basta de discriminação. Que as liberdades individuais sejam respeitadas é o mínimo que se espera de qualquer sociedade digna de ser chamada democrática”³⁸.

A legalização da prática do skate em Blumenau e a construção da nova pista pública

A iniciativa da revista *100%* em denunciar a proibição do skate pelas ruas de Blumenau forneceu a munição necessária para os skatistas se reunirem, principalmente sob a liderança do skatista George Gonçalves, que há tempos promovia campeonatos na cidade e presidia a UBER (União Blumenauense de Esportes Radicais)³⁹.

Com a revista em mãos, George Gonçalves conseguiu uma audiência na Câmara dos vereadores da cidade. Ele ocupou a Tribuna Livre da Câmara Municipal e exibiu a matéria: “Manifesto pela Liberdade”, veiculada pela revista *100%*. A reportagem, que exibia negativamente a cidade em nível nacional, gerou impacto entre os vereadores. O objetivo de George era tanto a legalização da prática do skate quanto viabilizar a construção de uma nova pista pública, pois a pista da “Prainha” já estava praticamente abandonada pela má conservação e deterioração.

³⁶ Idem, p. 34.

³⁷ Idem, p. 34.

³⁸ Idem, p. 41.

³⁹ Em 1990 surgiu a primeira associação de skatistas em Blumenau, a A.B.S (Associação Blumenauense de Skate). Em 1998, após anos do término da A.B.S., o skatista George Gonçalves, junto a alguns amigos, criou a UBER (União Blumenauense de Esportes Radicais), que englobava skate, bike e roller. Ao integrar pessoas de outras modalidades das atividades de ação, a UBER aumentou o número de associados e obteve maior força política.

No ano de 1999 – quando foi decretada a proibição do skate – a UBER havia recebido do prefeito Décio Lima (PT) uma área dentro do Parque Ramiro Ruediger. Desde então essa associação passou a batalhar pela construção de uma pista de skate no local. Segundo George, “recebemos do prefeito Décio Lima uma área dentro do Parque Ramiro Ruediger, mas a pista foi construída somente em 2009”. Ele relata que desde que conseguiram esse espaço, passaram a lutar pela construção da pista: “a gente passou de 1999 a 2009 indo atrás do poder público para que conseguíssemos a construção da pista de skate. E nesse meio tempo existia a lei ainda, que proibia andar de skate nas calçadas”⁴⁰.

Em 2007 os skatistas conseguiram receber apoio de vereadores do PT e também da bancada do PMDB, sendo que o Deputado Federal João Pizzolatti (PP) comprometeu-se em conseguir uma emenda no valor de R\$ 110 mil do Orçamento da União. Ao final, 14 vereadores se dispuseram a ajudar, inclusive muitos se ofereceram para participar de uma reunião com o secretário de Desenvolvimento Regional, Paulo França⁴¹.

George Gonçalves conta que a UBER foi fundamental para pressionar os vereadores, pois através dessa associação foi possível colocar mais de cinquenta skatistas e simpatizantes dentro da Câmara. Sob os protestos dessa associação, em 2007 foi revogada a lei que proibia a prática do skate pelas ruas da cidade, o que ocorreu pela Lei nº 7161/2007.

No ano de 2009 foi construída a nova pista pública de skate, localizada no Parque Ramiro Ruediger. Segundo George Gonçalves, “a pista foi construída graças a dedicação da UBER, do prefeito João Paulo Kleinübing e da Fundação de Esportes que abraçou a causa”⁴². Em 2009 a UBER começou uma Escolinha de Skate nesta pista, tendo como professor de skate o próprio George Gonçalves. Ele conta que a Escola de Skate continua em atividade até o presente momento e vem possibilitando a iniciação de muitas crianças e jovens à prática do skate.

Considerações finais

Após o processo aqui descrito e que resultou, no ano de 2007, na revogação da lei que proibia a prática do skate pelas ruas de Blumenau, indícios de uma nova história dessa prática na cidade parece que

⁴⁰ Em entrevista realizada no dia 13/09/2014 (Arquivo do Autor).

⁴¹ <<http://cemporcentoskate.uol.com.br/fiksperto.php?id=2835>>, acesso em: 05 jul. 2015.

⁴² Em entrevista realizada no dia 13/09/2014 (Arquivo do Autor).

começou a ser escrita. Uma prova concreta disso foi o patrocínio da Prefeitura de Blumenau para o lançamento de um filme com manobras de skate nas ruas dessa cidade.

Intitulado “*Vale Skate Movie 3*”, em alusão ao Vale do Itajaí, onde localiza-se a cidade de Blumenau, as imagens foram capturadas ao longo de 3 anos, sendo que o DVD foi lançado no dia 17/10/2014, tendo sua *première* no cinema da Fundação Cultural de Blumenau. O filme ganhou o formato DVD sob patrocínio da Prefeitura de Blumenau. Em sua contracapa, encontramos escrito que: “Este produto cultural foi patrocinado pela prefeitura Municipal de Blumenau e Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio a Cultura de Blumenau”.

O “*Vale Skate Movie 3*” foi filmado e produzido pelo *videomaker* Henrique Kico, e exibe os skatistas Vitor Gonçalves, Maykison Vincent, Murilo Hansh, Rafael Melo, Adriano Lachovski, Diego Marques, Guilherme Maurício e Tiago Gaertner. Alguns desses jovens aparecem praticando skate em outros países, Argentina, Espanha, França e República Tcheca; mas o destaque é o skate praticado nas ruas de cidades catarinenses e, em especial, pelas ruas e praças de Blumenau.

A questão, portanto, é que a outrora proibida prática do skate pelas ruas agora conta, em alguma medida, com incentivo e apoio cultural. Najuí, por exemplo, comenta que “hoje em dia está mais tranquilo andar de skate em Blumenau”; e que embora a cidade tenha crescido, sendo “mais povoada, com mais gente, mais movimento, essa visão de que o skate era meio bandidagem, essa visão que a gente sofreu no passado, isso meio que passou já”. Ele pondera que “hoje o skate encontrou melhor o seu espaço”. De forma similar, para Andreas Peter, “essa questão da proibição do skate em Blumenau acabou. Ainda tem pessoas que torcem o nariz, mas isso é uma coisa muito pessoal delas”⁴³. Sinal dos tempos? Da proibição ao incentivo, a história do skate em Blumenau pode estar tomando rumos bem distintos!

Referências

ANSCHAU, Quéli. *Cidade e sociabilidade juvenil: uma experiência em Blumenau*. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2011.

BRANDÃO, Leonardo. *Para além do esporte: uma história do skate no Brasil*. Blumenau: Edifurb, 2014.

_____. *A Cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

⁴³ Em entrevista realizada do dia 12/09/2014 (Arquivo do Autor).

CARESIA, Roberto Marcelo. Blumenau e a modernização urbana: alterando costumes (1940-1960). In: FERREIRA, Cristina (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 169-183.

CHIZZOTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MATTEDI, Marcos Antônio. A formação de políticas em Blumenau: o caso do problema das enchentes. In: THEIS, Ivo; MATTEDI, Marcos; TOMIO, Fabrício (Org.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Edifurb, 2000. p. 195-230.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Entre o corpo e a técnica: antigas e novas concepções. In: *Motrivivência*, ano XI, n. 15, p. 1-6, ago. 2000.

SIEBERT, Claudia. A legislação urbanística de Blumenau: 1850-1997. In: *Dynamis*. Blumenau, v. 8, n. 30, p. 113-131, 2000.

VIGARELLO, Georges. Treinar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: as mutações do olhar*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 197-252.

Documentos eletrônicos

<<http://www.oktoberfestblumenau.com.br/oktoberfest/historia>>, acesso em: 23 fev. 2015.

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420240>>, acesso em: 20 dez. 2014.

<<http://www.jornaldeblumenau.com.br/?modulo=noticias&caderno=cidade¬icia=07733-cidade-conquista-4-posicao-entre-as-100-maiores-do-pais>>, acesso em 20 nov. 2014.

<<https://www.youtube.com/watch?v=R4Uhr6n8WPs>>, acesso em: 05 jul. 2015.

<<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/1999/522/5211/lei-ordinaria-n-5211-1999-regulamenta-o-transito-de-bicicletas-no-municipio-e-da-outras-providencias-revogando-a-lei-no-4492-95-2007-10-10-versao-compilada>>, acesso em: 20 ago. 2014.

<<http://cemporcentoskate.uol.com.br/fiksperto.php?id=2835>>, acesso em: 05 jul. 2015.

Documentos impressos

Animal Skate Zine, n. 0, 1989.

Animal Skate Zine, n. 1, 1989.

Method Skate Zine, n. 0, 1989.

Method Skate Zine, n. 1, 1989.

Informativo ABS, n. 1, 1991.

Informativo ABS, n. 2, 1992.

Jornal de Santa Catarina, 26 e 27 de janeiro de 1997.

Revista *100% Skate*, n. 48, março de 2002.

Revista *100% Skate*, n. 107, fevereiro de 2007.

Entrevistas:

Alex Caldeira de Oliveira (21/08/2014).

Vanderlei Serpa (21/08/2014).

Najuí Estrázulas (11/09/2014).

Andreas Peters (12/09/2014).

George Gonçalves (13/09/2014).

Marcio Testoni (06/07/2015).

Recebido: 28 de janeiro de 2016

Aprovado: 12 de março de 2016

Autor/Author:

LEONARDO BRANDÃO <leobrandao@furb.br>

- Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor efetivo da Universidade Regional de Blumenau (FURB), onde atua na graduação em História e no curso de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (PPGDR/FURB). É autor, entre outros, do livro: *Para além do esporte: uma história do skate no Brasil* (Edifurb, 2014).
- PhD in History from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) and is a professor at Universidade Regional de Blumenau (FURB), where he teaches at the Department of History and Geography and in the master's and doctoral course in Regional Development (PPGDR/FURB). He is also the author of the book *Para além do esporte: história do skate no Brasil* (Edifurb, 2014).

A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente*

The historiography of collective trauma and the Holocaust: challenges for the teaching of the history of the present time

La historiografía de trauma colectivo e el Holocausto: desafíos para la enseñanza de la historia del tiempo presente

Francisco Carlos Teixeira da Silva**
Karl Schurster***

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo construir uma análise acerca do debate, hoje crescente, do Ensino de História. Mais especificamente, expandir para a pesquisa acadêmica brasileira, os estudos de um campo relativamente novo, denominado de “pedagogia do ensino dos traumas coletivos”, com ênfase no Holocausto. É latente a necessidade de revisitarmos os currículos, em quaisquer níveis de ensino, adequando-os às demandas sociais de nosso tempo presente. Buscaremos neste texto discutir o papel da instituição escolar, do professor e do material didático enquanto ferramenta de ensino que visa combater as manifestações de ódio presentes tanto na estrutura do Estado, quanto no corpo social. Existe hoje uma crescente necessidade de avaliação do que temos aprendido e, ainda mais, que temos ensinado sobre os eventos traumáticos. De forma especial, na educação brasileira, o ensino de traumas coletivos é tratado, em sua maioria, como nota explicativa em temas mais abrangentes, como o Holocausto em

* Este artigo é fruto da pesquisa Ensino de História de Regimes Autoritários e Traumas Coletivos aprovada pelo edital Ciências Humanas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo edital que apoia a pesquisa da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

** Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. <chicotempo@uol.com.br>

*** Professor do PPG em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE). <karl.schurster@gmail.com>

relação com a Segunda Guerra Mundial. O currículo e os instrumentos pedagógicos disponíveis no Brasil não dão o necessário suporte aos agentes do processo educacional. Desta feita, objetivamos ainda apresentar e problematizar os materiais didáticos do YadVashem, museu responsável pela memória do Holocausto, e a forma como se tem trabalhado o tema em Israel, seus métodos e objetivos. Nesse sentido, utilizaremos como fonte três materiais didáticos, desenvolvidos pelo YadVashem, distribuídos nos diferentes níveis da educação, de acordo com a filosofia espiral de ensino: “*Tommy*”, “*Porque Naftali se llama Naftali*” e “*Cuatro vidas distintas y muy parecidas*”.

Palavras-chave: holocausto; Segunda Guerra; trauma; ensino de História

Abstract: This paper aims to analyze the currently growing debate about the Teaching of History. More specifically, it tries to expand the studies on the “Pedagogy of the Teaching of Collective Traumas” (with emphasis in the Holocaust) in the Brazilian academia. It is latent the need for revisiting curriculums, in any level, adjusting them to the social demands of our present time. We’ll try, in this text, to discuss the performance of the school, the teacher, and the didactic materials while teaching tools that aim to combat hate manifestations present both in State’s structure, and in society. Nowadays there is a growing call for evaluation of what we have been learning and teaching about traumatic events. Especially in Brazilian education, the teaching about collective trauma is treated mostly as a footnote in overarching themes, like the Holocaust in relation to World War II. It’s clear that curriculums and pedagogical instruments available in Brazil don’t give the necessary support for the agents of the educational process. In this way, we aim to show and problematize YadVashem’s didactical materials, the museum responsible for Holocaust Memory, and the manner that the theme has been explored in Israel, its methods and objectives. We will use as source three materials developed by YadVashem, distributed in different educational levels, in accord with the spiraling philosophy of teaching. They are: “*Tommy*”, “*Porque Naftali se llama Naftali*” e “*Cuatro vidas distintas y muy parecidas*”.

Keywords: Holocaust; World War II; trauma; teaching of History

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo construir una analice acerca del debate, hoy creciente, de la Enseñanza de Historia. Más específicamente, expandir a la pesquisa académica brasileña, los estudios de un campo relativamente nuevo, denominado de “pedagogía de la enseñanza de los traumas colectivos”, con énfasis en el Holocausto. Es latente la necesidad de visitar los currículos, en cualquier nivel de enseñanza, adecuando-los a las demandas sociales de nuestro Tiempo Presente. Buscaremos en este texto discutir el papel de la institución escolar, del profesor y del material didáctico como herramienta de enseñanza que busca combatir las manifestaciones de odio presentes tanto en la estructura estatal, cuanto en el cuerpo social. Existe hoy una creciente necesidad de evaluación de lo que tenemos aprendido y, aún más, que tenemos entrenado acerca de los eventos traumáticos. De forma especial, en la educación brasileira, la enseñanza de traumas colectivos es tratada, en su mayoría, como nota explicativa en temas más exhaustivos, como el Holocausto en relación con la Segunda Guerra Mundial. El currículo y los instrumentos pedagógicos disponibles en Brasil no dan lo soporte necesario a los agentes del proceso educacional. En ese sentido, objetivamos aún presentar y problematizar los materiales didácticos del YadVashem, museo responsable por la memoria del Holocausto, y la forma como se tiene trabajado el tema en Israel, sus métodos y objetivos. En este sentido, utilizaremos como fuente tres materiales didácticos, desenvueltos por YadVashem, distribuidos en los diferentes niveles de la educación, de acuerdo con la filosofía espiral de enseñanza: “*Tommy*”, “*Porque Naftali se llama Naftali*” e “*Cuatro vidas distintas y muy parecidas*”.

Palabras clave: Holocausto; Segunda Guerra Mundial; trauma; enseñanza de la Historia

*“Ficar em silêncio e indiferente
é o maior pecado de todos.”*

(Elie Wiesel)

O debate sobre o ensino de História tem-se aberto a novos temas e expandido suas preocupações, abordagens e fontes de forma acelerada nos últimos anos. Muitos são os grupos e núcleos de pesquisas que têm se debruçado sobre novas temáticas, entre elas, o que denominamos “traumas coletivos”. Após o fim da Guerra Fria (1945-1991), no bojo de uma grande vaga de otimismo econômico e político, marcado pela crença num mundo mais pacífico, sem ameaça da aniquilação nuclear e baseado em princípios multiculturais, as temáticas mais trágicas da História pareciam, então, de fôlego curto. No entanto, em pouco tempo, inúmeros conflitos – principalmente guerras intra-estatais com ou sem intervenção estrangeira – marcaram a nova ordem mundial com tragédias que imaginávamos que jamais iriam se repetir. O velho e insuperável brado das paredes do Campo de Concentração de *Dachau*, “*Nie Wieder*” – “Nunca Mais” – pareciam esquecidas e abandonadas. Os massacres na Bósnia (1995), Kosovo (1998) e Macedônia (2001), na própria Europa; ou o Genocídio em Ruanda (1994), além das constantes matanças na África Ocidental e o programado genocídio de Darfur, no Sudão (2003), ao lado da persistência e a permanente reinvenção do antissemitismo (Kiev, 2014, por exemplo, ou nos grupos neonazis alemães e americanos) nos mostraram, desde logo, que a generosa e otimista tese que afirmava: com o conhecimento global sobre o Holocausto não haveria mais espaço para tais fenômenos, era não só infundada como também amplamente equivocada. Já no século XXI, com a existência do Tribunal Penal Internacional e das Cortes de Haia, estabelecidos em 2002, a recorrência dos crimes coletivos, de caráter étnico, de gênero ou religioso, continuam a ser um fato da História. Na vaga da crise perene do Oriente Médio, vários grupos étnicos, religiosos ou de opções sexuais diferenciadas, como os cristãos ortodoxos, assírios e caldeus; os curdos; vários grupos xiitas e palestinos, ou gays e mulheres sob o autodenominado “Estado Islâmico” sofreram, e sofrem, nos nossos dias terríveis ofensas em países como Iraque, Síria, Líbano, Líbia, Chad, Níger, Mali ou Nigéria ou em Gaza – tudo isso sem aludir aos ataques do novo terrorismo de massas, fora do escopo deste artigo. Assim, as observações de Andreas Huyssen e Pieter Lagrou – os dois historiadores que iniciaram a abertura do campo de estudos dos traumas coletivos e da “batalha” em torno da construção de suas narrativas – colocando os genocídios no espaço

“das lutas e batalhas por uma política da memória” (HUYSSSEN, 2003), devem ser revisadas.

Em verdade, tanto no Oriente Médio, nos Bálcãs ou Leste Europeu, bem como na Colômbia, México, Guatemala ou El Salvador a liquidação em massa de pessoas, em especial jovens e de origem indígena, é um processo do tempo presente. Especifica tal afirmação a matança silenciosa, sistemática e crescente, de jovens negros e pobres das comunidades brasileiras, cujos números já ultrapassam a maioria das guerras contemporâneas (dos trinta mil jovens mortos por ano no Brasil – do total de 56 mil assassinatos – 77% são negros) e, mesmo assim, mantém-se como uma “fala mal-dita” (HUYSSSEN, 2014). Assim, não se trata de, tão somente, uma batalha pela memória – centrada na Europa dos anos de 1930 e 1940 -, como quereriam Huysen e Lagrou, mas, da construção da própria “fala” sobre os genocídios em curso e de como “historiar”, onde e como abrir espaço nos estudos históricos, para construir tais narrativas e do seu impacto, o “trauma resiliente”, sobre as comunidades vitimizadas, evitando, desta forma, um tremendo equívoco eurocêntrico. A historiografia do Holocausto deve ser estudada por oferecer exemplos – desde o trabalho da memória “viva” dos sobreviventes, os “testemunhos”, até a construção narrativa do fenômeno e a produção de filmes, peças teatrais e romances, além de monumentos e museus, para um campo fundamental e novo da história dos traumas coletivos.

Junto a essa notável expansão é latente a necessidade de revisitarmos e atualizarmos os conteúdos que integram os currículos da educação básica, seja no nível infantil, fundamental ou médio. Buscaremos neste trabalho dar prosseguimento a essa via teórica e empírica, expandindo para a pesquisa acadêmica brasileira, as experiências de um campo, relativamente novo, denominado de “pedagogia do ensino dos traumas coletivos”, em especial o *Shoah*.

Gitta Sereny, em seu livro, *Trauma Alemão. Experiência e reflexões. 1938-2000*, afirma que foi através de um melhor entendimento sobre o idealismo e a capacidade de uma determinada tirania de perversão dos instintos humanos, que conseguiu chegar a uma definição do chamado “trauma alemão”. Ela deixa bastante clara a importância de aceitar e reconhecer, sem diminuir a “dor dos outros”, de que perda é perda, não importando de que grupo social estejamos tratando. Para ela o estudo do “trauma alemão” estaria diretamente ligado a análise sistemática da natureza do movimento e do regime Nazi e das consequências da ditadura implementada por estes. Portanto, esse “trauma” teria sido

capaz de causar e deixar profundas feridas com as quais as futuras gerações do processo histórico tiveram e ainda têm, para o bem e para o mal, a obrigação de lidar. Quando tratamos especificamente do ensino de história de traumas coletivos, estamos fazendo um pouco do que Sereny nos indica. Procuramos compreender de forma profunda como essas feridas do passado foram causadas e como elas refletem diretamente no tempo presente de determinadas sociedades.

O termo “trauma”, nesse caso, é retirado de seu lugar de origem, a psicanálise, e trazido para a história, no intuito de auxiliar os historiadores na compreensão desse passado que não quer passar. O termo “trauma” deriva na psicanálise de outra expressão, a neurose de guerra, *Kriegsneurose*. Ela mesma já é derivada da categoria neurose traumática, já definida no século XIX pelo estudioso Hermann Oppenheim (1858-1919). O debate sobre essa suposta “afecção orgânica consecutiva a um trauma real” (ROUDINESCO, 1998) foi amplamente retomado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, levando em 1920 a um debate internacional sob o real estatuto da chamada neurose de guerra. A Segunda Guerra Mundial também viria a ser considerado um processo histórico que suscitou debates substantivos sobre os traumas de guerra, tendo sido alvo de investigação de diversos intelectuais que procuraram entender como aquele evento teria sido humanamente possível. Nesse aspecto, os estudos a posteriori viriam a utilizar o pensamento de Freud para compreender em que medida as tragédias oriundas de um sangrento conflito, como o massacre, o genocídio e o extermínio, seriam capazes de induzir em indivíduos, tidos como “normais”, modificações massivas de comportamento (ROUDINESCO, 1998, p. 538). É nesse campo que introduzimos o ensino de história de traumas coletivos, procurando entendê-los como algo específico a uma determinada situação e, em alguma medida, reveladores do que cada sociedade possui de peculiar. Para isso, é fundamental atentarmos ao fato de que ao longo do século XX lidar com esses “traumas” nem sempre foi possível e que, em alguns casos, o esquecimento foi a forma escolhida para lidar com o trauma do passado que se fazia presente. Ensinar sobre traumas coletivos é ensinar sobre processos e situações limites vivenciadas por determinada sociedade e grupos sociais problematizando como esses indivíduos se comportaram diante dessas conjunturas de exceção.

Várias nomenclaturas são hoje utilizadas para tratar do trágico evento iniciado após a Operação Barbarossa: Holocausto, Solução final, *Churban* e *Shoah*. Como para nós, nesse artigo, a questão historiográfica é fundamental, optamos pelo uso do termo hebreu *Shoah*, popularizado

pela película de Claude Lanzmann, homônima. O termo Holocausto provém do grego *Holókauston*, utilizado na tradução grega da bíblia em referência a palavra hebraica *olá*, que designa algum tipo de sacrifício a Deus, onde seria totalmente consumido pelo fogo. Foi utilizado de forma genérica para designar o assassinato de milhões de pessoas durante o regime Nazi e no decorrer da Segunda Guerra. Com o passar do tempo, especialmente na Guerra Fria, também foi utilizado para designar um massacre ou destruição em grande escala de uma determinada população.

O termo Solução final possui variadas interpretações, indo desde uma leitura originária de *Mein Kampf*, escrito principal de Hitler, onde afirmava haver a necessidade de uma “solução para a questão judia europeia” até a reunião de *Wannsee*, presidida por H. Heydrich, onde foi dado o formato da política de extermínio massivo da população judaica, conhecido como *Enslösung der Judenfrage*. A questão central dessa conferência está não só na organização da execução de uma proposta, mas também no entendimento de que através dessa reunião o extermínio dos judeus se torna uma política oficial do regime Nazi. É bastante difícil podermos falar que o plano de solução final apenas tem início em 1942, após Wannsee, tendo em vista que o processo de radicalização progressiva vinha colocando em prática as palavras ditas no texto do *Führer*.

O termo *Churban*, como afirma Leila Danziger, foi amplamente utilizado antes da terminologia Holocausto. Vários sobreviventes, dentre eles Elie Wiesel, afirmaram como era comum o uso da denominação *Churban* entre eles. Ainda segundo Danziger, a palavra significa destruição, e está embutida de diversas conotações religiosas, pois situa o massacre num plano divino. Seria mais preciso o uso do termo Terceiro *Churban*, para quem o quisesse utilizar, pois o mesmo insere o plano Nazi de extermínio dos judeus numa relação direta com as duas destruições do Templo de Jerusalém. Esse termo, caído em desuso, foi sendo gradativamente substituído, mesmo entre a comunidade judaica, pelo termo em hebraico *Shoah*, catástrofe.

É sabido que *Shoah* foi utilizado pela primeira vez num folheto publicado na cidade de Jerusalém, em 1940, pelo Comitê Unido de Ajuda aos Judeus na Polônia, intitulado *Shoah lehudéi Polín*. De forma acadêmica foi utilizado pela primeira vez em 1942 por um historiador da Universidade Hebraica de Jerusalém, Ben-Zion Dinur, fazendo uma referência ao extermínio sistemático do judaísmo europeu. Hoje é o termo academicamente mais difundido entre os historiadores que se

debruçam sobre o tema, tendo em vista que possibilita o entendimento de que o ocorrido com a comunidade judaica não foi parte de um sacrifício, mas sim uma tentativa de aniquilação sistemática de uma população¹.

A partir dos anos de 1970-80 a pesquisa acadêmica impulsionou seus esforços no estudo das relações entre regimes autoritários e a sociedade civil. Os antagonismos historicamente construídos acabam por transformar a sociedade em uma *massa* de vitimizações, como se fosse possível, dividir a sociedade, tal como no conto de aventura de Calvino (1996), entre bons e maus, onde sempre existe o oprimido e o opressor, a vítima e o algoz. Essa perspectiva dicotômica nega que a construção desses regimes foi, em alguma medida, produto social (ROLLEMBERG, 2010).

Interessamo-nos, desta feita, por uma instituição em especial e seu impacto sobre as sociedades: o papel da escola, dos textos e instrumentos didáticos, e como eles têm sido utilizados na formação educacional das crianças e jovens. Temos exemplos históricos, com um viés estreito entre a política e a disciplina da História, e o seu ensino, como no caso do *Shoah* na(s) Alemanha(s) e a persistência dos (neo)fascismos ou sua ressurgência (malgrado os planos didáticos postos em prática logo depois da II Guerra Mundial) e, em outro corte cronológico, as experiências em curso nos casos das ditaduras Civis-Militares recentes, como no Brasil e na Argentina; no regime racista do *Apartheid* na África do Sul e no debate sobre o ensino do *Shoah* e do *Nakbah* em Israel e na Palestina.

Princípios de fascistização ainda são possíveis de serem encontrados em muitas das instituições presentes tanto na estrutura do Estado (parte do aparato policial é um forte exemplo disso), quanto no corpo social (o caso do site e movimento xenófobo brasileiro Homem de Bem). Isso nos leva a um repensar sobre o que ensinamos e o que aprendemos nas escolas. Certa vez, o historiador francês Marc Ferro, nos alertou para o fato de que boa parte do que conhecemos e identificamos como História nos foi ensinado quando éramos crianças (FERRO, 1983). Esta (re)avaliação passa, necessariamente, pelo papel desempenhado pelo professor (a incluir a formação desses profissionais), pelo material didático disponível, e pelo debate de como se introduz nas escolas, em quaisquer níveis, o ensino de História de eventos traumáticos. A filósofa Marcia Tiburi, afirma que a

¹ Para mais informações ver: Danziger (2007), ver também: *Encyclopedia of the Holocaust* (2000).

aniquilação de certa ideia de sociedade, do senso do social, é sustentada no tipo de subjetividade fascista. A aniquilação da política é a aniquilação do social que precisa ser introjetada pela pessoa concreta, ela mesma cancelada como ser social. Seria necessário desenredar as amarras que sustentam o ódio delirante no qual ele foi envolvido como indivíduo quando acreditou que neste afeto residiria a verdade de sua experiência (TIBURI, 2015, p. 32).

É nesse ponto que a escola assume um papel fundamental: o de colocar um freio nessa “máquina de produzir fascistas”, nessa incessante disseminação do ódio como algo natural e acabado, como se todos fossemos capazes de imprimir ao outro o ódio que um soldado em guerra possui por seu inimigo, mesmo que jamais tenha convivido com ele, ou mesmo tenha realizado o princípio fundamental da não guerra, a política, o diálogo, a abertura necessária para entender o outro. Por mais que tenhamos acompanhado o avanço no que concerne a expansão dos estudos acerca da temática da educação, a operacionalização desses estudos ainda se tem feito de forma bastante lenta. Constitui-se, a título de exemplo, como dificuldade aos professores da rede básica de ensino, os enrijecidos currículos que levam o professor a tratar, como nos mostra Yehuda Bauer, a História acerca dos grandes filósofos e generais, negando a devida atenção aos assassinatos massivos desde toda a História.

Helena Lewin (2008), coordenadora do programa de estudos judaicos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, constrói uma análise de como é apresentado o conteúdo do holocausto nos livros didáticos, ressaltando que, quando não inexistente, limita-se a uma nota de rodapé na abordagem da Segunda Guerra Mundial, não abarcando todos os aspectos inerentes ao tema. O Holocausto é um dos temas mais estudados e pesquisados em todo o mundo, sua condição de refletir sobre a condição humana, sob o que fomos e somos capazes de fazer o tornaram universal, mesmo dentro de suas singularidades.

Quando tratamos de falar da importância de ampliar o estudo sobre o ensino de História dos regimes autoritários, ainda mais na vertente dos traumas coletivos, estamos travando uma luta não só pela memória, mas também auxiliando para fomentar nas novas gerações aquilo que o *Holocaust Memorial Museum* dos Estados Unidos possui como um lema: *never again*, nunca mais. Se um dos temas mais estudados do mundo ainda é tratado no material didático, ou de ensino, especialmente no Brasil, como uma *footnote* ou um apêndice da Segunda Guerra Mundial, o que

podemos dizer de temas tão sensíveis quanto, ainda mais esquecidos, negligenciados por esses materiais, como o *Nakba* Palestino e mesmo o *Apartheid* na África do Sul.

Na América Latina, a superação, compreensão e análise de seu passado recente, de suas experiências autoritárias tornaram-se largamente decorrente do papel das diversas “comissões da verdade”, sejam ainda de “Justiça” e de “Reconciliação”. A dúvida persistente reside na capacidade da sociedade em criar mecanismos pedagógicos capazes de impedir a repetição de fenômenos de autoritarismo e de ódio, através de uma explicação rigorosa, adequada e ao mesmo tempo de consistência pedagógica para o fenômeno dos processos ditatoriais no continente. No caso alemão, antes citado, malgrado o enorme esforço de desnazificação da escola, logo depois de 1945, e mesmo do impacto de maio de 1968, a escola mostrou-se incapaz de oferecer às novas gerações condições críticas de superação da sedução do nazismo e do extremismo, permitindo a emergência de uma larga faixa de jovens fascinados pelo extremismo racista e o cultivo do ódio².

A grande questão sobre o papel da escola no ensino das ditaduras e regimes de ódio se coloca, desta forma, perante os insucessos ocorridos em países – como Alemanha, Itália, Áustria e Espanha – onde, malgrado a excelência das condições escolares, o ensino, os currículos e os recursos pedagógicos não foram suficientes para formar uma nova juventude crítica e desvinculada de brutais atos de racismo e de violência, simbólica e física, contra o outro. Nas ruas, nos estádios de futebol, nos bares e mesmo em ambientes de trabalho, multiplicam-se atos de racismo e de exclusão³.

Daí a relevância, crucial, dos estudos e debates sobre o papel da escola e do ensino da História contemporânea, no tocante às ditaduras modernas e seu caráter de ódio ao outro, e a questão central que se coloca: estamos nós mesmos, no Brasil, construindo recursos pedagógicos necessários para a construção de uma convivência, presente

² Para o debate do papel da escola, e seu possível fracasso perante a ressurgência do ódio racista e no neonazismo entre uma parcela relevante de jovens alemães, ver o filme: “*Heil Hitler, Herr Lehrer!*” (Salve, Hitler, Senhor Professor!), de Peter Liska (Alemanha, 2010), derivado do livro, de mesmo nome – *Heil, Hitler, Herr Lehrer: die Kindheitunterdem Hakenkreuz, 1933-1939*, organizado por Jürgen Keindienst, Frankfurt, JKL, 1985.

³ Ver artigo de *El País*: “Cerca de 26% dos judeus europeus dizem ter sofrido preconceito por causa de sua religião”, 6/05/2014, Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/05/sociedad/1401978023_851631.html>. Por outro lado, os atos de racismo contra negros, “beurs”, pardos, até mesmo contra jogadores de futebol célebres e em campo, multiplicam-se com extrema frequência e quanto seus perpetradores são identificados, nos surpreendemos com a extrema juventude dos mesmos.

e futura, fraterna e despida dos tremendos efeitos nefastos do racismo e da negação do outro? Conseguiremos superar, debater criticamente, o que já foi denominado de fascínio (*die Schöneschein*) (REICHEL, 2001) de uma cultura da violência e da rejeição ao outro nas nossas escolas?

Claro está que não apenas os currículos e instrumentos pedagógicos disponíveis para os professores resolverão, de *per si*, tais questões. O próprio estado geral da educação básica no Brasil, com seu ônus nas séries iniciais de alfabetização, é um elemento de incapacitação crítica, um óbice ao processo educacional como ato emancipatório, como queria Anísio Teixeira. De igual feito, continuar a enquadrar os perpetradores como um contingente de indivíduos que apresentavam distúrbios psicológicos, gera a premissa que estes não são provenientes de suas faculdades mentais, e, portanto, o *Shoah* não possui explicações humanas. Para Israel Gutman (2003), as participações de muitos indivíduos nas ações de extermínio são explicadas basicamente pela propaganda permanente do Terceiro Reich. Quem as executou estava movido por um ódio violento, pela não aceitação do outro, por uma utopia que hierarquiza a raça humana.

Assim, buscamos na escola – e para repetir uma expressão de Anísio Teixeira – nas suas falhas e omissões, possibilidades de continuidade e ressurgência do ódio racial, de classe, de grupo, de gênero e contra todos que se identifiquem, intencionalmente ou não, como um “outro” existencialmente diverso, o chamado, por Peter Gay (1996), o “outro conveniente”. Os exemplos contemporâneos se multiplicaram nos últimos anos: contra negros, mulheres, gays, ciganos, nacionais emigrados ou em busca de refúgio político e econômico. Mesmo no campo dos esportes de massa, em especial no futebol, a multiplicação dos atos de racismo – nem sempre enfrentados com o rigor necessário pelas autoridades responsáveis – e, muitas vezes, perpetrados por jovens, mostraria no âmbito da crise econômica global (com o brutal desemprego e frustração coletiva), uma grande falha no ensino da História contemporânea, em particular, e da escola em geral no tocante ao ensino dos traumas coletivos.

O trabalho desenvolvido por Nilton Mullet Pereira e Ilton Gitz, *Ensinando sobre o holocausto na escola*, primeiro livro publicado no Brasil acerca do tema, se funda com o objetivo norteador de pensar essas questões. Como o Holocausto se apresenta enquanto um evento da História da humanidade, e um mecanismo de ensino que visa contribuir para que os atos de intolerância, preconceito, humilhação e violência

tenham cada vez menos espaço na sociedade. Os autores abordam problemas históricos, tais como o da legitimação da violência e da escrita da nossa própria História, em particular a ditatorial, ressaltam, contudo, que se esses problemas persistem é fruto de um Estado que não os coloca como pontos centrais a serem resolvidos, mas ainda, da própria sociedade, que não os considera importante o suficiente e acabam por legitimar a violência. (GITZ; PEREIRA, 2014, p. 7-9). Contudo, o livro ainda se apresenta como material extremamente básico, sem discussões atualizadas, ou mesmo profundas, sobre o tema.

Os amplos debates oriundos dos 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964 permitiram uma nova vaga de publicações, altamente especializadas, sobre a natureza do regime instalado no Brasil. Uma grande ausência, no entanto, emerge nas relações entre a pesquisa acadêmica, em especial de caráter pós-graduado, e o ensino ministrado, os recursos pedagógicos em vigor nas escolas brasileiras. Concomitantemente, a emergência, em Israel, de um forte debate sobre o ensino⁴ – nas escolas básicas, incluindo aí as questões de saúde, segurança e de comportamento emocional de crianças, pré-adolescentes e adolescentes – sobre o *Shoah* provocou um forte debate na sociedade israelense (IMBER, 2014). Da mesma forma, as lideranças palestinas em Israel e nos territórios palestinos, colocaram a questão do ensino e dos recursos pedagógicos do *Nakbah* (KASHTI, 2014).

De certo, a carga emocional com a qual, tanto o professor quanto o aluno, precisam lidar é grande. O risco de se envolver emocionalmente com o tema é real. A quase inexistência de material didático que forme ambos os agentes desse processo se caracteriza enquanto empecilho na introdução do tema na escola, no entanto, o dever da memória sobre o papel da educação e de seus métodos após o Holocausto precisam ser discutidos⁵, tendo em vista que esse fenômeno funda uma nova cosmovisão acerca de valores tanto morais quanto jurídicos. Assim, como colocado por Theodor Adorno, é na criança, na primeira infância, que precisamos impulsionar a negação do fascismo. É na formação do seu caráter que se compõe a possibilidade de seu retorno, de seu existir. É

⁴ Em 2000 na cidade de Estocolmo, na Suécia ocorreu o Fórum Internacional sobre Educação, a Pesquisa e a Memória do Shoah com o intuito de criar uma força de intervenção, 'task force' com o objetivo de promover o ensino sobre o tema em diversos países. Estados Unidos, Suécia, França, Itália, Polônia, Holanda, Alemanha, Israel e Inglaterra, reuniram diversos especialistas na área, além de diplomatas e instituições não governamentais para auxiliar outros países no ensino. A intenção macro dessa reunião era auxiliar na formação de professores e consequentemente na formação de uma nova geração que tivesse conhecimento sobre o tema. Desde então vários outros países aderiram ao projeto, alguns, inclusive transformando em obrigatório o ensino de História do Shoah.

⁵ Para mais informações ver: Huyssen (2000), ver também, Huyssen, (1995).

preciso conscientizá-las dos mecanismos que permitiram a regressão educacional, criar condições para a negação de seu retorno, ao passo em que se estabelece conceitos de multiculturalidade e de respeito ao outro. Nesse sentido, adverte-nos o filósofo, a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação.

Ainda assim, duas assertivas devem ser combatidas quando se fala do extermínio massivo dos judeus na Europa. A expressão de Adorno, “é impossível falar de poesia depois de Auschwitz” e a assertiva de Israel Gutman afirmando que o “Holocausto é um evento que se nega a ser História”. Por mais importantes e contextualizadas que sejam essas afirmações, ambas possuem problemas centrais que mais auxiliaram na cristalização do tema do que na apresentação dele como uma questão a ser debatida socialmente. Adorno construiu uma redoma sobre o tema com essa afirmação, como se o *Shoah* fosse um fenômeno tão forte que seria quase inexplicável. Se não mais somos capazes de explicar o mundo depois do *Shoah* então esse evento se torna além dos limites da compreensão humana, o que nos impossibilita de entendê-lo como humano e como fruto de pessoas comuns que foram capazes de transformarem-se em assassinos coletivos chegando ao ponto mais alto de sua razão, a negação do outro. É justamente por estar dentro do campo das ações humanas que o *Shoah* é um fenômeno compreensível, mesmo que por muitas vezes pouco explicável e jamais justificável.

Algo parecido acontece com a fala do historiador Israel Gutman. A ideia de Gutman foi dizer que o *Shoah* é um fenômeno que não pode e não deve ser esquecido, com isso, seria um fenômeno que se nega a ser História. Aqui jaz um equívoco fulcral. É justamente por ser História, por ser histórico por natureza e por estar dentro de uma cadeia de historicidade que não será esquecido. Foi a História e o trabalho de historiadores e outros intelectuais e artistas que deram a esse fenômeno um caráter trans-histórico, uma capacidade de ser atemporal, de pertencer a humanidade, por se tratar de uma questão demasiadamente humana.

Acreditamos, por esta via, que a escola deve desempenhar um papel central no debate da sucessão de crimes, individuais, massivos, sequenciais ou coletivos, baseados no ódio de tipo variado, que embora já vivido coletivamente como barbárie, ainda assim repetem-se com frequência. Em alguns casos, como nos Estados Unidos (mas, também já ocorrido no Brasil), a própria escola é o palco de tais atos de *massmurder*. Cabe, em grande parte à escola, esta “fábrica de democracia” (TEIXEIRA, 1997, p. 168) pesquisar, debater e ensinar, no campo da História (em estreita cooperação com as demais disciplinas, em especial a língua portuguesa,

a sociologia e a filosofia com suas conceituações e seus esforços de clarificar a vivência cotidiana) a diversidade, evitando e amenizando, a multiplicação de sintomas, atos e comportamentos permanentes de discriminação e ódio, muitas vezes envoltos num simples e brutal desenho de retorno a um passado já vivido como trauma.

Nos vários jogos de futebol, tanto na Inglaterra, quanto na Espanha (mas, também no Brasil e no Peru) ampliaram-se as manifestações racistas, atingindo jogadores de futebol. De uma forma geral, mesmo os governos de centro, como a Democracia-Cristã na Alemanha, ou o governo do Partido Socialista, na França, assumiram (em vista a conquistar votos da centro-direita) duras posições sobre a imigração, asilo de refugiados ou livre circulação de estrangeiros no chamado Espaço *Schengen*.

Por sua vez, a ampla crise econômica de 2008, ainda em curso no mundo, atingiu alguns países, em especial a Europa – Portugal, Espanha, Grécia, Itália, França entre outros... – de forma bastante perversa. A principal evidência da crise dá-se no aumento brutal do desemprego, em especial no desemprego juvenil. Tal situação espelhou-se de formas variadas – e cabe aqui um grande debate sobre as relações entre desemprego e radicalização dos atos, manifestações (e pior de tudo) do voto na ressurgência dos movimentos fascistas. Assim, a eleição europeia de maio de 2014, implicou na substantiva votação em partidos como o *Front Nationale*, na França, e o Aurora Dourada, na Grécia, aumentando sensivelmente a bancada desses partidos⁶.

Não acreditamos que esses partidos, inclinados para a ressurgência de um tipo de fascismo, tenha de fato forte capilaridade dentro do continente europeu, contudo, eles apresentam um alerta constante do que a falta de espaço para o diálogo, para o exercício supremo da política, é capaz de promover. Tanto o *Front Nationale* quanto o Aurora Dourada, guardada suas devidas diferenças, são mais do que partidos políticos, são, em verdade, a expressão do ódio como política, como forma institucional de negação da alteridade.

A temática dos fascismos, e das ditaduras contemporâneas, parecia, entre 1960 e 1980, exaurida em seus aspectos gerais⁷. Grandes obras,

⁶ Para os resultados das eleições europeias de 2014, ver: Parlamento Europeu. Disponível em: <<http://www.elections2014.eu/pt>>. Acesso em: 30 maio 2014.

⁷ Foi logo em seguida a esse período, para ser mais preciso entre 1986 e 1987 que se deu a chamada “querela dos historiadores alemães” onde foi amplamente debatida a questão da historicização do Nazismo. Há algumas compilações desse debate em livro no qual destacamos uma edição acessível ao mundo ibérico e latino Americano: Mann, Nolte e Habermas (2012).

de caráter geral e, no mais das vezes profundamente estruturalistas, ocupavam o espaço central da discussão. Tratavam-se de obras de ampla abrangência, dando conta de uma espécie de “História geral” dos fascismos e das ditaduras, algumas das quais convertidas em cânones da História do *Shoah*. Esse era o caso de presenças como Ernst Nolte (nascido em 1923, responsável por uma ampla obra sobre o nazismo e o desencadeador, em 1986, da chamada “Querela dos Historiadores”), Renzo de Felice (1929-1996) e, em outra chave de análise, sob um rigoroso e austero marxismo, Nicos Poulantzas (1936-1979). E, em fim, havia ainda um outro conjunto de trabalhos, bem mais mergulhados no debate filosófico da natureza dos fascismos (e do stalinismo), do que exatamente com a preocupação histórica, advinda da chamada “Escola do Totalitarismo”. Originada inicialmente por oponentes do fascismo, como Giovanni Gentile (1875-1944) e Hermann Rauschning (1887-1982) e esposada, com ardor, por brilhantes pensadores como Carl J. Friedrich (1901-1984) e Hannah Arendt (1906-1975), a explicação “totalitária” foi largamente hegemônica durante a Guerra Fria⁸. Este era um conjunto de obras marcantes e que, de forma muito ampla, balizavam os estudos dos fascismos.

Cada um destes autores contribuiu de forma original para compreensão do fenômeno fascista. Contudo, a virada intelectual e temática dos anos de 1970-80, bem como a dinâmica social e política do pós-Guerra Fria (1991), viria a mudar, significativamente, o quadro de estudos e análises. Inúmeros e sérios questionamentos, em especial no campo específico da História – de seus objetos, métodos e fontes, para além de um debate político marcado pela Guerra Fria –, iriam emergir, tornando as explicações globais e acabadas questionáveis. Devemos insistir que o fim da Guerra Fria, entre a derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso da URSS, em 1991, foi um momento crucial para a reinvenção deste debate⁹. Mas, de qualquer forma, antes disso, em 1986, a chamada “Querela dos Historiadores”, já havia “reaberto” o

⁸ A íntima relação entre a teoria do totalitarismo e as políticas norte-americanas fica explicada na obra assinada por Carl Friedrich com o importante estrategista norte-americano Zbigniew Brzezinski, um importante formulador da chamada “Segunda Guerra Fria” (entre 1979 e 1989) e ex-chefe do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Ver: Friedrich (1956).

⁹ Não só novos arquivos e locais de memória foram abertos para a pesquisa nos países do Leste e na Alemanha, como ainda, de forma paradoxal, o fim do socialismo real foi marcado por uma verdadeira explosão de movimentos fascistas na Alemanha, incluindo com o assassinato de migrantes e estrangeiros, como no caso do grupo denominado “*National sozialistische Untergrund*”. Para um debate sobre o neonazismo alemão ver: TEIXEIRA DA SILVA. Carta Maior, 24/01/2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>.

debate, mostrando fragilidades da literatura até então voltada para os fascismos¹⁰.

Assim, os novos temas sintetizados na referida expressão “construção social dos regimes autoritários” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010), merecem uma ampla e renovada atenção, com ênfase em questões resumidas em “participação, colaboração, resistência”. Da mesma forma, os temas instigantes sobre a trajetória colaboracionista, “atentista” ou resistente das instituições e grupos sociais – homens, mulheres, instituições como sindicatos, organizações culturais e grupos como médicos, juízes, empresários e grupos fragilizados de gênero, como mulheres ou gays, merecem ampla atenção hoje.

Da mesma forma, outros indivíduos, de tipo exatamente oposto, quer dizer de sucesso, grande mobilidade social e geográfica e com níveis de fortuna elevados, como jogadores de futebol, são altamente hostilizados. Estas “outras Histórias” tornaram-se possíveis. Devemos também ter em mente, virtude da emergência, no pós-1968, de novas correntes historiográficas voltadas para os movimentos feministas, LGBTTS e libertários em geral. Algumas destas vítimas, como os ciganos, ainda enchem, na Europa comunitária de hoje, vagões de trens de deportação, enquanto outros grupos, como os refugiados políticos e econômicos sofrem fortes ataques de grupos ressurgentes do fascismo¹¹.

Acreditamos que tal “renovação” das temáticas da História, indubitavelmente tributárias de maio de 1968, foram potencializados depois dos processos de crise do socialismo real e de aprofundamento do processo de Globalização, tendo como ponto de partida os grandes acontecimentos de 1989 e 1991. A ressurgência dos grandes genocídios de massa, como na Bósnia (1992), Kosovo (1996-1999), Darfur (2003), ou os Campos da Morte do Camboja (de 1976 até 1979 em seu auge) e o brutal genocídio de Ruanda (1994), por exemplo, mesmo depois de todos os esforços de educação depois do *Shoah*, impuseram graves revisões da temática clássica dos genocídios.

¹⁰ Devemos destacar, ainda, a persistência do colonialismo narrativo e educacional vigente em alguns países e sua relação seminal com o racismo. Daí se destaca a legislação francesa sobre educação, surpreendentemente recente, que impôs aos currículos escolares franceses, através de seu Artigo 4, o ensino “o papel positivo da colonização francesa nas regiões ultramarinas do império francês”, em 25 de fevereiro de 2005. Assim, colonialismo e racismo guardam, mesmo nos currículos, um forte papel de retro-alimentação. Ver: <<http://www.cesbc.org/Texes/Ce%20que%20nos%20enfants%20doivent%20savoir%20au%20sujet%20de%20la%20colonisation.pdf>>.

¹¹ Para mais informações acerca do ensino da Segunda Guerra Mundial no Japão consultar a obra: DA SILVA, Marina Magalhães Barreto Leite. *KIOKU: a memoria da Segunda Guerra no Japão*. Curitiba: Prismas, 2015.

A “Justiça” de Nuremberg e seus tribunais conexos, na Polônia, URSS, Itália, França e mesmo o Julgamento de Eichmann em Jerusalém (além do Tribunal de Tóquio), produziram, durante quase quatro décadas, um certo sentimento de apaziguamento e de conforto perante os traumas coletivos, sua pesquisa e seu ensino na História. Contudo, de forma larvar, em especial em países com graves deficiências no ensino da História (como na Alemanha Oriental e Ocidental, até 1991; no Brasil e no Japão¹² até os nossos dias), deu-se a negação ou um aparente “esquecimento” do passado recente e de seus traumas. Boa parte de dados aterrorizadores sobre matanças massivas, sequenciais, seletivas e de sua impunidade (como no caso do Brasil, com 164 assassinatos por dia, cinco dos quais provavelmente cometidos pela polícia¹³), permanecessem impunes.

Os atos, brutais, de mortes sequenciais impunes, imediatos ao fim das ditaduras, como no caso da Anistia que atingiu torturadores no Brasil, consolidam a sensação e a prática da impunidade entre entes e corpos sociais e profissionais atingidos por formas complexas de negação da alteridade, chegando ao ponto de caracterizar “nichos” de microfascismo no interior de sociedades liberais-representativas¹⁴. A mentalidade coletiva, moldada pela violência endêmica, pelo medo perante a “autoridade” e a ausência de uma Justiça atuante, deriva largamente de falhas na construção da cidadania, o que nos leva ao exercício pedagógico de refletirmos sobre o que temos aprendido com as “lições” da História, e, ainda mais importante, o que temos ensinado. Permite-se, então, a construção de tipos (e contra tipos) clássicos do “outro” conveniente, seja o negro, o pobre, o gay ou o emigrante são construídos como alvos potenciais de ódio coletivo (GAY, 1996).

Todas estas experiências implicam na reabertura, ampla, do debate sobre a necessidade de um retorno ao Holocausto, sua natureza, sua História, mas também a forma de como tem sido ensinado nas escolas de formação de nível básico. Assim, ao começar a segunda década do

¹² Para mais informações acerca do ensino da Segunda Guerra Mundial no Japão consultar a obra: DA SILVA, Marina Magalhães Barreto Leite. *KIOKU: a memória da Segunda Guerra no Japão*. Curitiba: Prismas, 2015.

¹³ *El País* (edição brasileira): “Polícia brasileira mata cinco pessoas a cada dia”, 27/02/2014. Ver, ainda, “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro/Anistia Internacional”. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. E, ainda, Waiselfisz, J. J. Mapa da violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo. Brasília: FLACSO/UNESCO, 2015.

¹⁴ Brasil tem 11% dos assassinatos do mundo, diz ONU; Norte e Nordeste lideram. In: *UOL*, 10/04/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/04/10/brasil-tem-11-dos-assassinatos-do-mundo-diz-onu-norte-e-nordeste-lideram.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

século XXI, uma imensa literatura sobre a natureza do Holocausto, obrigou a reabertura dos debates sobre como foi constituído esse extermínio e quais suas bases sociais. Participação, colaboração e resistência polarizam o debate sobre as temáticas, bem como sua setorização em termos de História social comparada, com a emergência de trabalhos específicos sobre atuação de grupos e instituições durante a implementação do Holocausto. Entretanto, como já constatado, questões como o ensino e a construção das condições pedagógicas para a História do *Shoah* continuam pouco frequentadas entre nós.

Israel e o ensino de História do *Shoah*

O *YadVashem*, instituição formada em 1953, tem por objetivo “proteger a memória do passado e dá seu significado ao futuro”, para tanto, atua em quatro pilares: comemoração, investigação, documentação e educação. Cada um dos pilares mencionados possui um mecanismo de funcionamento que, mesmo movidos pelo mesmo intuito, atuam de forma diferenciada. No tocante ao pilar da comemoração, foi criada, em 1961, a sala de recordação do Holocausto, no piso de mosaico se encontram gravados os nomes de 22 campos de extermínio nazista mais notórios, simbolizando os tantos campos de concentração, transição e extermínio espalhados pela Europa. Foram criados outros monumentos neste pilar, como a praça do gueto de Varsóvia, a coluna de heroísmo e o monumento à memória das crianças.

O *YadVashem* é, desde tenros tempos, mais do que uma memória em pedra. Não está associado apenas a um monumento, pois agrega junto um Instituto de Pesquisa para salvaguarda de documentos, em especial dos judeus do Leste da Europas acometidos pela perseguição do Terceiro Reich e seus súditos. Segundo Georges Friedman:

Segundo a lei que criou o criou, o *Yad Vashem*, também deve, frustrando o desígnio (chamado por Hitler de ‘solução definitiva da questão judaica’) de suprimir a ‘raça maldita’ da superfície do planeta, fazer reviver o nome de cada homem, mulher e criança morto durante esse período: ‘reunir na Terra dos Ancestrais a lembrança de todos os membros do povo judeu que pereceram [...] e perpetuar sua memória’ (FRIEDMANN, 1965, p. 224).

No que concerne a documentação, muitos dos depoimentos de sobreviventes, ou mesmo de documentação encontrada após a abertura dos campos, a citar ainda o livro “*É isto um homem?*”, de Primo Levi,

demonstram a necessidade de contar aos outros, de tornar os outros conhecedores do *Shoah*. É com essa responsabilidade que o acervo do *YadVashem* documentou, até o momento, 72.000 milhões de páginas, 300.000 fotografias e 23.000 objetos. Além disso documenta testemunhos de sobreviventes, muitos dos quais utilizados no julgamento de Eichmann. O sítio eletrônico se constitui, portanto, como um importante mecanismo de difusão desse material coletado, auxiliando pesquisadores em todo o mundo, tendo em vista sua difusão em 7 idiomas. Ligado a esse pilar está ainda a investigação, que em 1993 se estabeleceu como Instituto Internacional para Investigação do Holocausto, criado pelos professores Israel Gutman e Yehuda Bauer, a escola centra sua investigação na memória da vítima e já produziu numerosos trabalhos importantes desde sua criação, a citar a enciclopédia dos justos das nações, a enciclopédia das comunidades e a enciclopédia dos guetos.

A *International School for Holocaust Studies* é a escola responsável pela produção, publicação e difusão do material de ensino, fundada no ano de 1993, 40 anos após a formação do *YadVashem*, é a instituição responsável pelo pilar da educação. Realiza a construção de materiais didáticos que auxiliem no ensino, visando à multidisciplinaridade. A pergunta central para a construção do material é: “Como os indivíduos viviam antes, durante e depois do Holocausto?”. A estrutura dos livros é construída partindo da necessidade de fazer com que a sociedade tome conhecimento da História do *Shoah* e dos traumas gerados por esta História. Entre os principais objetivos educativos da escola está o dever da memória, *educar para que o Holocausto nunca mais se repita*. A partir de 2013 o Estado de Israel incorpora a filosofia do *YadVashem* ao currículo oficial e, desde então, este programa atende desde o ensino primário até o secundário.

A Escola se propõe a pensar questões como a singularidade ou a universalidade desses eventos, seus impactos sobre as sociedades que o cercam e entender como esses fenômenos, altamente ligado ao princípio de negação da alteridade, continuam a existir, mesmo com o mundial discurso do “*nunca mais*” anunciado pela comunidade internacional no pós-Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Ora Goldhirsh (2008), do departamento de educação pré-escolar do *YadVashem*, a necessidade de iniciar o ensino do tema ainda no jardim da infância está em dois aspectos: 1) Na identificação e memória coletiva do povo judeu e da humanidade; 2) Na exposição a qual as crianças estão envolvidas desde cedo, a começar pelo dia de recordação do Holocausto.

obras não permitidas eram escondidas dos oficiais alemães para evitar, acima de tudo, as duras repressões e castigos quando eram descobertas. Leo Haas, único sobrevivente do grupo de artistas que trabalhou com Bedřich Fritta, afirmou certa vez que os terríveis momentos no gueto o empurraram a uma busca constante de oportunidade para documentar o máximo possível todos os acontecimentos:

Quando desenhávamos estávamos expostos ao perigo e tínhamos que ter muito cuidado. Devíamos encontrar um esconderijo para que os SS não os vissem, de forma geral o encontrávamos no sótão e depois saíamos e nos confundíamos no meio da multidão (HAAS, 2010, p. 10).

A mãe de Tommy, Henzi, faleceu em 1944 de tifo e a esposa de Leo Haas cuidou de Tommy até a liberação do campo em 1945. Os artistas foram levados do campo no final de 1944 e deportados para um campo de extermínio. Esse seria o fim do pai de Tommy. Leo Haas, o único sobrevivente, dentre os artistas, ao voltar do campo de Auschwitz, juntamente com sua esposa Arna, adotou Tommy. Após sua libertação, Haas, volta a Terezín para tentar resgatar seus desenhos e do seu amigo Fritta. Nessa busca, encontrou um grupo de desenhos que tinha sido escondido em um buraco na parede. Esse era o álbum que Fritta tinha feito para Tommy no seu aniversário de três anos. Seu pai adotivo, Hass, encadernou os desenhos, guardou e os entregou a Tommy no seu aniversário de dezoito anos. Através de contatos com amigos em Jerusalém, Tommy cedeu os direitos dos desenhos para a Escola Internacional de Estudos do Holocausto do *Yad Vashem*, que de pronto, preparou e assegurou a publicação de um material específico para crianças, traduzido a vários idiomas.

O material de ensino é composto por um box que possui os 52 desenhos numa ordem específica, as imagens num livro integral que facilita o manuseio pelos alunos, e um manual para professores que busca trabalhar a obra com suas variadas possibilidades através da faixa etária pretendida, procurando ampliar e aprofundar a discussão do livro conforme os anos escolares vão evoluindo. Há no manual do professor um histórico tanto do livro quanto da família Fritta e a singularidade do livro como instrumento educativo, através da apresentação de possíveis temáticas a serem trabalhadas pelo professor. Em seguida, é apresentado desenho por desenho com legendas e propostas de atividades. Todo o processo segue a lógica da pedagogia educativa do *YadVashem*. A indicação de que Tommy deve ser explicado às crianças menores como um conto de um menino de três anos, buscando a identificação, por

A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente*

The historiography of collective trauma and the Holocaust: challenges for the teaching of the history of the present time

La historiografía de trauma colectivo e el Holocausto: desafíos para la enseñanza de la historia del tiempo presente

Francisco Carlos Teixeira da Silva**
Karl Schurster***

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo construir uma análise acerca do debate, hoje crescente, do Ensino de História. Mais especificamente, expandir para a pesquisa acadêmica brasileira, os estudos de um campo relativamente novo, denominado de “pedagogia do ensino dos traumas coletivos”, com ênfase no Holocausto. É latente a necessidade de revisitarmos os currículos, em quaisquer níveis de ensino, adequando-os às demandas sociais de nosso tempo presente. Buscaremos neste texto discutir o papel da instituição escolar, do professor e do material didático enquanto ferramenta de ensino que visa combater as manifestações de ódio presentes tanto na estrutura do Estado, quanto no corpo social. Existe hoje uma crescente necessidade de avaliação do que temos aprendido e, ainda mais, que temos ensinado sobre os eventos traumáticos. De forma especial, na educação brasileira, o ensino de traumas coletivos é tratado, em sua maioria, como nota explicativa em temas mais abrangentes, como o Holocausto em

* Este artigo é fruto da pesquisa Ensino de História de Regimes Autoritários e Traumas Coletivos aprovada pelo edital Ciências Humanas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo edital que apoia a pesquisa da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

** Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. <chicotempo@uol.com.br>

*** Professor do PPG em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE). <karl.schurster@gmail.com>

relação com a Segunda Guerra Mundial. O currículo e os instrumentos pedagógicos disponíveis no Brasil não dão o necessário suporte aos agentes do processo educacional. Desta feita, objetivamos ainda apresentar e problematizar os materiais didáticos do YadVashem, museu responsável pela memória do Holocausto, e a forma como se tem trabalhado o tema em Israel, seus métodos e objetivos. Nesse sentido, utilizaremos como fonte três materiais didáticos, desenvolvidos pelo YadVashem, distribuídos nos diferentes níveis da educação, de acordo com a filosofia espiral de ensino: “*Tommy*”, “*Porque Naftali se llama Naftali*” e “*Cuatro vidas distintas y muy parecidas*”.

Palavras-chave: holocausto; Segunda Guerra; trauma; ensino de História

Abstract: This paper aims to analyze the currently growing debate about the Teaching of History. More specifically, it tries to expand the studies on the “Pedagogy of the Teaching of Collective Traumas” (with emphasis in the Holocaust) in the Brazilian academia. It is latent the need for revisiting curriculums, in any level, adjusting them to the social demands of our present time. We’ll try, in this text, to discuss the performance of the school, the teacher, and the didactic materials while teaching tools that aim to combat hate manifestations present both in State’s structure, and in society. Nowadays there is a growing call for evaluation of what we have been learning and teaching about traumatic events. Especially in Brazilian education, the teaching about collective trauma is treated mostly as a footnote in overarching themes, like the Holocaust in relation to World War II. It’s clear that curriculums and pedagogical instruments available in Brazil don’t give the necessary support for the agents of the educational process. In this way, we aim to show and problematize YadVashem’s didactical materials, the museum responsible for Holocaust Memory, and the manner that the theme has been explored in Israel, its methods and objectives. We will use as source three materials developed by YadVashem, distributed in different educational levels, in accord with the spiraling philosophy of teaching. They are: “*Tommy*”, “*Porque Naftali se llama Naftali*” e “*Cuatro vidas distintas y muy parecidas*”.

Keywords: Holocaust; World War II; trauma; teaching of History

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo construir una analice acerca del debate, hoy creciente, de la Enseñanza de Historia. Más específicamente, expandir a la pesquisa académica brasileña, los estudios de un campo relativamente nuevo, denominado de “pedagogía de la enseñanza de los traumas colectivos”, con énfasis en el Holocausto. Es latente la necesidad de visitar los currículos, en cualquier nivel de enseñanza, adecuando-los a las demandas sociales de nuestro Tiempo Presente. Buscaremos en este texto discutir el papel de la institución escolar, del profesor y del material didáctico como herramienta de enseñanza que busca combatir las manifestaciones de odio presentes tanto en la estructura estatal, cuanto en el cuerpo social. Existe hoy una creciente necesidad de evaluación de lo que tenemos aprendido y, aún más, que tenemos entrenado acerca de los eventos traumáticos. De forma especial, en la educación brasileira, la enseñanza de traumas colectivos es tratada, en su mayoría, como nota explicativa en temas más exhaustivos, como el Holocausto en relación con la Segunda Guerra Mundial. El currículo y los instrumentos pedagógicos disponibles en Brasil no dan lo soporte necesario a los agentes del proceso educacional. En ese sentido, objetivamos aún presentar y problematizar los materiales didácticos del YadVashem, museo responsable por la memoria del Holocausto, y la forma como se tiene trabajado el tema en Israel, sus métodos y objetivos. En este sentido, utilizaremos como fuente tres materiales didácticos, desenvueltos por YadVashem, distribuidos en los diferentes niveles de la educación, de acuerdo con la filosofía espiral de enseñanza: “*Tommy*”, “*Porque Naftali se llama Naftali*” e “*Cuatro vidas distintas y muy parecidas*”.

Palabras clave: Holocausto; Segunda Guerra Mundial; trauma; enseñanza de la Historia

*“Ficar em silêncio e indiferente
é o maior pecado de todos.”*

(Elie Wiesel)

O debate sobre o ensino de História tem-se aberto a novos temas e expandido suas preocupações, abordagens e fontes de forma acelerada nos últimos anos. Muitos são os grupos e núcleos de pesquisas que têm se debruçado sobre novas temáticas, entre elas, o que denominamos “traumas coletivos”. Após o fim da Guerra Fria (1945-1991), no bojo de uma grande vaga de otimismo econômico e político, marcado pela crença num mundo mais pacífico, sem ameaça da aniquilação nuclear e baseado em princípios multiculturais, as temáticas mais trágicas da História pareciam, então, de fôlego curto. No entanto, em pouco tempo, inúmeros conflitos – principalmente guerras intra-estatais com ou sem intervenção estrangeira – marcaram a nova ordem mundial com tragédias que imaginávamos que jamais iriam se repetir. O velho e insuperável brado das paredes do Campo de Concentração de *Dachau*, “*Nie Wieder*” – “Nunca Mais” – pareciam esquecidas e abandonadas. Os massacres na Bósnia (1995), Kosovo (1998) e Macedônia (2001), na própria Europa; ou o Genocídio em Ruanda (1994), além das constantes matanças na África Ocidental e o programado genocídio de Darfur, no Sudão (2003), ao lado da persistência e a permanente reinvenção do antissemitismo (Kiev, 2014, por exemplo, ou nos grupos neonazis alemães e americanos) nos mostraram, desde logo, que a generosa e otimista tese que afirmava: com o conhecimento global sobre o Holocausto não haveria mais espaço para tais fenômenos, era não só infundada como também amplamente equivocada. Já no século XXI, com a existência do Tribunal Penal Internacional e das Cortes de Haia, estabelecidos em 2002, a recorrência dos crimes coletivos, de caráter étnico, de gênero ou religioso, continuam a ser um fato da História. Na vaga da crise perene do Oriente Médio, vários grupos étnicos, religiosos ou de opções sexuais diferenciadas, como os cristãos ortodoxos, assírios e caldeus; os curdos; vários grupos xiitas e palestinos, ou gays e mulheres sob o autodenominado “Estado Islâmico” sofreram, e sofrem, nos nossos dias terríveis ofensas em países como Iraque, Síria, Líbano, Líbia, Chad, Níger, Mali ou Nigéria ou em Gaza – tudo isso sem aludir aos ataques do novo terrorismo de massas, fora do escopo deste artigo. Assim, as observações de Andreas Huyssen e Pieter Lagrou – os dois historiadores que iniciaram a abertura do campo de estudos dos traumas coletivos e da “batalha” em torno da construção de suas narrativas – colocando os genocídios no espaço

“das lutas e batalhas por uma política da memória” (HUYSSSEN, 2003), devem ser revisadas.

Em verdade, tanto no Oriente Médio, nos Bálcãs ou Leste Europeu, bem como na Colômbia, México, Guatemala ou El Salvador a liquidação em massa de pessoas, em especial jovens e de origem indígena, é um processo do tempo presente. Especifica tal afirmação a matança silenciosa, sistemática e crescente, de jovens negros e pobres das comunidades brasileiras, cujos números já ultrapassam a maioria das guerras contemporâneas (dos trinta mil jovens mortos por ano no Brasil – do total de 56 mil assassinatos – 77% são negros) e, mesmo assim, mantém-se como uma “fala mal-dita” (HUYSSSEN, 2014). Assim, não se trata de, tão somente, uma batalha pela memória – centrada na Europa dos anos de 1930 e 1940 -, como quereriam Huysen e Lagrou, mas, da construção da própria “fala” sobre os genocídios em curso e de como “historiar”, onde e como abrir espaço nos estudos históricos, para construir tais narrativas e do seu impacto, o “trauma resiliente”, sobre as comunidades vitimizadas, evitando, desta forma, um tremendo equívoco eurocêntrico. A historiografia do Holocausto deve ser estudada por oferecer exemplos – desde o trabalho da memória “viva” dos sobreviventes, os “testemunhos”, até a construção narrativa do fenômeno e a produção de filmes, peças teatrais e romances, além de monumentos e museus, para um campo fundamental e novo da história dos traumas coletivos.

Junto a essa notável expansão é latente a necessidade de revisitarmos e atualizarmos os conteúdos que integram os currículos da educação básica, seja no nível infantil, fundamental ou médio. Buscaremos neste trabalho dar prosseguimento a essa via teórica e empírica, expandindo para a pesquisa acadêmica brasileira, as experiências de um campo, relativamente novo, denominado de “pedagogia do ensino dos traumas coletivos”, em especial o *Shoah*.

Gitta Sereny, em seu livro, *Trauma Alemão. Experiência e reflexões. 1938-2000*, afirma que foi através de um melhor entendimento sobre o idealismo e a capacidade de uma determinada tirania de perversão dos instintos humanos, que conseguiu chegar a uma definição do chamado “trauma alemão”. Ela deixa bastante clara a importância de aceitar e reconhecer, sem diminuir a “dor dos outros”, de que perda é perda, não importando de que grupo social estejamos tratando. Para ela o estudo do “trauma alemão” estaria diretamente ligado a análise sistemática da natureza do movimento e do regime Nazi e das consequências da ditadura implementada por estes. Portanto, esse “trauma” teria sido

capaz de causar e deixar profundas feridas com as quais as futuras gerações do processo histórico tiveram e ainda têm, para o bem e para o mal, a obrigação de lidar. Quando tratamos especificamente do ensino de história de traumas coletivos, estamos fazendo um pouco do que Sereny nos indica. Procuramos compreender de forma profunda como essas feridas do passado foram causadas e como elas refletem diretamente no tempo presente de determinadas sociedades.

O termo “trauma”, nesse caso, é retirado de seu lugar de origem, a psicanálise, e trazido para a história, no intuito de auxiliar os historiadores na compreensão desse passado que não quer passar. O termo “trauma” deriva na psicanálise de outra expressão, a neurose de guerra, *Kriegsneurose*. Ela mesma já é derivada da categoria neurose traumática, já definida no século XIX pelo estudioso Hermann Oppenheim (1858-1919). O debate sobre essa suposta “afecção orgânica consecutiva a um trauma real” (ROUDINESCO, 1998) foi amplamente retomado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, levando em 1920 a um debate internacional sob o real estatuto da chamada neurose de guerra. A Segunda Guerra Mundial também viria a ser considerado um processo histórico que suscitou debates substantivos sobre os traumas de guerra, tendo sido alvo de investigação de diversos intelectuais que procuraram entender como aquele evento teria sido humanamente possível. Nesse aspecto, os estudos a posteriori viriam a utilizar o pensamento de Freud para compreender em que medida as tragédias oriundas de um sangrento conflito, como o massacre, o genocídio e o extermínio, seriam capazes de induzir em indivíduos, tidos como “normais”, modificações massivas de comportamento (ROUDINESCO, 1998, p. 538). É nesse campo que introduzimos o ensino de história de traumas coletivos, procurando entendê-los como algo específico a uma determinada situação e, em alguma medida, reveladores do que cada sociedade possui de peculiar. Para isso, é fundamental atentarmos ao fato de que ao longo do século XX lidar com esses “traumas” nem sempre foi possível e que, em alguns casos, o esquecimento foi a forma escolhida para lidar com o trauma do passado que se fazia presente. Ensinar sobre traumas coletivos é ensinar sobre processos e situações limites vivenciadas por determinada sociedade e grupos sociais problematizando como esses indivíduos se comportaram diante dessas conjunturas de exceção.

Várias nomenclaturas são hoje utilizadas para tratar do trágico evento iniciado após a Operação Barbarossa: Holocausto, Solução final, *Churban* e *Shoah*. Como para nós, nesse artigo, a questão historiográfica é fundamental, optamos pelo uso do termo hebreu *Shoah*, popularizado

pela película de Claude Lanzmann, homônima. O termo Holocausto provém do grego *Holókauston*, utilizado na tradução grega da bíblia em referência a palavra hebraica *olá*, que designa algum tipo de sacrifício a Deus, onde seria totalmente consumido pelo fogo. Foi utilizado de forma genérica para designar o assassinato de milhões de pessoas durante o regime Nazi e no decorrer da Segunda Guerra. Com o passar do tempo, especialmente na Guerra Fria, também foi utilizado para designar um massacre ou destruição em grande escala de uma determinada população.

O termo Solução final possui variadas interpretações, indo desde uma leitura originária de *Mein Kampf*, escrito principal de Hitler, onde afirmava haver a necessidade de uma “solução para a questão judia europeia” até a reunião de *Wannsee*, presidida por H. Heydrich, onde foi dado o formato da política de extermínio massivo da população judaica, conhecido como *Enslösung der Judenfrage*. A questão central dessa conferência está não só na organização da execução de uma proposta, mas também no entendimento de que através dessa reunião o extermínio dos judeus se torna uma política oficial do regime Nazi. É bastante difícil podermos falar que o plano de solução final apenas tem início em 1942, após Wannsee, tendo em vista que o processo de radicalização progressiva vinha colocando em prática as palavras ditas no texto do *Führer*.

O termo *Churban*, como afirma Leila Danziger, foi amplamente utilizado antes da terminologia Holocausto. Vários sobreviventes, dentre eles Elie Wiesel, afirmaram como era comum o uso da denominação *Churban* entre eles. Ainda segundo Danziger, a palavra significa destruição, e está embutida de diversas conotações religiosas, pois situa o massacre num plano divino. Seria mais preciso o uso do termo Terceiro *Churban*, para quem o quisesse utilizar, pois o mesmo insere o plano Nazi de extermínio dos judeus numa relação direta com as duas destruições do Templo de Jerusalém. Esse termo, caído em desuso, foi sendo gradativamente substituído, mesmo entre a comunidade judaica, pelo termo em hebraico *Shoah*, catástrofe.

É sabido que *Shoah* foi utilizado pela primeira vez num folheto publicado na cidade de Jerusalém, em 1940, pelo Comitê Unido de Ajuda aos Judeus na Polônia, intitulado *Shoah lehudéi Polín*. De forma acadêmica foi utilizado pela primeira vez em 1942 por um historiador da Universidade Hebraica de Jerusalém, Ben-Zion Dinur, fazendo uma referência ao extermínio sistemático do judaísmo europeu. Hoje é o termo academicamente mais difundido entre os historiadores que se

debruçam sobre o tema, tendo em vista que possibilita o entendimento de que o ocorrido com a comunidade judaica não foi parte de um sacrifício, mas sim uma tentativa de aniquilação sistemática de uma população¹.

A partir dos anos de 1970-80 a pesquisa acadêmica impulsionou seus esforços no estudo das relações entre regimes autoritários e a sociedade civil. Os antagonismos historicamente construídos acabam por transformar a sociedade em uma *massa* de vitimizações, como se fosse possível, dividir a sociedade, tal como no conto de aventura de Calvino (1996), entre bons e maus, onde sempre existe o oprimido e o opressor, a vítima e o algoz. Essa perspectiva dicotômica nega que a construção desses regimes foi, em alguma medida, produto social (ROLLEMBERG, 2010).

Interessamo-nos, desta feita, por uma instituição em especial e seu impacto sobre as sociedades: o papel da escola, dos textos e instrumentos didáticos, e como eles têm sido utilizados na formação educacional das crianças e jovens. Temos exemplos históricos, com um viés estreito entre a política e a disciplina da História, e o seu ensino, como no caso do *Shoah* na(s) Alemanha(s) e a persistência dos (neo)fascismos ou sua ressurgência (malgrado os planos didáticos postos em prática logo depois da II Guerra Mundial) e, em outro corte cronológico, as experiências em curso nos casos das ditaduras Civis-Militares recentes, como no Brasil e na Argentina; no regime racista do *Apartheid* na África do Sul e no debate sobre o ensino do *Shoah* e do *Nakbah* em Israel e na Palestina.

Princípios de fascistização ainda são possíveis de serem encontrados em muitas das instituições presentes tanto na estrutura do Estado (parte do aparato policial é um forte exemplo disso), quanto no corpo social (o caso do site e movimento xenófobo brasileiro Homem de Bem). Isso nos leva a um repensar sobre o que ensinamos e o que aprendemos nas escolas. Certa vez, o historiador francês Marc Ferro, nos alertou para o fato de que boa parte do que conhecemos e identificamos como História nos foi ensinado quando éramos crianças (FERRO, 1983). Esta (re)avaliação passa, necessariamente, pelo papel desempenhado pelo professor (a incluir a formação desses profissionais), pelo material didático disponível, e pelo debate de como se introduz nas escolas, em quaisquer níveis, o ensino de História de eventos traumáticos. A filósofa Marcia Tiburi, afirma que a

¹ Para mais informações ver: Danziger (2007), ver também: *Encyclopedia of the Holocaust* (2000).

aniquilação de certa ideia de sociedade, do senso do social, é sustentada no tipo de subjetividade fascista. A aniquilação da política é a aniquilação do social que precisa ser introjetada pela pessoa concreta, ela mesma cancelada como ser social. Seria necessário desenredar as amarras que sustentam o ódio delirante no qual ele foi envolvido como indivíduo quando acreditou que neste afeto residiria a verdade de sua experiência (TIBURI, 2015, p. 32).

É nesse ponto que a escola assume um papel fundamental: o de colocar um freio nessa “máquina de produzir fascistas”, nessa incessante disseminação do ódio como algo natural e acabado, como se todos fossemos capazes de imprimir ao outro o ódio que um soldado em guerra possui por seu inimigo, mesmo que jamais tenha convivido com ele, ou mesmo tenha realizado o princípio fundamental da não guerra, a política, o diálogo, a abertura necessária para entender o outro. Por mais que tenhamos acompanhado o avanço no que concerne a expansão dos estudos acerca da temática da educação, a operacionalização desses estudos ainda se tem feito de forma bastante lenta. Constitui-se, a título de exemplo, como dificuldade aos professores da rede básica de ensino, os enrijecidos currículos que levam o professor a tratar, como nos mostra Yehuda Bauer, a História acerca dos grandes filósofos e generais, negando a devida atenção aos assassinatos massivos desde toda a História.

Helena Lewin (2008), coordenadora do programa de estudos judaicos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, constrói uma análise de como é apresentado o conteúdo do holocausto nos livros didáticos, ressaltando que, quando não inexistente, limita-se a uma nota de rodapé na abordagem da Segunda Guerra Mundial, não abarcando todos os aspectos inerentes ao tema. O Holocausto é um dos temas mais estudados e pesquisados em todo o mundo, sua condição de refletir sobre a condição humana, sob o que fomos e somos capazes de fazer o tornaram universal, mesmo dentro de suas singularidades.

Quando tratamos de falar da importância de ampliar o estudo sobre o ensino de História dos regimes autoritários, ainda mais na vertente dos traumas coletivos, estamos travando uma luta não só pela memória, mas também auxiliando para fomentar nas novas gerações aquilo que o *Holocaust Memorial Museum* dos Estados Unidos possui como um lema: *never again*, nunca mais. Se um dos temas mais estudados do mundo ainda é tratado no material didático, ou de ensino, especialmente no Brasil, como uma *footnote* ou um apêndice da Segunda Guerra Mundial, o que

podemos dizer de temas tão sensíveis quanto, ainda mais esquecidos, negligenciados por esses materiais, como o *Nakba* Palestino e mesmo o *Apartheid* na África do Sul.

Na América Latina, a superação, compreensão e análise de seu passado recente, de suas experiências autoritárias tornaram-se largamente decorrente do papel das diversas “comissões da verdade”, sejam ainda de “Justiça” e de “Reconciliação”. A dúvida persistente reside na capacidade da sociedade em criar mecanismos pedagógicos capazes de impedir a repetição de fenômenos de autoritarismo e de ódio, através de uma explicação rigorosa, adequada e ao mesmo tempo de consistência pedagógica para o fenômeno dos processos ditatoriais no continente. No caso alemão, antes citado, malgrado o enorme esforço de desnazificação da escola, logo depois de 1945, e mesmo do impacto de maio de 1968, a escola mostrou-se incapaz de oferecer às novas gerações condições críticas de superação da sedução do nazismo e do extremismo, permitindo a emergência de uma larga faixa de jovens fascinados pelo extremismo racista e o cultivo do ódio².

A grande questão sobre o papel da escola no ensino das ditaduras e regimes de ódio se coloca, desta forma, perante os insucessos ocorridos em países – como Alemanha, Itália, Áustria e Espanha – onde, malgrado a excelência das condições escolares, o ensino, os currículos e os recursos pedagógicos não foram suficientes para formar uma nova juventude crítica e desvinculada de brutais atos de racismo e de violência, simbólica e física, contra o outro. Nas ruas, nos estádios de futebol, nos bares e mesmo em ambientes de trabalho, multiplicam-se atos de racismo e de exclusão³.

Daí a relevância, crucial, dos estudos e debates sobre o papel da escola e do ensino da História contemporânea, no tocante às ditaduras modernas e seu caráter de ódio ao outro, e a questão central que se coloca: estamos nós mesmos, no Brasil, construindo recursos pedagógicos necessários para a construção de uma convivência, presente

² Para o debate do papel da escola, e seu possível fracasso perante a ressurgência do ódio racista e no neonazismo entre uma parcela relevante de jovens alemães, ver o filme: “*Heil Hitler, Herr Lehrer!*” (Salve, Hitler, Senhor Professor!), de Peter Liska (Alemanha, 2010), derivado do livro, de mesmo nome – *Heil, Hitler, Herr Lehrer: die Kindheitunterdem Hakenkreuz, 1933-1939*, organizado por Jürgen Keindienst, Frankfurt, JKL, 1985.

³ Ver artigo de *El País*: “Cerca de 26% dos judeus europeus dizem ter sofrido preconceito por causa de sua religião”, 6/05/2014, Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/05/sociedad/1401978023_851631.html>. Por outro lado, os atos de racismo contra negros, “beurs”, pardos, até mesmo contra jogadores de futebol célebres e em campo, multiplicam-se com extrema frequência e quanto seus perpetradores são identificados, nos surpreendemos com a extrema juventude dos mesmos.

e futura, fraterna e despida dos tremendos efeitos nefastos do racismo e da negação do outro? Conseguiremos superar, debater criticamente, o que já foi denominado de fascínio (*die Schöneschein*) (REICHEL, 2001) de uma cultura da violência e da rejeição ao outro nas nossas escolas?

Claro está que não apenas os currículos e instrumentos pedagógicos disponíveis para os professores resolverão, de *per si*, tais questões. O próprio estado geral da educação básica no Brasil, com seu ônus nas séries iniciais de alfabetização, é um elemento de incapacitação crítica, um óbice ao processo educacional como ato emancipatório, como queria Anísio Teixeira. De igual feito, continuar a enquadrar os perpetradores como um contingente de indivíduos que apresentavam distúrbios psicológicos, gera a premissa que estes não são provenientes de suas faculdades mentais, e, portanto, o *Shoah* não possui explicações humanas. Para Israel Gutman (2003), as participações de muitos indivíduos nas ações de extermínio são explicadas basicamente pela propaganda permanente do Terceiro Reich. Quem as executou estava movido por um ódio violento, pela não aceitação do outro, por uma utopia que hierarquiza a raça humana.

Assim, buscamos na escola – e para repetir uma expressão de Anísio Teixeira – nas suas falhas e omissões, possibilidades de continuidade e ressurgência do ódio racial, de classe, de grupo, de gênero e contra todos que se identifiquem, intencionalmente ou não, como um “outro” existencialmente diverso, o chamado, por Peter Gay (1996), o “outro conveniente”. Os exemplos contemporâneos se multiplicaram nos últimos anos: contra negros, mulheres, gays, ciganos, nacionais emigrados ou em busca de refúgio político e econômico. Mesmo no campo dos esportes de massa, em especial no futebol, a multiplicação dos atos de racismo – nem sempre enfrentados com o rigor necessário pelas autoridades responsáveis – e, muitas vezes, perpetrados por jovens, mostraria no âmbito da crise econômica global (com o brutal desemprego e frustração coletiva), uma grande falha no ensino da História contemporânea, em particular, e da escola em geral no tocante ao ensino dos traumas coletivos.

O trabalho desenvolvido por Nilton Mullet Pereira e Ilton Gitz, *Ensinando sobre o holocausto na escola*, primeiro livro publicado no Brasil acerca do tema, se funda com o objetivo norteador de pensar essas questões. Como o Holocausto se apresenta enquanto um evento da História da humanidade, e um mecanismo de ensino que visa contribuir para que os atos de intolerância, preconceito, humilhação e violência

tenham cada vez menos espaço na sociedade. Os autores abordam problemas históricos, tais como o da legitimação da violência e da escrita da nossa própria História, em particular a ditatorial, ressaltam, contudo, que se esses problemas persistem é fruto de um Estado que não os coloca como pontos centrais a serem resolvidos, mas ainda, da própria sociedade, que não os considera importante o suficiente e acabam por legitimar a violência. (GITZ; PEREIRA, 2014, p. 7-9). Contudo, o livro ainda se apresenta como material extremamente básico, sem discussões atualizadas, ou mesmo profundas, sobre o tema.

Os amplos debates oriundos dos 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964 permitiram uma nova vaga de publicações, altamente especializadas, sobre a natureza do regime instalado no Brasil. Uma grande ausência, no entanto, emerge nas relações entre a pesquisa acadêmica, em especial de caráter pós-graduado, e o ensino ministrado, os recursos pedagógicos em vigor nas escolas brasileiras. Concomitantemente, a emergência, em Israel, de um forte debate sobre o ensino⁴ – nas escolas básicas, incluindo aí as questões de saúde, segurança e de comportamento emocional de crianças, pré-adolescentes e adolescentes – sobre o *Shoah* provocou um forte debate na sociedade israelense (IMBER, 2014). Da mesma forma, as lideranças palestinas em Israel e nos territórios palestinos, colocaram a questão do ensino e dos recursos pedagógicos do *Nakbah* (KASHTI, 2014).

De certo, a carga emocional com a qual, tanto o professor quanto o aluno, precisam lidar é grande. O risco de se envolver emocionalmente com o tema é real. A quase inexistência de material didático que forme ambos os agentes desse processo se caracteriza enquanto empecilho na introdução do tema na escola, no entanto, o dever da memória sobre o papel da educação e de seus métodos após o Holocausto precisam ser discutidos⁵, tendo em vista que esse fenômeno funda uma nova cosmovisão acerca de valores tanto morais quanto jurídicos. Assim, como colocado por Theodor Adorno, é na criança, na primeira infância, que precisamos impulsionar a negação do fascismo. É na formação do seu caráter que se compõe a possibilidade de seu retorno, de seu existir. É

⁴ Em 2000 na cidade de Estocolmo, na Suécia ocorreu o Fórum Internacional sobre Educação, a Pesquisa e a Memória do Shoah com o intuito de criar uma força de intervenção, 'task force' com o objetivo de promover o ensino sobre o tema em diversos países. Estados Unidos, Suécia, França, Itália, Polônia, Holanda, Alemanha, Israel e Inglaterra, reuniram diversos especialistas na área, além de diplomatas e instituições não governamentais para auxiliar outros países no ensino. A intenção macro dessa reunião era auxiliar na formação de professores e consequentemente na formação de uma nova geração que tivesse conhecimento sobre o tema. Desde então vários outros países aderiram ao projeto, alguns, inclusive transformando em obrigatório o ensino de História do Shoah.

⁵ Para mais informações ver: Huyssen (2000), ver também, Huyssen, (1995).

preciso conscientizá-las dos mecanismos que permitiram a regressão educacional, criar condições para a negação de seu retorno, ao passo em que se estabelece conceitos de multiculturalidade e de respeito ao outro. Nesse sentido, adverte-nos o filósofo, a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação.

Ainda assim, duas assertivas devem ser combatidas quando se fala do extermínio massivo dos judeus na Europa. A expressão de Adorno, “é impossível falar de poesia depois de Auschwitz” e a assertiva de Israel Gutman afirmando que o “Holocausto é um evento que se nega a ser História”. Por mais importantes e contextualizadas que sejam essas afirmações, ambas possuem problemas centrais que mais auxiliaram na cristalização do tema do que na apresentação dele como uma questão a ser debatida socialmente. Adorno construiu uma redoma sobre o tema com essa afirmação, como se o *Shoah* fosse um fenômeno tão forte que seria quase inexplicável. Se não mais somos capazes de explicar o mundo depois do *Shoah* então esse evento se torna além dos limites da compreensão humana, o que nos impossibilita de entendê-lo como humano e como fruto de pessoas comuns que foram capazes de transformarem-se em assassinos coletivos chegando ao ponto mais alto de sua razão, a negação do outro. É justamente por estar dentro do campo das ações humanas que o *Shoah* é um fenômeno compreensível, mesmo que por muitas vezes pouco explicável e jamais justificável.

Algo parecido acontece com a fala do historiador Israel Gutman. A ideia de Gutman foi dizer que o *Shoah* é um fenômeno que não pode e não deve ser esquecido, com isso, seria um fenômeno que se nega a ser História. Aqui jaz um equívoco fulcral. É justamente por ser História, por ser histórico por natureza e por estar dentro de uma cadeia de historicidade que não será esquecido. Foi a História e o trabalho de historiadores e outros intelectuais e artistas que deram a esse fenômeno um caráter trans-histórico, uma capacidade de ser atemporal, de pertencer a humanidade, por se tratar de uma questão demasiadamente humana.

Acreditamos, por esta via, que a escola deve desempenhar um papel central no debate da sucessão de crimes, individuais, massivos, sequenciais ou coletivos, baseados no ódio de tipo variado, que embora já vivido coletivamente como barbárie, ainda assim repetem-se com frequência. Em alguns casos, como nos Estados Unidos (mas, também já ocorrido no Brasil), a própria escola é o palco de tais atos de *massmurder*. Cabe, em grande parte à escola, esta “fábrica de democracia” (TEIXEIRA, 1997, p. 168) pesquisar, debater e ensinar, no campo da História (em estreita cooperação com as demais disciplinas, em especial a língua portuguesa,

a sociologia e a filosofia com suas conceituações e seus esforços de clarificar a vivência cotidiana) a diversidade, evitando e amenizando, a multiplicação de sintomas, atos e comportamentos permanentes de discriminação e ódio, muitas vezes envoltos num simples e brutal desenho de retorno a um passado já vivido como trauma.

Nos vários jogos de futebol, tanto na Inglaterra, quanto na Espanha (mas, também no Brasil e no Peru) ampliaram-se as manifestações racistas, atingindo jogadores de futebol. De uma forma geral, mesmo os governos de centro, como a Democracia-Cristã na Alemanha, ou o governo do Partido Socialista, na França, assumiram (em vista a conquistar votos da centro-direita) duras posições sobre a imigração, asilo de refugiados ou livre circulação de estrangeiros no chamado Espaço *Schengen*.

Por sua vez, a ampla crise econômica de 2008, ainda em curso no mundo, atingiu alguns países, em especial a Europa – Portugal, Espanha, Grécia, Itália, França entre outros... – de forma bastante perversa. A principal evidência da crise dá-se no aumento brutal do desemprego, em especial no desemprego juvenil. Tal situação espelhou-se de formas variadas – e cabe aqui um grande debate sobre as relações entre desemprego e radicalização dos atos, manifestações (e pior de tudo) do voto na ressurgência dos movimentos fascistas. Assim, a eleição europeia de maio de 2014, implicou na substantiva votação em partidos como o *Front Nationale*, na França, e o Aurora Dourada, na Grécia, aumentando sensivelmente a bancada desses partidos⁶.

Não acreditamos que esses partidos, inclinados para a ressurgência de um tipo de fascismo, tenha de fato forte capilaridade dentro do continente europeu, contudo, eles apresentam um alerta constante do que a falta de espaço para o diálogo, para o exercício supremo da política, é capaz de promover. Tanto o *Front Nationale* quanto o Aurora Dourada, guardada suas devidas diferenças, são mais do que partidos políticos, são, em verdade, a expressão do ódio como política, como forma institucional de negação da alteridade.

A temática dos fascismos, e das ditaduras contemporâneas, parecia, entre 1960 e 1980, exaurida em seus aspectos gerais⁷. Grandes obras,

⁶ Para os resultados das eleições europeias de 2014, ver: Parlamento Europeu. Disponível em: <<http://www.elections2014.eu/pt>>. Acesso em: 30 maio 2014.

⁷ Foi logo em seguida a esse período, para ser mais preciso entre 1986 e 1987 que se deu a chamada “querela dos historiadores alemães” onde foi amplamente debatida a questão da historicização do Nazismo. Há algumas compilações desse debate em livro no qual destacamos uma edição acessível ao mundo ibérico e latino Americano: Mann, Nolte e Habermas (2012).

de caráter geral e, no mais das vezes profundamente estruturalistas, ocupavam o espaço central da discussão. Tratavam-se de obras de ampla abrangência, dando conta de uma espécie de “História geral” dos fascismos e das ditaduras, algumas das quais convertidas em cânones da História do *Shoah*. Esse era o caso de presenças como Ernst Nolte (nascido em 1923, responsável por uma ampla obra sobre o nazismo e o desencadeador, em 1986, da chamada “Querela dos Historiadores”), Renzo de Felice (1929-1996) e, em outra chave de análise, sob um rigoroso e austero marxismo, Nicos Poulantzas (1936-1979). E, em fim, havia ainda um outro conjunto de trabalhos, bem mais mergulhados no debate filosófico da natureza dos fascismos (e do stalinismo), do que exatamente com a preocupação histórica, advinda da chamada “Escola do Totalitarismo”. Originada inicialmente por oponentes do fascismo, como Giovanni Gentile (1875-1944) e Hermann Rauschning (1887-1982) e esposada, com ardor, por brilhantes pensadores como Carl J. Friedrich (1901-1984) e Hannah Arendt (1906-1975), a explicação “totalitária” foi largamente hegemônica durante a Guerra Fria⁸. Este era um conjunto de obras marcantes e que, de forma muito ampla, balizavam os estudos dos fascismos.

Cada um destes autores contribuiu de forma original para compreensão do fenômeno fascista. Contudo, a virada intelectual e temática dos anos de 1970-80, bem como a dinâmica social e política do pós-Guerra Fria (1991), viria a mudar, significativamente, o quadro de estudos e análises. Inúmeros e sérios questionamentos, em especial no campo específico da História – de seus objetos, métodos e fontes, para além de um debate político marcado pela Guerra Fria –, iriam emergir, tornando as explicações globais e acabadas questionáveis. Devemos insistir que o fim da Guerra Fria, entre a derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso da URSS, em 1991, foi um momento crucial para a reinvenção deste debate⁹. Mas, de qualquer forma, antes disso, em 1986, a chamada “Querela dos Historiadores”, já havia “reaberto” o

⁸ A íntima relação entre a teoria do totalitarismo e as políticas norte-americanas fica explicada na obra assinada por Carl Friedrich com o importante estrategista norte-americano Zbigniew Brzezinski, um importante formulador da chamada “Segunda Guerra Fria” (entre 1979 e 1989) e ex-chefe do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Ver: Friedrich (1956).

⁹ Não só novos arquivos e locais de memória foram abertos para a pesquisa nos países do Leste e na Alemanha, como ainda, de forma paradoxal, o fim do socialismo real foi marcado por uma verdadeira explosão de movimentos fascistas na Alemanha, incluindo com o assassinato de migrantes e estrangeiros, como no caso do grupo denominado “*National sozialistische Untergrund*”. Para um debate sobre o neonazismo alemão ver: TEIXEIRA DA SILVA. Carta Maior, 24/01/2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>.

debate, mostrando fragilidades da literatura até então voltada para os fascismos¹⁰.

Assim, os novos temas sintetizados na referida expressão “construção social dos regimes autoritários” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010), merecem uma ampla e renovada atenção, com ênfase em questões resumidas em “participação, colaboração, resistência”. Da mesma forma, os temas instigantes sobre a trajetória colaboracionista, “atentista” ou resistente das instituições e grupos sociais – homens, mulheres, instituições como sindicatos, organizações culturais e grupos como médicos, juizes, empresários e grupos fragilizados de gênero, como mulheres ou gays, merecem ampla atenção hoje.

Da mesma forma, outros indivíduos, de tipo exatamente oposto, quer dizer de sucesso, grande mobilidade social e geográfica e com níveis de fortuna elevados, como jogadores de futebol, são altamente hostilizados. Estas “outras Histórias” tornaram-se possíveis. Devemos também ter em mente, virtude da emergência, no pós-1968, de novas correntes historiográficas voltadas para os movimentos feministas, LGBTTS e libertários em geral. Algumas destas vítimas, como os ciganos, ainda enchem, na Europa comunitária de hoje, vagões de trens de deportação, enquanto outros grupos, como os refugiados políticos e econômicos sofrem fortes ataques de grupos ressurgentes do fascismo¹¹.

Acreditamos que tal “renovação” das temáticas da História, indubitavelmente tributárias de maio de 1968, foram potencializados depois dos processos de crise do socialismo real e de aprofundamento do processo de Globalização, tendo como ponto de partida os grandes acontecimentos de 1989 e 1991. A ressurgência dos grandes genocídios de massa, como na Bósnia (1992), Kosovo (1996-1999), Darfur (2003), ou os Campos da Morte do Camboja (de 1976 até 1979 em seu auge) e o brutal genocídio de Ruanda (1994), por exemplo, mesmo depois de todos os esforços de educação depois do *Shoah*, impuseram graves revisões da temática clássica dos genocídios.

¹⁰ Devemos destacar, ainda, a persistência do colonialismo narrativo e educacional vigente em alguns países e sua relação seminal com o racismo. Daí se destaca a legislação francesa sobre educação, surpreendentemente recente, que impôs aos currículos escolares franceses, através de seu Artigo 4, o ensino “o papel positivo da colonização francesa nas regiões ultramarinas do império francês”, em 25 de fevereiro de 2005. Assim, colonialismo e racismo guardam, mesmo nos currículos, um forte papel de retro-alimentação. Ver: <<http://www.cesbc.org/Texes/Ce%20que%20nos%20enfants%20doivent%20savoir%20au%20sujet%20de%20la%20colonisation.pdf>>.

¹¹ Para mais informações acerca do ensino da Segunda Guerra Mundial no Japão consultar a obra: DA SILVA, Marina Magalhães Barreto Leite. *KIOKU: a memoria da Segunda Guerra no Japão*. Curitiba: Prismas, 2015.

A “Justiça” de Nuremberg e seus tribunais conexos, na Polônia, URSS, Itália, França e mesmo o Julgamento de Eichmann em Jerusalém (além do Tribunal de Tóquio), produziram, durante quase quatro décadas, um certo sentimento de apaziguamento e de conforto perante os traumas coletivos, sua pesquisa e seu ensino na História. Contudo, de forma larvar, em especial em países com graves deficiências no ensino da História (como na Alemanha Oriental e Ocidental, até 1991; no Brasil e no Japão¹² até os nossos dias), deu-se a negação ou um aparente “esquecimento” do passado recente e de seus traumas. Boa parte de dados aterrorizadores sobre matanças massivas, sequenciais, seletivas e de sua impunidade (como no caso do Brasil, com 164 assassinatos por dia, cinco dos quais provavelmente cometidos pela polícia¹³), permanecessem impunes.

Os atos, brutais, de mortes sequenciais impunes, imediatos ao fim das ditaduras, como no caso da Anistia que atingiu torturadores no Brasil, consolidam a sensação e a prática da impunidade entre entes e corpos sociais e profissionais atingidos por formas complexas de negação da alteridade, chegando ao ponto de caracterizar “nichos” de microfascismo no interior de sociedades liberais-representativas¹⁴. A mentalidade coletiva, moldada pela violência endêmica, pelo medo perante a “autoridade” e a ausência de uma Justiça atuante, deriva largamente de falhas na construção da cidadania, o que nos leva ao exercício pedagógico de refletirmos sobre o que temos aprendido com as “lições” da História, e, ainda mais importante, o que temos ensinado. Permite-se, então, a construção de tipos (e contra tipos) clássicos do “outro” conveniente, seja o negro, o pobre, o gay ou o emigrante são construídos como alvos potenciais de ódio coletivo (GAY, 1996).

Todas estas experiências implicam na reabertura, ampla, do debate sobre a necessidade de um retorno ao Holocausto, sua natureza, sua História, mas também a forma de como tem sido ensinado nas escolas de formação de nível básico. Assim, ao começar a segunda década do

¹² Para mais informações acerca do ensino da Segunda Guerra Mundial no Japão consultar a obra: DA SILVA, Marina Magalhães Barreto Leite. *KIOKU: a memória da Segunda Guerra no Japão*. Curitiba: Prismas, 2015.

¹³ *El País* (edição brasileira): “Polícia brasileira mata cinco pessoas a cada dia”, 27/02/2014. Ver, ainda, “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro/Anistia Internacional”. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. E, ainda, Waiselfisz, J. J. Mapa da violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo. Brasília: FLACSO/UNESCO, 2015.

¹⁴ Brasil tem 11% dos assassinatos do mundo, diz ONU; Norte e Nordeste lideram. In: *UOL*, 10/04/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/04/10/brasil-tem-11-dos-assassinatos-do-mundo-diz-onu-norte-e-nordeste-lideram.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

século XXI, uma imensa literatura sobre a natureza do Holocausto, obrigou a reabertura dos debates sobre como foi constituído esse extermínio e quais suas bases sociais. Participação, colaboração e resistência polarizam o debate sobre as temáticas, bem como sua setorização em termos de História social comparada, com a emergência de trabalhos específicos sobre atuação de grupos e instituições durante a implementação do Holocausto. Entretanto, como já constatado, questões como o ensino e a construção das condições pedagógicas para a História do *Shoah* continuam pouco frequentadas entre nós.

Israel e o ensino de História do *Shoah*

O *YadVashem*, instituição formada em 1953, tem por objetivo “proteger a memória do passado e dá seu significado ao futuro”, para tanto, atua em quatro pilares: comemoração, investigação, documentação e educação. Cada um dos pilares mencionados possui um mecanismo de funcionamento que, mesmo movidos pelo mesmo intuito, atuam de forma diferenciada. No tocante ao pilar da comemoração, foi criada, em 1961, a sala de recordação do Holocausto, no piso de mosaico se encontram gravados os nomes de 22 campos de extermínio nazista mais notórios, simbolizando os tantos campos de concentração, transição e extermínio espalhados pela Europa. Foram criados outros monumentos neste pilar, como a praça do gueto de Varsóvia, a coluna de heroísmo e o monumento à memória das crianças.

O *YadVashem* é, desde tenros tempos, mais do que uma memória em pedra. Não está associado apenas a um monumento, pois agrega junto um Instituto de Pesquisa para salvaguarda de documentos, em especial dos judeus do Leste da Europas acometidos pela perseguição do Terceiro Reich e seus súditos. Segundo Georges Friedman:

Segundo a lei que criou o criou, o *Yad Vashem*, também deve, frustrando o desígnio (chamado por Hitler de ‘solução definitiva da questão judaica’) de suprimir a ‘raça maldita’ da superfície do planeta, fazer reviver o nome de cada homem, mulher e criança morto durante esse período: ‘reunir na Terra dos Ancestrais a lembrança de todos os membros do povo judeu que pereceram [...] e perpetuar sua memória’ (FRIEDMANN, 1965, p. 224).

No que concerne a documentação, muitos dos depoimentos de sobreviventes, ou mesmo de documentação encontrada após a abertura dos campos, a citar ainda o livro “*É isto um homem?*”, de Primo Levi,

demonstram a necessidade de contar aos outros, de tornar os outros conhecedores do *Shoah*. É com essa responsabilidade que o acervo do *YadVashem* documentou, até o momento, 72.000 milhões de páginas, 300.000 fotografias e 23.000 objetos. Além disso documenta testemunhos de sobreviventes, muitos dos quais utilizados no julgamento de Eichmann. O sítio eletrônico se constitui, portanto, como um importante mecanismo de difusão desse material coletado, auxiliando pesquisadores em todo o mundo, tendo em vista sua difusão em 7 idiomas. Ligado a esse pilar está ainda a investigação, que em 1993 se estabeleceu como Instituto Internacional para Investigação do Holocausto, criado pelos professores Israel Gutman e Yehuda Bauer, a escola centra sua investigação na memória da vítima e já produziu numerosos trabalhos importantes desde sua criação, a citar a enciclopédia dos justos das nações, a enciclopédia das comunidades e a enciclopédia dos guetos.

A *International School for Holocaust Studies* é a escola responsável pela produção, publicação e difusão do material de ensino, fundada no ano de 1993, 40 anos após a formação do *YadVashem*, é a instituição responsável pelo pilar da educação. Realiza a construção de materiais didáticos que auxiliem no ensino, visando à multidisciplinaridade. A pergunta central para a construção do material é: “Como os indivíduos viviam antes, durante e depois do Holocausto?”. A estrutura dos livros é construída partindo da necessidade de fazer com que a sociedade tome conhecimento da História do *Shoah* e dos traumas gerados por esta História. Entre os principais objetivos educativos da escola está o dever da memória, *educar para que o Holocausto nunca mais se repita*. A partir de 2013 o Estado de Israel incorpora a filosofia do *YadVashem* ao currículo oficial e, desde então, este programa atende desde o ensino primário até o secundário.

A Escola se propõe a pensar questões como a singularidade ou a universalidade desses eventos, seus impactos sobre as sociedades que o cercam e entender como esses fenômenos, altamente ligado ao princípio de negação da alteridade, continuam a existir, mesmo com o mundial discurso do “*nunca mais*” anunciado pela comunidade internacional no pós-Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Ora Goldhirsh (2008), do departamento de educação pré-escolar do *YadVashem*, a necessidade de iniciar o ensino do tema ainda no jardim da infância está em dois aspectos: 1) Na identificação e memória coletiva do povo judeu e da humanidade; 2) Na exposição a qual as crianças estão envolvidas desde cedo, a começar pelo dia de recordação do Holocausto.

obras não permitidas eram escondidas dos oficiais alemães para evitar, acima de tudo, as duras repressões e castigos quando eram descobertas. Leo Haas, único sobrevivente do grupo de artistas que trabalhou com Bedřich Fritta, afirmou certa vez que os terríveis momentos no gueto o empurraram a uma busca constante de oportunidade para documentar o máximo possível todos os acontecimentos:

Quando desenhávamos estávamos expostos ao perigo e tínhamos que ter muito cuidado. Devíamos encontrar um esconderijo para que os SS não os vissem, de forma geral o encontrávamos no sótão e depois saíamos e nos confundíamos no meio da multidão (HAAS, 2010, p. 10).

A mãe de Tommy, Henzi, faleceu em 1944 de tifo e a esposa de Leo Haas cuidou de Tommy até a liberação do campo em 1945. Os artistas foram levados do campo no final de 1944 e deportados para um campo de extermínio. Esse seria o fim do pai de Tommy. Leo Haas, o único sobrevivente, dentre os artistas, ao voltar do campo de Auschwitz, juntamente com sua esposa Arna, adotou Tommy. Após sua libertação, Haas, volta a Terezín para tentar resgatar seus desenhos e do seu amigo Fritta. Nessa busca, encontrou um grupo de desenhos que tinha sido escondido em um buraco na parede. Esse era o álbum que Fritta tinha feito para Tommy no seu aniversário de três anos. Seu pai adotivo, Hass, encadernou os desenhos, guardou e os entregou a Tommy no seu aniversário de dezoito anos. Através de contatos com amigos em Jerusalém, Tommy cedeu os direitos dos desenhos para a Escola Internacional de Estudos do Holocausto do *Yad Vashem*, que de pronto, preparou e assegurou a publicação de um material específico para crianças, traduzido a vários idiomas.

O material de ensino é composto por um box que possui os 52 desenhos numa ordem específica, as imagens num livro integral que facilita o manuseio pelos alunos, e um manual para professores que busca trabalhar a obra com suas variadas possibilidades através da faixa etária pretendida, procurando ampliar e aprofundar a discussão do livro conforme os anos escolares vão evoluindo. Há no manual do professor um histórico tanto do livro quanto da família Fritta e a singularidade do livro como instrumento educativo, através da apresentação de possíveis temáticas a serem trabalhadas pelo professor. Em seguida, é apresentado desenho por desenho com legendas e propostas de atividades. Todo o processo segue a lógica da pedagogia educativa do *YadVashem*. A indicação de que Tommy deve ser explicado às crianças menores como um conto de um menino de três anos, buscando a identificação, por

Um debate sobre a “nova direita” brasileira

A debate about the Brazilian “New Right”

Un debate sobre la “nueva derecha” brasileña

Odilon Caldeira Neto*

RESENHA DE:

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Nos últimos anos, é possível observar o “renascimento” de expressões em busca de alternativas políticas, seja na tentativa de contraposição eleitoral aos governos de esquerda no Brasil e na América Latina, assim como, em casos extremados, à própria democracia liberal. De maneira geral e com algum esforço, algumas delas podem ser classificadas como pertencentes ao universo (bastante diverso, por sinal) das direitas.

Na realidade, além de parlamentares no legislativo, o discurso conservador ganhou força nas redes sociais *online*, nos produtos da grande imprensa nacional e nas mais diversas instâncias, fortalecendo os seus apelos junto a setores variados da sociedade, notadamente em parcelas da classe média (alta e média), reverberando em manifestações públicas nas ruas, fato novo da chamada Nova República.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <odiloncaldeiraneto@gmail.com>

Compreender os novos atores e estratégias da direita no Brasil e em contexto internacional, é o que move a obra coletiva *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, organizada por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas. Embora seja uma obra produzida pela *Fundação Perseu Abramo*, instituição umbilicalmente ligada ao *Partido dos Trabalhadores*, a grande maioria dos textos preza pela abordagem acadêmica e científica, fugindo às possíveis simplificações e antagonismos tão comuns em tempos de polarização (ou falsas polarizações) que, em última instância, somente confundem e impossibilitam a interlocução.

Logo na apresentação da obra, os organizadores constataam a incipiência do campo de estudos sobre as direitas no Brasil, lacuna que algumas iniciativas coletivas mais recentes buscam preencher. Mais do que isso, decorre também do “desconforto” em estudar essas expressões, seja como resquício do mais recente período autoritário ou como reflexo do privilégio concedido aos estudos das expressões mais progressistas da história política brasileira. Essa é, também, uma iniciativa da própria obra, embora, conforme afirmam, ela não tenha surgido como produto de alguma experiência coletiva, como congressos, simpósios ou discussões de um núcleo de pesquisa multidisciplinar.

Por isso, a obra perde um pouco da capacidade de interlocução e diálogo entre os textos e autores, assim como inexistente um consenso sobre o que é, afinal, o pensamento de direita, além do que eventualmente pode ser inserido nessa categoria. Ainda que a grande maioria dos autores transite entre noções majoritárias (como a de Norberto Bobbio) ou de premissas menos valorativas em suas definições e, portanto, mais afinadas com a capacidade analítica (Steven Lukes), alguns buscam classificar o papel das direitas como terreno do “obscurantismo”.

Essa percepção, que é minoritária na obra, pouco tende a auxiliar e qualificar o debate intelectual, assim como aparentemente não compreende que a existência de um contraponto democrático dentro do espectro político ajuda a aprofundar a solidez da própria e recente instituição democrática brasileira. Ainda assim, o conjunto da obra é de grande qualidade. É possível observar a existência de conjuntos temáticos no título composto de quatorze capítulos, escrito por autoras e autores de variadas disciplinas, assim como em diversos estágios de formação.

Em “Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual” e “Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas”, Sebastião Velasco e André Kaysel trazem aportes significativos, respectivamente, sobre a validade

do uso das categorias enunciadas como instrumento de inteligibilidade da complexidade política nacional, assim como a apreensão da historicidade do fenômeno. Neste caso, claro, a análise não é exaustiva, inclusive por limitações de espaço em uma obra coletiva.

Três dos textos buscam observar aspectos transpostos majoritariamente à dinâmica eleitoral e à representação parlamentar. O texto de Marco Antônio Faganello (“Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora”) apresenta uma interessante análise sobre a mobilização política e os processos eleitorais de candidatos ligados ao que chama de *ideologia securitária-autoritária* em São Paulo. É oportuna a desvinculação entre os maiores índices de votação desses candidatos e as áreas mais afetadas pela criminalidade, demonstrando que a equação tende a ser mais complexa, inclusive com possibilidade de remeter aos padrões de votação existentes há mais de duas décadas na capital paulista.

Em “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”, os autores (Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Mattos Roeder) trazem uma das mais pertinentes contribuições da obra, seja por observar o fenômeno em torno de uma perspectiva comparada (internacional e sobretudo latino-americana), assim como por tentar definir o que seria essa *nova direita* em contraposição à *velha direita* brasileira.

Ao tratar a dinâmica de crescimento eleitoral dessa “novidade” política – que os próprios autores afirmam que não é tão nova assim –, fica evidente que o exponencial observado decorre não apenas da mudança de discursos e ao possível desapego às perspectivas autoritárias, mas também pela renovação das bases sociopolíticas dos candidatos e, em algum sentido, das próprias lideranças. Embora seja um processo com impacto nos estados da região sudeste, é algo que precisa ser observado com maior profundidade, inclusive pela possibilidade da inserção de outros partidos (como o *Partido Novo*) no mercado eleitoral.

O texto de Julio Córdova Villazón (“Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político”) traz contribuições importantes para compreender não apenas a inserção dos evangélicos como atores de impacto no campo do conservadorismo político brasileiro, mas também a relação entre os diversificados modos de conversão e os estágios da inserção política, seja nas agremiações ou mediante movimentos pró-vida/pró-família enquanto grupo de pressão. Auxilia, portanto, ao mapeamento desses novos atores, assim como alguns fundamentos ideológicos que nortearão essas investidas.

Já em “Classe Média e conservadorismo liberal”, o texto de Sávio Cavalcante traz elementos que merecem ser desenvolvidos com maior profundidade, pois parte não somente da tentativa de estabelecer uma radiografia do crescimento do conservadorismo (em sua variação liberal) na classe média brasileira, como também busca compreender a diversidade desse próprio estrato social. Ao abordar os últimos governos do PT como um modelo neoliberal em parte modificado por políticas desenvolvimentistas, o autor esboça possíveis relações de compreensão dessa relação crescentemente conflituosa, sobretudo a reverberação dessas contradições em uma visão de mundo calcada na meritocracia como propulsão das desigualdades tidas como *naturais*.

Discursos afeitos a essa visão de um mundo *desigual* encontram ressonância em vários dos protestos realizados nos grandes centros urbanos, desde 2013. Em “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”, Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Cláudia Chaves Teixeira buscam analisar essa novidade dos setores conservadores na atual ordem política brasileira.

Um ponto positivo da análise é a escolha do ponto de partida (o movimento “Cansei!”, de 2007), assim como as modificações da composição desses protestos até aqueles mais recentes, que promovem reivindicações que vão desde o pedido de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT), até os minoritários mas temerosos clamores de “intervenção militar”. Talvez por espaço exíguo, a contribuição não demonstra com ênfase o campo de disputa existente nesses protestos, tampouco as estratégias utilizadas. É evidente que grupos como “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados *On Line* (sic)” têm similaridades diversas, mas seria interessante mapear as diferenças e possíveis divergências entre essas expressões, assim como quais as possíveis respostas institucionais para cada qual grupo em questão.

De certa maneira, essa problemática acomete também o texto “Direita nas redes sociais online”, de Sérgio Amadeu da Silveira. Ainda que o autor tenha sido feliz ao auferir a diversidade constituinte da *web* e a efetiva possibilidade de propulsão de valores e práticas antidemocráticas dessas ferramentas, a análise seria mais fortuita se buscasse maior atenção na apreensão do conteúdo desses discursos do que o fluxo quantitativo que, como assevera o autor, está ligado também às estratégias de monetização dessas redes sociais virtuais, em especial o *Facebook*.

Os textos de Reginaldo C. Moraes (“A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução”),

Álvaro Bianchi (“Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos”) e Camila Rocha (“Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina”) compreendem um bloco temático de grande valia, inclusive com harmonia entre eles. Ao observar as tendências dos *think tanks* em processo histórico, transnacional, assim como em suas mais recentes reconfigurações estruturais, eles auxiliam a traçar uma análise aprofundada do fenômeno em questão.

É factível observar, inclusive, a possibilidade de interlocução com a contribuição de Venício A. de Lima (“A direita e os meios de comunicação”), auxiliando, também, a dissociar qualquer tentação de anacronismos nas análises de conjunturas entre 1964 e 2014. De fato, Camila Rocha é bastante feliz ao notar as diversificações entre o contexto mais recente e o chamado complexo Ipes/Ibad dos anos 1960, embora não diminua, claro, as semelhanças existentes.

Por fim, os textos “O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora” (Andrei Koerner e Flávia Schilling) e “O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituente do Congresso” (Fernando Martínez-Escobar e José Tomás Sánchez-Gómez) fornecem importantes reflexões, a partir de dois contextos distintos, sobre os processos de politização do judiciário, assim como da judicialização da política.

Os dois textos auxiliam a observar as estratégias (e os impactos, sobretudo no caso paraguaio), da articulação entre setores do Judiciário e correntes conservadoras do campo político. Embora não sejam casos idênticos, os dois contextos guardam semelhanças que precisam ser observadas. Mesmo não havendo uma abordagem comparativa, tal exercício é plenamente verificável.

Dessa maneira, a obra cumpre o propósito de propor um debate diversificado sobre os novos caminhos e estratégias das direitas no Brasil e América Latina. Existem, claro, pequenos descompassos entre as análises, provavelmente pela forma como a obra foi concebida. Isso fica evidente ao observar as expressões tão diversas que são incluídas em torno da categoria de “novas direitas”. Trata-se, no caso, da tentativa de indicar quais são as novidades trazidas por essas organizações e expressões políticas, mas é necessário atentar que a mesma expressão já foi utilizada anteriormente para designar partidos políticos como o Prona (de Enéas Carneiro), ou mesmo as bases sociais dos eleitores de Jânio Quadros e Paulo Maluf (PIERUCCI, 1987), que hoje são tendências e expressões atribuídas à categoria “velha direita”.

Ainda assim, a iniciativa não é somente fortuita, como deve ser reproduzida nas mais diversas instâncias possíveis, sobretudo nos debates acadêmicos interdisciplinares. Somente a continuidade de esforços coletivos como esse auxiliará a compreender a atualidade e a história das direitas no Brasil.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1994.
- LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (Eds.). *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Recebido: 16 de abril de 2016
Aprovado: 29 de maio de 2016

Autor/Author:

ODILON CALDEIRA NETO <odiloncaldeiraneto@gmail.com>

- Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com estágio (*Junior Visiting Fellow*) junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL). Em Portugal, foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian. É autor de *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo* (EdUEM, 2014). Coordenador da rede de investigação *Direitas, História e Memória*. As pesquisas têm ênfase em História do Brasil República e do Tempo Presente, atuando principalmente nos seguintes temas: Extrema-direita, Direita Radical, Neofascismos e Antissemitismo.
- PhD in History from the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) with a Junior Visiting Fellowship at the Universidade de Lisboa (ICS/UL), granted by Calouste Gulbenkian Foundation. He is the author of "Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo" (EdUEM, 2014). Coordinator of the research network "Right-wings, History and Memory", his research has emphasis on the History of Brazilian Republic and Present Time, focusing on the following topics: Extreme-right Radical Right, Neo-fascism and Antisemitism.

Os muitos tempos de Leonel Brizola

The many times of Leonel Brizola

Los muchos tiempos de Leonel Brizola

Charles Sidarta Machado Domingos*

RESENHA DE:

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada – Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Movimento. Ideologia. Projeto político. Tradição política. Cultura política. O trabalhismo, no Brasil, já foi, e ainda é interpretado conceitualmente de diversas formas. Até mesmo sob as vestes de populismo ele foi analisado, por largo tempo. Contudo, a despeito da concepção teórica empregada, há pontos que parecem já pacificados entre nós, historiadores, pelo menos: que ele, o trabalhismo, teve início ao final da ditadura do Estado Novo; e que foi “inventado” por assim dizer, com o objetivo de se constituir em uma alternativa, para os trabalhadores, ao comunismo – onde é possível traçar um paralelo com a criação do Estado de Bem-Estar Social na Europa como alternativa para o comunismo de matiz soviética (HOBSBAWM, 2003, p. 17).

Embora tenha variações ao longo do tempo, o trabalhismo brasileiro esteve sempre ancorado em algumas noções fundamentais:

* Professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL – Câmpus Charqueadas) <csmd@terra.com.br>

a incorporação das camadas trabalhadoras ao sistema capitalista com algum grau de redistributivismo social; o nacionalismo e a defesa da soberania do país; e a busca por participação política nos marcos da democracia. Um ponto importante de inflexão no trabalhismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Com a ausência do principal líder do partido, disputas internas estabeleceram novas dinâmicas no trabalhismo, propiciando um espaço maior para propostas reformistas ou mesmo revolucionárias, ambas de corte predominantemente nacionalista (DELGADO, 1989; GOMES; 1994; D'ARAÚJO, 1996).

Dentro dessa guinada reformista, a melhor expressão foi João Goulart. Seu projeto político pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Para este fim, medidas importantes foram a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria –, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás (DOMINGOS, 2010, p. 83-92). No entanto, as condições políticas do início dos anos 60, tanto conjunturalmente como estruturalmente, permitiam sonhar – e lutar – por medidas mais radicais; embora não pretendessem, em momento algum, romper com os limites do capitalismo. E o nome capaz de unir essas propostas com características nacional-revolucionárias era o do trabalhista Leonel Brizola (FERREIRA, 2007, p. 546-555).

As razões para o Golpe de 64 ainda não são ponto pacífico na historiografia. Todavia, a evolução do trabalhismo, pendendo cada vez mais para a esquerda, seja reformista seja revolucionária, é um dos pontos capazes de explicar – de forma isolada ou em conjunto com outros fatores, como o anticomunismo, a exaustão do modelo de acumulação do capital, os interesses externos – os motivos que solaparam a democracia no Brasil naquele tempo de ontem. Muito já tem se escrito sobre o Golpe de 64 e sobre o governo João Goulart. Contudo, fazia falta um livro que se dedicasse a um dos personagens mais importantes do trabalhismo brasileiro; afinal, se a proposição de Marc Bloch se mantém correta e “a História é a ciência que estuda os homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), uma obra que analisasse a

dimensão histórica de Leonel Brizola ao longo do tempo era mais do que necessária – era urgente.

A Razão Indignada – Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004) é uma obra coletiva produzida por importantes historiadores brasileiros e organizada pelos Professores Américo Freire do CPDOC-FGV e Jorge Ferreira da UFF. Enfatizando a figura de Brizola sem descontextualizá-la de suas épocas e do seu papel no trabalhismo, as autoras e os autores do livro estabelecem reflexões oportunas sobre a História do Brasil na segunda metade do século XX.

O livro conta com análises aprofundadas sobre a conformação do ideário político de Brizola, realizada pelo Professor Jorge Ferreira. Para o autor, Brizola compreendia “o trabalhismo à luz das idéias que empolgavam as esquerdas na América Latina desde meados dos anos 1950, influenciado pelos movimentos anti-imperialistas latino-americanos na conjuntura da Guerra Fria e pelas repercussões da revolução cubana” (FREIRA; FERREIRA, 2016, p. 23)¹. Analisando as palestras realizadas por Leonel Brizola no início dos anos 60, o professor Ferreira destaca a importância que determinadas ideias tiveram sobre a orientação política do líder petebista; em especial, o nacionalismo de corte anti-imperialista com a crítica veemente à deterioração dos temas de troca e o processo espoliativo ao qual o país vinha sendo submetido. Segundo o autor, a apropriação elaborada por Brizola sobre essas idéias era o elemento aglutinador de sua liderança perante as esquerdas revolucionárias do período.

As Professoras Carla Brandalise e Marluza Marques Harres abordam, em capítulo fartamente documentado, os Comandos Nacionalistas, também conhecidos como Os Grupos de 11. A análise das Professoras Brandalise e Harres está centrada principalmente, mas não só, em entender quem eram os “seus adeptos de base e dos motivos dessa adesão” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 53) no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, as autoras se questionam a respeito do teor do movimento: seriam Os Grupos de 11 agrupamentos armados com vistas à ação de tomada do poder ou seriam a tentativa de formação de um grupo organizado para reagir ao golpe?

A primeira parte do livro ainda conta com os artigos da Professora Tânia dos Santos Tavares, da Professora Soanne Cristino Almeida dos Santos e do Professor Gabriel da Fonseca Onofre. A Professora

¹ As referências à obra constantes nessa resenha serão todas feitas como FREIRE; FERREIRA, 2016, sendo os autores dos capítulos referidos no corpo do texto.

Tânia Tavares também aborda Os Grupos de 11, porém, a partir dos depoimentos de pessoas que participaram daquele movimento na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A Professora Soanne dos Santos está preocupada em entender como a Frente de Mobilização Popular se organizou na cidade de Una, na Bahia. Já o Professor Gabriel Onofre aborda a tensa relação no interior do PTB entre os grupos de Leonel Brizola e San Tiago Dantas na busca pela hegemonia partidária e capacidade de influência no governo Goulart.

Se na primeira parte do livro as análises estão mais bem distribuídas geograficamente, na segunda parte do livro o eixo de análise é o estado do Rio de Janeiro, onde Leonel Brizola foi eleito governador em duas ocasiões. Seu retorno ao Brasil, a implementação de suas políticas de segurança e de educação pública, a refundação do trabalhismo e a rivalidade no campo da esquerda com o Partido dos Trabalhadores (PT) são o mote dessa segunda seção.

Em seu artigo, o Professor Américo Freire analisa como se deu o retorno de Leonel Brizola do exílio para o Brasil, se preocupa em entender como o importante líder das esquerdas nos anos 60 redimensiona seu discurso político-ideológico para os novos tempos e investiga, ainda que preliminarmente, a participação do agora ex-governador do Rio de Janeiro nas eleições presidenciais de 1989 e 1998. Ao longo do trabalho, o Professor Freire traz elementos que demonstram como foi se desenvolvendo a rivalidade entre o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT ao longo das décadas de 80 e 90 no campo das esquerdas. Enquanto o PDT se colocava como “herdeiro direto do ‘velho trabalhismo’ dos tempos do ‘Dr. Getúlio’”, sendo eles, os trabalhistas os que “‘vinham de longe’ e representavam, nada mais, nada menos, do que o ‘fio da História’ das lutas do povo brasileiro contra a injustiça e a opressão perpetradas pelas elites” o PT pretendia se afirmar “buscando se desvencilhar dos erros históricos das esquerdas e afirmando-se como algo novo, como um ‘fenômeno político’ verdadeiramente democrático e capaz de reunir a classe trabalhadora em torno de um projeto próprio de poder” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 203).

O compromisso com a Educação Pública foi uma das maiores marcas de Brizola, nos seus dois tempos. E essa é a temática do artigo da Professora Libânia Xavier, que analisa o impacto social e as controvérsias ocasionadas a partir da construção das Brizoletas no Rio Grande do Sul nos anos 60 e dos Brizolões no Rio de Janeiro nos anos 80 e 90. E de acordo com a Professora Xavier, o projeto educacional

de Brizola sofreu e ainda sofre muita oposição e resistência no Rio de Janeiro, onde ela menciona uma reportagem de jornal do ano de 2006 que questiona se “o custo do aluno do Ciep vale a pena?” ao trazer o exemplo de um aluno da primeira turma que naquele momento estava detido na penitenciária de Bangu III. Na análise da Professora, essa pergunta, naquele contexto da reportagem, “induz o leitor a avaliar como um desperdício o ato de investir dinheiro público na tentativa de educar pessoas que, de acordo com certa visão de mundo, estariam condenadas ao crime e a marginalidade” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 285). Para a Professora Xavier, a análise dos dois tempos de Leonel Brizola na política brasileira comprova que ele “adotou uma postura convicta a respeito da centralidade da educação em seu projeto de construção de uma sociedade democrática entre nós” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 288).

O Professor Bruno Marques Silva, analisa, em sua contribuição ao livro, a política de segurança pública nos governos de Brizola no Rio de Janeiro. Para o Professor Silva, a grande inovação – e, portanto, alvo de muitas polêmicas – foi a busca pela modernização do sistema de segurança tributário do período ditatorial. Para o Professor, o problema central esteve relacionado a tentativa de se buscar “uma reforma conciliatória, redefinindo a cultura institucional, mas preservando sua estrutura organizacional militar” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 259).

O funeral de Leonel Brizola, em 21 de junho de 2004, foi o ponto de partida da reflexão da Professora Angela de Castro Gomes: “os funerais são cerimônias que podem se transformar em rituais cívicos, nos quais o que se cultua, por excelência, é a pátria, ali representada pela pessoa do morto ilustre” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 302). O nacionalismo, componente intrínseco do trabalhismo, parece manter-se, ou mesmo reforçar-se, com a morte daqueles que o utilizaram em sua constituição de visão de mundo.

Não foram poucos os analistas, seja da grande imprensa, seja nos meios acadêmicos, que viram na morte de Brizola o fim de uma era. O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, editou um caderno especial no dia 23 de junho de 2004 com esse título. Muito rapidamente, essa assertiva se tornou poderosa, criando uma espécie de lugar-comum, estabelecendo certo consenso inclusive. Contudo, a Professora Michelle Reis de Macedo, em seu artigo sobre as relações das esquerdas revolucionárias (PCB e PC do B) com o emergente PDT na década de 80, questiona essa afirmação. Para a Professora Macedo, a morte de Brizola não representa

o fim de uma era. Ao analisar as características presentes em Brizola que possibilitaram essa conclusão “sua performance carismática na comunicação com os trabalhadores, o que muitas vezes se reverteu em vitórias eleitorais” (FREIRE; FERREIRA, 2016, p. 235) a autora aponta que o ex-presidente Lula também tem essas características; portanto, não se poderia falar em fim de uma era.

Ocorre, contudo, uma reflexão final. Leonel Brizola foi um dos maiores políticos brasileiros da segunda metade do século – isso parece inegável, por mais polêmico que tenha sido. Suas vitórias eleitorais atestam isso: deputado estadual no Rio Grande do Sul (1946 e 1950), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1954), prefeito de Porto Alegre (1955), governador do Rio Grande do Sul (1959), deputado federal pela Guanabara eleito com a maior votação do país (1962), duas vezes eleito governador do Rio de Janeiro (1983 e 1990). Após sua última vitória, contudo, sofreu reveses bastante significativos nas eleições presidenciais de 1994 (quinto lugar), eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro de 2000 (quarto lugar), eleição para o senado pelo Rio de Janeiro em 2002 (sexto lugar). Seu tempo de conquistas e de realizações foi no mundo que conheceu: o tempo da Guerra Fria (1945-1991). Mesmo com as mudanças que aconteceram no interior da Guerra Fria, Brizola ainda conseguia se reinserir na vida política. O fim da Guerra Fria foi o fim do mundo que Brizola conhecia: e no desconhecido, não soube mais se recolocar no mundo.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.
- FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A Razão Indignada – Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido: 13 de junho de 2016

Aprovado: 04 de julho de 2016

Autor/Author:

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS <csmd@terra.com.br>

- Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL – Câmpus Charqueadas). Autor de *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. (Letra & Vida, 2010). Especialista em temas da História do Século XX como História do Brasil Contemporâneo com ênfase no Tempo da Experiência democrática (1946-1964), Guerra Fria, Ditadura civil-militar no Brasil.
- PhD in History from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor of History at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL – Câmpus Charqueadas). Author of *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. (Letra & Vida, 2010). He is specialist in the History of Contemporary Brazil, with emphasis on Brazil's first democratic experience (1946-1964), the Cold War, and the Civil-military Dictatorship in Brazil.

Comentários a partir da entrevista de Hélgio Trindade

Comentarios de la entrevista de Hélgio Trindade

Comments on the interview with Hélgio Trindade

Alexandre Pinheiro Ramos*

A edição mais recente da revista *Estudos Ibero-Americanos* (volume 42, número 1, 2016) trouxe uma valiosa entrevista com Hélgio Trindade feita por René E. Gertz, Leandro Pereira Gonçalves e Vinícius Liebel, a qual gira em torno, sobretudo, da temática da Ação Integralista Brasileira, marcando assim os 45 anos da tese de Trindade, incontornável obra clássica sobre o assunto – entrevista esta, ressalte-se, precedida por uma irretocável introdução sobre o entrevistado. Também pesquisei a AIB e em 2014 publiquei um artigo em lembrança pelos 40 anos da publicação do livro *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930* na revista *Antíteses* (cf. RAMOS, 2014). Fui ler assim a entrevista e, para minha surpresa, vi os breves comentários feitos por Hélgio Trindade ao meu trabalho.

Lembro-me que após a publicação daquele artigo, entrei em contato por e-mail com Hélgio Trindade para lhe enviar o artigo que era a minha maneira, talvez pouco ortodoxa, de homenageá-lo pela ocasião; em seguida, também enviei minha tese de doutorado, defendida em 2013 (RAMOS, 2013) – acredito que a proximidade dos eventos tenha, em parte, motivado a menção de Hélgio Trindade. Foi, assim, com satisfação que vi meu trabalho mencionado junto de tantos outros que compõem a bibliografia sobre o Integralismo. E parte de minha satisfação

* Doutor em Sociologia. <alexandre1337@yahoo.com.br>

deveu-se ao tom crítico de suas considerações, pois vejo no exercício da crítica não só um elemento crucial para o desenvolvimento e progresso do conhecimento, como também a possibilidade de se entabular um diálogo. Gostaria, assim, de fazer dois comentários a partir do que foi dito por Héglio Trindade.

Sobre a análise da recepção de sua obra, presente em minha tese (2013) e expandida no artigo de 2014, reconheço que faltou uma explicação sobre o uso da expressão “objeto sagrado” (RAMOS, 2014, p. 343), o que, acredito, contribuiu para a crítica de Trindade. Tal alusão ao “sagrado” (presente, se não estou enganado, apenas no artigo) veio da obra de Randall Collins, *The Sociology of Philosophies* (1998), na qual seu autor refere-se a livros, ideias, teorias que possuem grande valor para determinados grupos de intelectuais como “objetos sagrados”. Mas independentemente desta omissão, não vejo paradoxo em minha crítica, pois seu alvo não foi a obra e seu conteúdo, mas sim, durante o processo de recepção, o modo como os pesquisadores do integralismo se relacionaram com ela e, também, seus efeitos nos estudos sobre a AIB. Em momento algum pretendi afirmar a perda do caráter científico da tese de Trindade (tampouco que a ampla aceitação de qualquer outra leve a tal perda!). Muito pelo contrário: a meu ver, devido ao modo como a tese foi recebida e mobilizada, acredito que se impuseram limites à investigação, incorrendo inclusive na perda de parte do potencial heurístico da obra e dos diversos questionamentos que ela suscita (note-se que não pretendo generalizar esta crítica para todas as pesquisas).

Quando reconheço a grande recepção positiva da tese de Trindade, atribuo-a, principalmente, à capacidade explicativa de seu conteúdo – discordo de abordagens observadas no campo da história e sociologia da ciência que consideram os produtos científicos apenas o resultado de consensos e escolhas baseadas em interesses, reduzindo seu conteúdo a mero epifenômeno da vida social e sem qualquer autonomia e lógica próprias. Mas isto não significa dizer que não haja problemas advindos desta ampla aceitação. E na tese e no artigo mencionados acima procurei argumentar nesta direção, acerca da *recepção* e seus *efeitos*. Ao mesmo tempo em que a obra de Trindade viabilizou uma série de pesquisas com enfoques e abordagens distintas, a maneira como foi recepcionada levou também a uma série de restrições que apontei ao longo do artigo.

Sobre a crítica de Héglio Trindade à minha tese, sublinho um pequeno equívoco atribuído à hipótese central, pois não asseverei ou

busquei demonstrar uma “natureza eminentemente intelectual da AIB” – o problema aqui está no *eminente*. Tanto na redação da tese quanto, mais tarde, na passagem desta para a forma de livro (RAMOS, 2015) procurei evitar uma supervalorização da dimensão intelectual ao ponto de se sobrepor a outras:

[não] pretendi lançar sobre os intelectuais integralistas *toda* a responsabilidade pelo desenvolvimento da AIB, bem como pelas características que assumiu ao longo dos anos. Minha intenção foi compreender e refletir sobre a participação destes agentes no movimento, concluindo que eles cumpriram um papel decisivo sobre sua organização – porém, não foram os únicos (RAMOS, 2013, p. 326; 2015, p. 267).

Talvez me tenha faltado uma maior qualificação do que pretendia dizer com “intelectual”, indicando não haver na produção integralista grandes reflexões ou formulações comparáveis a outras que compunham o contexto intelectual brasileiro na época. Mas o que mais me interessava eram as *atividades* e *práticas* intelectuais presentes no início do movimento e que persistiram até seu fim; era o recurso constante (e crescente) a bens culturais variados na transmissão e cotidianação das ideias integralistas; era a presença de pessoas identificadas com, ou que se dedicaram a atividades intelectuais – e como tudo isto se articulou no interior do movimento e contribuiu para seu desenvolvimento e expansão. Que toda a produção intelectual integralista possuía uma dimensão instrumental, voltando-se (também) para o proselitismo e recrutamento de adeptos, isto não se pode negar. Mas considerá-la unicamente na chave da instrumentalização é perder de vista o complexo de valores, crenças e subjetividades envolvidas e com o qual os intelectuais da AIB e seu público se relacionaram – e que contribuiu para a “popularidade” do integralismo. Aliás, como busquei demonstrar, a própria questão do carisma vincula-se ao trabalho e práticas intelectuais verificadas no interior da AIB. Neste sentido, a hipótese de minha tese não diz respeito a uma “natureza intelectual” do movimento integralista, mas sim que práticas identificadas com o microcosmo intelectual foram cruciais para seu desenvolvimento. E mesmo que restringisse minha avaliação da produção integralista à sua dimensão instrumental, ainda assim ela não seria incompatível com as atividades intelectuais. Embora não tenha explorado como poderia essa questão em particular, minha análise buscava levar em consideração a dimensão axiológica, os *valores* que informavam as ações e eram transmitidos pelos vários bens simbólicos

produzidos pela máquina integralista, não se esgotando nas contendas políticas. Deste modo, se há problemas em minha hipótese e em sua demonstração, a meu ver não estão onde indicado por Héglio Trindade.

Pode parecer exagero redigir algo em torno de três páginas para responder dois parágrafos, mas é a maneira que tenho à mão para demonstrar minha valorização do intercâmbio crítico e, principalmente, agradecer pelos comentários críticos e pela possibilidade de estabelecer um diálogo, mesmo que breve, sobre um tema ao qual as partes envolvidas dedicaram não só suas reflexões, mas também alguns anos de suas vidas. Agora, ainda que minhas pesquisas tenham seguido outros rumos – coincidentemente, lidam com outro tema também trabalhado por Héglio Trindade, que é a história das ciências sociais – aguardarei pelo seu novo livro.

E se, de algum modo, como Héglio Trindade diz na entrevista, o tópico em minha tese sobre a recepção de sua obra instigou-o a voltar ao tema do integralismo (TRINDADE, 2016, p. 205), isto só reforça minha predileção pela crítica como elemento central do ambiente intelectual. Deixo aqui registrado meus agradecimentos ao grande pesquisador e estendo-os a revista *Estudos Ibero-Americanos* que gentilmente cedeu espaço para a publicação desta resposta.

Referências

COLLINS, Randall. *The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change*. Cambridge, Massachusetts, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.

GERTZ, René E.; GONÇALVES, Leandro Pereira; LIEBEL, Vinícius. Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Héglio Trindade. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 189-208, abr. 2016.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais e Carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Intelectuais, carisma e Ação Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.

_____. O “Integralismo” de Héglio Trindade quarenta anos depois: uma reflexão crítica sobre sua recepção. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 324-347, dez. 2014.

Autor/Author:

ALEXANDRE PINHEIRO RAMOS <alexandre1337@yahoo.com.br>

• Pós-doutorando (CAPES/PNPD) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

• Post-doctoral fellow (Capes/PNPD) at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). PhD in Sociology from the Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

Observações finais de Héglio Trindade sobre os comentários de Alexandre Pinheiro Ramos

*Final remarks by Héglio Trindade on the comments
by Alexandre Pinheiro Ramos*

*Observaciones finales de Héglio Trindade sobre
los comentarios de Alexandre Pinheiro Ramos*

Héglio Trindade*

Quero mencionar, desde logo, que foi gratificante receber, no início de 2015, o artigo de Alexandre Pinheiro Ramos, publicado na revista *Antítese*, fazendo um balanço da recepção do meu livro – *Integralismo: o fascismo brasileiro dos anos 30* –, quarenta anos depois. Logo, escrevi ao autor solicitando sua tese de doutorado, *Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação da competente socióloga Gláucia Villas Boas.

A partir da leitura instigante de ambos os textos, dei-me conta da originalidade do enfoque adotado e senti-me novamente estimulado a voltar ao tema, e escrever meu segundo livro sobre o AIB, prometido em *Nota do Autor* (TRINDADE, 1979, p. VI), na segunda edição da DIFEL, em 1979. Em plenas férias de verão, lancei-me à análise das entrevistas dos dirigentes e militantes integralistas, realizadas durante a ditadura militar (1968-1969). Passados 45 anos, todos os entrevistados haviam sido promovidos para a “Milícia do Além”, e

*Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <helgiohtrindade@gmail.com>

assim, entre janeiro e outubro de 2015, cumpri meu compromisso, respeitando o acordo de não publicá-las enquanto eles estivessem vivos.

As referências que faço à tese de Ramos, em meu novo livro, não são substancialmente diferentes do texto da minha entrevista na revista *Estudos Ibero-Americanos*. Pude, na *Nota Prévia*, num contexto analítico mais amplo, melhor explicitar minha avaliação sobre sua tese de 2013 (TRINDADE, 2016, p. 18-19; nota 6-8). No entanto, em respeito às questões elegantemente referidas pelo autor em sua replica: “*Comentários a partir da entrevista de Héglio Trindade*” (e dispondo-me a participar de discussão a sobre o complexo tema, se por acaso for convidado a lançar meu livro na UFRJ!), cito, apenas, uma breve passagem em que destaco a importância de sua tese: “O trabalho é muito rico, apoiou-se em uma literatura ainda não utilizada para a análise do Integralismo, mas, a despeito de seu enfoque inovador ela não contradiz a *hipótese fascista*” (TRINDADE, 2016, nota 6).

Finalmente, registro uma curiosa coincidência, que significa, provavelmente, bons “augúrios” para nossos livros recentíssimos. Em 26 de abril do corrente, quando busquei, na Editora da UFRGS, alguns exemplares d’ *A tentação fascista no Brasil*, para levar a Portugal, onde realizei seu primeiro lançamento, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL)¹, recebi, no mesmo dia, o convite para o lançamento do livro de Alexandre Ramos no Rio de Janeiro. Essa feliz coincidência é a melhor prova de que a produção sobre o Integralismo permanece viva e vigorosa, com mais duas importantes obras publicadas na continuidade das centenas de teses, dissertações, livros e artigos produzidos por novas gerações de pesquisadores brasileiros, nas quatro últimas décadas aos quais dediquei meu novo livro.

Referências

GERTZ, René E.; GONÇALVES, Leandro Pereira; LIEBEL, Vinicius. Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Héglio Trindade. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 189-208, abr. 2016.

PINTO, António Costa. *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto Alegre; Recife: EdiPUCRS; EDUPE, 2016.

¹ Convidado pelo Prof. Dr. António Costa Pinto, especialista no fascismo português e comparado, com livro recentemente reeditado no Brasil *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal* (EdiPUCRS; EDUPE, 2016).

TRINDADE, Héliqio. *A tentativa fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

Autor/Author:

HÉLGIO TRINDADE <helgiohtrindade@gmail.com>

- Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Professor emeritus at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) and Senior researcher from Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).